



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO  
SUSTENTÁVEL DO TRÓPICO ÚMIDO

ROSANE DE SEIXAS BRITO ARAÚJO

**O GRITO DOS SILENCIADOS CONTRA A DEVASTAÇÃO NEOLIBERAL NA  
BR-163**

Belém  
2020

ROSANE DE SEIXAS BRITO ARAÚJO

**O GRITO DOS SILENCIADOS CONTRA A DEVASTAÇÃO NEOLIBERAL NA  
BR-163**

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Tópico úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental. Área de Concentração: Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

Orientadora: Profa. Dra. Edna Maria Ramos de Castro

Belém  
2020

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD**  
**Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará**  
**Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

---

A658g Araújo, Rosane de Seixas Brito  
O grito dos silenciados contra a devastação neoliberal na  
BR-163 / Rosane de Seixas Brito Araújo. — 2020.  
364 f. : il.

Orientador(a): Prof<sup>ª</sup>. Dra. Edna Maria Ramos de Castro  
Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em  
Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, Núcleo de Altos  
Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

1. Conflitos sociais. 2. Capitalismo. 3. Violência. 4. Estado.  
5. Resistência. I. Título.

CDD 300

---

## ROSANE DE SEIXAS BRITO ARAÚJO

Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Tópico úmido, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, como parte dos requisitos para obtenção do título de Doutor em Ciências do Desenvolvimento Socioambiental. Área de Concentração: Sociedade, Urbanização e Estudos Populacionais

**Aprovado em:**

**Banca Examinadora:**

Profa. Dra. Edna Maria Ramos de Castro  
Orientadora – PPGDSTU/NAEA/UFPA

Profa. Dra. Nírvia Ravena  
Examinador Interno – PPGDSTU/ NAEA/UFPA

Prof. Dr. Roberto Araújo de liveira antos Jr.  
Examinador Externo – MPEG

Prof. Dr. Martin Coy  
Examinador Externo – University of Innsbruck

Prof. Dr. Ricardo Theophilo Folhes  
Examinador Interno – PPGDSTU/ NAEA/UFPA

À minha família, que simboliza para mim o verdadeiro amor, imperecível, sendo Isabela, que chegou ao mundo durante o percurso do doutorado, o mais novo elo resplandecente e belo desse sentimento forte, que se expandiu imensamente ao desdobrar-se em mais esta vida, revigorando a alegria, a coragem e dando ainda mais sentido à luta por um mundo que possa ser justo, humano e digno para todas as pessoas!

## AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Pará, instituição de fundamental importância para a conexão desse estado e da Amazônia com o mundo, por constituir grande centro de ensino, pesquisa, extensão e de produção do conhecimento, público e gratuito, onde tive a oportunidade de fazer a minha formação, desde a graduação até a conclusão do curso de doutorado. Também na condição de funcionária da UFPA, agradeço pelo apoio institucional e liberação das atividades, nesta etapa da minha qualificação. Mais diretamente, agradeço ao Prof. Dr. Nelson José Souza Júnior, pelo grande incentivo no período em que participei da seleção e iniciei o curso de doutorado, quando era ele dirigente do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

Ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, ao qual está vinculado o Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido, especialmente e de forma muito carinhosa a todos os que foram meus professores, pela enorme contribuição nas salas de aula, debates, eventos científicos e nas muitas conversas, ao longo de todo o curso.

À minha orientadora, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Edna Maria Ramos de Castro, por instigar o acesso ao debate produzido por pensadores sociais críticos de diferentes vertentes teóricas, durante as aulas do curso, nas viagens de trabalho e de pesquisa, nas sessões de orientação, assim como nas atividades do Grupo de Pesquisa Estado, Território, Trabalho e Mercados Globalizados (Gettam), ressaltando a importância dos saberes que provêm de muitas fontes e visam a transformações imprescindíveis para que o mundo seja socialmente mais justo. Também agradeço por ter ela ‘apresentado’ o campo da pesquisa, em 2006, que suscitou em mim tantas inquietações e o desejo de produzir este trabalho.

Aos funcionários do corpo técnico do NAEA, sobretudo aos ligados diretamente ao PPGDSTU, por serem sempre atenciosos, dispostos a ajudar e extremamente eficientes.

Aos professores Dr. Roberto Araújo e Dr. Ricardo Folhes, membros da minha banca de Qualificação, que dedicaram tempo à leitura atenta e crítica do projeto de pesquisa, contribuindo enormemente para as reflexões que se seguiram e para a elaboração deste trabalho. Agradeço também pela generosidade com que partilharam suas vastas experiências como pesquisadores da Amazônia, pelas indicações de autores e de contatos importantes no campo, orientando caminhos para a investigação.

Aos meus pais, Wilson e Ruth, pela sólida base afetiva que me deram e por terem sempre incentivado e promovido os estudos de todas nós, filhas. Por serem eles exemplos de amor e de dedicação, cuja força e sustentação estão presentes em todos os desafios a vencer, sempre. Meu pai seguirá, de onde estiver, guiando-me como estrela reluzente! Minha mãe, chegando aos 88

anos de idade, mantém presente os cuidados maternos e permanece atenta para que eu tenha tempo para estudar, trabalhar e também para descansar.

Aos meus filhos, Renato e Joyce, e à minha nora Natália, por serem verdadeiros amigos, com quem muito aprendo ao trilhar a caminhada, por me cercarem de amor, atenção e cuidados, por toda a alegria que trazem para a minha vida e pelo tanto que me encorajam diante de todos os desafios que enfrento.

Ao Urbano, que deve pairar em alguma galáxia luminosa, porque sua coragem, alegria e determinação seguem me inspirando como exemplo de vida

Às minhas irmãs, Nádia, Roseana, Rosaly e Rosemay, presenças fundamentais ao longo de toda a minha vida, pelos sólidos laços de amor, cuidado, solidariedade e companheirismo, que tanto me incentivam e nutrem, em todos os sentidos!

Aos meus sobrinhos, André e Gabriel, que considero como meio-filhos meus, por serem luz na minha vida e por torcerem verdadeiramente por mim, sempre!

À Roseana Brito e Rosaly Brito, irmãs jornalistas, revisoras, leitoras propositivas, que muito contribuíram na escrita do trabalho, dedicando, com muito carinho, todo o tempo necessário para avaliações críticas fundamentais.

Ao meu cunhado, Kid dos Reis, pelo carinho e atenção constante em busca de novos livros, matérias interessantes e tudo o mais que pudesse ajudar a pensar e a avançar no trabalho.

Aos meus queridíssimos e maravilhosos amigos, muitos (felizmente!) e de fé, por torcerem sempre por mim e incentivarem cada passo desse percurso, suportando com serenidade minhas ausências.

À Isabel Abreu Florentino, amiga-irmã de todas as horas, que dedicou tempo à leitura crítica e atenta do trabalho, dando grande contribuição. Muito a agradecer também por todos os cuidados por ela dispensados à família que formamos pelos laços do coração, para que eu pudesse finalizar a escrita do trabalho.

Aos amigos do Gettam, companheiros de muitas jornadas, viagens de pesquisa, debates e conversas, sempre dispostos a ajudar, por tudo o que de bom representam e pelas grandes contribuições que semeiam em suas incursões sociais e com seus trabalhos.

A Filipe Barata Alcântara, que, infelizmente, apenas por breve tempo pode contribuir no processo de formação dos alunos do IFPA, de Itaituba, pela presença amiga e receptiva na última etapa desta fase da pesquisa. A ele elevo meus pensamentos, para tentar alcançá-lo em algum lugar de muita luz, agradecendo imensamente por aquele que foi o nosso último e afetuoso encontro, naquela cidade.

Aos entrevistados durante a pesquisa de campo, que dedicaram parte de seu precioso

tempo a longas conversas, fonte de material de valor inestimável para a investigação e discussão no trabalho, que continuará certamente a suscitar muitas outras reflexões, para além deste momento.

Aos bravos e tenazes insubmissos do Tapajós, muitos deles representados por combativos agentes do campo social que participaram da pesquisa, por darem exemplos de luta incansável - como a que é empreendida pelos povos daquela região, em defesa do direito à vida, à cultura, à terra, à dignidade, ao trabalho, às riquezas naturais da região -, porque tomam as rédeas de seus próprios destinos e recusam-se a sucumbir às determinações arbitrárias, violentas e desumanas dos que detêm o poder. Dão eles grandes lições de vigor e de esperança na construção de novos caminhos para a concretização de sonhos compartilhados por muitos. Em momento tão difícil do nosso país, eles nos encorajam a seguir em frente e a assumir as responsabilidades que cabem a todos nós!



Nos encontramos onde dois grandes rios – o Amazonas e o Tapajós – também se encontram, em Santarém, oeste do Pará [...], para, assim como essas águas, também crescermos [...], para reafirmar o compromisso com os povos da Amazônia e denunciar as violações aos nossos territórios [...]. Mais uma vez sangramos diante do desenvolvimento violento que nos assola. Mais uma vez é o capital que tenta colonizar nossos corpos, nossas vidas e nossos territórios. Mesmo diante do aumento das violações na Amazônia [...], afirmamos mais uma vez que resistiremos! Eles combinaram de destruir a Amazônia, mas nós combinamos de defendê-la!

(CARTA DOS POVOS DA AMAZÔNIA,  
DOCUMENTO APROVADO NO  
*SEMINÁRIO 'AMAZÔNIA: TERRITÓRIOS  
DE LUTAS E RESISTÊNCIA'*, NOVEMBRO  
DE 2019).

## RESUMO

A pesquisa objetiva analisar a atual fase da acumulação capitalista mundial a partir da intensificação dos conflitos sociais em Itaituba, na Amazônia brasileira, decorrente dos impactos socioeconômicos gerados pelo neoliberalismo. A localização estratégica do município na rodovia Santarém-Cuiabá, a BR-163, e às margens do rio Tapajós, no oeste do Pará, bem como as extraordinárias reservas minerais que possui, há muito vêm atraindo os interesses de corporações transnacionais ligadas ao agronegócio, à exploração e produção mineral e à construção de grandes obras de infraestrutura. No período tomado como referência para a análise, de 2007 a 2017, ocorreu na região vertiginoso crescimento das atividades vinculadas a esses interesses. Os extraordinários investimentos públicos e privados às margens da rodovia evidenciam o dinamismo do capitalismo neoliberal das últimas décadas, caracterizado pela associação de grandes capitais ao redor do mundo, desnacionalização do patrimônio público estatal e financeirização da economia. Prioritariamente, são visados países e regiões que, como o Brasil e a Amazônia, possuem riquíssimo patrimônio natural, débil controle ambiental, normas e legislações flexíveis, em contexto histórico agravado por frágil democracia e desrespeito aos direitos sociais e étnicos. A rodovia constitui grande eixo de circulação da produção de *commodities* agrícolas, o que levou à construção de grandes estruturas portuárias, em uma logística de transporte multimodal para viabilizar o embarque da produção brasileira destinada aos mercados mundiais. O neoextrativismo agrícola e mineral praticado sem limites na região exige também grandes infraestruturas para a produção de energia, o que implica construção de hidrelétricas. Caso o megaprojeto do Complexo Hidrelétrico do Tapajós seja executado pelo governo federal, serão inviabilizados a vida e o trabalho de milhares de pessoas e destruída a natureza ao redor, provocando desequilíbrio socioambiental de proporções incomensuráveis. Trata-se das prioridades da agenda neoliberal que reforçam a posição subalterna do Brasil na geopolítica mundial, como produtor de matérias-primas para atender aos países industrializados do centro do capitalismo. As leis e os acordos internacionais firmados pelo país têm sido sistematicamente violados para favorecer a pilhagem das riquezas da região. O Estado brasileiro atua como partícipe dos jogos de poder controlados pelos países dominantes mundialmente, levando a região a impasses desastrosos. Tal dinamismo sobrepõe-se e potencializa problemas estruturais e históricos, como a grilagem de terras públicas, o descontrole ambiental, a violência, o arbítrio e o desinvestimento na pequena produção, produzindo cada vez mais concentração da riqueza, que gera pobreza, miséria, precarização da vida e do trabalho da maioria das populações da região. A concepção teórico-metodológica da pesquisa combina proposições de Bourdieu (1983,1989,1997) e de Foucault (1999). De caráter qualitativo, a investigação visa a identificar, recorrendo a entrevistas semiestruturadas com diferentes atores sociais da área e à análise documental, como vem se dando a organização das contrarreações à dominação neocolonial, sob o protagonismo de indígenas, comunidades tradicionais, trabalhadores e movimentos sociais, e qual a força que tem ‘o lugar’ para provocar deslocamentos de poder e impor o reconhecimento de direitos territoriais e socioculturais. Os resultados apontam para o fortalecimento das redes de resistência, que demandam urgentemente a agregação de outras forças políticas do campo contra-hegemônico.

**Palavras-Chave:** Conflitos sociais. Capitalismo. Violência. Estado. Resistência.

## ABSTRACT

The research aims to analyze the current capitalist accumulation's phase from the intensification of social conflicts in Itaituba, in the Brazilian Amazon, due to the socio-economic impact generated by neoliberalism. The municipality's strategic location on the Santarém-Cuiabá highway (BR-163), into the banks of the Tapajós River, in western Pará, it has extraordinary mining reserves it owns, that long has been attracting transnational corporations interests linked to agribusiness, mineral exploring, and construction of large infrastructure work. During the analysis period, from 2007 to 2017, there was a vertiginous growth in the activities linked to these interests, wherein the large public and private investments on the banks of the highway that has shown the neoliberal capitalism's dynamism in recent decades, marked by the association of large capitals around the world, denationalization of state public assets, and economy's financialization. Mainly, are targeted countries and regions that, like Brazil and the Amazon, have a rich natural heritage, weak environmental management, flexible rules and legislation, in a historical context aggravated by fragile democracy and disrespect for social and ethnic rights. Moreover, the highway is a part of a major axis of agricultural production to circulate commodities, which led to the construction of large port structures, in a multimodal transport logistics to enable the shipment of production to world markets. More, the agricultural and mineral neo-extractivism practiced without limits in the region also requires large infrastructures for energy production, which implies the construction of hydroelectric plants. Thus, if the Tapajós's Hydroelectric Complex mega-project is carried out by the federal government, the lives and work of thousands of people will be rendered unfeasible, and the surrounding nature will be destroyed, causing immeasurable proportions of socio- environmental damages. These are the priorities of the neoliberal agenda that reinforce Brazil's subordinate position in world geopolitics, as a producer of raw materials to serve the industrialized countries at the center of capitalism. International laws and agreements signed by the country have been systematically violated to favor the accumulation of the region's wealth. In this sense, the Brazilian State acts as a participant in the power games controlled by the dominant countries worldwide, leading the region to disastrous impasses. Such dynamism overlaps and enhances structural and historical problems, such as the grabbing of public lands, lack of environmental control, violence, arbitrariness, and disinvestment in smallholder production, producing more and more concentration of wealth, which generates poverty and misery to life and work of most of the populations from the region. From this, the theoretical- methodological perspective of the research combines the propositions from Bourdieu (1983; 1989; 1997) and Foucault (1999), and has a qualitative perspective, by using semi-structured interviews with different social actors in the region, combining also a documentary analysis. The investigation purposes to identify as has been the organization of the counter-reactions to neocolonialism domination, under the leadership of indigenous people, traditional communities, social movements, and workers, together with the investigation that leads understanding the importance of 'the locality' to provoke displacement of power and impose the recognition of territorial and socio-cultural rights. The results point to the strengthening of resistance networks, which urgently demand the aggregation of other political forces from the counter-hegemonic field.

**Keywords:** Social conflicts. Capitalism. Violence. Public State. Local resistance.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1-	Região de Integração do Tapajós.....	77
Figura 2-	Região de Integração do Tapajós.....	78
Figura 3-	Região das Flonas Itaituba I e II.....	99
Figura 4-	Mapa do Instituto Matogrossense de Economia Agropecuária (IMEA).....	268
Figura 5-	Mapa da Ferrovia EF – 170 MT/PA “Ferrogrão” .....	275

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1-	Participação por região – Janeiro de 2013 a 2018.....	225
Gráfico 2-	Evolução da Quantidade Produzida no Extrativismo Vegetal, Pará (2006 – 2016).....	237
Gráfico 3-	Distribuição da Produção Garimpeira de Ouro por Município no Pará – 2012.....	247
Gráfico 4-	Ouro Preço Mensal – E. U. dólares por onza troy.....	254
Gráfico 5-	Distribuição das Áreas Degradadas por Estado.....	289
Gráfico 6-	Evolução anual do desmatamento.....	293

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1-	PIB e PIB Per capita por Regiões de Integração. Pará 2016.....	79
Tabela 2-	Índice de Gini da Renda do Emprego Formal por Região de Integração 2014 2018.....	80
Tabela 3-	Renda e Desigualdade.....	81
Tabela 4-	Balança Comercial 2016.....	81
Tabela 5-	Saúde – Taxa de Mortalidade Infantil.....	83
Tabela 6-	Taxas de Rendimento (%) nos Ensinos Fundamental e Médi – 2017.....	84
Tabela 7-	Taxa de Homicídio, por 100 mil hab. na região de Integração do Tapajós, 2016 – 2018.....	84
Tabela 8-	Resultados do IDHM-E, IDHM-L e IDHM-R desagregados por cor nas UFs (2017) .....	85
Tabela 9-	Resultados do IDHM-E, IDHM-L e IDHM-R desagregados por sexo nas UFs (2017.....	85
Tabela 10-	População - Itaituba – 2007/2016.....	86
Tabela 11-	Terras Indígenas.....	87
Tabela 12-	PIB <i>per capita</i> – Itaituba – 2014/2017.....	88
Tabela 13-	Números de Crimes contra a Pessoa, Patrimônio e Crimes Violentos 2007- 2013/Itaituba.....	89
Tabela 14-	Área protegidas na Região de Integração do Tapajós.....	96
Tabela 15-	Área do Município de Itaituba coberta por áreas com regime especial de uso.....	97
Tabela 16-	Flonas Itaituba I e II. ....	99
Tabela 17-	Assentamentos de Trabalhadores(as) Rurais – Números oficiais Execução Anual –Famílias SR-30/STM – Superintendência Regional de Santarém.....	210
Tabela 18-	Assentamentos de Trabalhadores(as) Rurais – Números oficiais.....	209
Tabela 19-	Ranking Soja-grãos dos Estados do Brasil por quantidade produzida (em toneladas) .....	221
Tabela 20-	Ranking - Soja-grão dos Municípios do Pará por quantidade produzida (em toneladas) .....	222
Tabela 21-	Produção mundial de soja, em milhões de toneladas.....	224
Tabela 22-	Censo Agro 2017 - Pecuária, por nº de cabeças e de estabelecimentos	228
Tabela 23-	Exportação brasileira – série histórica 2019/2007 – soma de US\$ VL_FOB.....	229
Tabela 24-	Exportação de madeira – Pará - US\$ FOB.....	238
Tabela 25-	Balanço do Comércio Exterior do Setor Mineral – 2007.....	244
Tabela 26-	Balanço do Comércio Exterior do Setor Mineral – 2017.....	244
Tabela 27-	Produção Brasileira a Ouro Garimpo.....	258
Tabela 28-	Principais minas e projetos de ouro no Brasil.....	258
Tabela 29-	Principais cargas movimentadas (em milhões de toneladas e %)......	269
Tabela 30-	Instalações portuárias autorizadas – em Itaituba.....	270
Tabela 31-	Desmatamento por corte raso na Amazônia Legal.....	290
Tabela 32-	Desmatamento em municípios da Amazônia Legal – 2007 e 2018.....	291
Tabela 33-	UCs Federais mais desmatadas.....	292

## LISTA DE SIGLAS

ADEPARÁ	Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará.
AIMEX	Associação das Indústrias Exportadoras de Madeiras do Estado do Pará.
AMOT	Associação dos Mineradores de Ouro do Tapajós.
ANA	Agência Nacional de Águas.
ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica.
ANORO	Associação Nacional do Ouro.
ANM	Agência Nacional de Mineração.
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres.
AMPORT	Associação dos Terminais Portuários e Estações de Transbordo de Cargas da Bacia Amazônica.
ANTAQ	Agência Nacional de Transportes Aquaviários.
APA	Área de Proteção Ambiental.
APP	Área de Preservação Permanente.
ATAP	Associação dos Terminais Portuários e Estações de Transbordo de Cargas da Hidrovia do Tapajós.
B3	Brasil, Bolsa e Balcão.
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento.
BNDES	Banco Nacional do Desenvolvimento.
BR-163	Rodovia Santarém-Cuiabá.
CAR	Cadastro Ambiental Rural.
CCIR	Certificados de Cadastro de Imóvel Rural.
CCU	Contrato de Concessão de Uso.
CEDOC	Centro de Documentação Dom Tomás Balduino - CPT.
CFEM	Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais.
CITA	Conselho Indígena Tapajós Arapiuns.
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho.
CIMI	Conselho Indigenista Missionário.
CNA	Confederação Nacional da Agricultura.
CNE	Coletivo Nacional dos Eletricitários.
CONAB	Companhia Nacional de Abastecimento.
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares.
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito.
CPRM	Serviço Geológico do Brasil.
CPT	Comissão Pastoral da Terra.
CRO	Concessionária Rota do Oeste.
CVRD	Companhia Vale do Rio Doce.
DATASUS	Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde do Brasil.
DEAM	Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher.
DETER	Sistema de Detecção do Desmatamento em Tempo Real.
DNIT	Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral.
DOF	Documento de Origem Florestal.

DSEI	Distrito Sanitário Especial Indígena.
DVTM	Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.
EIA	Estudo de Impacto Ambiental.
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará.
EPE	Empresa de Pesquisa Energética.
ETC	Estação de Transbordo de Carga.
EVTEA	Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental.
FAEPA	Federação da Agricultura e Pecuária do Pará.
FAPESP	Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.
FAPESPA	Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará.
FASE	Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.
FETAGRI	Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura do Estado do Pará
FLONA	Floresta Nacional.
FMI	Fundo Monetário Internacional.
FNU	Federação Nacional dos Urbanitários.
FUNAI	Fundação Nacional do Índio.
FUNDEB	Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização dos Profissionais da Educação.
GTA	Guia de Trânsito Animal.
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas.
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.
IBRAM	Instituto Brasileiro de Mineração.
IBGM	Instituto Brasileiro de Gemas e Metais Preciosos.
ICMBIO	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.
IFPA	Instituto Federal do Pará.
IMEA	Instituto Matogrossense de Economia Agropecuária.
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária.
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.
IPEASA	Instituto de Pesquisa em Estudos Culturais e Ambientais Sustentáveis da Amazônia.
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.
ISA	Instituto Socioambiental.
MAB	Movimento dos Atingidos por Barragens.
MAM	Movimento pela Soberania Popular na Mineração.
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.
MDB	Movimento Democrático Brasileiro.
MMA	Ministério do Meio Ambiente.
MME	Ministério das Minas e Energia.
MP	Medida Provisória.
MPEG	Museu Paraense Emílio Goeldi.
MPPA	Ministério Público do Estado do Pará.
MPF	Ministério Público Federal.



MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.
OIT	Organização Internacional do Trabalho.
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil.
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PA	Projeto de Assentamento.
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos.
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento.
PAE	Projeto Agroextrativista.
PAS	Plano Amazônia Sustentável
PARNA	Parque Nacional.
PCH	Pequena Central Hidrelétrica.
PDE	Plano Decenal de Expansão de Energia.
PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável.
PIB	Produto Interno Bruto.
PIN	Plano de Integração Nacional.
PLDO	Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias.
PLG	Permissão de Lavra Garimpeira.
PME	Plano de Mineração do Estado do Pará.
PND	Programa Nacional de Desestatização.
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento.
PPI	Programa de Parcerias de Investimentos.
PPM	Pesquisa da Pecuária Municipal/IBGE.
PR/PA	Procuradoria da República no Pará.
PRODES	Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite.
PROVITA	Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas.
PSC	Partido Social Cristão.
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira.
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade.
PT	Partido dos Trabalhadores.
RI	Região de Integração.
RIMA	Relatório de Impacto ao Meio Ambiente.
SEGUP	Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social do Pará.
SEICOM	Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração do Governo do Pará.
SEMAS	Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado do Pará.
SEMMA	Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Itaituba.
SESAI	Secretaria Especial de Saúde Indígena.
SFB	Serviço Florestal Brasileiro.
SIGF	Sistema de Informações Geográficas e Fundiárias.
SIN	Sistema Interligado Nacional.
SINDSAÚDE	Sindicato dos Servidores em Saúde do Município de Itaituba
SINTEPP	Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras em Educação Pública do Estado do Pará.
SIPAM	Sistema de Proteção da Amazônia.

SISFLORA	Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais.
STTR	Sindicato de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Itaituba.
TAC	Termo de Ajuste de Conduta.
TCU	Tribunal de Contas da União.
TI	Terra Indígena.
TJPA	Tribunal de Justiça do Pará.
UC	Unidade de Conservação.
UFOPA	Universidade Federal do Oeste do Pará.
UFPA	Universidade Federal do Pará.
UHE	Usina hidrelétrica.
USDA	Departamento de Agricultura dos Estados Unidos.
ZEE	Zoneamento Ecológico-Econômico.

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>21</b>
<b>2</b>	<b>COSTURANDO O DEBATE ENTRE ABORDAGENS CRÍTICAS.....</b>	<b>32</b>
<b>2.1</b>	<b>O capitalismo sob perspectivas críticas.....</b>	<b>40</b>
<b>2.2</b>	<b>O Estado neoliberal: desnacionalização e democracia em ruínas.....</b>	<b>50</b>
<b>2.3</b>	<b>Conflitos sociais: vozes silenciadas e cidadania dilacerada.....</b>	<b>58</b>
<b>2.4</b>	<b>Opções teórico-metodológicas.....</b>	<b>71</b>
<b>3</b>	<b>ITAITUBA: ENTREPOSTO DE <i>COMMODITIES</i> OU FEITORIA NEOCOLONIAL?.....</b>	<b>75</b>
<b>3.1</b>	<b>Dados apontam a falácia do desenvolvimento no município, à custa da miséria social e danos ambientais profundos.....</b>	<b>76</b>
3.1.1	Localização geográfica e dados demográficos .....	76
3.1.2	A Região de Integração do Tapajós .....	78
3.1.3	Itaituba: dados demográficos e territoriais .....	85
3.1.4	Desenvolvimento humano: contradições em Itaituba .....	88
3.1.5	Breve análise da educação pública no município .....	90
<b>3.2</b>	<b>A cidade no contexto da rodovia Santarém-Cuiabá.....</b>	<b>92</b>
<b>3.3</b>	<b>A especificidade ambiental do município: UCs e TIs .....</b>	<b>95</b>
<b>4</b>	<b>CONFLITOS SOCIAIS NA BR-163: VIOLÊNCIA, REITERAÇÕES DA DOMINAÇÃO COLONIAL E INSURGÊNCIAS.....</b>	<b>101</b>
<b>4.1</b>	<b>Dez anos depois: retomada das lutas sociais, avanço voraz do capitalismo e desdemocratização.....</b>	<b>112</b>
<b>4.2</b>	<b>A violência, sob a perspectiva dos violentados .....</b>	<b>129</b>
<b>4.3</b>	<b>Expropriadores e expropriados: lugares de fala e perspectivas inconciliáveis .....</b>	<b>134</b>
4.3.1	Grilagem de terras para <i>commodities</i> e desinvestimento na agricultura familiar: embates gerados pelo agronegócio.....	135
4.3.2	Impactos e conflitos sociais trazidos pela exigência de grandes infraestruturas para escoar <i>commodities</i> .....	145
4.3.3	“Desenvolvimento” para quem? Enfrentamentos e violação aos direitos dos povos do entorno do Tapajós para a produção de energia.....	150
4.3.4	“Estamos prontos para a guerra”: pilhagem, ilegalidade e subserviência no modelo brasileiro de mineração em larga escala.....	155
4.3.5	O `efeito derrame´ dos grandes empreendimentos na vida da cidade e sua percepção pelos agentes locais .....	169
<b>4.4</b>	<b>Houve ampliação dos conflitos sociais no período 2007-2017?.....</b>	<b>172</b>
4.4.1	Dinâmicas sociais e ampliação das lutas e das resistências na região.....	172
4.4.2	Estratégias de luta e de resistência.....	176

<b>4.5</b>	<b>Síntese dos principais conflitos sociais da década 2007-2017, a partir dos agentes políticos, econômicos e sociais ouvidos na pesquisa e de outras fontes</b>	<b>188</b>
4.5.1	Mapeamento dos conflitos sociais em Itaituba, no entorno da BR-163, após pesquisa de campo (Anexo A) .....	188
4.5.2	Dados dos conflitos sociais e registros de violência no período 2007-2017, a partir de outras fontes (Anexo B).....	189
<b>5</b>	<b>JOGO BRUTO: O ‘GOVERNO INVISÍVEL’ DO CAPITAL TRANSNACIONAL NO OESTE DO PARÁ</b> .....	<b>194</b>
<b>5.1</b>	<b>Estratégias de apropriação, cobiça, articulação de capitais e interesses transnacionais ditam as regras do jogo</b> .....	<b>199</b>
<b>5.2</b>	<b>A produção de <i>commodities</i> no eixo da BR-163</b> .....	<b>206</b>
5.2.1	Disputas pela terra: reforma agrária, gestão do Estado, agravamento da grilagem e da concentração fundiária.....	209
5.2.2	A produção de grãos: novas fronteiras de expansão, fortes impactos socioeconômicos e ambientais .....	219
5.2.3	A pecuária: novas tecnologias para incremento da produção e as dinâmicas da cadeia carne-grãos .....	227
5.2.4	A produção madeireira: cenários atuais, exportação e ilegalidades.....	237
5.2.5	A produção de <i>commodities</i> minerais: expansão das fronteiras, transnacionalização, ilegalidades e descontrole do Estado.....	244
<b>5.3</b>	<b>Grandes empreendimentos de infraestrutura: exigências do modelo neoextrativista</b> .....	<b>261</b>
5.3.1	Impactos do asfaltamento e ilegalidades na administração da BR-163.....	262
5.3.2	O complexo portuário do Tapajós e as estações de transbordo de cargas (ETCs)..	267
5.3.3	Ferrogrão: a ferrovia da ilegalidade, da discórdia e do desrespeito às comunidades tradicionais e à natureza .....	273
5.3.4	A produção de energia na bacia do Tapajós: desnacionalização do setor energético e impactos socioambientais irreversíveis .....	279
<b>5.4</b>	<b>Desmatamento acelerado: expressão da violência de um modelo que produz devastação da vida em todas as suas dimensões</b> .....	<b>287</b>
<b>6</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>299</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>311</b>
	<b>ANEXOS</b> .....	<b>321</b>

## 1 INTRODUÇÃO

O marco inicial do presente trabalho remonta ao ano de 2006, quando a autora, então aluna do curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento, vinculado ao Núcleo de Altos Estudos Amazônicos (NAEA), da Universidade Federal do Pará (UFPA), sob a orientação da Profa. Dra. Edna Maria Ramos de Castro, percorreu, pela primeira vez, os municípios de Santarém, Novo Progresso, Trairão e Itaituba, neste incluído o distrito de Moraes Almeida, todos localizados ao longo da rodovia Santarém-Cuiabá, a BR-163.

Naquele período, o governo federal havia anunciado que a BR-163 seria asfaltada, o que significava viabilizar um eixo muito importante para a exportação de *commodities* agrícolas, ligando as regiões Sul, Centro-Oeste e Norte do país. Tal definição transformava o oeste do Pará em grande polo de atração a agentes fortemente capitalizados, que para lá se deslocavam, buscando assegurar seus interesses. Era intenso o dinamismo socioeconômico e territorial, marcado pela intensificação das pressões por frentes de expansão pecuária, madeireira e da soja sobre grandes reservas naturais, terras da União e territórios de populações tradicionais, sobrepondo-se aos problemas estruturais e políticos da região. Entre eles, graves questões fundiárias, falta de ordenamento territorial, escassez de recursos públicos à pequena produção, grilagem de terras, exploração predatória das riquezas, debilidade da atuação do Estado no cumprimento de suas atribuições legais.

Estabelecia-se um quadro de polarização social crescente, com aumento das tensões e da intensificação dos conflitos sociais na região, objeto da pesquisa “Atores, Relações Sociais e Desmatamento na Amazônia”, coordenado pela Profa. Dra. Edna Castro<sup>1</sup>.

Em âmbito mundial, o período coincidia com fortes pressões internacionais provenientes do debate de movimentos ambientalistas e outras organizações sobre as mudanças climáticas e, sendo a Amazônia determinante para o equilíbrio ecológico do planeta, demandavam-se urgentes medidas a fim de deter o vertiginoso crescimento do desmatamento da floresta amazônica, provocado por processos de ocupação ilegal das terras e pelas disputas por riquezas da região (CASTRO, 2007; RIBEIRO; CASTRO, 2008; ARAÚJO *et al.*, 2008; TORRES; DOBLAS; ALARCON, 2017; OLIVEIRA, 2005). O descontrole do Estado sobre

---

<sup>1</sup>A viagem do referido grupo de pesquisa suscitou o interesse da autora em aprofundar a investigação naquela região da Amazônia, durante o curso de Mestrado no NAEA/UFPA. A complexidade das dinâmicas sociopolíticas e econômicas na região da BR-163, naquele período, faziam emergir profundas contradições existentes no oeste do estado do Pará e apontavam para o agravamento dos conflitos sociais. Ao final daquela etapa da pesquisa, foi apresentada a dissertação “Vozes dissonantes: Estado, discurso e conflito no oeste do Pará”, aprovada em 2007.

Desmatamento e a pilhagem das riquezas da região era patente no início dos anos 2000, assim como as denúncias de casos de corrupção para o favorecimento de grandes latifundiários ligados à exploração madeireira e às atividades agropastoris, todas elas eivadas de irregularidades e de ilicitudes.

Diante do célere avanço da fronteira agrícola, bem como das pressões externas por parte daqueles agentes, para que houvesse controle da situação pelo Estado brasileiro, o governo federal, à época, no início da primeira gestão de Luís Inácio Lula da Silva, formalizou em 2006, após longo período de debates realizados em fóruns e por outros mecanismos, o Plano Amazônia Sustentável (PAS) e o Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da Rodovia BR-163, o Plano BR-163 Sustentável. Tais instrumentos de gestão propugnavam um “novo modelo de desenvolvimento”, cujo objetivo consistia em conciliar crescimento econômico com justiça social, conservação e uso sustentável dos recursos naturais. Tratava-se, portanto, de interesses e proposições não apenas divergentes, mas contraditórios.

Naquela etapa da pesquisa, buscou-se apreender as interpretações de diferentes agentes sociais acerca dos processos que envolveram as discussões públicas promovidas por meio dos fóruns, bem como as consequências imediatas das medidas governamentais tomadas com base no Plano BR-163 Sustentável, com o objetivo de identificar, a partir desses elementos colhidos em campo, a direção apontada pelas dinâmicas sociopolíticas e econômicas que ocorriam no oeste do Pará. Entre as conclusões do trabalho, por uma série de razões fundamentadas na pesquisa de campo, em dados oficiais, análises de estudiosos e denúncias tornadas públicas à época, aqueles objetivos do Plano foram considerados inconciliáveis.

Após certo período de arrefecimento do desmatamento e da ação desenfreada de madeireiros e de pecuaristas naquela região, o que se deve em parte à criação de Unidades de Conservação (UCs) pelo governo federal, novas investidas passaram a ocorrer, em flagrante desrespeito aos instrumentos legais recém-criados, gerando conflitos de toda ordem entre órgãos de controle ambiental e agentes econômicos, nas relações entre as diferentes esferas de governo, entre grandes pecuaristas e madeireiros com trabalhadores da pequena produção, nos projetos de assentamento da reforma agrária, em terras indígenas.

Nas duas primeiras décadas deste século, os países e os agentes econômicos privados do centro do capitalismo passaram a intensificar na região a agenda neoliberal mundial, com base em novas estratégias articuladas com as elites político-econômicas do Brasil, visando a concretizar projetos de exploração das matérias-primas de que necessitam para promover o desenvolvimento industrial naqueles Estados nacionais. Agravou-se, desmedidamente, ao longo desse período, o avanço das fronteiras agrícolas e minerais, assim como a invasão de

territórios indígenas e das comunidades tradicionais e ribeirinhas, a devastação da floresta, o domínio privado ilegal de terras públicas, o controle e a contaminação do rio Tapajós.

Quanto à política interna, entre 2007 e 2017, período a que se dedica a presente etapa da pesquisa, ocorreram no Brasil grandes turbulências, motivadas por disputas eleitorais e por poder político entre frentes partidárias opositoras, que incluíram, em 2016, o golpe contra a presidente eleita Dilma Rousseff e, posteriormente, a chegada da extrema-direita ao poder central do país, em 2019.

Não obstante as inúmeras concessões feitas para a concretização da agenda neoliberal mundial por governos progressistas no Brasil, tal qual ocorreu em outros países da América Latina, conforme atestam estudiosos (GUDYNAS, 2010, 2011; ZHOURI; BOLADOS; CASTRO, 2016; ACOSTA, 2016), o campo das forças políticas conservadoras da direita e da extrema-direita, ao ficarem de fora do comando central do país, viram ameaçadas as bases do projeto hegemônico, de cunho abertamente neoliberal, sem peias, que elimina à força mecanismos democráticos e o próprio Estado de Direito. Desde 2007, a conjuntura político-econômica do país tem sido, portanto, marcada por intensas instabilidades.

Uma década após a conclusão daquela etapa da pesquisa na região da rodovia Santarém-Cuiabá, a constatação do agravamento das questões então debatidas, que vêm apresentando dinamismo e consequências socioambientais devastadoras, revelou-se profundamente desafiadora, conduzindo à nova imersão de estudos naquele lugar<sup>2</sup>. Duas indagações cruciais balizam o propósito da pesquisa: afinal, diante da racionalidade que impera na atual fase da acumulação capitalista, dos problemas estruturais da região, do poder do Estado, das disputas travadas em âmbito mundial, é possível às forças da contraordem promoverem, em âmbito local e regional, a desestabilização dos alicerces que sustentam o modelo capitalista neoliberal? Por outro lado, há por parte das forças sociais que estão à frente das contrarreações locais/regionais a compreensão da abrangência das questões que vinculam as diferentes escalas no sistema capitalista, bem como a definição de estratégias para responder à altura de tal complexidade?

O oeste do Pará, nessa perspectiva, pela posição que ocupa atualmente na geopolítica mundial e em vista da efervescência social, política e econômica que tem produzido conflitos sociais em cadeia, constitui lugar instigante para essa análise. A região abrange alguns dos elementos mais visados pelas forças capitalistas hegemônicas – riqueza natural abundante, localização estratégica para os interesses mundiais que envolvem o agronegócio e a mineração,

---

<sup>2</sup> A pesquisa vincula-se ao Grupo de Pesquisa Estado, Território, Trabalho e Mercados Globalizados (GETTAM), do NAEA/UFPA, ligado ao Diretório de Grupos de Pesquisa do CNPq, sob a coordenação da Profa. Dra. Edna Castro

precária institucionalização dos direitos dos trabalhadores e das garantias sociais dos povos da região, débil aplicabilidade das leis e das normas de preservação ambiental, instituições estatais e grupos políticos oligárquicos coniventes e comprometidos com o avanço das forças neoliberais na região. Ao mesmo tempo, aquela região apresenta-se, também, como lugar de acúmulo de forças sociais, de forte presença indígena, de entidades e de movimentos sociais engajados em lutas nacionais e internacionais, de trabalhadores rurais e de comunidades tradicionais forjados na luta.

Quanto à metodologia da pesquisa adotada no trabalho, explicitada no primeiro capítulo, está fundamentada em proposições teórico-metodológicas de Bourdieu (1983,1989, 1997) e de Foucault (1999). A partir de pontos de convergência identificados nas contribuições dos autores, como a importância de analisar as relações de poder, bem como as diferentes formas de dominação e de sujeição para a compreensão dos processos sociais, foi definida a metodologia para a investigação. De acordo com tais perspectivas, é essencial que sejam considerados os condicionantes históricos, assim como as rupturas que passam a ocorrer com valores, crenças e estereótipos, o que envolve aspectos materiais e também simbólicos.

A metodologia de campo de Bourdieu (1989; 1997) leva em conta convergências, disputas, relações de força e outros aspectos relacionais definidores das posições de poder ocupadas pelos agentes sociais dentro do campo. Os campos determinados para observação, neste trabalho, foram os campos social, político e econômico. A partir dessa definição, foram consideradas proposições de Foucault (1999), a exemplo da importância da observação de como os operadores da dominação articulam-se e buscam reproduzir, permanentemente, relações de sujeição, ou como o poder vincula as menores escalas à dominação global.

Quanto aos procedimentos metodológicos para a coleta de dados, foram utilizadas entrevistas semiestruturadas e a análise documental. Os sujeitos coletivos escolhidos estão mencionados ao longo dos capítulos, bem como no Anexo I do trabalho. Mais recentemente, as etapas da pesquisa de campo ocorreram nos anos de 2016 e 2019.

Os entrevistados, de modo geral e os do campo social em particular, manifestaram grande disponibilidade em contribuir com a pesquisa e concederam tempo precioso para refletir acerca das dinâmicas e dos conflitos sociais, a partir das temáticas propostas no trabalho. As contribuições de campo foram essenciais para a análise, tendo em vista a grande quantidade e a profundidade de elementos próprios ao lugar trazidos ao debate, assim como porque revelaram profunda conexão com o que está acontecendo mundialmente e com o debate teórico produzido por pensadores críticos.



## Estruturação da Tese

No primeiro capítulo, são estabelecidas as bases teóricas que sustentam a análise, fundamentadas em autores filiados a correntes do pensamento crítico, que partem de diferentes concepções e abordagens. As divergências, mesmo entre autores que se vinculam à mesma perspectiva teórica, como sabido, fazem parte do processo de construção da ciência. Compreende-se, assim, que as divergências e críticas, longe de anularem a importância das contribuições sobre as quais se debruçam, propiciam uma infinidade de outras interpretações e conexões teórico-práticas.

Entre as divergências teóricas consideradas no trabalho, como é aprofundado no primeiro capítulo, foram incluídas as que partem de clivagens propostas por autores identificados com as teorias pós-coloniais e decoloniais (BHABA, 1998; QUIJANO, 2000, 2005; MIGNOLO, 2005, 2008; GROSGOUEL, 2009; PORTO-GONÇALVES, 2005; RIBEIRO, 2013; CASTRO; ALONSO; NASCIMENTO, 2016; CASTRO, 2017). Em relação a estes, o entendimento é de que a crítica ao sistema capitalista e a compreensão de seu caráter generalizante não impedem de serem também estabelecidas e investigadas outras distinções que marcaram as estruturas de poder e de dominação nos Estados nacionais que foram colonizados.

Não se trata, seguramente, como será explorado a seguir, de relativizar as implicações mundiais do sistema capitalista, ou de atribuir caráter vitimizante aos países que foram colonizados por países europeus, mas sim de reconhecer processos históricos, que, efetivamente, a partir daquela dimensão sistêmica, impuseram critérios de diferenciações, formas de dominação e de opressão aos povos colonizados. Na argumentação, confirma-se o entendimento de que colonialidade do poder Quijano (2005) persiste na estrutura mundial, como propõe Grosfoguel (2009), mesmo após séculos da descolonização jurídico-política de Estados-nação que, como o Brasil, continuam a ocupar o lugar que lhe foi imposto na divisão internacional do trabalho, bem como seguem reproduzindo, internamente, padrões de distinção racial e cultural inculcados desde o período colonial.

Tais constrangimentos, impostos de início pelas elites político-econômicas europeias, instalaram-se e deitaram raízes nas estruturas de poder do Brasil. Se poderiam ter sido superados, a despeito das forças mundiais contrárias, a história demonstra não ter sido possível, em vista de que os padrões de dominação intrincaram-se no *modus operandi* das oligarquias brasileiras que, ao aquiescerem às diferenciações raciais e culturais estabelecidas pelo poder europeu, fizeram-no em benefício próprio, mas não do país.

Entende-se que as formas arbitrárias de exercício do poder e a imposição de valores

culturais passaram a constituir subjetividades que induziram e reforçaram, continuamente, padrões de comportamento e de sujeição. Nesse sentido, no percurso do trabalho, insere-se a análise de padrões históricos de poder e de formas de dominação capitalistas no país que, atualmente, sob os agravantes da lógica normativa global neoliberal, continuam a se reproduzir. Em dado momento e configuração social, entretanto, as estruturas e os mecanismos da dominação passam a ser percebidos e não tolerados por indivíduos, grupos, organizações sociais, gerando resistência e contrarreação. A partir dessa tensão original que emerge para o campo racional, promovendo revolta e insubmissão, passam a haver tensões e conflitos.

No segundo capítulo, justifica-se a delimitação do ‘lugar’, a partir da concepção teórica de Escobar (2005), como base para a análise das dinâmicas capitalistas que, embora centrada em Itaituba, vai muito além dos limites geográficos, levando em conta a inserção do município na região abrangida pela rodovia Santarém-Cuiabá e os interesses econômicos em torno das terras, das riquezas naturais e das potencialidades do rio Tapajós.

O lugar expandido para observação, naquela sub-região da Amazônia, demonstrou-se extremamente profícuo para os objetivos do trabalho e também muito valioso, sob o ponto de vista do percurso da pesquisa, pela profusão de elementos e dados trazidos à análise por meio de diferentes fontes e pela inigualável contribuição dos entrevistados.

Cabe ressaltar que os dados oficiais apresentados no 2º capítulo do trabalho evidenciam as profundas contradições entre o discurso do desenvolvimento, leviana e astuciosamente utilizado como estratégia de persuasão das vantagens dos megaempreendimentos, que vêm sendo instalados na região, e as precárias condições de vida das populações locais, provenientes da negação de seus direitos essenciais. Analisa-se, a partir desse escopo, o fosso existente entre tais contradições e se estas têm ou não impulsionado a tomada de consciência pelos povos da região do Tapajós, diretamente impactados pelas injustiças sociais e pela devastação ambiental.

O terceiro capítulo é dedicado à apreensão das contrarreações do campo social (WALLERSTEIN, 1999; BHABHA, 1998; GROSFUGUEL, 2009; DARDOT; LAVAL, 2016; SANTOS, 2009; CASTRO, 2007, 2012, 2014; CASTELLS, 2013), organizadas por meio de movimentos sociais, indígenas, trabalhadores, comunidades e outros, que, insubmissos, têm reagido às imposições do sistema hegemônico; ao Estado, que age em desfavor do seu povo e sofisma mecanismos de participação e democratização das políticas públicas; às elites políticas e econômicas, que nunca se fartam em acumular bens e poder, a qualquer preço e em detrimento de quem quer que seja, desrespeitando os povos da região, suas culturas e a natureza. São formas de dominação e de exercício do poder, as quais, ainda que circunscritas formalmente aos limites do regime democrático, na prática, corrompem e aviltam a democracia, porque impedem

a livre manifestação e a deliberação coletiva, afrontando leis e direitos consagrados no país e internacionalmente (FOUCAULT, 1999; BOURDIEU, 1989, 2014; SANTOS, 2009; QUIJANO, 2005).

Nesse capítulo, são também investigadas as principais motivações que têm levado aos conflitos sociais (ELIAS, 2008; FOUCAULT, 1999; WALLERSTEIN, 1999; SANTOS, 2009; BHABHA, 1998; ESCOBAR, 2005, 2010; GROSFUGUEL, 2009), situações em que os agentes do campo social forçam deslocamentos de poder no campo político, bem como a anulação de instrumentos jurídico-administrativos e de megaprojetos governamentais que violam direitos dos povos da região e destroem a natureza. As análises feitas pelos agentes sociais entrevistados, que estão à frente das lutas, vinculam com clareza tais motivações a questões históricas, aos fundamentos do modelo capitalista e às estratégias utilizadas atualmente na região, especialmente quanto às dinâmicas que envolvem a exploração mineral, o agronegócio e os grandes empreendimentos de infraestrutura exigidos pelo modelo neoextrativista, focalizados diretamente nesta pesquisa (GUDYNAS, 2011; ACOSTA, 2016; ZHOURI; BOLADOS; CASTRO, 2016; CASTRO; ALONSO; NASCIMENTO, 2016; CASTRO, 2017).

Diante da complexidade e da abrangência dos problemas enfrentados, vem se consolidando na região a articulação das contrarreações ao avanço dos tentáculos capitalistas, por meio de redes de cooperação e de resistência, em nível local, nacional e mundial. Tais redes concretizam-se por diferentes mecanismos presenciais, assim como pelas redes sociais da internet e outras tecnologias que viabilizam o compartilhamento ágil de informações e a ampliação de estratégias Castells (2013). A importância das estratégias de luta e de como vem se dando essa construção pelo conjunto dos agentes do campo social é também objeto de discussão no capítulo.

Enfrentar a ordem capitalista hegemônica, entretanto, revela-se sempre um caminho marcado por processos antidemocráticos, quando não ostensivamente truculentos. Por essa razão, a violência constitui categoria central de análise no trabalho (FOUCAULT, 1999; SANTOS, 2009; CASTRO, 2017), como consta no 3º capítulo, e toma por base as interpretações dos próprios violentados, cujos relatos evidenciam a dimensão da crueldade com que é praticada por poderosos agentes econômicos, frequentemente grileiros de terras ou praticantes de outras tantas ilegalidades, assim como pelo próprio Estado.

Os conflitos sociais são tomados como arenas de disputas por poder e, assim sendo, as questões de pesquisa foram submetidas não apenas aos agentes do campo social, como também aos que pertencem aos campos político e econômico. No confronto entre as diferentes

interpretações, por opção, atribuiu-se como ponto de partida da análise as vozes comumente sufocadas e as histórias de luta silenciadas nos discursos oficiais, bem como desconsideradas nos planos governamentais e nas prioridades de investimentos do Estado para a região. Tal proposição sustenta-se na compreensão de que o campo da produção do conhecimento é um campo de poder (FOUCAULT, 1999; BOURDIEU, 2004; CASTRO, 2015), que, sob perspectiva crítica, deve assumir o compromisso de desafiar e de contestar as visões e as versões dos que detêm a dominância do poder, inclusive as do Estado.

Fundamental destacar que a hipótese da pesquisa de que os conflitos sociais intensificaram-se no período 2007- 2017, em decorrência da racionalidade, lógica e dinâmicas da acumulação capitalista mundial, partindo da observação na região em que se insere o município de Itaituba, foi submetida aos participantes da pesquisa, sendo, também, objeto de levantamento de dados sistematizados por duas entidades que possuem grande acervo sobre o histórico de lutas em defesa da terra e dos direitos indígenas na região – a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e o Conselho Indigenista Missionário (CIMI), cuja breve amostragem encontra-se no Anexo B deste trabalho.

De forma inequívoca, as histórias de vida e de luta dos insurgentes da região, assim como a multiplicidade de fatos públicos, denúncias, relatos, análises e dados de diferentes fontes comprovam que tem havido a intensificação dos conflitos sociais desde 2007. Os discursos dos detentores do poder político-econômico de que o avanço das ações, investimentos públicos e privados, em megaempreendimentos, no agronegócio e na mineração, impulsionariam o desenvolvimento, solucionariam a pobreza e melhorariam a qualidade de vida dos povos da região é uma grande falácia que, cada vez mais, fornece elementos para a descrença no modelo capitalista, por visar, exclusivamente, ao crescimento econômico e ao enriquecimento de poucos.

No 4º capítulo, busca-se aprofundar o entendimento da racionalidade capitalista neoliberal e da extensão das ações que movem os agentes dos campos político e econômico articulados local, nacional e mundialmente, assim como das consequências socioeconômicas e ambientais naquela sub-região da Amazônia. São questões atravessadas por estratégias de apropriação ilícita dos territórios, subjugação de culturas, dominação dos povos e da natureza para tornar as atividades econômicas e os investimentos financeiros exponencialmente lucrativos (FOUCAULT, 1999; DARDOT; LAVAL, 2016; QUIJANO, 2002, 2005; ZHOURI, BOLADOS; CASTRO, 2016).

A pesquisa vincula, também, duas escalas de apreensão dos problemas, uma local e outra global, que não estão cindidas no sentido das fronteiras geográficas da região em relação ao

restante do mundo, nem mesmo internamente, porque os interesses e as articulações dos dois grandes blocos – hegemônico e contra-hegemônico – entrecruzam-se e estabelecem relações entre diferentes escalas e em cada uma delas.

Na articulação dos interesses dominantes dos campos político e econômico, situa-se o Estado (FOUCAULT, 1999; BOURDIEU, 2010, 2014; DARDOT; LAVAL, 2016; QUIJANO, 2002; SANTOS, 2009; SALAMA, 1980) como agente ativo dos dois campos, em âmbito nacional e internacional, assim como as demais forças representadas por grandes grupos empresariais, corporações transnacionais e outros Estados nacionais, cuja identificação, embora permeada por intensa concorrência, consiste na busca pelo controle parcial ou total da produção em setores estratégicos para a economia capitalista mundial, ou para obtenção da lucratividade máxima viabilizada por extraordinários processos de financeirização da economia.

Os grupos oligárquicos do Brasil vinculam-se ao conjunto das forças mundiais acima mencionadas, a fim de assegurar seu acesso a parcelas do poder controlado pelos países do centro do capitalismo, buscando garantir investimentos privados das corporações transnacionais no país, ou de Estados nacionais como a China, de modo a inserirem-se de forma subalterna (BHABA, 1998; QUIJANO, 2002, 2005; SALAMA, 2012; GUDYNAS, 2016) nos processos de produção daqueles setores, ou obterem a entrada direta de recursos por meio da desnacionalização do patrimônio público brasileiro.

A inserção subordinada do Brasil na produção consiste no fortalecimento do modelo primário-exportador de matérias-primas (ACOSTA, 2016; GUDYNAS, 2011, 2016), as quais abastecem os países industrializados, o que implica a “reprimarização da economia” Salama (2012), debatida no 4º capítulo. Quanto à privatização/desnacionalização, a transferência do patrimônio público para a iniciativa privada tem ocorrido com maior ou menor intensidade em diferentes períodos e governos da história recente do país. Tal estratégia neoliberal e a relação com o Estado neoliberal são também analisadas no capítulo, situando o que Dardot e Laval (2016, p. 15) conceituam como “intervencionismo negativo”, ou “anti- intervencionismo como princípio”. O Estado é, assim, o próprio mentor, disciplinador das regras e, por fim, executor da retirada de sua participação da missão que, até então, estava sob seu comando, para ser levada a cabo em benefício das maiorias, conforme a crença disseminada em relação ao papel que deveria cumprir.

Quanto à vinculação dos interesses dominantes entre as diferentes escalas, observa-se em Itaituba o grau de adesão das elites político-econômicas locais às medidas anti-intervencionistas do Estado brasileiro, seguindo à risca os preceitos neoliberais. Ávidas por ampliar a arrecadação de tributos e obter injeção de dinheiro externo no município,

independentemente das consequências socioambientais que têm trazido e apontam para desequilíbrios cada vez mais fora do controle das instituições estatais, as oligarquias locais abonam e articulam a intensificação do intervencionismo negativo. Nesse sentido, o prefeito de Itaituba é figura emblemática do quanto os interesses públicos e privados estão intrincados no município.

Em relação à financeirização exponencial da economia, outro aspecto do dinamismo do sistema capitalista discutido no 4º capítulo, a dominância dos principais agentes políticos e econômicos – Estados nacionais do centro do capitalismo, organizações econômicas mundiais e corporações transnacionais – objetiva acelerar a movimentação de capitais e a especulação financeira, como amplamente observado nos investimentos que vêm sendo feitos na região paraense da BR-163.

Nesse sentido, os dados apresentados no último capítulo comprovam que gigantes grupos empresariais, interessados no agronegócio, na mineração e na construção de grandes infraestruturas, inclusive as que se destinam à produção de energia, contam em suas composições societárias com conglomerados financeiros, poderosos agentes do mercado mundial de capitais, como as bolsas de valores, constituídas por grandes e pequenos acionistas de todos os lugares do mundo, cujo interesse específico é a especulação financeira, com vistas a obter rentabilidade máxima. O mercado de ações atua, assim, a partir de sistemas ditos ‘impessoais’, embora constituídos e operados não apenas pelo anonimato do mercado, mas, principalmente, por agentes econômicos que definem as estratégias de ação e as regras do jogo para ampliar a reprodução financeira.

Assim sendo, a racionalidade que move os mercados financeiros, os quais investem no agronegócio, no mercado do ouro ou em qualquer outra daquelas atividades econômicas, independe dos danos e dos desastres socioambientais gerados nas regiões e nas localidades em que os projetos são implantados. A alegação de que os investimentos são social e ambientalmente responsáveis, porque geridos com base em mecanismos de governança corporativa, é também objeto de discussão, por constituir discurso enganoso e criminoso, conforme comprovam, fartamente, os inúmeros desastres socioambientais ocorridos no Brasil, em todo o estado do Pará, bem como no entorno do rio Tapajós e da rodovia BR-163.

Na região, há uma multiplicidade de fatos que comprovam as afirmações acima, conforme debatido no último capítulo, o que confere legitimidade às contundentes denúncias dos agentes sociais locais e regionais. Nas muitas situações em que prevalecem a lógica neoextrativista e a da lucratividade máxima, prosperam ilegalidades, afrontas aos direitos dos povos, desdemocratização (QUIJANO, 2002; SANTOS, 2009; DARDOT; LAVAL, 2016) e

desrespeito aos limites de renovação da natureza (GUDYNAS, 2016; ACOSTA, 2016; CASTRO, 2015b).

É importante ressaltar que as denúncias, relatos dos entrevistados e dados que atestam os fatos acima referidos foram colhidos não apenas entre os agentes do campo social. Tanto as informações como os dados foram também confirmados em sites oficiais dos governos, dos grupos empresariais e das corporações diretamente envolvidos nos megaempreendimentos da região, bolsas de valores, organizações empresariais dirigentes dos setores pesquisados, instituições de pesquisa e de estatística estaduais e nacionais, além das demais fontes indicadas ao longo do trabalho.

Nos desvãos da política sorrateira e sórdida, que vincula os agentes detentores da dominância do poder político e econômico, não cabe outra alternativa que não a de reagir. Por isso, interessa tão fortemente entender como vêm se dando as contrarreações por parte dos sujeitos coletivos sociais, que há muito não abdicam do direito de lutar naquela região. A essa perspectiva de apreensão das experiências de resistência e das possibilidades de enfrentamento contra a ordem hegemônica dedica-se o trabalho.

## 2 COSTURANDO O DEBATE ENTRE ABORDAGENS CRÍTICAS

As escolhas teóricas, neste trabalho, embora possam parecer, *a priori*, pouco precisas, por incluírem interpretações que apresentam divergências entre si, são fruto de reflexões que levaram em conta, sem desconhecer vertentes em conflito, a riqueza de contribuições inseridas em um amplo campo interpretativo.

Nesse sentido, busca-se estabelecer o diálogo entre conceitos e análises a partir de três categorias centrais – capitalismo, conflitos sociais e Estado -, com base em autores que fundamentam a Teoria Crítica social e em autores de outras vertentes do pensamento e da ciência crítica, identificados com os estudos Pós-coloniais e Decoloniais, nestes compreendida a produção do grupo Modernidade/Colonialidade. São abordagens que têm como eixo comum a contraposição às formas de dominação fundadas no aniquilamento do outro e na tentativa de obliterar a capacidade de interpretação e de decisão que esse outro possui, em função de sua condição racial, de classe, de sexo e de lugar, no capitalismo mundial.

Tais processos de dominação e de exclusão, que vêm se reproduzindo e sendo naturalizados historicamente no mundo, partem do poder hegemônico eurocêntrico, desde o período da colonização das Américas, depois euro-norte-americano, fundamentalmente ocidentalizado, que se impõe também na construção do conhecimento. Nesse sentido, toda formulação crítica é desqualificada, bem como o são outras perspectivas de análise, de intervenção social e de reinvenção por parte dos sujeitos e das sociedades que estão no campo das submissões, ou seja, subalternizadas pela lógica e atuação do poder político e econômico hegemônico.

A base teórica da pesquisa, portanto, considera perspectivas de análise e a produção de pensadores que, europeus ou não, trilharam percursos teóricos críticos ao saber até então consolidado, desde a modernidade, posicionando-se na contramão das “verdades” estabelecidas cientificamente e formulando novas formas de compreender o mundo. A ideia é que vozes antes inaudíveis, porque foram propositalmente silenciadas, possam ser inseridas e consideradas no debate, fortalecendo e embasando as novas epistemologias e o campo dos movimentos antissistêmicos, como refere Wallerstein (1999).

Embora os pensadores pós-coloniais e os do Grupo da Modernidade/Colonialidade sejam, em geral, bastante firmes na crítica à produção intelectual e científica que não identificou o colonialismo e a colonialidade como determinantes nas relações de poder, em todos os níveis, também é certo que muitos pensadores críticos instigaram e contribuíram para que novas reflexões fossem possíveis no campo das contraposições a todas as formas de



dominação opressivas, em que se inserem as relações entre colonizadores e colonizados, mesmo que estas não tenham sido especificamente citadas.

Entende-se, desse modo, ser oportuno e enriquecedor o diálogo entre tais matrizes do pensamento, que, mesmo não tendo a mesma filiação teórica e apresentando divergências importantes, contribuem decisivamente para instigar formas libertárias de pensar, de descolonizar o pensamento, de interpretar o mundo e de agir. Trata-se de reflexões e de proposições que trazem à tona a complexidade das racionalidades em disputa, profundamente identificadas com as determinações do sistema capitalista mundial, que vêm impondo, cada vez mais celeremente, a sua lógica de acumulação e de reprodução. Advêm dessa dominação graves problemas socioeconômicos, culturais e para a natureza, que assolam o mundo no início deste século, dos quais a Amazônia e a região da bacia do Tapajós são singularmente representativas. Analisar criticamente o objeto aqui proposto significa compreender os processos históricos a partir de um outro lugar de fala e de enunciação, não aceitando os vetos e a desqualificação impostos pela perspectiva dos dominantes, inclusive da que é referendada cientificamente pela teoria social tradicional. É também buscar, nas referências críticas alternativas e nas novas formulações, os caminhos teóricos para entender como se constroem e em que sentido apontam as resistências observadas nos conflitos sociais naquela grande área da Amazônia, como parte que são do sistema capitalista global.

A Teoria Crítica, que surge com as contribuições da Escola de Frankfurt<sup>3</sup>, tem entre seus marcos a contraposição aos pilares da ciência moderna e às “verdades” produzidas a partir de então, propondo novas ideias e outras formas de interpretação da sociedade, que não as da teoria tradicional, cujas bases Horkheimer (1975) identifica com o sistema dedutivo de Descartes, que, em suas pretensões universalistas, totalitárias e de rigor absoluto, não

---

<sup>3</sup> O Institut fuer Sozialforschung (Instituto de Pesquisa Social) surgiu oficialmente em fevereiro de 1923 e passou a funcionar, com prédio próprio, em 1924, vinculado à Universidade de Frankfurt, daí o nome Escola de Frankfurt atribuído a essa vertente teórica. A ideia de sua criação nasceu em uma semana de estudos marxistas em 1922, na Turíngia, reunindo pesquisadores com o fim de estabelecer um grupo de trabalho para a documentação e reflexão teórica em torno dos movimentos operários na Europa. Buscava-se compreendê-los à luz de uma atualização do pensamento marxista. A partir de 1930, foi dirigido por Max Horkheimer, então um jovem filósofo formado em Frankfurt. Sob sua gestão, o Instituto assumiu as feições de um verdadeiro centro de pesquisa, como assinala Barbara Freitag (1990, p. 11), voltado a “uma análise crítica dos problemas do capitalismo moderno, que privilegiava, claramente, a superestrutura”. Invadido pelas tropas nazistas em 1933, por suas “atividades hostis ao Estado” (idem, p. 13), teve seu prédio confiscado, juntamente com o acervo de 60 mil volumes de sua biblioteca. A perseguição nazista forçou seus filósofos mais eminentes – além de Horkheimer, Theodor Adorno e Herbert Marcuse – ao exílio americano, no chamado período da emigração. Em 1934, a sede do Instituto foi transferida para Nova Iorque, passando a vincular-se à Universidade de Columbia. A revista do instituto, que até 1940 é publicada em alemão, tem seu último número, em 1941, publicado em inglês. Durante o período de emigração, mais de 50 bolsas de estudos de pesquisa foram concedidas a intelectuais e a judeus perseguidos pelo nazismo na Europa. Dentre eles, destaca-se Walter Benjamin, que, entre 1933 e 1938, em Paris, teve como única fonte de sobrevivência a bolsa concedida pelo Instituto. Benjamin suicidou-se quando tentava fugir da Europa com um grupo e foi interceptado por um agente de polícia na fronteira da França com a Espanha (FREITAG, 1990).

chega a contemplar a gênese social dos problemas, levando o conhecimento ao distanciamento da realidade que tenta absorver e explicar, com base na razão positivista.

Pela coerência teórica e de pensamento, embora com liberdade para divergências internas e recusando o pensamento unitário e restritivo, o grupo, formado por Max Horkheimer, Theodor Adorno, Walter Benjamin e Jürgen Habermas – os três primeiros da chamada primeira geração da escola frankfurtiana, e o último, da segunda geração – sobressai, embora muitos outros autores tenham dado contribuições relevantes às reflexões trazidas inicialmente pela Revista de Pesquisa Social, que expunha as linhas de pensamento do Instituto de Pesquisas Sociais de Frankfurt, na Alemanha marcada pelo Nazismo, a partir de 1933. A perseguição do regime levou o Instituto a outras cidades da Europa e seus pensadores ao exílio. Ao longo de todo o período que transcorreu até o final da Segunda Guerra Mundial, foram se consolidando vertentes do pensamento crítico, marcadas pelo ideário de liberdade e de autonomia na produção do conhecimento imaginativo, pelo grupo e outros intérpretes.

Muitas são as influências que a Escola de Frankfurt exerceu sobre diferentes pensadores, não necessariamente vinculados a esta ou a outra escola de pensamento, mas afinados com a visão crítica e a “razão polêmica”, que não aceita a ordem totalitária que tenta se impor aos processos sociais e às sociedades, prestando-se, tão bem e de maneira subserviente, às formas de dominação. Grande parte das contribuições à Teoria Crítica tem filiação clara ao marxismo, embora outras tantas apropriem-se da teoria marxista por vieses críticos, buscando transcender seus alicerces. Todas essas contribuições estão, portanto, afinadas com o pensamento libertário, que busca, para além de qualquer unidade e centralidade, compreender a existência e os processos sociais, apontando possibilidades de superação das formas de dominação e de opressão.

Quanto às vertentes do pensamento pós-colonial, que surgiram no campo do debate das teses da Teoria Crítica, não estão elas vinculadas a uma única teoria, nem se constituem como uma escola. As perspectivas críticas pós-coloniais abrangem questões teóricas formuladas, entre outros, por estudiosos do sul asiático, organizados no Grupo de Estudos.

Subalternos, que, após algum tempo, passaram a ser também aprofundadas pelo Grupo Latino-Americano dos Estudos Subalternos, nos Estados Unidos.

Posteriormente, sob críticas e novas interpretações, que em síntese desconsideram as bases do conhecimento produzido por teóricos europeus ou por autores que neles se basearam sem considerar as perspectivas, questões e o conhecimento produzidos por povos que foram colonizados, surgiu o Grupo Modernidade-Colonialidade, cujas raízes vinculam-se a autores da América Latina. Como em todo processo de construção do conhecimento, há divergências,

novas proposições e interpretações diferentes entre os autores identificados com este ou aquele grupo.

Os estudos pós-coloniais são assim conceituados não apenas por uma questão temporal, mas por representarem o posicionamento de grupos de estudiosos que, em especial a partir da segunda metade do século XX, identificaram as relações coloniais como elemento chave para a apreensão dos processos vivenciados pelas sociedades que foram colonizadas e subalternizadas, assim como para compreender a configuração mundial contemporânea, visto que, como afirma Bhabha (1998), relações neocoloniais estão presentes na divisão do trabalho multinacional e na nova ordem mundial.

A questão de fundo proposta por tais estudiosos é a não aceitação das perspectivas dominantes, construídas como as únicas universalmente válidas do saber, da cultura e do poder produzidos e levados a cabo pela Europa, o que abrange, também, o período histórico de consolidação do imperialismo europeu nas Américas, cujo escopo ocidentalista tornou invisíveis outras perspectivas étnico-raciais e culturais das sociedades orientais, bem como de todas as demais raças e povos submetidos aos processos de colonização e de opressão.

Entendem os autores pós-coloniais que essas questões e processos históricos estão a exigir novas interpretações das ciências sociais, porque não foram apreendidos ou suficientemente aprofundados pelos teóricos da Teoria Crítica a partir do viés do colonialismo, considerado central. Outro aspecto fundamental apontado pelos críticos pós-coloniais é que os pensadores ocidentais, em especial os europeus, teriam desconsiderado as perspectivas dos subalternizados, produzindo um conhecimento pretensamente universal, quando, na verdade, reproduziam a visão eurocêntrica do mundo.

Bhabha (1998), filósofo indiano e um dos importantes teóricos do pós-colonialismo, integrante do Grupo Sul-Asiático de Estudos Subalternos, elucida as razões e imperativos para o surgimento da crítica pós-colonial, ao refletir que:

A crítica pós-colonial é testemunha das forças desiguais e irregulares de representação cultural envolvidas na competição pela autoridade política e social dentro da ordem do mundo moderno. As perspectivas pós-coloniais emergem do testemunho colonial dos países do Terceiro Mundo e dos discursos das “minorias” dentro das divisões geopolíticas de Leste e Oeste, Norte e Sul. Elas intervêm naqueles discursos ideológicos da modernidade que tentam dar uma “normalidade” hegemônica ao desenvolvimento irregular e às histórias diferenciadas de nações, raças, comunidades, povos. Elas formulam suas revisões críticas em torno de questões de diferença cultural, autoridade social e discriminação política a fim de revelar os momentos antagônicos e ambivalentes no interior das “racionalizações” da modernidade (BHABHA, 1998, p. 239).

Trata-se, como esclarece Bhabha (1998), do rompimento com tradições da sociologia, por meio de outras perspectivas críticas, que questionam não apenas os pilares da modernidade como também a ausência de testemunhos, interpretações e reivindicações de todos os que, na geopolítica, vivenciam outras dimensões históricas, que não as das raças e das nações detentoras do poder político na ordem mundial. O pós-colonialismo, como refere o autor, “força um reconhecimento das fronteiras culturais e políticas mais complexas que existem no vértice dessas esferas políticas frequentemente opostas” (BHABHA, 1998, p. 241-242).

Ao refletir sobre a existência humana nos tempos atuais, Bhabha (1998) fala da sensação de vivermos nas fronteiras do presente, em que utilizamos o prefixo “pós” para designar aquilo que parece não ter um nome próprio, quando nos defrontamos com figuras complexas, que misturam, entre tantas outras, questões de diferença, passado e presente, identidade, inclusão e exclusão. A complexidade das questões trazidas ao debate com veemência crescente, por meio de conceitos, como orientação sexual, raça, geração, localidade geopolítica, somou-se com grande impacto às categorias classe e gênero, durante o século passado, resultando na ampliação da consciência dos sujeitos. Considera o autor, entretanto, que o ponto crucial nesse processo é o entendimento de como se articulam as diferenças culturais nos “entrelugares”, com suas estratégias de subjetivação e novos signos de identidade, que passam a ser produzidos, singular e coletivamente.

Ao analisar como se infunde o pensamento colonial, Bhabha (1998, p. 105) entende que a principal estratégia discursiva colonial é a criação do estereótipo, por implicar na fixidez de algo construído de certo modo que, ao ser repetido insistentemente, passa a ser absorvido e aceito como verdade, embasando a marginalização, que é reiterada historicamente. A ambivalência, formula Bhabha, é aspecto crucial para validar o estereótipo colonial, pois, ao mobilizar o caráter repetitivo em diferentes contextos sociais, assegura que as verdades produzidas venham a se conformar como “alteridade”, que é a própria afirmação da diferença na fantasia sobre origem e identidade. As diferenças e discriminações constituem o cerne do discurso colonial e das políticas de hierarquização, raciais e culturais. Reforçando o entendimento de Bhabha sobre os estereótipos e suas consequências, Ribeiro e Prazeres (2015, p. 27) afirmam que os “estereótipos são estigmas e, como tais, redutores da realidade” e a “incompletude da representação equivocada[...]leva, no limite, à desumanização do outro e à impossibilidade do convívio humano”.

No campo da crítica ao Grupo Sul-Asiático de Estudos Subalternos e ao Grupo Latino-americano de Estudos Subalternos, Grosfoguel (2009, p. 385) afirma que as rupturas que levaram à constituição do Grupo Modernidade-Colonialidade não devem ser consideradas

como “uma crítica antieuropeia fundamentalista e essencialista”, mas a afirmação de uma perspectiva que se contrapõe a toda forma de nacionalismo, colonialismo e fundamentalismo, seja este eurocêntrico ou do Terceiro Mundo, hegemônico ou marginal. Ao considerar o eurocentrismo como o elemento fundante da ação e do poder exercido pelos colonizadores europeus nas Américas, Mignolo (2005, p. 30) interpreta a colonialidade como o lado obscuro e indissociavelmente constitutivo da modernidade. É precisamente a partir desse diagnóstico – elaborado por Mignolo e também por Aníbal Quijano, Ramón Grosfoguel, dentre outros – que deriva o nome do grupo Modernidade-Colonialidade.

Para tornar mais claras algumas das principais críticas do grupo Modernidade-Colonialidade ao Grupo Latino-Americano de Estudos Subalternos, embora ressaltando a importância do conhecimento alternativo e radical que foi por este produzido, Grosfoguel (2009) critica o fato de os estudiosos não terem conseguido superar a reprodução do “esquema epistêmico dos Estudos Regionais nos Estados Unidos”, o que fez com que a maior parte da produção tenha recaído em “estudos sobre a perspectiva subalterna, em vez de os produzir com essa perspectiva e a partir dela” Grosfoguel (2009, p. 383). Segundo o autor, esse percurso levou ao distanciamento tanto dos sujeitos que estavam no Sul como das perspectivas étnico-raciais oriundas da região, que deveriam estar no centro das investigações, levando à ratificação da epistemologia colonial, que já vinha sendo produzida no Norte (GROSFOGUEL, 2009, p. 384).

Outra questão de fundo vincula-se às oposições entre a subalternidade como uma crítica pós-moderna – o que, ao reconhecer a modernidade como marco e processo de grande significado, teria representado uma crítica eurocêntrica ao eurocentrismo –, ou como descolonial, que implicaria a crítica ao eurocentrismo que se origina nos saberes subalternizados e até então silenciados, como refere Mignolo (2008, p. 313). Grosfoguel reforça a crítica também em relação ao Grupo Sul-Asiático de Estudos Subalternos, que teria recorrido à epistemologia ocidental e aos pós-modernistas para criticar o eurocentrismo Grosfoguel (2009, p. 384). Porto-Gonçalves (2005), ao apresentar uma das obras centrais na discussão sobre colonialidade, eurocentrismo e as perspectivas latino-americanas, analisa que:

[...] a teoria da moderno-colonialidade ao ressaltar o papel protagônico subalternizado indica não um lugar menor da América e maior da Europa, como se poderia pensar nos marcos dicotomizantes do pensamento hegemônico. Ao contrário, assinala que há uma ordem geopolítica mundial que é conformada por uma clivagem estruturante moderno-colonial e que só pode ser compreendida a partir dessa tensão que a habita (PORTO-GONÇALVES, 2005, p. 3-4).

Tais interpretações, entretanto, não se restringem aos estudiosos decoloniais, sendo amplamente debatidas por outros autores, como Wallerstein (1999), sociólogo estadunidense e formulador da teoria do sistema-mundo, que propõe uma revisão dos paradigmas das ciências sociais que consiga ir muito além do repensar das bases da tradição dessa disciplina por um processo mais radical de “impensar”, ou seja, construir um pensamento ao revés das suposições enganosas que levaram à formação da mentalidade restritiva com a qual se compreende o mundo.

Embora as questões centrais trazidas pelos autores das vertentes pós-coloniais e decoloniais possam parecer historicamente distantes, a proposta, neste trabalho, é justamente analisar o quanto que tais problemáticas falam de perto às condições definidoras das estruturas de poder em que se assentam as relações sociais de dominação e de subordinação impostas no mundo capitalista e, em particular, no Brasil, suas instituições e elites políticas e econômicas, até os tempos atuais.

Busca-se, aqui, também, para além de apreender as estruturas e os processos de dominação e de subordinação, relacioná-los a outra perspectiva, a da insurgência, que tem lugar por meio das múltiplas formas de resistência, quer pela formulação de novos enunciados, quer pela ação que enfrenta as tensões no campo da ação política. Esta é uma das razões pela qual os conflitos sociais foram identificados como fio condutor para a análise.

A outra razão, igualmente fundamental, é que os conflitos sociais fazem parte da história daquela área da Amazônia, em que Itaituba se situa, que combina antigos e novos processos de dominação e de insurgência, frente a velhas e novas dinâmicas e imposições do capitalismo mundial.

O diálogo entre diferentes perspectivas do pensamento crítico possibilita também o entendimento das estratégias – e artimanhas – políticas, sob discursos bem urdidos e práticas questionáveis, de que o país e a região estão sendo conduzidos a um pretense estágio de desenvolvimento. Trata-se de aprofundar a visão do desenvolvimento como crença, o que será apontado a seguir.

A Amazônia, de modo mais específico a área de influência da BR-163, insere-se na geopolítica mundial em que o Brasil e a América Latina, de acordo com aquelas perspectivas teóricas críticas, têm um lugar de fala que não pode ser silenciado. Não se trata de questão meramente geográfica, mas de entender as razões pelas quais aquelas regiões são marginalizadas – tal qual ocorre com outras, ausentes das estruturas dominantes do poder capitalista mundial -, embora suas riquezas naturais sejam saqueadas, os danos causados à natureza provoquem, cada vez mais, enormes desastres sociais e ambientais e a força de trabalho

prossiga sendo explorada, gerando maior lucratividade para grandes empresas e corporações internacionais, sem que isso resulte em distribuição mais equitativa da renda e da riqueza.

No Brasil e na Amazônia, a contrapelo dos resultados projetados nos discursos eufêmicos de que o desenvolvimento capitalista alcança a todos e promove progresso e desenvolvimento, como consta em programas e planos governamentais e é amplamente divulgado em materiais publicitários e na mídia, há muito a ser investigado, porém sob novas perspectivas. Torna-se imperiosa, portanto, como afirma Castro (2015), uma revisão paradigmática:

Nos dias atuais, observa-se a emergência de novas questões postas ao conhecimento e aos paradigmas pelos quais as ciências sociais e econômicas buscam entender e interpretar a sociedade. Sejam sociais, econômicos, políticos, ambientais, sejam inter-relacionados, transversalizados, eles desafiam o entendimento de práticas e processos, como aqueles referidos ao desenvolvimento. É nessa perspectiva que entendemos a relevância de uma revisão paradigmática rigorosa de temáticas deixadas à margem nas análises sobre o desenvolvimento, como as referências ao lugar (ESCOBAR, 1995; RIST, 2007) e à descolonização do conhecimento (RAMOS, 1965; SANTOS, 2009) que, a nosso ver, se tornam temas prioritários na reflexão (CASTRO, 2015, p. 225).

As novas abordagens – teorias feministas, pós-coloniais, decoloniais e a ecologia política -, como refere Castro (2015, p. 226), formulam críticas consistentes à modernidade, ao colonialismo e ao evolucionismo, que, a seu ver, constituem “matrizes estruturantes de crenças e ideologias presentes na sociedade contemporânea”. Ao procurar romper com os paradigmas dominantes, tais abordagens questionam os valores que sustentam as relações de poder e de dominação, os quais atualizam, permanentemente, a desigualdade social e a supressão de direitos Castro (2015, p. 226). Entre os aparatos que sustentam as ideias e ideologias do progresso e do desenvolvimento, está o sistema de crenças, inculcado por meio de muitas e eficazes estratégias que levam ao convencimento dos que estão a ele submetidos, até que possam ser questionados a partir dos evidentes fracassos dos resultados e que isso se torne objeto de insatisfação mobilizadora.

Na mesma linha de abordagem crítica, Foucault (1999, p. 10) analisa o processo de construção do conhecimento e de teorias que, por longo período, apresentaram-se como totalitárias, ainda que estando circunscritas a campos específicos e a instrumentos localizados, e considera que houve uma série de cisões nesse percurso em que foi atribuída a essas teorias caráter globalizante. Embora reconhecendo a grande contribuição de teorias como a psicanálise e o marxismo, o autor aprofunda e ressalta o que denomina de “insurreição dos saberes

sujeitados” Foucault (1999, p. 11), ou seja, saberes que foram sepultados e postos à margem da cientificidade reconhecida pelos grandes círculos intelectuais, por serem desqualificados pela pretensa hierarquia erudita do saber.

Na construção desse caminho teórico, que é também um percurso de pesquisa, Foucault (1999) busca construir uma genealogia ou decifrar múltiplas genealogias, com base no “saber histórico das lutas”, tomado como caminho para as interpelações históricas, cujas respostas são buscadas no acoplamento entre os saberes eruditos e as memórias e saberes locais. Propõe-se o autor, em cursos ministrados no Collège de France, a questionar a unidade teórica tirânica da discursividade detentora do poder científico, a partir de saberes não legitimados, lançados à margem do conhecimento.

Ramos (1996), ao analisar a produção da Sociologia no Brasil, à época, sob forte influência dos “conhecimentos enlatados” de origem europeia, afirma ser importante que tal conhecimento, gerado nos países que detêm o poder capitalista hegemônico, seja assimilado criticamente, de modo a transcender a mentalidade colonial e suas implicações no plano das ideias e da política. Refere Ramos (1996, p. 35) que a descolonização do trabalho sociológico é percurso essencial na construção científica, devendo partir da consciência sistemática de que existe uma perspectiva brasileira, ou seja, de cada lugar.

Muito embora Ramos (1996) não seja identificado como um intérprete do campo pós-colonial, constatou que a reação do mundo afro-asiático ao colonialismo, em meados do século passado, tinha como perspectiva de enfrentamento um sistema, o sistema colonial, e as reivindicações geradas tinham caráter universal, no sentido de que todos os sujeitos, independentemente do lugar, tivessem direito a um destino próprio.

Em meio à desconstrução de paradigmas e conceitos tidos como universais, que são de fato limitadores da compreensão do mundo, busca-se a releitura das categorias de análise que embasam a pesquisa.

## **2.1 O capitalismo sob perspectivas críticas**

Melo (2011) afirma que a Teoria Crítica surgiu da necessidade de compreender os processos emancipatórios para além das saídas amparadas nas teorias do campo marxista, das vias do socialismo soviético e da social-democracia, questionando os paradigmas revolucionários e reformistas. Tais caminhos significaram a contestação de determinados elementos fundantes da teoria marxista, que dizem respeito ao campo de ação que se origina e vincula ao trabalho socialmente organizado, no sistema capitalista, cuja alternativa



emancipatória dependeria da apropriação coletiva da totalidade da produção pelos trabalhadores, situando a utopia, portanto, refere o autor, nos limites da sociedade do trabalho, mesmo que esse trabalho fosse de outro tipo.

Os teóricos críticos partiram, então, de outras ancoragens buscando compreender os sentidos das lutas e das inscrições sociais que questionam os fundamentos do sistema capitalista e desacreditam que a superação das condições sociais impostas possa se dar pelo desenvolvimento do próprio sistema. Daí a importância para os estudiosos desse campo de entender a gênese dos conflitos e as múltiplas formas de dominação – não apenas as que têm origem na estrutura das classes sociais – inserindo outras perspectivas que também estratificam as sociedades, por critérios e valores raciais, de sexo, nacionalidade e *status* social.

Os conflitos e as lutas sociais advindas das insatisfações e revoltas a partir de tais critérios de diferença, emergem, então, por meio de uma pluralidade de mobilizações políticas, movimentos sociais e manifestações. De acordo com os teóricos críticos, a compreensão da complexidade das questões envolvidas, a partir desse amplo espectro, depende de um trabalho interdisciplinar rigoroso, não havendo um diagnóstico único, mas muitas formas de interpretar a realidade social que se pretende apreender para exercer a crítica.

Horkheimer (1975, p. 142-143), ao analisar a organização do processo produtivo e a vida da sociedade na economia burguesa, enuncia que, antes de a produção estar a serviço da felicidade dos indivíduos e da satisfação da vida em coletividade, está orientada às exigências do poder no sistema de propriedade dominante e promove, cada vez mais, miséria, injustiça e diferenciações na estrutura social, impostas de cima. As ideias de trocas justas, livre concorrência e harmonia de interesses, como alicerces da ordem burguesa, foram, desde sempre, solapados pelas experiências dos indivíduos e pela realidade social.

Decorre desse processo – que, como totalidade, inclui exploração, mais-valia, miséria, lucro –, a necessidade afirmada, veementemente, por Horkheimer (1975, p.146), de buscar não a reprodução da sociedade atual, mas a sua transformação. A transformação radical para uma sociedade sem exploração nem opressão, capaz de experienciar uma humanidade autoconsciente, analisa o autor, é certo que ainda carece de ser um projeto de muitos sujeitos, como é certo, também, que é preciso haver o desejo de transformação a atuar contra a injustiça dominante, o que deve ser reproduzido e mantido pelo conhecimento vinculante. É uma luta que só o processo histórico dirá se poderá ser vencedora, mas, encoraja Horkheimer (1975, p. 161), “antes da transformação geral da história a verdade pode refugiar-se nas minorias”.

Polanyi (2000, p. 193) interpreta o processo de exploração capitalista inserindo na discussão um elemento central, o “problema colonial”, fundamental para o diálogo teórico aqui

proposto. O autor ressalta a crueldade dos processos vividos pelos povos coloniais, pois considera que se a exploração no regime capitalista é perpetrada com violência, tanto mais foi assim em relação aos povos coloniais, por causar rupturas de suas estruturas básicas com a imposição da economia de mercado e por transformar a terra e o trabalho em mercadorias, arruinando as instituições culturais das sociedades. Inclui, em sua análise, o arrastamento de povos livres à escravidão e a total iniquidade por que passaram também outros povos submetidos à colonização, como os indianos, levados à catástrofe social. Reflete o autor:

Os mercados de trabalho, terra e dinheiro, são fáceis de distinguir; não é tão fácil distinguir aquelas partes de uma cultura cujo núcleo é formado por seres humanos, seus ambientes naturais e as organizações produtoras, respectivamente. O homem e a natureza são praticamente um na esfera cultural (POLANYI, 2000, p. 196).

Na relação entre Mercado e homem, Polanyi denuncia que “tentar separar o trabalho das outras atividades da vida e sujeitá-lo às leis do mercado foi o mesmo que aniquilar todas as formas orgânicas da existência e substituí-las por um tipo diferente de organização[...] atomista e individualista” (POLANYI, 2000, p. 198). O liberalismo econômico instituiu também o princípio da liberdade de contrato, como condição para reconhecimento de vínculo nas transações, passando assim a desconhecer e a desautorizar “organizações não-contratuais de parentesco, vizinhança, profissão e credo” (POLANYI, 2000, p. 198).

Quanto à relação entre mercado e natureza, Polanyi aprofunda a impossibilidade de separar terra e trabalho:

[...] O trabalho é parte da vida, a terra continua sendo parte da natureza, a vida e a natureza formam um todo articulado. A terra se liga, assim, a organizações de parentesco, vizinhança, profissão e credo – como a tribo e o templo, a aldeia, a guilda e a igreja. Por outro lado, um Grande Mercado é uma combinação de vida econômica que inclui mercados para os fatores da produção. Uma vez que esses fatores não se distingam dos elementos das instituições humanas, homem e natureza, pode-se ver claramente que a economia de mercado envolve uma sociedade cujas instituições estão subordinadas às exigências do mecanismo de mercado (POLANYI, 2000, p. 214).

A terra, para além da função econômica como fator de produção, ressalta Polanyi (2000, p. 214), é lugar de estabilidade, segurança, habitação, contemplação. Pode-se acrescentar também que a terra, nesse sentido amplo, é lugar de convivência, de travar relações sociais consolidadas ao longo da vida, de exercício das muitas atividades culturais que lhes são próprias.

Com essa percepção ampliada, é importante analisar os processos de desterritorialização e de deslocalização que vêm sendo impostos aos povos da Amazônia, da bacia do Tapajós e de Itaituba, pelos ditames do desenvolvimentismo cada vez mais célere e produtor de rupturas entre os seres humanos, suas culturas e a natureza.

O desenvolvimento, no contexto da análise histórica da acumulação e da reprodução capitalistas, está entre os temas mais investigados por sociólogos e outros estudiosos identificados com a Teoria Crítica. No Brasil, importantes formuladores de teses sobre a formação socioeconômica do país, como Fernandes (1961) e Ramos (1961), evidenciam que discussões dessa temática não devem estar circunscritas a um local ou a um dado período de tempo, sem que se estabeleçam os elos com a dimensão mais ampla em que as discussões e as ações devem situar-se.

Tal visão, entretanto, não significa negligenciar a força e o poder do lugar, mas ter a clareza de que, como ocorre em Itaituba e em toda a região do entorno da BR-163, grande parte das pressões e das definições político-econômicas, que interferem diretamente na vida das pessoas – nas relações sociais, no trabalho, no ambiente em que vivem, nas culturas a que pertencem – tem origem em outras escalas de poder, que não a local, interferindo diretamente nas condições objetivas e subjetivas da existência do lugar.

As bases do sistema capitalista e o próprio conceito de “desenvolvimento”, como afirma Rist (2001), sustentam-se, também, por meio de construções teóricas persuasivas e de discursos dirigidos inclusive aos mais afetados pelos processos de dominação capitalista. A construção de crenças é o solo fértil onde germinam a confiança e a submissão a determinados pressupostos, exercendo poder de sedução, como ocorre com a força do discurso do desenvolvimento, que, “mesmo após séculos”, prova não ter tornado possível “aliviar com medidas estruturais a miséria dos outros, sobretudo dos que vivem em outros continentes” Rist (2001, p. 9), tradução nossa), que não o europeu. Questiona o autor, então, de onde vem a legitimidade dessa tarefa coletiva, que se chama “desenvolvimento”, como invenção que é, que só acumula fracassos.

Salama (2012), em seus estudos sobre a economia dos países asiáticos e da América Latina, alerta para o fato de que “crescimento econômico não é sinônimo de industrialização crescente” Salama (2012, p. 230) e investiga o processo de “desindustrialização precoce”, que vem ocorrendo em vários países do mundo, inclusive nos de economia avançada.

Analisa que a crise estrutural por que passam as economias avançadas, atualmente, é diferente da que ocorreu na década de 1930, tanto porque a dimensão financeira passou a ter outro peso no mercado mundial, quanto pela intensificação comercial que passou a ocorrer entre as economias emergentes. Apesar do crescimento econômico que provém das novas

dinâmicas do capitalismo para essas economias, Salama ressalta as assimetrias existentes entre elas. Exemplifica com as relações comerciais entre China e Brasil, que triplicaram entre 2006 e 2010, embora os asiáticos apresentem expansão de produtos manufaturados para exportação, enquanto os brasileiros têm restringido, cada vez mais, a sua pauta de exportação às matérias-primas.

Segundo o autor, o processo de desindustrialização da maioria das economias avançadas, que vem ocorrendo desde o início da década de 2000, à exceção da Alemanha, decorre, em grande parte, do processo de deslocalização das atividades industriais e de serviços para as economias emergentes. A prioridade desse redirecionamento deve-se ao fato de que, por essa estratégia, os países mais ricos podem obter maior lucratividade, já que, naquelas economias, os salários são mais baixos, os direitos sociais são menos abrangentes, além de haver menor controle ambiental.

No Brasil, como em outros Estados nacionais, a queda da produção de bens manufaturados vem sendo compensada pela produção de matérias-primas com alto padrão tecnológico, em alguns setores, que se destinam às economias asiáticas, o que traz compensações na balança comercial desses países. Tal política econômica, entretanto, pela ótica de Salama, não está a salvo das consequências da crise estrutural que vem sendo atravessada pelas economias avançadas e esta pode ter intensidade ainda maior do que a de 2008.

Embora considere a importância das exportações destinadas à China para a economia brasileira, o autor afirma que o processo de desindustrialização precoce do Brasil ocorre “porque as relações comerciais não são acompanhadas por uma política de câmbio adequada nem por políticas industriais adequadas” Salama (2012, p. 232). Salama identifica que há grande heterogeneidade na produtividade dos setores industrial, agrícola e de serviços, nas economias emergentes, entendendo ser fundamental analisar a taxa de crescimento desse fator em cada economia.

Chama a atenção o autor para distinções importantes, como a do investimento em pesquisa e em desenvolvimento, muito maior relativamente ao PIB na China do que no Brasil, por exemplo. Além disso, compara as economias latino-americanas às asiáticas e observa que a taxa de crescimento do PIB tem sido bem mais baixa na América Latina, que também apresenta grau de volatilidade muito maior do dinheiro.

Os fatores acima descritos, aliados a diferenciações relevantes também quanto ao custo médio do trabalho e salários entre países, como China, Brasil, México e Estados Unidos e quanto à taxa de câmbio, afirma o autor, interferem diretamente na competitividade-preço no mercado internacional, porque formam o custo unitário do trabalho na fabricação de produtos

simples, cuja demanda está muito mais associada ao preço do que a outros fatores.

No Brasil, a taxa de câmbio muito valorizada é um fator importante da perda de competitividade dos produtos industriais, enquanto que na China as definições do governo para promover o crescimento das atividades industriais, conforme Salama (2012), combinam atividades de montagem, possíveis a partir do grande número de multinacionais instaladas no país, com o investimento para fazer crescer o valor agregado, o que, paulatinamente, altera a pauta de exportação chinesa, com a oferta de produtos mais sofisticados. Na economia brasileira, afirma o autor, as limitações para exportar estão também relacionadas à infraestrutura insuficiente, ao baixo nível educacional e ao incipiente acesso à energia, daí porque o Estado, nessa perspectiva, é considerado como agente fundamental para garantir tais investimentos.

O processo atual de reprimarização da economia brasileira, na análise de Salama, diferentemente do que ocorreu no passado, está associado à utilização de inovações tecnológicas sofisticadas na exploração de matérias-primas. De outro lado, o Brasil vem perdendo mercado na oferta de produtos de alto conteúdo tecnológico, embora a “desindustrialização precoce” não seja “uma desindustrialização absoluta” Salama (2012, p. 245). Na perspectiva de Salama (2012), não é a abertura aos mercados internacionais que leva à desindustrialização, pois a “industrialização pode ser associada a uma abertura mais importante” Salama (2012, p. 248), dependendo das bases em que se estabelece.

Na região da BR-163, tal qual ocorre em relação a toda a Amazônia, as estratégias discursivas do Estado brasileiro e das grandes empresas e corporações transnacionais que lá se instalam acerca das políticas de “desenvolvimento”, são fortemente persuasivas, quer por meio de planos e de programas ou de materiais publicitários, quer diretamente, nas audiências públicas, reuniões, dentre outras situações. No entorno da rodovia Santarém- Cuiabá, os investimentos atuais do Estado brasileiro e do grande capital privado, nacional e internacional, são proclamados como mecanismos de desenvolvimento para inserir a região em outra rota, deixando para trás o subdesenvolvimento, as práticas obsoletas e a baixa qualificação técnica.

Os indicadores e mesmo as análises de setores oficiais, assim como estudos produzidos por autores críticos, ligados a instituições de pesquisa científica, muito ao contrário do preconizado naqueles discursos, evidenciam os efeitos deletérios da lógica capitalista utilitarista, que traz como consequências para o entorno da rodovia, como mencionado anteriormente, o avanço das fronteiras agrícolas e do extrativismo vegetal e mineral, levando ao desmatamento da floresta, ao desinvestimento na indústria e na verticalização da produção e à desvalorização das práticas econômicas locais.

Muitas daquelas práticas estão associadas a condições ilegais de exploração do trabalho,

à desnaturalização dos territórios e aos desastres socioambientais de graves e irreversíveis consequências. A tudo isso, somam-se os baixos níveis de escolarização de crianças e de jovens, precárias condições de saúde da população e, ainda, a participação pífia de Itaituba no PIB do Pará e deste estado no PIB nacional.

O que está em curso, efetivamente, é um acelerado processo de reprimarização da economia brasileira, que traz novos elementos de análise e ratifica a posição de subalternidade do país na economia mundial. Os avanços que se constatarem em Itaituba, local da região escolhido para uma reflexão mais detalhada, são os das fronteiras do capital, como reflexos da produção acelerada do agronegócio, da extração mineral, dos efeitos destrutivos da construção de barragens na bacia do rio Tapajós – grandes, médias e pequenas –, sob o discurso da segurança energética do país, mas, de fato, pelo interesse no avanço da produção de minérios, setor que é grande consumidor de energia. As hidrelétricas, apresentadas nos discursos do desenvolvimento como geradoras de “energia limpa”, interceptam os rios, matam os peixes, destroem comunidades ribeirinhas, provocam deslocamentos forçados, violentam povos e culturas amazônicas.

Sob os discursos e estratégias para que seja obtido o ‘desenvolvimento’ avançado, encontram-se, na Amazônia e em Itaituba especificamente, novas formas de exploração e de extrativismo, compatíveis com o que Gudynas (2011) denomina de novo extrativismo progressista da América do Sul, ao analisar processos que produzem altos impactos sociais e ambientais, com ineficácia das ações governamentais para enfrentá-los, mas que continuam sendo um dos pilares das estratégias atuais do ‘desenvolvimento’ no continente. Nesse extrativismo de novo tipo, os Estados latino-americanos exercem um papel mais ativo, mas subordinado aos mercados globais, que interferem diretamente nas decisões domésticas.

Os enclaves extrativistas promovem, como afirma Gudynas (2011), desterritorialização e fragmentação territorial, acentuam as desigualdades locais, além de provocar contaminação e perda da biodiversidade. A defesa de tais empreendimentos e atividades fundamenta-se na visão reducionista do crescimento econômico, que tenta criar a ilusão do desenvolvimento, embora seja patente a desvinculação com a qualidade de vida das pessoas e com a preservação da natureza.

Acosta (2016), na mesma linha de construção do pensamento crítico sobre o modelo, afirma que a lógica do enclave extrativista não contempla a integração das atividades primário-exportadoras ao restante da economia e da sociedade e, assim sendo, todo o aparato produtivo que delas decorre fica “sujeito às vicissitudes do mercado mundial” (ACOSTA. 2016, p. 55).

Ao pesquisar sobre as causas e as consequências do neoextrativismo, que vem sendo

imposto aos países ricos em recursos naturais, o autor entende haver uma espécie de ‘maldição dos recursos naturais’ ou do ‘paradoxo da abundância’, que pode e deve ser vencido com mudança da ideologia que fundamenta o atual modelo. Para além da extração mineral, o autor ressalta que os novos processos incluem também os extrativismos agrário, florestal e pesqueiro, o que, no continente latino-americano, levou “à generalização da pobreza e abriu caminho para crises econômicas recorrentes” Acosta (2016, p. 52), consolidando, também, mentalidades rentistas.

Outro aspecto enfatizado por Acosta (2016), com base em estudos no continente latino-americano, diz respeito aos processos político-democráticos diretamente afetados pelas elites interessadas no aprofundamento do modelo predatório, o que é muito pertinente à realidade da Amazônia e, especificamente, à região do Tapajós e da BR-163, como será aprofundado no capítulo que trata dos conflitos sociais. Sobre tais implicações diretas, constata o autor:

Tudo isso aprofunda a frágil e escassa institucionalidade democrática da região, incentiva a corrupção, desestrutura as sociedades e as comunidades locais e deteriora gravemente o meio ambiente. Tal realidade se agrava com as práticas clientelistas e patrimonialistas, que contribuem para frear a construção da cidadania (ACOSTA, 2016, p. 52).

Castro, Alonso e Nascimento (2016), ao investigarem as grandes empresas de mineração localizadas na Amazônia, analisam como se dá a inserção de *commodities* minerais no mercado mundial, cujos processos de produção são neoextrativistas. Tais dinâmicas do capital, que ocorrem em áreas de fronteira, estão diretamente relacionadas aos conflitos e às lutas de resistências impetradas por agentes sociais locais. Daí porque, entendem as autoras, é fundamental não abandonar o debate sobre o modelo de desenvolvimento capitalista e suas consequências, o que deve ser examinado à luz do pensamento crítico produzido nos espaços de debate, na Academia e na interação com os processos de luta política e de construção dos movimentos sociais no continente.

São processos que, como identificam Castro, Alonso e Nascimento (2016), abrangem toda a América Latina frente às dinâmicas atuais da acumulação capitalista, apontando para

[...] riscos, incertezas e desastres sociais e ambientais que têm sido sistematicamente minimizados, ou ignorados, mesmo pela academia, que tem adotado em suas pesquisas conceitos neoliberais, como os de boas práticas, adaptação e resiliência na análise desses efeitos (CASTRO; ALONSO; NASCIMENTO, 2016, p. 156).

Analisa também as autoras (2016, p. 156-157) que tais dinâmicas, implicadas no neoextrativismo, reproduzem o padrão de exploração colonial no Brasil, com avanço da fronteira do extrativismo e pilhagem dos recursos naturais – minérios, água, produtos da floresta, extração vegetal produzida em grande escala pelo agronegócio, recursos pesqueiros –, apropriação de grandes áreas de terras e disputa por nichos de mercado, buscando assegurar a dinâmica de acumulação e de domínio político em âmbito global. No nível institucional, como explicitam as autoras, o governo brasileiro ratifica a opção pelo modelo neoextrativista e investe para responder às exigências internacionais, objetivando consolidar a posição que ocupa na divisão internacional do trabalho e de distribuição da riqueza:

O governo brasileiro adota um planejamento que se fundamenta no que chama de visão estratégica, na qual a Amazônia é considerada região central na produção de *commodities* minerais e do agronegócio, conforme mostram os projetos e ações governamentais, de médio e curto prazo, para a infraestrutura de transporte, de energia e de comunicação. Concebe como prioridade o crescimento econômico, deixando de lado outras dimensões importantes da história social, à semelhança do que ocorreu com a cessão de terras e a liberação da instalação para o Programa Grande Carajás, nos anos 70 [...] (CASTRO; ALONSO; NASCIMENTO, 2016, p. 157).

Ao analisar os dados da produção mineral brasileira, atividade altamente concentrada em grandes empresas, as autoras situam o atual padrão de exploração no estado do Pará, em que se localiza Itaituba, de interesse direto desta pesquisa:

[...] o Pará que se tornou a nova província mineral. Praticamente todos os estados da região amazônica têm ocorrência mineral. Mas há também ocorrências minerais nos territórios fronteiriços do Brasil com as Guianas, a Venezuela e a Bolívia (CASTRO; ALONSO; NASCIMENTO, 2016, p. 161).

Tais perspectivas de análise do capitalismo, que tomam o espírito e as práticas coloniais como referências para a compreensão da globalização das economias e do padrão atual de acumulação capitalista mundial, encontram correspondência no conhecimento produzido pelo Grupo Modernidade-Colonialidade, que identifica os processos de colonização europeia como centrais para o entendimento da expansão capitalista na América, cujas consequências e padrão de poder persistem até os dias atuais.

Quijano (2000, p. 342) admite a raça, o gênero e o trabalho como as três linhas principais de classificação que constituíram a formação do capitalismo mundial colonial/moderno no século XVI, determinando relações de exploração, dominação e conflito. Entende Quijano



(2005, p. 107) que o capitalismo colonial-moderno, cuja culminância se dá com o processo de globalização, passou a ocorrer como um novo padrão de poder mundial, a partir da expansão europeia para a América e das relações estabelecidas com a dominação colonial, determinante para o estabelecimento de uma classificação social da população dos países colonizados, fundada na ideia de raça.

A perspectiva eurocêntrica dessa classificação identifica Quijano, foi decisiva para a cristalização das diferenças relacionadas à origem dos povos, o que solidificou o constructo da superioridade europeia, em detrimento de índios, negros e mestiços, categorizados como inferiores. Tal construção, desde então, afirma o autor, formou a mentalidade acerca desses povos e foi definidora das relações de poder, com total e incontestável superioridade dos europeus e submissão dos colonizados, em todos os campos da vida, do ser, da atividade humana, abrangendo culturas, direitos fundamentais da condição humana, papéis a serem exercidos social e economicamente.

A constituição histórica do capitalismo, na América, a partir do imperialismo europeu, analisa Quijano (2005, p. 108), foi marcada por formas de controle e de exploração do trabalho, assim como pelo “controle da produção-apropriação-distribuição de produtos [...] articuladas em torno da relação capital-salário[...] e do mercado mundial”. Ocorre que, nesse processo, salienta o autor, foram incluídos “a escravidão, a servidão, a pequena produção mercantil, a reciprocidade e o salário” Quijano (2005, p. 108), que eram historicamente novos, pois não existiam antes da colonização da América e representavam parte de uma dominância estendida aos demais recursos utilizados e produtos produzidos, com vistas ao mercado externo, configurando o capitalismo mundial.

A estrutura global de controle do trabalho pelos europeus, durante o sistema colonial, ao estabelecer papéis e lugares associados à raça, à divisão do trabalho e à região, constituiu a América como nova identidade geocultural. À classificação social racista, correspondeu uma estrutura de privilégios aos brancos, mesmo quando as relações de trabalho passaram a ser assalariadas, estabelecendo-se algo que tem amplitude muito maior em termos históricos do que o período colonial, que é a colonialidade do poder, inclusive no controle do trabalho, forjando formas de integração ao capitalismo mundial, ou, como define o autor, “a geografia social do capitalismo” (QUIJANO, 2005, p. 110).

Se observados os processos atuais de integração dos países latino-americanos ao mercado mundial, como o Brasil, podemos compreender a lógica que, estrutural e historicamente, conduziu esses países, sob a dominação dos detentores do poder político e econômico no mundo, à reafirmação permanente da condição de produtores e exportadores de

matérias-primas às sociedades prósperas. Os países europeus e, posteriormente, os norte-americanos, por outros condicionantes históricos, continuaram a deter o controle da produção industrializada e prosseguem com maior capacidade de produzir riqueza comercializável e gerar lucros, mantendo hegemonias consolidadas, tanto econômica quanto política e culturalmente.

Escobar (2005, p. 70), ao refletir a partir das teorias do Pós-desenvolvimento e da Ecologia política, constrói a perspectiva de análise do capitalismo a partir do “lugar” para repensar a globalização e propor alternativas ao sistema capitalista e à modernidade. Contrapõe-se o autor ao domínio do espaço sobre o lugar, ou seja, à invisibilização das culturas locais, ao impedimento do direito à autodeterminação, uma vez que os lugares estão cada vez mais submetidos às operações do capital global, tanto mais quanto despertam os interesses nos processos de acumulação capitalista.

Ao mesmo tempo, Escobar considera que o lugar é essencial para propor alternativas aos impasses criados pelo capitalismo globalizado. Ressalva, entretanto, que tais proposições não significam o fortalecimento de práticas e processos regressivos locais, já que o lugar não é uma panaceia envolta em aura de pureza, nem livre da dominação, exercendo formas próprias de opressão e conectando-se com o mundo por relações de poder pelas quais é também determinado. Trata-se, porém, na perspectiva de Escobar, de estabelecer novos marcos de referência e reinterpretações que concebam o lugar a partir das noções de pertencimento e de enraizamento e também dos espaços desterritorializados, das redes e de outros mecanismos de interconexão.

As formulações teóricas acima referem-se aos elementos principais de análise do objeto, aprofundados no decorrer da pesquisa e da elaboração do trabalho, em que são estabelecidas as relações entre o capitalismo mundial e as consequências e reações geradas *no e a partir do* “lugar”, sendo Itaituba, pelas definições geopolíticas mundiais, analisada em meio à complexidade da posição que ocupa na rodovia Santarém-Cuiabá e na região do rio Tapajós.

## **2.2 O Estado neoliberal: desnacionalização e democracia em ruínas**

Ao analisar em profundidade a formação do Estado moderno, Bourdieu (2014) afirma, na linha do pensamento weberiano, que “o Estado é essa ilusão bem fundamentada, esse lugar que existe essencialmente porque se acredita que ele existe. Essa realidade ilusória, mas coletivamente validada pelo consenso” Bourdieu (2014, p. 38). Porém, como refere o autor, o Estado não é um bloco, é um campo de lutas, em que há acirradas disputas, inclusive no interior do campo administrativo, que é um espaço estruturado segundo oposições ligadas a formas de

capital específicas e a interesses diferentes. Bourdieu (2014) analisa, assim, o Estado como um “objeto quase impensável” e afirma que “se é fácil dizer coisas sobre ele é justamente porque somos penetrados por isso que devemos estudar” Bourdieu (2014, p. 30). Como princípio oculto, afirma o autor, esse ente – o Estado – só pode ser captado pelas manifestações da ordem pública.

Discutindo teses durkheimianas sobre o consenso fundamental que dá sentido ao mundo social e é condição dos conflitos, Bourdieu relaciona a existência do conflito a uma espécie de acordo em torno dos desacordos e de como estes se expressam. Nesse sentido, o autor considera o Estado “o princípio de organização do consentimento como adesão à ordem social, a princípios fundamentais da ordem social e é ele o fundamento não necessariamente de um consenso, mas da própria existência das trocas que levam a um dissenso” (BOURDIEU, 2014, p. 31).

Analisando a teoria de Estado, no “estado de deterioração” em que se encontra, entende Bourdieu (2014) só ser possível que ela se perpetue porque não mantém correspondência com a vida real e cotidiana e pelo fato de obter aceitação social. Em oposição ao que denomina de “fetichização” do Estado, que teria surgido a partir dos anseios e da ação de uma população organizada, o autor propõe a tese inversa, de que o Estado foi constituído por agentes sociais eminentes, detentores de um saber e de recursos organizacionais provenientes do direito romano, ou, como se pode inferir, pelos detentores de poder, de acordo com interesses que lhes eram próprios.

Ao aprofundar a análise sobre mecanismos criados pelo Estado – como as comissões públicas –, que são invenções históricas, e mesmo sobre a construção social de problemas públicos, Bourdieu conclui que constituem uma espécie de teatralização do oficial, cujas verdades oficiais são apresentadas como espetáculos para que a sociedade neles se reconheça, embora no conjunto todas as encenações constituam algo que já é criado para ser transgredido. As relações entre Estado, território e população são fundadas em crenças, sendo o capital simbólico prioritário para compreendê-las.

O Estado é abordado pelo autor como um campo, um metacampo, em que as regras são regularidades implícitas e só uma parte delas chega a ser explicitada, em que há luta também para alterá-las, e a lógica desse processo, que é histórico, não é necessariamente a lógica do progresso em seus estágios, porque há descontinuidades (BOURDIEU, 2014, p. 143).

Analisando o cenário político mundial, sob outra perspectiva, Santos (2009, p. 35) constata o “esvaziamento do conteúdo civil e político dos direitos e garantias básicas das constituições nacionais”, como ocorre com a legislação antiterrorista, o que configura a

emergência de uma nova forma de Estado, o “Estado de exceção”, que, diferentemente do Estado de sítio e do Estado de emergência, restringe direitos democráticos, com a pretensão de iludir que os está assegurando. São formas de “regresso do colonizador”, que Santos (2009, p. 36) assim define porque o compreende como uma expansão, agora também para as sociedades metropolitanas, do que antes consistia na dominação dos colonos pelos europeus.

Entre as formas mais evidentes desse processo, Santos (2009) trata sobre o Estado constitucional moderno, prevalecente no lado ocidental do mundo, que se retira da regulação social, para que serviços públicos, inclusive os essenciais, sejam privatizados. Decorre daí o domínio de poderosos atores não-estatais sobre a vida e as condições de vida de populações inteiras. Nessas relações, em vez de ter obrigações políticas que o vinculem a sujeitos de direitos, o Estado as substitui “por obrigações contratuais privadas e despolitizadas, nas quais a parte mais fraca se encontra mais ou menos à mercê da parte mais forte” Santos (2009, p. 37), o que o faz assemelhar-se aos governos da apropriação-violência, que prevaleceram ‘do outro lado da linha’.

Tem lugar, assim, como propõe Santos (2009, p. 37), o “fascismo social”, que se assenta em relações de poder extremamente desiguais, cujos mais fortes têm poder de veto sobre a vida e o modo de vida dos mais fracos, sob diferentes formas, entre as quais o *apartheid* social, o fascismo contratual e o fascismo territorial.

Analisando a paisagem e a estrutura das cidades amazônicas, como Itaituba, em que grandes capitais transnacionais disputam suas terras e riquezas, é possível identificar o fascismo social de que trata Santos, em suas diferentes formas. Às populações locais são destinados os lugares que não interessam ao capital, mesmo que isso implique deslocamentos forçados, rupturas culturais, isolamento de trabalhadores forçados em outra lógica, agressão à natureza nos limites da incoerência da reprodução do próprio capital. Às empresas, suas áreas e trabalhadores, são reservados espaços de enclave dentro das cidades que já existiam, promovendo segregação e aquilo que Santos denomina de “cartografia urbana, dividida em zonas selvagens e zonas civilizadas” Santos (2009, p. 37). O fascismo contratual expressa-se pela imposição, sem alternativas, aos trabalhadores que antes recorriam ao Estado, em busca do reconhecimento de seus direitos civis e trabalhistas. No Estado desenvolvimentista, o contrato social foi reduzido ao contrato privado, em que os direitos do consumidor não são respeitados, nem há controle dos cidadãos sobre os termos das regras e das imposições.

O fascismo territorial, que se impõe pela apropriação patrimonial de áreas estratégicas na Amazônia por agentes privados, vincula-se ao que denuncia Santos (2009, p. 38), quando trata dos “novos territórios coloniais privados dentro de Estados que quase sempre estiveram

sujeitos ao colonialismo europeu”. São mecanismos que neutralizam o controle do Estado, por cooptação ou violência, passando a regular de forma impositiva trabalhadores e classes populares.

O ponto mais crítico levantado por Santos (2009, p. 39) é o de que, como regime social, o fascismo social é uma forma que nunca existiu e que coexiste com a democracia política liberal, o que significa, segundo a convicção do autor, que podemos estar entrando em um período em que “as sociedades são politicamente democráticas e socialmente fascistas”. Nesse contexto, os governos indiretos, mais do que reguladores de conflitos sociais, são instados a suprimir conflitos sociais e a ratificar a impunidade dos que estão ‘deste lado da linha’.

Castro (2014, p. 102) traz um aspecto desafiador em suas reflexões, muito próximo das preocupações e proposições de Santos (2009), quando trata da importância de entender o Estado a partir de suas margens, ou seja, daquilo que se situa no espaço social e que deve ser enxergado por uma perspectiva que extrapole a visão generalista e homogeneizadora, levando em conta que essa estratégia é mais uma entre tantas outras dissimulações da falta de percepção daquilo que é evidente. Diz a autora:

Ora, a sociedade vista de suas margens, significa uma inversão do olhar, uma insurreição da perspectiva dominante, que é incapaz de perceber a complexidade e as questões novas, postas justamente pela cidade na sua diversidade, incluindo a da periferia urbana, com suas escalas de intermediação da vida. É relevante, portanto, considerar o distanciamento do Estado na sua forma administrativa e racional, que visa modalidades mais modernas de gerenciamento (CASTRO, 2014, p. 102-103).

Salama (1980) analisa as relações entre Estado e capital sob a perspectiva marxista e, nesse sentido, apreende o Estado como parte da sociedade capitalista e de classes, integrante das relações sociais de produção, em que há vinculação orgânica.

Ao Estado, afirma o autor, compete o papel de “elemento necessário à reprodução das relações de exploração e também de regenerador dos capitais múltiplos” Salama (1980, p.127). Há, entretanto, contradições intrínsecas a esse papel, já que o Estado é aparelho de coerção das classes dominantes e, dele, a sociedade espera neutralidade, superação das contradições próprias ao sistema capitalista, expressas não apenas simbolicamente, mas também nas relações de reprodução do capital. Nas relações de troca, que são desiguais:

O Estado garante essa troca de equivalentes que, sem ele, não poderia perdurar. Garantindo o respeito das regras da troca, ele passa a ser quem garante a troca desigual. A especificidade do Estado capitalista é a de aparecer garantindo a troca de equivalentes para permitir, na realidade, a troca desigual. Se outrora o Estado garantia simplesmente, através da institucionalização e da codificação das relações sociais, ele se torna, desde a última guerra, participante direto (SALAMA, 1980, p. 128).

O Estado garante a reprodução da relação de produção dominante e na crise, que Salama entende como parte da vida normal do capital, cumpre papel essencial assegurando a permanência das relações de exploração. Assim, “em nome do interesse nacional o Estado preconiza diversas medidas e utiliza, se necessário, a sua violência legal e, nas situações mais críticas, a violência ilegal” (SALAMA, 1980, p. 129).

Tal interpretação traz elementos que se aplicam bem à análise sobre as sucessivas crises mundiais do capitalismo, inclusive as que têm ocorrido desde 2008, que vêm sendo utilizadas nos discursos oficiais como justificativas para muitas deliberações tomadas mundialmente e no Brasil. Nesse sentido, os grandes projetos já executados ou planejados para a Amazônia, assim como especificamente na região da BR-163, são apresentados pelos poderes estatais como alternativas eficazes para garantir emprego, acelerar o crescimento econômico e solucionar o terremoto econômico mundial, como se constituíssem mecanismos de blindagem, que dão ao país liberdade para deliberar seus rumos, autonomamente, sem a interferência dos interesses externos.

O Estado, portanto, conforme o autor, cumpre papel fundamental ao intervir nos fatores ligados ao desenvolvimento interno e ao definir as linhas estratégicas de atuação, não obstante as fortes pressões do mercado, que também definem preços e induzem investimentos. Os conflitos de interesse entre grupos econômicos e sociais, conforme a opção, impõem um maior ou menor enfrentamento dos *lobbies*, que, muitas vezes, suplantam o interesse geral, da maioria da sociedade.

Salama (1980) prossegue refletindo sobre o poder do Estado para intervir no curso natural da acumulação e, nos períodos de crise, restringir os efeitos negativos dos desequilíbrios, favorecendo a recuperação de determinadas frações do capital. Tal condição é reveladora do poder de escolha que o Estado possui ao direcionar, de forma mais ou menos autônoma, onde intervir, canalizando os efeitos positivos das crises e as divisões dos lucros.

Partindo das constatações do autor, as contradições entre os discursos do desenvolvimento para a Amazônia e as políticas e investimentos na região evidenciam a natureza do Estado capitalista que privilegia a reprodução e a acumulação do capital, a

despeito da perda de legitimidade, caráter que lhe é intrínseco e abalável somente quando, e se, há capacidade das forças sociais populares de intervir no campo político e forçar a redefinição das decisões políticas e econômicas.

Sob outra perspectiva, considerando que as discussões sobre o Estado passam necessariamente pela discussão sobre o poder, invoca-se um dos pontos centrais da obra de Quijano (2005), que é o “fenômeno do poder”, concebido como um tipo de relação social e histórica complexa, em que coexistem a dominação, a exploração e o conflito, afetando diretamente quatro áreas da existência humana, que são o trabalho, o sexo, a autoridade coletiva e a subjetividade/intersubjetividade.

Nessa complexa estrutura, em que o poder segue um padrão histórico, estão articulados, segundo o autor, a colonialidade do poder, tendo a raça como padrão universal de classificação social, o capitalismo como padrão universal de exploração social, o Estado como forma central e universal de controle da autoridade coletiva e o eurocentrismo como forma hegemônica de controle da subjetividade/intersubjetividade, em especial no modo de produzir conhecimento.

As consequências desse processo histórico de dominação colonial, iniciado no século XVI, no entendimento de Quijano (2005), impregnaram todas as áreas da existência social e se constituíram como força eficaz de dominação social, material e intersubjetiva, como pode ser identificada no atual padrão de poder mundial.

O moderno Estado-nação, como estrutura de autoridade e forma de dominação coletiva, reflete Quijano (2002), ampara-se nos pressupostos da igualdade jurídico-política e da representatividade política do conjunto dos cidadãos, sem privilégios a nenhum interesse particular. O autor ressalta, entretanto, a “constituição de um bloco imperial e a desdemocratização e desnacionalização dos Estados dependentes, que se converteram em agências político-administrativas do capital financeiro mundial e do bloco imperial mundial” (QUIJANO, 2002, p. 11).

Tal bloco “é formado não apenas pelos Estados-nação mundialmente hegemônicos, mas também pelas entidades intergovernamentais de controle e de exercício da violência (OTAN, FMI, Banco Mundial, BID) e as grandes corporações globais” Quijano (2002, p. 11), que definem a agenda de reprivatização local e global dos Estados dependentes e respondem “cada vez menos à representação política do conjunto de setores sociais de cada país”, conformando, assim, uma espécie de “governo mundial invisível” (QUIJANO, 2002, p. 12).

Como referem Ribeiro e Gonçalves (2015), intérpretes das proposições pós- coloniais e decoloniais, podemos falar, neste século, em neocolonialismo ou neocolonialidades e em “um certo tipo de imperialismo que mescla o poderio de alguns Estados à força de um capitalismo

financeiro global e à dominância de gigantescas corporações empresariais” (RIBEIRO; GONÇALVES, 2015, p. 28).

Grosfoguel (2009), autor da abordagem decolonial, focaliza um aspecto central na dimensão da colonialidade a partir do conceito de colonialidade global, que considera o poder muito além do controle sobre um Estado-nação, não sendo suficiente a emancipação nacional, porque tal poder não pode ser reduzido à presença ou à ausência de administrações coloniais ou às suas estruturas de poder político-econômicas. Nesse sentido, o autor esclarece a diferença entre colonialismo global e colonialidade global:

Um dos mais poderosos mitos do século XX foi a noção de que a eliminação das administrações coloniais conduzia à descolonização do mundo, o que originou o mito de um mundo ‘pós-colonial’. As múltiplas e heterogêneas estruturas globais, implantadas durante um período de 450 anos, não se evaporaram juntamente com a descolonização jurídico-política da periferia ao longo dos últimos cinquenta anos. Continuamos a viver sob a mesma ‘matriz de poder colonial’. Com a descolonização jurídico-política saímos de um período de ‘colonialismo global’ para entrar num período de ‘colonialidade global’ (GROSFOGUEL, 2009, p. 394).

Grosfoguel (2009) analisa, assim, que, não obstante as administrações coloniais terem sido quase todas erradicadas e grande parte da periferia do sistema capitalista ter se organizado no aspecto jurídico-político como Estados independentes, os povos desses países continuam vivendo sob a exploração e a dominação euro-norte-americana. Os lugares da periferia do sistema seguem ocupando o mesmo lugar na divisão internacional do trabalho, submetidos a uma hierarquia étnico-racial, que passa a absorver os migrantes do Terceiro Mundo nessa mesma condição (GROSFOGUEL, 2009, p. 395).

Ao analisar o Estado, sob a perspectiva do papel que esse ente tem cumprido na América Latina, para atender aos interesses globais e assegurar a posição do país como exportador de *commodities* no contexto do capitalismo global, Castro, Alonso e Nascimento (2016) afirmam que:

A reforma no Estado e as novas regulamentações indicam um movimento que contraria o projeto de sociedade plural, do ponto de vista das identidades culturais e das particularidades territoriais. O caráter pluricultural dos movimentos sociais em diferentes países da América Latina tem orientado a necessidade de um diálogo em que se reconheça a diversidade das experiências sociais e das territorialidades no continente (CASTRO, ALONSO; NASCIMENTO, 2016, p. 155-156).



Partindo das reflexões acima, nos últimos dez anos, observa-se um nível de complexidade cada vez maior nas articulações e envolvimento entre os representantes do grande capital, nacionais e internacionais, o que inclui uma rede de interesses ligada diretamente ao mercado, por meio de grandes corporações e empresas transnacionais, e o envolvimento das instituições do Estado brasileiro, dos três poderes constituídos, que operam em diferentes instâncias e por meio de diversas estratégias, a fim de garantir a legalidade dos processos de interesse dos setores que detêm o poder.

Incluem-se entre essas estratégias a aprovação de novos aparatos jurídicos e legais, ao arrepio de direitos consagrados nas leis do país; a burla de mecanismos criados para garantir a participação popular, como as desacreditadas audiências públicas; o uso ilegal da máquina do Estado, para fraudar instrumentos que deveriam ser garantidores de direitos, como os Estudos de Impacto Ambiental (EIA) de grandes obras, que, muitas vezes, embora devam ser prévios, não chegam sequer a ser concluídos antes da efetiva execução das obras; além de outras tantas artimanhas.

Tal constatação pode ser exemplificada com muitos fatos ligados aos principais problemas que têm gerado conflitos em Itaituba e no seu entorno: a aprovação do novo Código Florestal Brasileiro, que favorece o aumento do desmatamento na Amazônia, em que foram acatados como constitucionais, pelo Supremo Tribunal Federal, 18 tópicos dos 23 apresentados por meio de Ações Diretas de Inconstitucionalidade, pela Procuradoria Geral da República e pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL); a tentativa de redução do Parque Nacional Jamanxim, por medida provisória, para possibilitar a construção de uma ferrovia, a Ferrogrão, ao longo de toda a rodovia BR-163, de interesse do grande capital ligado à exportação da soja e outras *commodities*; a liberação para a construção do complexo portuário do Tapajós, com cerca de dezenove portos somente em Itaituba, que afetarão, ainda mais, os rios já poluídos e toda a biodiversidade ao redor, sem que tenham sido respeitados os direitos legais de consulta prévia, livre e informada, com a efetiva participação de indígenas e comunidades tradicionais, nem respondidos os questionamentos feitos por participantes.

Além dos fatos acima citados, há os licenciamentos ambientais parciais, que não chegam a abranger os impactos cumulativos e sinérgicos de megaempreendimentos, que atingem não apenas municípios, mas todo o estado do Pará, assim como a construção de barragens – pequenas, médias e grandes – ao longo do rio Tapajós, que integram o projeto chamado Complexo Hidrelétrico do Tapajós, que, como será visto adiante, se levado a termo, comprometerá de modo irreversível todo o ecossistema e a vida das populações locais.

O Estado é, então, inserido nas discussões ao longo do trabalho segundo os eixos de

análise apresentados brevemente acima, em que a articulação do pensamento de autores vinculados a diferentes abordagens traz a possibilidade de compreender a atuação desse ente e do poder que exerce como agente político e econômico no sistema capitalista mundial.

Para muito além das funções e responsabilidades que, formalmente, caberiam a ele exercer indistintamente como defensor dos direitos e garantias sociais dos diferentes povos do país, o Estado neoliberal, contraditoriamente, consolida-se cada vez mais como estrutura e agência que opera estrategicamente no sentido de obter mais poder no jogo político- econômico mundial, agindo, diretamente, a favor do mercado e como um de seus mais interessados partícipes. Ao revés do Estado mínimo defendido na tradição liberal, o Estado neoliberal é forte e atuante na defesa do mercado, baseando-se na lógica da concorrência e, como referem Dardot e Laval (2016, p. 33-34), fundando-se em uma racionalidade governamental, o neoliberalismo, que, muito mais do que um sistema econômico e financeiro, representa um padrão de dominação, normatividade generalizada, que abrange também a subjetividade dos sujeitos.

### **2.3 Conflitos sociais: vozes silenciadas e cidadania dilacerada**

O conflito social, elemento fundamental de análise do objeto, foi assim compreendido tendo em vista o *locus* da pesquisa envolver tensionamentos, embates, violência e profundas transformações nas configurações local e regional, no entorno da BR- 163 e da bacia do Tapajós, abrangidas no estudo, no período 2007-2017. Os conflitos sociais observados dizem respeito às dinâmicas políticas, econômicas e sociais produzidas pelas atividades da mineração e do agronegócio, no processo de reprimarização da economia do país, assim como pelas grandes infraestruturas que passam a ser necessárias em função desse modelo.

Ao tomar o conflito social como fio condutor da pesquisa, para analisar as dinâmicas socioeconômicas e sobre a natureza que se desdobram, celeremente, no entorno da rodovia Santarém-Cuiabá e, de forma mais específica, em Itaituba, faz-se necessário identificar sob que perspectiva essa categoria de análise será tratada, entre as diferentes interpretações existentes. Assim, cabe explicitar que a fundamentação teórica está baseada, como em todo o trabalho, nas contribuições da Teoria Crítica e das abordagens pós-coloniais e decoloniais, frente ao cenário mundial, social e politicamente conturbado, em que os impasses do sistema capitalista se agravam, produzindo a disseminação de conflitos de várias ordens.

As perspectivas sob as quais o conflito social é aqui tratado têm como referências Elias (2008), Foucault (1999), Wallerstein (1999), Santos (2009), Bhabha (1998), Escobar (2005, 2010) e Grosfoguel (2009).

Elias (2008, p. 15-16), ao analisar sociologicamente o ser humano e a sociedade, preocupa-se em desmistificar ideias como a de que as estruturas que constituem a sociedade, são exteriores às pessoas, que estão acima ou para além delas, o que leva à desumanização das estruturas formadas pela ciência, tecnologia, fatores de produção e outras, como se “fossem, entidades extra-humanas, regidas por suas próprias leis, totalmente independentes da ação ou da inação humanas” Elias (2008, p. 21). Nesse sentido, o autor defende que é preciso enfrentar a “desagradável tarefa de interpretar a estrutura das conexões humanas” Elias (2008, p. 25-26) e, em especial, os padrões de conflito em que se assentam.

Os perigos, o mal-estar e o medo, como os interpreta Elias (2008), não devem estar centrados nas bombas nucleares, no progresso tecnológico ou na ciência, mas sim nas interconexões humanas que levam às definições sobre a construção e a utilização de tudo isso, em meio às lutas de distribuição de toda espécie de poder. Constata que há, nestes tempos presentes, soluções fantasiosas para problemas como a miséria social e a ansiedade, cujas verdadeiras causas não são vistas, porque não se deseja vê-las. Nos momentos de crise, um certo tipo de conhecimento técnico não fundado nos fatos da vida social impõe-se, levando aos “impulsos mais falíveis e mais assassinos que governam a ação humana” Elias (2008, p. 29). O que conduz a isso é, essencialmente, segundo o autor, a contradição entre sistemas de crenças dos Estados e o sentido carismático das missões nacionais a que eles se atribuem, mesmo que as pretensões de governantes estejam sempre a perder credibilidade.

O poder, considerado por Elias (2008) como o mais importante problema da vida social e das relações sociais, está no centro das disputas e tem sido exercido em desequilíbrio, por ser extremamente desigual no desenvolvimento das sociedades, o que faz com que seja um tema de “aroma desagradável” Elias (2008, p. 80). Porém, embora o equilíbrio do poder seja frequentemente analisado a partir da “grande arena das relações entre os Estados”, afirma o autor que o poder é elemento integrante e estrutural de todas as relações humanas, tendo ocorrência cotidiana em todos os âmbitos da vida das pessoas. O equilíbrio do poder, em todas as relações sociais, entende o autor, vincula-se à interdependência funcional e relacional entre as pessoas (ELIAS, 2008, p. 81).

Esclarece Elias que os conflitos, integrantes das relações sociais, são passíveis de explicação porque têm uma estrutura e, nesse sentido, seguem uma ordem. Os antagonismos presentes nos conflitos são uma forma de interdependência funcional que vincula grandes rivais em funções recíprocas, tal qual ocorre com as relações entre amigos, embora, naquele caso, tais funções sejam baseadas em mecanismos e processos de coerção mútua Elias (2008, p. 83-84). O conceito de função, portanto, também deve ser compreendido de forma relacional, tal qual o

de poder, entendendo-se que há constrangimentos mútuos, que se estabelecem nas relações de interdependência. Poderão ser geradas daí lutas agudas, ou conflitos permanentes, como explicita o autor:

Mudanças na estrutura das sociedades, nas relações globais de interdependências funcionais, podem induzir um grupo a contestar o poder de coerção do outro. São provas de força, que podem irromper subitamente, sob lutas agudas e violentas pelo poder, ou ficar latentes por longos períodos, como conflito permanente inerente à estrutura da sociedade durante uma fase do seu desenvolvimento (ELIAS, 2008, p. 85).

As relações se estabelecem, conforme concebe Elias (2008, p. 103), nos modelos por ele criados em que se utiliza das imagens de jogos e de jogadores, no entrecruzamento das jogadas e os resultados podem vir a sair do controle e deixar de ser orientados por quaisquer dos jogadores. Essa situação é mais provável à medida que são reduzidas as diferenças de possibilidades de poder entre os jogadores, fazendo com que nenhum grupo de participantes consiga influenciar no resultado global do jogo. A proposição do autor nos leva a concluir que, quanto mais verticalizada for a estrutura de poder dentro do jogo, ou seja, quanto maior for a distância entre os que detêm mais e os que detêm menos poder, tanto mais as jogadas e os resultados serão controlados por aqueles que têm mais poder.

Tomada a proposição de Elias (2008), é fato que nos conflitos identificados na região da BR-163 e do Tapajós há grande verticalidade das relações de poder político e econômico, agravada pela condução do Estado que, tanto pelo descumprimento de agendas de discussão e definições com as representações da sociedade no período de referência da pesquisa, como pelas decisões abertamente autoritárias na fase final, ampliou os dissensos e conseguiu aprovar uma agenda contrária aos interesses populares e democráticos.

O decorrer do próprio jogo, entretanto, como conclui Elias (2008), tem poder sobre o pensamento e o comportamento dos jogadores, podendo haver alterações nas posições, se “forem compreendidas e explicadas no interior da estrutura do jogo” Elias (2008, p. 104). É fundamental, também, como esclarece o autor, a compreensão de que não existem cadeias unilineares de causa-efeito em “padrões complexos de interpenetração” Elias (2008, p. 105), como se costuma aceitar em padrões simples de análise, devendo-se romper com a tradição que induz à busca de uma causa única para explicar fatos que parecem inexplicáveis.

Outro conceito importante descrito por Elias (2008), e muito apropriado ao estudo em questão, é o de configuração, padrão mutável criado pelos jogadores, que é formado por “um entrelaçado flexível de tensões” Elias (2008, p. 142), cujas interdependências podem se

estabelecer tanto entre aliados quanto entre adversários. O equilíbrio do poder é flutuante em uma dada configuração, movendo-se de um lado para outro, o que constitui característica estrutural do fluxo, e é preciso buscar entender o que une as pessoas em cada grupo social, nesse entrelaçado.

Elias (2008) formula crítica à perspectiva marxista quanto à centralidade da esfera da economia, ressaltando, todavia, a importância da crítica à ideologia econômica burguesa e o peso do contexto histórico na indispensável contribuição de Marx. Porém, afirma o autor, a análise foi incompleta por reforçar a compreensão de que a esfera econômica é o “motor de todo desenvolvimento social” Elias (2008, p.154). Nesse sentido, não é possível considerar o desenvolvimento da economia desvinculado do desenvolvimento das organizações estatais e políticas, pois a esfera econômica não pode funcionar autonomamente no contexto global da sociedade-Estado. Como interpreta Elias (2008, p. 155-156), as lutas por poder não têm como única motivação o equilíbrio entre ganhos e perdas no sistema econômico. No “exame mais cuidado, o problema parece relacionar-se com a distribuição de poder em toda a extensão e em todos os níveis das multifacetadas sociedades-estados industriais” (ELIAS, 2008, p. 156).

Para Foucault (1999), há muitas formas de exercício do poder, que operam no campo científico, político-econômico e social. Mesmo considerando a imbricação entre poder econômico e político, analisada a partir de proposições marxistas, o autor afirma que o poder é, antes de tudo, uma relação de força, de caráter repressivo Elias (1999, p. 21-22), e, assim sendo, deve ser examinado com base nos enfrentamentos, no combate, no que designa como ‘guerra’.

Ao analisar o funcionamento das relações de poder na sociedade, de modo especial nos momentos históricos definidos precisamente como ‘de guerra e pela guerra’, Foucault (1999, p. 23) não os concebe como fatos históricos delimitados entre a eclosão e o término proclamado:

[...]se é verdade que o poder político faz parar a guerra, faz reinar ou tenta fazer reinar uma paz na sociedade civil, não é de modo algum para suspender os efeitos da guerra ou para neutralizar o desequilíbrio que se manifestou na batalha final da guerra. O poder político, nessa hipótese, tem como função reinserir perpetuamente essa relação de força, mediante uma espécie de guerra silenciosa e de reinseri-la nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem, até nos corpos de uns e de outros (FOUCAULT, 1999, p. 23).

Nesse sentido, a “paz civil” continua a conter em seu interior lutas políticas, lutas por poder, mudanças nas relações de força, e representa a própria continuidade da guerra por outros meios, em que há dominação e submissão perpétuas.

O exercício do poder, entretanto, como enuncia Foucault (1999, p. 29-30), só se torna

possível quando ancorado em um discurso de verdade, que se apresenta como norma, poder de decisão, validação do próprio poder, para instituir efeitos específicos, aos quais a sociedade está submetida. E, para que tenha efetividade, é preciso que o poder esteja associado ao direito e à construção do pensamento jurídico, que historicamente esteve a serviço das instâncias do poder régio e, quando foi dele dissociado, manteve-se em torno das representações políticas máximas, sob qualquer regime de poder, para definir limites ou prerrogativas, mas também para dissimular a dominação e assegurar a obediência.

O direito, esclarece Foucault (1999), como campo de poder, é formado não apenas pelas leis, mas por todo o aparato que envolve as instituições, os regulamentos, os aparelhos, que instituem e aplicam as regras, e os instrumentos de intervenção na sociedade, o que se expande com extrema capilaridade.

Para compreender o poder é preciso caracterizá-lo no nível de ação direta, por meio das relações sociais que estabelece e das práticas efetivas que opera, buscando, ao mesmo tempo, como propõe Foucault (1999, p. 36), entender como se constituem e atuam os que a ele estão submetidos. Por não ser homogêneo e estático, o poder deve ser apreendido em cadeia, pela circulação entre os indivíduos, nas diversas formas de exercício da dominação, sem partir de um único centro, mas buscando entender como ele se reproduz nas menores escalas e se torna plural, sendo simultaneamente autônomo e vinculado a processos de dominação global.

Trata-se de analisar, conforme Foucault (1999, p. 51), como se dão as “relações de sujeição efetivas que fabricam sujeitos”, entendendo também como os ‘operadores de dominação’ se articulam, reforçam-se e, por vezes, mesmo integrando grandes aparelhos de poder, têm cesuras em meio ao confronto de interesses.

A partir das reflexões e conexões entre os pensamentos e proposições de Elias (2008), Foucault (1999) e Bourdieu (1989; 1997), conclui-se que é preciso compreender o sentido relacional e as estratégias do jogo na configuração dos conflitos sociais em Itaituba, em que não há um único centro, nem uma única causa, buscando entender a complexidade das interdependências e dos deslocamentos de poder, ou seja, as dinâmicas sociais no momento atual, em torno das questões de pesquisa. No percurso da análise é também observado se os conflitos apresentam-se como autônomos e eventuais, ou como permanentes e vinculados aos processos de dominação global.

Wallerstein (1999) analisa os conflitos e as lutas políticas mundiais pelas causas decorrentes da estrutura da economia-mundo capitalista e considera que o debate político contemporâneo mais importante é o que trata sobre a modalidade da transição nessa estrutura, que entende estar mais propensa à desintegração do que à transformação controlada. Partindo

desse ponto, o autor aborda os movimentos antissistêmicos e os profundos dilemas com que se deparam atualmente, necessitando que sejam refletidos à luz de novas epistemologias.

O processo de acumulação global, por meio da pressão econômica que advém do processo de mercantilização crescente, tem trazido consequências políticas, tendendo à polarização da distribuição mundial. Analisa Wallerstein que:

O crescente fortalecimento dos movimentos antissistêmicos não só tem posto em perigo a racionalização dos mecanismos repressivos (incluindo um fortalecimento das estruturas formais do sistema interestatal), como também o intento sistemático por desativar esses movimentos mediante concessões e cooptação (WALLERSTEIN, 1999, p. 29, tradução nossa).

A pressão política dos descontentes da população do mundo, que exigem ser admitidos de alguma forma entre os que recebem a distribuição da mais-valia mundial, tende a gerar graves conflitos tanto entre países como no interior deles. Entende Wallerstein (1999, p. 31) que é justamente a pressão gerada por esses processos políticos e as lutas internas que favorecem uma aguda divisão estrutural e constitui uma grande oportunidade para os movimentos antissistêmicos do sistema-mundo.

Observa, entretanto, que se esses movimentos, apesar das mobilizações e das vitórias que obtiveram durante o século XX, não chegaram ainda a ter a força e o poder que eram imaginados por seus defensores é porque, afirma o autor, são eles próprios “produtos institucionais da economia mundo capitalista” e, assim, constituídos a partir de contradições e tribulações próprias do sistema, além de limitados por outras tantas instituições, ou seja, não são “anjos vingadores”, mas “produtos mundanos do mundo real” (WALLERSTEIN, 1999, p. 31).

Analisa que em nenhum lugar do sistema-mundo existiu, até então, um movimento antissistêmico duradouro e que tenha tido êxito sem que tivessem, entre as suas lideranças, membros que pertenciam ao terceiro setor Wallerstein (1999, p. 32). Segundo a classificação proposta pelo autor, no terceiro setor encontram-se os que aspiram a ser dirigentes, o que faz com que os movimentos sociais se tornem na maior parte dos casos organizações burocráticas ou que tentaram construir, no curto prazo, alianças entre classes, o que trouxe sérias consequências, ou ainda por terem aceitado participar do poder estatal, submetendo-se às limitações da máquina do Estado.

Wallerstein (1999) propõe que os movimentos antissistêmicos tenham outras estratégias que não a de ter poder nas estruturas do Estado, mesmo porque entende que o poder maior está em “controlar as instituições econômicas, em controlar as estruturas-veto, que têm a faculdade

de desorganizar, em controlar as instituições culturais. O poder radica nos movimentos por si mesmos” (WALLERSTEIN, 1999, p. 41).

O período a que se refere a pesquisa, quanto ao contexto político no Brasil, abrange os governos de Luís Inácio Lula da Silva, Dilma Roussef e o golpe que levou Michel Temer ao poder, em 2016. Essa configuração política apresenta elementos que podem ser analisados conforme proposição de Wallerstein, no sentido de que, para a intensidade das dinâmicas capitalistas que se operavam no início deste século, haveria necessidade de uma veemente contraofensiva popular por meio dos movimentos antissistêmicos, que passaram por um período de certo arrefecimento durante os governos de Lula da Silva e de Dilma Roussef, eleitos com base em plataforma democrático-popular, embora limitados pelos moldes progressistas, como ocorreu com outros governos latino-americanos. Aprofundando a análise do sistema-mundo moderno, ou seja, a economia-mundo capitalista, que tem por marco político o sistema interestatal composto por Estados soberanos, assim como suas múltiplas consequências históricas, que nunca foram tão irracionais do ponto de vista material, Wallerstein conclui que:

Esta é sem dúvida alguma uma situação impossível e nos encontramos em meio a uma rebelião cultural mundial contra as pressões que nos rodeiam, uma rebelião que está adotando as formas mais variadas: os fundamentalismos religiosos, os hedonismos da retração e os hedonismos de um eu próspero absolutamente pessoal, as múltiplas anticulturas, os movimentos ecologistas e, não se pode esquecer, o fervilhar de movimentos antirracistas e antissexistas verdadeiramente sérios e poderosos. Não quero sugerir que esses grupos diversos sejam todos iguais; ao contrário, porém, são uma consequência comum da propagação desenfreada do sistema social histórico – cada vez mais racional em sua forma e cada vez mais irracional materialmente – que nos tem apanhado a todos. Os movimentos representam gritos de dor contra a irracionalidade que oprime em nome de uma lógica universal racionalista (WALLERSTEIN, 1999, p. 83, tradução nossa).

Embora analise que as crises de transição são prolongadas, durando por vezes cento e cinquenta anos, Wallerstein (1999, p. 84) entende que ela já começou e terminará com o fim do sistema atual e a substituição por outro diferente e, embora não se tenha a garantia de que esse outro venha a ser substancialmente melhor, há uma grande possibilidade de vir a ser, se for aproveitado o momento histórico para que se faça uma escolha coletiva nessa direção.

Santos (2009), por sua vez, situa a interpretação do sistema mundial com base nas distinções que conformam dois lados do universo, como se fossem dois mundos cindidos, entre os quais há um abismo, cujas configurações e consequências têm implicações profundas e seculares. O autor centra a sua crítica e proposições ao revés do pensamento moderno ocidental, que conceitua como abissal, porque edificado em um



[...] sistema de distinções visíveis e invisíveis, sendo que as invisíveis fundamentam as visíveis. As distinções invisíveis são estabelecidas através de linhas radicais que dividem a realidade social em dois universos distintos: o universo ‘deste lado da linha’ e o universo ‘do outro lado da linha’. A divisão é tal que ‘o outro lado da linha’ desaparece enquanto realidade, torna-se inexistente, e é mesmo produzido como inexistente (SANTOS, 2009, p. 23).

A partir dessa construção teórica, Santos esquadrinha os processos de exclusão social em suas formas mais radicais e a impossibilidade de haver copresença dos dois lados da linha. Entende o autor que todos os conflitos modernos se vinculam à modernidade ocidental, em que a tensão entre a regulação e a emancipação social se concretiza por distinções visíveis, porém fundadas na distinção invisível que existe entre as sociedades metropolitanas e os territórios coloniais. Naquelas, tal dicotomia é aplicável, porém, nestes, a dicotomia se estabelece em termos da apropriação e da violência. A ciência, ou seja, a produção do conhecimento, e o direito, segundo o autor, são os pilares de sustentação da divisão entre um lado e outro da linha.

Deste lado da linha, estão os homens metropolitanos, sustentados pelo direito moderno, produtores do conhecimento que têm validade, reconhecidos pelo Estado como cidadãos; do outro lado da linha, estão os territórios coloniais, cujas formas de conhecimento são invisibilizadas, onde a lei não os alcança, os direitos não são oficialmente reconhecidos e as instituições da sociedade civil não têm lugar. Mesmo assim, a ordem, o direito e o conhecimento que respaldam ‘este lado da linha’ são considerados universais. Essas são as bases sobre as quais são produzidas todas as formas de distinção, exclusão e violência.

A tensão entre apropriação e violência no direito, explicita Santos (2009, p. 30), concretiza-se de várias formas, por meio de governos indiretos, da pilhagem de recursos naturais, do uso manipulador do direito, do *apartheid* social, da deslocação forçada e de outras brutalidades. O colonial vem, então, confrontando o abissal metropolitano e tornando o território confuso, com linhas sinuosas, que se entrecortam, porque tem ele – o colonial – uma mobilidade muito superior à imobilidade imposta aos escravos, embora tudo isso ocorra em meio às tentativas e estratégias do metropolitano para remarcar sempre a sua própria linha, mesmo que precise confinar-se um tanto mais.

Na Amazônia e, particularmente, na área que é objeto da pesquisa, os fatos e os conflitos sociais revelam que grande parte das tensões e violência provêm da construção mental, epistemológica, política e social do pensamento moderno, bem como da fruição por parte dos que detêm o poder desde então, perdurando até as primeiras décadas deste século.

Tendo em vista o processo histórico e o agravamento dos problemas, que levam a uma multiplicidade de conflitos sociais em todas as partes do mundo e, em particular, na América

Latina e no Brasil, ressoa forte e lúcido o desafio proposto por Santos no sentido das possíveis alternativas à injustiça social global, ao entender que “a luta pela justiça social global deve, por isso, ser também uma luta pela justiça cognitiva global. Para ser bem-sucedida, esta luta exige um novo pensamento, um pensamento pós-abissal” (SANTOS, 2009, p. 32).

Bhabha (1998) insere elementos de análise sobre os conflitos sociais a partir de outras perspectivas, também importantes para a análise do objeto da pesquisa. Partindo do pensamento pós-moderno, que ressalta não ser uma questão de linearidade do tempo, mas a tomada de consciência dos limites epistemológicos de ideias até então estabelecidas e etnocêntricas, o autor trata da importância de inserir no debate “fronteiras enunciativas de uma gama de outras vozes e histórias dissonantes, até dissidentes – mulheres, colonizados, grupos minoritários, os portadores de sexualidades policiadas” (BHABHA, 1998, p. 23).

Como refere Bhabha (1998), tais fronteiras enunciativas vêm ocorrendo em meio aos processos migratórios, aos grandes deslocamentos de camponeses, às vozes dos refugiados políticos e econômicos, enfim, aos acontecimentos sociais que ganham expressão e são geradores de conflitos. Entretanto, na visão do autor, os conflitos gerados trazem perspectiva positiva para momentos e lugares em que novas possibilidades podem existir, em que algo começa a acontecer.

Pensar para o além, na concepção de Bhabha (1998), é conseguir atuar no presente visando ao futuro que se deseja construir, porque “esses termos que apontam insistentemente para o além só poderão incorporar a energia inquieta e revisionária deste se transformarem o presente em um lugar expandido e excêntrico de experiência e aquisição de poder” (BHABHA, 1998, p. 23).

Questiona Bhabha (1998), em meio à multiplicidade de conflitos, qual das identidades falará mais alto e determinará as escolhas políticas desses sujeitos. Reflete, então, o autor, a partir do pensamento de Stuart Hall, que os agentes da mudança política são sujeitos descontínuos, divididos, que estão presos a identidades e interesses conflitantes, pois se trata de um jogo. É um jogo também de imagens produzidas, que podem levar a identificações, ou não, tanto com o campo hegemônico como com o contra-hegemônico, o que dependerá das forças em competição. No dizer de Bhabha (1998), é a política da luta, por uma luta de identificações e pela guerra de posições, que não depende apenas da vontade coletiva, porque a hegemonia requer iteração e alteridade para se firmar como espaço político de enunciação (BHABHA, 1998, p. 56).

A perspectiva de Bhabha (1998) sobre as possibilidades do lugar, como momento presente em que há muitas possibilidades de expandir as reações contra-hegemônicas e ocupar

posições de poder, remete diretamente às inquietações da pesquisa, ao serem analisados os muitos conflitos sociais identificados no trabalho de campo. Tomando a perspectiva do autor sobre as possibilidades do lugar nesse sentido e da luta política que precisa se firmar como espaço de enunciação e ação, observa-se inicialmente a necessidade de intensificação das estratégias de contraposição aos processos econômicos avassaladores que vêm sendo impostos à bacia do rio Tapajós e ao entorno da BR-163. Mas, como dinâmicas que são, a luta política e o campo das disputas precisarão ser sempre revisitados, para que possam ser apreendidos em suas diferentes injunções.

Nas atividades de campo realizadas em diferentes momentos do período em que se circunscreve a pesquisa, é possível apreender alterações, deslocamentos que vêm ocorrendo em dinâmicas as quais levaram tanto à desmobilização quanto à retomada na organização das lutas.

Grupos sociais organizados ligados aos movimentos sociais, associações indígenas de várias etnias, sindicatos de trabalhadores rurais e outros agentes sociais têm transformado a “energia inquieta” em ação e contrarreação, o que gera mais conflito. Tais agentes sociais coletivos têm tido papel decisivo na condução das reações que, como diria Bhaba, “residem no além”, ou seja, projetam e agem no momento atual para promover transformações futuras.

Nos duros processos de resistência, os agentes que têm enfrentado a ordem hegemônica vêm desestabilizando crenças, contrapondo as bases e as narrativas do modelo de desenvolvimento hegemônico, atuando, mesmo que sob fortes embates, na desconstrução das “verdades” impostas por uma dada perspectiva teórica, por governantes e grandes corporações e apontando para a construção de possíveis alternativas.

Trata-se de um percurso que inclui também, necessariamente, a construção de novas epistemologias a partir de outros saberes, novos conceitos, novas formas de ver o mundo, daí porque incita formulações teóricas ao revés do pensamento hegemônico e é por elas também respaldado.

Nesse sentido, na mesma linha do pensamento de Santos (2009, p. 32), que acentua a importância da luta para construir “um novo pensamento, um pensamento pós-abissal”, Foucault trata sobre as “reviravoltas de saber”, trazendo à tona saberes antes sujeitados, que foram historicamente “desqualificados como saberes não conceituais, como saberes insuficientemente elaborados [...] saberes ingênuos [...] hierarquicamente inferiores[...] abaixo do nível do conhecimento ou da cientificidade requeridos” Santos (1999, p. 12). É uma batalha, a “batalha dos saberes contra os efeitos de poder do discurso científico” (FOUCAULT, 1999, p. 17).

Por outra perspectiva crítica, Escobar analisa os conflitos sociais a partir da ecologia

política, que Alier (2002) define como “o estudo dos conflitos de distribuição ecológica”. Detalhando o sentido dos conflitos nessa perspectiva, Escobar (2010, p. 23) os relaciona ao “acesso e ao controle sobre os recursos naturais, particularmente como uma fonte de subsistência, assim como os custos pela destruição ambiental” (tradução nossa).

Ao analisar as noções de colonialidade e de diferença colonial, que levam à supressão de culturas e de conhecimentos dos povos colonizados, Escobar (2010) propõe que tais critérios de diferenciação sejam analisados a partir de três esferas da vida – “rubricas” – inter-relacionadas, que são a econômica, a ecológica e a cultural. Nesta última, os conflitos de distribuição cultural, diz o autor, “surgem da diferença no poder efetivo associado com significados particulares e práticas culturais” Escobar (2010, p. 30, tradução nossa). Para o autor, “o poder habita no significado, e os significados são um recurso fundamental do poder social; as lutas pelo significado são, assim, centrais para a estruturação do social e do mundo físico em si mesmo” (ESCOBAR, 2010, p. 30-31, tradução nossa).

Os conflitos culturais frequentemente expressam diferenças ontológicas subjacentes, porque têm origem em outras maneiras de entender o mundo, como se fossem entre mundos diferentes, o que se evidencia no caso dos povos indígenas e das minorias étnicas. Embora esses povos e minorias sejam cada vez mais reconhecidos em programas de conservação, assevera Escobar (2010, p. 31) que os programas e projetos não os têm incluído de modo a promover transformações mais substantivas, mesmo que nos marcos existentes, nem são aprofundados os pressupostos que levam à divisão entre natureza e cultura.

Ressalta Escobar (2010, p. 32) que, embora o poder tenha grande importância, a análise sobre o conflito não pode ser reduzida a ele, nem à quantificação das desigualdades. A diferença e o conflito vão muito além. Citando Leonardo Boff, Escobar aborda esses conceitos como aceitação de complementariedades e possibilidade de serem construídas convergências, a partir de cosmovisões diferentes, que podem levar a reparações, no sentido do reconhecimento de injustiças históricas.

Os conflitos gerados pela distribuição ecológica vêm se intensificando, porque o capital, como afirma Escobar (2010, p. 110), “cria a sua própria barreira destruindo as condições de produção”. É preciso, então, como propõem os economistas ecológicos, que a economia seja reinserida nos processos sociais e naturais, construindo uma outra racionalidade, que parta da diversidade ecológica e cultural e tenha como base a política da diferença.

Grosfoguel (2009), por sua vez, remete à dimensão que as estratégias e as intervenções políticas de combate à ordem mundial precisam ter, quanto às escalas de poder. Ao tratar sobre os limites que estão postos para o Estado-nação como parte de um sistema que opera em escala

global e que, portanto, não tem como alterar a divisão internacional do trabalho, nem como reduzir as desigualdades do sistema internamente, o autor ressalta que as intervenções políticas que operam unicamente em nível local ou nacional não terão chance de promover transformações nas definições globais. Daí porque, entende Grosfoguel, as agências coletivas da periferia, também devem procurar outros níveis de articulação que não apenas os que se limitam ao Estado-nação, uma vez que

Os conflitos sociais ocorridos em níveis situados abaixo e acima do Estado-nação são espaços estratégicos de intervenção política frequentemente ignorados quando o foco dos movimentos privilegia o Estado-nação. Para que a intervenção política seja eficaz, as ligações locais e globais dos movimentos sociais assumem uma importância crucial (GROSGOQUEL, 2009, p. 402).

Por outro enfoque, mas tratando também sobre a dimensão dos processos de resistência, Tavares-dos-Santos e Baumgarten (2005, p. 212) analisam os conflitos sociais e os fenômenos de violência difusa presentes nas sociedades contemporâneas sob diferentes formas – exclusão social, racismos, violência entre gêneros, violência na escola, violência ecológica – e os concebem como partes de um processo de dilaceramento da cidadania, em que o Estado está presente como agente do aparato repressivo da polícia, utilizando-se sistematicamente do uso ilegal e ilegítimo da violência. Em resposta a esse quadro, os autores ressaltam a importância de ampliar a articulação das resistências:

Há uma visibilidade e uma conceituação da importância das lutas sociais contra a mundialização da injustiça: encontramos novos agentes da resistência, estamos diante da negação da centralidade do poder estatal no espaço-tempo social, afirmando uma outra cartografia, pontilhista e processual, na ordenação do mundo social (SANTOS; BAUMGARTEN, 2005, p. 213).

A condução da pesquisa passa, necessariamente, pela escuta das vozes que vêm do lugar e estão imbricadas nas teias dos conflitos em torno daquelas questões centrais – agronegócio, grandes obras de infraestrutura e extração/produção mineral. Não se trata de buscar a enumeração exaustiva, nem numericamente comprovável, das tensões e conflitos existentes em Itaituba, ou que lá se fazem refletir, mas de entender, a partir dos campos social, político e econômico, como vem se conformando o quadro de crescente polarização social.

Em torno dos conflitos sociais, das estruturas de poder e das estratégias dos agentes sociais envolvidos, busca-se apreender os que têm maior capacidade de interferir no jogo, identificando a força que têm, as resistências às determinações das elites político- econômicas

responsáveis pela destruição e violência contra os povos e a natureza do lugar.

Ao tomar Itaituba como lente de observação exemplar das dinâmicas capitalistas desenvolvimentistas que se intensificam neste início do século XXI na Amazônia, tanto pelo grau de tecnicismo alcançado, quanto pela velocidade das dinâmicas que articulam grandes capitais transnacionais, constata-se uma multiplicidade de questões e conflitos sociais, alguns identificados desde o início da pesquisa, há mais de uma década.

Desde então, intensificou-se a centralização das principais decisões, pois somente restritos grupos dos grandes centros do poder, públicos e privados, são ouvidos sobre os destinos da região e os impactos socioeconômicos e ambientais negativos das grandes obras. A sociedade e os povos que são diretamente atingidos pelos efeitos deletérios do avanço das fronteiras do agronegócio, da mineração e das grandes obras de infraestrutura são os mais pobres, que não chegam a ser considerados como sujeitos sociais coletivos capazes de formular outras estratégias, de propor alternativas de desenvolvimento social e econômico, nem mesmo de intervir na análise dos processos em curso.

Durante a pesquisa, foram ouvidos como representantes do campo social lideranças de comunidades ribeirinhas, associação de pescadores, indígenas, trabalhadores rurais, dirigentes de associações de mulheres, membros da CPT, dos sindicatos de trabalhadores rurais e da educação, movimentos sociais que atuam diretamente nos jogos de poder que envolvem as temáticas da pesquisa. A participação de todos, que manifestaram grande disponibilidade de tempo, de escuta e de fala, foi de fundamental importância, porque trouxe, por meio das experiências, trajetórias de luta e interpretações, uma riqueza impossível de ser alcançada por outras vias.

Nas diferentes participações dos agentes, em especial os do campo social, foi denunciado o poderio capitalista que se apropria da região, cada vez mais rapidamente, e se articula de diferentes formas com o poder político institucionalizado; assim como as falácias dos discursos do Estado, quando trata sobre desenvolvimento, segurança energética, prioridade à pequena produção, respeito à diversidade cultural e étnica, aos territórios de populações tradicionais e ribeirinhas. São situações permeadas por mecanismos falsamente instituídos para democratizar políticas e investimentos públicos, ou deliberadamente autoritárias, que tanto em um caso como no outro tornam as vozes dos diretamente atingidos propositalmente inaudíveis.

## 2.4 Opções teórico-metodológicas

A metodologia sustenta-se na combinação de duas proposições teórico-metodológicas, a de Bourdieu (1983,1989, 1997) e a de Foucault (1996, 1999, 2008). A formulação pretende trazer à metodologia da pesquisa, indissociável que é da base teórica do trabalho, algo que está presente na concepção de todo o percurso da investigação, que é o diálogo entre perspectivas na observação e análise do campo de pesquisa. Busca-se apreender o que é essencial nessa aproximação e relacionar os processos atuais aos condicionantes históricos e, ao mesmo tempo, às rupturas de valores, crenças e estereótipos.

Com o objetivo de esclarecer como foi pensada a interseção entre o pensamento e a metodologia dos dois autores, serão explicitados os elementos teóricos absorvidos de ambos e a proposição de como se pretende articulá-los.

O campo, como o concebe Bourdieu (1989), é uma metodologia que visa à compreensão do universo social da pesquisa e sua estrutura envolve todos os agentes que nele se encontram em disputa, verificando-se uma tendência de que as relações de força objetivas se reproduzam simbolicamente, o que contribui para a manutenção das posições ocupadas. Dentro do campo há convergências e disputas de interesses, regras, produção de saber, poder e certa autonomia. As redes de relações sociais são relações de força, materiais e simbólicas, que integram a cena social, em que há constantes disputas pelo monopólio do poder ou pela manutenção da posição ocupada no campo. O sentido do campo é assim, sempre, relacional.

O espaço social, como o concebe Bourdieu (1989, p. 133), é multidimensional, indo além das classes sociais ligadas ao campo econômico, sendo um espaço de lutas simbólicas em que está em jogo a própria representação do mundo social, que é plural.

O agente, outro conceito-chave que se diferencia do ator social, postula Bourdieu, está ligado à ideia de ação que movimenta o campo, podendo ser individual ou coletivo, neste caso formado por instituições, grupos, Estado e outros. A posição do agente no campo depende do lugar que ocupa na distribuição de poder dentro do próprio campo, o que está diretamente relacionado ao capital que possui – seja este econômico, cultural, político, científico e/ou simbólico –, devendo esse capital ser reconhecido socialmente. O agente, no campo social, pode ser individual ou coletivo. Este último, para ser assim considerado, é preciso que haja uma identidade coletiva reconhecida como tal e produzida por meio de longa elaboração coletiva.

O poder na rede de relações sociais existe de forma circular, ou seja, está em toda a parte, embora nem sempre seja percebido. Quanto menos visível e quanto mais obtém

reconhecimento por parte dos que a ele estão submetidos, mesmo ignorando-o, o poder é simbólico. Na definição de Bourdieu, o poder simbólico, instrumento de dominação, é “o poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força física ou econômica, graças ao efeito específico de mobilização, e só se exerce se for reconhecido, quer dizer, ignorado como arbitrário” Bourdieu (1989, p. 14). A destruição do poder simbólico, conforme o autor, ocorre somente quando os dominados tomam consciência do quanto há nele de arbitrário. Revela-se a partir daí a verdade objetiva, onde antes a violência simbólica era desconhecida, desfazendo-se a crença naqueles que antes detinham tal poder.

Para entender o campo de análise dos conflitos sociais em Itaituba foi, então, tecida a rede relacional a partir de três campos, cujas referências teóricas encontram-se em Bourdieu (1989; 1997) – o campo político, o campo econômico e o campo social –, e das inter-relações entre eles, por estarem diretamente vinculados às motivações dos conflitos e à condução dos processos sociopolíticos e econômicos.

Para tanto, devem ser apreendidas as relações de poder, o sentido do jogo, as crenças estabelecidas e as que vêm sendo rompidas pela compreensão das arbitrariedades e da violência simbólica, e não simbólica, presentes naquele lugar. Para os objetivos de delineamento desses campos, neste trabalho, são considerados os agentes coletivos, quer sejam estes hegemônicos ou contra-hegemônicos.

Para compreender como se estruturam e se legitimam as relações de poder é fundamental conhecer os processos históricos locais, que são também constituídos, ou influenciados, pela força de dinâmicas e de determinações do campo político-econômico hegemônico mundial, que também se processam historicamente. Conforme afirma Bourdieu:

[...] Toda história do campo social está presente, em cada momento, em forma materializada – em instituições tais como os serviços permanentes de partidos ou de sindicatos – e em forma incorporada – nas atitudes dos agentes que fazem funcionar estas instituições ou que as combatem [...] (BOURDIEU, 1989, p. 156).

No campo político, Bourdieu (1989) compreende ser fundamental a competência social e técnica para uma participação ativa, pois, sob a perspectiva dos agentes mandatários, o desapossamento cultural e econômico constitui grande obstáculo para que os agentes consigam produzir efeitos concretos. Para analisar as lutas políticas, portanto, infere Bourdieu (1989, p. 163), é preciso entender “as determinantes econômicas e sociais da divisão do trabalho político[...]”. Fora dos períodos de crise, interpreta Bourdieu (1989), a produção das formas de percepção e de expressão é monopólio dos profissionais desse campo.



O campo político é um campo de forças e de lutas, operado por meio do jogo de oposições e de distinções, como refere Bourdieu (1989). A luta no campo político, afirma o autor, além de ser uma luta pelo poder simbólico de fazer ver e crer para obter reconhecimento, é também uma luta pelo poder sobre os poderes públicos Bourdieu (1989, p. 174), incluindo as administrações do Estado. A institucionalização do capital político é objetivada por meio de instituições permanentes, que se reproduzem continuamente e traçam estratégias.

O campo econômico, por sua vez, como o concebe Bourdieu (1997), é formado por agentes que representam empresas, governos, bancos, consumidores e outros, integrantes da constelação relacional, cuja força depende dos recursos que cada um detém, ou seja, da estrutura de capital que cada agente dispõe, seja este capital financeiro, cultural, tecnológico ou simbólico. É um campo de estrutura vertical, em que os mandantes definem as chances de lucro e até mesmo a entrada ou não de outros agentes no campo. Por outro lado, não apenas os preços são definidores do poder, havendo outras espécies de capital, como o tecnológico, que podem provocar mudanças na estrutura de poder e na partilha de bens e valores dentro do campo.

As estratégias no campo econômico dependem da estrutura do campo e da distribuição de poder, relacionadas ao grau de concentração dos agentes-empresas, que atuam em concorrência. As empresas dominantes, inclusive em cada campo setorial do campo econômico, determinam questões centrais – novas formas de distribuição, mudanças de preços, novos produtos e outras – constituindo referência obrigatória para os concorrentes.

Nas relações entre agentes do campo econômico com os de outros campos, afirma Bourdieu (1997), as mais importantes são as que se estabelecem com o Estado, este um agente do campo político e também do campo econômico.

O poder, por ser elemento central na análise de Bourdieu, assim como nas formulações teóricas de Foucault (1999), foi então definido não apenas como categoria de análise, mas também como metodologia de pesquisa, em que na configuração dos campos é tomado como elemento transversal, que deve ser interpretado rigorosamente nas diferentes etapas do estudo.

Esse é o ponto de interseção teórica entre os dois autores em que se apoia metodologicamente a aproximação com os campos político, econômico e social.

Assim sendo, é importante compreender o poder, como Foucault enuncia, a partir daquilo que o caracteriza em seu nível de ação direta, das relações sociais que estabelece e das práticas efetivas que opera, buscando ao mesmo tempo entender como se constituem e atuam os que a ele estão submetidos (FOUCAULT, 1999, p. 36).

Por não ser homogêneo e estático, o poder deve ser apreendido em cadeia, pela circulação entre os indivíduos, nas diversas formas de exercício da dominação, sem partir de

um único centro, mas entendendo como ele se reproduz nas menores escalas e se torna plural, sendo simultaneamente autônomo e vinculado a processos de dominação global. Trata-se de analisar, conforme detalha Foucault (1999, p. 51), como se dão as “relações de sujeição efetivas que fabricam sujeitos”, entendendo também como os ‘operadores de dominação’ se articulam, reforçam-se e, por vezes, mesmo integrando grandes aparelhos de poder, têm cesuras em meio ao confronto de interesses.

Nesse sentido, foram buscadas, na pesquisa de campo, não apenas representações do Estado e de setores que detêm a dominância do poder político e econômico, centrais na ampliação da lógica capitalista mundial, que se consolida historicamente e avança atualmente sobre Itaituba e a região do oeste do Pará, como também agentes do campo social. Os critérios de escolha dos entrevistados tiveram como balizas centrais a efetiva atuação dos agentes, a inserção deles nos jogos de poder, disputas e conflitos sociais, assim como o reconhecimento que têm como representantes dos interesses e mobilizações, em cada um dos campos inseridos na investigação.

Do campo político-institucional, foram entrevistados o Prefeito Municipal de Itaituba; o Secretário Municipal de Infraestrutura de Itaituba; a dirigente da Unidade Avançada da Agência Nacional da Mineração (ANM), em Itaituba; a dirigente do Núcleo Regional do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio)/NURE-Itaituba; o dirigente do Núcleo Regional da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade (Semas)/PA, em Itaituba; dois representantes da Secretaria Municipal de Meio Ambiente (Semma), de Itaituba; representante do Conselho Municipal de Assistência Social de Itaituba; representante da Secretaria Municipal de Educação de Trairão. Do campo econômico, foram entrevistados o presidente da Agência Nacional do Ouro (Anoro), do Brasil; a presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Itaituba; diretor da Sociedade Patauí Florestal Ltda; dono de garimpo e dirigente do Movimento em Defesa da Legalização da Garimpagem Regional no Oeste do Pará.

Do campo social, foram entrevistados a Dirigente da CPT, da BR-163; membros da CPT do Km 30 (entroncamento da BR-163 com a BR-230, a Transamazônica); a presidente do Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais (STTR), de Itaituba; dirigente do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), em Itaituba; liderança indígena e representante do Movimento de Mulheres da etnia Munduruku, de Itaituba; o pároco da Prelazia de Itaituba, em Trairão; membro da coordenação nacional do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM); trabalhadores rurais e liderança do Movimento de Mulheres do Projeto de Assentamento Areia, em Trairão; o presidente do Sindicato dos Trabalhadores da Educação (SINTEPP)/Itaituba; o presidente da Associação dos Pescadores de Itaituba.

### **3 ITAITUBA: ENTREPOSTO DE *COMMODITIES* OU FEITORIA NEOCOLONIAL?**

O município de Itaituba situa-se em território ambientalmente rico, pelas grandes áreas florestais e valiosas reservas de ouro e de outros metais preciosos que possui, além de ocupar posição estratégica no oeste do Pará, por estar às margens do rio Tapajós. Trata-se, também, de um território pluriétnico, que conta com presença marcante de povos indígenas em sua história e cultura.

Ao eleger Itaituba como “lugar” de observação das dinâmicas capitalistas mundiais no início deste século, entende-se fundamental apreendê-lo a partir de duas perspectivas indissociáveis, que dizem respeito à localização do município na bacia do rio Tapajós e à posição que ocupa na rodovia Santarém-Cuiabá. Tais perspectivas são centrais para a compreensão do que vem ocorrendo, não apenas no próprio município como também no oeste do Pará, em sua inserção na geopolítica mundial.

O conceito de “lugar”, como fundamentado no capítulo anterior, vai além da conformação geográfica, sendo aqui tomada como referência teórica a abordagem de Escobar (2005). O “lugar”, assim, é apreendido não como limite geográfico ou ação isolada, mas como reflexo de um sistema que é mundial, fundamental na análise da capacidade de intervenção das resistências locais, que se propagam e tomam força por meio de redes regionais, nacionais e por outros mecanismos operados em várias escalas de reação. Nesse sentido, a aplicação do conceito na análise do objeto do trabalho está mais bem explicitada no próximo capítulo, em que são analisados os conflitos sociais.

Observam-se profundas transformações naquele lugar nas últimas décadas, que vêm trazendo sérias consequências para as formas e qualidade de vida, para as culturas dos povos amazônicos daquela região, condições de trabalho, assim como para a natureza, produzindo desequilíbrio ambiental. Tais dinâmicas vêm sendo impostas de forma violenta, autoritária, agredindo direitos sociais e culturais assegurados nas leis do país e em acordos internacionais, daí porque têm motivado intensos conflitos sociais.

A localização estratégica do município de Itaituba na rodovia Santarém-Cuiabá, a BR-163, passou a ser alvo dos interesses de grandes capitais nacionais e transnacionais, com o objetivo de fazer circular a produção das matérias-primas, tanto do Pará como da região Centro-Oeste do Brasil, que se destina aos mercados consumidores externos. A lógica prevalecente é a das chamadas “interfaces modais” de circulação da produção, cumprindo a BR-163 papel estratégico. O fato de Itaituba situar-se às margens do rio Tapajós possibilita o embarque da

produção do agronegócio pelos portos da região Norte.

Existem, também, outros importantes focos dos interesses mundiais dirigidos para Itaituba, em vista das extraordinárias reservas auríferas e de outros metais preciosos existentes, sendo o município considerado uma província mineral. Aos estoques minerais naturais somam-se, ainda, as potencialidades energéticas da bacia do Tapajós, essenciais para o modelo econômico neoextrativista, fortemente demandante de energia.

O dinamismo socioeconômico e político gerado a partir da combinação dos interesses mundiais envolvidos nas atividades mencionadas, centrais na atual fase da acumulação capitalista, faz com que Itaituba, no contexto da região oeste do Pará e da bacia do Tapajós, esteja sendo submetida à lógica global que determina condicionantes da dominação e faz eclodir conflitos sociais.

Entre diferentes formas possíveis de apreensão do lugar, definiu-se como perspectiva primordial do trabalho a análise dos conflitos sociais, que consta mais especificamente do 3º capítulo, em que são também interpretadas as inestimáveis contribuições da pesquisa de campo.

### **3.1 Dados apontam a falácia do desenvolvimento no município, à custa da miséria social e danos ambientais profundos**

#### **3.1.1 Localização geográfica e dados demográficos**

A cidade de Itaituba está situada às margens do exuberante rio Tapajós<sup>4</sup>, pertencente ao bioma Amazônia, o maior do mundo<sup>5</sup>, que abriga também a maior bacia hidrográfica do planeta.

A Região Hidrográfica Amazônica<sup>6</sup>, de acordo com a Agência Nacional de Águas

<sup>4</sup> De acordo com o ICMBio/MMA, o rio Tapajós é formado pela confluência do rio Teles Pires com o rio Juruena, em Barra de São Manuel, na fronteira entre Pará e Mato Grosso, e percorre uma extensão de aproximadamente 800 km até desaguar no Amazonas. A sua bacia está distribuída pelos estados do Mato Grosso, Pará, Rondônia e Amazonas, ocupando uma área total de 492.263 km<sup>2</sup>, que apresenta largura da ordem de 555 km e comprimento de 1.457 km. Setenta e três municípios estão situados nessa bacia, sendo 59 em Mato Grosso, 11 no Pará, 2 no Amazonas e 1 em Rondônia. Está contido na Ecorregião Aquática Xingu/Tapajós, uma das cinco ecorregiões aquáticas consideradas prioritárias para a pesquisa no Brasil. Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/pesquisa/projetos-apoiados/2011/313-cepta-levantamento-da-ictiofauna-caracterizacao-genetica-e-da-fauna-parasitaria-da-bacia-hidrografica-do-rio-tapajos>. Acesso em: 18 jun. 2019.

<sup>5</sup> O bioma Amazônia abrange nove países, sendo eles: Brasil, Paraguai, Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana Francesa e Suriname. Nesse bioma existem, segundo o ICMBio/MMA, cerca de 40 mil espécies de plantas, 300 espécies de mamíferos, 1,3 mil espécies de aves, habitando 4,196.943 km<sup>2</sup> de florestas densas e abertas. Disponível em: <https://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/amazonia>. Acesso em: 20 jun. 2019.

<sup>6</sup> A Divisão Hidrográfica Nacional, instituída pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos, estabelece doze Regiões Hidrográficas brasileiras, compostas por bacias, grupo de bacias ou sub-bacias hidrográficas próximas, com características naturais, sociais e econômicas similares. Disponível em: <https://www.ana.gov.br/panorama-das-aguas/divisoes-hidrograficas>. Acesso em: 21 jun. 2019.

(ANA), ocupa 45% do território nacional, abrangendo sete Estados – Acre, Amazonas, Rondônia, Roraima, Amapá, Pará e Mato Grosso –, e concentra 81% da disponibilidade das águas superficiais do país.

O município de Itaituba pertence à mesorregião Sudoeste Paraense, tendo a sede, de acordo com a Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA)<sup>7</sup>, as seguintes coordenadas geográficas: 04° 16' 24" S e 55° 59' 09" W Gr. Está limitado, ao norte, pelo município de Aveiro; a leste, pelos municípios de Altamira, Rurópolis, Novo Progresso e Trairão; ao sul, pelo município de Jacareacanga; e, a oeste, pelo estado do Amazonas e pelo município de Jacareacanga.

**Figura 1-** Região de Integração do Tapajós



Fonte: Base digital IBGE, 2002

**Fonte:** Base Digital IBGE (2002).

Quanto à divisão oficial do estado do Pará em Regiões de Integração (RI), Itaituba pertence à RI do Tapajós, juntamente com os municípios de Aveiro, Trairão, Rurópolis, Jacareacanga e Novo Progresso. Ao todo, são doze as RIs criadas no Pará<sup>8</sup> a partir de recortes espaciais baseados em critérios socioeconômicos.

<sup>7</sup>Documento disponível em: <http://www.fapespa.pa.gov.br/upload/Arquivo/anexo/348.pdf?id=1583545046>. Acesso em: 18 fev. 2019.

<sup>8</sup> As demais RIs, fora a do Tapajós, são: Araguaia, Baixo Amazonas, Carajás, Guajará, Guamá, Lago de Tucuruí, Marajó, Rio Caeté, Rio Capim, Tocantins Xingu. Disponível em: <https://seplan.pa.gov.br/regi%C3%B5es-de-integra%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 28 out. 2018.

**Figura 2-** Região de Integração do Tapajós

**Fonte:** FAPESPA – Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental

A origem do município, oficialmente, está relacionada aos seguintes fatos históricos, registrados na Estatística Municipal de 2014, elaborada pela FAPESPA:

Em 1836, Itaituba era um aldeamento de índios da dependência da Província do Grão-Pará. Até 1853, Itaituba dependeu da freguesia de Pinhel, passando, posteriormente, para a jurisdição de Boim. Com a Lei nº 266, de 16 de outubro de 1854, a povoação de São João Baptista recebeu a categoria de vila, passando a chamar-se de Brasiléia Legal e, como não correspondeu à expectativa, a Lei nº 290, de 15 de dezembro de 1856, transferiu para Itaituba aquela categoria, somente instalado em 3 de novembro do ano seguinte. O predicamento de cidade foi conferido a Itaituba em 1900, através da Lei nº 684, de 23 de março, sendo instalada em 15 de novembro do mesmo ano. A Lei nº 1.152, de 4 de abril de 1883, desmembra parte do município de Itaituba, incluindo em seu território o distrito de Brasiléia Legal para constituir o de Aveiro. Pelo Decreto nº 6, de 4 de novembro de 1930, o município de Itaituba foi mantido, porém, o Decreto de nº 72, de 27 de dezembro do mesmo ano, colocou seu território sob administração direta do Estado. Como unidade autônoma, figura na relação da Lei nº 8, de 31 de outubro de 1935. Em 13 de dezembro de 1991, o município de Itaituba teve seu território desmembrado para dar origem aos municípios de Jacareacanga, Trairão e Novo Progresso, através das Leis nº 5.691, 5.695 e 5.700 respectivamente. Atualmente, o Município está constituído apenas pelo distrito-sede: Itaituba. A origem do nome é Tupi, significando o “lugar dos pedregulhos” (FAPESPA, 2014, p. 6-7).

### 3.1.2 A Região de Integração do Tapajós

Considera-se importante situar os dados da RI do Tapajós no conjunto das demais RIs do Pará e em alguns aspectos relacioná-los aos dados gerais do estado e do Brasil, a fim de que seja possível, a partir desses parâmetros, analisar o discurso do ‘desenvolvimento’ utilizado

como estratégia para persuadir os povos daquela região quanto aos benefícios sociais e econômicos gerados pelos megaempreendimentos que vêm sendo implantados na região, assim como pelo avanço das fronteiras agrícola e mineral.

Os dados da RI do Tapajós foram, então, tomados como referência para o período investigado – 2007 a 2017 –, adequando-se a análise à disponibilidade das informações e estendendo-a até 2018, quando possível, para a compreensão dos desdobramentos e consequências mais recentes daquelas dinâmicas, medidas por índices oficiais. Parte-se, assim, de alguns indicadores que servem de balizas no estudo, como o PIB, o índice de Gini<sup>9</sup> e outros ligados à renda, ao saneamento, à habitação, à educação, à saúde e à segurança pública.

Na sequência da análise dos indicadores da RI do Tapajós, são detalhados índices e outros dados do município de Itaituba. As estatísticas e os diagnósticos oficiais foram obtidos por meio do IBGE/Cidades e da Fapespa, nos documentos Mapa da Exclusão Social do Pará de 2019<sup>10</sup>, Estatística Municipal de Itaituba de 2015<sup>11</sup> e Plano Plurianual do Estado do Pará 2020-2023<sup>12</sup>.

**Tabela 1- PIB e PIB Per capita por Regiões de Integração. Pará 2016**

**PIB e PIB Per capita por Regiões de Integração. Pará 2016**

	PIB (Mil R\$)	Part. %	Ranking	PIB Per Capita (R\$)	Ranking	Part. na População (%)
Pará	138.068.008	100		16.690		100
Guajará	39.302.552	28,47	1º	18.177	2º	26,14
Carajás	24.617.473	17,83	2º	37.603	1º	7,91
Tocantins	11.786.226	8,54	3º	14.192	8º	10,04
Baixo Amazonas	11.048.238	8,00	4º	15.435	6º	8,65
Rio Capim	8.956.451	6,49	5º	13.419	9º	8,07
Araguaia	8.758.157	6,34	6º	16.178	5º	6,54
Guamá	7.859.748	5,69	7º	11.781	10º	8,06
Lago de Tucuruí	7.220.756	5,23	8º	17.730	3º	4,92
Xingu	6.222.408	4,51	9º	16.998	4º	4,42
Rio Caeté	4.663.654	3,38	10º	9.245	11º	6,10
Marajó	4.458.488	3,23	11º	8.239	12º	6,54
<b>Tapajós</b>	<b>3.173.857</b>	<b>2,30</b>	<b>12º</b>	<b>14.787</b>	<b>7º</b>	<b>2,59</b>

Fonte: IBGE/FAPESPA, 2018.  
Elaboração: FAPESPA, 2019.

**Fonte: IBGE/FAPESPA (2018).**

<sup>9</sup> O Índice de Gini está relacionado ao grau de concentração da variável renda, entre 0 e 1, em que o índice zero indica a igualdade perfeita e valores próximos a 1 indicam maior concentração de renda em poucos indivíduos

<sup>10</sup> Documento disponível em: <http://www.fapespa.pa.gov.br/noticia/1675>. Acesso em: 18 dez. 2019.

<sup>11</sup> Documento disponível em: <http://www.fapespa.pa.gov.br/upload/Arquivo/anexo/348.pdf?id=1584111714>. Acesso em: 18 jun. 2019.

<sup>12</sup> Documento disponível em: [https://seplan.pa.gov.br/sites/default/files/PDF/ppa/ppa2020-2023/ri\\_tapajos.pdf](https://seplan.pa.gov.br/sites/default/files/PDF/ppa/ppa2020-2023/ri_tapajos.pdf). Acesso em: 10 jan.2020.

Identifica-se na tabela acima que a RI do Tapajós, em 2016, ocupava a pior posição entre as doze RIs do Pará, participando com 2,30% do total do PIB do estado e da 7ª posição quanto ao PIB *per capita*, o que representa 2,59% de participação no que se refere à população.

Quanto ao Índice de Gini, indicador utilizado para avaliar a distribuição da renda pela população, os dados constantes da tabela abaixo, conforme esclarece a FAPESPA no Mapa da Exclusão Social de 2019 (p. 21), relacionam as variáveis “proporção acumulada da população com vínculo formal de trabalho” e “proporção acumulada da renda do emprego formal” e suas variações no período 2014-2018:

**Tabela 2-** Índice de Gini da Renda do Emprego Formal por Região de Integração 2014-2018

Território	2014	2015	2016	2017	2018
Pará	0,2975	0,2968	0,2963	0,2827	0,2842
Araguaia	0,1859	0,1816	0,1766	0,1628	0,1664
Baixo Amazonas	0,2159	0,2142	0,2170	0,2127	0,2146
Carajás	0,2746	0,2705	0,2751	0,2800	0,2807
Guajará	0,3497	0,3564	0,3527	0,3397	0,3428
Guamá	0,1375	0,1274	0,1311	0,1342	0,1341
Lago de Tucuruí	0,2100	0,1955	0,2046	0,1966	0,2008
Marajó	0,1697	0,1771	0,1667	0,1774	0,1793
Rio Caeté	0,1509	0,1630	0,1622	0,1483	0,1477
Rio Capim	0,1751	0,1781	0,1782	0,1788	0,1794
Tapajós	0,1821	0,1755	0,1701	0,1794	0,1782
Tocantins	0,1974	0,1970	0,1995	0,1883	0,1865
Xingu	0,2936	0,2602	0,2401	0,2075	0,2038

Fonte: MT(RAIS E CAGED)/FAPESPA, 2018.

Elaboração: FAPESPA, 2019.

Nota: Para o cálculo do Índice de Gini usado neste trabalho utilizou-se a proporção de vínculos empregatícios por faixa salarial.

**Fonte:** MT (RAIS e CAGED) FAPESPA (2018).

O estudo da FAPESPA chama a atenção para o crescimento da concentração de renda no Pará, entre 2017 e 2018, ainda que considerado pelo órgão como relativamente baixo, por refletir a dificuldade dos trabalhadores do estado em ocupar postos formais de trabalho Mapa da Exclusão Social (2019, p. 21). Observa-se, também, na tabela, que houve crescimento da concentração da renda no mesmo período em sete RIs do estado. Na RI do Tapajós, o estudo registra decréscimo de 0,0012 na concentração da renda, entre aqueles anos.

Em relação ao indicador renda, vale ainda ressaltar o comportamento da RI do Tapajós quanto ao percentual da população pobre, comparativamente com os do estado do Pará e do Brasil, em 2010. A porcentagem mais pobre da RI do Tapajós é maior do que a registrada no estado e bem mais do que o dobro em relação ao percentual de pobres existentes no país. Quanto à razão entre os 10% mais ricos e os 40% mais pobres, em 2010, a RI do Tapajós apresenta disparidade ainda maior do que a registrada no Pará e no Brasil:



**Tabela 3-** Renda e Desigualdade

Item Geográfico	% de pobres 2010	Índice de Gini 2010	Razão 10% mais ricos / 40% mais pobres (2010)
Brasil	15,20	0,60	22,78
Pará	32,33	0,62	26,25
Tapajós	39,72	0,59	32,45

Fonte: PNUD/FJP/IPEA/Atlas 2013.  
Elaboração: FAPESPA, 2019.

**Fonte:** PNUD/FJP/IPEA/Atlas (2013).

Em relação à participação da produção da RI do Tapajós na balança comercial do Pará e do Brasil, os dados das exportações e das importações dos municípios que a compõem, em 2016, conforme a Fapespa, são os que seguem:

**Tabela 4-** Balança Comercial 2016

Item Geográfico	Exportação (US\$)	Part.(%)	Importação (US\$)	Part.(%)	Saldo
Brasil	239.889.170.206	100	181.230.568.862	100	58.658.601.344
Pará	15.697.777.925	100	1.189.574.324	100	14.508.203.601
Tapajós	(0,1%) 18.592.837	0,1	2.046.708	0,2	16.546.129
Aveiro	-	-	-	-	-
Itaituba	(79%) 14.778.396	79,5	1.793.518	87,6	12.984.878
Jacareacanga	-	-	-	-	-
Novo Progresso	3.715.599	20,0	54.949	2,7	3.660.650
Rurópolis	0	0,00	198.241	9,7	-198.241
Trairão	98.842	0,5	0	0,0	98.842

Fonte: Comexstat/MDIC, 2019.  
Elaboração: Fapespa, 2019.

**Fonte:** Comexstat/MDIC (2019).

A atividade minerária faz com que Itaituba se destaque com 79% das exportações da região, que, entretanto, participou com apenas 0,1% das exportações do estado naquele ano.

O baixíssimo desempenho da RI do Tapajós para o equilíbrio da balança comercial do Pará e do Brasil, elemento de análise privilegiado para a condução de políticas e investimentos pelas elites político-econômicas do país, tem promovido nas duas últimas décadas mudanças estruturais no oeste do estado, com anuência e fomento por parte de todos os níveis da gestão estatal.

Nesse sentido, vêm sendo impulsionadas pelo Estado brasileiro várias estratégias para a mudança da participação da região nas relações comerciais externas, o que implica investimentos maciços em grandes infraestruturas, bem como na produção de *commodities*

agrícolas e minerais. Com o objetivo de viabilizar as mudanças exigidas pelo modelo de crescimento econômico que, diferentemente do desenvolvimento econômico, impõe-se a despeito dos custos sociais e ambientais que provoca, o Estado brasileiro tem atuado, diligentemente, no sentido de criar as condições institucionais, inclusive com alterações no aparato legal do estado e do país para atrair grandes corporações e capitais transnacionais.

O 4º capítulo do trabalho é dedicado à análise do modelo de acumulação capitalista em Itaituba e na região do Tapajós, assim como das consequências que vem produzindo.

O volume dos negócios e dos investimentos já realizados e projetados na última década, que poderiam fazer crer em um salto na qualidade de vida da população da região, entretanto, está longe de ser confirmado, inclusive por meio das próprias pesquisas e dados oficiais, não obstante a insistência dos discursos oficiais e tentativas de convencimento por parte das grandes corporações nesse sentido.

Além dos índices apresentados acima, reveladores da grande concentração da renda e, portanto, das enormes desigualdades sociais existentes na RI do Tapajós, assim como das dificuldades da população da região em ter acesso ao emprego formal, há outros dados e informações divulgados recentemente pelo governo do Pará, por meio do Plano Plurianual 2020-2023 e do Mapa da Exclusão Social de 2019, ambos produzidos pela Fapespa, que reúnem estudos de diferentes órgãos públicos – IBGE, DATASUS, INEP/MEC, PNUD, IPEA, Ministério da Economia/Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) e outros –, e possibilitam constatar a falácia dos discursos desenvolvimentistas.

No Plano Plurianual 2020-2023, consta que a RI do Tapajós é a 7ª do estado entre as que apresentam as maiores taxas de analfabetismo da população com 15 anos ou mais e a 8ª no *ranking* da pobreza, com índice de 39,7%, tendo apresentado, em 2017, a maior taxa de mortalidade infantil do Pará, com 22,04 por mil nascidos vivos.

Na tabela abaixo é possível identificar a discrepância das taxas de mortalidade infantil da RI do Tapajós em relação às do país e mesmo às do Pará, que possui, em geral, indicadores sociais muito preocupantes:

**Tabela 5-** Saúde – Taxa de Mortalidade Infantil

Item Geográfico	Taxa Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos) 2017	Taxa Mortalidade Menores de 05 anos (por mil nascidos vivos) 2017	Taxa Média da Mortalidade Materna (por 100 mil nascidos vivos) 2015 a 2017
<b>Brasil</b>	<b>12,38</b>	<b>14,40</b>	<b>62,34</b>
<b>Pará</b>	<b>15,38</b>	<b>18,19</b>	<b>77,10</b>
<b>Tapajós</b>	<b>22,04</b>	<b>24,31</b>	<b>89,26</b>
Aveiro	18,87	25,16	209,64
Itaituba	19,35	21,03	95,52
Jacareacanga	29,36	32,63	0,00
Novo Progresso	17,71	17,71	0,00
Rurópolis	21,90	24,33	87,03
Trairão	45,25	54,30	444,52

Fonte: DATASUS/IBGE/FAPESPA, 2018.

Elaboração: FAPESPA, 2019.

**Fonte:** DATASUS/IBGE/FAPESPA (2018).

O Mapa da Exclusão Social de 2019 aponta que, em 2018, a RI do Tapajós deixou a terrível liderança da taxa de mortalidade infantil do estado, passando para a 2ª posição, atrás apenas da RI do Baixo Amazonas, o que indica, portanto, poucos avanços no controle da situação, que combina diferentes aspectos da condição social e ambiental da população da região.

Em relação ao saneamento e à habitação, diretamente ligados às condições de saúde da população, consta no Plano Plurianual 2020-2023 que a RI do Tapajós possuía, em 2010, apenas 20,7% dos domicílios com abastecimento de água pela rede geral e 12,1% com esgotamento sanitário adequado. Informa também o documento que 17,52% dos domicílios não possuíam energia elétrica, naquele ano.

Quanto à Educação, houve redução da taxa de reprovação na RI do Tapajós entre 2017 e 2018, de 12,1 para 11,1 no Ensino Fundamental, e de 7,8 para 6,9 no Ensino Médio. No mesmo período, houve melhoria da Taxa de Aprovação do Ensino Fundamental, que passou de 82,8 para 84,4, e do Ensino Médio, que cresceu de 71,4 para 75,1. A Taxa de Abandono passou de 5,1 para 4,5 no Ensino Fundamental, e de 20,8 para 18,0 no Ensino Médio.

A comparação entre os anos de 2017 e 2018 reflete, desse modo, que houve avanços nas taxas de rendimento nos Ensinos Fundamental e Médio. Entretanto, quando comparados os dados da RI do Tapajós, produzidos pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) com os do país, observa-se que, tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio, as taxas de aprovação/reprovação/abandono são muito díspares, no sentido negativo, em relação às registradas nacionalmente:

**Tabela 6-** Taxas de Rendimento (%) nos Ensinos Fundamental e Médio – 2017**Taxas de Rendimento (%) nos Ensinos Fundamental e Médio – 2017.**

Item Geográfico	Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Aprovação	Reprovação	Abandono	Aprovação	Reprovação	Abandono
Brasil	91,0	7,4	1,6	83,1	10,8	6,1
Pará	84,4	11,9	3,7	76,1	11,7	12,2
Tapajós	82,8	12,1	5,1	71,4	7,8	20,8
Aveiro	80,8	12,1	7,1	69,1	8,8	22,1
Itaituba	83,9	12,0	4,1	74,2	10,0	15,8
Jacareacanga	77,8	16,2	6,0	80,0	3,6	16,4
Novo Progresso	85,7	9,5	4,8	72,6	5,8	21,6
Rurópolis	86,4	9,6	4,0	78,0	7,5	14,5
Trairão	82,4	12,9	4,7	54,4	11,2	34,4

Fonte: INEP, 2018.

Elaboração: FAPFSPA, 2019.

**Fonte:** INEP (2018).

Tomando como referência outro parâmetro importante de análise, que diz respeito aos indicadores de violência, o Mapa da Exclusão Social registra elevação considerável da taxa de homicídios na RI do Tapajós, no período 2016-2018:

**Tabela 7-** Taxa de Homicídio, por 100 mil hab. na região de Integração do Tapajós, 2016 – 2018

RI	2016	2017	2018
Tapajós	40,44	45,46	47,18

**Fonte:** INEP (2018).

Compreende-se importante ressaltar, também, alguns estudos recentes produzidos pelo IPEA, por meio do Radar IDHM – 2012-2017 –, relativos ao estado do Pará. Embora os dados não estejam detalhados por município ou por outras regiões que não as metropolitanas, o detalhamento do IDHM reflete o contexto estadual em que se insere a RI do Tapajós. Nesse sentido, foram consideradas algumas variáveis importantes das desigualdades que marcam o país e o estado, relativas à raça e ao gênero. Conforme explicitado no documento, a desigualdade social no Brasil não se dá apenas entre as regiões, apresentando outras variações marcantes quanto aos grupos populacionais (IPEA, 2017, p. 32):

**Tabela 8-** Resultados do IDHM-E, IDHM-L e IDHM-R desagregados por cor nas Ufs (2017)

Estado	IDHM-E		IDHM-L		IDHM-R	
	Branco	Negro	Branco	Negro	Branco	Negro
<b>Pará</b>	0,724	0,645	0,811	0,762	0,707	0,639

**Fonte:** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Constata-se que nas três dimensões – Educação, Longevidade e Renda – os negros apresentam IDHM menor em relação aos brancos no Pará, o que não é exceção no país. Muito pelo contrário, o estudo aponta que nenhum estado brasileiro apresenta valores melhores para os negros em nenhuma das três dimensões. A desigualdade racial histórica e estrutural do país mantém-se, portanto, neste século, em todas as unidades da federação brasileira.

Outro dado marcante no estado do Pará, apresentado no Atlas do Desenvolvimento Humano, diz respeito à renda das mulheres, na comparação com a dos homens:

**Tabela 9-** Resultados do IDHM-E, IDHM-L e IDHM-R desagregados por sexo nas Ufs (2017)

Estado	IDHM-E		IDHM-L		IDHM-R	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
<b>Pará</b>	0,619	0,702	0,726	0,859	0,691	0,599

**Fonte:** Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Embora nas dimensões Educação e Longevidade do IDHM as mulheres apresentem índices melhores do que os dos homens, continuam a ter índice mais baixo quanto à renda, ainda que com nível de educação mais elevado.

### 3.1.3 Itaituba: dados demográficos e territoriais

Em termos territoriais, Itaituba ocupa uma extensão de 62.042,472 km<sup>2</sup>, sendo o quinto município do estado do Pará e o primeiro da microrregião em área. É uma cidade média, cuja população estimada é de 101.247 pessoas, de acordo com dados do IBGE, de 2019. Em termos oficiais, a população estimada o coloca na 14<sup>a</sup> posição entre os 144 municípios do Pará, tendo densidade demográfica de 1,57 habitantes por quilômetro quadrado.

São, entretanto, frequentes as divergências apontadas pelos entrevistados na pesquisa quanto à população do município, em vista da grande quantidade de garimpos existentes, áreas íngremes nem sempre adentradas pelos recenseadores do IBGE, segundo as informações. Há,

assim, da parte dos que têm acesso ou trabalham nos garimpos, informações que apontam a existência de cinquenta e até de cem mil garimpeiros no município que não estariam devidamente computados nas estatísticas oficiais.

Embora parte da população garimpeira viva dentro dos garimpos, movimentava ativamente a economia de Itaituba por ser consumidora de produtos diversos para o próprio sustento, bem como de materiais, equipamentos e combustíveis ligados à atividade garimpeira, atendidos pelo comércio local.

A população do município, entre os anos de 2007 e 2016, segundo dados do IBGE divulgados pela Fapespa<sup>13</sup>, foi computada ou estimada conforme a tabela abaixo:

**Tabela 10-** População – Itaituba – 2007/2016

<b>Anos</b>	<b>População (hab)</b>
<b>2007</b>	118.194
<b>2008 (1)</b>	124.865
<b>2009 (1)</b>	127.848
<b>2010</b>	97.493
<b>2011 (1)</b>	97.704
<b>2012 (1)</b>	97.908
<b>2013 (1)</b>	98.363
<b>2014 (1)</b>	98.405
<b>2015 (1)</b>	98.446
<b>2016 (1)</b>	98.485

**Fonte:** IBGE Elaboração: FAPESPA/SEPLAN(4) População Estimada.

Observa-se, segundo as estatísticas oficiais, que não obstante a movimentação de grandes capitais privados e a instalação de megaempreendimentos no município nos últimos anos, há pequenas variações quanto ao número de habitantes no período 2010-2016, o que talvez esteja relacionado à baixa empregabilidade de atividades como a mineração de ponta, instalada por corporações transnacionais, e a pecuária, o que demandaria investigação mais acurada.

Quanto às faixas etárias, os dados do Censo do IBGE de 2010 apontam 52,10% da população constituídos por crianças e jovens até 24 anos; 23% na faixa de 25 a 39 anos; 18,1% na faixa de 40 a 59 anos; e 6,2% com 60 anos ou mais. Em 2018, de acordo com os dados

<sup>13</sup> Dados disponíveis em: <http://www.fapespa.pa.gov.br/upload/Arquivo/anexo/1295.pdf?id=1583792182>. Acesso em: 20 fev.2019.

apresentados no Plano Plurianual 2020-2023 do estado do Pará, Itaituba conta com população estimada de 101.097 pessoas, apresentando taxa média anual de crescimento de 0,45% entre 2010 e 2018. Quanto à faixa etária, o documento registra, em 2015, que 39,76% da população têm até 19 anos, 53,08% entre 19 e 59 anos e 7,16% acima de 60 anos.

Conforme o IBGE, em 2010, a população urbana residente em Itaituba representava 72,50%, sendo formada por 70.682 pessoas, enquanto que a população rural correspondia a 27,5%, isto é, 26.811 pessoas. O Censo de 2010 demonstrou haver equivalência quantitativa entre o sexo masculino (51%) e o sexo feminino (49%).

Quanto à formação social, Itaituba é um município diverso e rico em sua constituição étnica e cultural, por incluir também em seu território os povos indígenas Mundurucu e Sateré Mawé:

**Tabela 11-** Terras Indígenas

Estados	Municípios	Terra Indígena	Povos	População na TI	Área (há)	Situação Jurídica
<b>Pará e Amazonas</b>	Itaituba, Aveiro, Barreirinha, Juruti, Maués e Parintins.	Andirá-Marau	Sateré Mawé	13.350	789.000	Homologada. Reg. CRI e SPU
<b>Pará</b>	Itaituba e Jacareacanga	Mundurucu	Apiaká. Isolados do Alto do Tapajós, Mundurucu	6.518	2.382.000	Homologada. Reg. CRI e SPU

**Fonte:** ISA/Terras Indígenas.

Vale ressaltar que a forte presença indígena no município de Itaituba tem raízes históricas em toda a região do Tapajós. Nas regiões do Baixo, Médio e Alto Tapajós, de acordo com dados da FUNAI<sup>14</sup>, encontram-se as etnias Mundurucu, Apiaká e Kayabi (Alto e Médio Tapajós) e Arapium, Mundurucu, Apiaká, Maytapu, Cumaruara, Jaraqui, Tupinambá, Borari, Cara-preta Mundurucu, Tapuia, Arara-Vermelha (Arapiranga), Tapajó e Tupaiú (Baixo Tapajós/Santarém). Por sua vez, a região do Tapajós insere-se no Pará, que é o segundo estado do país em terras indígenas, ocupando área de 30.915.946,08 de hectares, em que existem 64 TIs. O primeiro estado do país em extensão de áreas ocupadas por TIs é o Amazonas, com 45.800.730,73 hectares.

<sup>14</sup> Informação disponível em: <http://www.funai.gov.br/index.php/apresentacao-tapajos>. Acesso em: 20 jan.2019.

### 3.1.4 Desenvolvimento humano: contradições em Itaituba

Não obstante a rica formação social e natural do território de Itaituba, como ocorre em toda a RI do Tapajós, há profundas contradições socioeconômicas, que levam à precarização da vida, das condições de trabalho, da saúde e da educação da população do município.

Dados sobre trabalho e renda, de 2017, divulgados pelo IBGE, informam salário médio mensal da população itaitubense de 2,3 salários mínimos, sendo que 43,9% dos domicílios recebem rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, o que o coloca na 119ª posição entre os 144 municípios do estado do Pará.

Quanto à taxa de ocupação da população de Itaituba, em 2014, era de 12,2%, variando em 2017 para 12,9%, o que comprova a baixa inserção dos trabalhadores em empregos formais, no período.

O PIB *per capita* do município, entre 2014 e 2017, apresenta as seguintes variações e posições no *ranking* dos municípios paraenses:

**Tabela 12-** PIB *per capita* – Itaituba – 2014/2017

Ano	Valor (R\$)	Ranking do município, no Pará
2017	17.971,96	31º
2016	16.222,85	33º
2015	16.271,28	27º
2014	14.562,86	29º

Fonte: IBGE-Cidades

Observa-se, portanto, que as variações positivas do PIB *per capita* dos anos de 2016 e 2017 não chegaram a fazer com que o município figure em melhores posições na classificação geral do estado do Pará, em comparação com os anos anteriores constantes da tabela.

Com IDHM de 0,640, Itaituba ocupava, em 2010, a 22ª posição no Pará, sendo a Longevidade a dimensão de maior peso na composição do índice (0,8), seguido da Renda (0,644) e, por último, da Educação (0,51), segundo dados da Estatística Municipal da Fapespa.

Quanto ao ambiente, Itaituba apresenta, em 2017, de acordo com o IBGE, 20,3% de esgotamento sanitário adequado e apenas 2,3% de urbanização de vias, ficando em relação a este índice em 67º lugar no estado, entre os 144 municípios.

Em relação à mortalidade infantil, em 2017, foram registrados 19,35 óbitos por mil nascidos vivos, o que coloca Itaituba no 36º lugar entre os municípios paraenses.



Tomando a violência como outro parâmetro de análise da qualidade de vida da população, de acordo com os dados do DataSus/IBGE divulgados pela Fapespa, tem-se que a Taxa de Homicídios de Itaituba por 100 mil habitantes era de 71,05, em 2018, sendo a segunda pior da RI do Tapajós, abaixo apenas da registrada no município de Novo Progresso, naquele ano (75,78). No Pará e no Brasil, foram registradas taxas de homicídio de 53,53 e de 30,11, respectivamente. Os jovens foram os alvos principais em Itaituba, no ano de 2017, com taxa de homicídios de 77,65, a pior da RI do Tapajós, seguida do município de Novo Progresso, que registrou 69,40.

No período 2007-2013, a Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Defesa Social do Pará aponta a seguinte escalada da violência no Município:

**Tabela 13-** Números de Crimes contra a Pessoa, Patrimônio e Crimes Violentos 2007-2013/Itaituba

Anos	Crimes contra a Pessoa	Crimes contra o Patrimônio	Crimes violentos
2007	8	4	1
2008	457	623	170
2009	870	743	189
2010	955	966	170
2011	837	1.277	295
2012	823	1.198	309
2013	1.061	1.381	333

Fonte: SEGUP/Sisp Elab.: FAPESPA/SEPLAN

Os dados oficiais dos crimes que ocorreram em Itaituba entre 2007 e 2013 registram, portanto, crescimento expressivo da violência nas três classificações, o que confirma as denúncias feitas pelos agentes do campo social nas entrevistas, que constam do capítulo seguinte, sobre os conflitos sociais.

As estatísticas demonstram com clareza, portanto, que os megaempreendimentos implantados e os recursos privados investidos na RI do Tapajós configuram uma economia de enclave, em que o raio de ação dos benefícios socioeconômicos alegados para a região não chega sequer a sanar problemas estruturais de Itaituba, menos ainda dos demais municípios da região e do estado do Pará.

### 3.1.5 Breve análise da educação pública no município

A taxa de escolarização de 6 a 14 anos, em Itaituba, no ano de 2010, conforme o IBGE/Cidades, é de 94,4%, o que coloca o município na 88ª posição no Pará e na 2ª posição na microrregião. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)<sup>15</sup>, nos anos iniciais do ensino fundamental da rede pública, foi de 4,8 e dos anos finais da mesma rede de 4,1, em 2017. O IDEB, vale ressaltar, é um índice que varia de zero a dez, sendo que a meta do Brasil é alcançar 6,0 até 2021.

No Plano Plurianual do Estado do Pará 2020-2023, consta que o município de Itaituba, em 2018, possuía 13,84% de analfabetismo na faixa de 15 anos ou mais; distorção idade/série de 32,2% no Ensino Fundamental e de 45,5% no Ensino Médio. Quanto ao ensino superior completo, apenas 4,03% de pessoas com 25 anos ou mais detinham formação nesse nível de escolaridade.

Ao ser entrevistado em abril de 2019, o presidente do Sintepp registra que, em relação à estrutura física das escolas do ensino fundamental, há no município aquelas que são padrão, na zona urbana, e têm sido assistidas pelo município. Cerca de 60% dessas escolas foram reformadas e ampliadas, segundo afirma o dirigente, após muita luta, cobrança e fiscalização do Sindicato quanto à aplicação, pelo governo municipal, dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB).

Apesar disso, o líder sindical assegura que na zona urbana periférica há ainda cerca de 40% das unidades de ensino sem condições mínimas de aprendizagem pelos alunos e de trabalho para os servidores da educação. Além destas, existem ainda muitas outras escolas na vasta zona rural de Itaituba, em grande parte ribeirinha, em que as condições são precaríssimas, porque cobertas de palha e sem estrutura, onde não há sequer quadro de giz ou o próprio giz. Em ambos os casos, portanto, o contraste é evidente com as escolas reformadas e climatizadas da sede do município. No limiar da situação de exclusão social da RI do Tapajós, concebida formalmente pelos gestores para ser destinatária de políticas e investimentos públicos estatais, observam-se, assim, outras linhas invisíveis demarcando fronteiras de segregação social e territorial, nos limites do município de Itaituba.

---

<sup>15</sup> De acordo com o INEP, o IDEB, criado em 2007, reúne, em um só indicador, os resultados de dois conceitos igualmente importantes para a qualidade da educação: o fluxo escolar e as médias de desempenho nas avaliações. O índice é calculado a partir dos dados sobre aprovação escolar, obtidos no censo escolar e das médias de desempenho no sistema de avaliação da educação básica. Informações disponíveis em: <http://portal.inep.gov.br/ideb>. Acesso em: 16 jun. 2019

As condições da educação interferem, diretamente, na absorção de jovens e de adultos no mercado formal de trabalho, tanto mais, como vem ocorrendo no município, quando as exigências de qualificação da mão de obra são definidas por grandes grupos empresariais do país e internacionais.

De acordo com o presidente do SINTEPP, em Itaituba:

Os grandes projetos na região pouco têm deixado de ganhar na área educacional, como investimentos por parte do setor produtivo privado. O município arrecada tributos, mas o destino desses recursos tem sido muito pouco para a educação. A gestão municipal não se empenha junto aos donos dos grandes empreendimentos para que haja maior visibilidade e investimentos no setor educacional. O desenvolvimento chegou, mas, no contexto social, ainda estamos mendigando muita coisa (informação verbal).<sup>16</sup>

Quanto à formação da mão de obra local, o presidente do Sindicato afirma que há algumas iniciativas por parte do município, mas somente para a formação básica. A formação tecnológica, no nível técnico ou superior, como por exemplo de engenheiro qualificado, a seu ver, dificilmente será obtida no município pela via da educação pública. Por isso, entende que “é preciso que haja a definição de uma política social de formação da mão de obra local, para que os trabalhadores do município possam ocupar postos de trabalho nos grandes empreendimentos que estão sendo construídos no município”.

Como caminho possível para que haja formação no nível técnico e superior, o dirigente do SINTEPP aposta em parcerias entre a Escola Tecnológica do Pará (EETEP) e o Instituto Federal do Pará (IFPA), ambos em Itaituba, embora aponte os problemas que decorrem da falta de investimentos públicos:

Na EETEP, há laboratórios que estão sucateados ou abandonados, por falta de manutenção do Estado, que ‘esqueceu’ uma escola que deveria ser uma das maiores para a formação de nível médio em todo o oeste do Pará – além de Itaituba, em Trairão, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Aveiro. Essa escola deveria estar funcionando a todo vapor, haja vista a necessidade que temos de formação técnica. Mas o governo do Pará ‘esqueceu’ a EETEP de Itaituba e são poucas as escolas técnicas estaduais existentes no estado (informação verbal).<sup>17</sup>

Ao mesmo tempo em que faltam investimentos nas escolas públicas de nível técnico e superior, prosperam em Itaituba as faculdades privadas. De acordo com a representante do

---

<sup>16</sup> Presidente do SINTEPP, em Itaituba, em entrevista concedida à autora em 23.04.2019

<sup>17</sup> Presidente do SINTEPP, em Itaituba, em entrevista concedida à autora em 23.04.2019.

Conselho Municipal de Assistência Social de Itaituba<sup>18</sup>, há oito faculdades particulares na cidade, “cada uma com o preço mais alto do que a outra”, como o curso de Direito, cuja mensalidade é de R\$1.300,00. A EETEPA, confirma a conselheira, está totalmente decadente.

A representante do Conselho ressalta que investimentos em educação e meio ambiente, primordiais para o desenvolvimento da cidade e para a formação de crianças e de jovens, não têm sido priorizados em Itaituba, não obstante os megaempreendimentos que há muito vêm se instalando, ocupando grandes áreas, alterando a vida no entorno do rio Tapajós e retirando as riquezas do município.

### **3.2 A cidade no contexto da rodovia Santarém-Cuiabá**

A construção da rodovia Santarém-Cuiabá foi projetada pelo governo brasileiro no período da ditadura militar, na década de 1970, como alternativa para a conexão entre as regiões Norte e Sul do país, priorizada no Plano de Integração Nacional (PIN). Inaugurada em 1976, tinha por objetivo, conforme o discurso da época, romper com o isolamento das regiões Norte e Centro-Oeste, o que facilitaria a ocupação do “vazio demográfico” existente nessas regiões. Desde então, as populações tradicionais, comunidades locais e os pequenos produtores rurais foram submetidos à lógica da expropriação e da destinação de extensas áreas de terras, pelo governo federal, para grandes capitalistas nacionais e estrangeiros.

Daquele momento em diante, e ainda com apoio de programas federais de incentivos fiscais, instalaram-se na região latifúndios, em que predominaram atividades agropecuárias. Tais medidas geraram fortes tensões e conflitos locais. Conforme esclarecem Ribeiro e Castro (2008), em busca de enfrentar as reações na região,

[...] o Estado encontrava nos projetos de assentamentos de reforma agrária uma válvula de escape [...]. No que diz respeito ao estado do Pará, a porção oeste era ocupada apenas pelos municípios de Santarém, Altamira e Itaituba. Em toda essa extensão encontravam-se assentamentos de populações tradicionais com sua economia de base agrícola e extrativista. [...] Além do PIN, foram implementados Proterra, Polamazônia, Polocentro, Polonoroeste, entre outros (RIBEIRO; CASTRO, 2008, p. 191-192).

A origem dos problemas investigados neste trabalho, portanto, não é recente. Muito pelo contrário, faz-se presente na região historicamente e vincula-se diretamente aos privilégios

---

<sup>18</sup> A representante do Conselho Municipal de Assistência Social de Itaituba foi entrevistada pela autora em 24.04.2019

concedidos aos detentores de grandes capitais, em detrimento das populações e culturas locais, assim como da pequena produção.

Itaituba está entre os nove municípios que já existiam naquela extensa região até meados de 1980, sendo os demais Altamira, Santarém, Aveiro, Jacareacanga, Juruti, Prainha, Senador José Porfírio e Porto de Moz –, segundo consta do “Zoneamento Ecológico – Econômico da Área de Influência da rodovia BR-163”, constituindo “a estrutura espacial herdada do período colonial” (EMBRAPA, 2007, p. 36).

O ZEE (2007) foi implementado pelo governo federal<sup>19</sup>, durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva, sob a responsabilidade do MMA, com o objetivo de traçar o diagnóstico socioeconômico da porção paraense da área de influência da BR-163, considerada “uma das mais importantes da Amazônia, [por interligar] o sul do Pará com a Transamazônica” ZEE (2007, p. 6), com vistas à formulação de políticas públicas que dessem respostas aos graves problemas sociais e ambientais. Naquele momento, a Amazônia estava no centro das atenções mundiais em vista das altas taxas de desmatamento da floresta.

Como resultado da pesquisa feita durante o ZEE, Rocha e Lopes (2007, p. 36) apontam que, após a Constituição Federal de 1988, ocorreu a municipalização dos territórios do entorno da rodovia e dez novos municípios foram criados na região, sendo eles: Anapu, Vitória do Xingu, Brasil Novo, Medicilândia, Uruará, Rurópolis, Placas, Belterra, Novo Progresso e Trairão. Tal expansão, segundo os autores, entre outros fatores, decorreu do “surto expansionista” que ocorreu entre 1998 e 2001, quando o Brasil experimentou intenso processo de revisão da malha político-administrativa, passando de 3.991 para 5.562 municípios. Somente no Pará foram criadas, naquele período, sessenta novas unidades, passando de 83 para 143 municípios entre 1980 e 2001.

As novas estruturas de poder e o rearranjo espacial da área de influência da BR-163, referem os autores, vinculavam-se à construção das rodovias Cuiabá-Santarém e Transamazônica, que despertaram interesses econômicos diversos e passaram a provocar novas políticas de ocupação, ondas migratórias e abertura de vias para penetração no território, onde se afirmaram novas territorialidades. O comando de todo esse processo político-econômico expressava os interesses das classes dominantes, que firmaram as bases da dominação na região, sob orquestração do Estado.

---

<sup>19</sup> O Projeto do ZEE foi coordenado pela Embrapa Amazônia Oriental, com a participação da UFPA, IBGE, SIPAM, DNPM, CPRM e MPEG. No volume I do documento, é feito o Diagnóstico do Meio Socioeconômico, Jurídico e Arqueologia; no volume II, o do Meio ambiente e Recursos Naturais; e, no volume III, o da Gestão Territorial – Diretrizes e Cenários Prospectivos.

Ao dinamismo desse período, entretanto, não corresponderam políticas estruturais como as de ordenamento territorial e de regularização fundiária, o que resultou no acirramento dos conflitos sociais, trazendo à tona a complexidade e o agravamento dos problemas relacionados à posse da terra na região, com o crescimento da apropriação ilegal de vastas áreas. Vale ressaltar que grandes grileiros obtiveram, ao longo da história da região, o reconhecimento formal de posse pelo Estado brasileiro, por meio da titulação de terras concedida aos criminosos.

Partindo do quadro de descontrole da gestão fundiária, prosperaram também na região, além da pecuária, a atividade madeireira e a garimpagem. A produção de grãos, expressiva em Mato Grosso já na década de 1990, forçou a expansão da fronteira agrícola rumo à região Norte. Como analisam Araújo *et al.* (2008), referindo-se a esse período:

Ainda que a produção [de soja] do Pará seja inexpressiva, comparativamente, o avanço da produção de grãos constitui uma expectativa para grandes empresas que apostam com grossos investimentos de infraestrutura para logística portuária e de transporte, na expectativa do desenvolvimento futuro do agronegócio [...]. O escoamento da produção de grãos do Centro-Norte do país por Santarém e Itacoatiara, em sistema multimodal, mostra vantagens comparativas em relação ao sistema atual de transporte rodoviário, escoado pelas rodovias do sul do país, justificando os grossos investimentos em infraestrutura (ARAÚJO *et al.*, 2008, p. 46).

A expansão madeireira também seguiu a rota de busca e de exploração predatória dos estoques do oeste do Pará, aquecendo o mercado de terras ao longo da BR-163. Moraes Almeida, em Itaituba, foi considerada, como asseguram Araújo *et al.*, uma cidade madeireira organizada “a partir da exploração intensiva da madeira com plantas industriais espacialmente concentradas” Araújo *et al.* (2008, p. 51). Intensifica-se o parque madeireiro também nos municípios de Trairão, Novo Progresso e Castelo dos Sonhos, desde o final da década de 1990.

Quanto à garimpagem, passou a ser atividade reconhecida em Itaituba nos anos 1950. A partir desse período, ocorreram diferentes situações nas décadas seguintes. Informam Araújo *et al.* que nos anos 1970, devido à combinação de diferentes fatores, como a valorização do ouro no mercado internacional e a construção das rodovias BR-163 e Transamazônica, após ter enfrentado momento de crise, a cidade passou a ser considerada como “centro comercial da província aurífera” Araújo *et al.* (2008, p. 35). Já na década de 1980, ocorreu a fase áurea da garimpagem e, afirmam, Itaituba “estabeleceu-se como entreposto comercial entre o Centro-Sul, a região produtora e os garimpos [...]” Araújo *et al.* (2008, p. 40). Uma década depois, nos anos 1990, em decorrência de decisões tomadas no governo Collor, iniciou-se nova crise na atividade garimpeira.

Entre a década de 1980 e de 1990, entretanto, foi criada a Reserva Garimpeira do Tapajós, em 1983, e, no ano seguinte, construída a estrada Transgarimpeira. As novas condições para a circulação da produção e a oficialização da Reserva passaram a constituir não apenas alternativa para os garimpeiros, após o fechamento do garimpo de Serra Pelada, como atraíram intensamente empresas de mineração para a região.

No 4º capítulo do trabalho, são analisadas as dinâmicas que se seguiram, a partir dos anos 2000, tanto na atividade da mineração, como naquelas ligadas ao agronegócio. As grandes infraestruturas que essas atividades passaram a exigir, frente à opção do Brasil em investir no modelo primário-exportador, são também objeto de análise naquele capítulo.

### **3.3 A especificidade ambiental do município: UCs e TIs**

Itaituba possui configuração ambiental extremamente peculiar pela grande concentração de áreas protegidas em seu território, que ocupam 75,61% da área total do município, entre UCs e TIs.

De acordo com tabela elaborada pela Fapespa, em 2019, as UCs de Uso Sustentável<sup>20</sup> (Flona e APA) de Itaituba, correspondem a 42,33% da área total, as de Proteção Integral<sup>21</sup> (Parques), a 29,23% e as Terras Indígenas ocupam 4,05%, em relação ao território total do município. Todas as áreas protegidas do município são federais:

---

<sup>20</sup> Unidades de Uso Sustentável, como as define o MMA, são áreas destinadas à conciliação entre a conservação da natureza e o uso sustentável dos recursos naturais, sendo permitidas atividades que envolvem coleta e uso dos recursos naturais, desde que praticados de forma a manter os recursos ambientais renováveis e os processos ecológicos na natureza, permanentemente. São elas: área de relevante interesse ecológico, floresta nacional (Flona), reserva de fauna, reserva de desenvolvimento sustentável, reserva extrativista, área de proteção ambiental (APA) e reserva particular do patrimônio natural. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/categorias.html>. Acesso em: 25 jan. 2019.

<sup>21</sup> Nas Unidades de Proteção Integral, conforme o MMA, a proteção da natureza é o principal objetivo, razão pela qual as regras e normas são mais restritivas. Nessas áreas só é permitido o uso indireto dos recursos naturais, assim considerado o que não envolve consumo, coleta ou dano, como por exemplo a recreação em contato com a natureza, o turismo ecológico, a pesquisa científica, entre outras. São elas: estação ecológica, reserva biológica, parque, monumento natural e refúgio de vida silvestre. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/categorias.html>. Acesso em: 25 jan. 2019.

**Tabela 14-** Área protegidas na Região de Integração do Tapajós

Estado/Municípios	Área Territorial (km <sup>2</sup> )	Áreas Protegidas (km <sup>2</sup> )						% Total de Áreas Protegidas
		Unidade de Conservação de Uso Sustentável Federal	Unidade de Conservação de Proteção Integral Federal	Unidade de Conservação de Uso Sustentável Estadual	Unidade de Conservação de Proteção Integral Estadual	Terra Indígena	Total Áreas Protegidas	
Pará	1.247.955	128.200	73.163	146.445	54.752	284.114	686.673	55,02
Tapajós	189.592	61.638	24.871	-	-	35.620	122.129	64,42
Aveiro	17.074	3.512	2.536	-	-	2.691	8.739	51,18
Itaituba	62.041	26.262	18.133	-	-	2.515	46.910	75,61
Jacareacanga	53.303	11.385	1	-	-	30.414	41.800	78,42
Novo Progresso	38.162	13.002	1.642	-	-	-	14.644	38,37
Rurópolis	7.021	1.868	-	-	-	-	1.868	26,60
Trairão	11.991	5.609	2.559	-	-	-	8.168	68,12

Fonte: Fonte: IBGE/ICMBIO/MMA/FUNAI, 2015.  
Elaboração: FAPESPA, 2019.

**Fonte:** IBGE/ICMBIO/MMA/FUNAI (2015).

Observa-se, com base na tabela acima, que o total das áreas protegidas dos seis municípios, que compõem a RI do Tapajós, corresponde a 17,78% do total dessas áreas em todo o estado do Pará. Itaituba destaca-se na região pela grande extensão territorial ocupada por UCs de Uso Sustentável, assim como Jacareacanga destaca-se pelas áreas ocupadas por TIs, que correspondem a cerca de 57% do território.

Embora não seja objetivo deste trabalho discutir o detalhamento de cada uma das áreas protegidas de Itaituba e dos respectivos planos de manejo, cabe destacar, brevemente, alguns dados para efeito de exemplificação e dimensionamento dos problemas encontrados em relação a algumas UCs de proteção integral – como o Parna da Amazônia e o Parna do Jamanxim –, bem como das UCs de uso sustentável – APA do Tapajós, Floresta Nacional de Itaituba I e Floresta Nacional de Itaituba II –, que, em conjunto, representam mais de 3.400.000 de hectares e cerca de 72% do total das áreas protegidas do município.

O detalhamento das áreas com regime especial de uso, baseado em dados do ICMBio, de 2010, ainda que no total esteja 0,89% diferente em relação aos dados de 2019 apresentados acima, possibilita a visualização de todas as áreas protegidas em Itaituba, assim como o percentual que cada uma delas ocupa no território:



**Tabela 15-** Área do Município de Itaituba coberta por áreas com regime especial de uso

Áreas Protegidas	Área (ha) da UC ou TI no Município	% do Município ocupado por UC ou TI
APA Tapajós	1.764.382	28
FLONA do Amana	425.044	7
FLONA de Altamira	191.079	3
FLONA de Itaituba I	102.097	2
FLONA de Itaituba II	188.197	3
FLONA do Trairão	22.604	0,5
PARNA da Amazônia	748.638	12
PARNA do Jamanxim	606.879	10
PARNA do Rio Novo	413.457	7
T.I Andirá-Marau	202.462	3
T.I Munduruku	49.047	1
<b>Total de área protegida</b>	<b>4.713.940</b>	<b>76,5%</b>

Fonte: Adaptado de ICMBio, 2010.

**Fonte:** ICMBio (2010).

O Parna da Amazônia, às margens do rio Tapajós, tem área total de 1.084.895,62 hectares, sendo que 748.638 se situam no município de Itaituba. Criada inicialmente em 1974, pelo Decreto nº 73.683, a UC teve os limites iniciais alterados por outros instrumentos legais, como a Lei 12.678/2012.

De acordo com o ICMBio<sup>22</sup>, o Parna da Amazônia “é responsável pela proteção de inúmeras nascentes de contribuintes dos rios Tapajós e Amazonas, além de ser *habitat* de várias espécies ameaçadas de extinção, como a onça pintada, a anta e a arara juba, animais avistados com certa frequência no interior da UC”. Há, também, entre as espécies em extinção, o peixe-boi da Amazônia, o tamanduá-bandeira e o tatu-canastra.

Não obstante a rica biodiversidade da área coberta pela UC, há, atualmente, muitas tentativas de torná-la objeto de exploração, conforme será analisado no 4º capítulo do trabalho.

O Parna do Jamanxim localiza-se nos municípios de Itaituba e de Trairão e foi criado por decreto em 2006 com o objetivo de “preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica”, conforme o ICMBio, para possibilitar pesquisas científicas, atividades de educação, interpretação ambiental e recreação, além do turismo ecológico.

A despeito da riqueza natural da área e da relevância dos ecossistemas existentes nessa UC de proteção integral, conforme será analisado no 4º capítulo, foi editada pelo governo

<sup>22</sup> A matéria publicada pelo ICMBio sobre as UCs abertas à visitação, intitulada “Parque Nacional da Amazônia” está disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/visitacao1/unidades-abertas-a-visitacao/200-parque-nacional-da-amazonia>. Acesso em 29 ago. 2018.

Temer, em 2016, a Medida Provisória (MP) nº 758<sup>23</sup>, com o objetivo de reduzir a área da unidade para construir a ferrovia EF-170, a Ferrogrão, de interesse de corporações transnacionais e de grandes proprietários de terra ligados ao agronegócio. A MP previa também a redução da APA do Tapajós, localizada nos municípios de Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso e Trairão. Apesar das veementes reações da sociedade, à época, a bancada ruralista no Congresso Nacional garantiu a transformação da MP no Projeto de Lei de Conversão nº 5, de 2017<sup>24</sup>, com propostas de alteração dos limites do Parna do Jamanxim, da Flona do Trairão e da Flona de Itaituba II.

A APA do Tapajós, conforme dados do ICMBio, é cortada pela rodovia Transgarimpeira, ficando uma parte ao norte com 1.278.727 ha e outra ao sul com 780.769 ha, totalizando 2.059.496 hectares. É a maior APA do Brasil aproximando-se, em extensão, do estado de Sergipe.

De acordo com relatório parametrizado da UC, de 17 de agosto de 2018, elaborado sob a responsabilidade do MMA, a atividade madeireira encontrada na área “caracteriza-se pela ilegalidade e baixa produtividade” e “a maior parte dos madeireiros atua sem licença de extração”. Informa ainda o relatório que “a principal atividade econômica na APA do Tapajós é a extração de ouro, realizada por garimpeiros que atuam na ilegalidade” e também por “empresas licenciadas pela Prefeitura de Itaituba”, que utilizam e contaminam os recursos hídricos da área. O documento aponta, ainda, que “há necessidade de ações integradas entre diferentes órgãos federais, estaduais e municipais” e também do setor privado para buscar “minimizar os impactos negativos sociais e ambientais” na APA Tapajós.

As Flonas Itaituba I e II, de acordo com o ICMBio, estão assim identificadas, quanto à criação, limites, área, perímetro e municípios abrangidos:

---

<sup>23</sup> Disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/127865>. Acesso em: 29 out. 2018.

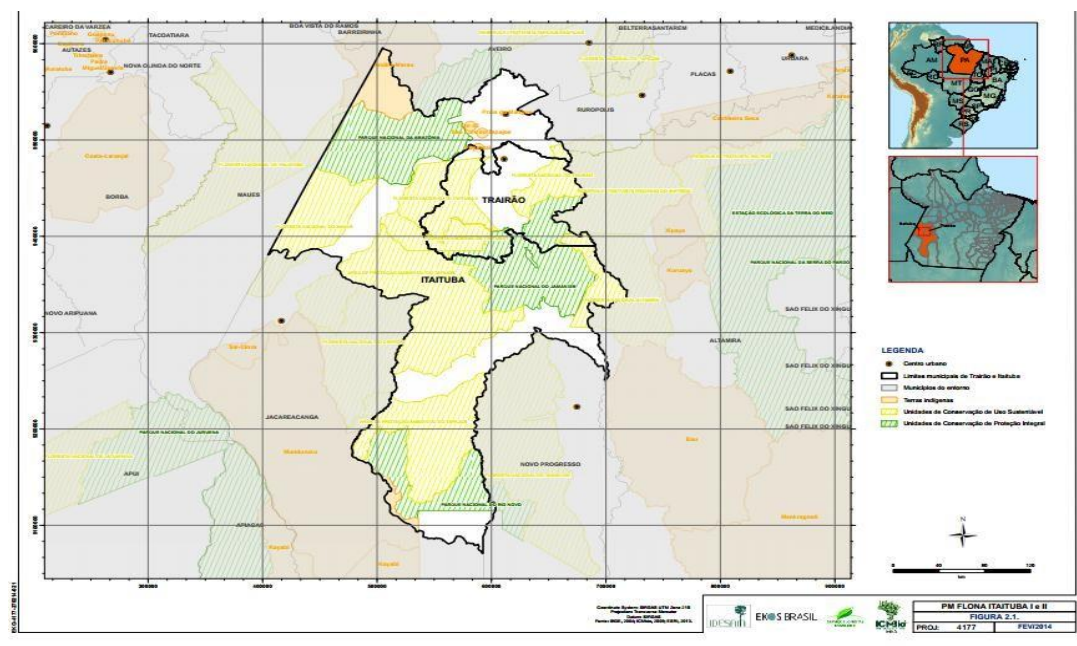
<sup>24</sup> <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2129811&ord=0>. Acesso em: 30 out. 2018.

**Tabela 16-** Flonas Itaituba I e II

Unidade de conservação	Criação	Limites geográficos	Superfície aproximada (há)	Perímetro da UC	Municípios abrangidos
<b>Flona Itaituba I</b>	Dec. 2481 de 02.02.1998	Norte: Flona Itaituba II. Sul: APA do Tapajós e Parque	212.328,86	628,04	Itaituba (44,89%)
					Trairão (55,11%)
<b>Flona Itaituba II</b>	Dec. 2482 de 02.02.1998	Norte: Rio Tapajós e P.N. Amazônia Sul: Flona Itaituba I Leste: BR-163 Oeste: Rio Tapajós e BR-230	412.042,65	2.469,94	Itaituba (46,14%) Trairão (53,86%)

**Fonte:** ICMBio – Planos de Manejo das Flonas Itaituba I e II.

Quanto à localização geográfica, as Flonas Itaituba I e II, em relação aos municípios de Itaituba e de Trairão, apresentam a seguinte configuração:

**Figura 3-** Região das Flonas Itaituba I e II

**Fonte:** ICMBio (2014)

Nos Planos de Manejo das Flonas Itaituba I e II, sob a responsabilidade do ICMBio, consta a prática de atividades ilegais, como a garimpage, atividade não prevista no decreto de criação das Flonas, a extração madeireira sem manejo florestal e a atividade agropecuária.

Correa, Castro e Nascimento (2013) analisam os impactos das medidas que criaram as UCs, em estudo feito na rodovia Santarém-Cuiabá:

No que concerne à região da BR-163, tais medidas não têm tido os resultados esperados. Nas UCs criadas na Amazônia, a estratégia funcionou medianamente, considerando que o desmatamento foi reduzido, mas tal sucesso é parcial, como evidenciam os dados produzidos por pesquisas em UCs, que revelam a ampliação de atividades econômicas como a pecuária e a exploração florestal. Constatamos, em pesquisa na BR-163, que há índices altos de desmatamento exatamente dentro das UCs. Uma possível explicação para esse fenômeno é que a redução inicial nos índices de desmatamento com a criação de UCs provocou um recuo dos agentes responsáveis pela exploração de áreas de floresta. Passado o momento inicial e em virtude das deficiências na fiscalização e na gestão das UCs, tais agentes voltam a avançar sobre essas áreas de forma acelerada, marcando o crescimento dos índices de desmatamento dentro das unidades (CORREA; CASTRO; NASCIMENTO, 2013, p. 113).

No 4º capítulo do trabalho, serão também analisadas as sérias consequências socioeconômicas e ambientais provocadas pelo modelo econômico que aposta no extrativismo inclemente, sem peias nem limites, atentando contra a vida dos povos e os limites de regeneração da natureza da região. O Estado é agente que atua deliberadamente como parte das forças político-econômicas do Brasil, aliadas e submissas à dominação dos países que estão no centro do capitalismo mundial.

#### 4 CONFLITOS SOCIAIS NA BR-163: VIOLÊNCIA, REITERAÇÕES DA DOMINAÇÃO COLONIAL E INSURGÊNCIAS

Eu acho que a importância de levar a nossa luta é para que a sociedade brasileira respeite mais a vida, que as pessoas olhem mais umas para as outras, porque hoje as pessoas estão com muito ódio...as pessoas olham assim para a nossa cara como se a gente não fosse ninguém. A gente vai continuar lutando, mas que as pessoas olhem e vejam que a gente está defendendo a vida, a vida do planeta, a vida da mãe terra. A gente precisa expandir mais a importância do planeta, dos rios, das árvores, de uma criança, de uma abelha, porque tudo isso é vida. As pessoas precisam começar a perceber e a olhar não apenas para as coisas que não se movem. É preciso olhar para as pessoas que estão se movendo e até mesmo para uma abelhinha, ou para uma formiguinha, porque por mais que sejam pequeninas há uma vida ali e trazem um equilíbrio que mantém o planeta (ALESSANDRA KORAP – liderança Munduruku, Itaituba, Pará).

A região do rio Tapajós, por integrar uma região como a Amazônia, que no imaginário, assim como na formulação de políticas e projetos governamentais, é apresentada como detentora de riqueza natural inesgotável, vem sendo submetida à lógica do saque, sem que isso cause espanto ou indignação em grandes parcelas da população regional, menos ainda nas elites locais. Há a naturalização da condição colonial, que continua a ser reproduzida pela esmagadora maioria dos agentes do campo político e detentores do poder econômico, ávidos por manter seus privilégios e interesses preservados, desconsiderando por completo o aumento constante e altamente preocupante das desigualdades sociais, bem como dos sinais de colapso da natureza, ambos decorrentes do modelo econômico. Como interpreta:

[...] a Amazônia está cada vez mais atravessada por conflitos face a processos e decisões definidos por agentes governamentais e privados, com poder hegemônico, que pensam este espaço como oportunidades de mercado e de lucro fácil, reproduzindo as práticas coloniais, e bárbaras, de saque dos recursos naturais e da cultura, que atravessaram as Américas na colonização europeia (CASTRO, 2017, p. 7).

Frente a essa complexidade histórica que envolve a Amazônia, o foco da pesquisa prende-se justamente à tentativa de compreender como vêm se dando as contrarreações sociais, no cenário atual de complexas dinâmicas capitalistas, mas também levando em conta questões e problemas estruturais e históricos do município de Itaituba, como ponto nevrálgico que passou a ser na rodovia Cuiabá-Santarém e na região do Tapajós, por constituir o final da rota que, pelo chamado Arco Norte<sup>25</sup>, dá acesso aos mercados mundiais, consumidores das *commodities*

---

<sup>25</sup> O Arco Norte, de acordo com a definição da Secretaria Nacional de Transportes, em 2016, é um plano estratégico que compreende portos ou estações de transbordos nos estados de Rondônia, Amazonas, Pará, Amapá e Maranhão.

minerais e agrícolas brasileiras.

Para tanto, os conflitos sociais trazem à tona os enfrentamentos provocados por forças políticas que, com diferentes níveis de complexidade, organização e insurgência, e por opção no trabalho, são vistos a partir do campo social, ou seja, dos processos de mobilização política e social do campo contra-hegemônico, que vêm alterando ou buscando alterar as relações de poder. Tais processos de enfrentamento visam também à desconstrução de ‘verdades’, como a efetividade do regime democrático tal como se apresenta, o desenvolvimento nos moldes propostos pelo campo hegemônico e o Estado como representação das diferentes forças da sociedade e a serviço de todas elas.

Parte-se, então, das disputas de sentidos e de interesses nos campos político e econômico e a não obediência aos ditames da ordem hegemonicamente estabelecida constitui o foco do trabalho, não apenas para levantar fatos em que o confronto tem lugar, mas para compreender como vêm sendo fomentadas novas perspectivas, por movimentos insubmissos que se apresentam como alternativas para minar ou deslocar o centro das determinações e ações dos blocos de poder mundial.

A categoria ‘agente social’, aqui tratada como a concebe Bourdieu (1989, p. 133), remete à busca na pesquisa de campo de referências cujas interpretações incorporam identidades socialmente reconhecidas, sejam no sentido da ordem ou no da contraordem, de modo a tornar possível apreender não apenas visões isoladas e pessoais, mas construções que expressam coletivos, dentro de cada campo e mesmo no interior de cada um deles, representativas das convergências, disputas e interesses que os movem e contrapõem.

O primeiro desafio do trabalho prendeu-se à definição do “lugar” em que ocorrem os conflitos sociais, no sentido abrangente proposto por Escobar (2005). O caminho tomado como o mais legítimo, conforme essa definição, foi então apreendido a partir da abrangência das lutas sociais que, estando presentes em Itaituba, mantêm articulações com outros níveis de força, que extrapolam o âmbito local, para interferir no jogo político, tanto no eixo da BR-163 como no entorno da bacia do Tapajós. Assim, os limites da pesquisa não se circunscrevem às fronteiras geográficas de Itaituba, embora seja este o local definido para a observação das dinâmicas atuais que se interpõem, ou se sobrepõem em nível mais amplo, quando assim observado, sem desconsiderar o processo histórico local.

---

A região é vista como fundamental para parte do escoamento dos grãos de Mato Grosso. O Movimento Pró-logística tratava desde então das três rotas definidas e da necessidade de investimentos nos modais rodoviário, ferroviário e hidroviário. Disponível em: <http://transportes.gov.br/component/content/article/17-ultimas-noticias/3725-solu%C3%A7%C3%B5es-log%C3%ADsticas-para-o-agroneg%C3%B3cio-brasileiro-pelo-arco-norte-s%C3%A3o-debatidas-em-f%C3%B3rum-no-par%C3%A1.html>. Acesso em: 20 jun. 2018.

Tal definição do lugar tornou-se possível também, e de forma bastante decisiva, ao serem analisados, a partir das entrevistas e do farto material disponível para pesquisa, como que os movimentos sociais, sindicatos e associações de trabalhadores, povos indígenas e outros agentes sociais têm atuado e buscado fortalecer articulações em nível regional. Em alguns casos, as articulações, formas de organização e mecanismos de cooperação mútua vêm se consolidando também em níveis mais amplos, nacional e internacionalmente.

A amplitude das reações e intervenções sociais, por meio de redes de solidariedade e de ação, foi aspecto bastante explorado na pesquisa, por ser essencial à compreensão da capacidade de enfrentamento e do poder que detêm. Como refere Grosfoguel (2009), em um sistema capitalista mundializado, as intervenções políticas da contraordem precisam também operar em escala global para que possam promover transformações na divisão internacional do trabalho, na redução das desigualdades sociais e em todas as definições estratégicas que atingem diretamente os que permanecem oprimidos pela lógica colonial.

Importante referir que os conflitos sociais, para além de categoria central de análise no trabalho, são também tomados como constitutivos de um grande campo, em que os campos social, político e econômico estabelecem relações entre si, assim como confrontam internamente interesses, territórios, mercados, percepções de mundo e poder.

Na construção do estudo, organização e apresentação dos dados, resultados e interpretações, observa-se também a proposição metodológica de Foucault (2008), quanto à necessidade de definir recortes, categorias reflexivas, princípios de classificação Foucault (2008, p. 28), passíveis de validação como conhecimento.

Em relação aos recortes da análise, como mencionado anteriormente, foram definidos os conflitos sociais ligados à mineração, ao agronegócio e aos grandes empreendimentos de infraestrutura, vinculados à BR-163, tendo Itaituba como o ‘lugar’ no sentido acima proposto, no período compreendido entre 2007 e 2017.

Para a análise do conjunto de elementos obtidos na pesquisa, foram definidas como centrais neste capítulo as categorias “poder” e “violência”, com o objetivo de apreender o jogo das relações sociais de dominação e de sujeição, suas interdependências, rupturas e possibilidades de deslocamentos.

Enuncia Foucault (1999, p. 21-22) que o poder é, antes de tudo, uma relação de força, de caráter repressivo, e que, assim sendo, deve ser analisado com base nos enfrentamentos, no combate, no que designa como ‘guerra’. Ao analisar o funcionamento das relações de poder na sociedade, de modo especial nos momentos históricos definidos precisamente como ‘de guerra e pela guerra’, Foucault (1999, p. 23) concebe-os não como fatos históricos delimitados entre a

eclosão e o término proclamado, quando o poder político faz parar a guerra e

[...] faz reinar ou tenta fazer reinar uma paz na sociedade civil, [o que] não é de modo algum para suspender os efeitos da guerra ou para neutralizar o desequilíbrio que se manifestou na batalha final da guerra. O poder político, nessa hipótese, tem como função reinsserir perpetuamente essa relação de força, mediante uma espécie de guerra silenciosa e de reinseri-la nas instituições, nas desigualdades econômicas, na linguagem, até nos corpos de uns e de outros (FOUCAULT, 1999, p. 22-23).

Tais concepções de guerra e de paz civil, ou de guerra silenciosa, cabe aos objetivos da presente análise justamente porque há relações de força que se perpetuaram na região, desde os tempos da dominação colonial, explicitamente concebida como tal, e que seguem por meio da colonialidade do poder, atemporal, em que continuam a ser identificados muitos vieses e características daquele período histórico.

Como será possível identificar ao longo do capítulo, há em torno do objeto do trabalho imposições institucionalizadas, desdemocratização, relações de trabalho análogas às da escravidão, desrespeito às leis do país e aos limites da natureza, racismo nas políticas públicas, inviabilização da vida e de culturas, ataques e genocídios aos povos indígenas, deslocalização forçada dos povos da região e flagrante desrespeito aos seus territórios. Por tudo isso, há uma pseudo paz civil, uma guerra silenciosa, ou, como aqui é tratado, graves e pungentes conflitos sociais e, ainda, conflitos em estado latente, que poderão ou não eclodir a qualquer momento.

De acordo com a formulação foucaultiana Foucault (1999), a “paz civil” que continua a conter em seu interior lutas políticas, lutas pelo poder, mudanças nas relações de força, representa a própria continuidade da guerra por outros meios, em que há dominação e submissão perpétuas. O exercício do poder, como enuncia o autor Foucault (1999, p. 29-30), só se torna possível quando ancorado em um discurso de verdade, que se apresenta como norma, poder de decisão, validação do próprio poder, para instituir efeitos específicos, aos quais a sociedade está submetida.

Para que tenha efetividade, analisa Foucault (1999), fundamentado na história, o poder precisa estar associado ao direito e à construção do pensamento jurídico, que esteve sempre a serviço das instâncias do poder régio e, quando dele foi dissociado, manteve-se de todo modo em torno das representações políticas máximas, em qualquer regime de poder, com o objetivo de lhes definir limites ou prerrogativas, mas também para dissimular a dominação e assegurar obediência. Ao tratar sobre o direito, como referido anteriormente, o autor incorpora nesse campo de poder não apenas as leis, mas todo o aparato que envolve as instituições, os



regulamentos e os aparelhos que instituem e aplicam as regras, assim como os instrumentos de intervenção na sociedade, que se expandem com extrema capilaridade.

São aspectos de grande relevância para o objeto aqui tratado, pois o aparato do direito, que envolve questões candentes na região da BR-163, salvo raras e honrosas exceções, tem se pautado por conferir mais e mais poder aos detentores do poder político e econômico, mesmo que à custa da burla às leis, do descumprimento a elas sob a pretensa “ausência” do Estado – que, em verdade, significa não-atuação deliberada – com o objetivo de priorizar os interesses mais poderosos, por meio de medidas e ações judiciais perpetradas contra os mais pobres e com menos acesso aos mecanismos de defesa.

Na abordagem de Elias (2008) o poder é referido como o mais importante problema da vida e das relações sociais, não apenas na grande arena das disputas entre Estados, mas em todas as relações de disputas e conflitos que se estabelecem a partir de coerções mútuas, inclusive dentro de um mesmo campo. Os conflitos, como analisa o autor, podem se manter latentes por longos períodos ou irromper abrupta e violentamente, sendo gerados a partir de alterações nas relações de força que se desenvolvem em meio à interdependência funcional, em configurações com dinâmica flexível e mutável, fazendo com que haja deslocamentos na estrutura do poder.

Apreende-se da proposição do autor que quanto mais verticalizada for a estrutura de poder dentro do jogo, isto é, quanto maior for a distância entre os que detêm mais e os que detêm menos poder, tanto mais as jogadas e os resultados serão controlados por aqueles que têm mais poder.

Partindo da proposição de Elias (2008), constata-se que nos conflitos identificados na região da BR-163 e do Tapajós há grande verticalidade das relações de poder político e econômico, agravada pela condução do Estado que, quer pelo descumprimento de agendas de discussão e definição de políticas públicas e investimentos com as representações da sociedade, quer por decisões categoricamente autoritárias, em especial na etapa final do período a que se refere a pesquisa, ampliou os dissensos e conseguiu aprovar uma agenda oposta aos interesses e direitos democráticos e populares.

Em outra perspectiva, a das vertentes teóricas em que se inserem Quijano (2005), Grosfoguel (2009) e outros, como mencionado no primeiro capítulo, o poder é discutido a partir da concepção de “colonialidade do poder”. Tal concepção que, segundo Quijano (2005), tem a raça como padrão universal de classificação social, constitui desde a colonização europeia um padrão de dominação que está impregnado nas estruturas de poder dos países que foram colonizados. Ou, como afirma Grosfoguel, nesses países prevalece a mesma ‘matriz de poder

colonial'. Nesse sentido, tais países e povos, como é também o caso do Brasil e do povo brasileiro, continuam a ser tratados como 'colônias', no sentido de que as elites econômicas e políticas, cada vez mais coincidentes e articuladas, vinculam-se aos detentores do poder mundial e afrontam leis, direitos consagrados, formas de vida, culturas e a própria possibilidade da vida.

O que se observa naquela região está também intimamente ligado ao conceito de "fascismo social", que Santos (2009, p. 37), como referido anteriormente, vincula às relações de poder extremamente desiguais, em que os mais fortes têm poder de veto sobre a vida e o modo de vida dos mais fracos, com imposições que desconhecem o diálogo e os mecanismos de democratização das decisões.

As contribuições teóricas desse amplo campo teórico-crítico fornecem elementos que são constatados nos relatos dos entrevistados do campo social, como nos da liderança indígena Munduruku do Tapajós, e de tantos outros ouvidos na pesquisa, que denunciam a invisibilidade dos que vivem na região, como se suas práticas de vida, formas de trabalho, territórios e culturas nada valessem, frente ao poderio dos processos econômicos que estão se impondo e tomando de assalto terras, rios, florestas, em processos simultâneos e extremamente ágeis, sem que os povos sejam ouvidos.

Nesse sentido, é bastante ilustrativo o que diz o membro da direção do MAB na região do Tapajós, ao ser questionado acerca da agenda política proposta pelas esferas do Estado, para debater os grandes empreendimentos e atividades econômicas propalados como "desenvolvimento":

O interesse do Estado em dialogar com a sociedade civil e geral não existe aqui. Quem disser que existe tem que dizer à qual organização pertence e de qual processo participou. De 2011 para cá [período em que o Movimento chegou à região], nós é que temos que intimar o Estado para dialogar. Eles nunca querem saber a nossa opinião, porque a nossa opinião não interessa para o agronegócio, para o ramo das quadrilhas das hidrelétricas, para os latifundiários. Às vezes ficamos batendo nas portas da prefeitura, encaminhamos pauta para Belém, para o governo federal, mas é muito complicado. A relação que temos aqui com o Estado, o Estado como um todo, é quando a gente força (informação verbal).<sup>26</sup>.

Os megaempreendimentos, as atividades ligadas ao agronegócio e a exploração mineral são instalados e disseminados na região sem que seja dada aos povos desrespeitados possibilidade de intervenção nas decisões, que os afetam diretamente e os esmagam, mesmo

---

<sup>26</sup> Dirigente do MAB, em entrevista concedida à autora, em 27.04.2019.

quando totalmente ilegais e evadidos de corrupção. Esse aspecto, fortemente relevante, pode ser constatado nos relatos dos demais agentes pertencentes ao campo social ouvidos na pesquisa. Há, também, o que corrobora ainda mais a veracidade de tais denúncias, os relatos de vários entrevistados do campo político que, embora integrando instituições do Estado, atestam a violação de direitos, perpetrada pela debilidade proposital dos mecanismos democráticos de gestão, com vistas ao favorecimento de determinado grupo ou atividade econômica, ou, como em outros tantos casos, por fraudes explícitas, fazendo soçobrar os interesses dos povos da região.

A partir das entrevistas durante a pesquisa de campo, que propiciaram vasto e rico material de análise, foram estabelecidas correlações com fatos públicos, decisões, atos institucionais, relatórios e estatísticas governamentais, bem como com documentos produzidos pelas diferentes esferas a que se vinculam os agentes, que constam das análises neste e nos demais capítulos.

Embora o período a que se refere a pesquisa seja historicamente breve – de 2007 a 2017 –, o desenrolar dos processos se propaga até o atual momento, neste final da segunda década do século XXI, indicando a continuidade de céleres e complexas dinâmicas socioeconômicas e a destruição da natureza daquela região, que estão intrinsecamente ligadas às definições das elites político-econômicas, nacionais e transnacionais, bem como à condução do Estado brasileiro, reveladores que são da ampliação do neoliberalismo e da sujeição cada vez maior do país às forças hegemônicas do capitalismo mundial. Assim, em alguns momentos do trabalho são citados fatos e análises que, embora extrapolando o período estrito a que se refere a pesquisa, servem como referências importantes no contexto da discussão.

Outros aspectos centrais ligados ao neoliberalismo, entendido como sistema normativo que se propaga pela força dos poderosos agentes que aglutina, são considerados como fatores altamente desmobilizadores da luta e da capacidade de organização das contrarreações. Embora compreendendo que a capacidade de articulação e a força de reação dos insurgentes na ordem neoliberal é muito difícil, justamente por implicar contraposição a blocos de poder oligárquicos que, como referem Dardot e Laval (2016, p. 8), são integrados pelas burocracias do poder político e econômico, por fortes agentes multinacionais e por atores financeiros e organismos econômicos internacionais, há naquela região movimento, resistência e capacidade crítica, em especial em alguns âmbitos da luta, como foi possível identificar na pesquisa.

Dardot e Laval (2016) analisam que no sistema neoliberal:

A ação coletiva se tornou mais difícil, porque os indivíduos são submetidos a um regime de concorrência em todos os níveis. As formas de gestão na empresa, o desemprego e a precariedade, a dívida e a avaliação, são poderosas alavancas de concorrência interindividual e definem novos modos de subjetivação. A polarização entre os que desistem e os que são bem-sucedidos mina a solidariedade e a cidadania (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 9).

Como exemplos da destruição das condições do coletivo, são referidos pelos autores a dessindicalização crescente, as abstenções em processos eleitorais, o racismo, não como fatos isolados, mas como consequências de uma lógica urdida no sentido do esfacelamento da união de forças capazes de reagir contra o neoliberalismo (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 9).

Interessante observar que a lógica da concorrência, a qual pode parecer insuspeita aos que a ela estão submetidos nas lutas cotidianas, está presente nas análises de vários entrevistados do campo social, quer como avaliação autocrítica, quer como prática às avessas dessa lógica, buscando superar as disputas internas que minam as articulações no campo. Em uma dessas reflexões, o representante do MAB, tratando acerca da importância das etapas empreendidas para mobilizar a juventude e para fazer os jovens entenderem-se como protagonistas nos processos de luta, diz:

Isso ajudou a fazer o jovem entender que ele precisa participar de processos de organização, de movimentos, seja qual for, do MAB, da Igreja, da CPT. O outro compromisso deve ser o de tentar elevar o nível de consciência da juventude, que já vive em uma decadência de direitos. Dificilmente se vê alguém discutindo conselhos de juventude, o setor da juventude, ou que ajude o jovem a trabalhar em coisas coletivas. Pelo contrário, o que se vê é o que ajuda a colocar os jovens em um mundo de intrigas, de divisão, de disputas. Até o futebol é só disputa e não há mecanismos que ajudem os jovens a entender que eles não precisam intrigarem-se, mas sim que são da mesma geração (informação verbal).<sup>27</sup>

Tratando dos processos de luta do MAB na região, que abrange, além de Itaituba, os municípios de Aveiro, Trairão e Rurópolis, diz ainda o entrevistado:

---

<sup>27</sup> Dirigente do MAB, em entrevista concedida à autora, no dia 27.04.2019.

Entre as organizações do campo popular, aqui e ali ocorre uma ciúmeira, o que só prejudica, por isso temos muito cuidado com isso, para não desconsiderar o processo de luta de nenhuma organização[...] Se pegarmos o histórico da Transamazônica e do povo que resistiu até hoje, não tem como dizer que eles não são de luta. Eles podem estar soltos, mas têm uma resistência do tamanho do mundo. Portanto, não têm como desconsiderar isso e o que é possível resgatar a gente resgata, o que não é possível também não temos que criticar. Tentamos fazer isso de forma muito transparente, embora às vezes a nossa afoiteza acabe gerando alguns conflitos internos entre as organizações. Às vezes, os conflitos também ajudam muito, porque fazemos o maior dos rodeios quando seria melhor ter logo criado o conflito para chegar ao entendimento. Isso tudo precisa ser feito com muita cautela, para que a gente também não atrapalhe o processo de luta de ninguém aqui na região (informação verbal).<sup>28</sup>.

Outra liderança social, o pároco da prelazia de Itaituba, ao analisar como vêm se dando os processos de organização e de dispersão das lutas no período investigado, com base na importância da agricultura familiar, afirma:

Apesar disso [de termos acreditado que o governo Lula não iria deixar a Amazônia ser mais desmatada e ter agronegócio], esse governo trouxe um avanço enorme. Vou pegar a segurança alimentar; o avanço que se teve nas leis brasileiras quanto à segurança alimentar, que foi enorme. Antes, não se tinha isso, o que havia era a Conab, com umas feiras muito soltas, não com a ideia da merenda escolar. Então, as pessoas começaram a pensar em aproveitar esse espaço. O que aconteceu – e essa foi uma grande mudança para mim, que foi também uma mudança de paradigmas -, é que o neoliberalismo trouxe muitas outras pautas nesse meio, como a própria autonomia das pessoas, o individualismo que cresceu[...]então, não foi só porque o movimento enfraqueceu. Há uma interferência externa, essa mídia, a facilidade dos meios de comunicação, que são também bastante ideológicos[...]. Tudo isso interferiu muito naquela composição política que era mais consolidada, porque antes, eu diria, o discurso era bem mais afinado [...]. Nós perdemos o foco, no sentido do projeto político, e o movimento social está enfraquecido por isso; não porque ele quisesse, mas porque ele mesmo foi cooptado também (informação verbal).<sup>29</sup>

Nesse movimento e contramovimento, em que há muitos retrocessos no processo de mobilização política na região em torno de questões candentes, há também um nível de capilaridade das lutas e das tentativas de formação de redes, várias bem sucedidas e em pleno funcionamento, o que se torna tanto mais importante justamente porque há, em muitos, a compreensão dos jogos de poder. Não se trata de desconhecer o poder que o regime de concorrência, como lógica globalizante, exerce também nos processos de organização social

---

<sup>28</sup> Dirigente do MAB, em entrevista concedida à autora, no dia 27.04.2019.

<sup>29</sup> Pároco da prelazia de Itaituba, em entrevista concedida à autora, em 26.04.2019).

que se dão na perspectiva da contraordem, tal qual explicitam Dardot e Laval (2016, p. 8), mas de identificar as transformações possíveis, apesar dele e a partir da busca de identificações e articulações nos processos de luta do campo social.

Ao refletir com profunda sutileza e perspicácia acerca da importância dos movimentos sociais, que “continuam a ser as alavancas da mudança social”, por meio de novas injunções possíveis, a partir das redes sociais na internet, Castells (2013, p. 157) traça um panorama extremamente inquietante, pelas muitas questões que assolam o mundo nesses tempos de aprofundamento da ideologia e da ação capitalistas, mas ao mesmo tempo de esperança, pela possibilidade de construir outras formas de articulação, com força e determinação para reinventar a democracia e ganhar poder, sob novos pilares.

Esses movimentos, esclarece o autor, eclodem pela associação de dois fatores centrais:

A degradação das condições materiais de vida e a crise de legitimidade dos governantes encarregados de conduzir os assuntos públicos, [o que] leva as pessoas a tomar as coisas em suas próprias mãos envolvendo-se na ação coletiva fora dos canais institucionais prescritos para defender suas demandas e, no final, mudar os governantes e até as regras que moldam suas vidas (CASTELLS, 2013, p. 157).

Os movimentos são ao mesmo tempo locais e globais e as transformações que almejam desencadeadas por processos de ação comunicativa, capazes de provocar mudanças coletivas, porque resultam de processos de identificação de muitos, ao redor do mundo. Seguramente, as transformações pretendidas têm dimensão grandiosa, porém, apesar dos limites, dificuldades e retrocessos, estão em curso.

Para muito além de embates que possam ser considerados como localizados, ou desconectados dos fundamentos do capitalismo, Castells dedica investigação acurada com base no que vem acontecendo em vários lugares – do mundo árabe à Espanha, passando pela ocupação da Wall Street, nos Estados Unidos. Muitas questões trazidas pelo autor, não obstante a análise recair em uma multiplicidade de contextos políticos, econômicos e culturais distintos, revelam a busca e os avanços das resistências sociais que intentam a inserção do mundo em outra racionalidade, em grande medida utilizando-se da internet para o processo de conscientização e de mobilização, por meio de redes sociais, sob múltiplas formas.

Embora alguns analisem criticamente os fracassos amargados pelos movimentos, o sociólogo espanhol considera que, acima de tudo, mais poderosa dos que os novos meios é a mensagem, a possibilidade de construir uma nova subjetividade, pois entende que “a verdadeira transformação [está] ocorrendo na mentalidade das pessoas” Castells (2013, p. 114). Eis que a

contribuição do autor revela-se também não apenas muito pertinente como coincidente, em muitos aspectos, com o que vem acontecendo no Brasil e, particularmente, com os movimentos sociais do oeste do Pará.

Como poderá ser observado mais adiante, a partir das falas dos próprios interlocutores, estão presentes aspectos centrais levantados por Castells (2013, p. 102), como a desconfiança no sistema político e nas lideranças políticas organizadas nas estruturas de poder existentes, a corrupção e o cinismo que caracterizam os governos e os partidos políticos tradicionais, a insubmissão às formas concretas e simbólicas de violência praticadas pelas classes social e economicamente dominantes contra o direito dos povos aos seus territórios e suas culturas.

Castells (2013, p. 115) ressalta na reflexão que faz sobre o movimento social Indignados, da Espanha, elemento também percebido aqui, em alguns representantes dos movimentos sociais entrevistados em Itaituba e no Trairão, na última etapa da pesquisa de campo – a paciência. Após muitas turbulências políticas no país e investidas inclementes do capital na região, na última década, a paciência é mencionada por algumas lideranças como estratégia de atuação. Não se trata de imobilidade, nem de lentidão, mas de respeito ao ritmo possível nos processos de enfrentamento, de resistência, e, principalmente, na busca pelos resultados esperados.

Cabe, então, esclarecer que para definir os entrevistados naquela área da Amazônia, frente à multiplicidade e à complexidade das questões que levam aos conflitos sociais, foram observados alguns critérios, como a identificação dos processos de organização dos agentes que vêm demonstrando capacidade de intervir nas disputas travadas nos campos político, econômico e social, sejam eles dominantes ou insurgentes. Quanto aos movimentos sociais inseridos na pesquisa, é importante também acrescentar que as múltiplas estratégias de associação em rede não se deram como fator de emergência deles enquanto tal, mas sim possibilitaram a ampliação do campo de articulação e de ação de movimentos que já existiam, que, em alguns casos, tinham ações mais restritas quanto às conexões com outros movimentos afins, com outros lugares do mundo, ou com a sociedade em geral.

A partir da pesquisa de campo e dos demais elementos colhidos, são interpretadas as dinâmicas dos campos e a força e a capacidade que os agentes da contrarreação vêm demonstrando ter na construção das redes de ação e de formação de novas mentalidades, capazes de provocar deslocamentos de poder. Assim, foram ouvidas representações de movimentos sociais e populares, de associação de projeto de assentamento em Trairão, de povos tradicionais, indígenas, da associação de pescadores de Itaituba, da Igreja e de sindicatos de trabalhadores, como o STTR e o Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras em Educação

Pública do Estado do Pará (SINTEPP)/Subsede Itaituba.

Para a construção dos campos político e econômico, foram ouvidos representantes do poder executivo municipal, entre estes o prefeito de Itaituba e o secretário municipal de Infraestrutura, dirigentes regionais de órgãos das instâncias federal e estadual diretamente vinculados aos objetivos do trabalho – como ANM, ICMBio e Semas –, representantes da Semma, órgão municipal –, membro do Conselho Municipal de Assistência Social de Itaituba, o diretor-presidente da Associação Nacional do Ouro (ANORO), representante de movimento ligado à defesa da garimpagem, que congrega os interesses de cooperativas garimpeiras no oeste do Para, o dirigente e sócio de grupo madeireiro que atua a cem quilômetros de Moraes Almeida, distrito de Itaituba, e a dirigente do Sindicato de Produtores Rurais do município.

Torna-se fundamental também esclarecer que, transversalmente, há uma questão muito relevante nos conflitos sociais investigados, a permear o objeto da pesquisa e a análise dos elementos trazidos à reflexão, que diz respeito à apropriação ilegal e à grande concentração de terras, historicamente existentes na região. Mesmo não sendo objetivo do trabalho levantar e aprofundar questões fundiárias que se vinculam à mineração, ao agronegócio e aos grandes empreendimentos de infraestrutura, a terra e o território, pela centralidade que possuem na vida e nas dinâmicas sociopolíticas e econômicas das sociedades, estão presentes nos relatos dos entrevistados e foram inseridos no debate, ao longo do capítulo.

#### **4.1 Dez anos depois: retomada das lutas sociais, avanço voraz do capitalismo e desdemocratização**

Como em todo o processo social e histórico, não é possível estabelecer cortes analíticos sem que sejam observados, ainda que brevemente, alguns elementos centrais que contribuíram decisivamente para a configuração do quadro investigado. Nesse sentido, cabe destacar que há dinâmicas sociais e econômicas distintas desde a abertura da BR-163, na década de 1970, assim como nos municípios que integram a área de influência da rodovia. Tais dinâmicas ocorrem em função de fatores diversos, orientadas conforme os vários planos governamentais traçados para a região, que priorizaram determinados empreendimentos, responsáveis por suscitar intensos movimentos migratórios, buscaram atender aos interesses das elites político-econômicas nacionais e regionais e, com maior intensidade nas últimas décadas, voltam-se para atrair grandes grupos transnacionais, que têm investido com maior peso e ganância em alguns municípios ou sub-regiões da Amazônia, conforme intentem o acesso a reservas naturais, ou pretendam expandir atividades ligadas à construção de grandes infraestruturas.



Tomando como referência estudos do início da década de 2000 sobre as dinâmicas de atores, o uso da terra e as políticas desenvolvimentistas do governo federal, para o eixo da BR-163, pesquisadores analisam que:

Desde os anos 60 e em especial a partir da construção da Belém-Brasília, a política que norteou o avanço da fronteira econômica na Amazônia estruturou-se de forma a permitir a integração do mercado nacional e as estruturas produtivas de acumulação do capital. Foi com mecanismos como os incentivos fiscais que o Estado procurou atrair capital e empreendedores de diversos setores da economia que se deslocam para o norte do país[...]. O movimento de expansão de fronteira fortalecido nos anos 70 com os programas governamentais, que consolidaram a colonização nas margens dos grandes eixos rodoviários, abriu espaços à reprodução da pequena produção familiar e de sua constituição como ator social que irá definir, em larga escala, a dinâmica política na atualidade de certas áreas como a Transamazônica. No entanto a modalidade padrão de apropriação da terra logo será definida pela presença de novos atores que se sucedem na terra, que seriam os fazendeiros capitalizados, os grandes empreendimentos minerais, os projetos de energia, da madeira, que se contrapõem pela própria lógica de funcionamento, a lógica da pequena produção (CASTRO, E; MONTEIRO; CASTRO, C., 2004, p. 8-9).

Apontava o mesmo estudo que as políticas desenvolvimentistas na Amazônia, desde os anos 1970, combinavam grandes obras com incentivos fiscais, para o desenvolvimento das atividades pecuária e madeireira, além da mineração, o que provocou grande devastação da floresta Amazônica, fazendo crescer os índices de desmatamento, em especial nos estados do Pará, Maranhão, Rondônia e Mato Grosso.

Castro (2007, p. 106), a propósito da ação do Estado na Amazônia, analisa a importância das políticas de ordenamento territorial para “gerar eficácia social” e conter a “dinâmica predatória da expansão da fronteira”. Para tanto, a autora aprofunda a discussão sobre a necessidade de compreender a racionalidade dos atores sociais, individuais e coletivos, bem como suas motivações, essenciais na definição de estratégias socioespaciais. Os processos de mobilidade do capital e do trabalho pululavam naquele período e, ainda que sem dados estatísticos oficiais confiáveis quanto ao incremento das atividades de mineração, agropecuárias e madeireira, as dinâmicas eram evidenciadas pela intensificação dos conflitos sociais, assim como pelo agravamento dos problemas ambientais. Não obstante o dinamismo daquelas atividades, Castro (2007) ressalta a desigualdade social marcante em todos os estados da Amazônia Legal, constatada nos baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH), tal qual ocorria especificamente na região da BR-163.

Ao assumir o governo federal, em 2003, Luís Inácio Lula da Silva propõe a elaboração

do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da BR-163, o Plano BR-163 Sustentável, projeto piloto do PAS. Naquele período, tais instrumentos de gestão proclamavam, entre outros compromissos, que iriam dirimir conflitos pela posse e pela grilagem de terras, o controle do desmatamento acelerado e a utilização predatória de recursos naturais, assim como prevenir os impactos socioambientais e econômicos que adviriam do asfaltamento de grande parte da rodovia Santarém-Cuiabá.

De grande abrangência territorial, a área da Amazônia a que se destinava o PAS para a BR-163, conforme explicita Castro (2007, p. 108), composta por 71 municípios localizados nos estados do Pará e do Mato Grosso, caracteriza-se pela “heterogeneidade de situações sociais e étnicas interagindo com ecossistemas ricos em recursos naturais”.

A partir do momento em que foi sinalizado o asfaltamento da extensão antes intrafegável da BR-163, indicava-se não apenas a facilidade de acesso às riquezas da região, como a possibilidade de transporte da produção, inclusive do Centro-Oeste, para os mercados externos, com redução do tempo de transporte e do valor do frete, tornando mais competitiva e lucrativa a produção brasileira. Ao mesmo tempo em que a decisão do país de investir em grandes linhas de circulação de *commodities* buscava atrair novos mercados, estava também sintonizada com as demandas internacionais de produção de matérias-primas. O oeste do Pará passou, então, a conviver cada vez mais ao longo das últimas décadas com esse dinamismo, aliado à movimentação de grandes capitais. Intensificaram-se também os conflitos com a pequena produção, com populações tradicionais e povos indígenas, bem como a destruição da natureza.

Nesse conturbado cenário sociopolítico e econômico, o ordenamento territorial impunha-se como prioridade, porém, conforme sustenta Castro (2007), o grande desafio consistia em

passar da tradição de intervenção pública setorial e da “ausência” do Estado para uma intervenção integrada e com possibilidades múltiplas – econômicas, sociais e ambientais –, visando desenvolvimento e a sustentabilidade. Seria isso possível? Essa é a questão! Pressupõe uma capacidade de percepção das dinâmicas locais, das suas relações com as esferas de ação pública e com os mercados nacionais e internacional, com os quais as estruturas locais estão irremediavelmente relacionadas (CASTRO, 2007, p. 115-116).

Havia, à época da elaboração do PAS e do Plano BR-163 Sustentável, forte pressão de movimentos ambientalistas internacionais, que entendiam a importância da Amazônia para o equilíbrio do ecossistema mundial e contestavam o avanço predatório sobre a floresta e demais estoques naturais da região, o que atentava contra padrões sustentáveis de renovação. Por outro

lado, grandes empresas internacionais, potenciais consumidoras da produção brasileira, por contingências legais de seus países, precisavam garantir compras de mercados produtores de matérias-primas dentro de certos padrões de certificação e qualidade e passaram a intervir exigindo medidas do governo brasileiro.

Esses Planos surgem, então, em grande medida, como instrumentos políticos, para obter visibilidade internacional, e econômicos, no sentido de garantir a ampliação de mercados consumidores da produção brasileira. Ao afirmar a presença da institucionalidade, capaz de deter o desmatamento e a produção ilegal destinada ao mercado externo, buscava conciliação com movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores e outros agentes sociais locais e regionais, indicando que seriam estabelecidos processos democráticos de definição das políticas públicas. Tratava-se, assim, de um discurso que tentava a adesão de opositos, com interesses divergentes, para não dizer antagônicos.

O início desta pesquisa naquela região<sup>30</sup>, que envolveu pesquisa de campo e elaboração da dissertação do curso de mestrado realizado no NAEA/UFPA, coincidiu com o momento em que começavam a ser produzidas as primeiras consequências do processo de construção e do início da implementação do Plano BR-163 Sustentável, que foram antecidos por uma rodada de audiências públicas, realizadas pelo governo federal em vários municípios do entorno da rodovia. Após uma série de entrevistas, a análise demonstrava àquela altura que:

Foram identificados nos discursos [dos entrevistados] alguns aspectos positivos nas medidas implementadas e no processo de discussão que culminou com a aprovação do Plano [BR-163 Sustentável]. A criação de unidades de conservação, por exemplo, foi citada por alguns dos entrevistados como absolutamente necessária e, apesar de todas as debilidades estruturais e políticas do Estado, causou impacto positivo na região, porque resultou em redução dos índices de desmatamento que vinham crescendo em ritmo acelerado até 2003. Por outro lado, a realização de audiências públicas em alguns municípios da área de influência da rodovia Santarém-Cuiabá propiciou a mobilização de muitos atores e organizações que, ao se disporem a participar, reconheceram naquele momento a legitimidade do processo de discussão proposto pelo governo federal (ARAÚJO, 2007, não paginado).

No estudo então realizado foram escolhidas como centrais, entre as muitas políticas públicas definidas como estratégicas no PAS e no Plano BR-163 Sustentável, as relativas ao ordenamento territorial e à gestão ambiental, por terem sido analisadas como cruciais para a

---

<sup>30</sup> A primeira viagem a municípios da BR-163 esteve associada ao projeto de pesquisa “Atores, relações sociais e desmatamento na Amazônia”, coordenado pela orientadora do curso de mestrado, Profa Dra Edna Castro, a partir do qual a docente foi convidada a integrar a equipe do ZEE da rodovia BR-163.

operacionalização desses instrumentos e, também, por estarem diretamente ligadas aos grandes conflitos existentes naquela região, à época.

Embora o governo federal contasse com certo nível de adesão social no processo de discussão e de implementação do Plano BR-163 Sustentável, a pesquisa apontava naquele período que:

Atores sociais também importantes na cena política, os pecuaristas e madeireiros acusam o governo federal de desconhecer a realidade da região, de planejar sem conhecimento de causa e de ser ineficaz ao longo do tempo, o que teria corroborado decisivamente o processo de ocupação ilegal da terra e tantas outras mazelas encontradas na região. Mesmo atores como os trabalhadores rurais a quem se destinam várias medidas propostas no Plano, como aquelas vinculadas aos projetos de assentamento, apresentam inúmeras queixas quanto à atuação estatal e, em alguns casos, chegam a afirmar categoricamente que não se submeterão às medidas governamentais (ARAÚJO, 2007, não paginado).

A legalização da madeira, o controle da qualidade da carne bovina e outras condições que deveriam ser atendidas na busca pela expansão da comercialização e atendimento da demanda de vários países industrializados do centro do capitalismo, causava, por outro lado, muitas insatisfações em agentes desses setores acostumados a atuar na ilegalidade.

Nesse sentido, destaca-se que as medidas então propostas para atender às demandas externas permaneciam direcionadas aos produtos primários, reforçando, portanto, o papel subalterno do Brasil na geopolítica econômica mundial, bem como na distribuição internacional do trabalho, e mantendo as bases do que Quijano (2005), citado anteriormente, conceitua como capitalismo colonial-moderno, que levou os países da América Latina a uma integração subordinada aos Estados nacionais que detêm o poder político e econômico no mundo. Para esses países são exportadas as matérias-primas, cada vez mais obtidas por meio de processos neoextrativistas (GUDYNAS, 2011; CASTRO, ALONSO; NASCIMENTO, 2016).

Tratava-se, assim, da coadunação dos novos planos com o processo em curso no país, que Salama (2012) definiu como de “reprimarização da economia brasileira”. Nesse sentido, não foram priorizados, nem destinados investimentos para a produção regional que pudessem implicar a utilização dos produtos da floresta sob outras perspectivas geradoras de renda, ou para germinar novo fôlego à industrialização nacional, por meio, por exemplo, da verticalização do setor mineral, o que poderia promover empregos mais duradouros e voltados para as potencialidades da região, assim como para inserir o país em outro patamar no mercado mundial.

Ao analisar criticamente o momento em que o asfaltamento do trecho paraense da BR-

163 passou a constituir projeto prioritário do primeiro governo federal petista, no contexto das políticas ‘desenvolvimentistas’, que visavam à intensificação das exportações de *commodities*, como a soja, Cunha (2017) trata das profundas contradições ali existentes:

A partir de então, ao menos no plano do discurso, as grandes obras de infraestrutura viriam acompanhadas de pretensas preocupações sociais e ambientais, e deveriam contar com diálogo e participação, envolvendo atores antagônicos em planos de compensação, mitigação e desenvolvimento. O ideário de que o acesso a direitos básicos e a políticas públicas estavam exclusivamente vinculados à execução dos empreendimentos permeou esse momento político, no qual se praticou, à exaustão, a conciliação de interesses até então vistos como inconciliáveis. Assim, nascia o Plano BR-163 Sustentável, que anunciava, entre outras medidas, o ordenamento territorial da região cortada pela rodovia como pré-condição para reduzir os impactos da obra e pacificar os conflitos fundiários na região, que cresciam em função do anúncio do asfaltamento (CUNHA, 2017, p. ix).

Torres, Doblas e Alarcon (2017, p. 113), com base em pesquisa na região oeste do Pará que culminou com a obra apresentada por Cunha (2017), tratam sobre a criação do Plano BR-163 Sustentável e do PAS, conferindo a esses instrumentos de planejamento caráter ‘falacioso’, porque prescreviam uma série de medidas que não chegaram a ser efetivadas. Mencionam, na análise, que a exceção foi a criação do mosaico de Unidades de Conservação (UCs), entre as quais inclui-se a Floresta Nacional (FLONA) do Jamanxim, ‘uma das mais importantes para deter a frente de desmatamento’ que avançava celeremente, após o anúncio do asfaltamento da rodovia. Consideram que as medidas implementadas, como a legitimidade conferida à emissão de licenças ambientais irregulares, entre tantas outras mencionadas, findaram por favorecer o aumento do desmatamento, a grilagem de terras e a violência fundiária na região.

O momento da afirmação do discurso institucional consolidado naqueles instrumentos de planejamento e de gestão do governo federal, portanto, produziu dinâmicas que findaram por potencializar questões historicamente existentes na região, como o desmatamento e a grilagem de terras, que seriam, em tese, objeto central de combate por meio de políticas públicas, como o ordenamento territorial e o controle ambiental, previstas como prioritárias nos próprios PAS e no Plano BR-163 Sustentável. Tal processo funcionou, assim, como fermento propulsor para fazer eclodir a combinação de interesses, em grande medida escusos, de atores sociais que viram ali a possibilidade de enriquecimento rápido e ilícito.

Torres, Doblas e Alarcon (2017), analisando esse período, referem que:

À margem da lei, mas contando com a cumplicidade de muitos operadores do Direito, teve lugar nesse período um franco aquecimento do mercado imobiliário em toda a região da BR-163. O anúncio do asfaltamento da rodovia e uma alta recorde no preço da soja alimentaram o aquecimento do mercado de terras griladas e ecoaram em índices de desmatamento nunca antes vistos na região (TORRES; DOBLAS; ALARCON, 2017, p. 18).

Ao mencionar instrumentos normativos, como a IN nº 41/2007, que autorizou a alienação por concorrência pública de áreas com dimensões entre 500 e 1.500 hectares, referem Torres, Doblás e Alarcon (2017) que chama a atenção nessa questão, como em outras tantas por eles citadas, que as

[...] mudanças não suscitaram resistência por parte de movimentos sociais de luta pela terra como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag) e, tampouco, de outros setores ligados historicamente à defesa da reforma agrária e da Amazônia, com raras e honrosas exceções (TORRES; DOBLAS; ALARCON, 2017, p. 26).

Durante a pesquisa com os agentes do campo social, que estão e estiveram à frente de organizações e das resistências durante o período investigado, buscava-se compreender as diferentes percepções acerca das dinâmicas sociais no período em questão. Também indagava-se sobre as razões que levaram à desmobilização de processos que, àquela altura, quando ocorreu a construção do Fórum dos Movimentos Sociais da BR-163 – o Fórum da BR-163 –, pareciam dotados de um dinamismo capaz de encaminhar as lutas e promover grandes mudanças no cenário sociopolítico, econômico e ambiental da região.

Assim, dada a riqueza das interpretações e das vivências, torna-se importante trazer algumas das contribuições, que em muito favorecem a análise do campo social, dos limites históricos e dos jogos de poder, em que se insere o recorte temporal desta pesquisa.

Relata o pároco da prelazia de Itaituba<sup>31</sup>, que reside há vinte e oito anos entre os municípios de Itaituba, Trairão, Rurópolis, Alenquer e Santarém, a longa caminhada de lutas de mais de sessenta associações que integravam o Fórum da Produção Familiar, em 1994, em que se buscava elevar o nível de consciência política, pelo viés da crítica, acerca dos conflitos sociais e ambientais que ocorriam à época. A partir desse Fórum, foram surgindo associações e

---

<sup>31</sup> O entrevistado, ouvido pela autora em Trairão, no dia 26.04.2019, é padre, advogado, já foi dirigente da Comissão Pastoral da Terra (CPT), integra uma ordem missionária da Igreja Católica e é membro de uma organização não governamental internacional, que possui articulação em trinta países.

entidades na Amazônia, que buscavam mecanismos para combater o descaso com que os governos militares haviam tratado a BR-163 e o abandono dos povos da região à própria sorte.

Destaca a liderança que, naquela época, havia forte interligação entre os movimentos e certa unidade de pensamento em torno das demandas políticas. Pensavam, então, que a luta deveria voltar-se à exigência de políticas públicas, sob a responsabilidade do Estado, ainda sem a visão que possuem atualmente no sentido de construir pequenos grupos economicamente autônomos, por meio de projetos agroecológicos.

As resistências dos governos estadual e municipais às proposições do Fórum da Produção Familiar, entretanto, eram fortes e não havia abertura para negociações. Apesar disso, existia por parte das forças populares e dos trabalhadores rurais, recorda o entrevistado, forte motivação e pressão para que fosse feita a reforma agrária, a fim de que tivessem acesso aos lotes nos assentamentos e à licença de operação expedida pelo Incra. Embora muitos tenham ido para as terras, não integraram a relação de beneficiários desse órgão, o que, até os dias atuais, causa sérios problemas no município de Trairão, já que os assentados não têm acesso aos benefícios que lhes são devidos por direito.

Analisando criticamente a luta pela terra, pela reforma agrária e por incentivos do Estado para a agricultura familiar, diz o entrevistado:

Hoje, acho que faltou a gente ter percebido que as coisas não andam separadas. Achava-se, então, que o projeto político deveria ser o fortalecimento, desde Altamira até Santarém, na BR-163, e que o governo iria atender à ‘pauta de reivindicações’. Era esse o discurso. Nesse caminho, acho que em muitas coisas nós não nos preparamos, como por exemplo para provar que a agricultura familiar era a alternativa, porque nem imaginávamos que o agronegócio iria chegar com essa força. Nós sabíamos que havia o agronegócio no Sul, mas pensava-se que a Amazônia era outra coisa, que não iria chegar aqui. Com toda essa biodiversidade, o pensamento era de que o governo iria segurar isso (informação verbal).<sup>32</sup>

Com a compreensão atual daquele período, afirma a liderança que há agora uma grande mudança, com a inversão do que ocorreu naquele momento. Embora haja agora uma maior consciência na luta por produtos orgânicos, no combate aos venenos e pelo fortalecimento da agroecologia, já não há afiniação entre os discursos políticos. A outra profunda mudança, que o entrevistado entende paradigmática, prende-se ao que foi citado anteriormente, quanto às consequências do modelo neoliberal sobre as pessoas e os movimentos sociais, conduzindo-os ao individualismo e à desarticulação das organizações coletivas.

---

<sup>32</sup> Pároco da prelazia de Itaituba, em entrevista concedida à autora, em 26.04.2019.

Ao ser questionado quanto aos possíveis benefícios do processo de organização que levou à formação e à atuação do Fórum dos Movimentos Sociais da BR-163 na região, ainda hoje, a resposta é categórica: são muitos. Avalia o entrevistado que, embora no município de Novo Progresso tenha havido maior dificuldade, porque o Fórum da BR-163 não teve tanto espaço para atuar, em vista da interferência do agronegócio ser muito maior lá já naquele período, no município de Trairão considera que o grande fortalecimento dos projetos de assentamento (PAs) Areia e Ypiranga, criados em 1998, deve-se àquele processo construído pelos movimentos sociais. O pároco assinala que os trabalhadores dos dois PAs enfrentaram, até por volta dos anos de 2005 e 2006, um correntão imposto como barreira pelos madeireiros na única estrada que dava acesso aos assentamentos. Mesmo quando já havia sido constituído o Fórum da BR-163, afirma que os madeireiros continuavam a comandar dentro dos assentamentos.

As resistências que seguem tendo força nos dois PAs levam ao grande número de ameaças de morte que membros das associações de mulheres e trabalhadores vêm sofrendo, como ocorre com Osvailinda, Daniel e Domingas<sup>33</sup>. No balanço desse longo processo de luta e de resistência, afirma o entrevistado que:

As associações que têm trabalhado, eu diria que pelo menos quatro delas, estão atuando hoje com 30% da merenda escolar vindos do agricultor via associação, que é a da vicinal da Batata, mais as dos dois PAs, seis ao todo, que tenho certeza que se fortaleceram a partir da luta dos movimentos sociais do Fórum da BR-163, e continuam, com muita fragilidade, mas com muita clareza de que esse é o caminho. Então, eu vejo um discurso mais afinado. Vamos dizer que tenhamos ao todo umas trinta associações de agricultores no Trairão e que destas umas seis ou sete nós podemos contar que têm coragem para atuar nessa dimensão da política pública, de não ficar apenas barganhando alguns favores, que realmente pressionam através dos conselhos municipais e estão afinados nessa posição. Não é, portanto, a maioria, mas é um grupo significativo para nós do Trairão. Isso talvez equilibre um pouco aquela questão de que eu falava, que antes era uma questão de força para o Estado fazer, agora nós estamos fazendo, mas também queremos que o Estado garanta o papel dele (informação verbal).<sup>34</sup>

---

<sup>33</sup> Os agricultores Osvailinda Maria e seu companheiro Daniel Alves, que integram os movimentos de resistência camponesa na fronteira de expansão do agronegócio na Amazônia, vêm sendo permanentemente ameaçados, sendo que, em maio de 2018, encontraram duas covas no terreno da casa onde vivem, configurando a explícita ameaça de morte. Os agricultores são assentados no Projeto de Assentamento (PA) Areia, localizado no município de Trairão. Ambos foram incluídos no Programa de Proteção a Defensores de Direitos Humanos. Matéria sobre o assunto pode ser acessada em: <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/artigo-osvalinda-e-daniel-a-resistencia-agroecologica-na-fronteira-do-agronegocio/22836>. Acesso em: 30 jan. 2019

<sup>34</sup> Pároco da prelazia de Itaituba, em entrevista concedida à autora, em 26.04.2019.



Em etapa da pesquisa realizada em 2016, que incluiu o km 30 – região que coincide com a bifurcação das rodovias BR-230, a Transamazônica, e a BR-163 –, foram ouvidos dois representantes da CPT<sup>35</sup>, entidade vinculada à igreja católica, que tem participado dos processos de organização social e acompanhado os conflitos sociais do campo na Amazônia. Militantes das causas diretamente ligadas ao direito dos trabalhadores à terra e atuantes na região desde 2007, os entrevistados acompanharam o processo de organização do Fórum da BR-163.

Naquele período de retomada do asfaltamento da rodovia Santarém-Cuiabá, de acordo com eles, passou a haver intensa especulação fundiária, em função dos fluxos do agronegócio vindos de Mato Grosso, tendo chegado à região muitas pessoas também de outros lugares.

As disputas pela terra e a expectativa de negócios lucrativos fizeram com que muitos dos novos atores interessados tenham se instalado na região de forma violenta e ilegal. Referem os membros da CPT que ocorreram, naquele período, graves conflitos sociais e grande número de assassinatos de trabalhadores rurais e lideranças do campo, que sequer chegaram a ser divulgados. O período que antecedeu, bem como o que se seguiu ao assassinato de Dorothy Stang<sup>36</sup>, foram marcados, portanto, por grande instabilidade social no campo, profundas injustiças com os moradores e trabalhadores rurais e sucessivas práticas criminosas. Naquele momento, conforme os entrevistados, os projetos de assentamento da região constituíam “uma bomba relógio, em que muitos trabalhadores constavam de listas de ameaçados”.

Entre 2005 e 2010, referem os membros da CPT do Km 30, chegaram a ocorrer cerca de trinta assassinatos, daí porque entenderam que não lhes cabia mais atuar por meio do Fórum da BR-163, que já vinha passando por desgastes no processo interno de organização, mas sim diretamente pela CPT, dada a centralidade da questão da terra nas disputas na região. Por outro lado, um desses membros da CPT, por ser padre e, portanto, ministro religioso vinculado à igreja católica, considerou que a instituição seria importante para dar apoio às lutas.

A pressão sobre a terra naquele período, segundo avaliam os entrevistados, ainda se dava muito mais pela ação dos madeireiros, enquanto que a pecuária começava a chegar com mais força, havendo sempre a coligação de interesses e investimentos entre as duas atividades.

Quanto a Itaituba, interpretam os membros da CPT que houve demora nos processos de mobilização social naquele período, por estarem os movimentos sociais e demais entidades

---

<sup>35</sup> Os dois membros da CPT foram entrevistados pela autora e pela Profa. Dra. Edna Castro, em estabelecimento localizado no KM 30 da BR-230, em setembro de 2016.

<sup>36</sup> Dorothy Mae Stang, missionária católica de origem norte-americana conhecida como irmã Dorothy, foi assassinada em fevereiro de 2005, em uma estrada rural do município de Anapu (PA), na região da Transamazônica. Foi muito atuante na região, desde a década de 1970, nos conflitos sociais ligados à posse e à exploração da terra e em defesa dos trabalhadores Sem Terra, tendo sido responsável pela implantação do PDS Esperança naquele município

muito voltadas às reações contrárias à construção de hidrelétricas no Tapajós. Nesse sentido, entendem que, em relação aos portos, houve atraso na organização das contrarreações e que, quando os movimentos e entidades sociais perceberam, já haviam sido instalados quatro portos em Miritituba, dos cerca de quinze então projetados.

Para além das grandes usinas hidrelétricas, consideram os entrevistados que as Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs) também deveriam ter sido combatidas de início, antes que virassem um problema de maior dimensão. Mencionam que, segundo pesquisa recente nos igarapés da região, há grande proliferação de PCHs, que tendem a virar “uma praga”, porque o rio, ao ser barrado, vai começando a secar, tanto mais durante as estiagens próprias do verão. Embora sejam gerados grandes problemas socioambientais, denunciam os entrevistados, nada acontece com as empresas de menor porte que constroem as PCHs.

A dissolução do Fórum da BR-163, na avaliação dos membros da CPT do Km 30, ocorreu devido à desarticulação entre as próprias lideranças do movimento e, também, entre as várias localidades, como entendem que aconteceu, entre outros, com “o pessoal de Castelo dos Sonhos”. Estabelecendo um paralelo com as experiências de luta que enfrentaram no Paraná, dizem os entrevistados que “o movimento foi enfraquecendo, os sindicatos foram indo para o lado dos partidos políticos e esquecendo as suas bases. A política pública que passou a prevalecer foi a previdência social e, assim, findaram ‘se apelegando’”. Entendem os membros da CPT que o que aconteceu na BR-163 não foi diferente, inclusive quanto à transferência do encaminhamento das lutas para o âmbito da política partidária.

A atual dirigente da CPT da BR-163, sediada em Itaituba, que tem acompanhado os processos de luta no campo, particularmente na região da rodovia Santarém-Cuiabá, analisa que, historicamente, estão entre as principais causas dos conflitos sociais a extração ilegal da madeira, “dentro dos assentamentos, das reservas ambientais, das UCs, que continua ocorrendo intensamente, e a grilagem de terras, que permanece sendo um grande problema em todo o Pará, não sendo diferente na região de abrangência da BR-163”.

Na esteira dos grandes empreendimentos e como parte da mesma logística de circulação e transporte de *commodities*, passou a ocorrer a construção dos portos, tudo de forma acelerada. Conforme relata a dirigente da CPT da BR-163, “enquanto estávamos discutindo o licenciamento ambiental, os portos estavam sendo construídos no silêncio”. O porto da Bunge em Miritituba<sup>37</sup>, diz a entrevistada, foi construído “sem nenhum diálogo com o povo e passando

---

<sup>37</sup>No site da empresa Bunge, que se apresenta como uma das principais empresas de agronegócio e alimentos e uma das maiores exportadoras do país, sendo a primeira em agronegócio, consta a inauguração em 25 de abril de 2014 da nova rota de exportação de grãos, o complexo portuário Miritituba - Barcarena, que envolve a estação de

por cima do direito das comunidades tradicionais. Foi um susto e isso nos levou a estudar o que era isso, o que significava a construção desses portos”.

Observa-se, então, que nos últimos anos, afora as questões que já estavam postas, como a grilagem de terras e a extração ilegal da madeira, as dinâmicas do desenvolvimentismo imposto à região não só trouxeram o agravamento dos conflitos sociais anteriormente existentes como exigiram das entidades e organizações sociais a compreensão dos processos socioeconômicos em nível mais amplo, bem como da necessidade de articular a luta em outras dimensões.

O dirigente do MAB, ao fazer o balanço do processo de organização e de mobilização das lutas na BR-163, confirma um elemento destacado por vários entrevistados, no que concerne ao papel fundamental das mulheres no período da construção do Fórum da BR-163, o que se mantém até hoje em muitas frentes de resistência na região, embora em Itaituba esteja passando por processo de rearticulação, após certo período de descenso.

Relata o entrevistado que, no processo de construção do Fórum da BR-163, foi criada uma associação no km 30, na interseção entre as rodovias Transamazônica e Santarém-Cuiabá, que deu origem ao movimento de mulheres. Embora, posteriormente, o Fórum tenha sido dissolvido, o que atribui a divisões por problemas internos e também à política partidária, considera:

Que há em Itaituba um potencial muito grande para se ter um movimento forte de mulheres e avalio que isso vem se consolidando, desde os anos de 2012 e 2013. Em Rurópolis tem um forte movimento de mulheres, movido inclusive a partir de uma associação organizada por elas [...], e tem também o movimento de mulheres indígenas do Médio Tapajós, que tem se reunido. Não podemos deixar de falar também das mulheres do MAB, porque temos feito um trabalho essencial, inclusive para que voltemos a ter o protagonismo das mulheres nas lutas populares por direitos, não como um movimento à parte (informação verbal).<sup>38</sup>

Ao longo da última década, novas estratégias têm sido buscadas para fortalecer as organizações de mulheres, inclusive a partir de experiências ocorridas em outros países, como no Chile, durante a ditadura de Pinochet. Destaca o dirigente do MAB:

---

transbordo, em Miritituba, e o Terminal Portuário Fronteira Norte (Terfron), localizado em Barcarena, ambos no Pará. Disponível em: <http://www.bunge.com.br/Imprensa/Noticia.aspx?id=636>. Acesso em: 20 nov. 2018.

<sup>38</sup> Dirigente do MAB, em entrevista concedida à autora, em 27.04.2019.

Em 2015, um grupo de mulheres conseguiu, por meio de uma técnica de bordado que foi utilizada durante o regime de Pinochet, estabelecer um processo de comunicação. Por trás de tapetes de juta, as mulheres chilenas faziam bolsos e colocavam cartas, em que denunciavam todas as formas de violência por que passavam, e a fiscalização não flagrava. No primeiro momento [dessa técnica], interessa ouvir o que as mulheres têm a dizer, em rodas de conversas, das quais os homens não participam. Elas falam sobre o histórico de lutas delas e a partir daí vai-se entrando no debate, trabalhando conceitos, as formas de violência, o que pensam para a frente (informação verbal).<sup>39</sup>

Apesar das muitas dificuldades para organizar mobilizações conjuntas entre as entidades, o entrevistado refere que, em 2016, houve reunião do MAB com a CPT, o STTR/Itaituba e o Sintep, tendo sido encaminhado documento ao Ministério Público a respeito dos direitos e das lutas das mulheres. Entende o dirigente que são muitas as frentes em que o movimento precisa atuar, como por exemplo na melhoria do atendimento da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) de Itaituba, de modo que haja mais segurança para as mulheres que são agredidas e sejam promovidas ações preventivas. A ampliação de políticas públicas e o investimento na organização das mulheres são essenciais porque, avalia o entrevistado:

No contexto da construção das grandes obras, quem mais reflete sobre os impactos são as mulheres. Os homens vão para o emprego, muitas vezes até trabalham nos grandes empreendimentos, no final do mês têm o salário e não têm uma visão crítica. As mulheres conseguem ver que os salários estão baixos, que a cesta básica não dá, a violência, o assédio com as próprias filhas[...] por isso que talvez a melhor forma de ampliar a luta aqui na região seja ampliando o trabalho com as mulheres (informação verbal).<sup>40</sup>

No entendimento do dirigente do MAB, um dos fatores que mais têm comprometido as mobilizações sociais na região são as influências da política partidária, como avalia que aconteceu nas eleições de 2016, quando houve forte disputa pelas grandes obras, por territórios e intenso processo de cooptação de lideranças dos movimentos sociais, que passaram a trabalhar nas assessorias da câmara de vereadores e do gabinete do prefeito, enfraquecendo o campo das lutas.

Os processos de cooptação de lideranças dos movimentos sociais e populares, para ocupar cargos em grandes empresas, ou mesmo em estruturas partidárias e dos poderes Executivo e Legislativo, entretanto, não constituem práticas isoladas, mas sim estratégias bem

---

<sup>39</sup> Dirigente do MAB, em entrevista concedida à autora, em 27.04.2019).

<sup>40</sup> Dirigente do MAB, em entrevista concedida à autora, em 27.04.2019).

definidas e bastante utilizadas pelas elites políticas e econômicas. Como refere Wallerstein (1999, p. 41), anteriormente mencionado, há muitos casos em que os movimentos sociais se tornam organizações burocráticas, buscam alianças conjunturais entre classes, ou mesmo aceitam convites e passam a submeter-se à máquina do Estado. Nessa busca por poder, entende o autor que há enorme equívoco estratégico, uma vez que o grande poder reside de fato na força dos movimentos sociais, em si e por si mesmos.

Nos últimos anos, avalia o dirigente do MAB que, em função do acirramento nas disputas eleitorais, houve, também, o distanciamento das organizações sociais de suas bases, o que ocorreu, inclusive, com esse próprio Movimento. Entende, porém, que o distanciamento das bases ocorreu não apenas na região, porque as entidades e sindicatos, de modo geral, passaram a resolver questões políticas e sociais importantes por meio de reuniões distanciadas e a não fazer mais atividades de formação política.

Aprofundando a análise, refere o dirigente que, estando o país em crise e com grandes obras sendo construídas ao mesmo tempo e de forma desordenada, têm sido gerados grandes impactos sociais, que provocam mais conflitos, violência e assédio. Embora acredite que muitos não percebem que aquilo que vem acontecendo na região é consequência das decisões lá de cima [referindo-se ao governo federal], entende que tudo reflete diretamente nas organizações sociais, porque:

Enquanto estávamos nos organizando contra as hidrelétricas, na outra semana já estavam construindo os portos. Quando passamos a discutir os portos, já estavam tentando construir a Ferrogrão. Quando passamos a discutir a Ferrogrão, eles já estavam implantando a mineração em grande profundidade. É uma coisa desesperadora, que não se consegue acompanhar [...]. Na prática, foi isso também, muita coisa ao nosso redor e ficamos muito fragilizados por não conseguir acompanhar, porque tudo está acontecendo de forma muito rápida (informação verbal).<sup>41</sup>

Trata-se de uma luta extremamente desigual, como afirma o representante do MAB, porque as grandes empresas contam com o apoio dos governos e têm também plenas condições de contratar serviços, como ocorre frequentemente com a empresa Ambientare, que faz levantamentos socioeconômicos e ambientais na região, enquanto que as organizações sociais têm que “correr atrás”, por si próprias, para fazer estudos e buscar apoio técnico e científico, o que, por vezes, é feito por pesquisadores que se interessam em dar apoio. Por isso, ele avalia

---

<sup>41</sup> Dirigente do MAB, em entrevista concedida à autora, em 27.04.2019.

ser muito importante que haja vinculação entre o trabalho científico e a prática social:

A gente sempre tem que pedir para quem vem pesquisar que transforme o seu trabalho científico em uma crítica, mas que, ao mesmo tempo, o trabalho possa ser devolvido em uma linguagem para que o povo possa entender. As organizações populares têm dificuldade imensa com a formulação, mas elas fazem muita coisa (informação verbal).<sup>42</sup>

Em outra perspectiva, o dirigente nacional do MAM analisa os processos de luta e as disputas por terras no Pará, desde o ano 2000, e, mesmo salientando a importância da atuação das frentes e movimentos sociais contra os latifúndios e a derrubada das florestas de interesse dos madeireiros e das grandes siderúrgicas, entende que:

Houve burocratismo das forças políticas no período, digamos, progressista no Brasil. Esses movimentos, embora ainda estejam tirando lições desse processo, foram se burocratizando. Parte do governo funcionava com as cooperativas de crédito nos assentamentos, mas não fazia mais assentamentos de reforma agrária, ou seja, funcionava para os camponeses médios, que já estavam organizados, que já tinham suas cooperativas, mas para os camponeses miseráveis, que ainda precisavam de terra, o governo não os assentou, não fez o enfrentamento com o agronegócio. Esse é um exemplo das organizações que se burocratizaram, que sabem que foram burocratizadas, e que hoje tentam reconstruir uma pedagogia de luta. E isso é importante (informação verbal).<sup>43</sup>

As análises críticas dos entrevistados do campo social sobre os limites das lutas, as incompreensões históricas acerca das consequências de definições tomadas a cada momento político nas trajetórias dos movimentos ou entidades dos quais participam, ou participaram, demonstram, neste quase final da segunda década do século XXI, que há muitos embates que se propagam e carregam o peso de decisões, equívocos e estratégias antes adotadas.

Os processos políticos desencadeados no país antes e a partir do golpe contra Dilma Rousseff, então presidente do país, em 2016, também trouxeram grandes reflexos políticos e sociais que se espalharam para os âmbitos regional e local, inclusive nos municípios do entorno da BR-163.

No processo eleitoral municipal de 2016, mencionam entrevistados do campo social, houve grande retrocesso quanto ao número de representações populares em espaços políticos como as câmaras de vereadores. Em relação às prefeituras, afora várias lideranças dos movimentos sociais que se deixaram atrair e foram cooptadas para ocupar cargos comissionados

---

<sup>42</sup>Dirigente do MAB, em entrevista concedida à autora, em 27.04.2019.

<sup>43</sup>Dirigente do MAM, em entrevista concedida à autora, em 01.06.2019.

nos órgãos municipais, os prefeitos eleitos continuam a ser os que pertencem às elites econômicas locais e, em muitos casos, segundo os relatos, atuam na ilegalidade e são eles próprios causadores de conflitos sociais na região. Além disso, continuam a prevalecer os velhos padrões da politicagem, como refere um dos entrevistados: “os políticos fazem favorezinhos locais[...]e, no tempo das eleições, a corrupção ainda predomina; as pessoas vêm buscar algum favor, mas às vezes não têm a visão do desenvolvimento mais global da sociedade”. São processos, como referem Dardot e Laval (2016, p. 20), a partir de Wendy Brown, de ‘desdemocratização’, em que há “esvaziamento da democracia sem a extinguir formalmente”. Há uma guerra que, como afirmam os autores, vem “sendo travada pelos grupos oligárquicos, na qual se misturam de forma específica, a cada ocasião, os interesses da alta administração, dos oligopólios privados, dos economistas e das mídias”. Ao se proporem a infundir na sociedade o padrão de concorrência e o modelo de empresa, torna-se necessário “enfraquecer as instituições e os direitos que o movimento operário conseguiu implantar a partir do fim do século XIX” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 21).

Ao analisar o cenário político regional nos “domínios da política partidária”, o dirigente do MAB trata de questões muito próximas ao conceito de desdemocratização, em que os grupos oligárquicos se confundem com os que se alternam nas administrações públicas:

Sofremos um retrocesso enorme [em 2016] com quem assumiu as prefeituras municipais e as câmaras de vereadores. Nós, dos movimentos populares, não conseguimos colocar ninguém dentro desses espaços, e estou falando de Itaituba, mas também de Trairão, Rurópolis, Aveiro, Novo Progresso[...]. Se formos ver quem são os prefeitos desses municípios, vamos ver que são os mesmos responsáveis pelos conflitos agrários na região e pela grilagem de terras [...]. É um absurdo que, por exemplo, no caso de Itaituba, um dos maiores latifundiários seja o prefeito da cidade. Em Aveiro, tem o Vilson<sup>44</sup>, que há alguns anos atrás esteve envolvido com o assassinato de uma liderança da comunidade. Em Trairão, o prefeito – Valdinei Ferreira (Django)<sup>45</sup> – é envolvido com a extração ilegal de madeira. Em Novo Progresso, o prefeito Ubiraci Silva<sup>46</sup> foi apoiado pela turma do agronegócio. Então, essas pessoas criaram um monopólio da política partidária, o que acaba enfraquecendo as organizações populares, e não se consegue apresentar uma pauta que seja considerada efetivamente, porque eles não aprovam aquilo que pode vir a prejudicá-los futuramente (informação verbal).<sup>47</sup>

---

<sup>44</sup> Vilson Gonçalves, foi eleito prefeito de Aveiro pelo Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (atual MDB), em 2016.

<sup>45</sup> Valdinei José Ferreira, conhecido como Django, foi eleito prefeito de Trairão, pelo Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), em 2016.

<sup>46</sup> Ubiraci Soares da Silva, conhecido como macarrão, foi eleito prefeito de Novo Progresso, pelo Partido Social Cristão (PSC), em 2016.

<sup>47</sup> Dirigente do MAB, em entrevista concedida à autora, em 27.04.2019.

A análise crítica de entidades e movimentos de luta acerca dos processos políticos da última década, que levaram inclusive à atual composição de forças totalmente desfavorável ao campo democrático-popular nas instâncias municipais, em momento político crucial para acionar a contraofensiva, reaviva a necessidade de rever equívocos. O período que grande parte dos entrevistados do campo social identifica e reflete como de recuo nas lutas, não obstante terem havido enfrentamentos e conflitos sociais, parece conduzir à retomada da consciência de que as lutas precisam ser cada vez mais coletivas, em rede, com aliados que, embora tendo diferentes reivindicações e exigências em suas pautas específicas, possuem eixos centrais de luta em comum.

Registram alguns agentes do campo social que o momento que coincide com o período final da pesquisa, especialmente após 2016, tem o caráter de um novo despertar das lutas e da organização das resistências.

Entre os acordos mencionados por grande parte dos entrevistados do campo social há o entendimento de que o modelo econômico não trouxe e não trará benefícios para a região e seus povos; que o Estado, salvo algumas exceções e atuações específicas, tem atuado de forma articulada, ou deliberadamente desarticulada, conforme os interesses em jogo, para defender os interesses das minorias; que o direito e as estruturas da Justiça, pelas alianças que estabelecem, em geral vinculadas e subservientes ao poder hegemônico, têm imposto derrotas sucessivas aos que historicamente são menos favorecidos.

Analisa Wallerstein (1999), ao estudar em profundidade os movimentos antissistêmicos em todo o sistema-mundo, como mencionado no primeiro capítulo, que os defensores da luta, à frente desses movimentos, não estão isentos das contradições e tribulações próprias do sistema capitalista, que abrangem a todos. Nesse sentido, os limites e retrocessos das lutas do entorno da BR-163 e do Tapajós, ao mesmo tempo em que decorrem, na última década, dos processos políticos internos da região e do país, são também determinados, em grande medida, por coações sistêmicas.

Importante salientar, nessa perspectiva, as análises feitas por vários entrevistados a respeito da força e consequências das vorazes dinâmicas capitalistas, cujas frentes de acumulação não apenas passam por um processo de maior diversificação das atividades, possibilitada pelas constantes mudanças dos padrões tecnológicos, como também são amplamente facilitadas pela combinação de capitais ao redor do mundo, o que possibilita a consecução de vários e concomitantes megaempreendimentos, levando ao domínio de alguns setores por agentes externos, ou mesmo por outros Estados nacionais, como a China, em relação ao sistema energético do Brasil.



Ao mesmo tempo, não obstante os impactos da dominação capitalista, é possível observar, por meio dos integrantes do campo social, que está havendo, nas lideranças e grupos vinculados às entidades, etnias e movimentos sociais daquela região o crescimento do nível de maturidade, percepção crítica e domínio de questões que antes não foram compreendidas, ou que sucumbiram ao peso das pressões e das opções políticas daquele contexto histórico, que coincidiu com a organização e mobilizações do Fórum da BR-163. Há, assim, grande esforço para a retomada das mobilizações, das atividades de formação política e também para a construção de redes, o que vai se firmando a partir de agendas mais abertas e plurais, no sentido não só da participação dos filiados ou dos diretamente atingidos por essa ou aquela atividade econômica, mas também da inclusão de outros segmentos de luta e de outras parcelas críticas da sociedade.

#### **4.2 A violência, sob a perspectiva dos violentados**

A violência, categoria de análise e elemento central da pesquisa, por permear todos os processos sociais e econômicos analisados, tem sido identificada de muitas formas e revelada publicamente por agentes e organizações sociais, por segmentos críticos da mídia, pesquisadores e instituições comprometidos com a luta em defesa dos direitos sociais, da natureza e dos povos da Amazônia e, particularmente, do Pará.

Nessa perspectiva de análise dos processos sociais, importante a contextualização trazida por Castro (2017):

O Pará está associado a uma história de violência colonial – coronelista e patrimonialista – relacionada ao território e às tensões sobre populações ali residentes, sobretudo no que diz respeito aos processos de colonização e abertura de grandes eixos rodoviários, desde a Belém-Brasília, nos anos 1960. Conflitos agrários, expropriação de populações tradicionais de suas terras, genocídio indígena, grilagem de terras, chacinas e mortes anunciadas por mandantes e seus pistoleiros, marcam as imagens e tornam a violência uma chave de interpretação da sociedade (CASTRO, 2017, p. 9).

Durante as entrevistas, os agentes do campo social que estão à frente das resistências, definiram, com acurada percepção, a partir de suas próprias vivências, as inúmeras faces da violência perpetrada nas regiões da BR-163 e do Tapajós.

O pároco de Itaituba, militante das causas sociais e, como citado anteriormente, morador no oeste do Pará há quase três décadas, interpreta os diferentes mecanismos de violência impostos aos povos tapajônicos daquela região e identifica que há, de início, a violência

estrutural e institucional, quando o Estado frustra as expectativas de direito de grandes parcelas da população da região, historicamente iludidas quanto à garantia de terra, trabalho, condições dignas de vida e acesso à natureza.

A essa violência, o entrevistado identifica que se soma uma outra, proveniente dos fluxos migratórios. Os que chegaram à região da BR-163 entre 1970 e 1980 não produziram grande desequilíbrio, segundo o entrevistado, porque eram em sua maioria pessoas ‘pobres’ da região Sul, grande parte trabalhadores da usina de Itaipu, que foram indenizados e mudaram para a Amazônia. Durante esse período, afirma que havia cooperação e integração entre os trabalhadores paraenses, nordestinos e sulistas.

Observa, entretanto, o entrevistado que com o crescimento dos fluxos migratórios para a região passou a haver desnível econômico entre os ‘pequenos’ e os ‘grandes’ e surgiu um tipo de violência que, embora não configure como racial, identifica que foi fundada no preconceito e na discriminação, a partir de uma mentalidade que excluía o nativo e o nordestino, entendidos como povos preguiçosos, que não sabiam trabalhar, o que gerou enorme desigualdade econômica e constituiu a base de grandes problemas existentes até hoje e que deram lugar a:

Uma outra violência que é muito forte [que] é a do poder econômico sobre a região. Quem era fazendeiro e madeireiro atuava na ilegalidade, adquiria muito dinheiro, grilava terras e muitas dessas pessoas são hoje políticos, ou têm cargos e exercem influência política. Então, o poder econômico de um grupo fez com que também se tornasse o poder político local. Se você andar por todas essas cidades aí, você vai poder ver quem está no comando das prefeituras. A regra é geral. Pode ser até alguém que nasceu aqui na região, mas quem predomina é quem praticamente força a prefeitura a estar a serviço de um grupo (informação verbal).<sup>48</sup>

Mas a violência também tem outra causa determinante identificada pelo entrevistado, que é a impunidade. Os crimes cometidos são, quando muito, objeto de um boletim de ocorrência, sejam comuns ou assassinatos de trabalhadores dentro das florestas, que ficam por isso mesmo sem investigação, ou os documentos elaborados de forma a não fornecer subsídios a futuros julgamentos:

---

<sup>48</sup> Pároco de Itaituba, em entrevista concedida à autora, em 26.04.2019.

O Estado não apura os casos e a investigação [mesmo quando ocorre] é muito precária. No nível da Polícia Militar é feito um inquérito policial, bastante frágil, e, na hora do julgamento, por falta de provas, ou por medo, porque aí vem o problema da violência em função das ameaças às testemunhas, as pessoas não têm coragem de dizer o que viram, porque outros já foram assassinados. Por isso que, para mim, o problema da continuidade da violência é a impunidade, não porque a polícia não queira, ou talvez não tenha mesmo interesse, mas o certo é que na hora em que é preciso provar que determinada pessoa cometeu aquele crime, em dada circunstância, faltam os elementos básicos para o julgamento... até por medo, por insegurança, por estar muitas vezes [a polícia] refém desse sistema, das pessoas que detêm o controle (informação verbal).<sup>49</sup>

As perseguições aos denunciadores são formas constantes de violência, afirma o entrevistado, porque naquela região ninguém pode ver nem falar sobre nada que não seja do interesse ou da conveniência dos que detêm o poder. Como militante das causas também defendidas, em muitas situações, lado a lado com a irmã Dorothy Stang, ao longo de dez anos, o líder religioso e advogado tem conhecimento sobre muitos casos que implicam em flagrante desrespeito aos direitos humanos e atentam ou eliminam a vida dos insurgentes na região.

Nesse sentido, afirma o entrevistado, se alguém, por exemplo, informa o Ibama ou qualquer órgão público sobre a extração ilegal de madeira, torna-se passível de sofrer atentado ou mesmo desmoralização pública, porque é prática comum rotular essas pessoas como “perigosas”, para que as demais se afastem dela, o que atinge mesmo as atividades mais cotidianas da vida:

Quando veio [para o município de Trairão] o projeto para ensinar as mulheres da associação do PA Areia a costurar, doze mulheres se inscreveram, mas quando os maridos vieram da mata, no segundo dia, só ficaram quatro pessoas: a Domingas, a Osvalinda, o Daniel, que quis aprender a costurar, e mais uma, porque as demais foram pressionadas pelos maridos a largar, já que tinham sido ameaçados de perder o emprego, caso as mulheres continuassem o curso. Então, elas são pobres, iriam aprender a costurar porque tinham tempo e dispunham das máquinas, mas, como a associação não é bem quista pelos madeireiros, os maridos delas foram ameaçados por eles de perder os empregos. Essa é uma violência que está muito presente, que não é diretamente física, mas é uma ameaça psicológica, uma intimidação (informação verbal).<sup>50</sup>

Ao assumir postos-chave nos poderes Executivo e Legislativo dos municípios, grileiros, madeireiros ilegais e outros criminosos usam os poderes que têm para intimidar, mudar as regras do jogo, propor normas que os beneficiem, descumprir a legislação, impedir que

<sup>49</sup> Pároco de Itaituba, em entrevista concedida à autora, em 26.04.2019.

<sup>50</sup> Pároco de Itaituba, em entrevista concedida à autora, em 26.04.2019.

investigações e punições prosperem.

Diante desse complexo quadro, identifica o pároco que vem ocorrendo a disseminação de práticas sociais violentas, por ele denominadas de “violência comum”, com frequentes mortes de pessoas dos mesmos círculos de amizade, o que atribui à banalização da violência como medida de solução para os problemas de uma sociedade que a vivencia e a ela é submetida no seu cotidiano.

A análise acima trata de algo mencionado no primeiro capítulo, a partir de Tavares- dos-Santos e Baumgarten (2005, p. 212), como “fenômenos de violência difusa”, presentes na sociedade contemporânea e resultantes de causas diversas, como a exclusão social, os racismos, a violência ecológica e entre gêneros, grandemente responsáveis pelo dilaceramento da cidadania.

A apropriação ilegal de terras e o uso da violência explícita estão também cada vez mais presentes nas áreas em que a exploração madeireira e a atividade pecuária são proibidas, como as UCs e os projetos de assentamento, assim como ocorre com a extração ilegal de minérios em terras indígenas e nas Flonas, áreas vetadas à mineração. Os conflitos com os povos indígenas são centrais para a análise dos muitos impasses na região, pela frequência e intensidade da violência com que ocorrem na BR-163 e no entorno do rio Tapajós. O genocídio e muitas ilegalidades são praticados em terras indígenas, com uso constante da violência, fraude documental e exploração predatória em áreas historicamente ocupadas por várias etnias indígenas, que lutam em defesa da natureza, de suas terras e culturas.

Oliveira (2016), em pesquisa na BR-163, observa e denuncia o caráter contínuo e avassalador dos crimes contra esses povos, desde a colonização do Brasil, praticados pela “sociedade capitalista europeia primeiro, e nacional/internacional hoje, não [cessando] nunca na história do Brasil. E a Amazônia é seguramente o último reduto das nações indígenas” Oliveira (2016, p. 15). Nesse sentido, afirma o autor, o genocídio histórico dos povos indígenas prossegue por mais de quinhentos anos e marca as histórias de massacres no país. Nas lutas incluem-se as etnias que vivem na bacia do rio Tapajós, como os Kayabi, Munduruku, Apiaká, Rikabatsa.

A violência em relação à atividade minerária, como a interpreta o dirigente do MAM, manifesta-se de diversas formas. Em primeiro lugar, como relata, pela crescente militarização nos ambientes de conflito, por parte da Polícia e do Exército, assim como das empresas de segurança. Como pano de fundo, há o discurso ideológico que estabelece o que é moderno e o que é atrasado, que, neste caso, deve ser abatido, inclusive pelo poder jurídico do Estado.

Quanto às terras indígenas, a definição dos agentes do campo hegemônico vem no

sentido de que sejam transpostos esses limites para tornar possível a mineração, o que constitui violência jurídica e institucional, como afirma o entrevistado. A partir de 2016, avalia o dirigente do MAM, todos foram colocados para fora do grande pacto que é o do Estado democrático de direito, o que representa, na prática, a decisão pelo ‘embranquecimento’ da renda na sociedade brasileira. Há uma fração da sociedade que sempre ganhou e é essa mesma fração que vai continuar ganhando, porque o Estado vai retirando outros mecanismos, com os quais parcelas significativas da sociedade poderiam ser beneficiadas. Esta é uma forma de violência, que, como afirma o entrevistado, é estrutural.

Outra forma de violência, assevera a liderança, é a defesa da propriedade privada por todas as medidas de governo, no Brasil. Cita, ainda, o entrevistado outro elemento da violência, que é o armamento da sociedade, a letalidade, não só por parte da polícia, mas de modo geral, que tende a aumentar, tendo em vista as deliberações do atual governo federal do país. Acerca dos interesses envolvidos na venda de armas, analisa o entrevistado, que estão vinculados aos acordos existentes com as empresas de guerra, porque há uma guerra social que precisa ser levada adiante. As referências do dirigente do MAM remetem, novamente, a Foucault (1999, p. 21-23), anteriormente citado, quando trata sobre a guerra constante, em que o poder político é exercido perpetuamente por relações de força, de caráter repressivo, sob o véu de pretensa paz civil.

Sob o ponto de vista do lugar, o entrevistado afirma que é possível ainda estabelecer outras formas de violência, mais explícitas no atual cenário político do país, desde as eleições presidenciais de 2018:

Na minha avaliação, vamos voltar a patamares dos anos 1980, do ponto de vista dos conflitos por direitos, porque reaparece um tipo de revanchismo contra quem luta, que estava latente, não estava aflorando, e [que se manifesta] agora em um ambiente muito mais restrito de fala, quanto à possibilidade de que o discurso convença juridicamente a autoridade, que esta possa resolver, e, mesmo, que esse discurso ganhe eco na sociedade. Este é um período de muitos cuidados para aqueles que fazem luta política (informação verbal).<sup>51</sup>

Da perspectiva do povo Munduruku do Tapajós, entre as formas de violência estão o desrespeito e a invasão dos territórios indígenas, a falta de demarcação das terras indígenas, os deslocamentos forçados, como expressa a liderança entrevistada:

A violência[...] às vezes basta a gente falar que já sente[...] Quando dizem que vai ter hidrelétrica, ninguém consegue mais pescar, dormir, fazer a horta,

<sup>51</sup> Membro da coordenação nacional do MAM, em entrevista concedida à autora, em 01.06.2019.

porque fica preocupado. Aí já se começa a pensar em fazer reunião, dar um jeito de ir para Brasília, ocupar a área[...] então, ela afeta muito o social, o psicológico, porque a gente fica se perguntando – para onde que eu vou? Para onde vão me jogar, se não querem demarcar a minha terra? São várias perguntas que a gente se faz [...]. Quando o prefeito de Itaituba fala que nós podemos ser removidos é como se fôssemos qualquer bicho e, se for alagar, botam a gente pra outro lugar, mas pra onde, se eles não querem demarcar o território, para onde vão arranjar terra? E, depois, vem outro governo e toma a terra de volta (informação verbal).<sup>52</sup>

De acordo com a entrevistada, embora não tenham ocorrido assassinatos de indígenas recentemente, são muitas as ameaças. Os agressores andam armados e intimidam os índios para que não façam denúncias, avisando que, se descumprirem as ordens, serão mortos. Há várias lideranças – como Maria Leuza, outra liderança das mulheres Munduruku, Ageu Pereira, Chico Caititú e Juarez Munduruku– que estão sendo fortemente ameaçados por terem denunciado garimpos ilegais em terras indígenas. São casos amplamente noticiados por várias entidades e por setores da mídia, assim como do conhecimento da Procuradoria da República no Pará (PR/PA), unidade do MPF no estado.

#### **4.3 Expropriadores e expropriados: lugares de fala e perspectivas inconciliáveis**

Os conflitos sociais são analisados nesta seção a partir das contribuições dos agentes dos três campos – social, político e econômico –, que a respeito de determinadas questões têm visões complementares, enquanto que, em outras, têm perspectivas e interesses absolutamente divergentes, especialmente quando confrontado o que dizem, de um lado, os representantes do campo social e, do outro, os representantes do campo econômico e os que detêm maior poder de decisão no campo político/econômico.

Nesse sentido, as contribuições dos entrevistados foram absorvidas tanto pela via da afirmação quanto da negação dos conflitos, entendida esta como a recusa em tratar e enfrentar as evidências, fatos históricos e consequências das dinâmicas que vêm ocorrendo na região.

A título de exemplificação do que está dito acima, cabe mencionar um flagrante caso de negação dos conflitos sociais, com a desfaçatez de entrevistado do campo político/econômico, no caso, o prefeito de Itaituba. Ao ser questionado acerca dos danos socioambientais e culturais irreversíveis para os povos da região, que seriam causados pelo projeto de construção do

---

<sup>52</sup> Liderança Munduruku, em entrevista concedida à autora em 06.08.2019.

Complexo Hidrelétrico do Tapajós<sup>53</sup>, afirmou o prefeito que “essa história de que tem índio lá, perto das hidrelétricas, é história ‘pra boi dormir’, porque não tinha nenhum índio lá e eles vieram depois que ouviram falar sobre as hidrelétricas, em meia dúzia de aldeias”. Assim, é possível compreender como que as questões étnicas, culturais e das terras indígenas são tratadas na esfera do poder político local, o que confere legitimidade às denúncias e à luta dos povos indígenas do Tapajós e de todos aqueles que delas compartilham, bem como elucida questões em análise no trabalho.

Os dados oficiais, estudos, pesquisas e análises relativos às atividades e setores socioeconômicos objetos da pesquisa, bem como das consequências dos processos neodesenvolvimentistas para os povos e territórios do entorno da rodovia Santarém-Cuiabá, particularmente de Itaituba, constam do próximo capítulo, em que estão detalhados os elementos que demonstram como vêm se dando as dinâmicas da acumulação capitalista nas regiões da BR-163 e do Tapajós. Entende-se que, desse modo, é possível estabelecer paralelos entre as diversas fontes, o que ajuda a compreender o que tem levado à permanência e à exacerbação dos conflitos sociais naquele ‘lugar’.

Vale também reiterar que, embora a pesquisa enfoque o período 2007-2017, foram inseridos ao longo do capítulo alguns fatos mais recentes, quando se evidenciou que a atualização contribuiria para confirmar as expectativas dos agentes participantes da pesquisa, ou para negá-las, auxiliando a análise final do trabalho.

Seguem, assim, relatos e interpretações de fatos e dinâmicas que conformam o painel dos conflitos sociais ligados às temáticas investigadas.

#### 4.3.1 Grilagem de terras para *commodities* e desinvestimento na agricultura familiar: embates gerados pelo agronegócio

O avanço da monocultura da soja deve-se não apenas ao interesse em exportar a produção, mas está também associado a outras cadeias produtivas, como pecuária-soja, madeira-pecuária, ou madeira-pecuária-soja, o que vincula os interesses e investimentos das elites agrárias do eixo da BR-163 com os de grandes empresas e conglomerados transnacionais. São todas essas atividades extensivas e, assim, altamente demandantes de terras, o que potencializa os problemas fundiários históricos da região da BR-163, que não só permanecem sem solução ou,

---

<sup>53</sup> O Complexo Hidrelétrico do Tapajós inclui a construção de duas usinas no rio Tapajós e outras três no rio Jamaxim, para gerar um total de energia de 10.682 MW, até 2020, conforme identifica o Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA) em estudo em que analisa, com outros parceiros, a expansão hidrelétrica nessa bacia. Disponível em: <http://www.ita.br/noticias24>. Acesso em: 20 ago. 2018.

em alguns casos, têm sido objeto de ‘soluções’ fraudulentas, como vem se agravando nas duas primeiras décadas deste século.

Partindo da lógica utilitarista capitalista, que visa à concentração de riquezas, e da racionalidade que move os agentes políticos e econômicos do campo hegemônico do agronegócio transnacional, depara-se, na atual fase da acumulação capitalista, com dinâmicas socioeconômicas que, em Itaituba e na região do Tapajós, vêm fomentando cada vez mais o quadro dos graves conflitos sociais.

Às disputas por terras, à grilagem e à especulação imobiliária, soma-se o desinvestimento do Estado em políticas efetivas para a agricultura familiar e para os projetos de assentamento da reforma agrária. A destinação de terras para a plantação das *commodities* agrícolas, assim como de recursos federais para os grandes produtores, evidenciam o desmonte das outras alternativas produtivas, que não as do grande capital.

Surge, desse modelo, marcadamente colonialista e desenvolvimentista, que se impõe em detrimento dos povos da região, das minorias étnicas e dos trabalhadores, o único caminho possível, o da resistência e da luta. Como reflete Oliveira (2017):

Esse processo contraditório e violento é histórico e parte constitutiva, simultânea, da propriedade privada capitalista da terra – que se faz pela grilagem das terras públicas usurpadas dos povos indígenas, quilombolas e toda a diversidade do campesinato amazônico, representado pelos ribeirinhos, extrativistas, beiradeiros, pescadores, colonos etc. – e da produção do capital para sua reprodução ampliada mundializada. Não se faz, portanto, a favor dos camponeses, dos assalariados rurais e, muito menos, dos peões, quilombolas ou indígenas. Faz-se, isto sim, para as elites latifundiárias do agronegócio e do capitalismo monopolista mundial (OLIVEIRA, 2017, p. xxiii).

Buscou-se, assim, na pesquisa, apreender como as contradições e a violência dos processos ligados ao avanço do agronegócio vêm se dando na região e gerando ou potencializando antigos conflitos, em especial, a partir da perspectiva dos agentes do campo social, que têm protagonizado as resistências.

A presidente do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR)<sup>54</sup> de Itaituba, que atua em assentamentos e em áreas de colonização do município, ressalta que poucos títulos de terra foram entregues desde o início da reforma agrária<sup>55</sup>, o que significa que

<sup>54</sup> A entrevista feita com a Presidente do STTR de Itaituba ocorreu no dia 25.04.2019, na sede do sindicato, naquele município

<sup>55</sup> O Decreto nº 59.456/66 instituiu o primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária. Em 9 de julho de 1970, o Decreto nº 1.110 criou o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), resultado da fusão do Ibra com o Inda. Em 1º de janeiro de 2019, por meio do Decreto nº 9.660, o Incra foi vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento



grande parte dos pequenos agricultores dessas áreas, por não possuir comprovação de propriedade, é lançada à condição de fragilidade nas disputas pela terra e para a obtenção de direitos, como o de ter acesso a financiamentos públicos, a fim de melhorar as condições de trabalho e aumentar a produção. Para além da ineficiência e do descompromisso com políticas antes definidas coletivamente, assim como asseguradas legalmente, tais situações confirmam a prioridade absoluta do Estado na destinação das terras aos grandes produtores.

No contexto das lutas dos trabalhadores, a grilagem de terras é identificada pela dirigente da CPT da BR-163, nos últimos sete anos em que dirige a entidade naquela região, como grande problema em todo o estado do Pará, bem como na região da BR-163. Nos projetos de assentamento, como afirma a entrevistada, “quem tem de fato perfil para beneficiário da reforma agrária acaba não adquirindo a terra, que lhe é devida por direito, e quem não tem esse perfil concentra terras, agregando vários lotes”. Essa situação gera constantes conflitos e muitas “lideranças que defendem o meio ambiente, um modo de vida agroecológico e sustentável nos seus locais de moradia são perseguidas e ameaçadas de morte”.

Os trabalhadores rurais ouvidos na pesquisa, assentados do PA Areia, município de Trairão, relatam o cotidiano dos que vivenciam inúmeros conflitos e ameaças nas áreas dos assentamentos que, embora pertencendo à União, continuam a enfrentar intenso processo de grilagem e violência por parte de madeireiros e fazendeiros.

As resistências do campo social nos PAs são também fortemente protagonizadas por movimentos de mulheres rurais<sup>56</sup>, que atuam juntamente com as associações de agricultores. Ávidos por expropriar ilegalmente os agricultores de suas terras e explorar as riquezas naturais à exaustão, madeireiros e fazendeiros continuam a retirar madeira, ouro e outros metais preciosos, assim como vêm desmatando e preparando a terra, que vem sendo estocada para as futuras negociações visando, entre outras destinações, à plantação da soja, tanto em Itaituba, como em Trairão.

A falta de investimentos do Estado em alternativas que garantam a posse da terra, a pequena produção e o escoamento para os mercados locais, além de outras condições que assegurem, nessas áreas, a dignidade da vida – como a saúde, a escola, o transporte para as crianças –, são também, historicamente, fonte de conflitos sociais na região e constituem práticas de violência perpetradas pelo Estado.

A inviabilização da atividade agrícola de pequena escala leva, muitas vezes, ao abandono dos lotes pelos agricultores, o que, ao mesmo tempo, favorece a grilagem, pois os

---

<sup>56</sup> A entrevista com a liderança do movimento de mulheres e com trabalhador rural, que vivem e atuam em assentamento no município de Trairão, na BR-163, foi feita pela autora, no dia 26.04.2019

grandes produtores exercem enorme pressão sobre essas terras e os trabalhadores que nelas vivem, visando a expandir seus negócios ilegais. Em muitas situações, o processo de expropriação ocorre envolvendo vários lotes, sem que o Estado intervenha no sentido de coibir esses crimes, embora haja grande número de denúncias públicas, inclusive registradas formalmente no MPF, tanto relativas à invasão de terras, como às ameaças de morte e assassinato de trabalhadores rurais engajados nas lutas. É do conhecimento público que os corpos dos trabalhadores assassinados são muitas vezes despejados em cemitérios clandestinos, nas próprias áreas dos assentamentos, o que configura a profunda vulnerabilidade social, ao mesmo tempo em que não cessam a violência e as ameaças.

Nos últimos anos, relata a liderança do movimento de mulheres do PA Areia que, ao invés desse tipo de ação ter arrefecido, o que só seria possível se não houvesse a certeza da impunidade, os grileiros de terras instalados no assentamento em que mora e trabalha estão se articulando para constituir uma associação de fazendeiros. Tal iniciativa, embora ilegal, vem prosperando com o uso da força e da violência. Refere a entrevistada que uma pessoa, conhecida como João do Pariri, está buscando organizar o grupo dos fazendeiros do assentamento, em conluio com o fazendeiro que se autointitula “major”.

Tais ilegalidades e afrontas à vida dos trabalhadores, à natureza e ao direito à terra, mesmo sendo do conhecimento das instituições do Estado – pelas inúmeras denúncias tornadas públicas e protocoladas–, quer em alguns casos pelo desinvestimento na estrutura de trabalho, quer em outros pela ausência do fundamental distanciamento entre os interesses do Estado e os dos fazendeiros e madeireiros, vêm se desdobrando e agravando ao longo do tempo, em total prejuízo dos pequenos produtores, em ambiente de violência explícita.

De acordo com os entrevistados, entre outros, foram denunciados ao MPF os fazendeiros conhecidos como Netão, o filho dele, que tem por nome Alex, e Carlos Augusto da Silva. A propósito do que informam os trabalhadores rurais, referem Torres, Doblaz e Alarcon (2017), tomando como referência pesquisas feitas no PA Areia, desde o início da década de 2000, que:

Em trabalhos também realizados em 2004 (TORRES, 2005a), no Projeto de Assentamento Areia, encontramos uma população aterrorizada, vivendo sob constante ameaça de madeireiros e grileiros. A pessoa mais temida era – e continua sendo – Agostinho ou Augustinho, como é mais conhecido Carlos Augusto da Silva, identificado por todos como aquele que tomava conta das terras de Osmar Alves Ferreira. Hoje, no PA Areia, pouco ou nada se fala de Ferreira que não seja referência ao passado. Diz-se, no assentamento, que ele teria “deixado as terras para Augustinho” (TORRES; DOBLAS; ALARCON, 2017, p. 134).

O pároco da prelazia de Itaituba não apenas confirma os relatos dos trabalhadores rurais do PA Areia como refere que a situação continua sendo a mesma em outros assentamentos, como o PA Ypiranga, em que Elisângela Almeida, então dirigente do Incra, órgão federal legalmente competente para gerir as áreas dos projetos de assentamento, em dado episódio, afrontou o presidente da associação dos trabalhadores desse PA, mandando que fossem retirados todos os trabalhadores da área, porque as terras tinham dono, referindo-se aos fazendeiros lá instalados ilegalmente. Também neste caso foi formalizada denúncia junto ao MPF, para comprovar que o projeto não tem como prosperar frente à ofensiva dos fazendeiros, que contam com o apoio e a conivência do Incra.

Situações como a relatada acima demonstram quão paradoxal vem sendo a atuação do Estado na região e, assegura o pároco, as ameaças ao presidente da associação do PA Ypiranga prosseguem, sendo ele mais um trabalhador sob a proteção do Programa de Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita)<sup>57</sup>. Em meio a toda essa violência, afirma o entrevistado, há muita coisa não investigada e, no meio das matas sob domínio dos madeireiros, muitos corpos de pessoas que foram assassinadas.

Entre outras tantas situações ilegais ocorridas na região envolvendo o Incra, rememora ainda o pároco de Itaituba as que envolvem a prisão, em 2015, do ex-superintendente do órgão em Santarém, no oeste do Pará, Luiz Bacelar Guerreiro Júnior, na Operação Madeira Limpa<sup>58</sup>. Em 2018, outro ex-superintendente do Incra em Santarém, Mário Sérgio da Silva Costa, irmão do deputado Wladimir Costa, virou réu em processo criminal instaurado pela Justiça Federal<sup>59</sup>,

<sup>57</sup> O Programa Federal de Assistência e Proteção a Vítimas e Testemunhas Ameaçadas (Provita) foi instituído por meio da Lei nº 9.807/99 e regulamentou a forma de acesso e a competência concorrente entre União, Estados e Distrito Federal na implementação de Programas de Proteção. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19807.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19807.htm). Acesso em: 10 jun. 2019.

<sup>58</sup> A Operação Madeira Limpa cumpriu nos estados do Pará, Amazonas e Santa Catarina 21 mandados de prisão e 37 mandados de busca e apreensão contra uma quadrilha de comércio ilegal de madeira. A investigação foi feita pelo MPF e pela Polícia Federal (PF) e as prisões e buscas foram autorizadas pela Justiça Federal. Foram presos madeireiros e servidores públicos do Ibama, do Incra, da Semas, da Sefa e da Secretaria de Meio Ambiente do Município de Óbidos. Matéria disponível em: <https://mpf.jusbrasil.com.br/noticias/223815302/madeira-limpa-21-sao-presos-em-tres-estados-em-operacao-contr-o-desmatamento-ilegal?ref=amp>. Acesso em: 20 ago. 2019.

<sup>59</sup> Matéria do MPF sobre o processo instaurado pela Justiça Federal contra Mário Sérgio da Silva Costa está

pelos crimes de prevaricação, peculato, desobediência à decisão judicial, usurpação de função pública e falsidade ideológica.

Os crimes praticados por aqueles agentes governamentais seguem acontecendo, denotando, como observa ele, que há a intensificação da grilagem de terras.

A grilagem de terras, por outro lado, envolve uma série de outros graves problemas, como as disputas entre grupos de grileiros, igualmente do conhecimento público, sem que haja nenhum escrúpulo pelo fato de ocorrerem em terras públicas federais. Referem Torres, Doblas e Alarcon (2017, p. 151) as muitas disputas travadas na Gleba Leite, entre o Grupo Sorriso, de Osmar Ferreira, o “rei do mogno”, e o Grupo de Augustinho, que controlava o acesso a essa área pelo PA Areia. São situações que envolvem assassinatos e toda forma de violência, disputas internas do crime organizado da madeira, controle das áreas dos assentamentos e dos trabalhadores, como se estes fizessem parte de vilas de trabalhadores de grandes empresas, conforme evidenciam os autores.

Afora todos os casos de ilegalidade explícita na apropriação e uso da terra, que estão fora do controle – ou do interesse – do Estado em deter, há também situações que se inserem como ‘legais’, embora em muitos casos a origem das ‘propriedades’ esteja também eivada de ilegalidades e seja fruto de casos de grilagens não resolvidos. Atualmente, conforme mencionado anteriormente, o intenso dinamismo no mercado de terras da região vem se dando sob o controle de poderosos agentes econômicos, para uso imediato das terras, ou para estocagem e especulação, neste caso com vistas a futuras negociações com interessados na plantação de soja, ou na associação desta com a pecuária, perspectiva manifestada por alguns dos entrevistados que vislumbram a posterior consolidação da cadeia carne-grãos nos municípios paraenses da BR-163.

Os autores de “Dono é quem desmata”, como assinala Cunha na apresentação da obra (2017, p. x), aprofundam estudos anteriores acerca do “processo de apropriação ilegal das terras públicas brasileiras, iniciado com vigor no meio do século XIX e em plena continuidade na Amazônia brasileira neste início de século XXI”. Nesse percurso, consideram os autores que prossegue no Brasil o que definem como “legitimação da ilegalidade”. Desse modo, então, como antecipa Cunha, concluem Torres, Doblas e Alarcon que continuam a haver “tramoias para apropriação das terras públicas [que] sofisticam-se cada vez mais”, passando os crimes a ser tomados como irregularidades sanáveis, sem que recaia sobre os responsáveis o peso da lei. Ao analisar a origem das terras da região, que vêm sendo objeto de intensas negociações, o pároco

da prelazia de Itaituba trata também do que define como a “legalização do que é ilegal”. Segundo ele, os grileiros conseguem legalizar as terras da região por meio do “Programa Terra Legal Amazônia<sup>60</sup>”, utilizando documentos falsos. Observa o pároco que a destinação de bens de uso comum da União<sup>61</sup> está expressamente prevista em lei, não podendo haver compra e venda e entrega de título definitivo desses bens para atender interesses privados, muito embora seja corriqueiro o favorecimento de pessoas e grupos privados nesse sentido, que findam por se tornar ‘proprietários’ dos bens.

Malerba<sup>62</sup> (2018), por sua vez, investiga outro período da gestão da política fundiária no Brasil, durante o governo Temer, e, a partir de diversas fontes oficiais, conclui que, em vez de beneficiar os pequenos produtores rurais, o que ocorreu de fato foi “a contrarreforma agrária do governo Temer”, como será aprofundado no tópico 5.2.1.

Sem manifestar preocupação quanto às ilegalidades praticadas nas terras situadas em áreas da União, o prefeito de Itaituba exalta a importância da chegada do grande capital à região e a intensificação da procura por terras, tanto nesse município quanto em Trairão. Afirma o gestor municipal que esse fluxo objetiva inicialmente a especulação, considerando que o hectare de terra no estado de Mato Grosso custa atualmente cerca de R\$20 mil, enquanto que nos municípios paraenses está em torno de dez por cento desse valor. Após a fase de especulação, frente à expectativa da expansão da soja nos municípios do oeste do Pará e considerando a expansão da estrutura portuária em Miritituba, acredita o gestor que a tendência é alvissareira quanto à instalação de grandes empresas e fazendeiros na região, brevemente.

O dirigente do MAM ao levantar a questão da ‘falta’ de terras para a reforma agrária e para a produção agrícola familiar em um país como o Brasil, cujo território tem dimensões

---

<sup>60</sup> O Programa Terra Legal Amazônia foi criado para implementar a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva.

<sup>61</sup> Define o art. 20 da CF de 1988 que são bens da União: I - os que atualmente lhe pertencem e os que lhe vierem a ser atribuídos; II - as terras devolutas indispensáveis à defesa das fronteiras, das fortificações e construções militares, das vias federais de comunicação e à preservação ambiental, definidas em lei; III - os lagos, rios e quaisquer correntes de água em terrenos de seu domínio, ou que banhem mais de um Estado, sirvam de limites com outros países, ou se estendam a território estrangeiro ou dele provenham, bem como os terrenos marginais e as praias fluviais; IV as ilhas fluviais e lacustres nas zonas limítrofes com outros países; as praias marítimas; as ilhas oceânicas e as costeiras, excluídas, destas, as que contenham a sede de Municípios, exceto aquelas áreas afetadas ao serviço público e a unidade ambiental federal, e as referidas no art. 26, II; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 46, de 2005); V - os recursos naturais da plataforma continental e da zona econômica exclusiva; VI - o mar territorial; VII - os terrenos de Marinha e seus acréscidos; VIII - os potenciais de energia hidráulica; IX - os recursos minerais, inclusive os do subsolo; X - as cavidades naturais subterrâneas e os sítios arqueológicos e pré-históricos; XI - as terras tradicionalmente ocupadas pelos índios. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 10 set. 2018.

<sup>62</sup> O artigo referido, de autoria de Juliana Malerba, intitula-se “Reconcentração fundiária será o maior legado da contrarreforma agrária do governo Temer”. Disponível em: <https://fase.org.br/pt/informe-se/artigos/reconcentracao-fundiaria-sera-o-maior-legado-da-contrarreforma-agraria-do-governo-temer/>. Acesso em: 15 jul. 2019.

continentais, analisa as razões pelas quais o agronegócio deixou de se destinar à produção de comida para a população do país e passou a ser uma ‘ideologia’:

Tudo está ligado ao poderio [dos agentes econômicos do setor da produção de *commodities* agrícolas], porque eles têm muito dinheiro e não pagam absolutamente nada sobre as exportações. É por isso que nos privam daquelas propriedades já estabelecidas como fazendas, impedindo que elas sejam desapropriadas para fins de reforma agrária, assim como invadem sistematicamente os territórios indígenas e quilombolas (informação verbal).<sup>63</sup>

Embora a destinação de terras da União e os investimentos na reforma agrária sejam definidos pelo governo federal, a facilitação para o uso das terras municipais por grandes investidores do setor do agronegócio passa também, certamente, por deliberações do poder público municipal.

No eixo da BR-163, vários prefeitos, entre estes o do município de Itaituba, não apenas são facilitadores das dinâmicas que envolvem a produção do agronegócio e o mercado de terras, como eles próprios são agentes econômicos locais ou regionais diretamente interessados no crescimento da produção de *commodities*, por serem pecuaristas, madeireiros e, mais recentemente, empenhados em investir na produção da soja e de outros grãos, no Pará.

Quanto aos poderosos interesses privados, resguardados que são pelo grande guarda-chuva das regulações e mediações públicas estatais, observa-se, mais recentemente, ter entrado em cena outro elemento, que diz respeito ao aguçamento das disputas que agentes político-econômicos do Pará começam a travar com os de Mato Grosso, nos setores ligados ao agronegócio. É como se, antes, os investimentos públicos e privados destinados ao asfaltamento da rodovia, aos portos e às hidrelétricas parecessem bastar para um município e uma região há muito relegados no campo das políticas públicas. A perspectiva dessas obras, no início dos anos 2000, era então comemorada como facilitadora das dinâmicas econômicas locais existentes.

Mais recentemente, entretanto, os discursos apontam para o fato de que os agentes político-econômicos daquela região paraense da BR-163 não querem mais que o estado sirva somente de corredor para a produção matogrossense, além de que os extraordinários resultados obtidos pelo Mato Grosso com as exportações de grãos trouxe o alerta de que é possível aumentar a lucratividade em atividades econômicas já estabelecidas em municípios do Pará, que podem ser combinadas a outras, como a cadeia carne-grãos, ou que podem ter maior incremento com o uso de novas tecnologias.

---

<sup>63</sup> Membro da coordenação nacional do MAM, em entrevista concedida à autora, em 01.06.2019.

Desse modo, percebe-se nos discursos o duplo intento de aumentar a pauta de produtos do agronegócio paraense para exportação a outros estados e a outros países, assim como de obter um maior quinhão da arrecadação tributária, o que não ocorrerá se o Pará servir somente como corredor de exportação. Os relatos da presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Itaituba e do prefeito do município traduzem esse novo momento.

Tratando a respeito da chegada de muitos e novos investidores em terras, no município de Itaituba, e estabelecendo comparação com o mercado de terras no estado do Mato Grosso, diz a presidente do Sindicato dos Produtores Rurais que “sabemos que são muitos investidores até porque o valor da terra aqui ainda está bem aquém do das outras regiões, como as de Mato Grosso”. Quanto à associação entre pecuária e soja, a presidente sindical fala do interesse do setor, que vem discutindo as possibilidades nessa direção e justifica “vejo que aqui nós estamos apenas recebendo grãos, mas pra gente, de dinheiro mesmo, não tem ficado muita coisa, porque os impostos, por exemplo, não ficam aqui, já que a produção vem de Mato Grosso e os impostos são recolhidos lá”.

Ao ser perguntado sobre o interesse do município em investir na combinação pecuária-soja, o prefeito de Itaituba é bastante explícito, tanto na comparação com o estado de Mato Grosso, como na perspectiva de competir no atendimento aos mercados externos:

Quando se começou a plantar grãos no Mato Grosso, o que se falava? Acabou com a pecuária. E, se você verificar, há dez anos atrás, como era a pecuária de Mato Grosso e como é hoje, pode constatar que esse estado é o maior produtor de grãos do mundo. Nenhum país e nenhum outro estado [do Brasil] produz tanto quanto o estado de Mato Grosso[...]. E hoje eles estão engordando o boi de forma diferenciada, porque eles plantam a soja e no mês de março eles já começam a plantar o milho. Aí estão fazendo o confinamento do gado com o grão, porque o milho ainda se considera que está sendo vendido barato para os países desenvolvidos, como é o caso da China. Então, com a saca da soja custando R\$20,00, quando o produtor põe o gado em confinamento, ele passa a ganhar muito dinheiro[...]. Hoje, o maior produtor de suínos está no estado de Mato Grosso. Os maiores confinamentos também estão lá e o gado aumentou, triplicou a quantidade que tinha há dez anos atrás. Então, essa história de que o boi vai diminuir [em função da soja], muito pelo contrário. Isso é muito interessante e, com certeza, daqui a poucos anos nós vamos tratar grãos e vamos dobrar e triplicar nossas propriedades, criando boi, consorciando o boi, a ração, o milho, o capim. Então, o gado não vai diminuir, vai é aumentar, e, no curto prazo, nós vamos plantar grãos aqui em Itaituba, como é o caso de Santarém, que já plantou mais de oitenta mil hectares (informação verbal).<sup>64</sup>

A perspectiva de incremento da produção bovina e da soja, em Itaituba, traz como

---

<sup>64</sup> Prefeito de Itaituba, em entrevista concedida à autora, em 24.04.2019.

consequência a forte especulação no mercado de terras, até o momento vantajoso para investidores, na comparação com o estado de Mato Grosso. De acordo com o prefeito de Itaituba, “um hectare de terra no Mato Grosso está R\$20.000,00 e aqui em Itaituba está entre R\$1.500,00 e R\$2.000,00. Então, muitas pessoas e famílias já estão vindo se instalar e, no futuro, virão comprar grãos aqui na região”. Refere o prefeito que, no município de Trairão, do lado do Jamanxinzinho, há uma grande empresa plantando soja, o que também tem atraído as novas pessoas que estão chegando ao município e comprando terras.

O secretário municipal de infraestrutura de Itaituba confirma a expectativa de que o município será transformado brevemente em polo produtor de soja e o interesse do prefeito municipal:

A soja está chegando e já tem muita gente de olho em produzir aqui no nosso município. Em Itaituba ainda não tem soja, mas a poucos quilômetros daqui temos áreas adequadas com muitas possibilidades de ter grande produção. Os maiores interessados são o nosso prefeito, assim como os fazendeiros daqui de Itaituba, e não tem como eles não entrarem na linha da produção da soja (informação verbal).<sup>65</sup>

A grilagem e o desmatamento das áreas, que tornam mais vantajosas as transações comerciais, são outros aspectos associados às dinâmicas do mercado de terras, cuja perspectiva de grande e rápido crescimento do agronegócio em Itaituba e em outros municípios da BR-163, como Trairão, tornam possível dimensionar o agravamento do quadro hoje já observado quanto às ilegalidades praticadas na apropriação de grandes áreas, no avanço sobre a floresta e as UCs, que produzem pressão e deslocamentos forçados das populações e trabalhadores locais. Trata-se da supremacia do grande capital que chega aos territórios, instala-se e se impõe pelo poder do dinheiro, utilizando-se de mecanismos violentos.

Afirma o agente da Semma, de Itaituba, que a atuação ilegal de madeireiros permanece sendo fonte de constantes conflitos sociais, que continuam a crescer na região, favorecendo a expansão da pecuária e a expectativa quanto às plantações de soja.

A destinação de terras para o agronegócio tende, assim, a prosperar em Itaituba e, mesmo que os produtores locais estejam começando agora a confinar o gado, o que poderia indicar a longo prazo uma redução de áreas para a pecuária, a monocultura da soja, que é atividade altamente demandante de grandes áreas, continuará a promover grande pressão sobre o uso da terra. A tendência da combinação entre pecuária e soja, associada ainda à exploração

---

<sup>65</sup>Secretário municipal de Infraestrutura de Itaituba, em entrevista concedida à autora, em 24.04.2019.



madeiraira, torna, portanto, o cenário da região ainda mais propício ao crescimento dos conflitos sociais ligados à terra.

Por outro lado, a perspectiva de que Itaituba venha a se tornar um município mais próspero na produção de gado e que possa também exportar carne e soja, aproveitando a estrutura portuária disponível e em franca expansão, remete também à pressão para a utilização de novas grandes áreas para esses empreendimentos de infraestrutura, como será analisado mais adiante.

No campo social, vários entrevistados confirmam as novas dinâmicas de avanço da monocultura da soja em Itaituba e nos municípios vizinhos na BR-163, bem como os interesses envolvidos também na repartição dos tributos federais. Conforme a liderança Munduruku entrevistada, “a soja está avançando muito na região, como já se vê em Rurópolis”. Em Trairão, o pároco da prelazia de Itaituba, confirmando os interesses do prefeito do município e do setor da pecuária, analisa o que considera criticamente como sendo a “visão mais sofisticada do novo grupo do agronegócio” que está se firmando nas terras paraenses da BR-163 e que visa também ao rateio das verbas federais, a despeito de todo o mal que será causado à região:

O Pará, por causa da Lei Kandir e de outras, já percebeu que não tem como crescer ao ficar só transportando e embarcando a produção de Mato Grosso. Se não conseguir mudar essa lei, é preciso produzir aqui, porque só então será contabilizada a produção do Pará. Há, então, uma estratégia de avanço da produção de soja nas terras do estado do Pará (informação verbal).<sup>66</sup>

Nesse sentido, acredita o pároco que “a perspectiva é de que esta região será, predominantemente, de monocultura da soja”, o que irá comprometer não apenas o uso das terras planas, mas também os rios e os igarapés que são próximos a essas áreas, devido à grande quantidade de agrotóxicos que é utilizada nas plantações. Embora ainda não haja grandes plantações de soja em Trairão, ele revela que os compradores das terras já estão aterrando os igapós e os igarapés, o que vem se somando aos impactos ambientais na região.

#### 4.3.2 Impactos e conflitos sociais trazidos pela exigência de grandes infraestruturas para escoar commodities

Ao analisar o impacto da estrutura portuária construída no rio Tapajós e dos novos portos que estão em processo de instalação, a liderança Munduruku, ouvida na pesquisa, afirma que estão sendo ‘vendidos’ territórios indígenas, inclusive para fazer o auxílio das barcaças.

---

<sup>66</sup> Pároco da prelazia de Itaituba, em entrevista concedida à autora em 26.04.2019.

Recentemente, em julho de 2019, ressalta que as lideranças indígenas conseguiram cancelar uma audiência pública que trataria sobre um novo porto graneleiro no rio Tapajós. Apesar disso, a empresa portuária continuou o trabalho na área, desrespeitando a decisão da Justiça, sem que tenha sido tomada providência. Questiona, então, a liderança, como isso pode acontecer se não foi autorizada a construção do porto.

Há projeto para construir três portos em frente à aldeia Munduruku, em Itaituba, o que impedirá que os pescadores possam trabalhar também do outro lado do rio Tapajós, já que passariam, ou passarão, a ter empreendimentos portuários dos dois lados. Assim, cada vez mais falta lugar para pescar e, afirma a entrevistada, os peixes estão indo para mais longe. Ocorre que, também nesses lugares mais distantes, existem territórios indígenas que, atualmente, estão sendo invadidos por grileiros especuladores que buscam ouro para garimpar, assim como retiram a madeira, o palmito e tudo o mais que existe na natureza cuja comercialização seja rentável.

Quanto à ferrovia, a Ferrogrão, o povo Munduruku, como expressa a entrevistada, tem posição definida e sabe dos interesses que estão em jogo:

A ferrovia é do interesse dos grandes de Mato Grosso. O prefeito de Itaituba é contra porque não vai trazer nada para ele e para o município. A maioria era a favor, mas quando eles viram que não vinha nada para o município e que foram enganados[...] passaram a lutar contra. Mas eles sempre foram a favor dos grandes empreendimentos, inclusive tentaram usar a gente, do povo Munduruku, para fazer reunião, mas nunca aceitamos participar. O que fizemos foi barrar as audiências públicas, barrar tudo o que vem trazendo desgraça para nós, barramos tudo. Por isso eles dizem que nós somos uma praga no meio do caminho deles, mas a gente vai continuar lutando, principalmente para defender o território [indígena] (informação verbal).<sup>67</sup>

O presidente da Associação de Pescadores de Itaituba<sup>68</sup> – a Z 56 –, com mais de setecentos pescadores filiados – ao analisar, em 2016, o impacto dos portos do Tapajós sobre a atividade pesqueira, os direitos dos trabalhadores da pesca e os impactos sobre a natureza no município, relata que se dizia, desde o início da instalação desses portos, que a Associação dos Terminais Portuários e Estações de Transbordo de Cargas da Bacia Amazônica (Amport), ex- Associação dos Terminais Privados do Rio Tapajós (Atap), estava trazendo benefícios com o melhoramento do aeroporto de Itaituba e com a construção de sistema de água em Miritituba. A questão é que, diz o dirigente da Associação, essas obras não beneficiaram o povo, mas sim

<sup>67</sup> Liderança Munduruku, em entrevista concedida à autora, em 06.08.2019.

<sup>68</sup> O presidente da Associação de Pescadores de Itaituba foi entrevistado pela autora e pela Profa. Dra. Edna Castro em Itaituba, no dia 31.08.2016.

os empregadores das grandes empresas.

Os pescadores de Itaituba, assegura ele, nem sequer foram incluídos entre os impactados, como se não fizessem parte da sociedade do município, porque não são considerados pelo poder público. Porém, diz, é fato notório que a construção dos portos e a quantidade de barcaças que circula no rio Tapajós tiram o espaço de trabalho dos pescadores, que não sabem a quem recorrer, porque embora haja muitas promessas nenhuma providência vem sendo efetivamente tomada.

O cenário da pesca na região, no entendimento do presidente da Associação, tende a piorar muito em função da quantidade de portos projetada para o rio Tapajós, alguns já em processo de licenciamento, além dos que já estão atuando. A perspectiva é que, quando parte desses portos estiver funcionando, ocorrerão graves consequências não apenas para a atividade pesqueira como também para a reprodução das espécies de peixes, o equilíbrio da natureza e para a sobrevivência de todas as categorias de trabalhadores do setor.

A cada ano, informa o entrevistado, vão sumindo mais espécies de peixes, porque os que existem na região são migratórios e sobrevivem em diferentes águas – morna, fria, quente; de corredeiras e de água parada; de águas profundas e de águas rasas. A natureza, como bem diz o pescador, é apropriada para que tudo aconteça em harmonia, mas, a partir do momento em que o homem começa a interferir, passa a haver o descontrole de tudo o que está nela. A previsão é que, no futuro, caso as hidrelétricas também projetadas venham a ser construídas, sumam mais de cinquenta por cento das espécies de peixes do rio Tapajós. Diz o pescador “o homem causa a destruição do homem”.

Ele também menciona aspectos legais que vêm sendo desconsiderados em Itaituba, uma vez que integram a Associação pescadores artesanais<sup>69</sup>, devidamente identificados com carteiras expedidas segundo a legislação federal, sendo a Constituição Brasileira bem clara quando define o direito dessa categoria de pescar em todo o território nacional, excetuando-se as áreas de reservas e as terras indígenas. Apesar da determinação legal, denuncia:

Em Itaituba, mesmo não tendo sequer saído da nossa jurisdição, nós estamos sendo proibidos de pescar. Então, acredito que o Brasil precisa parar de pisar em cima da lei. O rio é patrimônio da União, patrimônio público, é terra de Marinha, não da Marinha, então, é de todos nós, da sociedade. Mas, agora, com as hidrovias, não podemos mais exercer os nossos direitos

---

<sup>69</sup> De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), a pesca artesanal é assim considerada quando praticada diretamente por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar, com meios de produção próprios ou mediante contrato de parceria, desembarcado, podendo utilizar embarcações de pequeno porte. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/509231/001030625.pdf?sequence=1>. Acesso em: 18 ago. 2018.

como cidadãos brasileiros. Aonde existem os portos [no Rio Tapajós] a pesca está vedada [...]. Está sendo, portanto, retirado o direito de ir e vir dos pescadores. (Presidente da Associação de Pescadores de Itaituba, em entrevista concedida à autora e à professora Dra. Edna Castro, em 31.08.2016).

A previsão do dirigente da Associação de Pescadores é que, com a quantidade crescente de barcaças que irá circular no Tapajós, em decorrência da construção de novos portos, seja marcado horário para que elas possam descer o rio. Em meio a essa movimentação, os pescadores terão dificuldade em pescar, porque não haverá como lançar as redes nas águas. Há áreas mais estreitas do Tapajós, como o canal de Santarenzinho, em que, conforme o entrevistado, já houve momentos, no mês de outubro, em que as barcaças não puderam descer. Tudo isso foi, desde o início, amplamente denunciado para a Semas, em muitas reuniões que ocorreram em Miritituba, porém, afirma o presidente da Associação:

Eles nunca deram uma resposta sequer sobre o que foi tratado. Eu estive [naquele período] em reuniões na Atap, mas tomei abuso de ir a essas reuniões e agora os convites estão amontoando em casa. Mas não vou mais, porque falei para eles que só ouvi mentiras e enganação, então, não dá mais para perder tempo com isso. (informação verbal).<sup>70</sup>

As afirmações da representante do Conselho Municipal de Assistência Social<sup>71</sup> do município de Itaituba, ouvida na pesquisa acerca dos portos de Miritituba e dos outros grandes empreendimentos para o transporte de *commodities*, ratificam os relatos anteriores:

Vejo o interesse das empresas em explorar. Um exemplo disso é que essa área verde onde é a praia, aqui no rio Tapajós, era de onde muitos pescadores sobreviviam e hoje eles não têm o direito de se aproximar do porto, [do lugar] de onde eles sobreviviam. Perguntei em uma audiência pública sobre os portos se as empresas, além das terras, tinham comprado as águas do rio também e quanto foi que pagaram por isso, mas eu não obtive resposta [...]. Hoje, até para ir para Santarém os próprios barcos [que fazem esse trajeto] não andam mais pelo lado esquerdo, só pelo lado direito, pois tem uma parte que você não consegue mais passar, porque é proibido, é como se fosse das empresas portuárias, como se elas tivessem comprado as águas. E os peixes, em função de comerem a soja, estão contaminados e apareceram deformações neles. Essa é a situação de Miritituba (informação verbal).<sup>72</sup>

<sup>70</sup> Presidente da Associação de Pescadores de Itaituba, em entrevista concedida à autora e à prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Edna Castro, em 31.08.2016.

<sup>71</sup> A representante do Conselho Municipal de Assistência Social de Itaituba concedeu entrevista à autora no dia 24.04.2019, em Itaituba.

<sup>72</sup> Representante do Conselho Municipal de Assistência Social de Itaituba, em entrevista concedida à autora no dia 24.04.2019.

Quanto aos investimentos na área cultural do município, que a representante do Conselho afirma que foram garantidos pela Amport, inclusive em documento, os resultados não são menos desoladores:

A Amport se comprometeu com a questão cultural, com o Museu Aracy Paraguassu, mas infelizmente eles escrevem uma coisa e agem de outra forma. O documento assinado era só um papel mentiroso. Na verdade, eles não querem fazer nada em relação ao Museu, nem ao acervo arqueológico do município [...]. Os sítios arqueológicos eles [as empresas portuárias] estão tirando todos e destinando para onde eles querem. Mas isso é falta de política em Itaituba [...]. Eles não estão preocupados com a cultura, estão pensando em dinheiro (informação verbal).<sup>73</sup>

O agente público da Semma, órgão municipal, ao responder sobre os portos existentes no município e o controle dos impactos sociais e ambientais, assegura que:

Em Itaituba, sobre os portos, muita coisa foi dita, foi prometida, mas que não se cumpre. Em parte, pelo próprio governo que não cobra de forma veemente o que foi prometido, porque a nossa distância da capital é muito grande e o aparelhamento de lá [da capital], para esse tipo de cobrança e de fiscalização não existe. A capital não quer deixar que o município tome conta dessa parte, porque quando se trata de um grande empreendimento se considera que o município não tem capacidade técnica e estrutural de fazer as cobranças, então, tudo é mantido lá. Se a capital não está tendo [capacidade técnica e estrutural], o município vai ter? E aí o que acontece é que os portos estão sendo construídos (informação verbal).<sup>74</sup>

Outro sério problema levantado pelo entrevistado, em relação à construção dos portos em Miritituba, diz respeito à preservação do patrimônio histórico e cultural do município e dos direitos dos povos da região. Relata o agente da Semma que quando as terras foram compradas pelas empresas portuárias foi por elas providenciada, imediatamente, a limpeza das áreas, contrariando as determinações do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Então, já nesse primeiro momento da chegada das grandes empresas, todo o patrimônio histórico e o acervo indígena existente na região, que era uma região de cacicados, de grupos indígenas que viveram lá ao longo de séculos, foi perdido, e o órgão não teve como fazer o trabalho de resgate cultural.

O dirigente da SEMAS – Núcleo Regional de Itaituba, órgão da esfera estadual,

---

<sup>73</sup> Representante do Conselho Municipal de Assistência Social de Itaituba, em entrevista concedida à autora no dia 24.04.2019.

<sup>74</sup> Agente da Semma, em entrevista concedida à autora, em 23.04.2019.

menciona outro ponto de conflito, relacionado ao embarque da soja nos portos do município:

Há denúncias protocoladas no órgão por moradores de Itaituba de que a soja, ao ser transportada para o embarque nas barcaças solta resíduos que invadem as casas, libera uma fumaça que contamina o ar e os resíduos dos grãos contaminam as águas e os peixes [...]. Mas o órgão não conta com técnicos concursados em Itaituba competentes para efetuar a fiscalização. Há no quadro local somente funcionários contratados pelo período de um ano (informação verbal).<sup>75</sup>

A contaminação das águas e dos peixes do rio Tapajós, por ocasião do embarque da soja nas barcaças, é denunciada também pela liderança Munduruku:

É preocupante porque quando os caminhões chegam para desembarcar a soja [dos caminhões] cai muito pó no rio. A gente nem sabe se já foi feita uma pesquisa da água do rio, para ver essa contaminação, porque eles não repassam os dados. Às vezes dizem que está na SEMAS, que está publicada, mas nunca está e é muito complicado (informação verbal).<sup>76</sup>

#### 4.3.3 “Desenvolvimento” para quem? Enfrentamentos e violação aos direitos dos povos do entorno do Tapajós para a produção de energia

Ao longo de todo o processo de luta contra a construção de barragens na bacia do Tapajós e também nas articulações que o movimento mantém com outras lutas populares e sindicais, de acordo com o dirigente do MAB, constata-se que, apesar da enorme riqueza natural da região, as populações locais não têm usufruído dela, desde os ciclos econômicos do ouro, da borracha e da madeira, assim permanecendo na fase atual, com o *boom* das *commodities* e a construção de grandes barragens para a geração de energia. Ressalta o entrevistado que, até o momento atual, os investimentos feitos na Transamazônica e na BR-163 não trouxeram maiores benefícios para a circulação da produção local e regional, nem para a apropriação de valor pelos povos da região, que deveriam ser os primeiros a ser beneficiados.

Tais constatações remetem, diretamente, às análises de autores do campo crítico quando tratam acerca do neoextrativismo, que caracteriza a atual fase de acumulação capitalista e das economias de enclave (ACOSTA, 2016; GUDYNAS, 2010, 2016; CASTRO; ALONSO; NASCIMENTO, 2016; CASTRO, 2017).

Quanto à participação do MAB nos processos de discussão sobre a construção de

<sup>75</sup> Dirigente da Semas-Nure Itaituba, em entrevista concedida à autora, em 25.04.2019.

<sup>76</sup> Liderança Munduruku, em entrevista concedida à autora, em 06.08.2019.

hidrelétricas no rio Tapajós, afirma o dirigente que, em geral, os membros do movimento não são convidados, à exceção de uma única ocasião, quando os interessados no projeto da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, que criaram o “Diálogos do Tapajós”, estavam estrategicamente convidando todo mundo para participar, com o intuito de criar uma “política da boa vizinhança”. Por terem entendido isso desde o início, diz o dirigente que o MAB decidiu receber os materiais distribuídos, mas não participar de reuniões em que houvesse assinatura de ata ou lista de presença, de modo que isso não fosse utilizado, posteriormente, como se as decisões tivessem sido referendadas pelo movimento.

Outro exemplo de “como as coisas são tratadas por debaixo dos panos”, afirma a liderança, foi a construção do Consórcio Tapajós<sup>77</sup>, porque foram feitas reuniões isoladas com os municípios e, quando as representações sociais foram chamadas, era somente para ter informações das decisões previamente tomadas. Em vista disso, o dirigente do MAB diz que, sob a perspectiva da entidade, o Estado não mantém diálogo com a sociedade e não quer ouvir a opinião pública, o que se evidencia pelo fato de não serem criados canais de comunicação entre as partes.

A dirigente da CPT da BR-163 reitera, em consonância com o dirigente do MAB, que os conflitos sociais começam a ocorrer a partir dos mecanismos antidemocráticos de decisão sobre a construção dos grandes empreendimentos na região, como as hidrelétricas do Tapajós, que desrespeitam direitos e o poder de autodeterminação dos povos da região diretamente atingidos:

Desde o anúncio da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, de acordo com as pesquisas, já houve violação de direitos humanos contra as comunidades tradicionais e os indígenas da etnia Munduruku, das comunidades ribeirinhas e pesqueiras, porque as empresas não os consultaram, assim como o governo também não respeitou a participação do povo nas decisões sobre esse projeto. Daí começaram os enfrentamentos, porque se considera que essa hidrelétrica é um avanço do capital na região e que não era só ela que estava em jogo, mas sim um conjunto de grandes projetos de infraestrutura pensado pelo grande capital e articulado com o governo brasileiro, para a região da BR-163, do sudoeste do Pará e aqui do Médio Tapajós (c).<sup>78</sup>

<sup>77</sup> O Consórcio Tapajós consta como interessada no grupo de transnacionais que participou dos Estudos de Viabilidade da UHE Jatobá, no rio Tapajós, cujos dados foram coletados sem consulta e autorização dos povos indígenas e comunidades tradicionais da região, e, mesmo assim, foram aceitos pela ANEEL, conforme DOU de 02.01.2018. Integram o grupo de interessados na UHE Jatobá: Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte, Construções e Comércio Camargo Corrêa S.A., EDF Consultoria em Projetos de Geração de Energia Ltda., Electricité de France S.A. – EDF, Cemig Geração e Transmissão S.A., Copel Geração e Transmissão S.A., GDF Suez Energy Latin America Participações Ltda., Endesa Brasil S.A., Neoenergia Investimentos S.A. Disponível em: <https://amazonia.org.br/2018/01/aneel-aceita-estudos-de-viabilidade-da-uhe-jatoba/>. Acesso em: 30 abr. 2018

<sup>78</sup> Dirigentes da CPT da BR-163 em entrevista concedida à autora, em 24.04.2019.

O presidente da Associação de Pescadores de Itaituba, ao analisar o que é proposto pelos governantes e empresas como “desenvolvimento” para a região, afirma que “sempre quem paga o preço são os ‘pequenos’, os mais pobres, porque o governo e as grandes empresas querem sempre ganhar, não importando quem está pela frente deles”.

No caso das hidrelétricas, sabe-se que o Brasil precisa produzir mais energia, segundo ele, e também que esses grandes empreendimentos propiciam muitos empregos diretos, porém, diz que “é preciso avaliar os impactos para a sociedade, para os ribeirinhos, os pescadores, para o nosso rio e nossas matas”. Esse custo, diz o presidente da Associação, “nada, nem ninguém, paga, não importando o que o governo vá investir, pois os investimentos nunca chegam para os que mais necessitam”.

Após três ou quatro anos da geração de empregos para a construção de hidrelétricas, afirma o entrevistado com base na experiência que acumulou quando foi construída a hidrelétrica de Tucuruí:

Vem o desemprego, o deslocamento de ribeirinhos de suas comunidades para lugares que eles não conhecem, onde não sabem como trabalhar, o aumento dos roubos e do uso de drogas. Depois vêm as filas nas delegacias de polícia, nos hospitais, o desordenamento na construção de casas. Essas histórias são conhecidas, como em Altamira, em que há pescadores passando fome. Então, os pescadores não são contra o desenvolvimento, mas querem que o desenvolvimento traga benefícios para todos, pois, tanto as hidrelétricas como a grande quantidade de portos que está sendo construída no Tapajós não vão trazer desenvolvimento (informação verbal).<sup>79</sup>.

No entendimento do entrevistado, entretanto, a despeito de todas essas questões, a hidrelétrica de São Luiz do Tapajós terá sua construção adiada até que as empresas resolvam se unir e partir para a execução do projeto, fazendo alusão aos interesses que vinculam o Estado e as grandes empresas do setor de energia, o que trará imenso prejuízo para a natureza, pois os rios e igarapés irão secar, e as ilhas serão destruídas.

Os povos indígenas da região do Tapajós têm enfrentado o governo do país em muitas situações, como ocorreu com a hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, que teve o licenciamento ambiental arquivado pelo IBAMA em 2016. Essa hidrelétrica é um dos muitos empreendimentos de geração de energia previstos para a bacia do Tapajós, na chamada fronteira hidrelétrica<sup>80</sup>, que inclui também outros afluentes do rio Amazonas, para onde estão

<sup>79</sup> Presidente da Associação de Pescadores de Itaituba, em entrevista concedida à autora e à profa. Dra. Edna Castro, em 31.08.2016.

<sup>80</sup> Matéria sobre a “2ª Caravana em Defesa do rio Tapajós faz alerta contra barragens no oeste do Pará” está disponível em: <https://amazoniareal.com.br/2a-caravana-em-defesa-do-rio-tapajos-faz-alerta-contras-barragens->



previstas duas grandes barragens – Jatobá e Chacorão –, além de dezenas de PCHs.

Como parte das estratégias de resistência, de debates e construção de agenda coletiva, foi realizada, em agosto de 2016, a “II Caravana em Defesa do Rio Tapajós”, na cidade de Itaituba, pelo Movimento Tapajós Vivo, que inclui movimentos sociais, povos indígenas e outras organizações sociais dos municípios de Santarém, Itaituba, Jacareacanga e Aveiro. O evento contou com cerca de mil e cem participantes, incluindo também representantes de universidades, do MPF, pesquisadores de várias instituições e da Igreja.

Em junho de 2019, foi realizado, em Santarém, o “Encontro das Águas”<sup>81</sup>, com o tema os “Testemunhos de resistência frente aos saques dos nossos bens naturais”, organizado pelo Movimento Tapajós Vivo, Rede Juruena Vivo, Fórum Teles Pires, Alto e Médio Tapajós, tendo por objetivos o compartilhamento de experiências, a disseminação de informações à sociedade, quanto aos impactos dos empreendimentos hidrelétricos previstos para a região, e a articulação de novas estratégias de defesa dos direitos das populações locais e da natureza.

As investidas dos interessados na construção de hidrelétricas no Tapajós prosseguem, porém, sob o peso de fortes articulações transnacionais. Na esteira dos acontecimentos, que sucedem à suspensão da construção da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, há mais recentemente a tentativa de construir a barragem de Jatobá, no mesmo rio. E, mais uma vez, a resistência dos povos indígenas se faz presente, como se constata na Carta<sup>4982</sup> em que a Associação Indígena Pariri-Munduruku se posiciona firmemente contra os interesses norte-americanos no empreendimento:

---

[no-oeste-do-para/](#). Acesso em: 20 Jan. 2018.

<sup>81</sup> O “Encontro das Águas” foi realizado em parceria com o Ministério Público do Estado, Projeto Saúde e Alegria, Centro de Apoio a projetos e Ações Comunitárias, Grupo de Pesquisa “Direito à cidade e Projeto de Extensão “Espaços Transversais: perspectiva em meio ambiente” da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) e Apoio da Climate and Land Use Alliance (CLUA). Matéria sobre o evento pode ser acessada no endereço: <http://saudeealegria.org.br/redemocoronga/encontro-aguas/>. Acesso em: 28 ago. 2019

<sup>82</sup> A carta da Associação Indígena Pariri- Munduruku está disponível em: <https://www.facebook.com/AIPariri/posts/2259996924300192?tn=K-R>. Acesso em: 28 nov. 2019

Somos uma nação de mais de 15.000 pessoas que vive na bacia do Rio Tapajós desde tempos imemoriais, muito antes deste território ser chamado de Brasil. Desde o tempo de nossos ancestrais, o povo Munduruku sempre tem cuidado deste lugar. Não concordamos com qualquer projeto que venha destruir nossas terras, nossos rios, nosso modo de vida, nossas crenças e nossos lugares sagrados. Ficamos sabendo que a USAID, agência de desenvolvimento do governo dos Estados Unidos, está querendo promover a construção da barragem de Jatobá no Rio Tapajós, através de um programa chamado ‘boas práticas para megaprojetos na Amazônia’, sendo administrado pela AECOM International Development em conjunto com a TNC. Informamos que o povo Munduruku não aceita a hidrelétrica de Jatobá, nem qualquer outra barragem de morte no rio Tapajós. Sabemos dos impactos irreparáveis das barragens sobre o meio ambiente e os povos que moram na região, que vão muito além das áreas alagadas. Já vimos os estragos causados por grandes barragens como Santo Antônio e Jirau no rio Madeira, Belo Monte no rio Xingu e quatro barragens no rio Teles Pires. O que tem de sustentável as hidrelétricas que dizimam os rios, as matas, as espécies de peixes e outros animais, e toda história de um povo? As barragens não têm nada de sustentável social, econômica, ambiental e culturalmente. É uma visão totalmente equivocada e inaceitável de ‘desenvolvimento’ e ‘progresso’. Não existem “boas práticas” da USAID que vão mudar a realidade desse projeto de destruição. Além de outros impactos, a barragem de Jatobá, se construída, vai provocar a destruição de lugares sagrados no rio Tapajós (informação verbal).<sup>83</sup>

Indiferente às reações dos povos da região, dos movimentos sociais, ambientalistas, assim como aos estudos dos impactos socioambientais que serão gerados, caso venham a ser construídas as hidrelétricas previstas no projeto do Complexo Hidrelétrico do Tapajós, o prefeito de Itaituba é taxativo ao afirmar que “o Complexo do Tapajós tem que acontecer, não se tratando de uma questão municipal, mas do país de um modo geral, que está com perspectiva de grande crescimento”.

Questionado a respeito dos conflitos sociais que já vêm ocorrendo e dos que acontecerão em toda a região, inclusive por parte dos povos indígenas, que têm direitos assegurados nas leis do país e em acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, o prefeito de Itaituba, abdicando do dever de ser coerente com os fatos, afirma “que a construção das hidrelétricas projetadas não produzirá desmatamento” e, retomando a resposta do gestor anteriormente mencionada, que “essa história de que tem índio lá, perto das hidrelétricas é .história pra boi dormir, porque não tinha nenhum índio lá e eles vieram depois que ouviram falar sobre as hidrelétricas, em meia dúzia de aldeias”.

Ao ser instigado quanto à deslocalização forçada dos povos da região, consequência inevitável, caso venha a ocorrer a construção das hidrelétricas do Complexo do Tapajós, o prefeito de Itaituba, situando-se no terreno movediço das arbitrariedades praticadas por homens

---

<sup>83</sup> Associação Indígena Pariri- Munduruku, em carta publicada no dia 05.10.2019.

públicos e desconhecendo o quadro de polarização social crescente na região, afirma que:

Não vão ter que ser tiradas muitas vilas de lá e as vilas que vão ser impactadas nós já temos a solução para colocá-las em outro lugar, além de que o governo vai dar a contrapartida para que eles façam as casinhas deles para que vivam do mesmo jeito que hoje. (informação verbal).<sup>84</sup>

#### 4.3.4 “Estamos prontos para a guerra”: pilhagem, ilegalidade e subserviência no modelo brasileiro de mineração em larga escala

Sob a perspectiva do MAM, o dirigente nacional ouvido na pesquisa, ao falar sobre conflitos sociais no Pará, sustenta que no período a que se refere a pesquisa é fundamental tratar sobre as lutas que foram empreendidas pelo MST que, desde o ano 2000, estiveram estreitamente ligadas aos projetos minerários sob a responsabilidade da então Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), hoje, Vale. Desde o início da década de 1990, o MST já travava fortes embates com essa empresa, em toda a região de Parauapebas, devido aos impactos causados pelo Programa Grande Carajás. Os latifúndios em toda a região, afirma o dirigente do MAM, tinham também como objetivo “desmatar a floresta, não só para as madeiras, como para que fosse funcional às siderúrgicas que estavam nos projetos de Marabá, Açailândia e Santa Inês”. As experiências de luta do MST consolidaram uma outra perspectiva, que deu origem à criação do MAM.

Ao analisar as imbricações entre a luta pela terra e as atividades minerárias, afirma o entrevistado que:

Os camponeses fizeram a luta pela terra, mas nos anos 2000 eles se deram conta de que estavam perdendo o território para a indústria da mineração e observaram que era impossível lutar por políticas para os assentamentos no estado [do Pará] a partir da luta contra o Incra, ou contra as estatais. Nasceu, então, uma leitura, uma compreensão importante do MST, de que a Vale era maior do que o estado do Pará e que, como empresa sistêmica, era, portanto, maior do que os instrumentos constitucionais da República. Nesse sentido, constituía o elo mais forte e era preciso bater no elo mais forte, para que ele articulasse os outros elos na resolução dos problemas criados, a partir da lógica de que tínhamos feito a luta pela terra, mas estávamos perdendo a luta pelo território, e tínhamos que, urgentemente, reorganizar esta luta. E a reorganização da luta pelo território pressupunha compreender melhor a dinâmica da indústria da mineração (informação verbal).<sup>85</sup>

---

<sup>84</sup> Prefeito de Itaituba, em entrevista concedida à autora em 24.04.2019).

<sup>85</sup> Dirigente do MAM, em entrevista concedida à autora, no dia 01.06.2019.

A compreensão ampliada das questões em jogo na luta pelos territórios cobiçados para exploração mineral levou o MAM a entender os inúmeros conflitos existentes no país e, em particular, no estado do Pará. Como refere o entrevistado, “a economia de larga escala da mineração mata as outras formas econômicas, bloqueia todas as perspectivas da economia de pequena escala e produz renda altamente concentrada”, que é apropriada por uma “fração muito pequena das pessoas das cidades em que se inserem as atividades de exploração mineral”. A síntese dessa análise consta em publicação de 2017, que no primeiro volume trata sobre a Questão Mineral no Brasil:

A mineração tende a deixar intocadas as estruturas do subdesenvolvimento, sendo que, muitas vezes, até mesmo aprofunda as contradições do subdesenvolvimento. Isso não significa dizer que a mineração leve necessariamente ao subdesenvolvimento, mas sim que a tendência da mineração é reforçar os traços de concentração de renda e exploração próprias do subdesenvolvimento ou, em outras palavras, desenvolve o subdesenvolvimento. A mineração, quando envolvida pela ideologia do livre mercado, não apenas mantém as estruturas subdesenvolvidas como as reproduz. Isso facilita a criação de circuitos econômicos exclusivos e, por isso, excludentes das populações locais, principalmente de grupos de baixa renda e minorias étnicas. Sendo assim, os projetos mineradores têm caráter de classe não só por explorarem o fator trabalho na exploração, comercialização e transporte dos minerais, mas também por excluírem da apropriação do excedente econômico o conjunto das classes sociais não detentoras do capital (ZONTA; TROCATE, 2015, não paginado).

Paralelamente a essa questão, relacionada aos impactos da atividade minerária de grande porte, há outra que justifica o crescimento exponencial da mineração no país e dos conflitos socioambientais no Pará, que está diretamente ligada ao poder de regulação do Estado. Como partícipe do bloco de poder, o Estado vem cada vez mais flexibilizando os direitos da natureza, assim como os direitos sociais e territoriais. São, portanto, poderosos interesses articulados entre as elites econômicas e políticas, envolvendo diferentes setores, atividades e agentes econômicos do país e mundiais, assim como do Estado brasileiro, no mercado da produção e circulação de *commodities* minerais. A privatização dos recursos minerais do país e a financeirização das relações, comerciais e institucionais, são partes integrantes e pilares de sustentação do jogo de poder, em benefício dos dominantes.

Há, portanto, um problema mineral em curso no país que, reflete o dirigente do MAM, é maior do que se poderia imaginar, porque “a mineração atua em bloco [...], produz deslocamento compulsório do território, judicializa as dinâmicas sociais, bloqueia qualquer perspectiva de futuro das regiões em que se estabelece”. E os conflitos gerados pela atividade

minerária “não se restringem aos conflitos territoriais rurais, nos assentamentos da reforma agrária, mas são também conflitos do mundo do trabalho e do consumo”. Por toda essa complexidade, projeta o entrevistado, “a luta contra o modelo de mineração é a luta da próxima década” e a pauta para delimitar esse modelo inclui, necessariamente, “o fim da Lei Kandir, da sonegação de impostos e da evasão de divisas”, inclusive, neste caso, da que se processa legalmente no mercado internacional, pela Vale, tema este que será tratado de forma mais aprofundada no capítulo seguinte.

Sob a perspectiva dos povos e territórios indígenas, os conflitos sociais gerados pela mineração fazem parte de um longo e doloroso histórico no país, que cada vez mais se agrava, frente aos atuais e avassaladores tentáculos da exploração e produção mineral na região do Tapajós.

A liderança Munduruku da aldeia Praia do Índio, de Itaituba, relata os impactos deletérios e incuráveis que o mercúrio vem trazendo para a saúde dos povos indígenas, assim como denuncia o descaso do Estado brasileiro que, ao mesmo tempo que apoia e incentiva a expansão da exploração e da produção mineral na região, inclusive em territórios protegidos por lei, trata com total descaso e se exime das responsabilidades que lhe cabem como promotor de políticas públicas essenciais:

Os brancos entram no território, estão explorando, querem negociar carro, cesta básica, voadeira, gasolina, mas isso tudo está acabando, eles exploram e depois vão embora. Estão ficando ricos em cima dos índios e nós estamos sofrendo dentro do território. Estou pedindo socorro porque estamos vendo nossos filhos se prostituindo, porque não tem mais do que se alimentar, só peixe, porque não tem água para beber, que está toda suja. Que vida é essa? A política pública nem chega dentro do território. A educação, que nós estamos brigando para ter no município e no estado, não está tendo. A gente briga também por uma saúde de boa qualidade, porque é precária. Então, por que liberar o garimpo dentro do território [indígena], se [o Estado] não dá conta nem da educação, nem da saúde? Sabemos que o presidente [referindo-se a Jair Bolsonaro] não gosta da gente e quer que a gente morra mesmo e com esses garimpos vai facilitar mesmo que a gente morra o mais rápido possível; que os indígenas morram com doenças, com o mercúrio, com a violência; que a nossa gente seja morta com tiro, ou com a água mesmo (informação verbal).<sup>86</sup>

Afirma categoricamente a entrevistada, referindo-se à proposta do atual presidente da República<sup>87</sup> de legalizar a atividade minerária em terras indígenas, que “o garimpo está matando

<sup>86</sup> Liderança Munduruku, em entrevista concedida à autora, no dia 06.08.2019.

<sup>87</sup> De acordo com notícia publicada na Revista Exame, em 27.08.2019, intitulada “Bolsonaro volta a defender legalização de garimpos em terras indígenas”, o presidente afirmou, em reunião com os governadores dos estados da Amazônia Legal, que a proposta de legalizar os garimpos em terras indígenas ainda está em análise pelo

a gente e com a legalização vai matar cada vez mais e não é disso que a gente quer sobreviver, a gente quer sobreviver da vida, ainda”. Vários povos e etnias da região do Tapajós têm denunciado constantemente as ilegalidades e participado de vários enfrentamentos contra agentes privados, que invadem os territórios indígenas para explorar minérios, mas nada é resolvido pelo governo brasileiro.

O momento em que é concedida a entrevista ressoa como mais um pedido de socorro e da ‘quase’ desesperança em meio às medidas atuais que agravam o quadro há muito vigente no país, assumindo contornos de um novo ciclo de barbárie genocida contra os povos indígenas da região. Ainda assim, há disposição dos povos indígenas para a luta, das indígenas por seus filhos, que, a despeito do contexto político desumano, ilegal e perverso, escrevem um novo capítulo na história das lutas, que conta com a participação de mulheres guerreiras de várias etnias:

Eu tenho foto de que o rio virou só lama, parece que nós somos porcos que podemos beber aquela água. Nós queremos beber água na nascente do rio, a gente quer proteger a ilha, principalmente as mulheres estão na luta nessa defesa porque não querem ver seus filhos bebendo lama, se prostituindo, morrendo na violência. A gente ainda quer sobreviver da floresta, a gente quer tirar copaíba, mel, para vender e mostrar que estamos aqui e que dependemos ainda da natureza (informação verbal).<sup>88</sup>

As novas tecnologias utilizadas por donos de garimpos, como as retroescavadeiras PCs<sup>89</sup>, denuncia a liderança, têm causado impactos muito sérios e “os índios estão pedindo socorro dentro da Mundurucânia, perto do Crepori, pois era dever do Estado fiscalizar, mas ele não fez a sua parte e perdeu o controle”.

As terras do povo Munduruku na região do Tapajós são altamente cobiçadas pelos grupos transnacionais da mineração, em vista do grande potencial das reservas minerais lá existentes. Por essa razão, compara a entrevistada, “ao falar sobre garimpo mexemos em casa de abelha, porque eles atacam muito a gente. Dizem que somos contra o desenvolvimento e que já vivemos há muito tempo lá nas terras”. Não obstante todos os conflitos já ocorridos e as

---

Ministério das Minas e Energia (MME), pois, segundo afirma “não podemos viver como pobres pisando em terras riquíssimas. [...] Queremos incluir de verdade o índio na nossa sociedade, grande parte deles quer isso aí. Hoje seo garimpo é ilegal, queremos legalizar”. A matéria está disponível no endereço: <https://exame.abril.com.br/brasil/bolsonaro-volta-defender-legalizacao-de-garimpos-em-terras-indigenas/>. Acesso em: 04 out. 2019.

<sup>88</sup> Liderança Munduruku, em entrevista concedida à autora, no dia 06.08.2019.

<sup>89</sup> As PCs são retroescavadeiras hidráulicas, máquinas com poder de destruição várias vezes maior do que os métodos usados anteriormente. Começaram a ser utilizadas na região na última década e são produzidas por grandes empresas, envolvendo um mercado altamente competitivo na venda de maquinário pesado, mundialmente.

muitas denúncias tornadas públicas e formalizadas nas instâncias judiciais, conforme a liderança Munduruku, nunca é resolvido nada e a situação só tende a piorar.

A luta dos povos Munduruku segue, frente às ofensivas atuais, para que haja a legalização de garimpos em terras indígenas, como ocorreu na audiência pública convocada pela Subcomissão Permanente de Mineração, da Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, realizada em Itaituba, no dia 27.09.2019. Embora o desenrolar desses fatos ultrapasse o período objeto da pesquisa, dada a celeridade das dinâmicas e o agravamento das estratégias utilizadas para ampliar o extrativismo mineral no país, em que são desconhecidos direitos consolidados e a legislação do país, entende-se importante mencionar a resposta do povo Munduruku, que resume a que ponto está se chegando após toda a história de lutas na região.

No comunicado, entregue durante a audiência, os Munduruku exigem que seja feita consulta livre, prévia e informada, conforme determinam a Convenção 169 da OIT e a Constituição Federal Brasileira de 1988. Trechos do documento dão o tom do acirramento dos conflitos sociais, que tendem a um nível de agravamento ainda maior nas terras dos povos indígenas do Tapajós, atualmente:

O desgoverno do Brasil não fala pelo povo Munduruku. Bolsonaro, em sua fala na ONU, disse que nós indígenas somos “homens da caverna”. Ele nos define pelo que ele é. Bolsonaro não nos representa e as suas palavras são vazias. Nossas crianças têm mais sabedoria que ele. Reunimos caciques, cacicas, guerreiras, guerreiros, pajés, cantores e professores do nosso povo Munduruku do médio e alto Tapajós e baixo Teles-Pires. Conversamos sobre todos os ataques e ameaças aos povos indígenas no Brasil e nossos territórios e direitos [...] Sabemos que os “daydu” – nome que damos a políticos traidores – estão fazendo leis para acabar com a demarcação de terras indígenas. Querem liberar nossas terras para exploração de minérios, construção de hidrelétricas, ferrogrão, hidrovias [...]. Querem acabar com os povos indígenas, destruindo nossas florestas, rios e locais sagrados. Somos contra o garimpo e mineração em terra indígena. O garimpo está dividindo nosso povo, trazendo novas doenças, contaminando nosso povo com mercúrio, trazendo drogas, bebidas, armas e prostituição. E ganância [...]. Não existe diálogo para destruição. Nós não negociaremos nossas terras e vamos impedir qualquer organização que servem a isso de entrar no Tapajós [...]. Alguns parentes cegos com o brilho do ouro, estão fazendo o jogo sujo dos daydu, e publicamente afirmando que o povo Munduruku é a favor de garimpo e da mineração. Vamos repetir: suas palavras estão cheias de “dapxim” – cheias de ódio e mentira. Esses Munduruku sentados nessas mesas de Brasília com vocês estão doentes. Eles deixaram máquinas de garimpo destruírem nossa terra, e não nos representam, e nem são a maioria [...] Não estamos sendo consultados sobre nenhuma dessas leis e projetos que vocês estão pensando para o Tapajós, que é a nossa casa. [...] Queremos alertar vocês que somos um povo guerreiro. Aprendemos a guerrear com o grande Karodaybi, nos silêncios das madrugada, e por isso, somos chamados por outros povos de formigas de

fogo. Estamos prontos para a guerra que vocês estão travando e queremos avisar que aqui no nosso território na Mundurukânia, ocupada há séculos pelos nossos antepassados, onde por toda parte do Tapajós encontramos pegadas e sinais de Karosakaybu e Muraycoko, ninguém vai entrar para explorar, destruir e transformar tudo em mercadoria e dinheiro. Já passou a hora do Governo cumprir as leis que vocês mesmos escreveram e retirar os invasores das nossas terras. Denunciamos há mais de 20 anos os madeireiros e garimpeiros pariwat e sempre temos que agir sozinhos. Mas não vamos parar e não vamos nos render. Nunca perdemos uma guerra e já cortamos algumas cabeças de inimigos. Será que teremos que voltar a cortar as cabeças dos inimigos? Sabemos como agir, a partir da nossa política e organização tradicional (informação verbal).<sup>90</sup>

A luta dos povos do Tapajós, comunidades ribeirinhas e tradicionais, trabalhadores rurais, povos indígenas da região, segue intensamente a trajetória de embates contra o genocídio e a persistente colonialidade das relações, remetendo novamente à reflexão de Foucault (1999) quando conceitua a “guerra contínua”. Nesse sentido, o comunicado do povo Munduruku, ao mesmo tempo em que traduz toda a iniquidade, ilegalidade e brutalidade das ações do Estado, expressa, tomando emprestadas as palavras do autor, “um discurso sombriamente crítico...também um discurso intensamente mítico, dos amargores [...], mas é também o das mais loucas esperanças” (FOUCAULT, 1999, p. 68).

Na região do município de Trairão, a situação não é diferente. O pároco da prelazia de Itaituba, ao analisar o impacto ambiental e social que as retroescavadeiras PCs vêm causando, trata sobre o desastre ecológico provocado por esse novo estilo de garimpagem, que altera todo o equilíbrio ambiental, tanto nos rios quanto nos córregos e igarapés, na busca desenfreada pelo ouro e outros metais preciosos. Afirma o pároco que, nas lutas em defesa dos rios da região e contra a contaminação, continuam a haver perseguições, inclusive contra religiosos, como o Frei Messias de Souza, franciscano que vive no Alto Tapajós em contato direto com o povo Munduruku, que precisou ser retirado de lá porque havia capangas armados com ordem para matá-lo.

Acerca das acusações das empresas e de setores do governo de que os índios querem trabalhar na mineração, reflete o entrevistado que há indígenas que foram cooptados por grandes empresas mineradoras, porque “é fato que, onde há grandes projetos, há manipulação, como ocorreu também em Belo Monte. Não há dúvida nenhuma que esses grandes projetos têm força, porque manipulam também a comunidade, os vereadores, os comerciantes, a associação comercial [...]”.

As denúncias de contaminação por mercúrio no rio Tapajós, que vem desencadeando

---

<sup>90</sup> Comunicado do povo Munduruku, Mundurukânia, 27 de setembro de 2019, em Itaituba.



muitos conflitos sociais por comprometer a vida e a saúde dos povos ribeirinhos e populações tradicionais do Tapajós, são frequentes em toda a região, e, segundo o pároco, estão comprovadas em estudos, como o que foi realizado pelo médico neurocirurgião Erik Jennings<sup>91</sup>. Afirmo o neurocirurgião, da cidade de Santarém, como ocorreu na audiência pública sobre a mineração do Tapajós, realizada na Câmara dos Deputados em 23.04.2019, que “monitorar populações expostas ao mercúrio é urgência sanitária”, o que vem sendo solicitado pelos pesquisadores há mais de 30 anos, e o Brasil, como signatário da Convenção de Minamata<sup>92</sup>, não tem cumprido os termos do acordo. A tese do pesquisador é que o homem amazônico está mais doente e mais ameaçado do que a floresta e, como existe muito ouro na Amazônia, existe também muito mercúrio no solo.

Há, também, nos conflitos sociais ligados à mineração, outro aspecto observado na pesquisa, que diz respeito às dificuldades para que haja unidade nas lutas entre os diferentes setores envolvidos na atividade garimpeira. Tal questão foi avaliada pelo dirigente do MAM ao tratar a respeito da conscientização dos garimpeiros e do percurso dos embates, exemplificando com Serra Pelada: “o movimento dos garimpeiros é pluriclassista, porque há aqueles que são muito ricos [...] e há os que são muito pobres, e, embora tenham unidade, o nível de desigualdade entre eles e a miséria social de muitos são alarmantes”. Muitos garimpeiros de Serra Pelada, segundo o dirigente do MAM, estavam presos à “ideologia da riqueza e era difícil encontrar pensamento crítico entre eles, naquele momento”.

Embora o contexto histórico e social de Serra Pelada seja outro, cabe registrar que na região do Tapajós observam-se, entre os entrevistados ligados à questão mineral, situações muito díspares, que, certamente, colocam os diferentes agentes minerários em lados opostos.

Como explica o dirigente do Movimento em Defesa da Legalização da Garimpagem Regional do Oeste do Pará, ouvido durante a etapa da pesquisa cumprida em 2016, existe o garimpeiro autônomo, o garimpeiro empresário, porque é dono de garimpo, e o garimpeiro que

---

<sup>91</sup> Matéria sobre os estudos e resultados obtidos pelo neurocirurgião Erik Jennings, que foram apresentados à Comissão de Meio Ambiente da Câmara dos Deputados Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/santarem-regiao/noticia/2019/04/24/monitorar-populacoes-expostas-ao-mercúrio-e-urgencia-sanitaria-diz-medico-santareno-durante-audiencia-publica-em-brasilia.ghtml>. Acesso em: 10 jun. 2019.

<sup>92</sup> Conforme o Ministério do Meio Ambiente (MMA), a Convenção de Minamata sobre Mercúrio tem sua origem nas discussões que ocorreram no âmbito do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, sobre os riscos do uso de mercúrio. A partir da Decisão 25/5 UNEP/GC de 2009, que convocou os governos a elaborar um instrumento legalmente vinculante para o controle do uso de mercúrio, visando a proteger à saúde humana e ao meio ambiente, foi iniciado um processo de negociação global [...]. A referida Convenção foi firmada pela República Federativa do Brasil, em Kumamoto em 10.10.2013. O instrumento de ratificação brasileira foi depositado na sede das Nações Unidas, em Nova York, em 08 de agosto de 2017, entrando em vigor para o Brasil em novembro de 2017[...]. A promulgação da Convenção de 2013 se deu pela publicação do Decreto nº 9.470/2018. Disponível em: <https://www.mma.gov.br/seguranca-quimica/conven%C3%A7%C3%A3o-minamata>. Acesso em: 24 jan. 2019

trabalha em parceria com os donos de garimpos. São, portanto, observa-se, perspectivas diferentes, condições de vida e de autonomia distintas, com maior ou menor nível de sujeição aos que detêm o poder econômico na hierarquia da atividade garimpeira.

Ao mesmo tempo em que é dirigente do Movimento e se apresenta como defensor dos direitos dos garimpeiros tradicionais, assim como de outras categorias de trabalhadores ligadas ao garimpo, como os ‘dragueiros’ e os ‘mateiros’, o entrevistado é também dono de garimpo, favorável à exploração mineral em UCs e em terras indígenas. Nessa condição, o representante da categoria dos garimpeiros personifica o garimpeiro e dono de garimpo que entra em constante conflito com povos indígenas, com comunidades tradicionais e ribeirinhas, assim como com órgãos do Estado responsáveis pelo controle ambiental, não poupando críticas nem enfrentamentos com órgãos como IBAMA e ICMBio.

O entrevistado acusa governantes de todas as esferas – municipal, estadual e federal – de privilegiar os interesses das grandes corporações transnacionais interessadas na construção e na ampliação dos portos, para aumentar a comercialização da soja por Miritituba, com as quais transacionam cifras na casa dos milhões, que beneficiam seus governos. Ocorre que, assegura o dirigente do Movimento, tudo isso se dá em detrimento dos direitos dos garimpeiros da região, que estão há décadas atuando na garimpagem e movimentando 80% da economia da região do Tapajós. Essa região inclui, além de Itaituba, Jacareacanga, Moraes Almeida, Creporizão, Caracol e Trairão, locais em que o garimpeiro estima existir cerca de cento e vinte mil trabalhadores. Apesar do peso da atividade garimpeira na economia da região, afirma o entrevistado, não há investimento por parte do Estado para que haja a legalização dos garimpos.

O dirigente do Movimento de Defesa da Legalização da Garimpagem Regional refere os muitos embates travados em reuniões realizadas em Brasília, assim como em Itaituba, quando o então Secretário de Meio Ambiente do Pará esteve em Itaituba<sup>93</sup> para discutir os termos do Decreto nº 714/2013, que visava, segundo o governo de Simão Jatene, à regularização da atividade garimpeira no rio Tapajós, considerando o “severo impacto ambiental causado no leito do rio Tapajós” e proibia a utilização de dragas e pás carregadeiras. Refere, então, o entrevistado que a economia gerada pela atividade garimpeira foi engessada por medidas como essa, assim como pela criação das Flonas, Parques e Reservas, “de forma que não se pode trabalhar”.

O entrevistado trata também sobre os muitos conflitos decorrentes da sobreposição da APA do Tapajós na área antes estabelecida para a Reserva Garimpeira. Nesse sentido, afirma

---

<sup>93</sup> Matéria sobre a reunião foi publicada no dia 03.05.2013, estando disponível na página da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade no endereço <https://www.semas.pa.gov.br/2013/05/03/9395/>. Acesso em: 18 nov. 2018.

veementemente que “contestamos e repudiamos as medidas tomadas contra o garimpo nas flonas, que estão dentro da reserva garimpeira”.

Quanto à relação entre os garimpeiros/donos de garimpo regionais com as mineradoras transnacionais, o entrevistado exemplifica a seriedade dos conflitos agudizados com a chegada do grupo Brazauro Recursos Minerais S/A<sup>94</sup>, que se instalou na localidade de Tocantinszinho, em Itaituba, região que abrigava centenas de garimpeiros tradicionais, impondo-se e desconhecendo os direitos de todos os trabalhadores que estavam lá há décadas e, ainda, propondo a eles negociações com valores aviltantes.

Acusa o dirigente do Movimento que a estrada que foi aberta, do Creporizão para o Tocantins, cujo objetivo seria o de beneficiar os garimpeiros de Água Branca, Tocantins, Tocantinszinho e Moraes Almeida, foi tomada pela empresa Brazauro, gerando revolta. Então, diz ele, isso está um barril de pólvora e o fato é que “quando começaram os interesses internacionais na Amazônia, aí acabou para nós”.

Em outro polo da questão garimpeira, que reúne em um mesmo agente a condição de dono de garimpo e de gestor municipal, o prefeito de Itaituba nega os muitos conflitos sociais na relação entre a garimpagem tradicional e os grupos transnacionais instalados no município. Ele afirma, peremptoriamente, que os “donos de garimpos são parceiros dos garimpeiros, que ficam com uma porcentagem do ouro que é retirado, sem que haja nenhum conflito”. Além do mais, argumenta o prefeito:

O ouro do garimpeiro é diferente do ouro das grandes mineradoras, que exploram até quarenta ou cinquenta metros de profundidade, enquanto que o garimpeiro só retira o ouro que está até cinco ou seis metros de profundidade. Então, não tem nada a ver uma coisa com a outra (informação verbal).<sup>95</sup>

Segundo o gestor municipal, a instalação das empresas transnacionais é muito bem-vinda, porque vai gerar muitos empregos e uma arrecadação maior, via CFEM, e, assim, a Prefeitura fará tudo o que estiver ao seu alcance para ajudar a instalação dessas grandes mineradoras, em Itaituba. Especificamente sobre a Brazauro, afirma textualmente o prefeito, desconhecendo as inúmeras denúncias, estudos e relatórios técnicos que comprovam os impactos sociais e ambientais decorrentes dos processos de exploração mineral no rio Tapajós:

<sup>94</sup> A Eldorado adquiriu a Brazauro Resources e o Projeto Tocantinszinho em 2010. Informação disponível em: <https://www.eldorado.com/assets/operations-and-projects/south-america/projects/tocantinszinho/default.aspx>. Acesso em: 25 abril. 2019

<sup>95</sup> Prefeito de Itaituba, em entrevista concedida à autora em 24.04.2019.

Estamos pedindo a Deus que venha a hora, a data em que vai inaugurar a Brazauro, que vai gerar 1500 empregos diretos, vai comprar peças no mercado, pneus, os empregados vão comprar camisas, ou seja o dinheiro vai girar muito na região. Onde a empresa Brazauro vai trabalhar é onde o garimpeiro já trabalhou, que tirou a capa do latrau e a empresa, assim como a Serabi, trabalha a 200 metros de profundidade. Para você ter uma ideia, o campo de aviação da Serabi, por baixo é a mina deles, onde estão trabalhando, e não tem nenhum impacto ambiental. Isso traz é mais empregos para o garimpeiro, que vai continuar trabalhando e vai funcionar, então não tem conflito (informação verbal).<sup>96</sup>

Entre os que negam os conflitos sociais, encontra-se também o presidente da Anoro<sup>97</sup>, integrante do campo econômico que articula os interesses da mineração do Tapajós em vários níveis de poder e escalas<sup>98</sup>, participando, inclusive, dos bastidores das negociações que envolvem a regulamentação da atividade minerária do país no Congresso Nacional.

Ao ser questionado em relação à existência de conflitos na convivência entre garimpeiros tradicionais, donos de garimpo locais e grandes empresas minerárias nacionais e transnacionais, o presidente da Anoro é enfático ao dizer que não existem conflitos nessa relação, porque “a empresa de mineração não chega botando a espada no pescoço do garimpeiro, se não se dá mal, pois, quando o garimpeiro diz ‘na minha pista você nem pausa’, acabou. E a empresa não quer isso”. Afirmo que, por estar dos dois lados, porque tem empresa de mineração e já atuou como garimpeiro, conhece profundamente a situação e que “a empresa quer que o garimpeiro se mantenha no ouro garimpável, que responda pelo dano ambiental que causa e que, ao terminar a sua lavra, desocupe a área”.

Não obstante as afirmações acima, o entrevistado relata grandes impasses e conflitos existentes que ocorrem, inclusive e de forma crucial, pelas fragilidades históricas da legislação mineral. Trata-se, portanto, segundo o presidente da Anoro, de confrontos que se dão em outro nível e envolvendo muitos outros atores. Na análise sobre o tema, o entrevistado faz referência, a todo instante, a contextos de muitas ilegalidades, com fortes repercussões no mercado internacional do ouro, sob o comando de agentes estatais que, por desconhecimento ou para privilegiar interesses maiores, não dirimiram conflitos que chegam constantemente às esferas

<sup>96</sup> Prefeito de Itaituba, em entrevista concedida à autora em 24.04.2019.

<sup>97</sup> Consta que o entrevistado foi alvo e está em processo de defesa quanto às acusações da Operação Levigação deflagrada pela Polícia Federal, com o apoio do MPF, em setembro de 2018, com o objetivo de reprimir transações ilegais com ouro de origem clandestina, assim como em outras acusações também formalizadas. As informações podem ser obtidas em: <https://oimpacto.com.br/2018/09/27/empresa-de-candidato-suplente-de-flexa-ribeiro-e-alvo-de-investigacao-da-pf-em-itaituba/>.

<sup>98</sup> Quanto à Operação Levigação, as informações estão disponíveis no site da Polícia Federal: <http://www.pf.gov.br/agencia/noticias/2018/09/operacao-levigacao-combate-201clavagem201d-de-ouro-clandestino-no-para>. Acesso em: 18 nov. 2018

judiciais e às altas instâncias políticas do país.

Outro aspecto relevante para que ocorram conflitos deve-se, assevera ele, à atuação ineficaz e morosa do Estado brasileiro, que deixa os garimpeiros “de mãos atadas”. Os mecanismos institucionais e políticos, de que os órgãos estatais federais têm se utilizado em diferentes momentos, levam à ausência de eficácia na solução para os garimpeiros da região do Tapajós, como exemplifica:

De 1989 até 2018, ingressaram somente na Província do Tapajós 48.530 processos de requerimento de permissão de lavra garimpeira. O garimpo foi empurrado para essa condição, em que virou ilegal do dia para a noite. Os garimpeiros que tinham suas propriedades, que desenvolviam seus negócios, que tinham aberto suas pistas e tinham seus aviões, começaram a requerer o território deles (informação verbal).<sup>99</sup>

Quanto às muitas controvérsias, reuniões, negociações para resolver os impasses e conflitos relativos à exploração mineral no Tapajós, assim como aos impactos ambientais e ao controle ambiental, em desacordo com o que diz o dirigente do Movimento de Defesa da Legalização da Garimpagem Regional do Oeste do Pará, o presidente da Anoro fala de avanços na legislação ambiental no Pará, durante o governo de Simão Jatene, embora reconhecendo que:

O desmando e a desorientação são tão grandes nessa região... em vez de o governo vir aqui entender, trazer o garimpeiro para a legalidade, ele prende o garimpeiro e a Polícia Federal manda descer o ouro porque não tem a Permissão de Lavra Garimpeira (PLG). Mas ninguém fala que foi dada entrada em 48.500 processos e que só saíram 2.026 PLGs. Ninguém fala essa verdade, mas a Polícia Federal chega, prende, bate e tudo o mais. Dizem que só se pode comprar ouro em empresa autorizada pelo Banco Central. Mas se você sair aí vai contar, aproximadamente, entre dezoito e vinte e duas compras de ouro, sendo que, dessas, apenas quatro ou cinco têm autorização – e as que têm autorização estão fechando as portas, como é o meu caso (informação verbal).<sup>100</sup>

Quanto à exploração mineral em terras indígenas, outra causa de constantes conflitos no entorno do Tapajós, o dirigente da Anoro manifesta-se totalmente favorável a que os índios possam explorar as reservas minerais que existem nas terras deles e, além das divergências com as determinações tomadas pelos povos da região, acusa o Estado, assim como as organizações internacionais ambientais, de criarem os impedimentos que levam aos problemas que, ao ver dele, comprometem o desenvolvimento da região:

<sup>99</sup> Presidente da Anoro, em entrevista concedida à autora, em 23.04.2019.

<sup>100</sup> Presidente da Anoro, em entrevista concedida à autora, em 23.04.2019.

O branco está entrando, contaminando as terras deles [indígenas], tirando as riquezas e eles estão ficando só com o troco. Legalmente, o índio pode [explorar as reservas minerais], mas a Funai, o Ibama e o ICMBio nunca querem que isso aconteça. Do governo Sarney para a frente nós tivemos um aparelhamento e um fortalecimento de organizações internacionais que, sob a bandeira ambiental e social, começam a criar grillhões e travas ao desenvolvimento do setor florestal, agropecuário e principalmente mineral (informação verbal).<sup>101</sup> b

Quanto aos inúmeros problemas de saúde criados pela contaminação com o mercúrio, o entrevistado fala de atenuantes possíveis e dos interesses envolvidos no mercado desse produto, além de se contrapor às definições governamentais:

Eu sou convicto que a questão do mercúrio é uma questão de educação e tento a cada dia pregar isto[...]. Se você souber ensinar a usar o mercúrio de forma correta, você reduz em 96% a contaminação [...]. É preciso ensinar o garimpeiro a usar corretamente, a não colocar o mercúrio em contato com os cursos d'água [...]. Por isso, na minha avaliação, é importante ensinar e sensibilizar. Sensibilizar [inclusive] no bolso, pois um dia desses o quilo de mercúrio estava valendo, por conta do contrabando, entre R\$1.100 e R\$1.200, quando usualmente o quilo custaria entre R\$300,00 e R\$400,00, no máximo. Os vendedores de mercúrio não querem que a gente ensine, [porque] os garimpeiros são os compradores de mercúrio. Até que nós conseguimos discutir isso em nível nacional, permitir que haja licença ambiental para uso de mercúrio. Agora o governo brasileiro retrocedeu de novo, está usando outro protocolo. Aí vem o contrabando. O problema é que a floresta se contamina [...]. Ao contrário do que muita gente pensa, o garimpeiro é receptivo a esse tipo de ensinamento porque ele vai deixar de gastar dinheiro (informação verbal).<sup>102</sup>

A dirigente da Unidade Avançada da ANM/Pará, em Itaituba, órgão da esfera federal cuja circunscrição abrange seis municípios – Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão – e contempla dois tipos de regime, a PLG<sup>103</sup> e o Registro de Licenciamento, centra a análise dos conflitos a partir da questão mineral na região e da atuação dos diferentes agentes sociais envolvidos.

<sup>101</sup> Presidente da Anoro, em entrevista concedida à autora, em 23.04.2019.

<sup>102</sup> Presidente da Anoro, em entrevista concedida à autora, em 23.04.2019.

<sup>103</sup> De acordo com a ANM, a “lavra garimpeira é um regime de extração de substâncias minerais com aproveitamento imediato do jazimento mineral que, por sua natureza, sobretudo seu pequeno volume e a distribuição irregular do bem mineral, não justificam, muitas vezes, investimento em trabalhos de pesquisa, tornando-se, assim, a lavra garimpeira a mais indicada. São considerados como minerais garimpáveis o ouro, diamante, cassiterita, columbita, tantalita, volframita, nas formas aluvionar, eluvional e coluvial, scheelita, demais gemas, rutilo, quartzo, berilo, moscovita, espodumênio, lepidolita, feldspato, mica e outros tipos de ocorrência que vierem a ser indicados a critério da ANM. A criação ou ampliação de áreas de garimpagem fica condicionada à prévia licença do órgão ambiental competente, e não poderá abranger terras indígenas. A PLG só pode ser requerida por brasileiros, pessoa física, cooperativa de garimpeiros ou firma individual. Informação disponível na página da ANM: <http://outorga.dnpm.gov.br/SitePages/Regimes%20PLG.aspx#G1>. Acesso em: 18 fev. 2019

De início, no tocante à peculiaridade de a região ser formada por um conjunto de UCs, em que, via de regra, não é permitida a atividade minerária, afirma a dirigente da ANM:

O que acontece é que a instalação dos garimpos nesta região data da década de 1950, bem antes de se criar o instituto da PLG e bem antes de serem criadas as UCs. O que se percebe é que, quando essas Unidades foram criadas, não se tratou de um plano B para acomodar todas as pessoas e comunidades garimpeiras que já estavam aqui instaladas e que têm como sobrevivência a extração do ouro, que é também o que faz girar a economia desta região (informação verbal).<sup>104</sup>

Nesse sentido, a entrevistada trata das diferentes e crescentes ilegalidades na região, que serão detalhadas no próximo capítulo, mas que, em síntese, incluem: a exploração mineral em várias UCs e nas terras dos povos indígenas tapajônicos, como os Munduruku; os conflitos gerados pela sobreposição entre a Reserva Garimpeira e a APA do Tapajós, onde há pequenas, médias e grandes empresas instaladas; os conflitos entre indígenas, nas situações em que parcelas desses povos, contrariando as definições de suas etnias, aceitam a exploração e trabalham nos garimpos; a queima de equipamentos de garimpeiros que atuam na ilegalidade, que provoca muitos embates; as inúmeras empresas que atuam na exploração mineral sem que tenham se habilitado previamente e obtido a devida permissão do Estado, causando grandes impactos em vários territórios; os litígios entre exploradores do subsolo e os superficiários, sendo ambos, em geral, agentes ligados à exploração mineral; a falta de articulação entre as instituições do Estado; a utilização, cada vez mais frequente, de maquinários de ponta, como as PCs, que fazem extrações profundas.

No âmbito da gestão municipal, um dos representantes da Semma ouvido na pesquisa, levanta, do mesmo modo, diferentes aspectos da atividade minerária causadores de conflitos sociais que ocorrem tanto em Itaituba como no entorno do município. O entrevistado ressalta inicialmente os conflitos entre os superficiários e os que detêm o direito de explorar o subsolo. Informa o agente que as grandes mineradoras estão invadindo os solos e fazendo ceder as terras, tanto de pequenos agricultores quanto de pecuaristas.

Quanto à legalidade da atividade minerária na região, afirma o agente da Semma haver a pulverização de garimpos ilegais em muitas áreas do município, assim como a ilegalidade configurada pelos inúmeros casos dos que atuam sem o licenciamento prévio, estando incluídos nesta situação tanto os pequenos garimpos como as grandes empresas de mineração. Ao

---

<sup>104</sup> Responsável pela unidade avançada da ANM em Itaituba, em entrevista concedida à autora, no dia 23.04.2019.

atuarem à margem da lei e em afronta à regulamentação dos órgãos responsáveis pelo controle ambiental, são gerados grandes impactos socioambientais, inclusive os que decorrem da lavagem do ouro nos rios, que contamina as águas, os peixes e toda a vida ao redor. Em muitos casos, informa o entrevistado, ocorrem confrontos devido à queima de equipamentos utilizados em áreas de garimpagem ilegal. O desmatamento ilegal em UCs, provocado pela exploração garimpeira, é outra causa frequente de conflitos na região, assim como em terras indígenas, havendo uma sucessão de embates entre garimpeiros e várias etnias indígenas da região do Tapajós. Refere também o agente da Semma que há pequenos grupos indígenas que cedem aos donos de garimpos, contrariando as determinações de seus povos, e isto causa duplo conflito. Sobre esta situação, exemplifica o entrevistado:

Na região do rio Tapajós, próximo à Mamãe Anã<sup>105</sup>, há uma região mineralizada e indígenas do outro lado, e isso gera conflitos [...]. Há a comunidade do Penedo, logo em seguida uma comunidade garimpeira branca e, mais acima, as comunidades indígenas de Terra Preta e Jutai. Então, surgem conflitos indígenas nessa região porque muitos índios querem trabalhar [no garimpo], mas a política indigenista que o Brasil adota desde a fundação impede eles que façam isso[...]. Tivemos um problema muito grande próximo de Jacareacanga, na região do Rio Novo e do Rio das Tropas, justamente porque um grupo de indígenas garimpeiros estava trabalhando e, no entendimento deles, a legislação indigenista os desobriga de outras legislações [...]. Houve inclusive assassinatos entre membros da tribo, além da expulsão de comunidades (informação verbal).<sup>106</sup>

No painel traçado acima, a partir das contribuições trazidas pelos agentes dos campos social, econômico e político/institucional, são levantadas questões e conflitos sociais que vêm ocorrendo na região do Tapajós, alguns constatados historicamente e outros profundamente agravados no atual momento em que se acelera a exploração mineral predatória na Amazônia, que reúne todas as características dos processos neoextrativistas em curso mundialmente.

A negação categórica por parte do dirigente municipal quanto à existência dos conflitos sociais e dos impactos socioambientais na região, ampla e historicamente comprovados em dados oficiais, estudos e pesquisas, e, neste trabalho, ratificados pela maioria dos entrevistados que vivencia a conflituosa realidade regional, é reveladora dos interesses em jogo e do quanto que não se vislumbram alternativas, senão pela capacidade de organização, resistência e luta

<sup>105</sup> A vila Mamãe Anã está situada nas porções sudeste e sudoeste dos estados do Amazonas e do Pará, respectivamente. O mapeamento geológico da região está disponível em: [http://ww.cprm.gov.br/publique/media/geologia\\_basica/plgb/mamae/mamae\\_resumo.pdf](http://ww.cprm.gov.br/publique/media/geologia_basica/plgb/mamae/mamae_resumo.pdf). Acesso em: 28 jun. 2019.

<sup>106</sup> Agente da SEMMA, em entrevista concedida à autora, em 23.04.2019.



contra-hegemônicas, para deter a escalada do saque à natureza e dos conflitos sociais. Os aspectos que se vinculam ao mercado das *commodities* minerais, aos jogos de poder e aos impasses estão mais bem detalhados no próximo capítulo.

#### 4.3.5 O ‘efeito derrame’ dos grandes empreendimentos na vida da cidade e sua percepção pelos agentes locais

As profundas transformações provocadas na cidade de Itaituba, pela intensificação das atividades econômicas objeto desta pesquisa, são aqui tratadas a partir dos relatos e denúncias dos entrevistados. Embora não sendo foco específico do trabalho discutir as questões urbanas que decorrem dos processos econômicos ligados ao agronegócio, às grandes obras de infraestrutura e às atividades minerárias, que, em geral, exercem grandes impactos sociais e ambientais nas áreas rurais, há o que poderíamos chamar, parafraseando Gudynas (2016), de ‘efeito derrame’ dessas atividades para as zonas urbanas dos municípios que estão no entorno dos megaempreendimentos e/ou dos locais mais visados pelas investidas do grande capital.

Assim sendo, os agentes do campo social relatam, com extrema acuidade, a percepção que têm acerca das transformações ocorridas em Itaituba no período investigado, que continuam a ‘se derramar’ nos dias atuais, reproduzindo vários tipos de desequilíbrio, que são também fontes de constantes conflitos na cidade.

O dirigente do MAB, movimento que tem trabalhado com a juventude da região, expõe a grande preocupação com crimes e outras situações, que antes não aconteciam no município e que se tornaram frequentes:

Falando sobre Itaituba, antes não havia assalto de rua e agora tem até explosão de caixa eletrônico. Não é a meninada daqui, que não tem nem a capacidade de fazer isso. De 2013 a 2017, houve uma intensificação desses casos por causa da divulgação da barragem [hidrelétrica de São Luiz do Tapajós]. Houve um inchaço populacional, o que se percebia em todo lugar, inclusive pelas disputas de vagas nas filas dos postos de saúde (informação verbal).<sup>107</sup>

Embora o licenciamento para a construção da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós tenha sido arquivado, a expectativa desse grande empreendimento acionou uma série de investidas de pequenos e médios empresários, de vários ramos de atividade, que se dirigiram para Itaituba, interessados inclusive na compra de terrenos urbanos. A movimentação de pessoas de fora e a maior quantidade de dinheiro em circulação na cidade, porém, fizeram com que crescessem não

---

<sup>107</sup> Dirigente do MAB, em entrevista concedida à autora em 27.04.2019.

apenas as atividades legais como as ilegais, segundo relata o representante do MAB:

Tem agora aqui dois grandes projetos imobiliários, que são o Juruti e o Campo Belo, cujas enormes áreas foram adquiridas naquele momento. Vieram outros para sondar melhor a localização de comércio, pontos de prostituição e de droga, inclusive com a chegada de facções [do crime organizado] na região, que antes não existiam de forma permanente, só de passagem, porque aqui também é um corredor de passagem de droga. Agora eles tomaram conta do território, pegaram a meninada que traficava e começaram a executar, a eliminar (informação verbal).<sup>108</sup>

De acordo com o dirigente do MAB, o inchaço populacional, desde aquele período, gerou problemas na saúde, na educação, no trânsito, no custo da moradia, o que significa também o deslocamento dos moradores da cidade para outros lugares em que não há nenhuma infraestrutura urbana, sem que os agentes públicos tomem as medidas necessárias para solucionar os problemas:

De 2013 para trás quem pagava um aluguel de R\$500,00, que era caro, tinha uma casa boa, no centro da cidade. Depois de 2013 o aluguel de R\$400,00 a R\$500,00 passou a ser de uma casa de dois cômodos e um banheiro. Depois que os ‘caras’ vão embora, os donos das casas não abaixam mais os aluguéis, ou concordam só com uma redução bem pequena, então isso fica para sempre. Os mais pobres são retirados dos melhores lugares, entram os que têm melhor condição financeira e isso permanece. Então, esse impacto ele existe. Outro processo que acho importante relatar, e que se os vereadores e o prefeito perceberam fecharam os olhos e taparam os ouvidos, é que entre 2015 e 2016 houve um processo de doze ocupações em áreas urbanas [em Itaituba], que não eram de vinte ou quarenta famílias, mas de duzentas famílias (informação verbal).<sup>109</sup>

A dirigente da CPT da BR-163 é enfática ao falar sobre o ‘derrame’ de problemas que decorrem dos novos fluxos de pessoas, capitais e interesses relacionados àquelas atividades econômicas em Itaituba. Em relação aos impactos sociais dos megaempreendimentos de infraestrutura, além de mencionar o grande número de acidentes provocados pelo intenso fluxo de carretas na rodovia BR-163, a entrevistada ressalta, em relação aos portos construídos em Miritituba, assim como a respeito da região do km 30, que:

Percebemos que as populações do KM 30 e de Miritituba não têm nenhuma infraestrutura para receber esses empreendimentos, assim como não há a contrapartida desses empreendimentos para os municípios. A saúde, o saneamento básico e a educação são precários, não há água potável, então, a gente questiona que desenvolvimento é esse que não melhora a qualidade de vida de quem está na região, por isso questionamos esse modelo (informação verbal).<sup>110</sup>

<sup>108</sup> Dirigente do MAB, em entrevista concedida à autora em 27.04.2019.

<sup>109</sup> Dirigente do MAB, em entrevista concedida à autora em 27.04.2019.

<sup>110</sup> Dirigente da CPT da BR-163, em entrevista concedida à autora, em 24.04.2019.

Quanto às condições de moradia e à disseminação da pobreza, a dirigente da CPT da BR-163 afirma ser patente o inchaço populacional na cidade de Itaituba, nos últimos anos. Resulta disso o aumento nos preços dos aluguéis, da pobreza estampada nas ruas, com muita gente mendigando na cidade, o que não existia antes, assim como da violência. Os casos de assaltos, assassinatos, de violência doméstica e contra a mulher, assegura a entrevistada, intensificaram-se.

A representante do Conselho Municipal de Assistência Social de Itaituba é também categórica quanto aos danos sociais que vêm sendo causados no município a partir das grandes obras:

Não sabemos se as empresas que estão se instalando aqui estão preocupadas com o desenvolvimento do município, pois questões como educação e meio ambiente são primordiais em uma cidade, e não estamos vendo isso [...]. Não tem havido melhora para a cidade de Itaituba e há muita pobreza, prostituição, etc. [...]. Em Miritituba, o que foi feito não é suficiente, há muita prostituição, inclusive de crianças, por causa da presença dos caminhoneiros, muita droga, muitos acidentes, em vista do grande fluxo de carretas [na BR-163] (informação verbal).<sup>111</sup>

A representante da Secretaria Municipal de Educação do município de Trairão, além de tratar acerca do alto índice de acidentes de trânsito provocados pela grande quantidade de carretas que circula na rodovia Santarém-Cuiabá, confirma que “a presença de muitos caminhoneiros nesse corredor de trânsito fez aumentar muito a prostituição de jovens, assim como o consumo de drogas, pois o dinheiro chega mais fácil nas mãos desses jovens”.

Em perspectiva oposta à descrita pelos demais entrevistados que trataram a respeito dos muitos problemas e conflitos sociais gerados a partir da implantação dos grandes empreendimentos no município, o prefeito de Itaituba diz euforicamente que “temos um grande fluxo de pessoas já e estamos esperando, no próximo censo, um grande aumento da população do município”. Embora trate de investimentos que vêm sendo feitos para ampliar a estrutura de serviços públicos em Itaituba, a demanda proveniente do fluxo crescente de pessoas na cidade e na região, como informam os entrevistados, não vem sendo atendida, em especial daqueles socialmente mais vulneráveis.

---

<sup>111</sup> Representante do Conselho Municipal de Assistência Social de Itaituba, em entrevista concedida à autora em 24.04.2019.

#### **4.4 Houve ampliação dos conflitos sociais no período 2007-2017?**

##### **4.4.1 Dinâmicas sociais e ampliação das lutas e das resistências na região**

A questão acerca da ampliação dos conflitos sociais na região, e especificamente em Itaituba, foi submetida aos entrevistados para que, independentemente de relatórios e dados numéricos, trouxessem a percepção dos fatos, dinâmicas que vêm ocorrendo, assim como das causas que as têm provocado, a partir das diferentes perspectivas que os agentes possuem em seus campos de interesse e de atuação.

A análise objetiva a compreensão das dinâmicas sociais, lutas e resistências que vêm confrontando o poder hegemônico e seus mecanismos de destruição das liberdades individuais, étnicas, culturais, ambientais, de vida e de trabalho, das populações que habitam os territórios daquela grande área da Amazônia.

Não se trata aqui, portanto, de fazer o levantamento estatístico e exaustivo dos conflitos sociais na década 2007-2017, em função de uma série de parâmetros e questões que precisam ser levados em conta. É importante, por exemplo, considerar que algumas organizações e entidades do campo social têm tido mais condições ou maior preocupação em sistematizar e publicar dados sobre os conflitos ligados às causas que lhes dizem respeito mais diretamente – como a disputa por terras, por territórios, por questões culturais e étnicas e outras –, enquanto que há aquelas que, dado o próprio dinamismo das lutas sociais e, por vezes, a falta de uma estrutura de apoio para levantar, consolidar e publicar dados, não dispõem de arquivos organizados e relatórios, em séries históricas e/ou que sirvam aos interesses dessa ou daquela pesquisa.

Outra consideração importante diz respeito à dimensão e às causas dos conflitos sociais. Embora bastante relevante, o enfoque numérico pode não dar conta da dimensão das dinâmicas e da centralidade das questões que envolvem as muitas situações de conflito na região. Nesse sentido, alguns conflitos registrados em maior número podem ser eventuais, enquanto que outros, mesmo que em menor número, podem abranger questões de configuração mais estrutural e permanente, ou que se apresentam com certa regularidade no processo histórico.

Em muitas situações, observam-se revolta e repúdio contra a violência e a arbitrariedade dos poderes político e econômico, mesmo que tais conflitos não tenham, ainda, eclodido como tal, podendo ou não irromper a qualquer momento. Embora essas situações não possam ser consideradas em termos estatísticos, por não constituírem fatos mensuráveis em si, nem por isso, entende-se, são menos graves ou potencialmente geradores de transformações, ou mesmo,

devem ficar fora do escopo da análise. Nestes casos, foram consideradas como mais importantes as informações e as interpretações dos próprios agentes, dos três campos, assim como a análise feita a partir dessas contribuições, vinculando-as a fatos e atos públicos, o que se faz presente ao longo de todo o capítulo.

De todo modo, considerando a importância do trabalho realizado por entidades/organizações sociais que têm sistematizado dados sobre conflitos sociais, ligados às disputas por terras, territórios, natureza, culturas e outras, naquela região, os dados numéricos publicados foram também considerados na análise e as informações inseridas no item 4.5.2. Independentemente das opções metodológicas adotadas nos trabalhos publicados, a seriedade e os levantamentos feitos por entidades reconhecidamente atuantes tornam as informações ponto de sustentação importante na discussão.

A opção primordial desta seção, portanto, assim como em todo o trabalho, foi a de fazer a análise acerca da ampliação dos conflitos sociais a partir da pesquisa de campo, das informações trazidas pelos agentes ouvidos, em especial os do campo social que estão à frente dos processos de resistência, permeando essas contribuições com análises de estudiosos e com relatórios produzidos por entidades de luta. Foram também consideradas as contribuições dos agentes dos campos político e econômico ouvidos na pesquisa, que de forma relacional e muitas vezes enviesada – isto é, pelo tipo de informação que prestam, atividades, interesses e poderes que detêm –, fornecem subsídios importantes para a compreensão do quadro dos conflitos sociais na região. Observa-se que várias situações existentes no período delimitado para a pesquisa já se apresentavam como fomentadoras de novos conflitos, ou de maior agravamento dos já existentes. Muitos destes podem ser observados atualmente, ou têm sido amplamente noticiados nos dois últimos anos, assim como passaram a ser objeto de denúncias formais e ações impetradas por órgãos do próprio Estado, como o MPF.

Tomando, inicialmente, as informações e reflexões dos participantes do campo social, parte-se dos conflitos sociais que envolvem os trabalhadores rurais do município de Itaituba. Com base na vivência cotidiana da luta ao longo dos últimos seis anos em que preside o sindicato, a presidente do STTR de Itaituba avalia que os conflitos agrários aumentaram bastante na região nesse período, em vista da compra de terras e pela falta de documentação que continua a não assegurar direitos aos trabalhadores rurais. As terras, afirma a entrevistada, estão cada vez mais concentradas nas mãos de poucos e há um novo fluxo, com muitos compradores vindo de fora para adquirir grandes áreas no município.

A apropriação ilegal e a concentração de terras, temáticas exploradas no próximo capítulo, seguem intensificando-se ao longo do período investigado, submetendo comunidades

ribeirinhas e tradicionais, trabalhadores, inclusive os de áreas de assentamento, e os povos indígenas à ação de poderosos agentes econômicos que têm interesse nas terras por eles ocupadas, ampliando o quadro de vulnerabilidade social e econômica e, conforme afirmam muitos agentes do campo social, fora de controle por parte do Estado. De acordo com a presidente do STTR, os conflitos sociais na região estão diretamente relacionados à falta de demarcação das terras e ao descumprimento dos acordos de convivência. A inoperância do Estado faz com que os próprios moradores promovam a demarcação provisória das terras e estabeleçam acordos entre si, que passam a vigorar até que o Incra faça a demarcação definitiva, porém, muitos dos novos atores sociais que estão chegando tentam se impor e desrespeitam os acordos feitos anteriormente. Avalia a presidente do Sindicato que não tem havido nos últimos anos tantos confrontos abertos como já houve em outros momentos, inclusive quando os movimentos sociais e sindicatos de trabalhadores fechavam o trânsito nas rodovias BR-230 e BR-163, porém, assegura que processos de disputa e enfrentamentos vêm ocorrendo constantemente na região, em especial entre trabalhadores rurais e grileiros de terra. A visão de que houve ampliação dos conflitos sociais na região, no período investigado, é também afirmada pela coordenadora da CPT da BR-163, com base na experiência acumulada ao longo dos sete anos em que atua à frente da entidade:

Os conflitos aumentaram na medida em que os interesses econômicos também têm se voltado mais para esta região. Não é só a madeira, não é só a grilagem de terras, porque os fazendeiros e os grileiros estão coligados com essas grandes empresas, por interesses minerários, às vezes portuários, o que gera conflitos com os pequenos, os trabalhadores rurais, dentro dos assentamentos, para favorecer os interesses de terceiros. Às vezes, o grileiro que está dentro do assentamento está articulado com a mineradora, ou com as empresas dos portos para poder concentrar mais terras e isso gera conflito dentro da comunidade. Não são questões desarticuladas, nem sempre, por isso que os conflitos aumentaram, por conta dos interesses econômicos e políticos (informação verbal).<sup>112</sup>

O pároco da prelazia de Itaituba analisa que, depois da prisão de Antônio Castanheira<sup>113</sup> e de outros grandes grileiros de terra naquela região, aparentemente tem havido diminuição dos conflitos sociais. Porém, assegura que:

---

<sup>112</sup> Dirigente da CPT da BR-163, em entrevista concedida à autora, em 24.04.2019.

<sup>113</sup> A Operação Castanheira foi deflagrada em agosto de 2014 pela Polícia Federal, Ibama, Receita Federal e MPF contra quadrilha de desmatadores e grileiros considerada pela organização da operação como uma das que causaram mais danos na Amazônia até então. Informação disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/desmatador-pegado-na-operacao-castanheira-e-condenado-a-pagar-mais-de-r-1-6-milhao-de-indenizacao>. Acesso em: 05 jul. 2019

Os conflitos socioambientais têm agora uma proporção muito mais perigosa, porque antes o interesse era muito direcionado à madeira, pelos madeireiros, mas, atualmente, são os interesses ligados ao agronegócio [referindo-se à plantação de grãos, em especial à cultura da soja], o que amplia muito o conflito pela posse da terra, porque há uma ganância mais evidente por grandes áreas. As disputas, então, não se dão mais por pequenas áreas. E os grandes produtores, se não conseguirem convencer o agricultor a vender ou a sair do assentamento, usam as mesmas estratégias que usavam antes (informação verbal).<sup>114</sup>

A vivência como trabalhadores rurais, as experiências nas lutas pela terra e os desafios enfrentados pela associação de mulheres do PA Areia no município de Trairão, em meio às perseguições que sofrem cotidianamente por parte de madeireiros e fazendeiros, fazem com que os entrevistados ratifiquem que:

Os conflitos pioraram muito nos últimos dez, quinze anos, e tendem a piorar ainda mais, por conta da ação constante de madeireiros e grileiros de terras. Eles estão acabando com as matas e com os animais. As madeiras, inclusive as que são nobres, continuam a sair em toras, circulam pelas vicinias e depois pela BR-163. Em alguns lugares já nem há mais madeira de lei, só mesmo a branca. Os conflitos são muitos e há muita violência e ameaças, inclusive com armas de fogo, que fazem até dentro de nossas casas (informação verbal).<sup>115</sup>

Ao analisar a ampliação dos conflitos sociais na região, o dirigente do MAM reflete a partir das crises por que passa o capitalismo mundial e das questões que envolvem a mineração, cuja complexidade considera como abrangente e estrutural. Nos últimos anos, assegura o entrevistado, os conflitos têm se acirrado e tendem ao agravamento, pelas determinantes do modelo econômico e, sobretudo, pela perda de lucratividade que decorre das instabilidades do sistema capitalista. Ao cenário mundial, entende o entrevistado que se somam outros agravantes, no campo dos direitos e da política, no Brasil, atualmente:

O bloco de poder que se forma a partir de 2016 desmonta uma conquista civilizatória da sociedade brasileira que é direcionada ao trabalho, como o Ministério do Trabalho, a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que são conquistas muito importantes. Mas, à medida que a taxa de lucro do capital cai, a burguesia local precisa dividir a sua renda com a burguesia internacional, para poder aumentar a renda em nível local e, por isso, teve que acabar com as leis trabalhistas. Por outro lado, esse bloco de poder que passou a existir a partir de 2016, vem flexibilizando também as leis da natureza, ambientais (informação verbal).<sup>116</sup>

<sup>114</sup> Pároco da paróquia de Itaituba, em entrevista concedida à autora em 26.04.2019.

<sup>115</sup> Trabalhadores rurais, em entrevista concedida à autora, em 26.04.2019.

<sup>116</sup> Membro da coordenação nacional do MAM, em entrevista concedida à autora, em 01.06.2019.

A partir desses cenários, o dirigente do MAM projeta o crescimento dos conflitos em dois âmbitos. Um deles relacionado à forma de apropriação da natureza – com saques e roubos, de maneira permanente, em todas as atividades – e, o outro, diretamente ligado à mineração, em função do aumento acelerado das atividades de exploração e dos interesses políticos e econômicos envolvidos. Em 2002, o PIB da atividade minerária no país correspondia a 1,5% do PIB nacional e chegou, em 2012, à marca de 4,8%. Isso significa, constata o dirigente do MAM, que a mineração se expandiu para lugares nos quais nunca havia chegado antes, passando inclusive a abarcar territórios da classe média, o que tem gerado novos conflitos que só tendem a crescer, mantida a lógica atual de acumulação.

A visão de que tem havido aumento dos conflitos sociais na região é também compartilhada por agentes do campo político-institucional ouvidos na pesquisa, como as dirigentes Unidade Avançada da ANM e do Núcleo Regional do ICMBio, órgãos federais instalados em Itaituba.

Considerando o quadro dos problemas da atividade minerária levantados pela dirigente regional da ANM, detalhados anteriormente, trata-se, no entendimento da gestora, de um cenário complexo que vem se agravando à medida que os interesses dos agentes econômicos, muitos transnacionais e com grande poder, encontram terreno fértil na atuação ineficaz, ou deliberadamente favorável do Estado, fazendo com que os conflitos sociais prosperem.

De acordo com a dirigente do ICMBio, a intensificação do avanço sobre as terras na região, que atribui em grande medida aos interesses dos pecuaristas, pode ser avaliada a partir de alguns critérios. Um deles é a percepção clara, nas reuniões abertas, de que os agentes desse setor não têm deixado as pautas fluírem e buscam sempre “travar” os assuntos que contrariam seus interesses, de modo que não sejam aprovadas as medidas propostas para conter as ilegalidades.

Por outro lado, conforme a dirigente do órgão ambiental, há outro grande impasse na região, que diz respeito à regularização fundiária, considerada como “uma questão que de fato a gente não consegue fazer andar aqui na área”, o que atribui aos interesses poderosos envolvidos, que impedem que as soluções sejam encaminhadas. São, portanto, questões que se arrastam e também se aprofundam, gerando mais conflitos sociais.

#### 4.4.2 Estratégias de luta e de resistência

O enfrentamento das questões, pela complexidade, rapidez e violência com que se apresentam nas dinâmicas capitalistas em curso na região do Tapajós e da rodovia Santarém-



Cuiabá, exige que sejam tomadas pelos movimentos e entidades sociais definições importantes quanto às estratégias de luta e de resistência.

Alguns entrevistados preferem não expor publicamente deliberações já tomadas, com receio de que as estratégias e ações, ao serem divulgadas previamente, não cheguem a produzir o impacto a que se propõem. Outros, porém, mesmo não divulgando a agenda traçada para o próximo período, dispõem-se a analisar as muitas facetas e prioridades envolvidas nos processos de contrarreação, chegando, inclusive, a tecer considerações sobre o momento político atual, a partir da eleição presidencial de 2018. Embora extrapolando o período objeto da pesquisa, quando contribuem para traçar o cenário atualizado das questões, as análises e informações foram consideradas.

A proposta, nesta seção, toma Escobar (2005) como referência na análise das reflexões trazidas pelos agentes do campo social, pois, como afirma o autor, o capitalismo, com todo o poder dos processos globalizantes e das muitas formas de penetração, esbarra no poder de mobilização local. Daí porque o “lugar”, como lugar de resistência, constitui alternativa capaz de barrar o capitalismo como sistema. Não se trata do lugar desconectado, como instiga o autor, mas daquele que opera em rede com outros lugares que vivem processos de opressão semelhantes, tanto regional, como nacional e mundialmente.

Significa também buscar entender a dimensão, ou a escala, com que vêm sendo articuladas as contrarreações, na perspectiva proposta por Grosfoguel (2009, p. 402), mencionada no primeiro capítulo. Na visão do autor, as intervenções e articulações políticas a partir do que denomina de “agências coletivas da periferia” precisam extrapolar os limites dos Estados-nação e, ao mesmo tempo, devem estar conectadas com o nível local, para que sejam eficazes frente aos desafios e definições impostos pelo capitalismo globalmente.

Seguem, então, as análises e informações dos agentes do campo social, quanto às estratégias, arcos de aliança e expectativas que provêm do entendimento da imprescindível ampliação e consolidação das lutas em outros níveis de articulação

Analisa a dirigente da CPT da BR-163 que, a partir da eleição de Bolsonaro para a presidência da República, em 2018, os conflitos e tensões aumentaram na região, porém, em paralelo, observa que passou a haver um maior nível de organização das lutas e resistências. Projeta, então, a militante que “mesmo que ainda vá haver muita desgraça, vai haver muita luta também”.

A dirigente da CPT avalia que tem havido, por parte de muitas entidades, associações e movimentos sociais, a retomada do trabalho de base e afirma que o papel da entidade é o de contribuir para o fortalecimento e consolidação das resistências, que contam com o

protagonismo dos trabalhadores do campo. Mesmo reconhecendo as dificuldades ocorridas nos enfrentamentos e as muitas ameaças, ela acredita que há disposição de todos para construir redes de autoproteção.

Entre os que têm participado diretamente dos processos de luta e de resistência, a dirigente da CPT destaca o povo indígena Munduruku do Tapajós, que faz o enfrentamento direto aos grandes empreendimentos e projetos que estão na pauta prioritária do governo federal. Além dos Munduruku, afirma que as comunidades ribeirinhas e os povos tradicionais também têm cada vez mais consciência política e capacidade de organização para elaborar protocolos de consulta e para exigir o direito de participação nas decisões do Estado. São agentes que questionam o fato de os grandes projetos não trazerem desenvolvimento e que defendem o modo de produção agroecológico.

Outro ponto importante destacado pela entrevistada é a articulação e as alianças que vêm se tecendo entre comunidades, como Montanha e Mangabal e a do Pimental, com o povo Munduruku para fortalecer a resistência, tanto em questões como a construção das hidrelétricas no Tapajós, como as que envolvem os portos e a Ferrogrão.

As articulações estabelecidas nos âmbitos local e regional, segundo a entrevistada, também mantêm conexões nacionais, como ocorre não apenas com a CPT nacional, mas com os parceiros da entidade e com outras organizações de direitos humanos. Há, então, redes e parcerias, algumas com ONGs de outros países, ainda que parte delas esteja em processo de construção.

A luta dos povos da região, portanto, não está isolada, na visão da dirigente da CPT. Embora o apoio de organizações internacionais seja por vezes divulgado de forma negativa, como se houvesse interesse de manipulação por parte dessas organizações, assegura a entrevistada que os processos são autônomos e cada região tem liberdade para atuar e para definir a forma de se organizar e de resistir, como acontece com as comunidades da BR- 163 e da região do Tapajós.

Outra forte sustentação, fundamental na organização das lutas, a seu ver, vem dos coletivos de mulheres, que constituem a maioria das lideranças na região:

A CPT tem um trabalho especificamente com as mulheres, na maior parte camponesas, o que nos leva a pensar as questões de gênero, a questão das desigualdades que existem no mundo inteiro como um problema social, não de uma única região, mas também por identificar que a maior parte das lideranças aqui é formada por mulheres. Por serem mulheres sofrem muito mais ameaças e se tornam muito mais vulneráveis, por isso temos contribuído no fortalecimento dos coletivos de mulheres nos municípios, nos assentamentos, com a criação de associações e de grupos que se articulam como Movimento de Mulheres. Isso se perdeu por certo tempo, mas desde 2018 estamos retomando essa movimentação. Não que antes as mulheres não se movimentassem, mas é que percebíamos que havia uma desarticulação e temos tentado ajudar, mas com o protagonismo delas. As mulheres indígenas também têm atuado bastante e se fortalecido para esses enfrentamentos. Então, há esse eixo específico que a CPT trabalha também com as mulheres, só com as do campo - agricultoras, ribeirinhas -, e atualmente há também um trabalho específico com as mulheres ameaçadas de morte (informação verbal).<sup>117</sup>

Ao responder à questão sobre as estratégias de luta e de resistência, o pároco de Itaituba trata inicialmente de algo diretamente vinculado ao seu lugar de fala. Menciona o posicionamento da igreja católica a favor dos povos da Amazônia e a convocação do Papa Francisco para o Sínodo dos Bispos da Região Pan-Amazônica<sup>118</sup>, com o objetivo de refletir sobre a Amazônia.

Entende o pároco da prelazia de Itaituba que a decisão de realizar o Sínodo repercutirá de forma muito positiva, porque a Igreja confirmará que os povos e seus territórios têm que ser respeitados e que sem território os povos não têm como viver as suas culturas, as suas raízes. Ressalta, entretanto, que ainda não há unidade dentro da Igreja quanto à estratégia para que os povos não sejam agredidos no seu ambiente. Há, porém, linhas orientadoras baseadas em princípios, como o respeito à natureza, à biodiversidade e aos povos da floresta. Na compreensão do pároco, a posição da Igreja é clara, embora nem todos os bispos tendam a se pronunciar nessa mesma linha. Avalia que o posicionamento do papa é fundamental, mas vê a

<sup>117</sup> Dirigente da CPT da BR- 163, em entrevista concedida à autora, em Itaituba, no dia 24.04.2019.

<sup>118</sup> O Sínodo dos Bispos da Região Pan-Amazônica ocorreu em Roma, no Vaticano, no período de 6 a 27 de outubro de 2019 e teve como tema "Amazônia: novos caminhos para a Igreja e para uma ecologia integral". No dia 26.10.2019 foi aprovado o documento final do Sínodo, do qual constam cento e vinte parágrafos, que tratam, entre outras, das seguintes questões e orientações: a oportunidade histórica de se distanciar das novas potências colonizadoras; opção preferencial pelas populações indígenas; repressão às muitas dores e violências que hoje ferem e deformam a Amazônia, ameaçando sua vida: a privatização de bens naturais; jovens imersos numa intensa crise de valores, vítimas de realidades tristes, como a pobreza, a violência, o desemprego, novas formas de escravidão e dificuldade de acesso à educação, que muitas vezes acabam na prisão ou mortos por suicídio; que a voz das mulheres seja ouvida; salvar a região do extrativismo predatório, do derramamento de sangue inocente e da criminalização dos defensores da Amazônia; campanhas de desinvestimento das empresas extrativistas que causam danos sociais e ecológicos à Amazônia; novo paradigma de desenvolvimento sustentável socialmente inclusivo que combine conhecimentos científicos e tradicionais. Informações disponíveis em: <https://www.a12.com/redacaoa12/igreja/documento-final-do-sinodo-da-amazonia-e-votado-e-aprovado>. Acesso em: 14 nov. 2019.

igreja um pouco mais tímida do que já foi em outros tempos, quando os pronunciamentos eram muito mais contundentes.

Ao relacionar o momento da Igreja com o momento político do país, o entrevistado afirma: “o Bolsonaro não aceita a CNBB, porque diz que é só uma fachada política. Ou seja, ele interpreta a entidade como uma facção ou uma seita, porque tudo o que se contrapõe a ele não presta”.

Quanto ao célere avanço do agronegócio na região da BR-163, o pároco considera que é difícil avaliar como as gerações futuras vão reagir a tudo isso. Porém, acredita que a agroecologia pode ser um caminho, embora para isso seja preciso investir muito nos jovens do campo, para que eles não percam as raízes históricas de suas famílias. Em quase cinquenta anos, o novo modelo de agricultura na Transamazônica não é mais o modelo braçal, mas também não há infraestrutura tecnológica, por isso, na visão dele, a agroecologia está entre as bandeiras que precisam ser fortalecidas nos fóruns locais, para incentivar os jovens a compreender as novas técnicas agrícolas e a saber conviver com a natureza.

Embora atualmente não existam mais associações com quarenta ou cinquenta pessoas afinadas politicamente como havia antes, o pároco assinala que há pequenos grupos organizados, de quatro ou cinco famílias, que estão começando a entender o cuidado com a alimentação e o convívio social como alternativas.

Quanto à força do lugar, afirma o líder religioso que na região existem as comunidades e as vicinais, que foram os próprios comunitários que criaram, e que, embora isso tenha de certo modo se desconectado, os resistentes estão seguros de que devem permanecer em seus territórios e acreditam que onde eles estão é melhor do que para onde eles poderão ir. Para que isso se efetive, entende que falta ainda fazer um trabalho mais consistente de base a fim de dar sustentação a esse modelo. A compreensão do entrevistado é de que são essenciais as articulações em rede, inclusive as de âmbito internacional, porque as questões de direitos humanos, relacionadas ao meio ambiente, aos direitos dos povos tradicionais, demandam ações em todo o mundo. Nesse sentido, informa que:

O que a gente entende como rede internacional chama-se VIVAT Internacional<sup>119</sup>, uma ONG que tem princípios ligados à defesa dos direitos, seja da África, do Brasil, ou de onde for, relacionados ao meio ambiente, ou às questões indígenas. Mas é necessário ter as equipes locais. Fui convidado para coordenar, em 2020, no nível da congregação, pois estamos filiados à ONU para os direitos humanos. Trabalhamos em dezenas de países e há uma rede de cerca de vinte e cinco mil missionários trabalhando com essa conexão dos direitos humanos. Só que no Brasil nós enfraquecemos as nossas bases (informação verbal).<sup>120</sup>

Em nível regional, informa o pároco que no seminário da Agroecologia<sup>121</sup>, realizado no mês de abril de 2019, em Santarém, foi aprovado o fortalecimento do trabalho em rede, mantendo conexões locais, por meio dos fóruns locais, que darão sustentação cotidiana aos poderes locais, que podem estar, por exemplo, dentro de um município ou de uma comunidade, o que, afirma, também é pensado como projeto regional do oeste do Pará, para o que antes era chamado de “BR-163 Sustentável”, naquele modelo. Agora, então, o projeto é o da agroecologia do oeste do Pará. Há que se destacar, porém, o desafio político:

As caravanas, caminhadas, encontros, seminários têm essa perspectiva de pensar no âmbito da agroecologia e, claro, têm o desafio político. O aspecto político é também um debate, porque [antes] nós fizemos uma grande luta política e nem sempre foi bem estabelecida a visão econômica do sustentável, do movimento também pelo econômico. Observa-se que houve a inversão disso, como ganhar benefícios das mineradoras, para melhorar a associação, etc, mas nisso as pessoas foram sendo cooptadas. Hoje, vejo que essas duas coisas precisam caminhar juntas - o político e o econômico -, na perspectiva da agroecologia (informação verbal).<sup>122</sup>

---

<sup>119</sup> De acordo com informações do site da Vivat International, a ONG conta com mais de 25.000 irmãs, irmãos e sacerdotes de treze congregações religiosas católicas, que trabalham em cento e vinte países para a promoção dos direitos humanos, por meio da advocacia em nível internacional e local. A ONG possui status consultivo especial junto ao Conselho Econômico e Social das Nações Unidas e é associada ao Departamento de Informações Públicas das Nações Unidas. A entidade foi criada em novembro de 2000 e é formada por duas congregações: a Sociedade do Verbo Divino e a Congregação das Irmãs Missionárias Servas do Espírito Santo. As informações estão disponíveis no site: <http://vivatinternational.org/about/who-we-are/>. Acesso em: 16 nov. 2019.

<sup>120</sup> Pároco da prelazia de Itaituba, em entrevista concedida à autora, em 26.04.2019.

<sup>121</sup> O Seminário de Agroecologia foi realizado no período de 22 a 25 de abril de 2019, na cidade de Santarém. A programação incluiu mesas de diálogo, oficinas, rodas de conversa, puxirum de práticas agroecológicas e feira. Cerca de cem pessoas estiveram presentes, entre agricultores familiares, agroextrativistas, indígenas, quilombolas, trocaram conhecimentos sobre agroecologia e assumiram o compromisso de compartilhar em suas comunidades informações sobre segurança alimentar e nutricional, respeito aos modos de vida, à diversidade cultural, ao protagonismo de povos e comunidades tradicionais, ao feminismo, à democratização da comunicação e ao direito ao bem viver. As informações estão disponíveis no site: <http://www.fundodema.org.br/conteudos/noticias-fundodema/43321/seminario-de-agroecologia-promove-intercambio-de-conhecimento>. Acesso em: 28 jun. 2019.

<sup>122</sup> Pároco da prelazia de Itaituba, em entrevista concedida à autora, em 26.04.2019

Interpreta o pároco que o importante na agroecologia é que tudo está sob o controle das comunidades, inclusive a discussão sobre o conhecimento e o saber, o que vê como uma necessidade. Não que por essa via esteja tudo garantido, que vai ser assim, porque depende de um grande esforço, de líderes e de atividades de capacitação, de pessoas interessadas em participar, de aglutinar forças políticas dentro de um projeto. Caso contrário, diz ele “também poderemos ser cooptados por um ou por outro agente”.

Quanto ao papel das ONGs nos processos de contrarreação, o pároco acredita que muitas das que existiram anteriormente, que cumpriam um papel de “entidades de assessoria” enfraqueceram ao longo do tempo, porque trabalhavam mais em outras perspectivas e não estavam fundadas em visão política mais abrangente. Além disso, muitas ONGs tinham convênios firmados e dependiam desses recursos, por isso não queriam contrariar os que investiam nelas e, assim, deixaram de cumprir o papel político que lhes cabia e de enfrentar a questão da terra. Conclui que, por isso, há atualmente carência de entidades que trabalhem nessa dimensão.

Analisa o entrevistado que o Fórum da BR-163 se tornou uma entidade, mas que se desfez por ela mesma e não há como retomar isso. O Fórum era representativo de todas as entidades que dele faziam parte, porque era o Fórum dos Movimentos Sociais e não apenas da BR-163. Portanto, compreende que o caminho provavelmente não vai ser daquela forma, mas acredita que o que não deve mudar é a articulação, que é imprescindível.

O grande debate, crê o pároco, deve estar centrado no território, já que os embates e as lutas por ocupação se dão a partir dele, porque há grandes disputas de poder dentro dos espaços e percebe-se que, de certa forma, se perdeu esse ‘*link*’ nas lutas:

Os povos estão perdendo os territórios. São os indígenas preocupados com os territórios, os quilombolas preocupados com os territórios deles, os assentados pela reforma agrária preocupados com os territórios, os pescadores preocupados com os territórios de pesca, porque todos não têm mais a segurança de estar ali, assim como os extrativistas que estão ameaçados de não obter mais a renovação de suas concessões (informação verbal).<sup>123</sup>

Fazendo alusão à atual gestão federal do país, entende que a tendência, sem luta, é que tudo piore, porque “agora o governo vai privatizar o que ainda resta e vai entregar todo o patrimônio público para a iniciativa privada. Eles não têm escrúpulo nenhum de tirar os ‘indiozinhos’, como se referem aos povos indígenas”. Aqui na região, diz o entrevistado, “não

---

<sup>123</sup> Pároco da prelazia de Itaituba, em entrevista concedida à autora, em 26.04.2019.

se pode criticar o agronegócio, nem os madeireiros e fazendeiros, mas pode se falar mal do agricultor que não está mais produzindo, só que o agricultor está se matando para ganhar espaço”.

Na mesma perspectiva, de aglutinar forças para o encaminhamento das muitas frentes de batalha na região, o dirigente do MAB, que atua na região há oito anos, refere o esforço que o Movimento vem fazendo para participar de frentes de lutas coletivas, com organizações populares, entendidas como essenciais nos processos de disputa. Nesse sentido, afirma que o MAB vem constantemente dialogando com o Sintepp, CPT, associações e com a Igreja, em busca de consolidar esse processo que está em construção.

Mesmo entendendo que a união das classes populares está ainda “um pouco distante”, compreende o dirigente que esse “é um processo que às vezes é longo e a gente tem que ter paciência, até para não criar coisas mecânicas, mas sim que sejam de fato fruto de debate e que depois se consolidem como algo forte, e não como algo que se retirar uma peça não funciona mais”.

Outra estratégia que o MAB definiu e vê como fundamental é o fortalecimento da organização da juventude, o que tem sido objeto de atenção especial, desde 2013. Foi, então, criado pelo Movimento um programa nacional para que fossem intensificadas as discussões com a juventude e organizada uma turma nacional de formadores. De cada região ficou definido que participaria um grupo de trinta jovens e que, depois, esse grupo ficaria responsável pelo processo de ampliação da formação nas regiões.

Em Itaituba, informa o dirigente do MAB, foram realizadas cinco etapas do programa, de que participaram entre 28 e 40 jovens, nos diferentes momentos, e avalia que os frutos têm sido positivos, no sentido de fazer a juventude entender-se como tal e passar a protagonizar processos de organização social, seja qual for a via de participação – a Igreja, a CPT, ou outra, e não necessariamente o MAB.

Considerando a decadência de direitos por que passa a juventude, diz o entrevistado, a direção do movimento vem buscando elevar o nível de consciência política dos jovens da região, pois há poucas iniciativas no sentido de chamá-los a discutir questões que lhes dizem respeito diretamente, como os conselhos de juventude, ou que os orientem a trabalhar em causas coletivas. Até o momento, a estratégia de aproximação com a juventude já vem funcionando em Itaituba, Trairão e Rurópolis. Em alguns outros municípios da região, como Novo Progresso e Jacareacanga, segundo a liderança do MAB, já há algumas referências, mas ainda é necessário mais tempo para que as coisas não sejam construídas de forma mecânica, criando apenas robôs, e sim de forma crítica.

Quanto às articulações em outras escalas de atuação, o dirigente enfatiza que o MAB, entidade que opera em nível nacional, tem a certeza de que sozinha não conseguirá fazer nada, nem mesmo assumir a estrutura que mantém em diversas frentes de atuação e localidades. Por isso, a entidade estabelece relações nacionais e internacionais com outras entidades que também operam no campo da construção das resistências, da organização popular e das denúncias. Em nível nacional, a construção da plataforma da energia é encarada como um dos grandes passos do MAB.

A partir do processo de privatização do setor energético, em 1991, narra o dirigente:

Foi intensificada a discussão sobre a produção de energia no país, para que fosse compreendido que agentes econômicos e países estão exercendo o domínio do setor. A partir de então passamos a ampliar a articulação com as centrais sindicais, sindicatos do setor da energia nos estados, MST, movimento camponês, movimentos de mulheres e movimento dos bancários. O resultado dessa estratégia tem sido muito bom, já tendo sido realizadas em Belém quatro etapas de formação da plataforma da energia, envolvendo todos aqueles agentes sociais (informação verbal).<sup>124</sup>

A perspectiva da direção do MAB é a de vincular a luta do Tapajós com a dos mineiros de Minas Gerais e de São Paulo, com os movimentos e entidades da região do Xingu, de Rondônia, do Mato Grosso, porque entende que, se não houver esse nível de articulação mais amplo, corre-se o risco de repetir o caminho de outros lutadores que em outros momentos não conseguiram formar redes de sustentação, embora a luta deles tenha sido fundamental nesse percurso, para que outros níveis de organização passassem a ser obtidos.

Sob a visão da direção do MAM, ligado mais diretamente ao avanço da mineração no Brasil, os conflitos e estratégias têm sido dimensionados a partir de diferentes critérios de análise. Primeiramente, entende a direção do MAM que:

Onde houver a possibilidade de vencer o empreendimento, nós vamos dizer não à mineração, isto é, onde a sociedade, a comunidade, a região, estiver convencida de que o empreendimento não vai gerar o que se fala, mas sim miséria. Por isso estamos indo conhecer as pessoas para ouvir o que pensam. Isso é a superação da mineração, que implica em levar à frente a ideia de identificar quais são os territórios livres de mineração, porque o MAM não é contra a mineração, mas contra essa forma de minerar (informação verbal).<sup>125</sup>

Em outro cenário, o dirigente nacional do Movimento acredita que a luta se dá para

<sup>124</sup> Dirigente do MAB, em entrevista concedida à autoria, no dia 27.04.2019.

<sup>125</sup> Dirigente do MAB, em entrevista concedida à autoria, no dia 27.04.2019.



garantir direitos. É o caso dos lugares em que não foi possível parar a construção do empreendimento, como em Carajás, em que se busca minimizar o conflito a partir da democratização da CFEM, por meio da utilização de parte desses recursos em atividades alternativas à mineração, discutidas coletivamente com a sociedade local, ou exigindo que o ritmo da exploração minerária seja menos intenso.

Uma outra estratégia de luta é a que envolve o campo jurídico-institucional. Nesse âmbito, o MAM inclui a ação junto aos municípios, para que sejam criadas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs), com o objetivo de investigar as dinâmicas da mineração, bem como para que sejam construídos planos para as áreas de mineração locais e exigir mudanças, tanto em nível nacional como internacional.

O entrevistado é enfático ao dizer que o calcanhar de Aquiles da mineração é a isenção fiscal e que é preciso falar sobre isso para a sociedade. Por esse entendimento, conforme o dirigente, o MAM deixou de ser o movimento dos atingidos pela mineração e passou a ser o movimento pela soberania popular na mineração, o que significa que a entidade quer a sociedade como aliada, porque a seu ver essa luta não pode se dar nos limites de uma única entidade. Outras sérias questões, como a sonegação de impostos, a evasão de divisas e a democratização da CFEM integram a pauta do MAM e precisam ser enfrentadas, passando também pelo campo jurídico-institucional.

No processo de organização das lutas, o MAM tem dois campos de articulação, segundo o dirigente. Um deles é o campo popular, em que se incluem os movimentos que compõem a Via Campesina, com destaque especial para o MST, importante inclusive para a “nacionalização do tema do conflito mineral”. O outro campo de articulação está ligado a outra estratégia, que é a da ampliação do bloco de alianças, com a perspectiva de tornar o sujeito da luta que combate o modelo da mineração um sujeito aberto, o que possibilita, na visão da direção do movimento, que sejam “estabelecidos vários níveis de aliança com vários setores da sociedade”.

No processo de ampliação do bloco de alianças, o entrevistado refere que, no Pará, vem sendo fortalecida a articulação com a Comissão de Direito Minerário da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Nesse campo, estão incluídas outras articulações que têm sido feitas no Brasil, assim como com outros países da América Latina e da África, em que também existem conflitos minerários. Entre outras ideias, há a construção de um dia internacional de luta contra a exploração minerária, para marcar o enfrentamento contra as empresas de mineração que atuam na África, no Brasil e em todo o continente latino-americano.

Na organização dessa agenda ampliada de articulação das resistências, informa o

dirigente do MAM que já ocorreu no Pará um encontro que contou com a participação de representantes do Peru, Equador e Bolívia, bem como houve uma reunião na Guatemala. São etapas do processo de construção das contrarreações, que inclui também uma jornada nacional de lutas, cujo objetivo será o de fazer ecoar as ações na África e na América Latina. Foi ainda iniciada, de acordo com o entrevistado, relação da entidade com as Filipinas, em que a mineração é crescente, embora a situação lá esteja muito perigosa. São perspectivas que vêm alargando horizontes no sentido de fazer com que os movimentos não se deem apenas em âmbito local, mas que, a partir deles, construam-se plataformas e reações muito mais amplas e globais.

Quanto ao contexto histórico atual, afirma o dirigente do MAM que este é momento político de “criar, criando”, ou seja, em que não se conhece os rumos que o país irá tomar, mas que as exigências estão postas, daí ser fundamental que haja organização e ampliação das lutas. Por isso, diz:

Estamos construindo para 2022 a primeira jornada nacional contra o modelo de mineração e o desvio dos bens comuns. A mineração já é o conflito desta década e essa demanda por fontes vitais de energia no plano internacional vai transformar o conflito mineral em um dos maiores conflitos do Brasil. Estamos nos preparando para ventos muito mais fortes que virão, em função de que onde tem mineração tem militarização, o que impossibilitou a crítica ao modelo mineral; onde tem mineração, tem cooptação ideológica; e onde tem empreendimentos minerários tem vigilância, e espionagem ((informação verbal)).<sup>126</sup>

Quanto ao enfrentamento dos conflitos pelos povos indígenas, a liderança Munduruku afirma que a grande estratégia consiste no fortalecimento das entidades, porque os problemas são muitos e abrangem não apenas esses povos, nem as terras indígenas, estando em todos os lugares da região.

Diante dos grandes conflitos na região do Tapajós, entende a entrevistada que é fundamental construir alianças com outros povos, com outras entidades e parceiros, para que a luta se fortaleça. O povo Munduruku, como bem refere a liderança, historicamente, tem estado à frente das lutas, como para expulsar os madeireiros e barrar a construção de usina hidrelétrica, como ocorreu com a de São Luiz do Tapajós. Naquele momento, em que o governo federal já havia definido pela construção da hidrelétrica, lembra:

---

<sup>126</sup> Dirigente do MAM, em entrevista concedida à autora, em 01.06.

Disseram que iam fazer a qualquer custo [a hidrelétrica de São Luiz do Tapajós] e a gente bateu o pé e disse que só passando por cima de nós. Lutamos, buscamos por outras formas e conseguimos, que foi fazendo a autodemarcação, o protocolo de consulta, ocupando as obras, então, isso tudo fortaleceu. Os povos que se sintam fracos, precisam saber que nenhum povo é fraco, nenhuma comunidade é fraca, basta se unir com outras pessoas que querem estar na luta também (informação verbal).<sup>127</sup>

Outro nível de articulação e de construção das resistências, afirma a liderança Munduruku, está diretamente vinculado ao papel que as mulheres indígenas têm na região do Tapajós, havendo atualmente uma integração cada vez maior com as de outros povos e etnias, como a Arapiuns e Borari, do Baixo Tapajós. Nos encontros que já realizaram, percebem com clareza que os problemas enfrentados são comuns e “que só mudam os nomes das pessoas que estão do outro lado, invadindo as terras indígenas”.

Na agenda que os movimentos de mulheres indígenas vêm construindo, ela destaca um dos importantes momentos recentes, que foi a realização da Assembleia das Mulheres<sup>128</sup>, ocorrida em Nova Trairão, no município de Jacareacanga, reunindo mulheres Guarani e Kaiowá. Ao falarem, naquele encontro, sobre as lutas e enfrentamentos por que têm passado, foi possível avaliar, sintetiza a representante Munduruku, que “a gente é um povo maior e que pode fazer uma luta maior ainda”.

O processo de luta dos povos indígenas do Tapajós, segundo a liderança, tem como estratégia fundamental a demarcação das terras indígenas, para garantir os territórios a todos os povos, pois, como afirma, “sem o território você não é nada, não tem educação, não tem saúde, porque não é o dono da terra, como eles falam. Então, o território é o principal”.

Nas lutas pela terra empreendidas pelo STTR/Itaituba as estratégias passam sempre, de acordo com a dirigente sindical, pela articulação com outros sindicatos para a organização dos enfrentamentos, tendo em vista ser o município um polo das questões agrárias na região. Nesse sentido, o STTR atua juntamente com a Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura do Estado do Pará (Fetagri)/ Regional da BR-163, que, por ser regional, articula os outros sindicatos de trabalhadores rurais dos municípios de Aveiro, Trairão, Rurópolis e Novo

<sup>127</sup> Liderança Munduruku, em entrevista concedida à autora em 06.08.2019.

<sup>128</sup> A I Assembleia de Mulheres para definir nova agenda para o território Munduruku ocorreu no período de 05 a 07 de julho de 2019, tendo participado mulheres Munduruku do Alto, Médio e Baixo Tapajós, articuladas na Associação das Mulheres Indígenas Munduruku Wakoborun. A assembleia ocorreu na aldeia Nova Trairão, no município de Jacareacanga, Alto Tapajós. O evento, que teve por objetivo fortalecer alianças estratégicas, reuniu cerca de 300 participantes, contou com a presença do Conselho Indígena Tapajós Arapiuns (CITA) e de representantes dos povos vizinhos Arapiuns, Borari, Kumarauara e Tupinambá, além de duas lideranças Guarani e Kaiowá do Mato Grosso do Sul. Informações disponíveis no endereço: <http://www.xinguvivo.org.br/2019/07/14/i-assembleia-de-mulheres-define-nova-agenda-para-territorio-munduruku/>. Acesso em: 15 set. 2019.

Progresso. Essa estratégia vigora sempre em relação a questões mais abrangentes, como a regularização fundiária, para as quais não caberiam ações locais isoladas, estando sempre envolvidos os outros municípios da BR-163.

Nos muitos conflitos agrários que ocorrem no eixo da rodovia Santarém-Cuiabá, afirma a presidente do STTR que a atuação se dá de forma conjunta também com outras entidades, como a CPT da BR-163 e o MAB, inclusive na definição das pautas que devem ser levadas conjuntamente para negociação com o poder público.

Na área da educação, o presidente do Sintepp afirma que, nos processos de mobilização e de articulação para o enfrentamento dos conflitos existentes na região, a “pauta social das lutas” é sempre construída coletivamente, inclusive com sindicatos de trabalhadores de outras categorias, como o Sindicato dos Servidores em Saúde do Município de Itaituba (SINDSAÚDE), o STTR, o Sindicato dos Servidores da Administração Direta (SINDSERV), o Sindicato de Servidores Públicos Federais, além do MAB.

No entendimento da direção do Sintepp, a unidade entre as entidades vem fortalecendo a luta, em especial das pautas conjuntas principais, como a reforma da previdência, a reforma trabalhista, contra a “lei da mordaca”<sup>129</sup>. Todos esses embates, define o dirigente, dão-se em resposta aos “ataques do governo e estamos unidos para combater as medidas neoliberais, que retiram direitos sociais e atacam os sindicatos de trabalhadores”.

#### **4.5 Síntese dos principais conflitos sociais da década 2007-2017, a partir dos agentes políticos, econômicos e sociais ouvidos na pesquisa e de outras fontes**

##### **4.5.1 Mapeamento dos conflitos sociais em Itaituba, no entorno da BR-163, após pesquisa de campo (Anexo A)**

O mapeamento, que consta do Anexo A, sintetiza o grande campo dos conflitos sociais em que estão registradas as participações dos agentes dos campos político, econômico e social ouvidos em diferentes etapas da pesquisa de campo, a partir das questões centrais de interesse na investigação, geradoras de conflitos sociais.

Tais questões foram relacionadas às causas dos conflitos e eixos em torno dos quais se dão os enfrentamentos. Além das questões diretamente vinculadas aos setores econômicos

---

<sup>129</sup> O Projeto de Lei nº 7.180, conhecido como “lei da mordaca”, que defende a censura na educação, desde o lançamento obteve dura contestação pública por parte de estudantes, movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores, partidos políticos, como PT e PSOL, e outras entidades em defesa da liberdade de expressão e contrárias à “Escola sem partido”. Informações disponíveis em: <https://www.andes.org.br/conteudos/noticia/frente-nacional-escola-sem-mordaca-e-relancada-em-brasilia1>. Acesso em: 14 jun. 2019.

pesquisados – mineral, agronegócio e grandes infraestruturas –, integram o mapeamento outras que se interpoem transversalmente, como as relações com/entre as instituições do Estado brasileiro, em todos os âmbitos de gestão, e o desmatamento, que está associado à exploração e à produção, assim como à construção de grandes infraestruturas.

#### 4. 5.2 Dados dos conflitos sociais e registros de violência no período 2007-2017, a partir de outras fontes (Anexo B)

A síntese dos conflitos sociais com base em dados de outras fontes, que não as da pesquisa de campo, visa a inserir elementos como tipificações de casos, assim como números registrados, a partir de documentos produzidos por determinadas entidades. Embora o enfoque numérico não constitua ponto central para a análise neste trabalho, conforme referido anteriormente, entende-se que um breve panorama dos registros oferece contribuição adicional às conclusões possibilitadas pelo trabalho de campo.

Para a escolha das fontes foram definidos como critérios a pesquisa no acervo de entidades reconhecidamente atuantes e que possuem expressivo banco de imagens, documentos, dados sistematizados de conflitos sociais e registros de violência que são objeto de análise neste trabalho. Desse modo, os levantamentos que constam no Anexo B foram feitos nas bases de dados organizadas pela CPT e pelo CIMI, que registram, a partir de metodologias próprias, entre outros, a ocorrência de casos no Brasil envolvendo disputas por terras e violência praticada contra povos indígenas, questões que motivam grande parte dos conflitos sociais na região oeste do Pará.

Embora o propósito não seja o de detalhar as informações encontradas nos acervos daquelas entidades, foram compilados dados para uma amostragem que pudesse ser representativa do que se deseja demonstrar, quanto à intensificação da violência e dos conflitos sociais registrados no período de 2007 a 2017. Cabe esclarecer que tais dados foram sintetizados a partir dos relatórios disponíveis, tendo sido necessárias adequações para a construção dos quadros que se encontram no Anexo B, em vista da disponibilidade de informações coincidentes com o período da pesquisa e de referências específicas ao estado do Pará, à região do Tapajós e/ou ao município de Itaituba.

Em relação à ‘ocorrência de conflitos por terra’, no período 2011-2018<sup>130</sup>, foram destacados os números de conflitos e de famílias envolvidas no Pará, em que constam, além do

---

<sup>130</sup> Os endereços eletrônicos para acessar os referidos relatórios estão disponíveis no Anexo II, abaixo da tabela referente à ‘Ocorrência de conflitos por terra, no período 2011-2018’.

detalhamento por estado, a identificação do município, o nome do conflito e a categoria, conforme a nomenclatura utilizada pela CPT, considerando todos os municípios que integram a RI do Tapajós – Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão – isoladamente, ou em conjunto com municípios de outras regiões do estado.

Observa-se, ao longo do período de oito anos a que se referem os dados acima citados, que os conflitos por terra registrados pela CPT envolvem diretamente terras indígenas, assentamentos da reforma agrária, áreas ocupadas pelos Sem Terra e por comunidades ribeirinhas. Embora na plataforma pesquisada não tenham sido localizados os dados dos conflitos ocorridos no ano de 2016 e em alguns outros anos não conste a informação do número de famílias envolvidas em todos os conflitos registrados, é possível identificar, a partir dos dados disponíveis, que o número de conflitos e a quantidade de famílias envolvidas vêm, de modo geral, crescendo nos últimos anos, tanto no Pará quanto nos municípios que integram a RI do Tapajós. Chama a atenção, no ano de 2018, o aumento expressivo de conflitos e de famílias envolvidas, tanto na região do Tapajós quanto em todo o estado do Pará.

Outros dados destacados no Anexo B dizem respeito à ‘violência contra a ocupação e a posse no período 2009-2018’<sup>131</sup>, concentrados por estado do país nos documentos da CPT. Na tabela referente a essa tipificação da violência, os dados do Pará foram inseridos, conforme a subdivisão disponível, quanto ao número de ocorrências/ famílias/ famílias expulsas/ roças destruídas/ pistolagem, entre outros.

Os dados do estado do Pará, ao longo de todo o período, expressam alta incidência dos tipos de violência acima destacados, observando-se em 2018 número ainda maior de ocorrências em relação ao registrado nos sete anos anteriores, assim como crescimento considerável do número de famílias envolvidas em todas as situações registradas (25.947), na comparação com os nove anos anteriores.

Da base de dados da CPT foram também extraídas informações relativas aos ‘conflitos pela água no período 2009-2018’<sup>132</sup>, situações recorrentes na região do rio Tapajós. Em relação a esses conflitos, os dados pormenorizados por município possibilitaram a compilação das ocorrências que envolveram os que pertencem à RI do Tapajós, considerados isoladamente, ou em conjunto com municípios de outras regiões do Pará.

As situações de conflito pela água envolvem, diretamente, terras indígenas,

---

<sup>131</sup> Os endereços eletrônicos para acessar os referidos relatórios da CPT estão disponíveis no Anexo II, abaixo da tabela referente à ‘Violência contra a ocupação e a posse, no período 2009-2018’

<sup>132</sup> Os endereços eletrônicos para acessar os referidos relatórios da CPT estão disponíveis no Anexo II, abaixo da tabela referente aos ‘Conflitos pela água, no período 2009-2018’

comunidades ribeirinhas e tradicionais, tendo como causas a mineração e a construção e/ou projetos de construção de barragens e açudes, que implicam, conforme indicado nos documentos da entidade, destruição, poluição, descumprimento dos procedimentos legais e ameaças de expropriação.

Embora nos anos de 2009, 2011 e 2016 não tenham sido localizados dados referentes aos municípios focalizados nesta pesquisa, foi utilizado como parâmetro o número de famílias envolvidas em conflitos pela água nos demais anos compreendidos entre 2010 e 2018. Ainda que não haja o detalhamento do número de famílias em todas as ocorrências, é possível observar diferentes momentos de crescimento dos confrontos, como ocorreu entre 2013 e 2015, em vista da instalação de mineradora transnacional e da construção de pequenas e grandes barragens na região.

Quanto ao CIMI, a pesquisa tomou como referência os relatórios ‘Violência contra povos indígenas no Brasil’<sup>133</sup>, que são publicados anualmente, relativos ao período 2007-2018, destacando ocorrências relacionadas a temáticas analisadas neste capítulo. Desse modo, foi elaborada a tabela que consta do Anexo B, com a condensação de dados sobre ‘mortalidade infantil’ e ‘violência contra o patrimônio’.

A mortalidade infantil é caracterizada pelo CIMI como uma das formas da “violência por omissão do Poder Público” e os relatórios apresentam dados do Pará, bem como o detalhamento por Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI), sendo então inseridos na tabela os dados do DSEI Rio Tapajós, quando disponíveis.

Os óbitos de crianças indígenas com idades entre 0 e 5 anos integram o levantamento da entidade e, conforme informações do relatório de 2019, cujos dados referem-se a 2018, a Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) admite haver subnotificação em algumas localidades e faixas etárias específicas. De acordo com o CIMI, “os dados da Sesai evidenciam que a mortalidade na infância indígena é bastante grave e pode ser caracterizada como genocídio em algumas regiões do Brasil” (CIMI, 2019, p. 124). Consta também no documento a denúncia de que

a mortalidade infantil e na infância está diretamente vinculada à fragilidade dos acompanhamentos pré-natal e pós-natal. E, ainda mais grave, a mortalidade é ocasionada por conta das precariedades ambientais, falta de saneamento básico e porque, em geral, não há sequer água potável em muitas aldeias. Em âmbito nacional, existe deficiência alimentar e nutricional nas comunidades indígenas (CIMI, 2019, p. 124).

---

<sup>133</sup> Os endereços eletrônicos para acessar os referidos relatórios do CIMI estão disponíveis no Anexo II, abaixo da tabela referente à ‘Violência contra povos indígenas no Brasil, no período 2007-2018’.

Os registros de óbitos infantis no Pará e no DSEI Rio Tapajós inseridos na tabela que consta do Anexo II, em vista não apenas da subnotificação a que faz referência a Sesai, mas também de não terem sido obtidas informações específicas desse Distrito relativas a todos os anos do período pesquisado, torna difícil a comparação dos dados. Obtém-se, entretanto, a partir dos relatórios dos anos de 2013 a 2016 e 2018, que foi registrada a morte de cinquenta crianças apenas no DSEI Rio Tapajós.

Em relação à ‘violência contra o patrimônio’, os dados inseridos na tabela incluem os classificados pelo CIMI como ‘conflitos relativos a direitos territoriais’, ‘invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais, danos diversos ao patrimônio’, ‘omissão e morosidade da regularização de terra’ e ‘terras indígenas sem providência’.

Entre os registros acima referidos, chama a atenção em quase todas as formas de violência classificadas o crescimento do número de casos no Pará, especialmente entre os anos de 2014 e 2018.

Em artigo publicado no relatório de 2019, referente a 2018, sob o título “As violências contra os povos indígenas tornaram-se chagas institucionalizadas”, o presidente do CIMI denuncia a dor, o sofrimento e as angústias dos povos indígenas e constata que as violências são cumulativas,

promovidas e desencadeadas ao longo de décadas de modo sistemático, por particulares e pelo Estado brasileiro. Podemos afirmar com muito pesar que há, no Brasil, a institucionalização da violência como prática de governos (CIMI, 2019, p. 9).

Declara ainda o presidente da entidade que:

A Amazônia não pode ser convertida – neste novo ciclo de colonização financeirista, de ritmo acelerado e tecnologias potencialmente bem mais destrutivas do que as utilizadas no passado – em um horizonte de projeção de lucros e de máxima exploração capitalista” (CIMI, 2019, p. 10).

Os conflitos sociais e os casos de violência registrados pela CPT e pelo CIMI, mesmo que não detalhados em determinados anos, ou para a sub-região focalizada diretamente nesta pesquisa, expressam, no conjunto, o agravamento das questões que envolvem as disputas e o acesso à terra, assim como os direitos dos povos indígenas. Tal entendimento é amplamente confirmado por meio dos artigos e análises publicados nos relatórios anuais das duas entidades, durante todo o período. Quando relacionamos as interpretações e as evidências apresentadas anteriormente pelos agentes do campo social ao conjunto das publicações e levantamentos feitos



pela CPT e o CIMI, no tocante à intensificação dos conflitos sociais e da violência na região, confirma-se o agravamento crescente das sérias questões e embates, que estão a exigir, cada vez mais, a contestação do poder que se impõe sobre a terra, os territórios, os direitos e as culturas dos povos da região.

## 5 JOGO BRUTO: O ‘GOVERNO INVISÍVEL’ DO CAPITAL TRANSNACIONAL NO OESTE DO PARÁ

A proposta neste capítulo é traçar um painel das dinâmicas capitalistas que vêm ocorrendo na região da rodovia BR-163, seguindo a mesma lógica de análise, a partir de Itaituba, bem como da região do Tapajós, nas interseções que envolvem os setores do agronegócio, da mineração e dos grandes projetos de infraestrutura, fortemente ilustrativos das prioridades do Estado brasileiro em sua inserção no processo de acumulação capitalista mundial, cujas consequências deságuam no quadro social altamente conflitivo da região, como já foi possível apreender no capítulo anterior.

A perspectiva daquele lugar para a análise tem o objetivo, justamente, de possibilitar a compreensão do proclamado ‘desenvolvimento’, linha discursiva recorrente em todas aquelas frentes de expansão capitalista, a partir do *locus* em que a racionalidade e a lógica do capitalismo, mundializado e altamente financeirizado, impõem-se sobre os territórios, esmagam as populações amazônicas ali existentes e produzem, cada vez mais, aumento das desigualdades sociais, espoliação da terra e supressão de direitos, por mecanismos extremamente violentos, fazendo sobressair a lógica colonial que continua a imperar. Tais dinâmicas, ao mesmo tempo, assombram a todos e provocam a resistência de setores organizados do campo social, que acreditam, a despeito de toda sorte de arbitrariedade que enfrentam, que ainda é possível lutar por uma ordem democrática, sob a égide do Estado de Direito.

Busca-se traçar análise que conjuga teoria, observação, dados disponíveis, diferentes perspectivas dos que vivenciam as múltiplas facetas da realidade local, daí porque, ao longo do capítulo, recorre-se também às interpretações dos agentes sociais ouvidos na pesquisa, quer para identificar como a lógica dominante deita raízes e sofre ainda os agravantes das mazelas políticas e econômicas locais, quer para inserir, como propõe Bhabha, outras vozes e histórias dissonantes no debate, que fortalecem os que persistem vislumbrando alternativas, porque “pensam para o além” (BHABHA, 1998, p. 23).

O trabalho é concebido, também, como tentativa de contribuir, de algum modo, para denunciar o que ali acontece e reunir elementos que se encaixam, como em um quebra-cabeça, comprovando as razões e inquietações dos visionários que ali estão, os que são movidos pela energia inquieta de que fala Bhabha (1998). Muitos agentes do campo social, ainda que nem todos tenham plena consciência da amplitude da luta cotidiana, estão enfrentando questões de dimensões mundiais e expondo suas próprias vidas para transformar a realidade em que a maioria vive na região, ou, como diria Bhabha, “o presente em um lugar expandido e excêntrico

de experiência e aquisição de poder” (BHABHA, 1998, p. 23).

As dinâmicas econômicas aqui tratadas vinculam-se a estratégias definidas pelos Estados nacionais dominantes do capitalismo global, que se utilizam das potencialidades naturais dos países ricos em matérias-primas como fontes para a industrialização em seus próprios países, obedecendo a uma lógica de distribuição internacional do trabalho que se mantém historicamente no Brasil, como discerne Quijano ao afirmar a existência de uma “geografia social do capitalismo” (QUIJANO, 2005, p. 110), determinada e mantida pelos países e blocos hegemônicos, desde a colonização da América Latina.

A Amazônia, sem dúvida, é uma das regiões mais visadas do planeta como fonte para exploração. A imensa área abrangida pela bacia do Tapajós e pelo entorno da rodovia Santarém-Cuiabá, como será demonstrado a seguir, não obstante o grande aporte de recursos públicos e privados que para lá vêm sendo destinados, não contraria a lógica defendida por Quijano, no sentido da manutenção do papel que a região segue cumprindo na estrutura do poder político-econômico do país e mundial.

Embora haja na região crescimento econômico, investimentos e novas tecnologias utilizadas em algumas daquelas atividades econômicas, não há verticalização dos processos produtivos, nem melhoria das condições gerais de vida das populações locais, o que caminha em paralelo com a destruição da natureza, significando que haverá a inviabilização precoce do próprio modelo, pelo esgotamento dos recursos naturais, muito antes do que os estudos técnicos apontavam anteriormente.

Não há, portanto, desenvolvimento socioeconômico, o que resultaria, necessariamente, em ganhos sociais, condições dignas de vida, respeito aos processos de renovação da natureza. Tais processos econômicos, como afirma Castro (2015b, p. 232), continuam a fundamentar-se em narrativas teóricas do século XX, que prevalecem e reforçam o ideário dominante de que desenvolvimento é crescimento econômico, o que precisa ser superado, posto que, nessas vertentes, a “natureza é considerada como fonte inesgotável para gerar utilidade”.

As consequências sistêmicas do modelo econômico, portanto, vêm se impondo no município de Itaituba e na região do Tapajós, como parte da lógica que Salama (2012) nomeia de ‘reprimarização da economia’, o que implica grandes desvantagens nas trocas comerciais para países como o Brasil, que vem encolhendo a pauta de exportações de produtos industrializados e ampliando a de produtos primários, com baixo valor agregado.

Por outro viés de interpretação, o da Ecologia Política, como exposto no capítulo anterior, Escobar (2010, p. 23) lança luzes ao apontar que os conflitos produzidos a partir das lutas contra o poder concentrado nas mãos de poucos são também conflitos de distribuição

ecológica, ligados ao acesso e ao controle sobre os recursos naturais, como ocorre intensamente naquela região. A colonialidade e a diferença colonial, que persistem, propõe o autor, precisam ser analisadas a partir da indissociabilidade entre as esferas econômica, ecológica e cultural. A imbricação das três esferas propostas pelo autor aplica-se, com exatidão, àquela realidade social, em que os conflitos sociais vinculam-se não apenas às questões estritamente concebidas como econômicas, mas também, e fortemente, à destruição da natureza e das culturas historicamente existentes na região.

As dinâmicas socioeconômicas e da natureza que vêm ocorrendo em Itaituba e no entorno da BR-163 apontam para o esgotamento cada vez mais célere das reservas naturais (GUDYNAS, 2016; ACOSTA, 2016; CASTRO; ALONSO; NASCIMENTO, 2016), o que, naquela região, está ligado a vários fatores, como a ilegalidade reinante, a convivência e/ou ineficiência do Estado e os novos processos tecnológicos. O avanço desmedido sobre a natureza leva, também, como analisa Gudynas (2016), ao esgotamento das reservas, restando aos países enormes passivos ambientais, além de sérios impasses sociais, porque se esgotam também as possibilidades de vida e de emprego. Nesse contexto, prevalece a forte pressão dos que detêm o poder econômico mundial, impedindo que os países detentores de grandes reservas naturais tenham condições de concorrer no mercado industrial de ponta. Renova-se, assim, permanentemente, a lógica da subordinação que submete os países produtores de matérias-primas.

O neoextrativismo, de que tratam muitos autores do campo crítico, caracteriza-se pela superexploração violenta dos bens naturais e culturais, constituindo versão contemporânea do extrativismo e conceito que abrange os complexos processos extrativistas impostos pelos mercados mundiais, que se fundam na expropriação inclemente da natureza, na destruição dos ecossistemas, na inviabilização de economias regionais e locais, alterando, irreversivelmente, os territórios, as culturas, a saúde e as formas de viver dos povos, como refere Acosta (2016).

Gudynas (2016) caracteriza os extrativismos da fase atual como de terceira e quarta gerações em que, diferentemente do que ocorria na primeira e segunda gerações, quando eram utilizados mão de obra humana e equipamentos de baixa tecnologia, prevalecem as tecnologias avançadas, a remoção de grandes volumes e um alto consumo de energia e de recursos.

A análise dos processos minerários na América Latina, por um grupo de pesquisadores reunidos em evento internacional, levou à constatação de outros desequilíbrios decorrentes do neoextrativismo, que envolvem os cenários político, social e ambiental, em todo o continente:

Os processos de desestabilização das democracias latino-americanas em países como Brasil e Argentina intensificados no contexto das novas pressões do capitalismo transnacional, que impõem um regime violento de apropriação dos bens naturais e culturais dos povos do continente (ZHOURI; BOLADOS; CASTRO, 2016, p. 9).

São processos sociais, políticos e ambientais amplamente constatados na região objeto da pesquisa, envolvendo, além da exploração mineral, a florestal e dos solos, pelas atividades da pecuária e cultivo intensivo de grãos, como revelado no capítulo sobre os conflitos sociais. O ambiente conflitivo, decorrente do neoextrativismo, como encontrado na região da BR-163, entretanto, não é algo isolado, pois, como asseveram Zhouri, Bolados e Castro (2016), em várias partes do mundo a lógica do saque à natureza está diretamente relacionada às lutas de resistência, impetradas por agentes sociais locais.

Constatam-se, assim, a força e a abrangência do modelo econômico e das novas estratégias de acumulação capitalista que afetam diretamente os ‘lugares’, mas que se expandem para muito além, comprometendo as demais áreas da vida dos povos, como vem acontecendo em grande parte do continente latino-americano, o que até pouco tempo atrás não era possível dimensionar, como referem as autoras:

Parte de nós estava longe de imaginar a intensidade da desintegração ética e política desencadeada pela construção de um novo imaginário desenvolvimentista relacionado à superexploração de nossos recursos naturais e bens comuns (ZHOURI; BOLADOS; CASTRO, 2016, p. 9).

Outra consequência extremamente relevante das dinâmicas econômicas e sociais mundiais, que repercute direta e fortemente no Pará, diz respeito à precarização do trabalho e à redução de vagas em setores da economia, de forma paradoxal quando relacionada aos vultosos valores investidos em grandes empreendimentos no estado, como os minerários. Existem também condições análogas ao trabalho escravo em muitas atividades econômicas.

Constata Alimonda (2011) que, desde o início deste século, irromperam mega projetos de apropriação e extração em todo o continente latino-americano, porém:

[...] diferentemente de épocas passadas, as condições tecnológicas permitem agora prescindir de grandes contingentes de força de trabalho. As populações locais, então, se transformam em vítimas de processos de esvaziamento territorial que as excluem de seus lugares de pertença, ao mesmo tempo em que destroem os ecossistemas com os quais têm convívio, às vezes, desde um tempo imemorial (ALIMONDA, 2011, p. 13, tradução nossa).

Quanto ao trabalho em condições análogas ao trabalho escravo<sup>134</sup>, dados do Ministério do Trabalho<sup>135</sup> de 2016, atualizados até março de 2017, obtidos a partir de operações de fiscalização para erradicação do trabalho escravo, revelam que o Pará ocupava, naquele período, a quarta posição no número de trabalhadores nessas condições, no país, em que foram notificados 885 casos. Na “lista suja” do Brasil, atualizada entre os anos de 2017 e 2019, encontram-se 187 empregadores, entre pessoas jurídicas e físicas, e 2.375 trabalhadores, estando a maioria dos casos relacionada a trabalhos praticados em fazendas, obras de construção civil, oficinas de costura, garimpo e mineração, segundo divulgação feita pela Agência Brasil<sup>136</sup>.

A concentração do trabalho escravo no Pará, especificamente na região oeste do estado e em Itaituba, onde as atividades agropecuárias, a mineração e a garimpagem são fortes, estão marcadas por casos que se enquadram em todas as situações previstas na conceituação legal de trabalho análogo ao escravo. São mais uma prova das profundas contradições de um país e de um modelo que se autoproclamam como modernos. Constituem, também, a marca indelével do passado de escravidão do país, ainda tão amargamente presente nas condições objetivas de trabalho e de vida dos que lutam pela sobrevivência e se deparam, frontalmente, em suas condições psíquicas e físicas, com a desumanidade que marca a história de um país mantenedor de relações coloniais, de violência estrutural e da colonialidade do poder, não apenas como imposição de fora para dentro, mas de forma marcante e culturalmente absorvida em suas relações internas, com o aval de uma ordem instituída que permite que assim seja.

---

<sup>134</sup> De acordo com o Ministério do Trabalho, atual Secretaria de Trabalho vinculada ao Ministério da Economia, “considera-se trabalho realizado em condição análoga à de escravo a que resulte das seguintes situações, quer em conjunto, quer isoladamente: a submissão de trabalhador a trabalhos forçados; a submissão de trabalhador a jornada exaustiva; a sujeição de trabalhador a condições degradantes de trabalho; a restrição da locomoção do trabalhador, seja em razão de dívida contraída, seja por meio do cerceamento do uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, ou por qualquer outro meio com o fim de retê-lo no local de trabalho; a vigilância ostensiva no local de trabalho por parte do empregador ou seu preposto, com o fim de retê-lo no local de trabalho; a posse de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, por parte do empregador ou seu preposto, com o fim de retê-lo no local de trabalho”. Disponível em: <http://www.trabalho.gov.br/fiscalizacao-combate-trabalho-escravo>. Acesso em: 20 set. 2019

<sup>135</sup> Os dados constam da página do Ministério do Trabalho sob o título “Resultados da Fiscalização para Erradicação do Trabalho Escravo de 2016” e foram acessados no endereço: <http://www.trabalho.gov.br/fiscalizacao-combate-trabalho-escravo/resultados-das-operacoes-de-fiscalizacao-para-erradicacao-do-trabalho-escravo>. Acesso em: 20 ago. 2018.

<sup>136</sup> A matéria sob o título “Atualização da lista suja do trabalho escravo tem 187 empregadores, foi publicada no dia 03.04.2019 no endereço <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-04/atualizacao-da-lista-suja-do-trabalho-escravo-tem-187-empregadores>. Acesso em: 20 set. 2019

## **5.1 Estratégias de apropriação, cobiça, articulação de capitais e interesses transnacionais ditam as regras do jogo**

À medida que se busca aprofundar a compreensão das conexões capitalistas entre o lugar e o mundo, mais se revela a face perversa do capitalismo, na atual fase de reprodução ampliada do capital.

A análise das dinâmicas econômicas que vêm ocorrendo na região da rodovia Santarém-Cuiabá leva à constatação de alguns aspectos que se considera como centrais na conexão entre o âmbito local e o mundial, produzindo uma série de transformações e consequências. O primeiro deles relaciona-se à espantosa e crescente financeirização da economia; o segundo diz respeito à privatização – e desnacionalização – de empresas em setores estratégicos para o país; e o terceiro vincula-se às múltiplas estratégias de articulação do grande capital, com vistas à atuação no mercado mundial.

O crescimento exponencial da financeirização da economia envolve extraordinários e ágeis fluxos de capitais nacionais e internacionais operados, entre outros, por um mercado de ações cada vez mais exigente, que vem passando por processos de sofisticação, em especial nas últimas décadas, com o objetivo de atrair acionistas e oferecer o máximo possível de segurança aos investidores de todas as partes do mundo.

Tais processos de financeirização implicam intensa especulação financeira e a racionalidade que os move é a da lucratividade máxima dos empreendimentos e investimentos, o que se mostra cada vez mais apartado dos danos sociais e ambientais causados por tal dinamismo, não obstante os blocos econômicos envolvidos alegarem, sempre, que assumem compromissos para associar eficiência econômica, práticas de governança e equilíbrio socioambiental.

Conforme afirma El Khalili (2018, p. 62), referindo-se à devastação da maior biodiversidade da terra, sob o aval e propagação pela mídia hegemônica internacional:

No mercado internacional, flutuam algumas fortunas párias, dinheiros sem pátria, valores adquiridos de negócios espúrios; outros, de operações produtivas, à custa da mão de obra barata de crianças e jovens, sangue e suor de adultos e velhos, procurando desesperadamente a redenção, a remissão. O milagre santeiro são os valores destinados aos investimentos em pesquisas e projetos socioambientais (EL KHALILI, 2018, p. 63).

Os arranjos institucionais e os agentes econômicos e financeiros de todas as partes do mundo estão cada vez mais conectados, e o Estado não é instado apenas a responder adequadamente aos interesses em jogo, mas a atuar também como agente do mercado, agindo

em busca da sofisticação e da criação de ambiente normativo e de gestão que atraia e dê sustentação aos investimentos externos no país.

O dinamismo do comércio internacional e o volume de transações financeiras globais, envolvendo poderosos agentes econômicos mundiais partícipes dos mesmos negócios, levaram à criação, no Brasil, de novos mecanismos exigidos para resguardar os interesses em disputa, assim como para que as instituições do próprio Estado possam participar mais ativamente da regulação do mercado, de acordo com as expectativas das elites político-econômicas do país.

Nessa direção, caminham várias ordens de atuação. Quanto às bolsas de valores, por exemplo, foi criada, em março de 2017, a maior bolsa de valores do país, que é a Brasil, Bolsa e Balcão, a B3<sup>137</sup>, pela fusão entre a Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos (CETIP) e a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&F Bovespa), as principais instituições do setor no país, até então.

No que tange à segurança para a chamada ‘propriedade dispersa’, ou seja, aos ‘proprietários’ ou partícipes de diversas magnitudes em investimentos de grandes corporações transnacionais no Brasil – que possuem controle acionário de determinado bloco econômico, são grandes acionistas, ou pequenos acionistas mobilizados ao redor do mundo – foram criados novos mecanismos de gestão denominados de ‘governança corporativa’. São novas exigências do mercado financeiro que buscam garantir, acima de tudo, os detentores de grandes capitais e a pulverização da crença nas vantagens dos investimentos por pequenos e médios acionistas.

Nesse sentido, no Brasil, tem havido crescimento do ambiente normativo, de afirmação de princípios de gestão e de divulgação para o mercado mundial, em especial nas duas últimas décadas, de modo a garantir a permanência de investidores e a favorecer a entrada de novos capitais externos, em diversos setores da economia.

As privatizações e a abertura do mercado brasileiro nos anos 1990, levaram à criação, em 1995, do Instituto Brasileiro de Conselheiros de Administração (IBCA), que passou depois, em 1999, a se chamar Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). Como refere o

---

<sup>137</sup> De acordo com a Equipe Toro Investimentos, a Brasil, Bolsa e Balcão (B3) é a maior e mais famosa Bolsa de Valores brasileira. Com sede em São Paulo, a B3 conta com unidades no Rio de Janeiro e em Barueri (SP), além de ter escritórios de representação em Xangai (China) e em Londres (Inglaterra). Conforme os dados do grupo, em maio de 2018, mais de seiscentas e oitenta mil pessoas físicas estavam aplicando e negociando por meio da B3, o que significa que mais de cento e quarenta mil pessoas começaram a investir na Bolsa do Brasil na última década. A instituição foi apontada como uma das sessenta marcas brasileiras mais valiosas em 2018. <https://blog.toroinvestimentos.com.br/b3-bolsa-de-valores-brasil#:~:targetText=A%20B3%20foi%20criada%20em,institui%C3%A7%C3%B5es%20do%20setor%20no%20pa%C3%ADs.Acesso em: 10 nov. 2019.>



próprio IBGC<sup>138</sup>, em sua página, as transformações por que passou o mercado global. Trouxeram a necessidade de governança corporativa para dirimir e evitar “conflitos inerentes à propriedade dispersa e à divergência entre os interesses dos sócios, executivos e o melhor interesse da empresa”. São, portanto, visados e resguardados, como prioridade máxima, os investidores e os investimentos realizados no país.

Quanto às responsabilidades sociais e ambientais, constam nas plataformas desses grupos transnacionais programas de *Compliance*<sup>139</sup>, como parte da governança corporativa que, em tese, estabelecem compromissos com a sustentabilidade, valores éticos, prevenção de falhas e outros. É fato que, como se constata na pesquisa e nos muitos desastres sociais e ambientais que vêm ocorrendo no Brasil, decorrentes da atuação de grupos transnacionais, tais compromissos são retóricas, os quais visam a atrair acionistas e capitais, mas que frequentemente caem no vazio.

O poderio econômico-financeiro e a intensa circulação de capitais em escala mundial que vem ocorrendo celeremente, as transformações no comando das empresas transnacionais e blocos econômicos, bem como a marcante impessoalidade que caracteriza o mercado de capitais, dão a dimensão do quanto países e regiões, como o Brasil e a Amazônia, riquíssimos em matérias-primas, estão no foco da cobiça e das estratégias de apropriação por parte dos detentores do poder nesse mercado, cujos objetivos centrais são a geração de lucro e a ampliação da base de acionistas e investidores.

Por outro lado, à medida que o Brasil se insere e busca cada vez mais sobressair no mercado mundial de capitais, quer pelo controle de parcelas desse mercado por meio de bolsas de valores como a B3, quer pela ampliação de mecanismos de governança corporativa para garantir segurança aos investidores nacionais e transnacionais no país, tanto mais se configura o desastre social, ambiental, da democracia e da soberania popular promovidos por esses

---

<sup>138</sup> De acordo com o IBGC, o modelo de propriedade dispersa, que teve origem nos Estados Unidos, configura uma transformação radical do modelo empresarial de gestão de grandes empresas antes existente, em que havia comando direto e majoritário pelo chefe da família proprietária do negócio, como presidente do conselho de administração ou principal executivo, ou ainda por meio de gestores profissionais contratados. Trata-se de um movimento impulsionado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Atualmente, segundo informações do IBGC, estão hospedadas nesse instituto as atividades da Global Reporting Initiative (GRI) no Brasil, a rede de Institutos de Gobierno Corporativo de Latino America (IGCLA) e o Global Network of Director Institutes (GNDI), grupo que congrega institutos relacionados à governança e conselho de administração ao redor do mundo. Integram o grupo de associados mantenedores do IBGC o Santander, o Itaú, a B3, o Bradesco, a CPFL energia, o BNDES, entre outros. <https://www.ibgc.org.br/conhecimento/governanca-corporativa>. Acesso em 20 nov. 2019.

<sup>139</sup> De acordo com o Banco do Brasil, os Programas de *Compliance* têm por finalidade disseminar diretrizes que visem à conformidade e sustentabilidade dos negócios, possibilitem o aumento da prevenção de atos ilícitos, a redução de perdas financeiras e de danos à reputação da instituição[...]. São diretrizes para prevenir, detectar e corrigir práticas inadequadas ou que desrespeitem leis, normas e regulamentos externos e internos. Informações disponíveis em: <https://www.bb.com.br/docs/pub/inst/dwn/ComplianceAno18PT.pdf>. Acesso em: 10 dez. 2019.

mecanismos de poder. A dimensão dessa ciranda financeira, certamente, torna-se tanto mais preocupante pelo crescimento exponencial da financeirização da economia, gerado em vista de que tais investidores transnacionais são também, por sua vez, formados por capitais integrados, de que participam grandes conglomerados financeiros ao redor do mundo, mantidos por instituições financeiras de capital internacional, de porte semelhante ou maiores do que as que financiam e dão credibilidade ao IBGC.

Será detalhado ao longo do capítulo como a combinação de capitais e de interesses transnacionais está muito bem configurada nas atividades de mineração, produção de energia, agronegócio e construção de grandes infraestruturas, para a circulação e escoamento da produção do Brasil, na região da rodovia Santarém-Cuiabá e na bacia do Tapajós. Daí porque não interessa aos detentores do comando político e econômico do país, como bem ressaltado pelos agentes do campo social entrevistados na pesquisa, ouvir os agentes locais, construir canais de interlocução, propor a redução de danos às populações locais, manter direitos sociais e trabalhistas consagrados nas leis e na própria Constituição brasileira, reduzir desigualdades, criar mecanismos de geração de emprego e de distribuição da renda. Há interesses maiores que ditam as regras do jogo, impõem definições e exigem obediência aos ditames da ordem.

O segundo aspecto que conecta o local com a dimensão neoliberal global diz respeito à definição do Estado brasileiro em privatizar setores estratégicos, fundamentais para a soberania do país. O Estado brasileiro vem aprofundando, nas últimas décadas, a transferência para a iniciativa privada de setores, como portos, rodovias, ferrovias, produção de energia, controle sobre a água e outros.

Sob o discurso apelativo e enganador em defesa das privatizações, os governos neoliberais exaltam a importância de qualificar e ampliar a prestação de serviços públicos, que, segundo argumentam, deixam muito a desejar pela baixa qualidade ofertada e incapacidade do Estado em universalizá-los. Desobrigado de investir em empresas estatais, de acordo com essa linha discursiva, torna-se possível gerar novos empregos e ampliar políticas sociais, promovendo, assim, a melhoria das condições de vida da população. Como é possível constatar na história recente e em dados socioeconômicos produzidos pelas próprias instituições do país, assim como no *locus* da pesquisa, as bases desse discurso não se sustentam.

Os dois mandatos do governo de FHC, do PSDB, entre 1995/1998 e 1998/2002, que antecederam o governo de Luís Inácio Lula da Silva, marcaram o avanço da política neoliberal no país, com intensificação das privatizações, apresentadas como a entrada do Brasil na modernidade, quando o país assistiu à transferência para a iniciativa privada de grandes estatais – como a Vale, ex-Companhia Vale do Rio Doce, Usiminas, Copesul, Light, Acesita,

Companhia Siderúrgica Nacional e de ferrovias (RIBEIRO JÚNIOR, 2011, p. 40) –, em um emaranhado que conjuga outros graves elementos, como relata o editor da obra “Privataria<sup>140</sup> Tucana” sobre o período:

[A] selvageria neoliberal dos anos 1990 [...] dizimou o patrimônio público nacional, deixando o país mais pobre e os ricos mais ricos. Se fosse apenas isso, o livro já se justificaria. Mas vai além, ao perseguir a conexão entre a onda privatizante e a abertura de contas sigilosas e de empresas de fachada nos paraísos fiscais do Caribe, onde se lava mais branco não somente “o dinheiro sujo da corrupção” [...], mas também o do narcotráfico, do contrabando de armas e do terrorismo (EMEDIATO, 2011, p. 9-10).

Nas palavras do próprio FHC, era “preciso dizer, sempre e em todo lugar, que este governo não retarda privatização, não é contra nenhuma privatização e vai vender tudo o que der para vender”. O que parecia um discurso datado, mesmo que com um sem número de sérias consequências para o país, prossegue como uma prioridade dos governos neoliberais no Brasil, o que vem se intensificando nos últimos anos. Além da privatização, esses processos implicam, efetivamente, desnacionalização, pois não há em muitos casos, como no da Petrobras, empresa ou consórcio de empresas brasileiras com capital suficiente para comprar as empresas públicas à venda.

Entretanto, o discurso de que a sanha privatista iria salvar o país de todas as mazelas e colocá-lo em outro patamar no contexto internacional, resultou, de fato, no que Ribeiro Júnior relata, após pesquisa minuciosa sobre a era FHC:

Na prática, a teoria acabou sendo outra. O torra-torra das estatais não capitalizou o Estado, ao contrário, as dívidas interna e externa aumentaram, porque o governo engoliu o débito das estatais leiloadas — para torná-las mais palatáveis aos compradores — e ainda as multinacionais não trouxeram capital próprio para o Brasil. Em vez disso, contraíram empréstimos no exterior e, assim, fizeram crescer a dívida externa. Para agravar o quadro, os cofres nacionais financiaram a aquisição das estatais e aceitaram *moedas podres*, títulos públicos adquiridos por metade do valor de face, na negociação (RIBEIRO JÚNIOR, 2011, p. 38).

---

<sup>140</sup> Sobre o termo Privataria, o autor do livro, Amaury Ribeiro Júnior, esclarece na obra que “o que houve no Brasil não foi privatização, mas propinização”. A versão local da praxis foi batizada como privataria pelo jornalista Gaspari (2011, p. 41), ao casar, com felicidade, os vocábulos “privatização” e “pirataria”

Embora o período acima aludido seja anterior ao focalizado na pesquisa, as consequências imediatas e os desdobramentos posteriores embasam o entendimento das questões político-econômicas em jogo nas disputas pelo poder no país.

De acordo com dados do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES)<sup>141</sup>, referentes ao Programa Nacional de Desestatização (PND), foram realizadas 99 desestatizações no Brasil, no período 1990-2015, nos setores siderúrgico, químico, petroquímico, de fertilizantes, elétrico, ferroviário, da mineração, portuário, aeroportuário, rodoviário, financeiro, de petróleo e outros. Fazem parte desse levantamento dois trechos da BR-163 que foram privatizados, como detalhado mais adiante, no tópico 5.3.1, perfazendo um total de quase mil e setecentos quilômetros, cujas administrações foram entregues às empresas Concessionária de Rodovia Sul-Matogrossense S.A, a CCR MSVia, e à Concessionária Rota do Oeste (CRO), da Odebrecht Rodovias, responsável pela concessão da BR-163, entre os municípios Itiquira (MT) e Sinop (MT). A CCR MSVia integra um conglomerado de grandes empresas do ramo de concessões de rodovias, aeroportos, da mobilidade urbana e serviços, possuindo 55,3% de capital aberto, vinculado ao Novo Mercado. O Grupo Odebrecht<sup>142</sup> opera em quatorze países e tem representação em outros treze países.

Durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT), foram privatizadas duas empresas – o Banco do Estado do Ceará e o Banco do Estado do Maranhão – e feita a concessão<sup>143</sup> de oito rodovias federais, correspondentes a cerca de 2,6 mil quilômetros. Além destas, foram feitas concessões da Hidrelétrica Santo Antônio e da usina hidrelétrica de Jirau, ambas no rio Madeira, assim como da linha de transmissão Porto Velho-Araraquara. No governo de Dilma Roussef, também do PT, foram feitas concessões de duas rodovias e de cinco aeroportos.

---

<sup>141</sup> Os dados do PND do BNDES são relativos às privatizações de âmbito federal, que ocorreram no período 1990-2015 gerando receita equivalente a US\$ 54,5 bilhões, obtida com a venda de empresas e com a alienação de participações minoritárias, valor esse que, acrescido ao da dívida transferida ao setor privado, de cerca de US\$ 9,2 bilhões, representou um resultado total da ordem de US\$ 63,7 bilhões. As informações estão disponíveis em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/transparencia/desestatizacao/processos-encerrados/Privatizacao-Federais-PND>. Acesso em: 20 nov. 2019.

<sup>142</sup> A Odebrecht S.A., holding do Grupo, possui sete ramos de negócios diferentes, em que estão incluídas a construção de rodovias e portos, a mobilidade urbana e infraestrutura, a produção de energia elétrica, gás etanol, resinas termoplásticas, óleo e gás, por meio das empresas Atvos, Braskem, OTP, Ocyan, Oli, OR, OEC. Informações disponíveis em: <https://www.odebrecht.com/negocios>. Acesso em: 25 out. 2019.

<sup>143</sup> A concessão é feita através de contrato que prevê a devolução ao Estados dos bens e serviços, ao fim do período contratual ou a qualquer momento em que haja interesse público.

Os dados do balanço e perspectivas econômicas apresentadas pelo governo Temer<sup>144</sup>, após a turbulência política e o golpe de 2016, que retirou Dilma Roussef do comando do país, apontavam para reformas econômicas que deveriam acontecer entre 2016 e 2018.

Utilizando-se de várias manobras e alegando dados negativos da economia do país, como se estivessem desconectados das questões políticas e econômicas de fundo, internas e mundiais, que emergiam com mais força naquele momento sob articulação do campo conservador, o governo Temer propôs uma série de medidas. Entre estas, foram incluídas a reforma dos marcos legais do setor de energia, o teto constitucional de gastos, por meio da Emenda Constitucional 95/2016, a chamada política do “teto dos gastos”, com fortes repercussões negativas nas políticas sociais do país; celeridade à reforma da previdência, abertura comercial do país; reforma do FIES e uma série de outras medidas, neoliberais por excelência.

Em setembro de 2016, o governo Temer sancionou a lei nº 13.334, criando o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), visando à ampliação de contratos de parceria com a iniciativa privada para a execução de empreendimentos públicos de infraestrutura, além de outras medidas de privatização.

A tendência de ampliação do projeto neoliberal segue ainda com maior virulência a partir de 2019, sob o governo de ultradireita de Jair Bolsonaro<sup>145</sup>, assumindo o PPI proporções assombrosas no que tange à perda da soberania do país e ao comando da economia, sem mencionar aqui todos os demais aspectos desastrosos do atual governo, entre os quais incluem-se as políticas sociais, da educação, da cultura, bem como a política internacional. A secretária especial do PPI, em 2019, em balanço após menos de sete meses de governo, afirma que “mais de 70% do capital investido (R\$ 187,9 bilhões) são exclusivamente estrangeiros. Se contabilizados os valores investidos por meio de consórcios com empresas brasileiras, o percentual de investimento sobe para quase 86% (R\$ 224,9 bilhões). No total, 56 empresas estrangeiras venceram licitações sozinhas ou em consórcios”.

O governo Bolsonaro projeta, ainda, conforme divulgado pelo conselho do PPI<sup>146</sup> incluir

<sup>144</sup> As informações acima citadas constam do documento “Reformas econômicas em 2016-2018 e perspectivas para

o próximo mandato presidencial” disponíveis em: <http://www.fazenda.gov.br/centrais-de-conteudos/publicacoes/analises-e-estudos/arquivos/2018/reformas-economicas-em-2016-2018-e-perspectivas-para-o-proximo-mandato-presidencial>. Acesso em: 20 jun.2019.

<sup>145</sup> A matéria sob o título “Governo vai apoiar ampliação do Programa de Parcerias de Investimentos”, em que está expressa a definição do governo federal de retomar os projetos interrompidos do PAC, foi publicada pela Agência Brasil, em agosto de 2019, e pode ser acessada em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/economia/noticia/2019-08/governo-vai-ampliar-atuacao-do-programa-de-parcerias-de-investimentos>. Acesso em: 15 set. 2019.

<sup>146</sup> As informações constam da matéria “Governo prevê novas concessões com investimentos de R\$1,6 trilhão”,

cinquenta e nove novos projetos na lista de empreendimentos a serem privatizados nos próximos anos, entre rodovias, ferrovias, portos, hidrovias, aeroportos, linhas de transmissão, concessão de reservas de petróleo e gás. A expectativa do governo é que seja obtido, em dez anos, o valor total de R\$ 1,57 trilhão na transferência de empreendimentos públicos para a iniciativa privada. Entre esses projetos consta a concessão de trecho da rodovia BR-163, entre Sinop e Miritituba/Itaituba<sup>147</sup>.

O terceiro aspecto da análise diz respeito às diferentes estratégias de articulação do grande capital, com vistas à atuação no mercado mundial, concretizadas entre grandes empresas e corporações transnacionais. Tais estratégias de combinação de capitais e de atuação no mercado incluem *joint ventures*, que podem ser de vários tipos, *holdings*, consórcios, incorporações, trustes, pools, cartéis, fusões e aquisições, entre outras. Tais modalidades e estratégias são muito utilizadas nas regiões da BR-163 e do Tapajós, tanto para a construção de rodovias, portos, hidrelétricas, como para atividades de exploração e produção mineral, como será observado ao longo do capítulo.

## 5.2 A produção de *commodities* no eixo da BR-163

A rodovia BR-163 e o sistema multimodal de transporte e armazenamento, conexões em plena expansão para impulsionar e tornar mais lucrativa a produção do agronegócio da região Centro-Oeste do país e os mercados globais dos demais continentes, estão muito longe de constituir partes de uma dinâmica territorial delimitada, circunscrita àquela região e que incide apenas sobre rodovias que se estendem pelo estado do Pará, como a BR-163. A produção de *commoditi*<sup>148</sup>, parte da estratégia do grande capital antes mencionada, com sérios impactos

---

disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-05/governo-preve-novas-concessoes-com-investimentos-de-r-16-trilhao>. Acesso em: 18 set. 2019.

<sup>147</sup> A Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) abriu a Audiência Pública nº 15/2019, em agosto de 2019, relativa ao Programa de Exploração da Rodovia e aos Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental (EVTEA), para concessão da rodovia BR-163/MT, no trecho compreendido entre o entroncamento com a Rodovia MT-220 (SINOP/MT) e a divisa dos Estados de Mato Grosso e Pará, em (Guarantã do Norte/MT); BR-163/PA, no trecho compreendido entre a divisa dos Estados do Mato Grosso e Pará (Novo Progresso/PA) e o entroncamento com a BR-230/PA (Itaituba/PA); e BR-230/PA, no trecho compreendido entre o entroncamento com a BR-163/PA (Itaituba/PA) e o início da travessia do Rio Tapajós (distrito de Miritituba, Itaituba/PA). Matéria disponível em:

[http://www.antt.gov.br/salaImprensa/noticias/arquivos/2019/08/ANTT\\_abre\\_AP\\_para\\_concessao\\_da\\_BR163MT.html](http://www.antt.gov.br/salaImprensa/noticias/arquivos/2019/08/ANTT_abre_AP_para_concessao_da_BR163MT.html). Acesso em: 29 set. 2019.

<sup>148</sup> Khalili (2018, p. 60) esclarece o termo *commodity*: “segundo a definição do mercado financeiro, de forma simplificada, são contratos à vista e futuros negociados nas bolsas de mercadorias, ou balcões (fora dos mercados organizados de bolsas); assim sendo: contratos a termo, futuros e opções, ou também contratos *spot*, ou seja, mercados de ativos físicos, negociados com pagamento e entrega à vista. Para definir de forma mais complicada, resume: “*commodity* se converte em papéis, fundos verdes, títulos e cédulas, balanços de empresas analisados os

socioambientais em escala mundial, apresenta ainda muitos outros agravantes no Brasil. Como analisa Khalili (2018), refletindo sobre algumas dessas questões, a agricultura brasileira está:

Estrangulada pelas taxas e juros, pelo descrédito, pelo resultado da falta de planejamento financeiro, pelo monopólio de compradores dos produtos agrícolas, pela logística de continente mal administrado e pela cultura de senzala que faz do pequeno e médio produtor rural cabresto de escravo (KHALILI, 2018, p. 62).

Em meio às dinâmicas mais recentes, para além da condição de “corredor” da produção de *commodities* de Mato Grosso, alguns municípios paraenses da rodovia Cuiabá- Santarém, como Itaituba e Trairão, começam a investir em terras e plantações de monocultivos de forma associada com o fortalecimento da produção pecuária.

A produção da cadeia carne-grãos existente no estado de Mato Grosso, na região da BR-163, que permite associar grandes capitais agroindustriais, inclusive por meio das bolsas de valores, com grande volume de exportações, conta com todas as benesses do Estado, interessado no equilíbrio da balança comercial do país, e vem despertando o interesse e a mobilização cada vez maiores dos proprietários de terras e agentes econômicos da região e externos, que estão se deslocando para Itaituba e municípios próximos, como Trairão. Os investimentos, possibilidades e impactos da cadeia carne-grãos estão mais bem detalhados nos tópicos seguintes.

Por ser o município de Itaituba detentor de crescente infraestrutura portuária e de armazenamento de grãos, situada no distrito de Miritituba, e Trairão o município vizinho, que conta, por estar a poucos quilômetros de distância, com a mesma infraestrutura, passou a haver na última década um dinamismo crescente no sentido de fazer prosperar no oeste do estado do Pará novas cadeias produtivas, com financiamentos nacionais e internacionais combinados entre diferentes atividades e agentes econômicos/investidores. Além da infraestrutura já construída, há uma série de outros projetos e investimentos que vêm sendo priorizados pelo governo federal para a região, como as hidrovias, o asfaltamento e a privatização de trechos da rodovia BR-163, novos portos em Miritituba, a construção de ferrovia, a Ferrogrão, tudo em decorrência da demanda global, como será detalhado a seguir.

De acordo com Potiara Castro (2018, p. 102), passou a haver alteração daquelas áreas

---

passivos ambientais, projetos de gestão ambiental, quantificando os valores reais das ações cotadas em bolsas, certificados com direito de poluir, securitização de dívidas, operações agroambientais, relações entremercados e intramercados, travas e tripés com custos cruzados, enfim, uma parafernália de instrumentos sofisticados a serem produzidos utilizados pelo mercado financeiro”. Disponível em: <file:///C:/Users/Rosane/Google%20Drive/DOUTORADO/P%20C3%93S-QUALIFICA%20C3%87%20C3%83O/LEITURAS%20P%20C3%93S-QUALIFICA%20C3%87%20C3%83O/PDF%20-%20AMYRA%20EL%20KHALILI%20-%20COMMODITIES%20AMBIENTAIS.pdf>. Acesso em: 18 out. 2019

de fronteira na região da BR-163, onde antes prevaleciam madeireiros e pecuaristas, “a partir da introdução da soja [quando] se estabelece um terceiro elo significativo no padrão de ocupação dessas novas fronteiras do capital”.

Em uma região como a de Itaituba, que se caracteriza pelo fato de parcelas da elite econômica local já serem proprietárias de mais de um tipo de negócio, a combinação de interesses no sentido de incorporar esse terceiro elo na cadeia produtiva apresenta-se cada vez mais atraente e lucrativa. Ainda que essas dinâmicas estejam subordinadas aos interesses de poderosos grupos transnacionais, que vêm avançando fortemente na região, há investimentos em terras e em outros fatores de produção que podem ser articulados com os daqueles grupos, ou funcionar subsidiariamente a eles.

Refere a presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Itaituba que:

Os fazendeiros continuam como donos de garimpo. Por exemplo, o Sr. Juarez estava só na fazenda, mas hoje está mais no garimpo. Isso acontece com a maioria deles. Quem eu conheço aqui que nunca foi garimpeiro é o Sr. Pereira da Silva. O João Nogueira Lima é piloto, garimpeiro e fazendeiro, e também trabalha com melhoramento genético, com inseminação artificial. Há, ainda, outro empresário que trabalha com melhoramento genético e é dono da SMH Laminados de Madeira Ltda, no distrito de Miritituba (informação verbal).<sup>149</sup>

O próprio prefeito de Itaituba, agente político e econômico que é grande incentivador das dinâmicas e investimentos transnacionais no município e região, incorpora a combinação de interesses e atua diligentemente frente à prefeitura nesse sentido, o que certamente resultará em grandes benefícios para o homem público, assim como para o empresário de vários setores. Por ser fazendeiro, pecuarista que investe no confinamento de gado, dono de garimpo, grande ex-exportador de madeira que almeja poder retornar ao setor quando, espera, forem liberadas pelo governo Bolsonaro as concessões para a exploração madeireira, não apenas nas flonas mas também dentro dos Parques Nacionais, o prefeito de Itaituba representa bem a associação dos interesses locais com os mundiais, assim como a confusão de papéis entre o agente público e o defensor de interesses privados. Outros aspectos centrais da produção de *commodities* agrícolas vinculam-se às implicações da estrutura fundiária e da gestão da política agrária no país, à demanda por terras para atividades econômicas extensivas, que estão no centro da produção e do equilíbrio da balança comercial brasileira, e aos profundos impactos socioeconômicos e culturais, assim como para a natureza. Esse conjunto de fatores leva à disseminação da violência e dos conflitos sociais na região.

---

<sup>149</sup> Presidente do Sindicato de Produtores Rurais de Itaituba, em entrevista concedida à autora, em 24.04.2019.



### 5.2.1 Disputas pela terra: reforma agrária, gestão do Estado, agravamento da grilagem e da concentração fundiária

Embora não seja propósito do trabalho investigar a fundo os problemas fundiários na região, considera-se importante fazer breve referência às muitas e sérias questões ligadas à propriedade da terra, à gestão discricionária do Estado em favor dos grandes proprietários, à corrupção, assim como à grilagem de terras e à concentração fundiária. Tais questões são geradoras de conflitos sociais, como tratado no capítulo anterior, e interferem diretamente em todas as atividades ligadas à produção de *commodities* agrícolas, assim como na agricultura familiar, além de estarem associadas a ilegalidades, como o desmatamento naquela área da Amazônia, o que será tratado no tópico 5.4.

Frente ao dinamismo econômico no entorno da rodovia BR-163, ao longo da última década, propiciado tanto pelos governos progressistas como mais intensamente pela atuação deliberada do Estado neoliberal nos últimos governos do país, as questões acima mencionadas, de complexidade histórica, vêm se reatualizando constante e celeremente.

Em relação à reforma agrária e à opção prioritária do Estado pelo *agrobusiness*, em detrimento da agricultura familiar, torna-se fundamental tratar, ainda que brevemente, a respeito dos assentamentos rurais<sup>150</sup>, o que será exemplificado a partir dos projetos existentes em Itaituba e Trairão, municípios vinculados à Superintendência Regional do Incra em Santarém, a SR-30.

De acordo com a SR-30, em levantamento atualizado em 31.12.2017, são os seguintes os assentamentos existentes nos dois municípios:

---

<sup>150</sup> O Incra define o assentamento rural como um conjunto de unidades agrícolas independentes entre si, instaladas pelo órgão onde originalmente existia um imóvel rural que pertencia a um único proprietário. Cada uma dessas unidades, chamadas de parcelas, lotes ou glebas, é entregue pelo Incra a uma família sem condições econômicas para adquirir e manter um imóvel rural por outras vias [...]. Os trabalhadores rurais que recebem o lote comprometem-se a morar na parcela e a explorá-la para seu sustento, utilizando exclusivamente a mão de obra familiar. Eles contam com créditos, assistência técnica, infraestrutura e outros benefícios de apoio ao desenvolvimento das famílias assentadas. Até que possuam a escritura do lote, os assentados e a terra recebida estarão vinculados ao Incra. Portanto, sem ter acesso à escritura do lote em seus nomes, os beneficiários não poderão vender, alugar, doar, arrendar ou emprestar suas terras a terceiros. Informações disponíveis na página do órgão: <http://www.incra.gov.br/assentamento>. Acesso em: 15 jun. 2019.

**Tabela 17-** Assentamentos de Trabalhadores(as) Rurais – Números oficiais  
Execução Anual – Famílias SR-30/STM – Superintendência Regional de Santarém

Cód. PA	Nome PA	Código IBGE	Município	Capacidade	Famílias assentadas	Área (ha)	Data de criação
SM0039000	Miritituba	1503606	Itaituba	336	320	25336	05.06.1998
SM0053000	PA Ypiranga	1503606	Itaituba	439	261	42155	14.12.1998
SM0057000	PA São Benedito	1503606	Itaituba	171	170	10596.189	29.10.1999
SM0156000	PDS Nova União	1503606	Itaituba	150	146	14302.4234	05.10.2006
SM0157000	PA Arixi	1503606	Itaituba	103	103	5.768.85	05.10.2006
SM0188000	PDS Nova Brasília II	1503606	Itaituba	60	59	5693.7468	21.11.2006
SM0029000	PA Rio Bonito	1508050	Trairão	120	99	12.400	30.10.1997
SM0047000	PA Areia	1508050	Trairão	280	274	20.000	14.12.1998
SM0155000	PDS Esperança do Trairão	1508050	Trairão	350	347	32.1116.1805	05.10.2006
SM0189000	PA Nossa Senhora de Fátima	1508050	Trairão	60	59	4531.8659	21.11.2006
SM0190000	PA Rio Cigano	1508050	Trairão	22	19	2199.5312	21.11.2006
SM0192000	PDS Boa Vista do Caracol	1508050	Trairão	100	90	22742.5968	23.11.2006
SM0242000	PDS Pimental	1508050	Trairão	200	174	10899.471	27.12.2006
SM0260000	PAE Montanha e Mangabal	1503606	Itaituba	100	67	54443.54	03.09.2013

**Fonte:** INCRA - Superintendência Regional do Pará – SR 30  
Casa Civil da Presidência da República/ Incra – Diretoria de Gestão Estratégica<sup>151</sup>.

Observa-se, a partir dos dados acima, que dos sete assentamentos criados em terras obtidas pelo INCRA<sup>152</sup> em Itaituba, três são PAs, dois são PDS e um é PAE. Desse total, três foram criados no final da década de 1990 e quatro entre 2006 e 2013. Quanto ao município de Trairão, dos sete projetos de assentamento existentes, quatro são PAs e três são PDS, tendo sido criados dois deles no final da década de 1990 e cinco no ano de 2006, portanto, na gestão de Luís Inácio Lula da Silva.

<sup>151</sup> Informações disponíveis em:

[http://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod\\_sr=30&Parameters%5BPlanilha%5D=Nao&Parameters%5BBox%5D=GERAL&Parameters%5BLinha%5D=4](http://painel.incra.gov.br/sistemas/Painel/ImprimirPainelAssentamentos.php?cod_sr=30&Parameters%5BPlanilha%5D=Nao&Parameters%5BBox%5D=GERAL&Parameters%5BLinha%5D=4). Acesso em: 18jun. 2019.

<sup>152</sup> Os projetos de assentamento criados por meio de obtenção de terras pelo Incra, na forma tradicional, são denominados Projetos de Assentamento (PAs); os ambientalmente diferenciados, são denominados Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE), Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), Projeto de Assentamento Florestal (PAF) e Projeto Descentralizado de Assentamento Sustentável (PDAS). Informação disponível em: <http://www.incra.gov.br/assentamentoscriacao>. Acesso em: 25 jun. 2019

Quanto ao número de famílias assentadas pelo INCRA/SR-30 na região, os dados oficiais, de 2005 a 2016, demonstram decréscimo considerável nos últimos anos quanto à criação de novos assentamentos e traduzem o desinvestimento nas políticas federais de reforma agrária na região:

**Tabela 18-** Assentamentos de Trabalhadores(as) Rurais – Números oficiais

Até 1994	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011		2012	2013	2014	2015	2016
874	18.000	33.700	378	231	1.329	3.307	1.346		1.485	1.825	698	295	03

Fonte: DT/DTI – 2 – Sipra Web 31.12.2016<sup>153</sup>

No ano de 2018, durante o governo Temer, foram criados seis assentamentos nos municípios de Itaituba e Aveiro, sendo cinco PDS - Cocalino, Mamuru, Nova Integração, São Manoel e Novo Horizonte - e o PA Universo. Em conjunto, esses projetos de assentamento têm capacidade para 429 famílias e área de aproximadamente 46 mil hectares. Embora a criação dos novos projetos pareça a princípio positiva, há uma série de questões que envolvem as demais políticas e investimentos necessários para que tenham efetividade.

Em estudos aprofundados acerca da destinação de terras públicas durante o governo Temer, Malerba<sup>154</sup> (2018) denuncia mecanismos legais utilizados de forma sub-reptícia, que resultaram no que denomina de “a contrarreforma agrária do governo Temer”. Trata-se da análise e desvendamento de políticas públicas que, em tese, apoiariam a reforma agrária, mas que, efetivamente, resultaram em reconcentração fundiária.

As medidas levaram à emissão recorde de títulos de posse para assentados da reforma agrária, naquele governo, e, em contraposição, foi deliberado corte brutal nas verbas do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), assim como nos programas destinados à criação, desenvolvimento e infraestrutura dos assentamentos, entre os anos de 2017 e 2018.

Durante a investigação, Malerba (2018) analisou sinalizações cruzadas e contraditórias das políticas agrárias do governo Temer, em 2017, quando foram emitidos 123 mil títulos, número extraordinário quando comparado à média de 20 mil títulos ao ano, no período de 2003 a 2016, visto que:

No mesmo ano em que o Programa de Regularização Fundiária do Inca

<sup>153</sup> Informação disponível em: [incra.gov.br/tree/info/file/11934](http://incra.gov.br/tree/info/file/11934). Acesso em: 14 jun. 2019.

<sup>154</sup> O artigo referido, de autoria de Juliana Malerba, intitula-se “Reconcentração fundiária será o maior legado da contrarreforma agrária do governo Temer”. Disponível em: <https://fase.org.br/pt/informe-se/artigos/reconcentrao-fundiaria-sera-o-maior-legado-da-contrarreforma-agraria-do-governo-temer/>. Acesso em: 10 jul. 2019.

recebia o maior aporte de recursos de toda a sua história, o Programa de Aquisição de Alimentos experimentava uma redução orçamentária de 66% [...] O PAA garante aos produtores da agricultura familiar o acesso a mercados institucionais e representa uma das principais fontes de financiamento para o setor. Para 2018, a previsão de cortes no Programa é ainda mais severa, indicando uma clara intenção de torná-lo inoperante: segundo o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentária (PLDO) estavam previstos apenas R\$ 750 mil ao PAA contra R\$ 330 milhões destinados em 2017. Caminho semelhante tem sido traçado aos programas destinados à criação, desenvolvimento e infraestrutura aos assentamentos, cuja previsão de cortes para 2018 variavam entre 60% e 80% (MALERBA, 2018, artigo publicado originalmente no site Brasil em 5).

O que poderia parecer, *a priori*, ilógico e sem fundamento, a autora descreve como a lógica da “captura de terras”, ativo de maior valorização, que, combinada com os elevados cortes para a agricultura familiar e a reforma agrária no governo Temer, passou a inviabilizar as condições para que os trabalhadores rurais prosperem. À medida que essas terras deixarem de servir aos fins a que se destinam legalmente, analisa a autora, haverá o favorecimento à grilagem de terras, ou à “legalização” via Programa Terra Legal. Tal dinâmica de reconcentração fundiária, assegura Malerba, embora conte “com o aparato normativo a seu favor, segue acionando formas tradicionais e truculentas de coerção” (FASE, 2018).

A responsabilidade da União quanto à política da reforma agrária, como expressamente definido na Lei nº 4.504/1966<sup>155</sup> - o Estatuto da Terra -, abrange um “conjunto de medidas que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade”. Entre os objetivos prioritários<sup>156</sup> dessa política encontram-se a desconcentração e a democratização da estrutura fundiária, o combate à fome e à miséria, a promoção da cidadania e da justiça social e a democratização das estruturas de poder. Conforme a legislação vigente, cabe à União, nos PAs, PDS e PAE, a obtenção da terra, criação dos projetos, seleção dos beneficiários, concessão de créditos, assistência técnica, infraestrutura básica - estradas de acesso, água e energia elétrica -, além do aporte de recursos e da titulação.

As condições para que os projetos de assentamento integrantes do Programa de Reforma Agrária cheguem a ser considerados como ‘consolidados’ estão disciplinadas na norma de execução nº 09 do Incra, desde 2001, o que implica já terem sido garantidos os benefícios que incluem condições dignas de vida, de trabalho e a outorga de título de domínio<sup>157</sup>, a pelo menos

<sup>155</sup> Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L4504compilada.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504compilada.htm). Acesso em: 20 fev. 2019

<sup>156</sup> Informação disponível em: [http://www.incra.gov.br/reforma\\_agraria](http://www.incra.gov.br/reforma_agraria). Acesso em: 24 mar. 2019

<sup>157</sup> O Título de Domínio é o instrumento que transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter definitivo. É garantido pela Lei 8.629/93, quando verificado que foram cumpridas as cláusulas do contrato de

cinquenta por cento dos beneficiários, exceção feita aos Projetos Agroextrativistas (PAE) e Projetos de Desenvolvimento Sustentável (PDS), para os quais são mantidos os Contratos de Concessão de Uso (CCU)<sup>158</sup>, concedidos inicialmente aos beneficiários.

Muito embora a norma nº 09 do Incra vigore desde 2001, a realidade enfrentada nos assentamentos dos municípios abrangidos pela SR-30, expressa no Relatório de Gestão de 2017 - portanto, mais de dez anos após a criação da grande maioria dos projetos de assentamento de Itaituba e de Trairão e há quase duas décadas dos primeiros assentamentos criados nesses municípios - é que:

[...] com dificuldades relevantes de execução, destacam-se ainda a situação das atividades de infraestrutura básica, acompanhada da prestação de contas do repasse de recursos, o programa nacional de habitação rural, a revisão do cadastro e homologação de famílias e as vistorias de supervisão ocupacional (INCRA, Relatório de gestão, 2017, p. 7).

Em outra meta a que faz referência a SR-30 do Incra no Relatório de 2017, concernente à “Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento”, são explicitadas as condições atuais dos PAs da região:

Quanto ao déficit, com exceções, todos os projetos de assentamento necessitam de implantação e/ou melhorias: de acesso, de água potável e energia elétrica de qualidade. O que em tese, impacta diretamente no desenvolvimento sócio/econômico das famílias beneficiárias. No exercício não houve a celebração de novos contratos, entretanto, a UG possui atualmente dez convênios oriundos do exercício 2013, dos quais seis encontram-se vencidos por razões diversas, seja pela fragilidade nas prestações de contas por parte das convenientes, seja pelo insuficiente quadro de servidores do Incra no encaminhamento das questões em razão das limitações orçamentárias[...] (INCRA, Relatório de gestão, 2017, p. 26).

---

concessão de uso e que o assentado tenha condições de cultivar a terra e de pagar o título de domínio. Informação disponível em: <http://www.incra.gov.br/titulacao>. Acesso em: 30 mar. 2019

<sup>158</sup> O Contrato de Concessão de Uso transfere o imóvel rural ao beneficiário da reforma agrária em caráter provisório e assegura aos assentados o acesso à terra, aos créditos disponibilizados pelo Incra e a outros programas do Governo Federal de apoio à agricultura familiar. Informação disponível em: <http://www.incra.gov.br/titulacao>. Acesso em: 28 mar. 2019

Entre as muitas debilidades, imprecisões, falta de condições de trabalho e problemas de gestão atestadas no relatório da SR-30, há outras situações geradoras de conflitos sociais na região, que ocorrem quando a União, não obstante as falhas e a falta de investimento nos projetos de assentamento, tenta desobrigar-se das responsabilidades legais que lhe cabem, atestando irregularmente que determinado PA encontra-se consolidado, como ocorreu com os PAs Ituqui, em Santarém, e Areia, em Itaituba/Trairão.

As associações desses PAs, juntamente com o MPF e a CPT, denunciaram que os projetos precisam de investimentos em infraestrutura, aplicação de créditos, assistência técnica e titulação de pelo menos 50% dos lotes. Os relatórios elaborados pelo Incra sobre esses casos não foram conclusivos quanto aos investimentos em bens e serviços que justificassem a consolidação dos projetos e foi contestada a decisão do Comitê de Decisão Regional (CDR)<sup>159</sup> da SR-30 do Incra, o que tornou obrigatória a retomada das responsabilidades pelo órgão e União, de modo a garantir as políticas de reforma agrária aos assentados. Vale ressaltar que, mesmo quando é obtida a revisão da decisão pelo Incra, após conflitos, lutas e ação via MPF, os procedimentos são extremamente morosos, como ocorreu em relação aos dois PAs, em que a revogação da resolução CDR/SR/01/PA, de 2002, só ocorreu em outubro de 2015.

A grilagem de terras, outro problema histórico na região, apesar da expectativa ao longo da última década de que começasse a ser solucionado, em vista dos novos sistemas informatizados, inclusive os que garantem agilidade aos fluxos de informação institucionais, da construção de plataformas interativas, além do refinamento de outras tecnologias, como as que dão maior precisão às imagens via satélite, pelo contrário, tem se agravado. A busca de solução para os crimes e impasses no uso e apropriação ilegal das terras na região segue, assim, sem perspectiva, tanto mais porque há questões estruturais do país e interesses em jogo, em que estão envolvidos agentes com grande poder econômico e instâncias do poder político institucionalizado.

Castro (2007), ao ressaltar a necessidade de se efetivar o ordenamento fundiário na região, como condição essencial para o ordenamento territorial, define a dimensão das questões fundiárias existentes há várias décadas:

A ilegalidade do avanço sobre as terras públicas tem sido a marca do crescimento das frentes de expansão desde os anos 70. Em geral, ninguém tem título de propriedade, nem mesmo aqueles primeiros colonos assentados pelo Incra no início dos anos 70 (CASTRO, 2007, p. 118).

---

<sup>159</sup> Matéria sobre o assunto está disponível em: <https://incraoestepara.wordpress.com/tag/trairao/>. Acesso em: 10 mar. 2019

As causas para a continuidade e o agravamento da apropriação ilegal de terras, do uso da violência e da expropriação das populações locais e trabalhadores rurais, que asseguram a permanência de grandes grileiros na região, são de várias ordens e apresentam complexidades distintas, inclusive por estarem associadas a outros crimes, muitos operados em rede e de forma organizada, como o desmatamento ilegal na região oeste do Pará.

Entre essas causas podem ser citadas, de início, a gestão fundiária do Estado, em muitas situações comprovadamente morosa e fraudulenta, assim como o fato de não existirem bases confiáveis de dados e registros oficiais que possibilitem deter a grilagem e outros crimes, bem como possibilitar a atuação eficaz e orientada das políticas e instituições governamentais, o que resulta em insegurança institucional, como refere Costa (2017, p. 53). As estatísticas oficiais, afirma o autor, escamoteiam a interpenetração que ocorre dos domínios privados sobre terras públicas, o que culmina em um quadro problemático Costa (2017, p. 68). Refere ainda o pesquisador da UFPA que as “incertezas fundiárias resultam em insegurança social e em redução de oportunidades econômicas Costa (2017, p. 52).

Os problemas fundiários, historicamente presentes em toda a Amazônia e não apenas no oeste do Pará, como enfatiza Castro (2007), decorrem da

[...] morosidade de órgãos públicos marcados pela corrupção e pelo apoio à grilagem de terras. A ausência do Estado na maior parte da região representou uma estratégia para deixar a fronteira livre para osatores, segundo o jogo de poder e da criminalidade; foi funcional e estrutural no sistema de concentração fundiária (CASTRO, 2007, p. 119).

Recentemente, em mais um dos muitos fatos que comprovam o desmando do controle fundiário no oeste do Pará, o MPF foi à Justiça<sup>160</sup>, por meio de ação civil pública, para impedir a emissão, processada em um único dia de 2017, de 230 títulos irregulares em assentamentos dessa região, uma vez que CCUs, títulos provisórios e individuais, não podem ser concedidos em assentamentos coletivos, como os PAEs e PDS.

Os desmandos no controle fundiário, em relação à sobreposição de terras e propriedades, alcançam número e complexidade absurdos, envolvendo também cartórios, responsáveis pelo registro de títulos de propriedade de imóveis. Fioravanti (2019), em matéria sobre as “Terras imaginárias do Pará”, publicada na edição nº 279<sup>161</sup> da revista da Fundação de Amparo à

<sup>160</sup> As informações podem ser obtidas na página do MPF: <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf-vai-a-justica-para-impedir-incra-de-emitir-titulos-irregulares-em-assentamentos-no-oeste-do-pa>. Acesso em: 14 jul. 2019.

<sup>161</sup> Matéria disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/2019/05/10/as-terras-imaginarias-do-para/>. Acesso em: 10 dez. 2019.

Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), traz os dados levantados pelo Sistema Geográfico de Informação Fundiário (SIGF)<sup>162</sup>, plataforma computacional elaborada por equipe multidisciplinar da UFPA, em colaboração com o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) e o Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), que reuniu 83.676 documentos de três regiões – Itaituba, Tomé-Açu e Jari:

O SIG Fundiário fez algo inédito, ao integrar bases de dados de órgãos públicos e cartórios e está delineando a real situação fundiária do estado. Os resultados preliminares revelaram 22,7 milhões de hectares (ha) de terras privadas e 18,5 milhões de ha de terras públicas que não existem de fato, porque a soma das áreas registradas em cartórios excede a área total dos municípios. A chamada matrícula, documento que permite a venda ou a doação de imóveis, gera novo registro toda vez que muda o proprietário. O SIG Fundiário identificou até dez registros simultâneos, como se houvessem dez donos ou conjuntos de donos com áreas sobrepostas (FIORAVANTI, 2019).

De acordo com o coordenador técnico do SIG Fundiário, ouvido por Fioravanti (2019), as sobreposições detectadas no sistema podem resultar tanto de imprecisões técnicas quanto da posse ilegal de terras. Terras indígenas e UCs, conforme os documentos oficiais, têm áreas com 8,4 milhões de hectares a mais do que foi identificado por esse sistema. Trata-se, portanto, de um volume absurdo de imprecisões, ou de ilegalidades, o que demonstra quão caótica é a situação fundiária daqueles municípios.

Somente em Itaituba, os dados e documentos levantados pelo SIGF identificaram que há diferença de 218% entre a área oficial do município, que é de 6.204.247 hectares, e a área registrada nos cartórios, que apresenta um total de 19.746.163 hectares.

Girolano Domênico, coordenador de análises institucionais do SIGF e docente da UFPA, refere outra grave consequência da grilagem de terras, muito presente na região do entorno da rodovia BR-163 e geradora de conflitos sociais, que é a expulsão de comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas.

Em outro estudo, conforme matéria publicada por Fioravanti no site da FAPESP, a equipe do IntegraData

---

<sup>162</sup> Conforme relata Carlos Fioravanti, “criado há cinco anos, com financiamento de cerca de US\$ 1,6 milhão da Fundação Ford e da organização não governamental Climate and Land Use Alliance (Clua), o SIG Fundiário reuniu 83.676 documentos de três regiões – Tomé-Açu, Jari e Itaituba, que somam 19,5 milhões de ha, o f equivalente a 15% do Pará. A equipe do Laboratório de Integração de Informações Agrárias, Econômicas e Ambientais para Análise Dinâmica da Amazônia (IntegraData), órgão da reitoria da UFPA que cuida do SIG Fundiário, coletou informações diretamente das matrículas e registros de catorze dos centro e quatro cartórios do estado”. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/wp-content/uploads/2019/05/076-081-Par%C3%A1-279.pdf>. Acesso em: 18 out. 2019



[...] reuniu os mapas de unidades de conservação, terras indígenas e quilombolas sob responsabilidade de órgãos públicos federais no Pará e encontrou 792 sobreposições, que equivalem a 1,5 milhão de ha. De acordo com os documentos oficiais, a área das terras indígenas e unidades de conservação é 8,4 milhões de ha maior que a identificada pelo SIG Fundiário. Nas terras públicas, 18,5 milhões de ha de fato não existem. “Nos últimos anos, os mapas foram corrigidos nos sites das instituições dos órgãos do governo federal, mas a informação continua errada nos documentos oficiais”, comenta Solyno [coordenador técnico do SIGF] (FIORAVANTI, 2019, p. 78).

Ainda de acordo com a matéria, “o MMA estima que a área total de terras obtidas por intermédio de escrituras falsas no Pará, registradas em cartórios de imóveis, atinja 30 milhões de ha, quase 25% da superfície do estado [do Pará]”.

Como parte importante no debate acerca do descontrole fundiário e ambiental, o Cadastro Ambiental Rural (CAR)<sup>163</sup>, criado para constituir instrumento de regularização ambiental, controle do desmatamento e controle das propriedades rurais, há muito vem sendo questionado por desconsiderar as sobreposições entre propriedades rurais e terras indígenas.

De acordo com dados publicados pela Agência Pública<sup>164</sup>, de jornalismo investigativo, “mais de dois terços dos imóveis rurais declarados no CAR do Pará apresentam alguma sobreposição e pelo menos 20 registros definitivos validados em terras indígenas, o que é proibido”.

Camila Moreno, da Heinrich Boell Foundation<sup>165</sup>, ao analisar os compromissos assumidos pelo Brasil nas negociações acerca da contribuição para a ação climática global, que resultou na assinatura do *Acordo de Paris*, em dezembro de 2015, trata sobre os desafios postos ao país, frente ao que identifica como uma “marcha de retrocessos em curso sobre a legislação ambiental doméstica e ataques ao marco dos direitos conquistados no campo socioambiental”, resultantes do Novo Código Florestal aprovado em 2012, que:

<sup>163</sup> De acordo com o Serviço Florestal Brasileiro, vinculado ao MAPA, o CAR “foi criado pela Lei nº 12.651/2012, no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente - SINIMA, e regulamentado pela Instrução Normativa MMA nº 2 de 5 de maio de 2014, e é um registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais referentes à situação das Áreas de Preservação Permanente - APP, das áreas de Reserva Legal, das florestas e dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Uso Restrito e das áreas consolidadas, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento”. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Lei/L12651.htm). Acesso em: 15 fev. 2019

<sup>164</sup> Matéria da agência Pública pode ser acessada em: <https://apublica.org/2016/08/as-falhas-e-inconsistencias-do-cadastro-ambiental-rural/>. Acesso em: 16 nov. 2019.

<sup>165</sup> Conforme matéria publicada em: <https://www.ecodebate.com.br/2017/11/20/agenda-de-retrocessos-ambientais-ameaca-o-cumprimento-dos-compromissos-assumidos-pelo-brasil/>. Acesso em: 30 nov. 2019

[...] na prática, reduziu imensamente a proteção às áreas de preservação permanente (APP) e reserva legal (RL), criou mecanismos de flexibilização, como a possibilidade de venda de cota de reserva ambiental (CRA) e impôs o cadastro ambiental rural mandatório como espinha dorsal do seu processo de implementação, amarrando a execução das políticas florestais e de uso da terra que estão na NDC [Contribuição Nacionalmente Determinada, em português] com um processo em curso, complexo, controverso e cujas consequências práticas – com as sobreposições de registros – podem traduzir-se em novas formas de expropriação, incorporando e atualizando dinâmicas, como a grilagem digital (MORENO, 2017).

Fioravanti (2019), com base em diversas fontes, afirma que:

Por ser alimentado com informações fornecidas diretamente pelos proprietários rurais, o CAR deixa espaço para imprecisões e fraudes. Em 2016, a Receita Federal prendeu uma quadrilha chefiada por um empresário paulista, que desmatava e grilava terras públicas no estado. O registro no CAR em nome de empresas de fachada permitia que as terras fossem exploradas, arrendadas e vendidas (FIORAVANTI 2019, p. 79).

Trata-se, portanto, de um conjunto de implicações que, embora respaldadas por dispositivos legais e normativos, não resolveram problemas fundiários existentes historicamente na região e levaram a outros impasses, que continuam a reverberar não apenas no âmbito institucional, mas diretamente nos territórios, com muitos embates entre agentes sociais, políticos, econômicos e o Estado.

Analisando a regularização fundiária durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva, em especial a partir da MP nº 458/2009, Torres, Doblas e Alarcon (2017, p. 16), reputam a gestão como responsável por levar à concentração de “milhões de hectares de terras públicas situadas na Amazônia nas mãos de poucos”. Daí porque identificam os autores que foi, então, naquele período “ratificada a inclinação do aparato legislativo brasileiro em favor do latifúndio [...]”. Os autores levantam os dados da distribuição das terras, após a MP nº 458/2009, e concluem que, embora os minifúndios e as pequenas propriedades constituíssem 85% das demandas por regularização, a área total por eles ocupadas representava apenas 15%, enquanto que às médias e grandes propriedades estavam destinados 81% da área a ser regularizada.

Referem também Torres, Doblas e Alarcon outro fato identificado durante a pesquisa no oeste do Pará, que diz respeito ao fracionamento de grandes extensões de terras, por meio de lotes, até o limite permitido na legislação, abrindo-se processos independentes no Incra, “com distintos “laranjas” como requerentes. Esses “testas de ferro, na prática, encobriam um só grande grileiro” (TORRES; DOBLAS; ALARCON, 2017, p. 16).

Quanto à concentração fundiária, os dados trazidos pelo último Censo Agropecuário

realizado no país - o Censo Agro 2017 - são reveladores do quanto que, comparativamente com o censo anterior, de 2006, passou a haver cada vez mais terras nas mãos de um número menor de proprietários, o que também, em relação a essa perspectiva de análise, põe abaixo os princípios que regem legalmente a política fundiária do país, quanto à democratização do acesso à terra e à renda e ao compromisso de investir na agricultura familiar.

Os dados comparativos entre os censos de 2006 e 2017 apontam que a estrutura agrária do país privilegiou os grandes proprietários de terras, que possuem áreas de 1.000 ou mais hectares, tendo havido no período o aumento de 3.625 unidades e de 17,08 milhões de hectares da área ocupada por esses estabelecimentos. Nesse mesmo período, os estabelecimentos intermediários, de até 100 ha, tiveram pouca variação, crescendo 1,7% no total de estabelecimentos, porém mantendo a área média em 15,87 ha. Quanto aos estabelecimentos agropecuários de 100 a menos de 1000 hectares, houve redução de 3.569 unidades e de 586.494 ha na área por eles abrangida.

Conforme analisa a ONG Repórter Brasil, partindo da comparação entre os dois censos agropecuários - de 2006 e 2017 -, nesse período de pouco mais de uma década os dados demonstram o avanço do agronegócio, em detrimento da agricultura familiar, o aumento da concentração de terras e da renda, o que incentiva o desmatamento e os conflitos sociais. Em relação às regiões Norte e Centro-Oeste do país, sintetiza a ONG, o agronegócio avança nessas regiões, “o que implica mais conflitos por terras, violência e destruição do meio ambiente”<sup>166</sup>.

### 5.2.2 A produção de grãos: novas fronteiras de expansão, fortes impactos socioeconômicos e ambientais

A soja, principal *commodity* agrícola brasileira, não tem, ainda, produção estatisticamente configurada em Itaituba. De acordo com o Censo Agro 2017, embora o Pará seja detentor de 579 estabelecimentos produtores de soja, que ocupam uma área de 343.670 ha e tenha produzido, naquele ano, 1.155.228 toneladas do grão, alcançando o valor de produção da ordem de 1.191.247(x1000) R\$, o município de Itaituba aparece sem produção neste item da pauta da exportação brasileira.

Não obstante os últimos dados processados no levantamento censitário em relação a Itaituba, que coincide exatamente com o final do período objeto da pesquisa, mais uma vez considera-se fundamental estender a análise até os últimos elementos disponíveis da produção

---

<sup>166</sup> Matéria disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2019/11/maior-concentracao-de-terras-revelada-pelo-censo-agropecuario-incentiva-desmatamento-e-conflitos/>. Acesso em: 30 nov. 2019

paraense, em vista dos resultados da pesquisa de campo e dos relatos dos agentes sociais envolvidos diretamente com as lutas pela terra e o avanço do agronegócio, assim como dos que estão à frente das definições políticas e econômicas municipais, como o prefeito de Itaituba, o secretário de Infraestrutura e a presidente do Sindicato dos Produtores Rurais do município.

Para além do fato de ainda não haver dados sobre a produção de soja em Itaituba e Trairão no censo agropecuário de 2017, as dinâmicas que vêm ocorrendo e interferindo de várias formas na região, como as que movimentam o mercado de terras, as que decorrem da chegada de grupos transnacionais produtores de alimentos no eixo da BR-163, assim como as que se vinculam aos interesses dos países que são grandes consumidores da produção brasileira de grãos, como a China, precisam ser observadas. São elementos importantes, entende-se, para apreender como vêm se estabelecendo os padrões de uso da terra naqueles municípios que estão, de forma privilegiada para as pretensões de expansão desse mercado, na região da rodovia próxima às estruturas portuárias, que possibilitam o embarque da produção para os países consumidores ao redor do mundo.

Nesse sentido, infere-se ser importante observar os dados da produção da soja nos municípios próximos à Itaituba na rodovia BR-163, com base no Censo Agro 2017, em vista do dinamismo regional que, respeitadas as especificidades de cada município, vincula-se a estratégias mais amplas do grande capital. Desse modo, passam a configurarem-se “lugares” em sentido mais amplo, porque as elites políticas e econômicas locais são partícipes e fomentadores da mesma lógica de expansão capitalista.

Importante também identificar que, não obstante situarem-se no mesmo campo de interesses e investimentos, neodesenvolvimentistas e neoextrativistas, há disputas internas entre os agentes dos campos político e econômico, constatadas na pesquisa, como já brevemente abordado anteriormente, o que será pormenorizado ao longo do capítulo. São questões que remetem às reflexões de Bourdieu (1989), quando trata das disputas internas e das diferentes posições dos agentes dentro do campo, o que depende do lugar ocupado na distribuição de poder e está diretamente relacionado ao capital que possuem - seja este, no caso, econômico, político e/ou simbólico -, e ao reconhecimento social desse capital.

Tais disputas não estão ligadas a compreensões críticas sobre os impactos socioeconômicos que vêm sendo causados à região, por esse ou aquele empreendimento, agente ou atividade. Muito pelo contrário, são movidas por interesses, por vezes contrariados, quanto à possibilidade de obtenção de parcelas mais substanciais de recursos públicos e privados para o município, ou mesmo para fazer prosperar negócios privados de agentes públicos.

Retomando os dados da produção da soja, o Censo Agro 2017 apresenta o seguinte *ranking* dos

maiores produtores do Brasil:

**Tabela 19-** Ranking Soja-grãos dos Estados do Brasil por quantidade produzida (em toneladas)

Estado	Qtde Soja-grão produzida (ton)
1. Mato Grosso	29.778.544
2. Rio Grande do Sul	17.311.971
3. Paraná	15.252.347
4. Goiás	10.201.843
5. Mato Grosso do Sul	8.064.607
6. Bahia	4.954.412
7. Minas Gerais	4.666.585
8. São Paulo	2.761.916
9. Tocantins	2.017.693
10. Piauí	1.981.892

Fonte: IBGE – Censo Agro 2017<sup>167</sup>

Observa-se, portanto, que o estado de Mato Grosso continua bem à frente da produção de soja-grão do país, o que eleva o interesse na utilização da rodovia BR-163, assim como da estrutura portuária de Miritituba, por encurtar distâncias e custos de frete, se comparado ao embarque pelo porto de Santos. O Pará, que não está entre os dez maiores produtores de soja no Censo Agro 2017, ocupando a 15ª posição da produção nacional, conforme o levantamento, tem assim papel importante a cumprir na ampliação de infraestruturas que possibilitam o acesso da produção brasileira pela região Norte.

Quanto aos municípios paraenses, a produção de soja em grãos, de acordo com o Censo 2017, está assim distribuída:

<sup>167</sup> Dados disponíveis em:

[https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo\\_agro/resultadosagro/agricultura.html?localidade=0&tema=76518](https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/agricultura.html?localidade=0&tema=76518). Acesso em: 10 dez. 2019.

**Tabela 20-** Ranking - Soja-grão dos Municípios do Pará por quantidade produzida (em toneladas)

Município	Qtde de soja-grão produzida (ton.)
1. Paragominas	372.127
2. Santana do Araguaia	162.274
3. Dom Eliseu	161.789
4. Santa Maria das Barreiras	97.895
5. Ulianópolis	62.827
6. Rondon do Pará	47.116
7. Mojuí dos Campos	36.850
8. Cumarú do Norte	33.003
9. Santarém	32.813
10. Novo Progresso	28.370

Fonte: IBGE – Censo Agro 2017<sup>168</sup>

Entre os municípios paraenses do eixo da rodovia BR-163, observa-se que Santarém e Novo Progresso ocupam, respectivamente, o nono e o décimo lugares no *ranking* dos maiores produtores de soja do Pará, o que também significa maior pressão e interesse na ampliação da infraestrutura disponível nesse estado para escoamento dos grãos, assim como avanço da fronteira agrícola. O município de Rurópolis aparece no detalhamento do Censo Agro 2017 com produção de 756 toneladas de soja, enquanto que os municípios de Itaituba, Aveiro e Jacareacanga não apresentam produção desse grão naquele período.

Comparando os censos agropecuários de 2006 e 2017, a revista A Lavoura<sup>169</sup>, que é publicada há mais de um século pela Sociedade Nacional de Agricultura e a mais antiga publicação do agronegócio no Brasil, analisa elementos que confirmam o avanço da fronteira agrícola na região Norte, no período intervalar entre os dois levantamentos, em que houve a maior expansão proporcional da área colhida de soja, correspondente a 339,1%, o que representa 8% da expansão da soja no Brasil. O dado relativo à região Norte é, portanto, revelador da celeridade com que o monocultivo da soja vem se expandindo e forçando o avanço da fronteira. Paralelamente, na mesma publicação, é ressaltada a maior expansão da área colhida de soja na região Centro-Oeste, que teve crescimento de 83%, passando de 7.730.388 ha para 14.148.202 ha, correspondendo a 46,4% do total da área colhida da soja em território brasileiro,

<sup>168</sup> Dados disponíveis em: [https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo\\_agro/resultadosagro/agricultura.html?tema=76518&localidade=15](https://censos.ibge.gov.br/agro/2017/templates/censo_agro/resultadosagro/agricultura.html?tema=76518&localidade=15). Acesso em: 12 dez. 2019.

<sup>169</sup> Informações obtidas no endereço eletrônico: <https://alavoura.com.br/cenario-agro/indicadores/ibge-divulga-primeiros-mapas-geograficos-do-censo-agropecuário-2017/>. Acesso em: 14 dez. 2019.

naquele período.

No Pará, segundo a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), no levantamento de dezembro de 2017, a área de cultivo da soja, estimada para atingir 535,1 mil hectares, representava incremento de 7% em relação à área cultivada na safra anterior. Mais da metade da área semeada é com soja transgênica. Outro aspecto ressaltado no documento é que o Pará alcançou uma das mais altas produtividades na produção da soja, em vista da tecnologia utilizada e do uso da agricultura de precisão, tanto no preparo do solo com mapeamento, análise e aplicação de fertilizantes e corretivos, quanto pela semeadura com o uso de sensores, GPS, *software* e pulverizadores com sensores de vazão. O arsenal tecnológico possibilita, portanto, que sejam compensadas dificuldades para a produção da soja em determinadas áreas, como antes se anunciava em relação, inclusive, ao município de Itaituba.

No levantamento 2019/2020 da CONAB, é apontada a tendência de crescimento na área cultivada da soja do país e a estimativa aponta aumento de 2,6%, na comparação com o ciclo passado, o que corresponde a 121,1 milhões de toneladas.

Na mesma direção, o prognóstico da produção Agrícola para 2020, feito pelo IBGE, indica que deverá ocorrer queda de 7,5% na produção de milho e crescimento de 6,7% na produção da soja, estando projetada para a safra 2019/2020 o recorde de 240,9 milhões de toneladas, o que supera em 33,6 mil toneladas o desempenho da safra 2018/2019.

São, portanto, dados e perspectivas que demonstram o dinamismo crescente da produção da soja no país e, especificamente, nas regiões Centro-Oeste e Norte, o que está diretamente relacionado ao mercado mundial e às exigências para que, internamente, sejam criadas as condições para o incremento da produtividade, circulação e embarque da produção.

O mercado internacional, no último levantamento de 2019 feito pela Conab, aponta incertezas quanto à guerra comercial entre Estados Unidos e China, o que tem provocado queda nos preços nas Bolsas de Valores de Chicago (CBOT). Quanto ao Brasil e às consequências da guerra comercial entre aqueles dois países, a Conab aponta que, embora no primeiro semestre de 2019 as exportações tenham sido iguais ao mesmo período de 2017 e menores que as de 2018, quando foi iniciada a guerra comercial, o acirramento entre Estados Unidos e China levaram à forte elevação das exportações da soja brasileira, a partir de agosto de 2019, tendo contribuído para isso também a alta do dólar. Estima ainda a CONAB que a demanda interna de soja deve se manter aquecida em 2020, inclusive pelo aumento da produção de carnes para exportação e da mistura do biodiesel. Considerando a expectativa de ampliação das exportações, os estoques finais de soja, no Brasil, devem se manter baixos e os preços mais elevados no mercado interno em 2020.

Em relação à posição do Brasil no *ranking* da produção mundial de soja, entre 2013 e 2018, são os seguintes os dados da CONAB:

**Tabela 21-** Produção mundial de soja, em milhões de toneladas

País/Safra	2013/2014	2014/2015	2015/2016	2016/2017	2017/2018
<b>Estados Unidos</b>	86.700	97.200	96.500	114.100	108.000
<b>Brasil</b>	91.389	106.878	106.857	116.920	120.436
<b>Argentina</b>	53.400	61.400	56.800	57.800	57.000
<b>China</b>	11.951	12.154	11.785	12.900	14.200
<b>Índia</b>	9.477	8.711	6.929	11.500	10.000

**Fonte:** Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) – Out. 2016/ CONAB – v. 5. Safra 2017/2018 – levantamento dez/2017.

De acordo com as perspectivas da CONAB para a agropecuária – safra 2019/2020, de outubro de 2019 (p. 87), baseadas em dados do USDA, o Brasil encontra-se à frente da produção mundial e as áreas plantadas do país deverão ter expansão de cerca de 2,21%, passando de 35,15 milhões de hectares na safra 2018/2019 para 36,90 milhões de toneladas na safra 2019/2020.

As condições para que a demanda externa seja atendida e para que seja garantida a lucratividade máxima possível aos grandes produtores e investidores no setor agrícola têm implicações diretas nos mecanismos ilegais de apropriação de terras; nas artimanhas do Estado para a captura de novas terras e para transferir terras da União à iniciativa privada, como se dá em muitas situações por meio de regularização fundiária fraudulenta<sup>170</sup>; na alteração da legislação para beneficiar a grande produção por meio da redução de UCs e terras indígenas; na inviabilização do trabalho em comunidades rurais e em projetos de assentamento; na contaminação das águas dos rios e no impedimento da pesca na bacia do rio Tapajós; bem como no avanço sobre a floresta amazônica.

A extrema dependência do Brasil em relação à demanda externa por produtos primários de baixo valor agregado tem levado, cada vez mais, ao desinvestimento em outras alternativas no país, como a verticalização da produção e/ou em outras frentes produtivas que considerem como valor a floresta em pé e a renovação dos estoques naturais da região. Frente

<sup>170</sup> 105 Ver MP 910/2019, que altera a lei nº 11.952/2009 e dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras da União. De acordo com analistas críticos, entre as questões centrais, a referida MP amplia as áreas de posse regularizadas sem fiscalização; abdica de fiscalização ou vistoria para a regularização; amplia o marco temporal para os que desejarem regularizar a posse em terras da União. Disponível em: <https://www.sul21.com.br/opiniaopublica/2019/12/mp-910-a-grilagem-de-terras-e-ilimitada-e-incentiva-o-desmatamento-por-sergio-sauer-nilton-l-g-tubino-acacio-z-leite-e-gabriel-c-carrero/>. Acesso em: 10 jan. 2020.



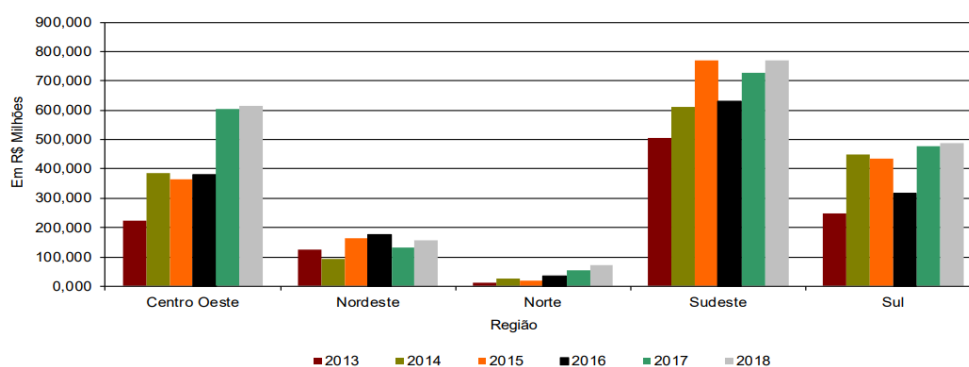
aos novos processos tecnológicos do agronegócio, passa a haver progressivamente menos vagas de trabalho para a fixação do trabalhador rural no campo. Por outro lado, a opção por esse modelo leva ao aprofundamento da extrema vulnerabilidade do Brasil às oscilações do mercado mundial. Ao criar mecanismos de seletividade cada vez mais favoráveis aos grandes produtores, restringindo o acesso à terra, aos investimentos públicos governamentais e às demais riquezas naturais da região para os pequenos produtores, passa a haver maior concentração da renda e aumento da pobreza.

Por outro lado, caso o mercado consumidor externo da produção de *commodities* agrícolas brasileiras, em especial da soja, se mantenha em ascensão como está sendo esperado, em tese, haverá o equilíbrio pretendido na balança comercial. Porém, isso significará o agravamento das consequências acima mencionadas e, em paralelo, será necessário cada vez mais produzir matérias-primas para compensar a importação pelo Brasil de produtos industrializados dos países do centro do capitalismo, que continuarão o processo de sofisticação e, portanto, tenderão a obter valorização crescente no sistema de trocas comerciais mundial.

A seletividade a que se faz referência, pode ser exemplificada de muitas formas, como mencionado anteriormente em relação à propriedade e ao uso da terra. Porém, quanto à destinação de recursos públicos, cabe mencionar o sexto levantamento da safra brasileira de grãos, divulgado pela Conab<sup>171</sup> em março de 2018, cuja série refere-se ao período 2013-2018, com informações dos créditos destinados para cada região:

**Gráfico 1- Participação por região – Janeiro de 2013 a 2018**

**Gráfico 2 - Participação por região - Janeiro de 2013 a 2018**



**Fonte: BACEN**

<sup>171</sup> Documento disponível em: <https://www.ampa.com.br/arquivos/conab/08032018044439.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2019.

Evidencia-se, assim, a discrepância na destinação de recursos públicos para a produção agrícola nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul, em comparação com as regiões Norte, a pior de todas no recebimento dos créditos, e Nordeste. As prioridades estabelecidas para a concessão de recursos federais definem as atividades econômicas que terão ou não êxito em determinada região do país, independentemente das vocações regionais, ou mesmo da qualidade dos solos para uma variedade de culturas agrícolas.

Ao analisar a produção agrícola de Itaituba, observa-se que há dezoito cultivos diferentes no município, de acordo com o Censo Agro 2017, sendo os cinco principais, quanto ao volume produzido, a mandioca (2.532 ton.), a banana (627 ton.), o milho-grão (412 ton.), a laranja (400 ton.) e o açaí-fruto (322 ton.). Os investimentos de recursos públicos poderiam priorizar a consolidação das culturas existentes no município, porém a pressão para que a soja venha a ser produzida em grandes áreas pode vir a significar o esmagamento de grande parte da produção local.

Em nível local, mas conectado aos interesses regionais e mundiais direcionados para a BR-163, o prefeito de Itaituba não apenas ressalta que se empenhará para que a maior parte do embarque da soja do Centro-Oeste seja feito pelos portos de Miritituba – que poderá chegar a 80% ou 90%, contra os 25% a 30% atuais –, como também aposta que existirão, brevemente, grandes plantações de soja em Itaituba e Trairão, em grandes áreas que já estão sendo negociadas no mercado de terras do município e do entorno.

Ao interpretar as consequências do processo de imposição para que os municípios de Trairão e Itaituba se adequem rapidamente ao agronegócio, o pároco da Prelazia de Itaituba, além dos muitos problemas que levanta quanto à violência na ocupação das terras, à grilagem, muitas vezes consentida e sofismada pelo próprio Estado, ao autoritarismo reinante na região, conforme consta no capítulo anterior, refere também outro dado importante, que diz respeito à saída das terras por muitos agricultores. Alguns certamente pelo cansaço, porque já estão idosos e se aposentaram, enquanto que os jovens não têm mais vocação, nem formação, para a vida na terra. Porém, afirma o entrevistado que:

Há forte pressão do poder econômico sobre os agricultores para que vendam os seus lotes e, sob o ponto de vista do Estado, o desinvestimento na pequena produção, na educação de crianças e jovens e no controle da violência no campo. Os direitos sociais não são enxergados, tudo é empecilho, acusam que os que resistem são contra o progresso e que todo discurso contrário a essa lógica é ideológico. E tudo como se isso - que tentam impor -, não fosse ideologia. Essa é a visão hegemônica. O conjunto dessas questões, conclui o pároco, finda por provocar o êxodo de trabalhadores rurais para as áreas urbanas, onde crescem os índices de pobreza, há grandes déficits habitacionais e níveis elevados de desemprego [...]. E eu vou para a última fronteira, a fronteira agrícola da Amazônia. Porque é a última fronteira. E quando acabarem as reservas? Aí responderam, em Santarém: nós, então, mudaremos de ramo, mas agora é a nossa vez e temos que aproveitar (informação verbal).<sup>172</sup>

### 5.2.3 A pecuária: novas tecnologias para incremento da produção e as dinâmicas da cadeia carne-grãos

Considerando a importância do rebanho bovino na região da BR-163, em Itaituba e nos municípios próximos, os dados aqui trazidos para a análise das dinâmicas que a produção pecuária tem trazido no período 2007-2017 tomam por base os efetivos dessa espécie animal para contextualizar a importância da atividade, não apenas no Pará, mas também na região Centro-Oeste do país, visto que a tendência de que esse rebanho avance sobre a região Norte segue mais forte em 2017<sup>173</sup>, em relação ao que foi observado em 2007, segundo dados da Pesquisa da Pecuária Municipal (PPM), do IBGE. Outro fator determinante da escolha do rebanho bovino para a compreensão do avanço da fronteira agropecuária diz respeito à importância que passou a ter a associação da produção bovina com a produção de grãos, em especial, da soja e do milho, na região Centro-Oeste e particularmente no estado de Mato Grosso, o que passou a desencadear novas dinâmicas também no Pará.

Em 2007, o IBGE atribuía o deslocamento do rebanho bovino para a região Norte, em parte, “à competição por área com as lavouras de cana, soja e milho no Centro-Sul”, ainda que em ritmo menor de crescimento de 2002 a 2007 (22%), do que havia ocorrido entre 1997 e 2002 (46%). Em 2017, a PPM/IBGE identificou que o rebanho bovino segue avançando para o Norte e que essa região possui o segundo maior efetivo do país, correspondente a 48,5 milhões de cabeças de gado, tendo sido a única a apresentar crescimento naquele ano. Dos dez municípios que mais expandiram seus rebanhos na década 2007/2017, em números absolutos, sete encontram-se no Pará.

<sup>172</sup> Pároco da prelazia de Itaituba, em entrevista concedida à autora em 26.04.2019.

<sup>173</sup> <sup>107</sup> Dados obtidos em:

[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/84/ppm\\_2017\\_v45\\_br\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/84/ppm_2017_v45_br_informativo.pdf). Acesso em: 15 dez. 2018

De acordo com o Censo Agro 2017, os dados da pecuária de Itaituba e dos municípios próximos no oeste do Pará, quanto aos cinco principais efetivos, são os seguintes:

**Tabela 22-** Censo Agro 2017 - Pecuária, por nº de cabeças e de estabelecimentos

Município	Área estab. Agrop (ha)	Nº de estab. Agrop	Bovinos		Caprinos		Equinos		Galináceos		Suínos	
			Cabeças	Nº estab.	Cab.	Nº estab.	Cab.	Nº estab.	Cab. (x1000)	Nº estab.	Cab.	Nº estab.
Itaituba	341.171	1.597	133.155	1.255	1.890	58	2.861	606	92	1.269	7.749	482
Santarém	180.512	7.379	45.719	1.276	1.824	80	2.371	482	2.016	4.819	12.538	831
Novo Progresso	841.898	1.318	434.585	1.118	1.165	41	4.496	723	59	810	8.503	481
Rurópolis	309.902	2.660	123.220	1.796	862	33	2.323	768	81	1.681	5.631	591
Aveiro	105.724	1.151	30.982	600	441	29	483	160	40	768	2.937	240
Trairão	139.775	726	63.910	591	1.100	46	1.767	469	30	549	3.547	334
Jacareacanga	163.832	434	70.616	263	193	07	829	146	15	235	1.253	65

**Fonte:** Censo Agro (2017) / IBGE.

Observa-se, portanto, a prevalência do rebanho bovino na região, bem como do número de estabelecimentos envolvidos nessa produção pecuária.

De acordo com a Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (FAEPA)<sup>174</sup>, entidade sindical que integra a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), ao comparar os dados dos censos agropecuários de 2006 e 2017 relativos ao Pará, a área ocupada por estabelecimentos agropecuários, nesse estado, cresceu 6,75 milhões de hectares em onze anos, passando de 22,92 milhões de hectares para 29,67 milhões de hectares, área que corresponde aos estados do Rio de Janeiro e de Sergipe juntos. No Pará, a entidade registra que houve, no mesmo período, alta de 1.364.730 cabeças do efetivo bovino, o que corresponde ao aumento de 9,79% em relação ao censo de 2006, bem como dos efetivos de suínos, em 117%, de aves (galinhas, galos, frangas e frangos), em 76,70%, e de caprinos, em 25,46%. Somente o efetivo de bubalinos apresentou redução de 13,70%.

Com o objetivo de contextualizar o que significa a expansão da produção bovina do Pará e, particularmente, no oeste do estado, torna-se importante apresentar os dados das exportações brasileiras dos dois principais cultivos do país – soja e milho – e de carnes – de frango e bovina –, no período 2007/2019, conforme dados do Ministério da Economia<sup>175</sup>:

<sup>174</sup> Informações obtidas em: <http://sistemafaepa.com.br/blog/agropecuaria-do-para-e-a-que-mais-se-expande-em-11-anos/>. Acesso em: 20 jan. 2019

<sup>175</sup> Informações obtidas em: <http://www.mdic.gov.br/index.php/comercio-exterior/estatisticas-de-comercio-exterior/series-historicas>. Acesso em 20 fev.2020.

**Tabela 23-** Exportação brasileira – série histórica 2019/2007 – soma de US\$ VL\_FOB

Produto	Soja mesmo triturada	Farelo de soja	Milho em grãos	Carne de frango <i>in natura</i>	Carne de boi <i>in natura</i>
2019	26.117.539.922,00	5.825.935.419,00	7.344.021.499,00	6.330.930.726,00	6.491.581.759,00
2018	33.055.028.846,00	6.624.036.364,00	3.918.293.187,00	5.873.598.196,00	5.455.789.464,00
2017	25.717.736.995,00	4.973.331.368,00	4.567.018.848,00	6.427.895.996,00	5.069.890.532,00
2016	19.331.323.434,00	5.192.780.725,00	3.655.162.100,00	5.945.902.244,00	4.344.815.101,00
2015	20.983.574.666,00	5.821.009.079,00	4.937.592.604,00	6.228.155.195,00	4.628.114.753,00
2014	23.277.378.054,00	7.000.584.494,00	3.875.969.010,00	6.884.857.623,00	5.734.263.188,00
2013	22.812.299.141,00	6.787.272.371,00	6.250.332.101,00	6.994.830.353,00	5.350.786.209,00
2012	17.449.785.616,00	6.595.457.488,00	5.287.267.448,00	6.723.070.130,00	4.478.153.506,00
2011	16.322.085.276,00	5.689.413.944,00	2.623.454.005,00	7.058.288.346,00	4.160.938.264,00
2010	11.042.999.979,00	4.718.533.240,00	2.136.821.755,00	5.783.765.164,00	3.851.256.143,00
2009	11.424.264.951,00	4.591.397.119,00	1.258.793.761,00	4.807.134.106,00	3.017.145.081,00
2008	10.952.173.105,00	4.361.024.917,00	1.321.949.927,00	5.808.997.350,00	3.973.978.491,00
2007	6.683.731.589,00	2.957.016.563,00	1.882.113.828,00	4.214.916.897,00	3.467.746.438,00

Fonte: MDIC – Séries Históricas -Período: janeiro de 1997 (dez. 2019).

Os dados acima revelam o quanto cresceram, nos doze anos que compõem a série histórica, os valores das exportações brasileiras dos cinco produtos. No caso da soja e do milho, os valores exportados foram quase quadruplicados. O farelo de soja quase que dobrou de valor no período, enquanto a carne de frango foi uma vez e meia maior e a carne de boi teve crescimento próximo a duas vezes mais (1,87), em relação aos valores de 2007. São dados que demonstram os interesses e os investimentos, públicos e privados, que têm sido priorizados no país e direcionados para que prospere a produção dessas *commodities*.

De acordo com a PPM/IBGE, de 2017<sup>176</sup>, o Brasil é detentor do segundo maior rebanho bovino do mundo, ficando atrás apenas da Índia, além de ser o maior exportador e o segundo maior produtor de carne bovina do mundo, segundo dados da USDA.

Ao mesmo tempo em que a produção de carnes para exportação passa a ter impacto crescente na balança comercial brasileira, o rebanho bovino segue avançando para a região Norte, como registrado pelo IBGE e mencionado anteriormente, nos censos agropecuários de 2006 e 2017. Além da proximidade de Mato Grosso, que é o estado com o maior plantel bovino e responsável pelo maior abate de bovinos no país, há também grandes rebanhos em municípios

<sup>176</sup> Informações obtidas em:

[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/84/ppm\\_2017\\_v45\\_br\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/84/ppm_2017_v45_br_informativo.pdf). Acesso em: 10 abr. 2019

do Pará do eixo da BR-163, como em Novo Progresso e outros com rebanho acima de cem mil cabeças, como Itaituba e Rurópolis, sendo que este já se consolidando como produtor de soja.

Considerando o desempenho, investimentos internos e externos e a lucratividade crescente que o estado de Mato Grosso vem tendo com a pecuária bovina e a cadeia carne-grãos, há a expectativa de ampliação da produção em outros municípios da rodovia Santarém-Cuiabá, como Itaituba, que começa a investir também no confinamento do gado.

A presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Itaituba afirma que, até 2019, “a produção de carne bovina de Itaituba tem sido mais para Manaus, Santarém, Belém e para Mato Grosso. Para fora do país, só se for através de pessoas que comprem para revender a outros países. Geralmente, vendem muito bezerro, mas o gado já adulto não”.

Entretanto, a presidente do sindicato ressalta a posição estratégica de Itaituba, cidade que é cortada por duas rodovias – a BR-163 e a BR-230 –, bem como pelo rio Tapajós. A implantação da hidrovía do Tapajós-Teles Pires<sup>177</sup> e o asfaltamento completo das rodovias são grandes facilitadores para a exportação.

Outro aspecto citado pela presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Itaituba diz respeito ao investimento em tecnologias na produção do gado bovino do município, o que possibilita a multiplicação da genética e a produção de animais diferenciados de alto valor no mercado. Na entrevista, a dirigente menciona os principais produtores que vêm investindo no

---

<sup>177</sup> De acordo com o Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), a “hidrovía do Tapajós-Teles Pires tem posição geográfica estratégica, interligando os grandes centros de produção agrícola brasileiros ao rio Amazonas e, conseqüentemente, ao Oceano Atlântico. Possui 843 km de extensão até a confluência com os rios Teles Pires e Juruena, na divisa dos Estados do Pará, Amazonas e Mato Grosso, e sua foz, em Santarém (PA), está a 950 km de Belém (PA) e 750 km de Manaus (AM). O rio Teles Pires consiste em um dos formadores do rio Tapajós e, também, faz parte da bacia amazônica. Sua nascente se encontra no estado do Mato Grosso, nas serras Azul e do Finca Faca. O trecho da hidrovía corresponde ao segmento entre sua confluência com o rio Juruena e a cidade de Sorriso (MT), com uma extensão de cerca de 1.000 km. Entre suas principais características está o fato de ser um importante corredor de transporte entre o Centro-Oeste e o Norte do País. Combinada com outros modais no Corredor Logístico Norte - Eixo Tapajós terá capacidade de potencializar as atividades ligadas ao agronegócio e à produção de grãos no Norte e Centro-Leste do Mato Grosso e Sudoeste do Estado do Pará. Além de suportar o transporte de carga, a hidrovía tem capacidade de oferecer rotas alternativas para o escoamento da produção pelo Centro-Sul do país e, assim, descongestionar os outros modais de transporte e a infraestrutura portuária. A hidrovía Tapajós -Teles Pires pode, então, ser de maior vocação à circulação de mercadorias para o abastecimento e implementação do comércio exterior da região. O acesso à hidrovía ocorre pela BR-230, a Transamazônica, e, também, pela BR-163, a Cuiabá-Santarém”. Disponível em: <http://www.dnit.gov.br/modais-2/aquaviario/hidrovía-do-tapajos-teles-pires>. Acesso em: 26 fev. 2019.

melhoramento genético da produção bovina em Itaituba: Juvêncio Pereira da Silva, Juarez Alves da Silva, Paulo Oliveira Souza, João Nogueira Lima e Valmir Climaco de Aguiar. Quanto ao prefeito de Itaituba, ela faz as seguintes referências:

O Valmir Climaco cria muito gado em confinamento. Nesse sistema, o crescimento do gado é mais rápido, por todos os cuidados que ele tem, com o intuito de vender para frigoríficos. Atualmente, o projeto de confinamento conta com duas mil cabeças, mas deverá chegar a dez mil. Os mercados de destino serão inicialmente Manaus e também Itaituba. Já tem aqui quatro produtores que estão querendo entrar nesse mercado – um é do Creporizão; outro é de Moraes de Almeida; e há também dois outros, sendo que um quer produzir duas mil cabeças e o outro terá duas produções de quinhentos animais. Esse é um mercado bem significativo, porque o gado cresce rápido, já que vai comer uma comida especial, além de ser monta natural e inseminação (informação verbal).<sup>178</sup>.

A expectativa do prefeito de Itaituba é de que as propriedades dos fazendeiros do município dupliquem ou tripliquem, em curto prazo, pela combinação da plantação da soja e do milho com o sistema de confinamento bovino, como referido anteriormente. Em vídeo gravado para dar publicidade à produção de gado na fazenda Bela Vista, de sua propriedade, o prefeito Valmir Climaco<sup>179</sup> fala das vantagens do confinamento para a engorda do boi: setenta por cento da alimentação são compostos por soja, milho e ureia, o que possibilita que os animais aumentem até cinquenta quilos por mês, enquanto, fora do confinamento, a média de engorda é de nove quilos/mês, o que reduz muito o tempo de abate e aumenta a lucratividade do produtor. No vídeo, ele exalta que não se trata de fazenda, mas de “fábrica de carne”.

O novo padrão de acumulação impulsionado pela cadeia carne-grãos, em Mato Grosso, vem sendo objeto de estudo já há algum tempo. Reflete Bernardes (1997) acerca das mudanças profundas, na fase atual do capitalismo, que a agroindústria da soja traz para a atividade pecuária tradicional, promovendo a produção e a organização do espaço em outras bases. Ao mesmo tempo, passa a haver homogeneização e fragmentação das áreas, porque a penetração de grandes capitais se dá de forma simultânea e seletiva, ou seja, impõe novos padrões de uso da terra em grandes extensões, ao mesmo tempo que expulsa delas atividades não compatíveis com as novas exigências e capacidades.

Tais processos, que se baseiam no uso de novas tecnologias, são estabelecidos por “agentes mais capitalizados nos circuitos superiores de acumulação” Bernardes (1997, p. 4).

<sup>178</sup> Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Itaituba, em entrevista concedida à autora em 24.04.2019.

<sup>179</sup> Vídeo gravado pelo prefeito de Itaituba está disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=oAQ6qCOJKqs>. Acesso em: 10 jun. 2019.

Produzem também alterações no mundo do trabalho, porque passam a exigir um nível muito mais elevado de qualificação, constatando a autora que o trabalhador local não é recrutado, ou o é na condição de temporário e não qualificado.

Em outro estudo dedicado a discutir as profundas transformações que vêm ocorrendo em municípios mato-grossenses do eixo da BR-163, Vieira (2009) analisa o modelo que se baseia no tripé técnica-ciência-informação para fazer prosperar o que considerou como o anúncio da implantação da maior cadeia carne-grãos da América Latina, firmada, principalmente, a partir da chegada de grandes grupos, como Sadia e Perdigão, hoje fundidas na Brasil *Foods*<sup>180</sup>, em Lucas do Rio Verde, Nova Mutum e Sorriso, naquele estado. Analisando criticamente o período pós-ano 2000, a autora informa que a monocultura da soja foi instalada em Mato Grosso por agropecuaristas que emigraram do Sul do país, entre outros fatores, devido ao baixo valor das terras nesse estado Vieira (2009, p. 64), situação semelhante à que vem ocorrendo com Itaituba atualmente.

O modelo referido por Vieira (2009) inclui a agricultura de precisão, que utiliza tecnologia de informação baseada no princípio da variabilidade do solo e do clima, a partir de dados específicos de áreas geograficamente referenciadas, sendo as dosagens de adubos e de defensivos definidas por processos de automação agrícola, com uso de microprocessadores e aparelhos de GPS, acoplados a colheitadeiras e a semeadeiras. São práticas, portanto, que possibilitam criar condições ideais às espécies agrícolas em que se pretende investir. Identifica também a autora que o modelo privilegia o grande capital, o que leva à concentração de terras e de renda, inviabilizando a participação efetiva dos pequenos produtores.

Os estudos produzidos por Bernardes e Muniz fazem referência a muitas questões que estão postas para Itaituba e demais municípios paraenses da BR-163, que já estão investindo nas condições para a plantação da soja e do milho, com vistas à associação com a pecuária. O valor ainda baixo das terras, não obstante os grandes problemas fundiários que envolvem esse ativo, bem como o aparato tecnológico para transformar terrenos, antes considerados impróprios para esses cultivos, assemelham-se ao que está acontecendo em Itaituba. Outro dado de aproximação consiste nos investimentos e projetos de expansão para a atividade pecuária na região, assim como em grandes infraestruturas para fazer circular e embarcar a produção.

---

<sup>180</sup>De acordo com a BRF - Brasil Foods, o conglomerado “conta com mais de 30 marcas, entre elas as gigantes Sadia e Perdigão, que, juntas, deram início à história da BRF. Qualy e Perdix, entre outras, representam a companhia pelo mundo. Além dos colaboradores, afirma a BRF ter o apoio de mais de 13 mil produtores integrados, mais de 30 mil fornecedores (4 mil apenas de grãos, farelos e óleos) e mais de 200 mil clientes globais. Informação disponível em: <https://www.brf-global.com/sobre/a-brf/quem-somos/>. Acesso em: 30 jun. 2019.



A combinação dos elementos acima com os dados e informações levantados na pesquisa levam a projetar que Itaituba e outros municípios do entorno da BR-163, no Pará, serão cada vez mais objeto de disputas para a implantação, em larga escala, do monocultivo da soja e para o crescimento da pecuária, desde que, certamente, os mercados consumidores mundiais dessa produção sigam apontando nessa direção.

Nesse cenário, interpretado com muito otimismo pelos interessados, grandes pecuaristas e agentes econômicos ligados, ou que projetam se vincular à indústria de alimentos sob domínio de conglomerados transnacionais, entretanto, continua a haver toda sorte de problemas fundiários, de (des)controle do Estado, de ‘esquentamento’ da carne, da compra de animais provenientes de áreas embargadas, inclusive por terem sido desmatadas ilegalmente, enfim, de muitas ilicitudes, tanto mais por se tratar, como em Itaituba, de terras e de territórios em grande parte destinados às UCs e TIs.

Em relação à ‘regularização fundiária’, diz a presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Itaituba:

Nada aconteceu de novo, continuam as mesmas problemáticas. Continuamos sem acessar o crédito e temos lutado muito por isso, consultado os [...] que podem nos ajudar, mas não conseguimos progresso nesse sentido. Sem a regularização fundiária não temos garantia real para oferecer aos bancos. Graças a Deus que os bancos, com os poucos documentos que temos, têm feito com que consigamos trabalhar, mas de uma forma precária, porque o que dá garantia para o banco é o documento da terra. Em Itaituba, nos anos de 2017 e 2018, nós recebemos cerca de quatrocentos títulos definitivos, mas somente para produtores com módulos até setenta e cinco hectares, porque sai de forma gratuita. Mas esse é um percentual muito pequeno. Temos ainda uma situação muito complicada, que é o valor da terra nua, porque não tem uma adequação, um valor real, algo concreto para nos beneficiar (informação verbal).<sup>181</sup>

No vídeo gravado por Climaco, mencionado anteriormente, diz o prefeito que o confinamento do gado é prática importante para manter a reserva legal e evitar o avanço ilegal sobre a floresta. Além de a alimentação do gado confinado ter por base a soja e o milho, culturas que demandam grandes áreas, o que compromete a afirmação, as práticas anteriores do produtor e prefeito não condizem com a preocupação ambiental divulgada no vídeo. Em outubro de 2019, a Justiça Federal, em Santarém, atendendo ao pedido do MPF, condenou o prefeito de Itaituba à pena de quatro anos e nove meses de detenção por crime ambiental praticado no município de Altamira<sup>182</sup>.

<sup>181</sup> Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Itaituba, em entrevista concedida à autora em 24.04.2019.

<sup>182</sup> Consta no site do MPF que “Valmir Climaco foi denunciado em 2008 pelo MPF sob a acusação de que, em 2004, destruiu 746 hectares de floresta nativa em área de preservação, além de ter usurpado patrimônio da União,

Quanto ao Termo de Ajuste de Conduta (TAC), firmado em 2009 pelo MPF e pecuaristas, a fim de que não comprem gado para abate de áreas desmatadas ilegalmente, de terras indígenas, unidades de conservação e de empregadores na lista de trabalho escravo, a situação não é menos grave.

Na investigação feita por Torres, Doblaz e Alarcon (2017), foram levantados muitos problemas na região. Conforme constataram os autores, o TAC da carne também não impede que o próprio fazendeiro 'esquente' o gado, bastando para isso que tenha propriedade em outro município, a partir do qual emita a Guia de Trânsito Animal (GTA):

O pecuarista não precisa sequer envolver terceiros para “esquentar” o produto vindo de áreas embargadas. É comum que o fazendeiro tenha duas ou mais áreas em municípios diferentes e, para vender os animais criados em uma área embargada, basta que emita a GTA a partir de uma área que também esteja em sua posse, em município diferente (TORRES; DOBLAS; ALARCON, 2017, p. 119).

Afirmam os autores, então, que “o TAC da carne deixou de fora a precariedade da GTA como controle nas etapas que antecedem o abate” (TORRES; DOBLAS; ALARCON 2017, p. 115). O gado ‘esquentado’ em frigoríficos da região posteriormente é repassado para os grandes do setor, como a JBS S/A<sup>183</sup>.

Sobre a vinculação do CAR ao protocolo de emissão da GTA, afirmam Torres, Doblaz e Alarcon que:

---

ao explorar matéria-prima sem autorização legal. A decisão ressalta que o desmatamento e a poluição têm sido responsáveis pela extinção de diversas espécies na Amazônia, uma das regiões de maior biodiversidade do planeta. ‘A destruição da cobertura florestal devasta o habitat de espécies animais já ameaçadas de extinção. Perceba-se que a negatificação pontual da conduta [do réu] visa a atentar para a maior gravidade concreta da conduta de quem desmata e polui na Amazônia, dada a importância excepcional de suas florestas e a biodiversidade espetacular que ela abriga’, afirma o magistrado na sentença”. Matéria disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/prefeito-de-itaituba-pa-e-condenado-por-crime-ambiental>. Acesso em: 18 nov. 2019.

<sup>183</sup> Na página da JBS S/A, o grupo se apresenta como “multinacional de origem brasileira, reconhecida como uma das líderes globais da indústria de alimentos. Com sede na cidade de São Paulo, a companhia está presente em quinze países. Atua com mais de 230 mil colaboradores e conta com um portfólio de produtos diversificados, que vão desde carnes *in natura* e congelados até pratos prontos para o consumo, comercializados por meio de marcas reconhecidas no Brasil e no exterior, como Friboi, 1953, Swift, Seara, Seara Gourmet, Doriana, Massa Leve, Pilgrim’s Pride, Plumrose, primo, entre outras”. Atua também com negócios correlacionados, entre os quais, couro, colágeno, higiene&limpeza, embalagens metálicas. Informações disponíveis em: <https://jbs.com.br/sobre/jbs/>. Acesso em: 18 out. 2019.

Esse procedimento [...] foi estabelecido pelo decreto estadual nº 1.052/2014 e determina a obrigatoriedade do CAR, válido e regular, para a emissão da GTA. Como comentado, essa obrigatoriedade tem sido burlada de diversas formas, sendo sua implantação incipiente até hoje. Inclusive, a medida enfrenta forte resistência no âmbito da Agência de Defesa Agropecuária do Estado do Pará (Adepará), pois, sabedores do impacto que ela teria para os (muitos) pecuaristas que criam gado em áreas desmatadas ilegalmente, os gestores do órgão temem que tais criadores vejam a agência como uma instituição de controle ambiental e que passem a evitá-la, o que reduziria o número de reses vacinadas (TORRES; DOBLAS; ALARCON, 2017, p. 123).

Dez anos após terem sido assinados os primeiros TACs no estado, a Procuradoria da República do Pará divulgou, em novembro de 2019, os resultados da segunda etapa de auditorias dos acordos. Sobre os resultados, há enfoques diferentes nos conteúdos divulgados nos sites ‘O eco’<sup>184</sup> e o do MPF<sup>185</sup>.

Durante o evento de divulgação dos resultados, segundo o site ‘O eco’, o procurador do MPF, Daniel Azeredo, um dos formuladores do TAC em 2009, teria afirmado que:

Nenhuma empresa hoje que compra da Amazônia pode dizer que não tem gado vindo de desmatamento em sua atividade produtiva [...]. Nenhuma empresa frigorífica e nenhum supermercado também. Segundo Azeredo, existem três formas de brechas que fogem ao controle da própria auditoria e do MPF. A primeira são as irregularidades que podem ocorrer nos fornecedores indiretos [...]. A segunda brecha é a falsificação ou adulteração do CAR, documento autodeclaratório [...]. A última brecha exposta por Azeredo é a lavagem ou esquentamento do gado, quando o animal criado em uma área irregular é vendido como se tivesse saído de uma área “limpa” (O ECO, 2019).

Na divulgação feita na página do MPF, a matéria sob o título “Frigoríficos melhoram índices de compra de gado com origem legal no Pará, e MPF pede cerco a fraudes de produtores ilegais”, o órgão afirma que a maioria das empresas compradoras de carne e grãos que assinou acordos propondo-se a utilizar somente matérias-primas de origem legal, vem trabalhando “para alcançar ou manter índices satisfatórios de atendimento aos compromissos”. Porém, afirma que das 19 empresas auditadas, dez tiveram índices de compras regulares superiores aos 95% do total de animais adquiridos e duas alcançaram os 100% de regularidade. Restam, portanto, deduzindo-se das informações, sete que descumpriram os TACs, o que representa mais de um terço daquela amostragem. Calcula, ainda, o MPF que:

<sup>184</sup> Matéria obtida no endereço: <https://www.oeco.org.br/?s=tac+da+carne>. Acesso em: 16 jan. 2020.

<sup>185</sup> Informações obtidas no endereço: <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/frigorificos-melhoram-indices-de-compra-de-gado-com-origem-legal-no-para-e-mpf-pede-cerco-a-fraudes-de-produtores-ilegais>. Acesso em: 20 jan. 2020.

Cerca de 100 frigoríficos no Pará ainda não tenham assinado o TAC, e no evento desta terça-feira representantes do setor indicaram mais nomes de empresas que estão nesse grupo. As empresas signatárias do Protocolo Verde dos Grãos que não providenciaram auditoria serão convocadas a apresentar o documento e justificar o descumprimento do acordo (MPF, 2019).

São muitas, portanto, as ilegalidades que prevalecem na região quanto à origem da carne negociada, segundo dados atuais, assim como ainda extremamente débeis e parciais os mecanismos de controle do Estado, o que, em grande parte das vezes, causa confusão entre ineficiência/incompetência de instituições governamentais e deliberada inação para favorecer os interesses e investimentos em jogo, em que também se mesclam os agentes públicos e as elites econômicas locais e do país, cujas articulações e representatividade estão também presentes no Executivo, no Legislativo e no Judiciário, em todos os níveis dos três poderes. Em Itaituba, atualmente, os interesses dos pecuaristas, expressos pela presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Itaituba, que avaliava, em 2016, o quanto que os fazendeiros não tinham confiança no governo federal da época, são declaradamente favoráveis e comprometidos com o apoio integral ao governo de Jair Bolsonaro:

Para esta região aqui, especificamente, temos acreditado muito em tudo o que temos ouvido desse novo governo [Bolsonaro], principalmente no que tange à questão da BR-163. Estive com o ministro Nahban Garcia e também com a nova ministra da Agricultura, Tereza Cristina, onde eles falaram tudo aquilo que a gente precisa ouvir, que a gente quer ouvir, principalmente em relação à BR-163, à complementação da BR-163, que já foi licitada, em relação à regularização fundiária, que não é uma coisa tão imediata, porque nós somos regidos por leis, que não podem ser revogadas de uma hora para outra, imediatamente. Mas a gente percebe que o governo [atual, de Bolsonaro] tem muita vontade de fazer [o que disseram os membros da equipe do presidente], principalmente no nosso setor, que somos tratados como bandidos, e continua sendo assim, porque os órgãos federativos eles têm mais para nos reprimir, para nos multar. O Ibama a única coisa que sabe fazer é multar, inclusive pessoas que estão trabalhando, porque se nós estamos na ilegalidade não é porque queremos, é porque os órgãos não agem, são inertes nesse sentido e também não têm interesse em nos regularizar, porque para nós querer é poder. Acaba que estamos na irregularidade porque não conseguimos nos adequar (informação verbal).<sup>186</sup>

Retomando o que enuncia Bourdieu (1997) acerca das relações entre agentes do campo econômico com os de outros campos, as mais importantes são as que se estabelecem com o Estado, pelo fato de este agente pertencer aos dois campos, o político e o econômico. São relações em que o elemento transversal é o poder que, lembrando Foucault (1999), precisa

<sup>186</sup> Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Itaituba, em entrevista concedida à autora em 24.04.2019.

ser apreendido no nível da ação direta, das relações sociais estabelecidas, das práticas efetivamente operadas.

#### 5.2.4 A produção madeireira: cenários atuais, exportação e ilegalidades

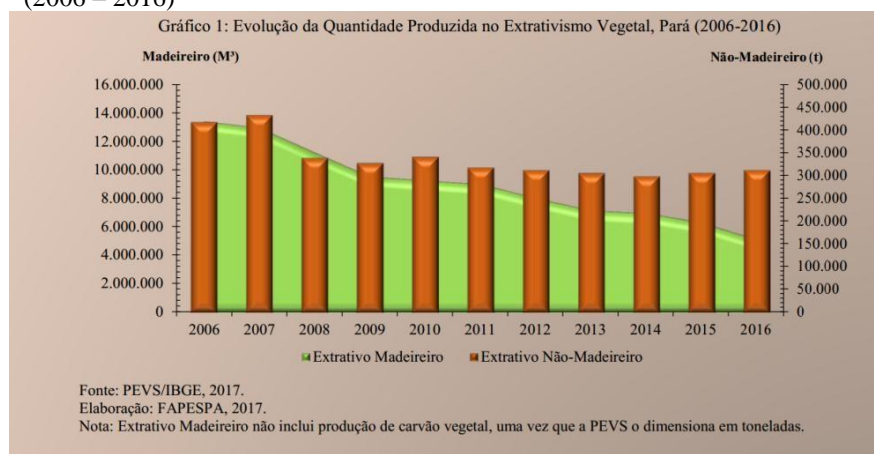
Os escassos dados oficiais da produção madeireira do estado do Pará, em especial da região da BR-163, em relação aos relatos dos entrevistados, crimes praticados, sentenças exaradas, denúncias públicas, tornam a análise complexa por envolver elementos divergentes.

No cenário atual, apresentado pela Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará (FAPESPA)<sup>187</sup>, no Boletim Agropecuário do Pará de 2017, é mencionada a perda acumulada da atividade madeireira do estado, na década 2006-2016:

Apesar da grande relevância do segmento extrativo vegetal para o estado, nota-se que a extração madeireira sofreu forte declínio na última década. Entre 2006-2016, essa atividade registrou perda acumulada de produção da ordem de 8,272 milhões de metros cúbicos, encerrando 2016 com 5.035.761m<sup>3</sup> extraídos (FAPESPA, 2017, p. 63).

De acordo com a FAPESPA, o quadro comparativo do extrativismo vegetal do Pará, incluindo as atividades madeireira e não madeireira, no mesmo período, apresenta a seguinte evolução:

**Gráfico 2-** Evolução da Quantidade Produzida no Extrativismo Vegetal, Pará (2006 – 2016)



**Fonte:** PEV/IBGE (2017).

<sup>187</sup> Informação disponível em: <http://www.fapespa.pa.gov.br/upload/Arquivo/anexo/1383.pdf?id=1533567716>. Acesso em: 30 mar. 2019.

Importante observar que a Fundação atribui como razões para a queda no desempenho da produção madeireira a “implementação de políticas públicas restritivas de combate ao desmatamento, a exemplo do CAR, instrumento de auxílio no processo de regularização ambiental de propriedades rurais e que passou a ser exigido no acesso ao crédito rural a partir de 2007” FAPESPA (2017, p. 63), além de outros fatores, como a intensificação da fiscalização ambiental, em especial, a partir de 2007, com o compartilhamento de ações e de competências entre os poderes públicos federal e estadual, especificamente em relação à gestão florestal, em que são incluídas a “análise de planos de manejo, concessão de florestas públicas e monitoramento de desmatamentos e queimadas a partir de sensoriamento remoto”. Os fatores alegados pela Fapespa, em grande medida, não condizem com dados e informações obtidos na pesquisa e presentes em vários estudos, amplamente divulgados sobre a região.

De acordo com a Associação das Indústrias Exportadoras de Madeiras do Estado do Pará (AIMEX), são os seguintes os dados das exportações de madeira do estado, no período 2007-2017:

**Tabela 24-** Exportação de madeira – Pará - US\$ FOB

2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
792.820	631.232.801	346.101.622			316.904.589	238.604.650	287.636.590	243.580.774	171.580.497	180.063.762

Fonte: Departamento de Comércio Exterior - DECEX

Considerando os dados apresentados pela Aimex, quanto aos três principais itens da pauta de exportação madeireira do Pará, entre os anos 2007 e 2017, observa-se que em relação à ‘madeira simplesmente serrada’, houve redução de aproximadamente oito vezes dos valores exportados, em US\$ FOB, redução de quase três vezes (2,84) da ‘madeira perfilada’ e de cerca de seis vezes do ‘compensado’, naquela década.

Dados e informações divergentes e contraditórios do setor madeireiro foram identificados e analisados em vários estudos. No período em que foi produzido o estudo da área por meio da equipe do ZEE da BR-163, foram apontadas por Castro e Monteiro (2004), no capítulo 8, a informalidade e a clandestinidade como dificuldades para acompanhar as dinâmicas do setor (EMBRAPA, 2007, p. 172), que se davam em franco avanço da fronteira rumo ao estado do Pará, devido ao esgotamento dos estoques madeireiros de Mato Grosso (EMBRAPA, 2007, p. 175).

No diagnóstico elaborado a partir do ZEE da BR-163, consta ainda no capítulo 8, quanto às dinâmicas de atores e à política florestal ligadas à produção madeireira, que ocorreram mais

fortemente a partir de 1999 e dos primeiros anos da década de 2000, que o distrito de Moraes Almeida, em Itaituba, compunha, juntamente com Novo Progresso e Castelo dos Sonhos, a frente mais intensa e contínua dessa dinâmica, expandindo-se “em direção às terras intermediárias, a leste e a oeste da estrada BR- 163, alcançando a Terra do Meio, pressionando a ocupação e alongando-se em direção à Jacareacanga” (EMBRAPA, 2007, p. 178). Naquele momento, a investigação detectava forte movimento de compra e de grilagem de terras, que estava também vinculado ao crescente desmatamento.

Castro e Monteiro (EMBRAPA, 2007, p. 183-184), identificam três momentos distintos na mobilidade dos empreendimentos madeireiros na região da BR-163. Um primeiro momento, entre 1990 e 2001, de abertura de novas fronteiras de forma articulada entre a exploração madeireira e a pecuária. O segundo momento, até 2003, em que houve desaceleração da produção madeireira, após a proibição da extração do mogno e maior atuação do Estado quanto à desativação de empresas ilegais. O terceiro momento, a partir de 2003 até a divulgação do trabalho, em que foram constatados, inclusive pelas instituições governamentais de controle ambiental, judiciais e da Polícia Federal, grande número de casos de clandestinidade e de crimes ambientais, o que levou ao aumento das tensões e dos conflitos sociais. A exploração clandestina e a exportação do mogno do oeste do Pará prosseguiram, conforme comprovam inclusive as estatísticas oficiais, indicando ineficiência do Estado. Especificamente em relação ao distrito de Miritituba, em Itaituba, houve aumento da pressão da exploração madeireira, mesmo em APAs e em TIs.

Entre os muitos crimes praticados à época, o desmatamento ilegal sob a responsabilidade de Valmir Climaco, que havia sido prefeito de Itaituba e foi multado em R\$1 milhão, as ilegalidades praticadas por Osmar Ferreira, o “rei do mogno”, a descoberta de trinta e três empresas fantasmas. Acerca das intercessões entre os campos econômico e político, Torres, Doblas e Alarcon (2017) interpretam os desdobramentos e a complexidade dos interesses em jogo no período que se estende até 2016:

[...] De um lado, estava o capitalizado agronegócio internacional da madeira, de olhos postos naquelas matas e contando com as graças do Serviço Florestal Brasileiro (SFB) para se apoderar do maior remanescente de madeira tropical do planeta. De outro, o madeireiro local, farto financiador de campanhas eleitorais para prefeituras e governo do estado do Pará, apostando no Incra para lhe garantir terras em presumível pagamento pelos compromissos de campanha. A disputa não foi adiante, entre outros motivos, porque o Distrito Florestal Sustentável não saiu do papel e as concessões de florestas públicas limitaram-se, até agora, a polêmicas e muito contestadas licitações de Flonas (TORRES; DOBLAS; ALARCON, 2017, p. 40).

No período investigado, muitas ilegalidades observadas e denunciadas anteriormente na atividade madeireira da região permanecem acontecendo, como o ‘esquentamento’ da madeira por meio de fraudes nos planos de manejo, o desmatamento ilegal, a exploração madeireira nas áreas dos projetos de assentamento, nas unidades de conservação de proteção integral e nas terras indígenas.

No trabalho de campo realizado em Itaituba, há também divergências frontais observadas nos relatos dos entrevistados. A Presidente do Sindicato de Produtores Rurais do município afirma que:

a madeira não está sendo produzida no município porque não tem como conseguir liberação do Ibama. É muito complicado para conseguir liberar um plano de manejo. O Ibama para nós é um trava desenvolvimento[...]. Eles [os madeireiros] estão trabalhando em pequena escala, vendem madeira, mas projeto de manejo aprovado a gente não tem ouvido falar. Os madeireiros estão investindo em gado (informação verbal).<sup>188</sup>

Não obstante a informação acima, outros agentes sociais entrevistados, como a presidente da CPT da BR-163, afirma que:

A extração ilegal de madeira, que se dá dentro dos assentamentos e das UCs, nunca deixou de acontecer aqui na região. Aconteceu sempre e agora com muito mais intensidade, com o novo governo federal, por parte de grileiros, porque os assentamentos são muito ricos em ouro ou em madeira, ou nos dois. Por isso o interesse em regularizar os grileiros que querem continuar a explorar essas riquezas. Esta é uma das principais causas de conflitos (informação verbal).<sup>189</sup>

Trabalhadores do PA Areia confirmam a grande retirada ilegal de madeira de lei nos últimos anos, bem como a continuidade das atividades extrativas nos dias atuais:

No Projeto de Assentamento Areia a madeira que está saindo ultimamente é a branca, pois as madeiras de lei, retiradas por madeireiros e grileiros, já saíram em toras das terras e circularam livremente pelas vicinais. Eles estão acabando com as matas e os animais (informação verbal).<sup>190</sup>

As ilegalidades praticadas no PA Areia há muito são denunciadas, como no ZEE (2007) e na pesquisa feita por Torres, Doblaz e Alarcon (2017). De acordo com esses autores, que

---

<sup>188</sup> Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Itaituba, em entrevista concedida à autora em 24.04.2019.

<sup>189</sup> Presidente da CPT da BR-163, em entrevista concedida à autora em 24.04.2019.

<sup>190</sup> Trabalhadores rurais do PA Areia, em entrevista concedida à autora, em 26.04.2019.



investigaram até 2016 o crime organizado da madeira, o PA Areia é parte integrante da rota das muitas ilicitudes:

Até 2011, conforme as denúncias acerca dos esquemas madeireiros da região, toda a madeira saía em toras e era transportada até algumas poucas serrarias nos arredores da zona urbana de Trairão. Nesse trajeto, a madeira precisava passar obrigatoriamente pela vila do PA Areia [...]. Relatos atualizados apontam a persistência do PA Areia como ponto concentrador do transporte de toras extraídas da Flona do Trairão e da Resex Riozinho do Anfrísio. (TORRES; DOBLAS; ALARCON, 2017, p. 172).

Tratando acerca do uso de licenças ‘frias’ e do ‘esquentamento’ da madeira, Torres, Doblas e Alarcon (2017) afirmam:

Segundo informações de campo, todas ou praticamente todas as serrarias de Trairão beneficiam toras sem a documentação condizente. As licenças “frias” são associadas à madeira somente na etapa do transporte [...] entre as serrarias de Trairão e as madeiras de Itaituba que cuidam da exportação do material já devidamente “esquentado” por guias obtidas ilicitamente (TORRES; DOBLAS; ALARCON, 2017, p. 174).

Em total afronta aos dados registrados oficialmente sobre o desmatamento na região, às consequências sociais e para a natureza do extrativismo inclemente e indiferente à proibição de exploração madeireira dentro dos Parques Nacionais, que são UCs de proteção integral, afirma o pecuarista-madeireiro-dono de garimpo, que é também prefeito de Itaituba:

Vamos ter agora as licitações de concessões de florestas públicas e estamos acreditando que, agora, o governo do Bolsonaro permitirá fazer as licitações de concessões dentro dos Parques Nacionais e, no caso, um milhão de hectares pertence ao Parque Nacional da Amazônia. Estamos esperando esse grande filão, para que uma madeireira possa tirar cinquenta mil hectares, a outra tirar cem mil hectares, e nós voltarmos a ser grandes produtores de madeira aqui da região. O setor madeireiro não desmata, não causa impacto ambiental. Se você visitar o Trairão, no setor madeireiro onde já foi tirada madeira e tirar foto via satélite de onde falta tirar, você não sabe de qual dos dois já foi tirada a madeira, por causa dos projetos de manejo sustentável, com planejamento para cinquenta anos. E isso é muito interessante porque nós estamos esperando que o governo federal licite não apenas o Parque Nacional da Amazônia, mas também as Reservas Itaituba I e Itaituba II (informação verbal).<sup>191</sup>

As estatísticas oficiais da exportação madeireira pelo Pará, relativas ao período investigado, conforme consta acima, apresentam índices decrescentes nos itens de maior

---

b<sup>191</sup> Prefeito de Itaituba, em entrevista concedida à autora, em 24.04.2019.

expressão da pauta das exportações do estado. Há, entretanto, muitas questões que precisariam ser esclarecidas.

Chama a atenção de início que, embora os dados oficiais apontem a queda da produção madeireira do Pará, as inúmeras ilicitudes denunciadas em pesquisas e estudos e comprovadas pelos órgãos competentes do Estado naquela região atestam, ao longo de todo o período, a retirada de grandes quantidades de madeira, provenientes de áreas ilegais, ou em áreas muito maiores do que as permitidas nos planos de manejo. Resta entender qual o destino da produção ilegal, que é objeto da emissão de licenças frias e do ‘esquentamento’ da madeira, inclusive para fins de exportação.

No contexto regional, em que há a indicação de crimes operados em rede, inclusive, em muitas situações, com a participação de servidores de órgãos públicos, que burlam as leis e os sistemas de controle para favorecimento dos criminosos, e frente aos relatos atuais dos que estão submetidos à violência e à expropriação de suas terras por madeireiros, há muito a ser investigado e enfrentado.

De acordo com dados e informações obtidas por pesquisadores e na entrevista com a dirigente do ICMBio/Nure Itaituba, caso houvesse controle mais efetivo por parte do Estado, com utilização de sistemas inteligentes que integrassem as diferentes bases de informação já existentes em órgãos de controle ambiental e em outros, como o Exército e a Polícia Federal, seria possível deter as muitas ações ilegais, como o desmatamento e a venda da produção madeireira clandestina da região.

A dirigente regional do ICMBio aponta como exemplo do que considera boas práticas na exploração da floresta a atuação de uma sociedade que agrega cinco pequenas empresas locais, chamada Patauá Florestal. Ao ser contatada essa empresa na pesquisa<sup>192</sup>, um dos dirigentes informa que a área de atuação do grupo foi obtida por processo de concessão florestal iniciado em 2015, na Flona de Altamira, envolvendo duas unidades de manejo que totalizam 209.850 hectares, distantes cem quilômetros de Moraes Almeida, na vicinal do Curuá. Por obrigatoriedade da lei, cinco por cento dessa área precisam ser mantidos como reserva absoluta, além da destinada à Área de Preservação Permanente (APP), ficando disponíveis 180 mil hectares para manejo, por ano. Prevê o engenheiro florestal que o estoque preservado irá atender a necessidade de produção daqui a trinta e um anos. Como o ciclo é de trinta anos e o contrato de quarenta anos, o grupo terá condições de voltar às dez primeiras áreas mais uma vez, o que

---

<sup>192</sup> O dirigente da Sociedade Patauá Florestal, que é engenheiro florestal, foi entrevistado em Itaituba no dia 27 de abril de 2019.

é economicamente vantajoso.

Refere também o dirigente que o grupo e outras empresas parceiras atendem, atualmente, a mais de cinquenta por cento do consumo de madeira de Moraes Almeida e a dois principais mercados externos, a União Europeia e os Estados Unidos. Os resíduos da produção também são aproveitados e vendidos e há perspectiva de produzir ainda produtos não madeireiros, como o óleo da copaíba, da andiroba e outros. Para prosseguir nessa linha de atuação, segundo o dirigente da Patauá, é preciso manter atitude vigilante, o que é feito remotamente, quando há pressão mais significativa ou ameaça de desmatamento ilegal na área, sendo notificados os órgãos competentes. Os concessionários da área, distantes trinta quilômetros das terras agricultáveis, precisam ficar alertas quanto à chegada das plantações de soja.

Considerada como exitosa, rentável e dentro dos padrões legais pelo próprio grupo, assim como pelo ICMBio, a experiência da Patauá Florestal apresenta-se como exceção na região. Após treze anos da aprovação da Lei 11.284/2006, a Lei de Gestão de Florestas Públicas, marco criado com a pretensão de gerir as florestas públicas para produção econômica sustentável – em si objeto de muitas críticas e questionamentos –, sérios problemas estruturais e questões provenientes das injunções políticas e econômicas mundiais recentes mostram que não há motivos para expectativas alvissareiras, pelo menos a curto prazo.

Questões fundiárias históricas, que continuam a exigir ordenamento territorial capaz de conciliar diferentes políticas públicas na região da BR-163, estratégias ambiciosas e ilegais de uso da floresta por agentes privados, grilagem de terras, crimes ambientais frequentes, pistolagem, uso da força e de toda forma de violência contra pequenos produtores, práticas que se dão sob controle incipiente e desarticulado do Estado, ou do descontrole premeditado em benefício de grandes latifundiários, seguem presentes ao longo da rodovia. À medida que esses processos avançam, com índices crescentes de desmatamento e casos de extração ilegal de madeira, mais se avolumam os estoques de terras que passam a ficar disponíveis para negociações envolvendo a pecuária, a mineração e a soja, inclusive nas áreas de proteção integral, nas terras da União e em terras indígenas, que cada vez mais passam a ser destinadas ao grande capital, nacional e transnacional, exacerbando as tensões e os conflitos sociais na região.

### 5.2.5 A produção de *commodities* minerais: expansão das fronteiras, transnacionalização, ilegalidades e descontrole do Estado

A indústria extrativa mineral brasileira representa, segundo dados de 2017, 4% do PIB Brasil e contribui com 25% do saldo comercial brasileiro, segundo o Ministério das Minas e Energia (MME). Comparando os dados do balanço do comércio exterior do setor mineral brasileiro, do ano de 2007 com os de 2017, é possível dimensionar a prioridade que vem sendo dada no país ao investimento na produção de bens minerais primários, em detrimento dos manufaturados:

**Tabela 25-** Balanço do Comércio Exterior do Setor Mineral - 2007

<b>Tipos de produto</b>	<b>Exportação valor (US\$ - FOB)</b>	<b>Importação valor (US\$ - FOB)</b>	<b>Saldo valor (US\$ - FOB)</b>
<b>Bens primários</b>	13.431.518	5.406.553	8.024.965
<b>Semimanufaturados</b>	11.642.827	3.279.687	8.363.140
<b>Manufaturados</b>	7.761.402	4.203.525	3.557.877
<b>Compostos químicos</b>	709.321	3.158.829	(2.449.508)
<b>Total</b>	33.545.068	16.048.594	17.496.474

Fonte: ANM - Anuário Mineral Brasileiro 2008<sup>193</sup>

Os valores do quadro acima incluem todas as substâncias minerais exportadas pelo Brasil no ano de 2007. A seguir, os dados do balanço do comércio exterior de 2017, constantes do Anuário Mineral Brasileiro de 2018, da ANM, em que estão incluídas as principais substâncias metálicas do país, que são o alumínio, cobre, cromo, estanho, ferro, manganês, nióbio, níquel, ouro, vanádio e zinco:

**Tabela 26-** Balanço do Comércio Exterior do Setor Mineral - 2017

<b>Tipos de produto</b>	<b>Exportação valor (US\$ - FOB)</b>	<b>Importação valor (US\$ - FOB)</b>	<b>Saldo valor (US\$ - FOB)</b>
<b>Bens primários</b>	22.124.879.847	1.124.343.539	21.000.536.308
<b>Semimanufaturados</b>	14.092.972.520	2.291.426.567	11.801.545.953
<b>Manufaturados</b>	4.976.485.662	3.202.710.673	1.773.774.989
<b>Compostos químicos</b>	567.427.542	211.308.356	356.119.186
<b>Total</b>	41.761.765.571	6.829.789.135	34.931.976.436

Fonte: MDIC/ANM - Anuário Mineral Brasileiro 2018<sup>194</sup>

<sup>193</sup> Os dados citados estão disponíveis em: <http://www.anm.gov.br/dnpm/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/anuario-mineral/anuario-mineral-brasileiro/anuario-mineral-brasileiro-2008>. Acesso em: 18 set. 2019.

<sup>194</sup> Os dados citados estão disponíveis em: <http://www.anm.gov.br/dnpm/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/anuario-mineral/anuario-mineral-brasileiro/anuario-mineral-brasileiro-2018>.

Embora os dados de 2017 contemplem as onze substâncias metálicas acima mencionadas, que são as de maior peso na pauta de exportação de produtos minerais do país, e não todos os produtos minerais constantes do balanço de 2007, ainda assim, é possível destacar, por aproximação, que ao longo desse período a exportação de bens minerais primários cresceu cerca de 65% e a de produtos semimanufaturados cresceu 21%, enquanto os manufaturados decresceram cerca de 36%. São dados que comprovam a reprimarização da economia brasileira no setor da mineração. O acréscimo de 21% nas exportações de produtos semimanufaturados decorre das tecnologias de ponta que vêm sendo utilizadas nos processos produtivos minerais.

Ainda de acordo com o Anuário Mineral Brasileiro de 2018, da ANM, relativo ao ano de 2017, é possível entender a importância dos estados de Minas Gerais e do Pará para o equilíbrio da balança comercial do país, que se sustenta nos investimentos no setor primário mineral, com vistas às exportações. De acordo com o documento, em relação às onze principais substâncias metálicas, esses dois estados são responsáveis por 90% do valor total dessa produção. O valor da produção das onze substâncias corresponde a cerca de 80% da produção total, de R\$88,5 bilhões. Da CFEM de R\$1,5 bilhão arrecadada em 2017, 82% provêm dessas substâncias metálicas. Quanto aos títulos outorgados, foram registrados 211 de lavra garimpeira na região Norte, correspondentes a 57,3% do total outorgado no país.

Os dados explicam, portanto, não apenas a importância, mas também o avanço das fronteiras minerárias no Pará. A expectativa de crescimento acelerado da produção mineral, entretanto, depende diretamente de grandes infraestruturas para a produção de energia, circulação da produção por diferentes meios, como rodovias e ferrovias, e estruturas portuárias que possibilitem o embarque de grandes volumes.

A exploração das substâncias metálicas consideradas principais no país tem atraído corporações transnacionais de diferentes partes do mundo, sendo a principal na produção de ferro no Pará, de acordo com o Anuário de 2018 da ANM, a Vale S/A. Na produção de alumínio, de acordo com o documento, destacam-se no estado a Mineração Rio do Norte S/A, a Mineração Paragominas S/A e a Alcoa World Alumina Brasil Ltda. Quanto à produção do ouro em Minas Gerais, figuram os conglomerados Anglogold Ashanti Córrego do Sítio Mineração S/A e Kinross Brasil Mineração S. A.

De acordo com o Plano de Mineração do Estado do Pará (PME) 2014-2030<sup>195</sup>, o setor

---

[economia-mineral/anuario-mineral/anuario-mineral-brasileiro/amb\\_2018.pdf](#). Acesso em: 18 set. 2019.

<sup>195</sup> O Plano de Mineração do Estado do Pará 2014-2030 está disponível em: <http://sedeme.pa.gov.br/download/pem-2030.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2019.

mineral correspondia, em 2014, a mais de 26% do PIB paraense e por algo em torno de 90% de nossas exportações. O Pará estava então consolidado como o segundo estado minerador do Brasil, sendo previsto no documento que deverá ocupar a posição de maior PIB mineral do país em 20 anos, ou seja, até 2034. Em 2012, o Pará exportou US\$ 13 bilhões, um crescimento considerável quando comparado às exportações do início da década de 1990, quando exportava US\$ 1,1 bilhão. A projeção para 2030, segundo o PME, é de que as exportações do Pará alcancem US\$ 30 bilhões, no mínimo, pois:

Suas exportações de minerais e metais, devido à qualidade e quantidade de suas minas de porte internacional, garantem divisas indispensáveis ao equilíbrio macroeconômico do País. Nesta segunda década do século XXI, o Pará vai abrigar a maior mina de ferro do mundo – S11D, que iniciará extraindo 90 milhões de toneladas, além de 20 novos projetos de implantação e expansão, com investimentos da ordem de R\$ 68 bilhões até 2017, com potencial para gerar 48 mil novos empregos. Entre 2010 e 2030 as exportações de minerais e metais passarão de 116 para 300 milhões de toneladas (SEICOM, PME 2014-2030).

Na apresentação do PME, o então governador do Pará Simão Jatene projetava que, para além da meta de o estado se tornar o maior PIB mineral do Brasil em duas décadas, impunha-se a responsabilidade de:

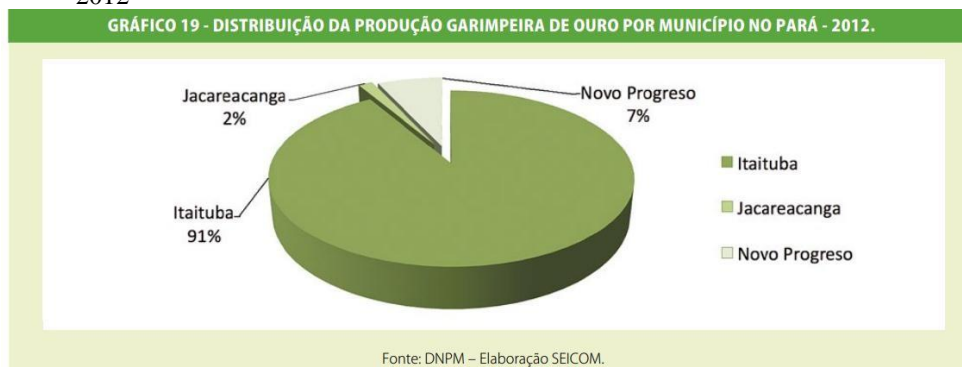
Transformar a riqueza mineral em riqueza para os paraenses, e inverter a lógica da exploração mineral, que hoje é destinada ao exterior, para a verticalização e a industrialização dentro do Estado. Eu diria que este é o maior desafio que se impõe a todos nós, governantes e cidadãos paraenses: transformar o minério do Pará em riqueza e bem-estar para o povo do Pará (JATENE, PME, 2014).

O que vem acontecendo no Pará ao longo dos últimos anos, entretanto, em nada corresponde àquele discurso, excluindo a estimativa de crescimento da exploração e da produção minerária do estado: a exploração mineral não produziu distribuição da riqueza para os paraenses, a lógica da exploração mineral continua objetivando os mercados externos, não houve verticalização e industrialização da produção no estado e continua prevalecendo, embora sob novos padrões tecnológicos, a produção primária. O contexto é de grandes ilegalidades e de mudança das leis pelo Estado para favorecer o avanço sobre as áreas de preservação integral da floresta, o que resulta nos muitos conflitos sociais que se contrapõem à lógica desse modelo.

No cenário da produção minerária do estado do Pará e do país, Itaituba constitui uma província mineral, sendo o garimpo a principal atividade da economia do município, tanto pelas

reservas minerais e atividades ligadas diretamente à mineração como por ser nuclear, no sentido de que impulsiona outras atividades econômicas dos setores da pecuária, da madeira e do comércio. Isso faz com que responda, conforme agentes econômicos e governamentais, por algo em torno de 70% a 80% da economia do município, que se destaca também por participar com 60% da produção de ouro do Pará.

**Gráfico 3-** Distribuição da Produção Garimpeira de Ouro por Município no Pará - 2012



**Fonte:** PNM (2014-2030, p. 47).

O uso de sofisticadas máquinas e equipamentos, que possibilitam a extração profunda dos minérios, com sondas e outras tecnologias avançadas, vem provocando esgotamento muito mais rápido das reservas primárias, em relação ao que era antes previsto pelos estudos.

Não obstante a intensa movimentação de capitais, a atividade garimpeira não é verticalizada em Itaituba e apresenta muitos impasses no cenário de curto e médio prazos, inclusive quanto aos impactos socioambientais. Grande parte da extração ocorre de forma clandestina e em áreas proibidas legalmente, inclusive porque a área da Reserva Garimpeira do Tapajós foi sobreposta e permanece em conflito com a APA do Tapajós. Além dessas questões, o mercado de trabalho do setor mineral do Pará, como aponta a Agência Nacional de Mineração (ANM), que substituiu o antigo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), vem sofrendo sucessivas reduções nos postos de trabalho, tendo finalizado o primeiro semestre de 2017 com níveis de emprego próximos aos de dezembro de 2011. Itaituba está entre os quatro municípios que apresentaram os maiores saldos negativos de mão de obra do Pará.

A garimpagem que vem sendo feita com PCs, retroescavadeiras hidráulicas, que têm poder de destruição muito maior do que os processos tradicionais de extração de minérios dos rios, promovem, também, maior contaminação das águas dos rios. Afora os sérios problemas ambientais e para a saúde humana, existem muitos outros ligados à atividade minerária, incluindo os conflitos pela posse e exploração, pois os autorizados a explorar o subsolo não são

os proprietários do solo; muitos garimpos clandestinos; grande parte das atividades iniciadas sem o devido licenciamento; exploração ilegal, que ocorre também em terras indígenas; altos índices de desmatamento em áreas das UCs, decorrentes da atividade garimpeira ilegal; fiscalização ineficaz pelo Estado, o que gera descontrole da situação dos garimpos e a proliferação de ilegalidades de várias ordens, como a evasão de divisas.

As questões acima elencadas foram objeto de aprofundamento na pesquisa, sendo ouvidos representantes dos três campos – político, econômico e social – e interpretados os níveis de inserção dos agentes e as disputas por poder, em meio ao avanço da exploração mineral predatória.

Os problemas levantados, extremamente relevantes para o estado do Pará e para o município de Itaituba, remetem à discussão feita por Acosta (2016), a partir de pesquisas e evidências, que o levaram a concluir que, de forma absolutamente contraditória:

A pobreza em muitos países do mundo está relacionada com a existência de uma significativa riqueza em recursos naturais. Os países ricos em recursos naturais, cujas economias são sustentadas prioritariamente em sua extração e exportação, encontram maiores dificuldades para se desenvolver. Parecem estar condenados ao subdesenvolvimento aqueles que são substancialmente dotados de algum ou alguns poucos produtos primários (ACOSTA, 2016, p. 47).

Acosta trata ainda sobre a incapacidade de regeneração desses estoques naturais, frente às novas tecnologias e aos saques promovidos pelas “metrópoles”, fazendo referência aos mecanismos de apropriação colonial e neocolonial pelo Norte Global em países do Sul, em particular os da América Latina.

Tomando a análise da escalada da exploração do ouro e de outros metais preciosos na região do Tapajós, observa-se a existência de um abismo entre o discurso do ‘progresso’ empreendido pela mineração na região, identificado com a instalação de grandes conglomerados transnacionais, e o descumprimento das leis em vigor, que resulta em graves consequências sociais e ambientais.

Considerando o papel fundamental do Estado quanto ao cumprimento da legislação vigente e controle da ilegalidade, ao provimento das condições de trabalho dos órgãos responsáveis pelo controle ambiental e fiscalização das atividades ligadas à mineração, à necessária articulação institucional para gerir áreas afins vinculadas, torna-se importante situar como vem se dando a operacionalização, bem como os aspectos críticos levantados por agentes institucionais na região da BR-163.



Nesse sentido, são muito esclarecedoras as informações detalhadas pela dirigente da Unidade Avançada da ANM de Itaituba, acerca da expansão das fronteiras minerais, das vulnerabilidades do Estado, bem como das disputas e das ilegalidades praticadas por agentes ligados à mineração na região.

Embora o nível de atuação da Unidade da ANM em Itaituba obedeça a restrições em relação às competências da sede do órgão em Belém, o quadro descrito pela entrevistada, a partir dos regimes da PLG e do Registro de Licenciamento, possibilita o entendimento de questões históricas, bem como dos grandes problemas existentes na região atualmente.

Detalha a dirigente regional que, de acordo com a legislação, somente após a conclusão e a aprovação da análise técnica pelo órgão o interessado passa a ter o direito de receber a “declaração de aptidão”, que o autoriza a pleitear a licença ambiental, junto ao órgão ambiental competente, o que depende do limite da área a que se refere o pleito. Até 500 hectares, a licença poderá ser expedida pelo órgão municipal, no caso, a Semma, e, a partir desse limite, caberá ao órgão estadual, a Semas, a expedição do licenciamento, o que possibilita a emissão do título pela ANM, que é a PLG. Somente então, de posse do título, o interessado está liberado para extrair a substância mineral, seja esta o ouro, o diamante, a cassiterita, a taurita, ou outra, entre as muitas existentes na região.

A avaliação estatística apresentada pela dirigente da ANM, entretanto, é de que em cerca de 90% a 99% dos casos as empresas, embora estando ainda na fase protocolar do pedido de PLG ou do Registro de Licenciamento, atuam ilegalmente, por longo tempo e de forma intensiva, o que é plenamente passível de ser identificado pelos órgãos estatais, pois afirma:

Se você sobrevoar essas áreas, ou nem isso, observar as imagens de satélite, você vai ver determinados polígonos e, se procurar para ver se existem os títulos do DNPM, vai concluir que muitas vezes os que estão lá não têm título, ou os títulos já perderam a validade, ou entraram com requerimento, mas deixaram de atender algum requisito e o processo foi indeferido (informação verbal).<sup>196</sup>

Portanto, na quase totalidade das áreas que estão sendo exploradas na região não houve análise, nem deferimento prévio por parte do órgão responsável, sendo tudo facilmente comprovável a partir das imagens de satélite e dos registros de títulos expedidos pelo então DNPM.

A sobreposição entre a APA do Tapajós e a Reserva Garimpeira, outro foco de

---

<sup>196</sup> Responsável pela Unidade Avançada da ANM em Itaituba, em entrevista concedida à autora, no dia 23.04.2019

constantes conflitos sociais na região, é considerada extremamente complexa pela dirigente da ANM, por envolver problemas de várias ordens. Em primeiro lugar, afirma a dirigente que o poder público fica aquém da fiscalização que lhe compete, o que é agravado pela falta de articulação interinstitucional, envolvendo, além da ANM, o Ibama, os demais órgãos ambientais e o MPF, sendo notórios e amplamente noticiados os fatos que comprovam a exploração ilegal na região. Os mecanismos para coibir as ilegalidades também são questionados pela gestora, como a queima dos maquinários utilizados pelos infratores, o que, entende, isoladamente não chega a coibir as ações, pois quando os fiscais se afastam os exploradores retornam aos mesmos locais e retomam as atividades. A dirigente do ICMBio em Itaituba refere, quanto à queima de equipamentos utilizados na exploração ilegal, que o órgão vem atuando dessa forma com base nas medidas cautelares previstas em lei, embora ressalte que há fortes resistências por parte dos donos dos equipamentos e repercussão pública muito grande. As disputas e conflitos entre o ‘certo’ e o ‘errado’ são intensas e a gestora considera que essa questão ainda está indefinida no atual governo do país.

Outro fator que a dirigente regional da ANM entende dificultar as ações dos órgãos relaciona-se à dificuldade de acesso às áreas, íngremes e perigosas, o que demanda infraestrutura de trabalho para os fiscais, como aviões, ou equipamentos que possibilitem o enfrentamento de rios com correnteza. A deliberada falta de investimentos do Estado, no sentido de promover as condições necessárias para que o trabalho seja realizado pelos órgãos de controle ambiental finda favorecendo os interesses dos exploradores de ouro.

Quanto à ocupação da área da APA do Tapajós, a dirigente da ANM afirma que “nos grandes garimpos têm aqueles que estão lá dentro da lama e dos rios, que trabalham na extração das substâncias, mas têm os donos dos garimpos, que nem sempre estão por lá, mas são os que dominam, os que detêm a riqueza”.

Outro ponto importante, referido pela dirigente da ANM, diz respeito à descaracterização da garimpagem tradicional na região:

Em se tratando de garimpos e de garimpeiros que detêm a PLG o que a gente observa é que está sendo descaracterizado o garimpo e o garimpeiro tradicional. Agora são garimpos com alta tecnologia, que avançam cada vez mais e, à medida que os garimpeiros vão entrando com maquinários de ponta, que fazem extrações profundas, está sendo descaracterizado o regime da PLG, que tem a ver com o método tradicional de extração (informação verbal).<sup>197</sup>

---

<sup>197</sup> Responsável pela Unidade Avançada da ANM em Itaituba, em entrevista concedida à autora, no dia 23.04.2019

As extrações profundas, em desacordo com o estipulado na legislação, além das sérias consequências sociais e ambientais, afetam também o controle dos volumes produzidos e comercializados, sem o competente registro pelo Estado. Há, assim, uma sucessão de ilegalidades operadas em cadeia, que segue beneficiando os que desrespeitam as leis e a natureza.

As afirmações da dirigente da ANM comprovam também que o Estado legisla, regulamenta e opera em bases irreais, embora tendo integral conhecimento de que os processos, registros e títulos concedidos, como as PLGs, em grande parte dos casos, não correspondem às atividades de exploração das riquezas que vêm, efetivamente, ocorrendo na região, inclusive, e de forma avassaladora, nas UCs e TIs. Tal é o descontrole que, ao serem solicitados os dados do órgão da produção mineral na região, a dirigente da ANM assegura que:

Aqui não temos dados seguros, mesmo em relação ao ouro, em face da ilegalidade. Os dados que levantamos podemos até dizer que são fictícios. Não temos o controle sobre os dados reais. Muito ouro e outras substâncias estão sendo extraídas, mas infelizmente a instituição não detém esse controle (informação verbal).<sup>198</sup>

A afirmação da dirigente de que os dados gerais e estatísticos sobre a economia mineral do Pará podem ser obtidos somente na sede do órgão, em Belém, soa contraditória, tendo em vista que a Unidade Avançada, por atuar diretamente nas áreas de extração, como em Itaituba, não consegue reunir dados sequer aproximados da realidade regional.

Quanto à exploração em territórios indígenas, tema muito presente no debate atual relativo à legalização da mineração nas TIs, a dirigente da ANM alega que, embora uma parte dos índios não queira tais atividades em suas terras, há outros que querem ter acesso e explorar as riquezas. A dirigente diz não conhecer a solução proposta pelo atual governo federal para essa questão, mas manifesta que se os índios quiserem explorar minérios em suas terras terão que cumprir a legislação do país; caso contrário, a atividade ficará totalmente sem controle pelo Estado. No entanto, o descontrole pelo Estado, conforme se constata, inclusive nas declarações da gestora da ANM, já impera na região.

Embora não seja objetivo do trabalho aprofundar a discussão acerca da exploração mineral em terras indígenas, diante da complexidade do tema e dos muitos conflitos sociais envolvendo várias etnias indígenas, como tratado no capítulo anterior, cabe, mais uma vez, ressaltar que as grandes questões encerram, para muito além do interesse de parcelas de uma

---

<sup>198</sup> Responsável pela Unidade Avançada da ANM em Itaituba, em entrevista concedida à autora, no dia 23.04.2019.

ou outra etnia indígena em trabalhar com o garimpo, os interesses de grupos transnacionais, grileiros e donos de garimpos, que disputam a apropriação das ricas reservas minerais da região e tentam cooptar a mão de obra indígena, para prosseguir atuando na ilegalidade, inclusive quanto às leis trabalhistas do país.

Em um mercado altamente competitivo mundialmente, como o da mineração, com forte participação de agentes capitalizados e tecnologicamente preparados para atuar com maquinários de ponta, aos indígenas, assim como aos outros trabalhadores locais, cada vez menos estarão assegurados direitos, sejam estes trabalhistas ou de acesso aos bens naturais.

Em Itaituba, o prefeito e dono de garimpo é defensor intransigente da instalação das corporações transnacionais no município, como relatado no capítulo anterior, com o objetivo de aumentar a arrecadação municipal e a quantidade de empregos gerados:

A questão das multinacionais, como a Serabi, a Brazauro, a RTZ e outras empresas grandes, canadenses e brasileiras, é muito interessante. O projeto da Brazauro é produzir 400k de ouro, quando colocar [o projeto] para funcionar. A Serabi já produz mais de 200k de ouro e é o maior pagador de imposto mineral do município de Itaituba. A Brazauro, quando começar a funcionar, vai melhorar muito para a região, porque vai dar muito emprego. A Serabi já tem hoje 300 funcionários, com carteira assinada, e a Brazauro tem previsão de 1500 empregados. E a CFEM, que é dinheiro do ouro, é uma ajuda para os municípios que são impactados, como é o caso das hidrelétricas (informação verbal).<sup>199</sup>

Em âmbito municipal, mas com a visão dos que trabalham em atividades de controle ambiental, um dos representantes da Semma ouvidos na pesquisa busca traçar um paralelo entre os impactos causados pela multiplicidade de garimpos ilegais e os provocados pelas grandes empresas:

Não temos como precisar a quantidade de pequenos garimpos ilegais e pistas clandestinas que surgem a toda hora. Por chão, da última vez que fiz vistoria em garimpos aqui da região, passamos três dias andando na mata e em cada ponto você encontra um motorzinho trabalhando, uma família, ou um grupo de mineradores. Não tem como contabilizar. Eles são ilegais? São ilegais porque esse ouro que está sendo extraído não vai passar pelos filtros governamentais. Ao mesmo tempo, o impacto ambiental causado por esses garimpeiros [parece ser] menor do que o causado pelas grandes mineradoras, como a de lá do alto do [rio] Marupá, ou da Serabi, lá na Mina Palito, que têm áreas enormes. Então, é mais fácil mensurar as áreas das grandes mineradoras do que as dos pequenos. Agora, se houvesse como contabilizar todos os pequenos, com certeza haveria um impacto muito grande em relação à sinergia de tudo isso. Se fôssemos considerar o eixo da BR-163 com mais os outros empreendimentos, seria algo de dizer assim ‘vamos parar porque se não em

---

<sup>199</sup> Prefeito de Itaituba, em entrevista concedida à autora em 24.04.2019.

breve não teremos o que fazer, por conta do impacto sinérgico’ (Agente da Semma, em entrevista concedida à autora em 23.04.2019).

Avalia, ainda, o representante da Semma que a situação só não está pior porque existem as UCs no eixo da rodovia:

O que está garantindo que isso não se dê de maneira exorbitante são de fato as reservas [as UC’s]. O Parque Nacional do Jamaxim é uma UC estratégica para impedir que o agronegócio faça essa ampliação. Esse é um ponto crucial no eixo onde vai passar a Ferrogrão, onde passa a BR-163, com o pessoal da soja. Entretanto, há municípios como Novo Progresso que não têm a mesma ideologia de preservação, porque lá eles já são acostumados com o ‘desenvolvimento’ e começam a forçar essa entrada pelo Pará, pela nossa região. Isso vai gerar também conflitos entre tradições, porque nós, de Itaituba, somos um povo mais pacato, mais de mata, um povo mais de natureza. É um choque cultural que causa impacto (informação verbal).<sup>200</sup>

Em outro polo da discussão acerca da mineração no país e especificamente na região do Tapajós, o atual dirigente da Anoro, que, como mencionado no capítulo anterior, pertence ao campo econômico, mas transita intensamente no campo político, discorre sobre a importância do ouro no mundo, o que dá a dimensão das disputas em torno das reservas:

O Ouro é um minério errático, cada mina tem sua característica. Se você reunir todo o ouro produzido no mundo, em torno de 166 a 186 mil toneladas e juntar todo ele em um cubo de ouro puro, esse cubo terá vinte metros de comprimento, vinte metros de altura e vinte metros de profundidade, o que torna possível entender que esse metal, o elemento químico ouro, é muito pouco no planeta Terra. Isso corresponde a um prédio de sete ou oito andares. É isso. O ouro é difícil de achar, é custoso (informação verbal).<sup>201</sup>

Nesse sentido, é possível avaliar os interesses que se voltam, avidamente, para o estado do Pará, que, conforme publicação da Anoro do ano de 2018, “continua em segundo lugar no *ranking* da produção industrial do metal”, o que se deve à produção da Vale e da Serabi Gold, sendo esta mineradora a que explora as minas Palito e São Chico, na região do Tapajós, em Itaituba, em fase de plena expansão da produção<sup>202</sup>.

<sup>200</sup> Representante da Semma, em entrevista concedida à autora, em 23.04.2019

<sup>201</sup> Presidente da Anoro, em entrevista concedida à autora, em 23.04.2019 .

<sup>202</sup> De acordo com o veículo Notícias de Mineração Brasil, em 2019, pela primeira vez, a Serabi Gold anunciou que ultrapassou 40 mil onças de ouro anuais, nas minas Palito e São Chico, o que representa aumento de 7% em relação à produção de 2018. Para 2020, a empresa tem como meta produzir entre 45.000 e 46.000 onças. Disponível em: <https://www.noticiasdeminerao.com/produ%C3%A7%C3%A3o/news/1379052/serabi-ultrapassa-40-mil-on%C3%A7as-de-ouro-anuais-pela-primeira-vez-em-2019>. Acesso em: 20 jan. 2020.

O dirigente da Anoro estima, em conjunto com compradores de ouro da região do Tapajós, que já foram produzidas na região “em torno de 800 toneladas de ouro, ou mais, ao longo dos últimos sessenta anos. Porém, nos registros oficiais consta algo em torno de um terço disso”. Há, portanto, muitas ilegalidades e grande descontrole no país sobre o ouro produzido e exportado, historicamente.

Assegura o presidente da Anoro que o estado do Pará é, atualmente, o mais rico em mineração do Brasil, embora não seja o mais explorado, nem o mais pesquisado, sendo “a bola da vez”, porque Minas Gerais, que tem altíssima produção mineral, já é um estado bem pesquisado, sondado e extraído. O entrevistado afirma que o Pará detém esse grande e pujante potencial econômico a ser desenvolvido, embora se declare “muito crítico às ações de governo, que se dão de forma tímida, caolha, míope, porque não entendem como isso funciona”, tanto mais por se tratar de negócio que em todo o mundo tem liquidez imediata:

Ouro é divisa, você vende ouro em qualquer lugar do mundo, a qualquer hora do dia, ele é o meio mais líquido de transformação em dinheiro. Nada no mundo é mais líquido que ouro, nem o petróleo porque tem um grande problema de logística. Você pode entrar com o ouro no bolso, em qualquer lugar do mundo, que sempre haverá comprador, e, ainda, é fácil de ser avaliado, porque qualquer um tem acesso ao preço da *commodity* e sempre foi assim (informação verbal).<sup>203</sup>

De acordo com levantamento da Index Mundi<sup>204</sup>, relativo ao período de dez-2004 a dez-2019, foi o seguinte o comportamento do preço do ouro no mundo (99,5% puro):

**Gráfico 4- Ouro Preço Mensal – E. U. dólares por onza troy**



**Fonte:** Index Mundi

<sup>203</sup> Presidente da Anoro, em entrevista concedida à autora, em 23.04.2019.

<sup>204</sup>Dados obtidos em: <https://www.indexmundi.com/pt/pre%C3%A7os-de-mercado/?mercadoria=ouro&meses=180>. Acesso em: 20 jan. 2020

Os dados do gráfico possibilitam observar que, não obstante as flutuações do valor do ouro ao longo da série histórica, há continuamente períodos de alta nos preços do metal, inclusive entre 2018 e 2019, o que indica que os investimentos nesse mercado tendem a se ampliar. Os valores do gráfico tomam por base o dólar dos Estados Unidos, conforme os preços médios diários de Londres, tendo como unidade de referência a onça *troy* por dólar americano, sendo que cada onça *troy* equivale a 31,1035 gramas de ouro.

Não obstante tratar-se de negócio com liquidez garantida e do Brasil ter grandes reservas de ouro, entende o presidente da Anoro que há muitas barreiras para a mineração no país, entre as quais considera decisiva a legislação do setor, o Código de Mineração. Um dos problemas levantados, que causa muitos conflitos e cria impasses com os garimpeiros locais, consiste, na visão do dirigente, na previsão de que o direito mineral deve ser do primeiro a requerer a área, pois, no momento em que é requerida a pesquisa à ANM em determinada área que está aparentemente livre, já existem de fato inúmeros garimpos atuando há várias décadas, e esses garimpeiros requereram também a PLG, mas, como mencionado no capítulo anterior, de mais de 48 mil processos, pouco mais de dois mil foram liberados, então, não há registro das atividades no órgão.

Na opinião do dirigente, antes de o requerente receber o alvará de pesquisa, deveria ser responsabilizado por levantar, dentro de prazo estipulado, quantas e quais são as principais atividades existentes na área requerida para informar à ANM, mas afirma que a proposta nunca foi aceita, porque as empresas não querem ter esse custo. Desse modo, e até mesmo utilizando programas já existentes, que facilitam a rápida localização de garimpos, os garimpeiros que já estivessem na área teriam o direito de requer a PLG em comum acordo com a empresa e, assim, todos estariam legalizados e atuariam de acordo com a capacidade tecnológica que têm, em diferentes profundidades. Como os danos ambientais são de responsabilidade do requerente da área, se os garimpeiros que já estão atuando forem legalizados, terão de cumprir com as regras e o passivo ambiental não ficará totalmente sob a responsabilidade da empresa, o que o presidente da entidade entende ser uma boa solução também para a entidade.

Por ter a experiência de viver dentro do garimpo, o dirigente da Anoro diz defender o garimpo, porque:

É uma atividade que democratiza a renda, pois ninguém produz sozinho. Para produzir sozinho no garimpo o dono tem que dar uma porcentagem do ouro, porque se quiser pagar salário ‘quebra’ e conheci casos assim. O garimpo vive porque o garimpeiro quer a porcentagem e isso tem a ver com o espírito garimpeiro, que sonha com aquilo, que vive lá dentro do mato comendo arroz, feijão e farinha, dormindo num barraco de lona, pendurado numa rede, mas tem orgulho de ter produzido. Culturalmente isso acontece (informação verbal).<sup>205</sup>

Há dificuldades de ordem prática, porque os deslocamentos na região são longos, feitos em aeronaves pequenas, o que leva em média uma hora, e têm alto custo. Porém, informa o entrevistado, há outros grandes obstáculos, como a corrupção dentro dos órgãos públicos, que ocorria já no final da década de 1980, o que o levou a criar a Associação dos Mineradores de Ouro do Tapajós (Amot), em 1992.

Outros impasses ressaltados pelo presidente da Anoro, além de necessárias e urgentes reformas no Código de Mineração, passam pelo poder da Vale S/A, que tem força política e poder econômico para barrar a concorrência internacional, junto ao Congresso Nacional e a outras estruturas de poder do Estado, de modo a manter a hegemonia que desfruta no país.

Como a mineração e o ouro especificamente envolvem investimentos de grandes capitais, em mercado mundial altamente financeirizado, que passa pela regulação do Estado, há relações confusas – e promíscuas – entre os poderes dos campos econômico e político. Nesse sentido, observa-se que na defesa dos interesses em jogo ocorrem frequentemente trocas de papéis e de influências recíprocas entre os agentes envolvidos. Tomando como exemplo a Anoro<sup>206</sup>, tem-se em sua composição associados que integram o mercado de ações, são produtores, assim como seus membros concorrem e/ou ocupam cargos políticos na estrutura do Estado<sup>207</sup>.

Embora o dirigente da Anoro faça muitas críticas à condução do Estado quanto à regulação da atividade minerária, à morosidade das instâncias estatais e à necessidade de maior apoio para a mineração no país, a maior ou menor identificação político-partidária, ou o interesse em buscar maior adesão dos que detêm o poder político, seja qual for a coloração partidária, faz com que a linha discursiva adotada pela entidade transmita confiança nos que

<sup>205</sup> Presidente da Anoro, em entrevista concedida à autora, em 23.04.2019.

<sup>206</sup>De acordo com o Informe da Anoro, de 2018, constam como sócios honorários a CETIP, Nova Bolsa, a B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão), o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram), o Instituto Brasileiro de Gemas e Metais Preciosos (IBGM), o Banco Paulista S/A, a Brinks Seg. e Transporte de Valores Ltda, a Carol DVTM Ltda, a D’Gold – F D Gold DVTM Ltda, a Coluna S/A DVTM, a Marsan Refinadora Ltda, a Ourominas – OM DVTM, a Parmetal DVTM Ltda, a Cooperativa dos Garimpeiros da Vale do Rio Peixoto (Coogavepe), a Federação das Cooperativas dos Garimpeiros do Tapajós (Fecogat)/Itaituba.

<sup>207</sup> O presidente da Anoro é empresário do setor do ouro, dono de uma Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários (DVTM), já foi diretor de planejamento da prefeitura de Itaituba e suplente na candidatura à reeleição de Flexa Ribeiro ao Senado Federal pelo Pará, em 2018.



estão no comando, como pode ser observado na mensagem de abertura do documento apresentado pela Anoro, em 2018, ao então presidente Michel Temer, quando a entidade manifesta estar:

Especialmente confiante no novo governo do Brasil, liderado por um presidente que apoia o desenvolvimento do setor produtivo, com menor interferência do Estado, maior incentivo ao empreendedorismo, plena segurança jurídica e condições mais atrativas para novos investidores (ANORO, GOLD BRASIL, 2018).

As razões enumeradas no apoio ao então presidente da República revelam, por si mesmas, as expectativas da entidade quanto a haver menos interferência do Estado no setor da mineração, assim como da confiança quanto à segurança jurídica. Neste último aspecto, com base em atos e decisões tomadas naquele período, pode-se traduzir segurança jurídica como abertura incondicional aos ditames do mercado mundial da mineração e às forças políticas que os representam no Brasil.

Em 2019, na entrevista concedida pelo presidente da Anoro, as informações e o tom da conversa, não obstante as muitas benesses do Estado em favor do setor, ainda assim, estavam muito longe da expectativa elogiosa manifestada no documento do ano anterior. Talvez a mudança do discurso se deva à expectativa frustrada de obter concessões ainda maiores do que as que foram viabilizadas em 2018. No governo de Jair Bolsonaro, iniciado em 2019, conforme matéria publicada pelo *The Intercept Brazil*<sup>208</sup>, configura-se a ampliação dos interesses envolvidos na exploração minerária em áreas proibidas na Amazônia, como as UCs de proteção integral.

Conforme o levantamento da equipe *The Intercept Brazil*, publicado em 2019, dos pedidos protocolados na ANM para realizar atividade minerária, há 441 requerimentos para explorar áreas que deveriam ser mantidas intocadas. Desses pedidos, 347 foram feitos por pessoas jurídicas, conglomerados de grande porte, como Vale, Anglo American e Norsk Hydro, todas já multadas por órgãos de controle ambiental por inúmeros desastres que causaram no país e no Pará, especificamente.

Quanto ao desempenho das regiões Norte e Centro-Oeste na produção brasileira de ouro garimpo, a Anoro apresenta os seguintes dados do período 2014 a 2017, em que fica evidente a importância do estado do Pará nessa produção:

---

<sup>208</sup> A matéria intitulada “Vale, offshores, políticos e até procurador do RJ querem minerar áreas proibidas na Amazônia”, foi publicada no dia 21.11.2019 e está disponível em: <https://theintercept.com/2019/11/21/vale-politicos-minerar-areas-proibidas-amazonia/>. Acesso em: 14 dez. 2019.

**Tabela 27-** Produção Brasileira Ouro Garimpo

(Base: recolhimento IOF Site da Secretaria do Tesouro Nacional – STN) gramas

Região	Estados	2014	2015	2016	2017
Norte	Pará	4.132.294	5.194.748	11.123.506	6.763.368
	Amazonas	217.958	97.932	192.413	31.863
	Amapá	296.630	364.268	380.375	184.353
	Rondônia	728.707	987.356	1.194.974	238.945
Centro-Oeste	Mato Grosso	4.365.192	6.401.939	9.893.631	6.070.745
Total Maiores		9.742.781	13.046.243	22.784.899	13.289.274
	Outras UF	168.096,00	531.700	840.104	327+528
	Total Brasil	9.908.876 gr	13.577.943 gr	23.625.003 gr	13.616.802 gr

**Fonte:** Dados constantes do relatório da Gold Brasil – Anoro (2018, p. 22).

De acordo com o relatório da Anoro, publicado em 2018 (p. 26), das dez principais minas e projetos de ouro existentes no Pará, quatro estão localizadas na região do Tapajós:

**Tabela 28-** Principais minas e projetos de ouro no Brasil

Estado	Empresa	Projetos	Status
Pará	Anfield	Coringa	Em projeto
	Vale	Sossego (Cu/Au)	Em produção
	Vale	Salobo (Cu/Au)	Em produção
	Vale	Alemão (Cu/Au)	Em projeto
	Troy	Andorinhas	Paralisada
	Belo Sun Mining	Volta Grande	Em projeto
	Serabi Gold	Palito	Em produção
	Serabi Gold	São Chico	Em produção
	Eldorado Gold	Tocantinzinho	Em projeto
	Golden Tapajós	Boa Vista	Em exploração

**Fonte:** Gold Brasil (2018/Anoro, p. 26).

Os quatro últimos projetos, constantes do quadro acima, estão localizados no Tapajós, existindo ainda o complexo Cuiú Cuiú, da mineradora Cabral Gold, que antes pertencia à Magellan Minerals, distante 25 km do projeto Tocantinzinho, da Mineradora Eldorado Gold, em Itaituba.

Importante também observar a origem, abrangência e articulações dos capitais envolvidos nos empreendimentos minerários do Tapajós. A Eldorado Gold Corporation é de origem canadense, ex Brazauro Recursos Minerais Ltda, e opera em três continentes – Europa, América

do Norte e América do Sul. A Serabi, dos projetos Palito e São Chico, tem como principais acionistas a Fratelli Investments Limited, a Greenstone Resource II LP e a River & Mercantile Asset Management LLP, sendo que a Eldorado Gold Corporation também integra a estrutura acionária do conglomerado. A Golden Tapajós, do grupo Majestic-Octa, atua em *joint venture* com a Brazilian Gold.

Considerando que dos dez maiores projetos minerários existentes no Pará somente quatro estão em fase de produção, torna-se evidente a pressão nos próximos anos dos megainvestidores transnacionais para ampliação dos projetos em curso e para a liberação de novos, já protocolados, para que venham a obter a lucratividade planejada. A escalada da mineração que vem ocorrendo em Itaituba e em toda a região do Tapajós, a despeito dos limites ambientais e sociais, dos desastres e conflitos sociais que têm causado, tende, portanto, a gerar consequências impossíveis de serem dimensionadas, dadas a amplitude e a combinação dos impactos das atividades de exploração, bem como de todas as demais que lhes servem de sustentação, como a construção de barragens para a produção de energia e das demais infraestruturas demandadas.

O dirigente do MAM, ouvido na pesquisa, ao analisar o peso da mineração para o equilíbrio da balança comercial brasileira, atribui às elites políticas e econômicas a “hipoteca dos bens naturais do país” com esse objetivo. Constata que a mineração não produz desenvolvimento econômico e social nem nas regiões que possuem grandes reservas minerais, e menos ainda no país. Argumenta o entrevistado que:

A economia de larga escala da mineração reproduz a concentração de renda, de lucro, não espacializa a renda na economia local, como a da pequena e da média propriedade. Esse é mais um elemento para afirmar que a mineração desenvolve o subdesenvolvimento (informação verbal).<sup>209</sup>

A geopolítica da mineração está ligada ao monopólio das energias vitais do planeta e, por isso, seus efeitos são sistêmicos. Quanto às vulnerabilidades do modelo assentado na exploração desenfreada das reservas para a produção de *commodities* minerais, o dirigente nacional do MAM localiza três pontos centrais que estão a exigir um posicionamento da sociedade brasileira com urgência: a Lei Kandir, a sonegação de impostos e a evasão de divisas.

Ao questionar o modelo da mineração no país, o MAM se contrapõe, frontalmente, à Lei Kandir<sup>210</sup>, cujas consequências atingem diretamente os estados ricos em minérios. Nesse

<sup>209</sup> Dirigente nacional do MAM, em entrevista concedida à autora, em 01.06.2019.

<sup>210</sup> A Lei Kandir regulamentou a aplicação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Feita pelo então

sentido, o entrevistado ratifica a compreensão expressa nos documentos produzidos pelo movimento de que a lei Kandir

é a base da maximização do lucro na mineração e, conseqüentemente, a mãe das crises fiscais de estados como o Rio de Janeiro, Espírito Santo, Minas Gerais e Pará, porque nesses estados os principais produtos exportados não são taxados, justamente porque a ideia é não sobretaxar, garantindo o acordo de que a mineração cumpriria a função de equilibrar a balança comercial para resolver o problema da inflação e da hiperinflação [do país] (informação verbal).<sup>211</sup>

Entende o MAM que todo o empenho deve se dar no sentido de limitar a fase destrutiva da mineração, como aconteceu com os rompimentos de Mariana e de Brumadinho. Por isso, defende que a luta tem de ser pelo fim, e não pela reformulação, da lei, o que demanda esclarecimento e convencimento da sociedade.

A evasão de divisas legal, porque está amparada pela legislação vigente, afirma o entrevistado, também precisa ser objeto de discussão pela sociedade. A evasão ocorre quando a empresa, como é o caso da Vale S/A, vende a produção para o mesmo grupo a que pertence em outro país, para que possa ser revendida a outros países com valor muito superior. Em função dessa política fiscal, a CFEM, que é recolhida ao município de onde foi extraída a riqueza, está baseada no valor da saída da produção do país.

São questões que vêm sendo debatidas pelo Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração<sup>212</sup>, integrado por movimentos e entidades como a CNBB, o MAM, o MAB e o Instituto Socioambiental (ISA), que propõe mudanças no modelo de mineração do Brasil. Para além dos crimes socioambientais provocados pelas grandes mineradoras no país, como em Mariana e Brumadinho, os quais levaram à morte centenas de pessoas, contaminaram os solos, a vegetação e as águas dos rios, destruíram casas e as possibilidades de trabalho, inclusive de outras atividades, como a pesca e a agricultura, em grandes áreas alcançadas pelos desastres, o Comitê está discutindo o que dá sustentação a esse modelo, a permissividade para o avanço

---

ministro do Planejamento Antônio Kandir, transformou-se na Lei Complementar 87/96, que já foi alterada por várias outras leis complementares. Uma das normas da Lei Kandir é a isenção do pagamento de ICMS sobre as exportações de produtos primários e semielaborados ou serviços. Por esse motivo, a lei sempre provocou polêmica entre os governadores de estados exportadores, que alegam perda de arrecadação devido à isenção do imposto nesses produtos. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/lei-kandir>. Acesso em: 18 dez. 2019.

<sup>211</sup> Dirigente nacional do MAM, em entrevista concedida à autora, em 01.06.2019.

<sup>212</sup> Os principais eixos da discussão proposta pelo Comitê Nacional em Defesa dos Territórios Frente à Mineração, sobre o modelo de mineração do Brasil, estão citados na matéria disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/01/30/movimentos-populares-defendem-mudancas-no-modelo-de-mineracao-do-brasil/>. Acesso em: 18 out. 2019

sobre as TIs e UCs e o que vem garantindo lucratividade máxima às grandes corporações da mineração, tendo o Estado brasileiro como interventor direto e eficaz.

Nesse sentido, os movimentos e entidades levantam a urgência da discussão sobre a política fiscal, a evasão de divisas, a Lei Kandir, a precariedade das relações de trabalho na mineração, para que sejam cumpridas as leis trabalhistas do país e a OIT, a fiscalização ambiental mais rigorosa pelo Estado e vias efetivas de escuta do campo popular e dos interesses do povo brasileiro.

Quanto às perdas geradas pela Lei Kandir, em nota técnica<sup>213</sup> elaborada pela Fapespa, em 2017, consta que:

De 1997 a 2016, o Pará deixou de arrecadar 35,72 bilhões de reais. Somente em 2016, o Estado perdeu cerca de 3,1 bilhões, o que é quase equivalente ao orçamento anual de educação utilizado no Pará [...]. Em 2016, o Pará foi o terceiro estado que mais contribuiu com o saldo nacional, que finalizou o ano com R\$ 47 bilhões, graças à exportação de minério de ferro e bauxita. Apesar disso, o estado foi o terceiro que mais teve perdas com a Lei Kandir na federação durante o período estudado, ficando atrás apenas de Minas Gerais e Rio de Janeiro (FAPESPA, 2017).

Os desastres sociais e ambientais provocados pelo modelo de mineração do país, as somas envolvidas nas transações bilionárias realizadas com corporações transnacionais, as vultosas perdas acumuladas pelo estado e pelo povo do Pará, as disputas por poder político e econômico, a ganância pela riqueza da região do Tapajós, ultrapassando todos os limites do ordenamento legal, combinados à ação tanto ineficaz quanto autoritária e partícipe dos interesses econômicos pelo Estado, são elementos cujos resultados vêm provocando o agravamento dos conflitos sociais e exigindo alternativas urgentes, ao revés do que está posto no país.

### **5.3 Grandes empreendimentos de infraestrutura: exigências do modelo neoextrativista**

Outra perspectiva que envolve os interesses multiescalares ligados à mineração e ao agronegócio na região cortada pela BR-163 é a das exigências do modelo neoextrativista, quanto às infraestruturas necessárias à produção e à circulação das *commodities* brasileiras, o que envolve grandes empreendimentos, definidos de forma estruturada e combinada entre diferentes setores da economia – produção de energia, grandes vias de escoamento da produção,

---

<sup>213</sup> Informações podem ser obtidas em: <http://www.fapespa.pa.gov.br/noticia/1446>. Acesso em: 25 out. 2019.

como rodovias e hidrovias, portos, Estações de Transbordo de Carga (ETCs), ferrovias –, a partir da concepção de transporte multimodal de cargas, definida na lei nº 9.611/98<sup>214</sup>.

As hidrelétricas integram o rol das exigências do modelo, em vista da crescente necessidade de produção de energia para movimentar grandes fábricas, como as de alumínio e de ferro, existentes no Pará. As grandes obras de infraestrutura, que incluem, além das hidrelétricas, a duplicação e a administração da própria rodovia Cuiabá-Santarém, a ferrovia ‘Ferrogrão’, portos, hidrovias e ETCs no entorno da bacia do Tapajós, são projetos e empreendimentos do interesse de vários países e de grandes capitais transnacionais.

Com o objetivo de criar tais infraestruturas, de modo a garantir investimentos nos setores da mineração e do agronegócio, o Estado brasileiro vem promovendo, por diferentes mecanismos, a entrada de capitais estrangeiros no país ligados àqueles setores e tentando retirar as ‘barreiras’ para o proclamado desenvolvimento da região. Nesse sentido, vêm ocorrendo céleres processos de privatização pelo governo federal, por meio de complexas articulações, que envolvem, em muitos casos, o uso da máquina estatal para beneficiar os agentes do campo econômico nas transações. São, assim, editadas medidas provisórias, criadas leis que desrespeitam a Constituição Federal e acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, ignoradas leis e contratos antes firmados pelo próprio governo brasileiro, liberadas obras sem o prévio licenciamento ambiental e outras tantas ilegalidades. Um ambiente institucional em que prevalecem o agenciamento pelo Estado de interesses privados, o aparato jurídico para dar sustentação às negociações e contratos e a impunidade em muitos casos, quando é conveniente não fazer pesar a força da lei sobre os responsáveis por crimes e irregularidades.

### 5.3.1 Impactos do asfaltamento e ilegalidades na administração da BR-163

A rodovia BR-163 que, conforme mencionado anteriormente, foi aberta pelo governo federal em 1976, possui extensão total de 3.467 km e abrange cinco estados de três regiões da federação brasileira – Pará, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Paraná e Santa Catarina.

---

<sup>214</sup> De acordo com a lei nº 9.611/98, o “Transporte Multimodal de Cargas é aquele que, regido por um único contrato, utiliza duas ou mais modalidades de transporte, desde a origem até o destino, e é executado sob a responsabilidade única de um Operador de Transporte Multimodal”. Pode ser nacional ou internacional e “compreende, além do transporte em si, os serviços de coleta, unitização, desunitização, movimentação, armazenagem e entrega de carga ao destinatário, bem como a realização dos serviços correlatos que forem contratados entre a origem e o destino, inclusive os de consolidação documental de cargas. Disponível em: [https://antilegis.datalegis.inf.br/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl\\_tipo=LEI&num\\_ato=0009611&seq\\_ato=000&vlr\\_ano=1998&sgl\\_orgao=NI&cod\\_modulo=161&cod\\_menu=5411](https://antilegis.datalegis.inf.br/action/UrlPublicasAction.php?acao=abrirAtoPublico&sgl_tipo=LEI&num_ato=0009611&seq_ato=000&vlr_ano=1998&sgl_orgao=NI&cod_modulo=161&cod_menu=5411). Acesso em: 14 fev. 2019.

Com o incremento da produção da soja do Centro-Oeste do país, os setores empresariais do agronegócio passaram a promover, cada vez mais fortemente, pressão junto às instituições do Estado para conseguir o asfaltamento e a duplicação de vários trechos da rodovia por onde circulam diariamente de duas a três mil carretas, entre Sinop e Itaituba, rumo aos portos de Miritituba.

Analisa Coy (2014, p. 3) que as estradas são consideradas “as pontas de lança da exploração dos recursos naturais e reservas fundiárias das regiões periféricas”. Particularmente, sobre a BR-163, afirma o autor que a rodovia:

Representa hoje a espinha dorsal de um dos corredores mais importantes e dinâmicos na Amazônia brasileira. Por um lado, sugere um "corredor de modernização", onde grandes empresas, em parte de capital estrangeiro, apoiaram o surgimento de espaços globalizados e que, sem dúvida, contribuem significativamente para o sucesso das exportações agrícolas brasileiras. Por outro, retrata um "corredor de destruição" (COY, 2014, p. 4).

A redução dos valores do frete da produção de grãos do Centro-Oeste, que faz com que os valores finais sejam mais competitivos no mercado internacional de *commodities*, tornou a rodovia Santarém-Cuiabá estratégica. De acordo com informações de agentes econômicos do setor<sup>215</sup>, a mudança do embarque da produção daquela região pelos portos de Miritituba, em vez de pelos portos de Santos e Paranaguá, reduz em cerca de 35% os custos, aumentando a lucratividade dos produtores.

Considerando a precariedade do asfaltamento da rodovia BR-163 durante várias décadas, passou a haver, então, forte *lobby* para garantir a pavimentação e a manutenção desse grande eixo. Os agentes econômicos do agronegócio articulam-se, então, diretamente com os poderes Executivo e Legislativo, em Brasília, como afirma o Movimento Pró-Logística<sup>216</sup> de Mato Grosso, presidido pela Aprosoja.

Entre os muitos casos que atestam irregularidades e ilegalidades decorrentes da imbricação entre interesses da cúpula política do país com os das construtoras e de grandes produtores do agronegócio instalados, ou em vias de se instalar na região, encontra-se a privatização de trechos da rodovia Santarém-Cuiabá.

<sup>215</sup> Matéria disponível em: [https://www.agrolink.com.br/noticias/br-163--chuvas-e-atolamento-podem-encarecer-o-frete-durante-a-colheita-da-soja\\_403446.html](https://www.agrolink.com.br/noticias/br-163--chuvas-e-atolamento-podem-encarecer-o-frete-durante-a-colheita-da-soja_403446.html). Acesso em: 14 mar. 2019.

<sup>216</sup> <sup>134</sup> O Movimento Pró-Logística, presidido pela Aprosoja, é formado por entidades dos setores agropecuário, industrial, comercial e da sociedade civil organizada, criado em agosto de 2009 para articular a implantação e manutenção da infraestrutura de logística federal e estadual em Mato Grosso e nos acessos aos portos. Disponível em: <http://mplmt.com.br/o-mpl/>. Acesso em: 25 out. 2018.

No período 1990-2015, de acordo com o BNDES, foram privatizados dois trechos da rodovia BR-163, sendo um de 847,2 km, integralmente inserido no estado do Mato Grosso do Sul, com início na divisa com o estado de Mato Grosso e término na divisa com o Paraná, transferido para a corporação CCR MSVia<sup>217</sup>. O outro trecho, de 822,8 km na BR-163 e 28,1 km na rodovia dos Imigrantes, a MT-407, com início na divisa com o estado do Mato Grosso do Sul e término no km 855,0, no entroncamento com a MT-220<sup>218</sup> transferido para a Concessionária Rota do Oeste (CRO), grupo formado pela Odebrecht TransPort e Odebrecht Rodovias.

Os prazos contratuais e as concessões para a duplicação da rodovia estão eivados de irregularidades. A empresa MSVia admitiu, em março de 2018, cinco anos após a concessão e no final do prazo contratual, que a duplicação da BR-163 havia sido feita em apenas 150 km dos 806,3 km definidos. As proclamadas medidas de governança corporativa, portanto, mais uma vez, comprovam não atuar para o cumprimento das exigências contratuais.

O Estado brasileiro, que deveria resolver casos dessa natureza por vias administrativas e judiciais, pelo contrário, manipula as leis em benefício das grandes construtoras, como aconteceu durante o governo Temer. Desrespeitando prazos e demais condições definidas nos contratos de concessão, como o firmado com a MSVia, Temer editou a Medida Provisória (MP) nº 800/2017<sup>219</sup>, depois transformada em lei de conversão, propondo a retirada da cobrança de multas das empresas e estendendo de cinco para quatorze anos o prazo para que as concessionárias vencedoras dos leilões, realizados durante o governo de Dilma Rouseff, cumprissem as responsabilidades assumidas em atos públicos.

---

<sup>217</sup> A concessionária CCR MSVia é controlada pela holding CCR, que tem como acionistas controladores o Grupo Soares Penido (15,05%), o Grupo Mover (14,86%), o Grupo Andrade Gutierrez (14,86%) e o Novo Mercado (55,23%), correspondendo essa composição a 89% do Mercado Internacional, 8% da Pessoa Jurídica Brasil e 3% Pessoa Física. O Grupo CCR, conforme informações no site da corporação, atua há quinze anos na área de concessão de infraestruturas e se consolidou como uma das maiores companhias da América Latina. A holding CCR S.A. controla, individualmente ou em conjunto, onze concessões de rodovias e quatro de mobilidade urbana, e atua também no segmento aeroportuário, com participação em concessões como a do aeroporto de Confins (MG), no Brasil, e mais três nas Américas do Sul e Central (Quito, Costa Rica e Curaçao). A primeira concessão para a CCR foi há 20 anos, da Ponte Rio-Niterói. A concessão do trecho da BR-163 ocorreu em dezembro de 2013, considerada importante pelo Grupo por servir para o escoamento de grãos no Mato Grosso do Sul, implicando investimento total de R\$ 5,69 bilhões, incluindo a duplicação de toda a extensão do trecho arrematado em até cinco anos. Informações sobre a composição acionária do Grupo CCR estão disponíveis em: <http://www.grupoccr.com.br/grupo-ccr/estrutura-acionaria>. Acesso em: 06 dez. 2019.

<sup>218</sup> A MT-220 é uma das principais vias de escoamento de grãos no médio norte do estado de Mato Grosso, ligando a região de Sinop às cidades de Porto dos Gaúchos, Tabaporã, Juara, entre outros municípios, e seguindo até a BR-163. Acesso em: 08 dez. 2019.

<sup>137</sup> Disponível em: [file:///C:/Users/Rosane/Downloads/Sumario\\_Executivo\\_MP800.pdf](file:///C:/Users/Rosane/Downloads/Sumario_Executivo_MP800.pdf). Acesso em: 18 mar. 2019.

<sup>219</sup> Disponível em: [file:///C:/Users/Rosane/Downloads/Sumario\\_Executivo\\_MP800.pdf](file:///C:/Users/Rosane/Downloads/Sumario_Executivo_MP800.pdf). Acesso em: 18 mar. 2019.



O descumprimento de prazos contratuais das concessões para a duplicação de rodovias, entretanto, não apenas continua acontecendo no país como está presente em mais de três quartos dos contratos firmados ao longo dos últimos anos. Em matéria publicada pelo veículo Valor Econômico<sup>220</sup>, em 2019, consta que somente 22% das rodovias federais transferidas para a iniciativa privada tiveram serviços executados, sendo ainda ressaltado que “os cinco grupos que administram essas estradas fizeram as obras necessárias para iniciar a cobrança de pedágio, mas nem sequer começaram os trabalhos nas áreas com fluxo mais pesado das concessões”.

Em meio a ilegalidades de várias ordens, da rodovia ser intrafegável em muitos trechos que alagam durante o período de chuvas e de pressões dos empresários da soja, em dezembro de 2019, o DNIT<sup>221</sup> anunciou que, “após décadas”, esse Departamento, juntamente com o Exército, estava entregando “trecho crítico da rodovia, que passa a ser completamente asfaltada de Sinop (MT) até Miritituba (PA)”.

Em outubro de 2019, a ANTT anunciou que foi realizada em Itaituba a terceira e última sessão da Audiência Pública nº 15/2019<sup>222</sup>, relativa à concessão da BR-163 e BR-230 nos seguintes trechos: “BR-163/MT, entre o entroncamento com a Rodovia MT-220 (Sinop/MT) e a divisa dos Estados de Mato Grosso e Pará, em (Guarantã do Norte/MT); BR-163/PA, entre a divisa dos Estados do Mato Grosso e Pará (Novo Progresso/PA) e o entroncamento com a BR-230/PA (Itaituba/PA); e BR-230/PA, no trecho compreendido entre o entroncamento com a BR-163/PA (Itaituba/PA) e o início da travessia do Rio Tapajós (distrito de Miritituba, Itaituba/PA)”.

Para além das questões acima relatadas, envolvendo a BR-163 e o transporte de grãos, há muitas outras que atingem diretamente as populações do entorno da rodovia Santarém-Cuiabá, como referem os entrevistados do campo social. Porém, antes de passar aos relatos desses agentes, é importante tratar de indícios de outros crimes, não investigados, mas do conhecimento das autoridades governamentais locais, praticados por meio do intenso tráfego de caminhões que transportam os grãos do Centro-Oeste para os portos de Miritituba, em Itaituba, ressaltados pelo coordenador do NURE/Itaituba da SEMAS:

---

<sup>220</sup> Disponível em: <https://valor.globo.com/brasil/noticia/2019/03/11/rodovias-duplicam-so-22-do-prometido.ghtml>. Acesso em: 23 mar. 2019.

<sup>221</sup> Matéria publicada em: <http://www.dnit.gov.br/noticias/governo-federal-conclui-asfaltamento-da-br-163-pa>. Acesso em: 10 jan. 2020.

<sup>222</sup> Na formações disponíveis em: [http://www.antt.gov.br/salaImprensa/noticias/arquivos/2019/10/ItaitubaPA\\_recebe\\_a\\_ultima\\_sessao\\_publica\\_da\\_AP\\_152019.html](http://www.antt.gov.br/salaImprensa/noticias/arquivos/2019/10/ItaitubaPA_recebe_a_ultima_sessao_publica_da_AP_152019.html). Acesso em: 08 dez. 2019.sso em: 8 dez. 2019.

Há informações não confirmadas de que os próprios caminhões que transportam a soja levam de volta madeira ou outros produtos sem fiscalização. Os próprios caminhoneiros não querem voltar com os caminhões vazios, por isso levam adubos, que é um dos principais produtos transportados e, nesse meio, levam também outros produtos, como madeiras sem licenciamento. A fiscalização não é tão efetiva, pelo que temos conhecimento, e a Semas não tem competência para fiscalizar esse tipo de atividade, que fica sob a responsabilidade do Ibama ou do ICMBio [...]. Além do tráfico de drogas pelos caminhões que circulam na BR-163, há também o tráfico de pessoas, porque, em função do grande número de caminhões, é impossível fiscalizar todos (informação verbal).<sup>223</sup>

A representante da Secretaria Municipal de Educação de Trairão, em outra perspectiva do enfrentamento dos problemas que decorrem do intenso fluxo de caminhões na rodovia, que corta o município, denuncia que “a presença de muitos caminhoneiros nesse corredor de trânsito fez aumentar muito a prostituição de jovens, assim como o consumo de drogas, pois o dinheiro chega mais fácil nas mãos deles”. Não se trata de percepção isolada, ou de problema circunscrito àquele município. Também a representante do Conselho Municipal de Assistência Social de Itaituba refere a gravidade da questão, ao citar que “em Miritituba há muita prostituição, inclusive de crianças, e muita droga por causa da presença dos caminhoneiros”.

À intensificação do trânsito de carretas na rodovia Santarém-Cuiabá correspondeu também a intensificação dos acidentes na rodovia, muitos com vítimas fatais. O problema que cotidianamente afeta as populações do entorno da rodovia é apontado pelas agentes municipais de Trairão e de Itaituba acima citadas, assim como pela dirigente da CPT da BR-163 e pela presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Itaituba. A ocorrência frequente dos acidentes mencionados pelos entrevistados, que geram revoltas das populações locais, está comprovada nas estatísticas oficiais.

No Anuário Estatístico de Segurança Rodoviária do período 2010-2017, elaborado pelo MAPA<sup>224</sup>, em relação aos acidentes com caminhões nas rodovias federais do país, a BR-163 ficou em oitavo lugar, em 2017, tendo sido registrados 1.035 acidentes. Nesse mesmo ano, foi a nona rodovia federal em casos de óbito decorrentes desse tipo de acidente, que levaram à morte de 161 pessoas. A BR-163 ocupou, também, em 2017, a oitava posição no número de feridos em acidentes, com 1.959 feridos leves e 483 feridos graves, perfazendo o total de 2.442 pessoas atingidas.

---

<sup>223</sup> Coordenador regional da Semas/Nure Itaituba, em entrevista concedida à autora, em 25.04.2019.

<sup>224</sup> O Anuário Estatístico do MAPA está disponível em:

[http://www.infraestrutura.gov.br/images/BIT\\_TESTE/Publica%C3%A7oes/Anuario\\_Estatistico\\_de\\_Seguranca\\_Rodoviaria.pdf](http://www.infraestrutura.gov.br/images/BIT_TESTE/Publica%C3%A7oes/Anuario_Estatistico_de_Seguranca_Rodoviaria.pdf). Acesso em: 20 jan. 2019.

Retomando Coy (2014), o ‘corredor da modernização’ é também o ‘corredor da destruição’, e, quanto mais é pensado como espaço globalizado para atender à lógica das redes de integração que viabilizam a exportação de *commodities*, tanto menos, como refere o dirigentado MAB em Itaituba, os produtores locais podem usufruir de projetos como esse que, de acordo com o discurso dos governantes, viriam para ajudar as comunidades produtoras locais, fazendo circular a produção de variadas culturas agrícolas até chegarem aos mercados consumidores, regionais e nacionais.

O prefeito de Itaituba, por seu turno e mais uma vez também em consonância com os negócios privados que possui, contrapõe-se frontalmente à construção da Ferrogrão e reforça a importância dos investimentos na BR-163:

O governo federal assumiu que vai concluir a rodovia BR-163 até 2019 e em 2020 vai licitar para as empresas cobrarem pedágio e dar a manutenção, com a duplicação desde o município de Sinop até os portos de Miritituba, o que é muito interessante para a nossa região (informação verbal).<sup>225</sup>

A racionalidade neoliberal articula-se, assim, em vários níveis e mesmo os representantes do Estado em âmbito municipal, que estão mais próximos do cotidiano das pessoas da cidade e têm a percepção exata dos impactos socioeconômicos e ambientais causados por definições estratégicas dessa ordem, vislumbram a lucratividade dos negócios acima de tudo, tanto mais se são duplamente beneficiados, na condição de gestores públicos e de gestores privados de seus próprios negócios.

### 5.3.2 O complexo portuário do Tapajós e as Estações de Transbordo de Cargas (ETCs)

A reestruturação da logística portuária, para atender o armazenamento, embarque e transporte da produção de *commodities* do Centro-Oeste do país, tem sido priorizada por sucessivos governos do Pará e dos municípios da região oeste do estado.

Em 2014<sup>226</sup>, foi anunciado o planejamento para a implantação de 34 projetos portuários no estado, 31 deles na região do Tapajós, assim distribuídos: nove em Miritituba/Itaituba, dezessete em Rurópolis e cinco em Santarém. Por essa logística, Itaituba é considerada ponto estratégico, pela proximidade de Rurópolis e por possibilitar a integração multimodal rodo-

<sup>225</sup> Prefeito de Itaituba, em entrevista concedida à autora, no dia 24.04.2019.

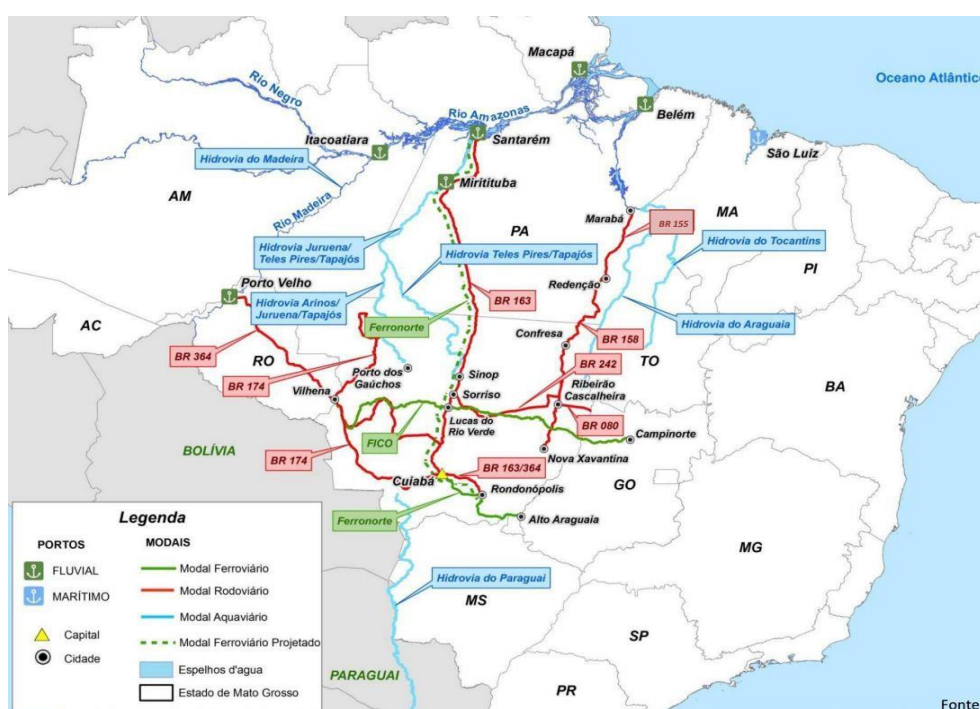
<sup>226</sup> Ver dados publicados pela Agência Pará, em 28.05.2014, disponíveis em:

<https://www.semas.pa.gov.br/2014/05/28/sema-mostra-dados-de-reestruturacao-da-logistica-portuaria-no-para/>. Acesso em: 25 out. 2018

hidroviária, entre a rodovia BR-163 e o sistema hidroviário, composto pelos rios Amazonas e Tapajós, que alcançam o terminal portuário de Vila do Conde, em Barcarena, também no Pará. Os maiores comboios para esses deslocamentos, com dezesseis barcaças, possibilitam o transporte de 32 mil toneladas por viagem.

Para visualização dos portos e modais da região, segue abaixo mapa do Instituto Matogrossense de Economia Agropecuária (IMEA) utilizado em apresentação feita pelo Movimento Pró-Logística de Mato Grosso:

**Figura 4-** Mapa do Instituto Matogrossense de Economia Agropecuária (IMEA)



O transbordo de cargas para exportação, em Miritituba e em Rurópolis, tem por objetivo a distribuição interna para Santarém, Vila do Conde e o estado do Amapá, antes de seguir para os destinos em outros países.

A movimentação de grandes capitais dá-se, então, como via de mão dupla. O interesse em investimentos nos chamados projetos portuários do Arco Norte tem promovido o crescimento deste setor, o que está diretamente vinculado ao aumento da produção dos produtos da pauta de exportações de *commodities* do país. Ao mesmo tempo, novos projetos e investimentos no agronegócio passam a se intensificar na região, em vista das infraestruturas criadas, que possibilitam a redução do frete e do percurso para chegar aos países compradores da produção. Tudo justificado e confirmado matematicamente, com aumento da lucratividade

dos participantes, por meio da substituição da rota que anteriormente levava a produção aos portos de Santos (SP) e Paranaguá (PR), com transferência cada vez maior das responsabilidades do Estado para a iniciativa privada. De acordo com o Anuário Estatístico da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) de 2017<sup>227</sup>, entre os anos de 2010 e 2017, tomando por base a movimentação de cargas no país, os portos privados apresentaram evolução positiva de 9,3%, correspondendo a 66,4% do total de portos, enquanto que os portos públicos cresceram 6,3%, correspondendo a 33,6% do total de portos. O crescimento percentual dos portos no período foi de 29,3%. Houve, portanto, não apenas maior crescimento como maior privatização do setor.

As cinco principais cargas movimentadas no período 2010-2017, em milhões de toneladas, nos portos públicos e privados do país, foram:

**Tabela 29-** Principais cargas movimentadas (em milhões de toneladas e %)

<b>Produto</b>	<b>Porto privado (%)</b>	<b>Porto público (%)</b>	<b>Toneladas (em milhões)</b>
<b>Minério de ferro</b>	88	12	395,4
<b>Petróleo e derivados</b>	80	20	200,6
<b>Contêineres</b>	29	72	106,2
<b>Soja</b>	41	59	83,7
<b>Milho</b>	44	66	41,1

**Fonte:** Antaq – Anuário Estatístico 2017

Cabe destacar que no período 2010-2019 as exportações de soja e de milho cresceram 491%, de acordo com o Anuário Estatístico da Antaq de 2019<sup>228</sup>, o que corresponde a 30,1 milhões de toneladas, exportadas pelos portos das regiões Norte e Nordeste. Do dinamismo do agronegócio decorre o crescimento das solicitações de outorga para instalações portuárias, nos últimos anos. De acordo com dados da Antaq, atualizados até 10.06.2019, foram as seguintes as instalações portuárias autorizadas somente para o município de Itaituba, de 2014 a 2018:

<sup>227</sup> O documento da ANTAQ está disponível em: [http://portal.antaq.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/20180112\\_Anu%C3%A1rio\\_2017\\_v4-4-vers%C3%A3o-final.pdf](http://portal.antaq.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/20180112_Anu%C3%A1rio_2017_v4-4-vers%C3%A3o-final.pdf). Acesso em: 30 out. 2018.

<sup>228</sup> O documento está disponível em: <http://portal.antaq.gov.br/wp-content/uploads/2020/02/Anu%C3%A1rio-2019-vFinal.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2020

**Tabela 30-** Instalações portuárias autorizadas – em Itaituba.

Estações de Transbordo de Cargas		
Razão Social	Nome do Terminal	Instrumento de Outorga
1. <b>Bunge Alimentos S/A</b> <sup>229</sup>	Bunge Itaituba	CA 13/2014 SEP/PR
2. <b>Hidroviás do Brasil S/A</b> <sup>230</sup>	ETC Hidroviás do Brasil Miritituba	CA 19/2014 SEP/PR
3. <b>Cianport – Cia Norte de Navegação e Portos</b>	Estação Cianport Miritituba	CA 20/2014 SEP/PR
4. <b>Ipiranga Prod. de Petróleo S/A</b>	Base Ipiranga Itaituba	CA 11/2015 SEP/PR
5. <b>Itaipava S/A</b>	Itaipava Itaituba	CA 19/2016 SEP/PR
6. <b>Caramuru Alimentos</b>	Porto de Itaituba da Caramuru Alimentos	CA 13/2018 MTPA
Terminais de Uso Privado		
Razão Social	Nome do Terminal	Instrumento de Outorga
1. <b>ATEM's Distribuidora de Petróleo S/A</b>	ATEM's Distribuidora de Petróleo S/A	CA 06/2018 MTPA
Instalações Portuárias Sob Registro		
1. <b>Rebelo Ind. Com. E Navegação</b>	Reicon Itaituba	Res. 3751/2014 ANTAQ
2. <b>Cruz Tavares Transp. Ltda – ME</b>	Cruz Tavares Transportadora	Res. 6273/2018 ANTAQ
Autorização Especial e de Emergência		
1. <b>Hidroviás do Brasil Miritituba S/A</b>	Hidroviás do Brasil Miritituba	Res. 4529/2015
2. <b>Hidroviás do Brasil Miritituba S/A</b>	Hidroviás do Brasil Miritituba	Res. 4849/2016

Fonte: ANTAQ (2019).

Quanto à Hidroviás do Brasil, o Fundo de Investimentos Pátria, que a financia, anunciou<sup>231</sup> estar mapeando, em 2020, oportunidades de investimentos em energia, transporte e saneamento no Brasil. Entre os projetos em estudo pelo Fundo, encontra-se o da Ferrogrão, considerado vantajoso porque tem demanda clara e segura e por já nascer com clientes.

Em maio de 2014, a Semas, então Sema, divulgava na página do órgão matéria alvissareira<sup>232</sup> sobre a reestruturação da logística portuária no estado, e especificamente na região oeste do Pará,

<sup>229</sup> A Bunge Brasil é a maior exportadora do agronegócio brasileiro, destacando-se também como a maior compradora e esmagadora de soja do Brasil, líder global no processamento e comercialização de oleaginosas. As operações do agronegócio da corporação incluem também o transporte, a armazenagem e a venda de matérias-primas. Em infraestrutura e logística, a Bunge opera em parceria com a Amaggi. Informações disponíveis em: <http://www.bunge.com.br/Negocios/Agronegocio.aspx>. Acesso em: 08 nov. 2019.

<sup>230</sup> A Hidroviás do Brasil se apresenta como uma empresa de soluções logísticas integradas, nascida a partir de uma *startup* financiada pelo Fundo de Investimentos Pátria. Informações disponíveis em: <http://hbsa.com.br/>. Acesso em: 14 dez. 2019.

<sup>231</sup> Matéria disponível em: <https://valor.globo.com/empresas/noticia/2020/01/10/patria-planeja-novas-concessoes-no-pais.ghtml>. Acesso em: 05 fev. 2020.

<sup>232</sup> A matéria está disponível em: <https://www.semas.pa.gov.br/2014/05/28/sema-mostra-dados-de-reestruturacao-da-logistica-portuaria-no-para/>. Acesso em: 14 set. 2018.

relatando, enfaticamente, as tratativas para instalações portuárias do interesse de vários outros grupos, além dos acima mencionados, que já estavam com projetos para Miritituba, como a Cervital, Unirios, Casarão, além de duas outras empresas não identificadas explicitamente e da licença de operação concedida recentemente pelo órgão para a empresa Rio Turia, para instalar ETC em Miritituba. Na mesma matéria, a Semas divulgava também a previsão de instalação de dezessete áreas portuárias em Rurópolis, das quais dez já estavam confirmadas, sendo elas: Maggi, Mobile, Cantagalo, Bertolini, Cianport, Brick, Odebrecht, DSR Paraná, Ipiranga e Júlio Simões.

Os impactos socioambientais desses megaempreendimentos extrapolam os limites dos municípios onde se instalam ou pretendem se instalar, assim como a competência de órgãos estaduais como a Semas, em vista dos comprometimentos causados pelos efeitos sinérgicos, de amplo alcance, que não são considerados nas análises fragmentadas de diferentes processos e projetos, bem como na concessão de vários licenciamentos, isoladamente. Levando em conta a gravidade do problema e em vista das muitas reações dos segmentos sociais organizados da região, o MPF<sup>233</sup> suspendeu, em fevereiro de 2016, o licenciamento de alguns portos em Itaituba, defendendo que os processos sejam analisados pela esfera federal, para que sejam levados em conta “todos os megaempreendimentos previstos para a região”. Estavam envolvidos na suspensão proposta pelo MPF os projetos da Rio Turia Serviços Logísticos Ltda, da HBSA Tapajós, da Hidrovias do Brasil-Miritituba S/A e da Cianport – Companhia de Navegação S/A.

No quadro acima, em que constam os instrumentos de outorga do período 2014-2018, é possível identificar várias empresas que constavam daquela ação do MPF. Trata-se, então, de um jogo de poder em que os interesses das corporações transnacionais, que se valem de grandes escritórios de assessoramento jurídico, associam-se aos interesses políticos e econômicos de governantes e de órgãos das esferas federal e estadual, tornando possível a implantação dos megaempreendimentos, sem que nada os detenha frente aos desastres sociais e ambientais que causam.

A construção de portos e de ETCs segue, entretanto, avançando em Itaituba/Miritituba, assim como em municípios vizinhos, no Tapajós. Somente uma das grandes obras previstas, o Porto Tapajós, que deverá se instalar na margem direita do rio e próximo à comunidade de Santarenzinho, em Rurópolis, ocupará uma área de mais de 600.000 m<sup>2</sup>. Ligado à BR-163 e à

---

<sup>233</sup> Matéria do MPF está disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/ministerio-publico-pede-suspensao-do-licenciamento-de-portos-em-itaituba-pa>. Acesso em: 14 out. 2018.

Estrada Vicinal, incluída de acordo com o memorial descritivo na concessão dessa rodovia e próxima ao aeroporto de Itaituba, o Porto Tapajós apresenta-se como solução ideal por integrar a hidrovía à rodovia, a partir da lógica do transporte multimodal e do conceito de sustentabilidade. O megaempreendimento é uma ETC com capacidade para armazenar, segundo a Share Incorporadora, empresa responsável e pertencente ao grupo Vetor Mathias<sup>234</sup>, mais de um milhão de toneladas de granéis sólidos, além de quinhentos mil metros cúbicos de granéis líquidos. O complexo abrange ainda um hotel e um centro administrativo e operará em regime de condomínio.

As negociações para a viabilização desse e de outros empreendimentos em nível federal seguem também com apoio do governo do Pará, que, em reunião em agosto de 2019<sup>235</sup>, recebeu os prefeitos de Itaituba e de Rurópolis, além de outros políticos do estado e membros do secretariado, que pleiteavam a construção da estrada de acesso ao distrito de Santarenzinho para viabilizar o polo de exportação de *commodities*. Avaliou o secretário da Sedeme, Iran Lima, que o encontro foi positivo, pois o governo estadual entende que:

A estrada pronta possibilitará a instalação de diversos empreendimentos portuários na região, principalmente, de grandes empresas internacionais e nacionais, que são produtores de soja e milho, e que vão fazer exportação desses grãos para o mundo todo. Com isso, a geração de emprego e renda é muito grande para a região (informação verbal).<sup>236</sup>

De acordo com o dirigente da Semas/Nure Itaituba, ouvido na pesquisa, somente nos primeiros meses de 2019, foi registrado no órgão grande fluxo de processos solicitando a liberação de áreas para o estacionamento de carretas, que passam pela triagem antes do embarque nas barcaças para exportação. Além dos portos já em funcionamento em Itaituba, informa o dirigente que há outros com pedidos de licenciamento em andamento, na sede do órgão em Belém, não sabendo precisar quantos são exatamente os que se encontram nessa fase.

O representante da Semas destaca que muitos desses portos são fruto de disputas entre municípios, envolvendo os políticos da região, embora os tributos arrecadados sejam destinados ao estado. Entende o dirigente que:

---

<sup>234</sup> A empresa Vetor Mathias, do Paraná, refere em sua página que domina o segmento de fabricação e montagem de tanques reservatórios, atuando em todo o território nacional. <https://vetortecnologia.com.br/vetor-mathias/>. Acesso em: 18 jan. 2020.

<sup>235</sup> Matéria sobre a reunião foi publicada pela Agência Pará, Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/14298/>. Acesso em: 28 out. 2018.

<sup>236</sup> Agência Pará, 12. 08. 2019).



Deveria haver condicionantes para que cada empresa dessas fizesse benefícios para o município e a comunidade próxima. Estão chegando várias empresas, estão se instalando, mas só quem é beneficiado é o dono das áreas que estão sendo compradas [...]. Há vários fatores implicados nesse crescimento, que podemos chamar de desordenado e rápido. Os pátios de triagem, mesmo, construídos para o estacionamento dos caminhões, e não apenas os portos, são estruturas muito grandes. Ao mesmo tempo, observa-se que a comunidade não tem desenvolvimento nenhum (informação verbal).<sup>237</sup>

O relato do dirigente do órgão ambiental dá conta, assim, do dinamismo a que os municípios da região vêm sendo submetidos, mas lamenta não haver qualquer contrapartida de melhoria das condições de vida das populações locais.

Em estudo promovido pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE), sobre os portos no rio Tapajós, entre os vários impactos causados à região, são citados:

[...] a abertura para a acumulação de novos espaços e territórios, produzindo impactos como a destruição de sítios arqueológicos, desmatamento nas áreas direta e indiretamente afetadas, assoreamento de igarapés - como o igarapé de Santo Antônio, em Itaituba - e apropriação privada de estradas e ruas por caminhões (IBASE, 2017, p. 17).

As consequências sociais, econômicas e ambientais do dinamismo da implantação de um número cada vez maior de instalações portuárias, licenciadas de forma fragmentada, são responsáveis por alterações irreversíveis nos modos de vida, de produção, de circulação, de acesso aos bens naturais pelas populações ribeirinhas do Tapajós. Ao serem avaliados, de forma combinada, os impactos dos portos e ETCs com os causados pelos outros grandes empreendimentos e investimentos a que servem, como as rodovias, a geração de energia e o agronegócio, é possível entender os conflitos sociais que têm sido gerados crescentemente na região, como expressaram os entrevistados do campo social, relatados no capítulo anterior.

### 5.3.3 Ferrogrão: a ferrovia da ilegalidade, da discórdia e do desrespeito às comunidades tradicionais e à natureza

Entre os grandes empreendimentos aqui tratados, a ferrovia EF-170 MT/PA, conhecida como “Ferrogrão”, é o único que não está em construção, não obstante as fortes pressões do capital internacional, ligado ao agronegócio e ao rentável mercado financeiro produzido pelas

<sup>237</sup> Dirigente da SEMAS-NURE/Itaituba, em entrevista concedida à autora, em 25.04.2019.

*commodities* agrícolas. Há muitos impasses sociais, ambientais e para a conformação da ordem legal a esses interesses, frente aos direitos consagrados no país, inclusive por meio de acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário, como o direito à Consulta e Consentimento Livre, Prévio e Informado, garantido na Convenção 169 da OIT, às comunidades tradicionais e aos povos indígenas da região.

Apesar dos muitos conflitos, ilegalidades cometidas e interesses divergentes, a ferrovia continuou sendo projeto prioritário do governo Temer, e assim permanece no governo de Bolsonaro. A liberação e posterior execução desse megaempreendimento atende, diretamente, aos interesses das elites agrárias, assim como de várias corporações instaladas ou com previsão de futuros negócios no país, quer nos setores de transportes de cargas e do agronegócio, quer nos de armazenagem e portuário. Pelas implicações do projeto apresentado em 2016, considera-se importante inserir aqui o debate sobre a ferrovia, devido aos muitos conflitos sociais que têm gerado, como também porque, estando prevista para o oeste do Pará, suscita disputas com agentes econômicos e políticos que têm maior lucratividade com o fortalecimento da circulação da produção pela BR-163.

Programada para atender a uma demanda inicial de 38,3 milhões de toneladas de grãos, estimam os interessados que a ferrovia, cujo traçado projetado corre em paralelo com a BR-163, deverá possibilitar o transporte de 46,8 milhões de toneladas em 2050, o que demonstra, ao mesmo tempo, a quantidade de áreas previstas para o agronegócio durante as próximas três décadas. Conforme as informações do PPI<sup>238</sup>, durante o governo Temer o projeto da ferrovia foi considerado prioritário na reunião ocorrida em setembro de 2016, com o objetivo de:

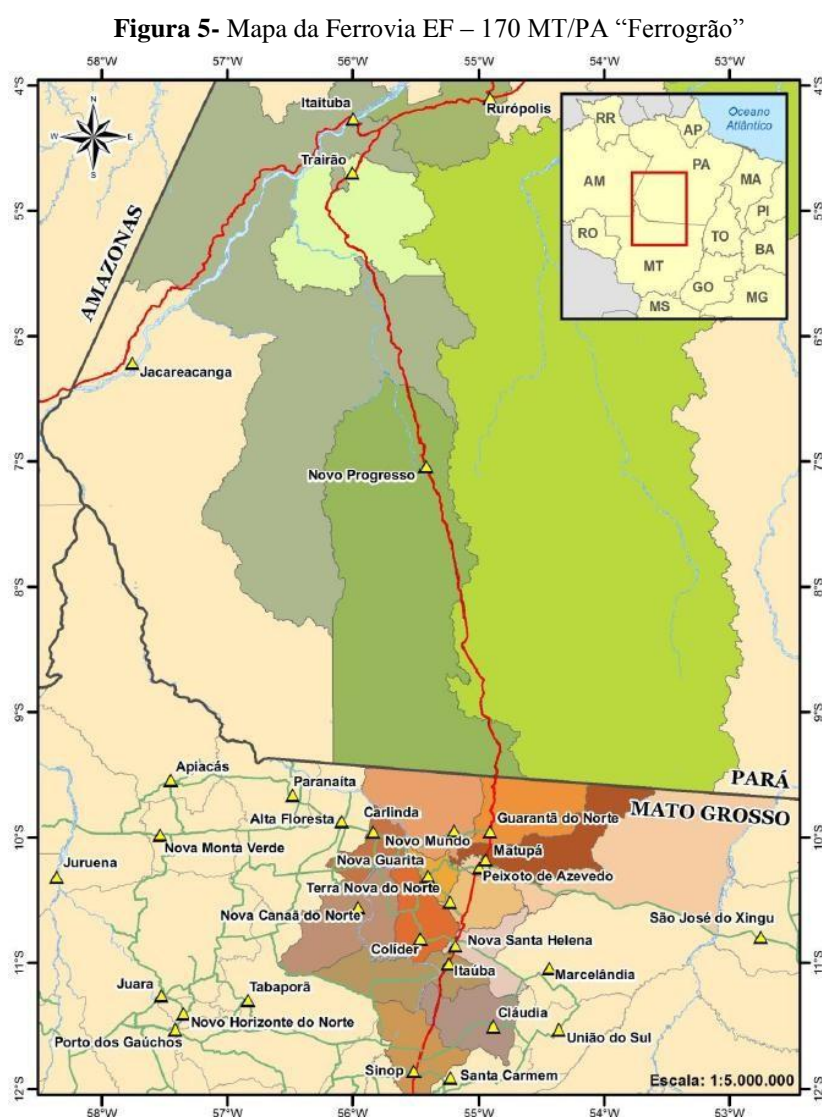
Consolidar o novo corredor ferroviário de exportação do Brasil pelo Arco Norte. A ferrovia conta com uma extensão de 933 km, conectando a região produtora de grãos do Centro-Oeste ao estado do Pará, desembocando no porto de Miritituba. Estão previstos, também, o ramal de Santarenzinho, entre Itaituba e Santarenzinho, no município de Rurópolis/PA, com 32 km, e o ramal de Itapacurá, com 11 km. Existe a previsão de estender a ferrovia entre Sinop/MT e Lucas do Rio Verde/MT, com 177 km de extensão e investimentos sujeitos ao reequilíbrio do contrato de concessão (PPI, 2016).

O projeto da ferrovia tem então por objetivo dar suporte à expansão da fronteira agrícola e, para além do transporte da soja, do farelo de soja, do óleo de soja e do milho de Mato Grosso, deverá servir também para o transporte integrado de fertilizantes, açúcar, etanol e derivados do petróleo.

---

<sup>238</sup> Informações disponíveis em: <https://www.ppi.gov.br/ef-170-mt-pa-ferrograo>. Acesso em: 16 jan. 2020

Para a concretização do projeto, entretanto, foi previsto o avanço sobre extensa área do Parna do Jamanxim, UC de proteção integral dada a rica biodiversidade que abriga. O então presidente Temer, sob fortes reações de ambientalistas, movimentos sociais e povos indígenas, editou em 2016 a MP n° 758<sup>239</sup>, reduzindo os limites do Parna do Jamanxim, localizado nos municípios de Itaituba e Trairão, e da APA do Tapajós, nos municípios de Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso e Trairão, no Pará. Apesar das reações e de modificações no texto da MP, a redução do Parna do Jamanxim foi ratificada pela lei n° 13.452<sup>240</sup>, de 19 de junho de 2017.



<sup>239</sup> A MP n° 758 está disponível em: <https://www.congressonacional.leg.br/materias/medidas-provisorias/-/mpv/127865>. Acesso em: 23 nov. 2018.

<sup>240</sup> A Lei n° 13.452/2017 pode ser acessada em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13452-19-junho-2017-785055-publicacaooriginal-153119-pl.html>. Acesso em: 15 dez. 2018.

Os povos indígenas, movimentos sociais e outros agentes do campo social, da região do Tapajós e da BR-163, desde a divulgação do projeto, têm travado luta contra a Ferrogrão, inclusive quanto à realização das audiências públicas.

Desde 2017, o povo Munduruku se recusou a participar das audiências públicas propostas pelo governo federal, como ocorreu em Itaituba<sup>241</sup>, por entender que os povos indígenas, os beiradeiros e outros povos de territórios que serão afetados pelo empreendimento não haviam sido consultados, conforme o protocolo estabelecido desde 2014. Denunciam os indígenas que, desde a emissão da MP nº 758/2017, os conflitos agrários têm se acirrado na região, com a entrada de invasores nas áreas desafetadas do Parna do Jamanxim, UC que foi criada justamente para mitigar os impactos da BR-163. Na ocasião, a Associação Indígena Pariri divulgou nota<sup>242</sup> com as deliberações tomadas contra mais esse empreendimento que provocará destruição da floresta e das condições de vida dos povos da região.

Em março de 2018, a Rede Xingu, formada por povos indígenas do Xingu e outras entidades, entregou carta<sup>243</sup> às empresas, associações de produtores e bancos interessados em investir na ferrovia, relacionando mais de vinte TIs e UCs que serão impactados, entre as bacias dos rios Xingu e Tapajós, argumentando também que os conflitos fundiários se intensificarão em toda a região. Ratificam o entendimento de que estão sendo desrespeitados os protocolos de consulta do povo Munduruku, assim como dos dezesseis povos que vivem no Território Indígena do Xingu, além dos ribeirinhos de Montanha e Mangabal.

Na mesma linha, contrária à construção da ferrovia, a dirigente da CPT da BR-163 argumenta que esse é mais um grande projeto que vem para ‘somar’ na destruição do meio ambiente e na violação de direitos das populações da região e informa haver muita discussão entre os caminhoneiros e carreteiros, além de resistência contra o empreendimento.

As disputas para obter a concessão da ferrovia, desde 2016, entretanto, prosseguem envolvendo grandes tradings, consideradas como as gigantes das commodities – ADM, a Bunge, a Cargill, a Louis Dreyfuss e a Amaggi – a Aprosoja e outros grandes grupos. O trecho previsto para a concessão é o compreendido entre Sinop/MT e Itaituba.

<sup>241</sup> A matéria divulgada na página do CIMI, intitulada “Munduruku barram audiência sobre ferrovia que pode impactar seu território” está disponível em: <https://cimi.org.br/2017/12/munduruku-barram-audiencia-sobre-ferrovia-que-pode-impactar-seu-territorio/>. Acesso em: 16 nov. 2018.

<sup>242</sup> O teor completo da Nota da Associação Indígena Pariri está disponível em: [https://cimi.org.br/pub/PA/ferrograo/2017-12\\_carta-munduruku-antt.pdf](https://cimi.org.br/pub/PA/ferrograo/2017-12_carta-munduruku-antt.pdf). Acesso em: 14 set. 2018.

<sup>243</sup> Íntegra da Carta da Rede Xingu está disponível em: [https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/blog/pdfs/carta\\_do\\_encontro\\_tematico\\_xingu\\_sobre\\_os\\_impactos\\_socioambientais\\_da\\_ferrograo\\_e\\_direito\\_de\\_consulta.pdf](https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/blog/pdfs/carta_do_encontro_tematico_xingu_sobre_os_impactos_socioambientais_da_ferrograo_e_direito_de_consulta.pdf). Acesso em: 20 set. 2018.

Apesar dos muitos imbróglios do governo Bolsonaro quanto à coordenação do PPI, antes vinculado à Secretaria Geral da Presidência, no governo Temer, que passou na atual gestão para a Secretaria de Governo e, mais recentemente, em janeiro de 2020, para o Ministério da Economia, a licitação da Ferrogrão segue como projeto prioritário no início desse ano.

A ANTT publicou, no dia 15.01.2019, o relatório final da Audiência Pública nº 14/2017<sup>244</sup>, em que informa ter aprimorado os termos do edital. O prazo da concessão foi estipulado em 65 anos e o valor estimado do contrato, naquele momento, era de R\$ 14 bilhões.

O MPF se recusou, em 2017, a participar das audiências públicas realizadas pela ANTT<sup>245</sup>, por terem sido desrespeitados os direitos dos indígenas e dos ribeirinhos, bem como a recomendação emitida pelo órgão para que fossem levados em conta os riscos socioambientais e para os cofres públicos. Em nota pública<sup>246</sup>, o MPF, que havia identificado pelo menos 19 comunidades indígenas ao longo do trajeto da ferrovia, além de ribeirinhos, agroextrativistas e outras comunidades tradicionais sujeitas a impactos, manifesta, entre outros pontos, que:

[...] A ANTT, em 27/10/2017, publicou no Diário Oficial da União o Aviso da Audiência Pública nº 014/2017 a ser realizada, inicialmente, apenas em Cuiabá/MT, Belém/PA e Brasília/DF. Posteriormente, pretendendo transparecer que cumpriria a Recomendação expedida e, conseqüentemente, as disposições previstas na Convenção 169 da OIT a Agência [...] incluiu novas datas e locais para a realização das audiências públicas (Itaituba, Novo Progresso e Sinop). É imperioso ressaltar que a realização das audiências, tais como propostas pela ANTT, desrespeita o direito indisponível dos povos indígenas e comunidades tradicionais de, com precedência e conforme seus próprios protocolos de consulta, efetivamente participarem do processo de deliberação sobre a FR - 170 Ferrogrão (*Greenfield*)<sup>247</sup>, projeto que tem potencial para afetar sobremaneira o seu território e modo de vida. Por fim, registre-se que o eventual comparecimento de lideranças indígenas, ribeirinhas, agroextrativistas e de outras comunidades tradicionais não convalida a violação ao disposto na Convenção nº 169 da OIT, internalizada pelo Decreto 5.051/2004, que faz referência à Consulta e Consentimento

<sup>244</sup> Informações disponíveis no site da ANTT: [http://www.antt.gov.br/salaImprensa/noticias/arquivos/2019/01/ANTT\\_publica\\_relatorio\\_final\\_da\\_AP\\_da\\_Ferro\\_grao.html](http://www.antt.gov.br/salaImprensa/noticias/arquivos/2019/01/ANTT_publica_relatorio_final_da_AP_da_Ferro_grao.html). Acesso em: 16 fev. 2019.

<sup>245</sup> Matéria disponível na página do MPF: <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf-nao-comparecera-a-audiencias-publicas-da-ferrograo-depois-de-recusa-da-antt-em-respeitar-direitos-de-indigenas-e-ribeirinhos>. Acesso em: 25 set. 2018

<sup>246</sup> A nota pública do MPF está disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/documentos/2017/nota-publica-audiencias-publicas-ferrograo>. Acesso em: 30 set. 2018.

<sup>247</sup> Conforme explicitam as associações comerciais do Estado de São Paulo, “o termo Greenfield é usado para designar projetos incipientes, que existem somente no papel e estão em fase de planejamento. Esses projetos ainda não possuem nenhuma estrutura física, como no caso de empreendimentos imobiliários, ou digital, no caso de desenvolvimento de softwares. Em projetos Greenfield, os financiadores alocam recursos na construção da estrutura necessária para iniciar uma operação. Geralmente, são relacionados à abertura de novos mercados ou atividades inovadoras e possuem maior risco, pois sua viabilidade pode depender de autorizações de órgãos regulatórios, autoridades ambientais e aprovações de patentes”. Informações obtidas em: <https://dcomercio.com.br/categoria/gestao/glossario-do-empendedor-o-que-e-greenfield>. Acesso em: 28 out. 2019.

Livre, Prévio e Informado, tampouco ilide o descumprimento à Recomendação nº 12 de 07 de novembro de 2017 expedida pelo Ministério Público Federal, remanescendo as cominações ali lançadas (MPF, 2017).

Outro nível de disputas no interior dos campos econômico e político se dá entre os que querem a construção da Ferrogrão e os que têm negócios que seriam – ou serão – diretamente atingidos, caso a ferrovia venha a ser construída e retire grande parte do transporte de cargas feito pela BR-163. Tais disputas são manifestadas, em nível local, pelo prefeito de Itaituba. O gestor municipal afirma, enfaticamente, ser contrário à construção da ferrovia e justifica que esse empreendimento só beneficiará o estado de Mato Grosso, as empresas portuárias e a China, incluindo o consumidor final chinês. Diz, então, o prefeito: “eu não moro na China, moro aqui no Brasil. Fizeram isso exclusivamente para o ‘nortão’ de Mato Grosso e nós não queremos que isso aconteça”. Todos os demais negócios criados a partir da rodovia, que levam ao recolhimento de tributos para o município, fazendo girar a economia local, serão prejudicados, avalia o chefe do Executivo. Por isso, sustenta:

Sou contra a Ferrogrão e vou lutar até o último minuto para que isso não aconteça. Sonhávamos há mais de quatro décadas com o asfaltamento da BR-163 e depois que quando viessem os portos para Itaituba nós aumentaríamos os empregos na região. Hoje, já temos cerca de oito mil motoristas passando por Miritituba, borracharias, postos de combustível, restaurantes, hotéis e esse povo deixa alguma coisa aqui. No dia em que se colocar a Ferrogrão para funcionar, a primeira coisa que vai acontecer é que todo esse povo vai sumir. E o que vai acontecer é que cinco pessoas dirigindo um trem vão trazer [o equivalente] a cinco, seis mil carretas aqui para a região. Então, daqui a pouco [se a Ferrogrão for construída] vai acabar até com a BR-163, nós não vamos ter nenhum benefício e vai haver grande impacto ambiental. Com isso, não vai ter emprego, serão [eliminados] os poucos empregos que tem (informação verbal).<sup>248</sup>

Embora desconheça os direitos dos povos indígenas quando se trata da construção das hidrelétricas do complexo do Tapajós, o prefeito de Itaituba diz já ter conversado com os índios, para evitar o licenciamento ambiental, e também com ‘muita gente’ para que a ferrovia não seja construída.

A presidente do Sindicato de Produtores Rurais de Itaituba afirma que há posições divergentes no município, inclusive entre os pecuaristas, quanto à construção da Ferrogrão, que considera assunto bastante complexo:

---

<sup>248</sup>Prefeito de Itaituba, em entrevista concedida à autora, no dia 24.04.2019.

Muitos acreditam que a ferrovia vai tirar a subsistência de grande número de pessoas que estão no entorno da BR-163. Trairão, por exemplo, depende dos caminhoneiros, porque lá eles deixam muito dinheiro, em alimentação nos restaurantes, no abastecimento dos caminhões, e, se deixar de acontecer esse movimento, vai ser difícil. Mas, para outros, o trânsito vai diminuir, mas não vai deixar de existir, porque não serão todos a mandar as suas cargas pela Ferrogrão, porque existem outros produtos que poderão vir de caminhão. Tudo depende muito das condicionantes que forem estabelecidas pelos produtores e moradores da região, em conjunto com os que vão implantar a Ferrogrão. Ou seja, das indenizações às pessoas que vão ter as suas áreas invadidas [pela ferrovia], pois precisam negociar muito bem para poder implantar empreendimentos em torno da BR-163, porque a rodovia não vai deixar de existir, nem a trafegabilidade (informação verbal).<sup>249</sup>

Porém, na avaliação da dirigente do sindicato, “embora o prefeito do município seja contrário, a gente sabe que quando o governo quer ele busca meios para fazer, por mais que a gente brigue. O dinheiro é que dita as regras”.

O cronograma do governo brasileiro, a despeito de todas as ilegalidades contidas no processo de aprovação da construção da EF-170, do desrespeito aos direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, dos riscos socioambientais levantados pelo MPF, dos interesses de agentes políticos e econômicos locais, prevê que o edital para a construção do empreendimento será lançado no segundo trimestre de 2020 e que o leilão deverá ocorrer no terceiro trimestre desse ano<sup>250</sup>.

#### 5.3.4 A produção de energia na bacia do Tapajós: desnacionalização do setor energético e impactos socioambientais irreversíveis

A produção de energia em larga escala, exigência primordial para o funcionamento de megaempreendimentos, como os da mineração, é apresentada nos discursos oficiais do Estado brasileiro como absolutamente necessária para que o país tenha segurança energética e possa se desenvolver. Na realidade, trata-se de outro pilar de sustentação do modelo de crescimento econômico do país, que visa à produção de *commodities* em larga escala, para as quais a energia elétrica constitui insumo básico essencial. Em vista das prioridades estabelecidas no país, o Estado brasileiro vem destinando não apenas volumosos recursos públicos, como também aprimorando estratégias de regulação que possam atrair investidores estrangeiros e possibilitem a desnacionalização de empresas estatais brasileiras.

O potencial hídrico da Amazônia, de grande valor inclusive para o equilíbrio ambiental

<sup>249</sup> Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Itaituba, em entrevista concedida à autora no dia 24.04.2019.

<sup>250</sup> O cronograma dos projetos do PPI está disponível em: <https://www.ppi.gov.br/cronograma-dos-projetos>. Acesso em: 05 fev. 2020.

mundial, está sendo repassado a grandes corporações de outros países e a outros Estados nacionais, como a China, cujas estatais já lideram, desde 2016, o setor elétrico privado do Brasil. Tais fatos configuram a perda de autonomia do Brasil em setor estratégico na configuração política, econômica e ambiental mundial.

É fato que sucessivos governos do país não têm priorizado a diversificação da matriz energética do Brasil, possível através de investimentos maiores em fontes alternativas de energia – solar, biomassa e eólica –, centrando a produção de energia na construção de hidrelétricas. Esses megaempreendimentos são também interessantes para os defensores do modelo de crescimento econômico que, em tempos de crises econômicas sucessivas e de altos índices de desemprego no país, veem a construção de grandes usinas como alternativa para camuflar os dados econômicos do país, o que se torna possível apenas temporariamente.

A contratação de numerosos contingentes de mão de obra, assim como o incremento de vários ramos comerciais e industriais, direta ou indiretamente envolvidos nesses projetos, como a indústria da construção civil, a indústria de tecnologias e equipamentos de ponta para automação e digitalização de subestações e hidrelétricas, a engenharia de saneamento básico, para a construção de infraestruturas destinadas às populações remanejadas das grandes áreas destinadas às barragens, mobilizam, portanto, grupos empresariais e conglomerados de diversos ramos, cujos interesses e disputas se dão em âmbito nacional e mundial, sob orquestração do Estado brasileiro.

As hidrelétricas, apresentadas no discurso desenvolvimentista como geradoras de “energia limpa”, interceptam os rios, matam os peixes, destroem comunidades, provocam deslocamentos forçados de comunidades tradicionais, povos indígenas e ribeirinhos, violentam populações inteiras, que passam a ser privadas de seus modos de vida, de produção, de sua cultura e história. Os impactos profundos à biodiversidade da Amazônia trazem como consequência a extinção de várias espécies de animais, inclusive espécies endêmicas de peixes, a perda de sítios arqueológicos, fundamentais para a história do país, além de provocar irreversíveis alterações climáticas.

Muitos estudos feitos por pesquisadores de diferentes instituições (FEARNSIDE, 2015; MORAN, 2018)<sup>251</sup>, comprovam que o modelo de produção de energia que prioriza as hidrelétricas está muito longe de ser sustentável e defensável, especialmente sob os pontos de vista social e ambiental. Dados comparativos entre a matriz energética do Brasil e os modelos

---

<sup>251</sup>Informações publicadas no Jornal da Universidade Estadual de Campinas, em 07 nov. 2018. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/index.php/ju/noticias/2018/11/07/custos-sociais-e-ambientais-de-usinas-hidretricas-sao-subestimados-aponta>. Acesso em: 18 dez. 2018.



adotados em países do centro do capitalismo, da América do Norte e da Europa, como refere Moran (2018), demonstram que os países daqueles continentes, desde a década de 1970, deixaram de construir grandes barragens e passaram a remover antigas usinas existentes. Somente nos Estados Unidos, conforme o autor, foram desativadas 546 represas, entre 2006 e 2014, por ter sido ultrapassado o tempo de vida útil dos empreendimentos, o que envolveu altíssimos custos. A produção de energia por meio de hidrelétricas, diretamente dependente de grandes volumes de água, tem sido cada vez mais questionada, em vista da previsão de crescente escassez de água no mundo e da variabilidade climática. Por outro lado, o pesquisador resalta também outras deformidades dos projetos da bacia amazônica, por não trazerem benefícios sociais às populações locais.

Vários estudos demonstram ainda que a geração de energia em empreendimentos já concretizados, como a UHE Belo Monte no rio Xingu, em Altamira, vêm produzindo energia muito aquém das previsões inicialmente propagandeadas. Como agravante, a própria construção de hidrelétricas, por promover perda ainda maior da biodiversidade, inclusive pelo desflorestamento de grandes áreas, necessárias para dar lugar a empreendimentos dessa envergadura, provoca desequilíbrio ambiental e leva à redução da precipitação de águas no leito dos rios, o que compromete as projeções de geração de energia, como vem sendo constatado.

Na perspectiva de obter inserção das *commodities* agrícolas e minerais do país no mercado mundial com preços competitivos, o Brasil segue buscando produzir energia a partir do potencial hídrico que possui, na tentativa de baratear o custo desse importante insumo, sem rever os planos de expansão de energia, mesmo diante de estudos e dados categóricos sobre os impactos socioambientais gerados pelas hidrelétricas já instaladas na Amazônia.

Tal matriz energética tem sido priorizada nas primeiras décadas deste século, como se constata nos PAC1 e PAC2, durante os governos de Luís Inácio Lula da Silva e de Dilma Roussef, no Programa Avançar de Michel Temer, de 2017, permanecendo como prioridade no PPI do governo de Jair Bolsonaro. Para a Amazônia, no atual governo, estão sendo planejadas as hidrelétricas Castanheira, no estado de Mato Grosso; Bem Querer, em Roraima; e Tabajara, em Rondônia.

Embora as hidrelétricas planejadas não incluam diretamente o rio Tapajós, o projeto da UHE Castanheira situa-se na bacia hidrográfica do rio Arinos, afluente do rio Juruena, que, juntamente com o Teles Pires, forma o rio Tapajós. Prevista para gerar 140MW, a UHE Castanheira, de acordo com o Relatório de Impacto ao Meio Ambiente (RIMA)<sup>252</sup>, deverá ter

---

<sup>252</sup> O RIMA da UHE Castanheira está disponível em: [http://www.uhecastanheira.com.br/wp-content/uploads/bigfiles/Rima\\_UHE\\_Castanheira.pdf](http://www.uhecastanheira.com.br/wp-content/uploads/bigfiles/Rima_UHE_Castanheira.pdf). Acesso em: 16 nov. 2018

reservatório ocupando área de 9.470 hectares (94,7 km<sup>2</sup>) e envolverá dois municípios matogrossenses, Juara e Novo Horizonte do Norte. Está previsto também no RIMA que serão afetadas as Terras Indígenas Apiaká-Kayabi, Japuira e Erikpatsa, o que trará implicações diretas nos modos de vida dessas etnias. Como a UHE Castanheira está projetada para essas cidades de Mato Grosso que seguem no sentido Norte, para onde vem se expandindo a fronteira agrícola do país, a prosseguir o dinamismo projetado para o agronegócio, não é descabido pensar que novas usinas sejam propostas para o rio Tapajós, ou antigos projetos sejam retomados, como o da hidrelétrica São Luiz do Tapajós.

Vale registrar que o projeto de construção da UHE São Luiz do Tapajós, cujo processo de licenciamento ambiental foi arquivado em 2016 pelo Ibama, por recomendação do MPF<sup>253</sup>, foi objeto de muitas lutas do povo Munduruku, bem como dos povos de outras etnias, movimentos sociais e comunidades tradicionais, que enfrentaram a decisão do governo federal de construir a barragem, porque implicaria o alagamento do território indígena Munduruku, além de outras ilegalidades comprovadas nos estudos de impacto ambiental.

Deve-se levar em conta que, em 2011, o ICMBio divulgou o levantamento da bacia hidrográfica do rio Tapajós<sup>254</sup> fazendo constar que:

Estudos de inventário hidrelétrico dos rios Jamanxim e Tapajós realizados pela Eletronorte identificaram duas áreas prioritárias para locais barráveis, sendo o primeiro situado cerca de 50 km a montante da cidade de Itaituba, entre as vilas de Pimental e São Luiz do Tapajós, junto às cachoeiras de Maranhão Grande e Maranhãozinho. Constitui-se num dos locais mais interessantes do ponto de vista energético, uma vez que compreende uma série de quedas d'água, que se distribuem em trecho de 5 km do rio, incluídas as Cachoeiras de São Luiz do Tapajós, que perfazem um desnível hidráulico natural da ordem de 14 m. O segundo ponto foi no rio Jamanxim, no trecho entre os quilômetros 35 e 43, que apresenta diversos locais apropriados para barramento, tendo sido escolhido o local do km 43 em função da condição topográfica mais favorável (ICMBIO, 2011).

De acordo com o Relatório Técnico 5023/14<sup>255</sup>, do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica da Eletrobras, a bacia Amazônica detém 70% do potencial energético de todas as bacias do país, razão pela qual essa empresa previa 63 empreendimentos para a geração de energia

<sup>253</sup> Matéria sobre o arquivamento do licenciamento ambiental da UHE São Luiz do Tapajós está disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/ibama-arquiva-licenciamento-da-hidreletrica-sao-luiz-do-tapajos>. Acesso em: 26 nov. 2018.

<sup>254</sup> O documento está disponível em: [http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-fazemos/proj\\_apoiados/resumo\\_projeto\\_313.pdf](http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/o-que-fazemos/proj_apoiados/resumo_projeto_313.pdf). Acesso em: 04 dez. 2018

<sup>255</sup> O documento encontra-se disponível em: <http://www.mme.gov.br/documents/36144/471984/Produto+1.pdf/caabf17a-2e57-dd65-bd43-d2e0b7ebe949>. Acesso em: 19 out. 2018.

somente na margem direita do rio Amazonas, sendo 50 destes localizados na bacia do Tapajós, que já apresentava naquele momento elevados índices de desmatamento.

No Plano Decenal de Expansão de Energia 2029 (PDE 2029)<sup>256</sup>, do Ministério das Minas e Energia, cujas estratégias estão definidas para o período 2020-2029, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) afirma ser preciso assegurar o desenvolvimento sustentável da infraestrutura energética do país e, ao mesmo tempo, confirma que “o aproveitamento hidrelétrico representa elemento importante para a ampliação de oferta de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional (SIN). A maior parte do potencial ainda a aproveitar encontra-se na região Norte [...]” (PDE 2029, MME, p. 56). No Plano, consta também a prioridade que deve ser dada às PCHs e às Centrais Geradoras Hidráulicas (CGHs), considerando o “vasto elenco de empreendimentos ainda não aproveitados” (PDE 2029, MME, p. 56).

A construção da hidrelétrica Castanheira, em Mato Grosso, está prevista no PDE-2029 para o ano de 2026, enquanto que as outras duas projetadas para a Amazônia – Tabajara, em Rondônia, e Bem Querido, em Roraima –, estão programadas para os anos de 2027 e 2028, respectivamente. O MAB se posiciona frontalmente contrário<sup>257</sup> às barragens na Amazônia, em momento de forte crise na região, que vem apresentando altos índices de desmatamento e queimadas, cuja tendência, caso as hidrelétricas sejam construídas, é a de agravamento da situação ambiental, econômica e social.

Quanto às hidrelétricas do Tapajós, veicula-se publicamente que a ANEEL<sup>258</sup> concordou com o adiamento do prazo até 31 de dezembro de 2019 solicitado pela Eletrobras, para a conclusão dos EVTEAs de três empreendimentos hidrelétricos do Consórcio Tapajós<sup>259</sup>, previstos para o estado do Pará – UHEs Jamanxim, 881 MW, Cachoeira do Caí, 802 MW e Cachoeira dos Patos, 528 MW, situadas no rio Jamanxim, afluente do Tapajós. O poderio das

<sup>256</sup> O documento está disponível no endereço: <http://www.epe.gov.br/sites-pt/publicacoes-dados-abertos/publicacoes/Documents/PDE%202029.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2020.

<sup>257</sup> A divulgação feita pelo MAB está disponível em: <https://www.mabnacional.org.br/noticia/em-plena-crise-na-amazonia-bolsonaro-permite-constru-tr-s-hidrel-tricas-na-regi>. Acesso em: 14 jan. 2020.

<sup>258</sup> Matéria sobre o assunto foi publicada em: <https://www.canalenergia.com.br/noticias/53063343/aneel-prorroga-entrega-dos-estudos-de-viabilidade-das-uhes-do-consorcio-tapajos>. Acesso em: 19 nov. 2018.

<sup>259</sup> O Consórcio Tapajós foi constituído pela Eletrobras e sua subsidiária Eletronorte, em parceria com a Neoenergia, a Engie (ex-GDF Suez), a EDF Consultoria em Projetos de Geração de Energia Elétrica Ltda, entre outras corporações transnacionais. A Neoenergia atua com geração, distribuição, transmissão e comercialização de energia elétrica. Afirma ser a segunda maior do setor no Brasil, atendendo 13,9 milhões de unidades consumidoras, em 18 estados da federação. É controlada pelo grupo espanhol Iberdrola. A Engie no Brasil assegura ser a maior produtora privada de energia elétrica do Brasil, com capacidade instalada própria de 10.211 MW em 61 usinas, ou cerca de 6% da capacidade do país. Com a aquisição da TAG, a Engie informa deter a mais extensa malha de transporte de gás natural do Brasil, com 4.500 km que atravessam 10 estados e 194 municípios do país. O grupo EDF Consultoria em Projetos de Geração de Energia Elétrica Ltda (Electricité de France), de origem francesa, possui megaprojetos de energia em todos os continentes.

corporações transnacionais envolvidas no Consórcio Tapajós dá a dimensão dos interesses em jogo, ligados ao mercado mundial da produção de energia, que, mais do que nunca, voltam-se para a Amazônia.

O contexto em que se darão os próximos desdobramentos do setor energético do Brasil indica a gravidade da desnacionalização total do setor público estatal, pelo governo Bolsonaro, que encaminhou projeto de lei de privatização da empresa Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras, à Câmara dos Deputados, em novembro de 2019. A Eletrobras,<sup>260</sup> conforme consta na página oficial da empresa, é a maior companhia do setor elétrico da América Latina, empresa de capital aberto, que tem como acionista majoritário o governo federal. Nos setores de geração e de transmissão de energia, a Eletrobras afirma ser a “maior empresa de geração de energia elétrica brasileira, com capacidade geradora equivalente a cerca de 1/3 do total da capacidade instalada do país” e “empresa líder em transmissão de energia elétrica no Brasil, com aproximadamente metade do total de linhas de transmissão do país em sua rede básica, em alta e extra-alta tensão”.

O projeto de lei da privatização da Eletrobras conta com o apoio do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia<sup>261</sup>, que afirmou, em fevereiro de 2020, estar bem encaminhado, faltando apenas um acordo do governo com o Senado para que a proposta seja aprovada pelo Congresso. Maia considera que a Eletrobras, os Correios e a Casa da Moeda têm importância na privatização e que é preciso ajudar o governo nos encaminhamentos.

De acordo com matéria veiculada no Correio Braziliense<sup>262</sup>, em janeiro de 2020, “após a privatização, o governo não terá *golden shares* na Eletrobras. *Golden shares* ou ‘ações de ouro’ são ações de classe especial de empresas estatais ou de capital misto. Esses papéis pertencem ao governo, que garante com eles direitos especiais, como o poder de veto de algumas decisões”.

Fortes reações à desnacionalização da Eletrobras, estratégico patrimônio público brasileiro, foram manifestadas, entre outros, pelos eletricitários e urbanitários. A Federação Nacional dos Urbanitários (FNU)<sup>263</sup> afirmou que os investimentos no setor elétrico não

---

<sup>260</sup>Informações sobre a Eletrobras estão disponíveis em: <https://eletrobras.com/pt/Paginas/Sobre-a-Eletrobras.aspx>. Acesso em: 28 dez. 2019.

<sup>261</sup>O posicionamento do presidente da Câmara dos Deputados está disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/638369-MAIA-REAFIRMA-QUE-CAMARA-NAO-VAI-ACEITAR-A-VOLTA-DA-CPMF>. Acesso em: 25 fev. 2020.

<sup>262</sup>O posicionamento do presidente da Câmara dos Deputados está disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/638369-MAIA-REAFIRMA-QUE-CAMARA-NAO-VAI-ACEITAR-A-VOLTA-DA-CPMF>. Acesso em: 25 fev. 2020.

<sup>263</sup> Matéria disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/614978-governo-aponta-vantagens-na>

dependem da desestatização, além do que, reforçam especialistas, as estatais cumprem papel decisivo em períodos de crise econômica. O representante do Coletivo Nacional dos Eletricitários (CNE) faz as seguintes indagações: “Qual é a vantagem de uma grande empresa privada, dominada pelo capital estrangeiro, dominar o setor elétrico brasileiro? Qual é a vantagem para o consumidor? Qual é a vantagem para o país? Qual é a vantagem para a população brasileira? Ter uma grande Eletrobras privada nas mãos, sabe-se lá, do fundo soberano de algum país ou de empresas estatais estrangeiras?”.

A presidente da Comissão de Trabalho, deputada Marcivânia do PCdoB/AP, requerente da audiência na Câmara dos Deputados para debater a privatização da Eletrobras, ressaltou que, em vários países, o setor hidrelétrico é majoritariamente estatal por questões estratégicas e que essa empresa, além de superavitária é estratégica para a soberania nacional.

Frente aos céleres encaminhamentos do projeto de lei de desnacionalização da Eletrobras na Câmara dos Deputados, caso o projeto venha a ser aprovado pelo Senado, o setor energético público do país estará sob total domínio de corporações transnacionais e o futuro das populações, dos rios da bacia do Tapajós, de toda a Amazônia e do país inteiramente fora do controle do povo e do Estado brasileiros.

De acordo com a Portaria nº 15/2020<sup>264</sup>, do MME, as licitações para concessões de serviços públicos para transmissão de energia elétrica serão publicadas até o final de cada ano para os três anos seguintes, o que implica que não apenas a geração de energia, mas também a transmissão de energia serão objeto de desnacionalização no Brasil.

O mercado mundial aguarda para breve, portanto, a transferência do controle do setor energético do Brasil para o setor privado transnacional, ou para outros Estados nacionais, como a China. As gigantes do mercado de energia, como a State Grid Brazil Holding S/A (SGBH) se prepara para açambarcar outros grandes filões, além dos que já detêm no país. Empresa de origem chinesa, pertencente ao grupo *State Grid Corporation of China*, a SGBH atua no setor de transmissão de energia no Brasil desde 2010, quando comprou os ativos de transmissão da empresa espanhola Plena, e apresenta em seu portfólio números superlativos: atende a mais de 1,1 bilhão de clientes, cobrindo em torno de 88% do território chinês, além de operar em vários outros países, como Itália, Austrália, Portugal, Filipinas, Hong Kong.

No Brasil, a State Grid “já adquiriu concessionárias do serviço público de transmissão de energia sendo dezoito companhias com 100% de participação societária e cinco companhias

---

[privatizacao-da-eletobras-deputados-veem-riscos-a-soberania/](#). Acesso em: 18 jan. 2020.

<sup>264</sup> Portaria disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-15-de-13-de-janeiro-de-2020-238538087>. Acesso em: 19 jan. 2020.

com participação de 51% com controle conjunto”<sup>265</sup>. Em janeiro de 2017, o maior grupo privado do setor elétrico brasileiro, a CPFL Energia<sup>266</sup>, vendeu para a SGBH 54,64% das ações que pertenciam à Camargo Corrêa e aos fundos de pensão Previ, Fundação Cesp, Sabesp, Sistel e Petros. Assim, a gigante chinesa passou a deter o controle acionário da corporação.

À gravidade da situação de descontrole do setor energético pelo Estado brasileiro, com todos os impactos geopolíticos, econômicos, socioculturais e naturais que advirão dos próximos empreendimentos transferidos para as corporações transnacionais no país, deve-se ter em conta outro fator extremamente sério, que atenta diretamente contra o cidadão do país: a desnacionalização da Eletrobras provocará o aumento – e não a redução – da tarifa de energia, como atesta a privatização das distribuidoras federalizadas.

Em matéria de 06.11.2019, o jornal Correio Brasiliense<sup>267</sup> publica a seguinte afirmação do CNE:

Os aumentos de energia nos estados recém privatizados chegam a 25%, como é o caso da Centrais Elétricas de Rondônia (Ceron) privatizada em 30 de agosto de 2019. Além disso, a proposta de descotizar as usinas do Sistema Eletrobras é aumentar automaticamente a conta para o consumidor, seja este residencial, industrial, do campo ou da cidade.

O aumento das contas de luz dos consumidores brasileiros denunciado pelo CNE não constitui apelo irresponsável contrário à privatização, mas fato admitido pelo próprio diretor da Eletrobras, Luis Augusto Figueira, ao afirmar, em audiência realizada na Câmara dos Deputados, em 19.11.2019, que as tarifas elétricas aumentaram para o consumidor no período 2013-2018, após privatizações do setor elétrico, no qual a “população arcou com R\$ 25 bilhões nas contas de luz, referentes ao chamado risco hidrológico”<sup>268</sup>.

O dirigente do MAB, ouvido na pesquisa, trata das profundas contradições do modelo energético do país, especialmente no Pará, onde foram construídas duas grandes hidrelétricas, mas a população do estado paga tarifas muito altas de energia. Argumenta o dirigente que:

<sup>265</sup> Informação disponível em: [https://www.valor.com.br/sites/default/files/upload\\_element/24.03.2017\\_state\\_grid\\_brazil\\_holding.pdf](https://www.valor.com.br/sites/default/files/upload_element/24.03.2017_state_grid_brazil_holding.pdf). Acesso em: 20 out. 2019.

<sup>266</sup> Matéria da CPFL está disponível em: <https://www.cpfl.com.br/releases/Paginas/state-grid-acquire-o-controle-acionario-da-cpfl-energia.aspx>. Acesso em: 20 out. 2019.

<sup>267</sup> Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/11/06/internas\\_economia,804342/sindicalista\\_s-alertam-que-privatizacao-da-eletobras-aumentara-conta-d.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/11/06/internas_economia,804342/sindicalista_s-alertam-que-privatizacao-da-eletobras-aumentara-conta-d.shtml). Acesso em: 25 out. 2019.

<sup>268</sup> Informações podem ser acessadas em: <https://www.camara.leg.br/noticias/614978-governo-aponta-vantagens-na-privatizacao-da-eletobras-deputados-veem-riscos-a-soberania/>. Acesso em 10 dez. 2019.

Não é que o povo seja coitadinho, não, mas é que grande parte das vezes as ferramentas de luta são escondidas do povo, que não tem acesso às legislações ambientais. Quando o povo vai saber disso, já está construída a hidrelétrica, o porto, então, ele é enganado de uma forma que não deveria e sim ser mais respeitado por quem vem de fora [do país]. Temos chamado a isso de invasão de território (informação verbal) <sup>269</sup>.

O interesse do governo federal brasileiro, ora presidido por Jair Bolsonaro, consiste na arrecadação que poderá ser obtida com a venda da Eletrobras, como salientou Leandro Moreira, do Ministério da Economia, pois, conforme as estimativas do mercado, o valor da empresa passou de R\$7,4 bilhões, em 2013, para R\$ 48 bilhões, em 2019. A valorização crescente do patrimônio da Eletrobras, por si só, traduz a importância das fontes e das potencialidades da produção/transmissão de energia do Brasil para o mundo. E desmascara também o quanto o imediatismo da arrecadação é o único critério que tem peso nesse modelo, a despeito de tudo o mais que está em jogo para o país e para o povo brasileiro.

O envio do PL que propõe a privatização do Sistema Eletrobras à Câmara dos Deputados, argumenta o CNE, significa “caminhar na contramão mundial, que tem reestatizado diversos segmentos, entre eles o da eletricidade, pois o setor privado não conseguiu acompanhar a demanda por investimentos”<sup>270</sup>.

Prenuncia-se, assim, o agravamento dos conflitos sociais na região do Tapajós e em todo o país decorrente do modelo energético.

#### **5.4 Desmatamento acelerado: expressão da violência de um modelo que produz devastação da vida em todas as suas dimensões**

O desmatamento constitui problema transversal e abrangente na Amazônia por estar diretamente vinculado a todas as questões acima tratadas. A política agrária, a grilagem de terras, a corrupção das instituições do Estado, o agronegócio, a mineração, assim como a construção de grandes infraestruturas têm sido fatores fomentadores do desflorestamento, condição para que tenham êxito. Assim sendo, o desmatamento é aqui compreendido como expressão, por excelência, da violência de um modelo que produz devastação, para muito além da floresta em si, pois constitui devastação da vida, do destino de populações inteiras, do equilíbrio da natureza que produz qualidade de vida e possibilita outras formas de trabalho e

<sup>269</sup> Dirigente nacional do MAB, em entrevista concedida à autora em 27.04.2019).

<sup>270</sup> Informação disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/11/06/internas\\_economia,804342/sindicalista\\_s-alertam-que-privatizacao-da-eletobras-aumentara-conta-d.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2019/11/06/internas_economia,804342/sindicalista_s-alertam-que-privatizacao-da-eletobras-aumentara-conta-d.shtml). Acesso em: 10 dez. 2019.

sustento.

As dimensões dos problemas são equivalentes à riqueza e às potencialidades da região.

Como descrevem:

O Brasil possui a segunda maior área florestal do mundo, só perdendo para a Rússia que possui somente florestas temperadas e boreais. São 544 milhões de ha e 63% do território nacional. As florestas brasileiras protegem a circulação de 20% da água doce disponível no mundo. O país é o maior produtor e consumidor mundial de produtos florestais tropicais. A Amazônia brasileira é responsável por mais de 90% da produção florestal de áreas naturais do Brasil (RIBEIRO; CASTRO, 2008, p. 207).

Embora o país e a região sejam detentores dessa extraordinária riqueza, a opção pelo desenvolvimentismo, que visa tão somente ao crescimento econômico, não considera alternativas de desenvolvimento socioambiental sustentável. Quanto à gestão das florestas amazônicas, esse modelo tem sido determinante para a crescente perda da cobertura florestal, como revelam estudos que focalizam, desde a década de 1970, a região e o estado do Pará:

Os estados que tiveram mais aplicação de políticas desenvolvimentistas desde os anos 70, com programas de colonização, abertura de estradas e incentivos fiscais direcionados à pecuária, à mineração e à exploração madeireira são inevitavelmente os que hoje têm uma cobertura florestal mais reduzida. Isso é válido para o Pará, Maranhão, Rondônia e Mato Grosso (CASTRO; MONTEIRO; CASTRO, 2004).

No período de 1974 a 1991, referem Ribeiro e Castro, (2008, p. 193), o desmatamento da Amazônia passou de “12 milhões para 42,6 milhões de hectares. A partir de 2001, estima-se que ultrapassou os 60 milhões” Mais uma vez, o Pará estava entre os estados com maior incidência de áreas desmatadas.

Pesquisas do período 2000-2008 revelaram que o Pará havia perdido mais de 80.000 km<sup>2</sup> de floresta nativa e que o desmatamento nesse estado continuava a ser o maior na Amazônia (CORREA; CASTRO, NASCIMENTO, 2013, p. 112).

O desmatamento continuou a avançar na Amazônia nos anos seguintes. Em vista do crescimento da degradação florestal, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) desenvolveu o sistema DEGRAD<sup>271</sup>, para monitorar a Amazônia. Conforme é possível

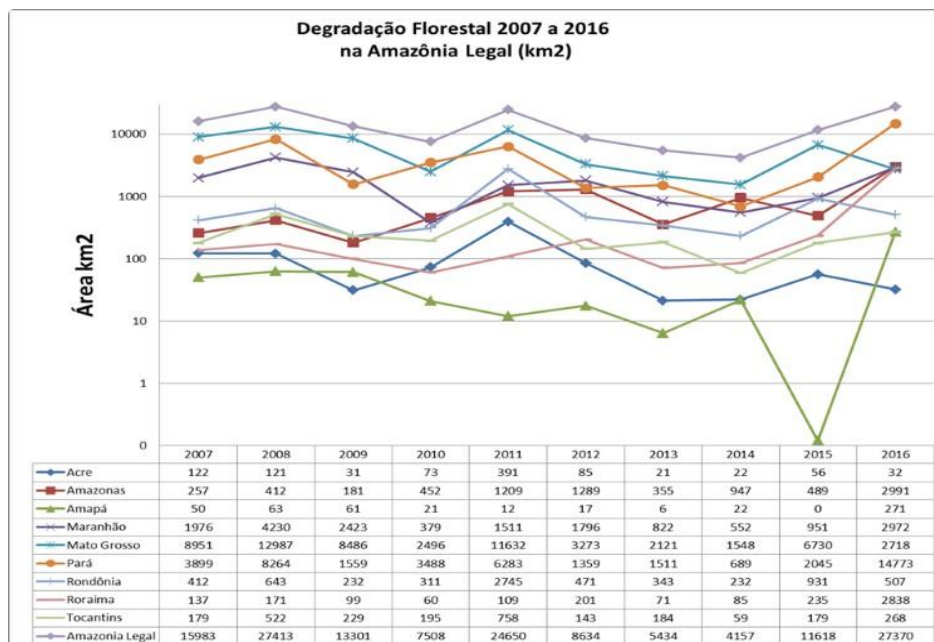
---

<sup>271</sup> O Sistema DEGRAD foi desenvolvido a partir dos dados do DETER, para mapear áreas em processo de desmatamento onde a cobertura florestal ainda não foi totalmente removida, por meio da utilização de imagens dos satélites LANDSAT e CBERS, com objetivo de mapear anualmente áreas de floresta degradada e com tendência a ser convertida em corte raso. Assim como o PRODES, a área mínima mapeada pelo DEGRAD é de 6,25 hectares. O sistema foi descontinuado em dezembro de 2016. Informações foram obtidas em: <http://www.obt.inpe.br/OBT/assuntos/programas/amazonia/degrad>. Acesso em: 25 out. 2019.



visualizar na tabela abaixo, houve acelerado crescimento do desmatamento, especialmente em alguns estados da região, como o Pará, no período de 2007 a 2016:

**Gráfico 5-** Distribuição das Áreas Degradadas por Estado



**Fonte:** INPE/DEGRAD

Dados recentes, produzidos pelo INPE/Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (Prodes), em novembro de 2019, informam taxa de desmatamento de 9.762 km<sup>2</sup> nesse ano, por corte raso, prevista para os nove estados da Amazônia Legal, o que corresponde a um aumento de 29,54% em relação a 2018, quando foi de 7.536 km<sup>2</sup><sup>272</sup>. De acordo com as estimativas, o estado do Pará ocupa a liderança do desmatamento por corte raso, com quase 40% (39,56%), de toda a Amazônia Legal:

<sup>272</sup> Os dados podem ser obtidos em: [http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod\\_Noticia=5294](http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=5294). Acesso em: 10 dez. 2019.

**Tabela 31-** Desmatamento por corte raso na Amazônia Legal

Estado	PRODES 2019 (km <sup>2</sup> )	Contribuição (%)
Acre	688	7,05
Amazonas	1.421	14,56
Amapá	8	0,08
Maranhão	215	2,20
Mato Grosso	1.685	17,26
Pará	3.862	39,56
Rondônia	1.245	12,75
Roraima	617	6,32
Tocantins	21	0,22
<b>AMZ. Legal</b>	<b>9.762</b>	<b>100,0</b>

Fonte: INPE/Prodes

Os dados de 2019 tornam-se ainda mais críticos quando comparados aos do ano anterior, devido à elevada variação percentual positiva nos estados de Roraima (216,4%), Acre (55%), Pará (40,7%), Amazonas (36%) e Mato Grosso (13,1%). Esses três últimos, acrescidos do estado de Rondônia, representam 84,13% de todo o desmatamento observado nas cenas prioritárias<sup>273</sup>.

Ao analisar o desmatamento nos seis municípios da Amazônia Legal que compõem a Região de Integração (RI) do Tapajós, com acréscimo do município de Santarém, que formalmente integra a RI do Baixo Amazonas, obtém-se, na comparação entre os anos de 2007 e 2018, os seguintes dados disponibilizados pelo INPE/Prodes:

<sup>273</sup> De acordo com o Prodes, as 99 cenas selecionadas como prioritárias atendem a três critérios: 1) cobrir a região onde foram registrados pelo menos 90% do desmatamento no período anterior do PRODES (agosto/2017 a julho/2018); 2) cobrir regiões onde foram registrados pelo menos 90% dos avisos de desmatamento do DETER 2018/2019; e 3) cobrir os 39 municípios prioritários para fiscalização referidos no Decreto Federal 6.321/2007 e atualizado em 2018 pela Portaria nº 428 do MMA. Disponível em: [http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod\\_Noticia=5294](http://www.inpe.br/noticias/noticia.php?Cod_Noticia=5294). Acesso em: 16 dez. 2019

**Tabela 32-** Desmatamento em municípios da Amazônia Legal – 2007 e 2018

Município	Área (km <sup>2</sup> )	Desflorestamento até 2007 (%)	Incremento 2006/2007(%)	Florestas até 2007(%)	Desflorestamento até 2018 (%)	Incremento 2017/2018(%)	Florestas até 2018(%)
<b>Itaituba</b>	62.095	4383.8 (7,06%)	121,1(0,20%)	54851.7(88,34%)	5664.8(9,12%)	98.4(0,16%)	52650.5(84,79%)
<b>Novo Progresso</b>	38.183	4715.3(12,35%)	348.1(0,91%)	29672.7(77,71%)	6288.8(16,47%)	194.2(0,51%)	28271.3(74,04%)
<b>Trairão</b>	11.997	974.3(8,12%)	66.5(0,55%)	10673.9(88,97%)	1463.4(12,20%)	56,1(0,47%)	9123.5(76,05%)
<b>Rurópolis</b>	7.025	1649.5(23,48%)	72.1(1,03%)	5327.5(75,84%)	2053.2(29,23%)	52.2 (07,74%)	4904.4(69,81%)
<b>Aveiro</b>	17.089	1060.5(6,21%)	33.6 (0,20%)	15064.2(88,15%)	1318.8(7,72%)	21.9(0,13%)	13559.5(79,35%)
<b>Jacareacanga</b>	53.397	1272.9(2,38%)	32.3(0,06%)	45442.0(85,10%)	1600.2(3%)	52.7(0,10%)	45411.4(85,04%)
<b>Santarém</b>	22.890	4448.3(19,43%)	39.0(0,17%)	12472.4(54,49%)	4804.5(20,99%)	38.9(0,17%)	10884.5(47,55%)

Fonte: INPE/Prodes.

Observa-se, conforme os dados acima, que o desflorestamento cresceu significativamente em todos os municípios da RI do Tapajós, assim como em Santarém, no período 2007-2018, gerando por consequência a redução das florestas.

Quanto ao incremento do desmatamento, os dados revelam que foi maior entre os anos de 2006/2007, na comparação com os anos de 2017/2018, à exceção de Jacareacanga. Entretanto, o crescimento das áreas desmatadas e a redução das florestas entre 2007 e 2018 indicam que as medidas governamentais tomadas a partir de 2006/2007, com a criação de UCs, que contribuíram inicialmente para reduzir a velocidade do desmatamento, não tiveram efeito mais prolongado, em decorrência das dinâmicas econômicas que vêm ocorrendo na região desde então. Considerando a intensificação da grilagem de terras, os novos empreendimentos previstos, a redução das áreas das UCs para dar lugar aos grandes projetos e ao agronegócio, além do projeto de lei do governo federal para liberar atividades minerárias em TIs, o quadro do desmatamento tende a se agravar ainda mais, tanto em Itaituba como em outros municípios do entorno da rodovia Santarém-Cuiabá.

Na região da BR-163, estão localizadas dez das UCs mais desmatadas, conforme o Instituto Socioambiental (ISA), como a Flona de Itaituba II, a Flona de Trairão, o Parque Nacional do Jamanxim, constantes da tabela abaixo, em que o estado do Pará se destaca quanto ao aumento do desmatamento, entre 2018 e 2019:

**Tabela 33-** UCs Federais mais desmatadas

### UCs federais mais desmatadas

Entre agosto de 2018 e julho de 2019

UC Federal	Estado	Desmatamento 2019 (ha)	Aumento entre 2018 e 2019 (%)
FLONA do Jamanxim	PA	10,097.83	37%
RESEX Chico Mendes	AC	7,511.90	207%
APA do Tapajós	PA	6,568.60	63%
ESEC da Terra do Meio	PA	3,077.05	144%
FLONA de Altamira	PA	2,669.87	18%
REBIO Nascentes da Serra do Cachimbo	PA	1,430.70	262%
FLONA de Itaituba II	PA	1,167.83	-23%
FLONA do Bom Futuro	RO	876.25	408%
RESEX Verde para Sempre	PA	753.55	17%
FLONA do Aripuanã	AM	738.06	251%
PARNA do Jamanxim	PA	626.14	124%
FLONA do Amanã	PA/AM	524.50	44%
RESEX Riozinho do Anfrísio	PA	501.03	60%
PARNA Pacaás Novos	RO	392.01	1352%

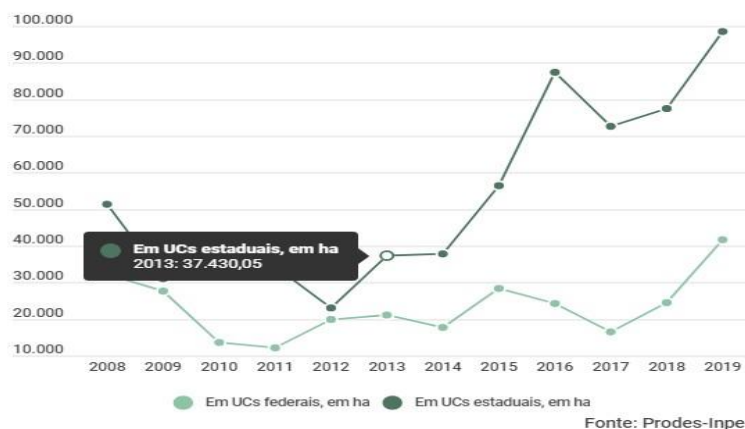
**Fonte:** Instituto Socioambiental

O período acima contempla os sete primeiros meses do “efeito Bolsonaro”, como refere o ISA, que está trazendo como consequências o “aumento da destruição da maior floresta tropical do planeta”, o aquecimento do mercado ilegal de terras públicas e impulsionando o desmatamento em UCs. O título da matéria em que são apresentados os resultados dos estudos do ISA, “Na Amazônia, a floresta está à venda”<sup>274</sup>, reflete a gravidade da situação.

Quando observada a evolução anual do desmatamento em UCs federais e estaduais, de 2008 a 2019, evidencia-se o crescimento no último ano:

<sup>274</sup> A matéria está disponível em: <http://amazonia.org.br/2019/12/na-amazonia-a-floresta-esta-a-venda/>. Acesso em: 10 jan. 2020.

**Gráfico 6-** Evolução anual do desmatamento  
**Evolução anual do desmatamento**



**Fonte:** Prodes – INPE

Quanto ao desmatamento em TIs, em grande parte relacionado à exploração mineral, tanto pelos dados que comprovam a invasão de terras indígenas ligados à extração ilegal, como pelos processos de requerimento de áreas em curso nos órgãos federais, a situação tende ao agravamento irreversível, caso venham a ser concedidas as áreas.

De acordo com o ISA, com base em dados da ANM, de 2019, há 28 milhões de hectares de áreas requeridas para atividades minerárias no Brasil, o que representa 25% do total das áreas de TIs do país. Quanto ao Pará, a situação é potencialmente muito mais séria, pelo fato de os requerimentos em TIs corresponderem a 51,04% dos processos apresentados para todos os estados do país. Os demais estados são, por ordem decrescente de pedidos, Amazonas (21,88%), Roraima (14,58%), Rondônia (6,25%), Bahia (1,04%) e 5,21% para outros em menor número.

Outros dados importantes, baseados nas mesmas fontes, dizem respeito à exploração das principais substâncias minerais solicitadas naqueles processos, pois as dez mais requeridas representam 77,4% do total, sendo que o ouro corresponde a 51% dos pedidos. As demais substâncias são o estanho (6%), o titânio (3%), o cobre (3%), o tântalo (2%), a areia (2%), o chumbo (2%), o tungstênio (2%), os sais de potássio (1%), e outras 56 substâncias que correspondem a 22% dos requerimentos, o que dá a dimensão da importância do ouro na projeção da exploração e do desmatamento.

A TI Munduruku é a sétima do país em número de processos minerários, entre os 129 protocolados, em que estão sendo requeridos 34,91%, 831.478,63 ha, do total da área da TI, que possui 2.381.800,00 ha.

Quanto às atividades que mais desmatam atualmente, Oliveira (2017) anuncia que:

[...] Hoje, o desmatador não é exatamente o pecuarista, pois muitos dos maiores ali instalados cessaram a supressão florestal por volta do início da década de 2000. Hoje, é a grilagem que impulsiona a derrubada de florestas na região [...]. Essa modalidade de desmatamento baseia-se, resumidamente, na aquisição de áreas de floresta, seguida da derrubada, formação de pastagem e, enfim, da venda da área. Altamente lucrativa, a atividade beneficia-se do fato de a terra ter um aumento de preço vertiginoso após a substituição da floresta por pastagens (OLIVEIRA, 2017, p. xxiv-xxv).

De acordo com as pesquisas do ISA relativas ao período 2018/2019, publicadas naquela matéria, o “perfil dos ocupantes das áreas é variado”, havendo comerciantes, grileiros, organizações criminosas. Há, entretanto, dois elementos comuns a esses ocupantes, segundo o ISA, que são o de serem “beneficiários do fluxo da soja” e o de terem a facilidade de acesso aos mercados externos pela BR-163.

A centralidade da terra, em especial das terras públicas, frente ao dinamismo do mercado, é analisada por Costa (2017) ao detalhar a série de ilegalidades, lacunas e inconsistências na gestão do Estado, que potencializa o desmatamento das florestas:

O mercado de terras novas transforma a natureza originária, um ativo público específico de alta relevância estratégica, em terras desmatadas: nutre-se de terras públicas e, para cumprir seus propósitos, aniquila as florestas. Seus mecanismos são ilegais, possíveis devido às inconsistências institucionais, desde a inexistência ou a incoerência das informações sobre os diversos ativos fundiários, passando por sobreposições ou lacunas nas jurisdições e domínios que sobre eles prevalecem, até as dificuldades em conter seus usos impróprios e deletérios. Todas essas questões devem ser objeto de ação política (COSTA, 2017, p. 68).

O desmatamento e a questão fundiária com a apropriação ilícita de terras públicas são, portanto, questões imbricadas, conforme analisam vários pesquisadores que têm se dedicado ao estudo da região, sendo fundamental resolver a grilagem. Em outros municípios ao longo da BR-163, que não Itaituba, identificam Torres, Doblás e Alarcon (2017):

Esquemas de desmatamento [são] observados no entorno de Novo Progresso e Castelo de Sonhos, voltados principalmente à pecuária e à especulação fundiária. Como se verá, na região, o desmatamento não se separa da questão fundiária ou, mais especificamente, das dinâmicas de apropriação de terras públicas, de modo que ações que busquem coibi-lo sem a proporcional atenção ao combate da grilagem de terras públicas estarão fadadas ao fracasso. (TORRES, DOBLAS; ALARCON, 2017, p. 75).

Asseguram também os autores que “a grilagem é a maior responsável pelo desmatamento, mais do que a pecuária, que ocupou esse papel até o ano 2000. Hoje, é a

grilagem que impulsiona a derrubada de florestas na região”, porque “a terra desmatada não só aumenta muito de preço, como muitas vezes ganha a condição de ‘vendável’. O comprador das terras griladas e desmatadas, este sim, é o pecuarista” (TORRES; DOBLAS; ALARCON, 2017, p. 75). Os autores chamam a atenção para a morosidade, ou talvez inconcretude perene, após quase uma década da promessa de criação de sistema público de registro de imóveis, com cadastro único dos imóveis rurais, “interligando órgãos públicos com atuação fundiária, cartórios e Poder Judiciário” (2017, p. 24), medida essencial para combater a grilagem e, portanto, grande parte do desmatamento ilegal.

A falta de investimentos do Estado na integração entre sistemas informatizados e entre os órgãos das várias esferas de governo, que poderia possibilitar efetividade no combate ao desmatamento, à grilagem e às demais ilegalidades, é confirmada pelos representantes dos órgãos de controle ambiental, local e regional, ouvidos em Itaituba.

Na esfera federal, a dirigente do ICMBio/ NURE Itaituba, responsável por doze UCs – sendo 07 Florestas Nacionais, 01 APA, 01 Reserva Biológica e 03 Parques Nacionais-, fala com clareza a respeito das relações entre os órgãos:

Entre os níveis federal, estadual e municipal tem pouquíssima, ou nenhuma, integração. Por mais que se tente, há diretrizes diferentes [...]. Nós, do ICMBio, temos uma limitação muito grande porque não temos acesso ao Documento de Origem Florestal (DOF)<sup>275</sup> e não conseguimos fazer esse *link*. Encontramos muita madeira explorada ilegalmente, ao sair das nossas atividades de fiscalização nas UCs. A Flona do Jamanxim e a Flona Itaituba II, [ao que tudo indica], são as que têm um número maior desse tipo de problema, de autos de infração, em que é encontrado transporte de madeira. Mas não conseguimos ‘linkar’ com o plano de manejo, porque não temos acesso ao DOF, às informações do governo do estado do Pará, que acho que tem um sistema diferente, o Sisflora<sup>276</sup>. Por isso, não conseguimos fazer outras investigações e ações de inteligência [...]. Sentimos muita falta de outros órgãos do governo aqui, tanto no nível federal quanto estadual, e acho que isso contribui muito para as coisas terem se instalado como são aqui. A falta de governança que existe aqui no território é algo que potencializa os vários conflitos. Há lugares em que não se vê um único órgão chegar até ali. Acabam colocando os agentes nesses lugares sem ter o devido aparato para conseguir realizar as atividades. Aqui vejo o problema dessa falta de governança com a instalação das várias atividades e, depois, quando se tenta fazer alguma ação

<sup>275</sup>O DOF, de acordo com o Ibama, foi instituído pela Portaria nº 253/2006, do MMA, e constitui licença obrigatória para o transporte e armazenamento de produtos florestais de origem nativa, inclusive o carvão vegetal nativo, contendo as informações sobre a procedência desses produtos, nos termos do art. 36 da Lei nº 12.651/2012, a Lei de Proteção da Vegetação Nativa. A emissão do documento de transporte e demais operações são realizadas eletronicamente por meio do sistema DOF, disponibilizado via internet pelo Ibama. Informações disponíveis em: <https://www.ibama.gov.br/flora-e-madeira/dof/o-que-e-dof#sobreodof>. Acesso em: 30 nov. 2019.

<sup>276</sup> 187 O Sisflora, de acordo com a SEMAS/PA, é o Sistema de Comercialização e Transporte de Produtos Florestais, que tem como objetivo auxiliar e controlar a comercialização e o transporte de produtos florestais no Estado. Informação disponível em: <https://monitoramento.semas.pa.gov.br/sisflora/>. Acesso em: 30 nov. 2019.

para ordenar minimamente é bem mais difícil, depois que já está tudo instalado (informação verbal).<sup>277</sup>

Os problemas relatados pela dirigente regional do ICMBio quanto à atuação estatal, ao final da segunda década deste século, não são distintos daqueles que foram identificados por Castro (2007), ao debater acerca das improváveis ações concretas do Estado no início da implementação do Plano BR-163 Sustentável, em vista da desarticulação política e operacional entre os órgãos:

Em alguns casos, há problemas decorrentes da duplicidade de ações, ou da ausência destas, porque os órgãos que devem atuar em determinada situação não tomam decisões fundamentais. Isso acontece com as unidades de conservação localizadas na BR-163, nas quais continuam a chegar famílias de agricultores para ali se instalar, ao mesmo tempo que permanecem as fazendas e a criação de gado. Essas situações suscitam dúvidas e, por vezes, divergências dentro do próprio aparelho de Estado, o que impede uma maior agilidade e eficácia na implementação do Plano BR-163 Sustentável, apesar de ser condição essencial para reduzir os conflitos de interesses e para a criação de possibilidades efetivas de desenvolvimento e sustentabilidade na região (CASTRO, 2007, p. 118).

Quanto à relação entre a atividade garimpeira e o desmatamento, assegura a dirigente do ICMBio que constitui um dos principais problemas na região, pelo fato de Itaituba ser uma província aurífera, o que faz com que sofra interferências diretas do mercado internacional do ouro. Relata também que, principalmente nos últimos anos, a elevação do valor do ouro no mercado levou ao aumento “absurdo” da exploração e da abertura de novos garimpos, o que vem sendo constatado pelo órgão na APA do Tapajós, assim como nas Flonas, UCs em que não é permitida a exploração minerária. As Flonas do Jamanxim, de Altamira, do Crepori e do Amaná são as que mais têm sofrido os impactos da mineração e as atividades garimpeiras continuam crescendo celeremente. Em âmbito municipal, os agentes ligados à Semma, ouvidos na pesquisa, foram taxativos, do mesmo modo, quanto aos impedimentos gerados pelo próprio poder estatal. Assegura uma das chefias entrevistadas que:

As informações não têm sido repassadas neste novo governo. Até mesmo documentos internos que deveriam estar nos setores não estão. É muito difícil fazer o controle da continuidade do trabalho quando a gestão se porta desta maneira. Esta foi a pior gestão municipal que já tivemos até o momento. Não temos conhecimento do que está acontecendo e está sendo muito difícil [o trabalho] (informação verbal).<sup>278</sup>

<sup>277</sup> Dirigente do ICMBIO/Núcleo Regional de Itaituba, em entrevista concedida à autora em 25.04.2019

<sup>278</sup> Agente da Semma, em entrevista concedida à autora em 23.04.2019.



Ao ser questionada sobre os dados e dinâmicas do desmatamento em novas áreas do município nos últimos anos, a entrevistada afirma que:

Hoje é até difícil dar uma posição, porque antes fazíamos o acompanhamento mensal das áreas, mas com o novo governo não conseguimos fazer porque nem os boletins que recebíamos para fazer as atualizações estamos recebendo. Então, não sabemos em quanto aumentaram as áreas desmatadas, pois não está sendo possível fazer a ligação entre foco e desmatamento. Portanto, oficialmente, não é possível informar se aumentou, permaneceu, ou se diminuiu o desmatamento. Informalmente, podemos dizer que as situações permanecem [...]. Com a falta de fiscalização deve aumentar, porque quando o trabalho é feito continuamente a tendência é que diminua o índice de desmatamento. Quando os desmatadores veem a presença da fiscalização na área sentem a pressão e recuam [...]. Na área ambiental, está meio descontrolado, muito descontrolado, tanto no nível do cidadão, quanto no nível dos órgãos [...]. Estamos amarrados, na verdade. Então, vira um caos (informação verbal).<sup>279</sup>

O balanço das atividades de controle ambiental por aqueles que atuam na ponta da atividade estatal em momento crucial do desmatamento da floresta, a falta de informações, a proposital desintegração entre os órgãos e o desinteresse do Estado de investir na conexão entre sistemas – alguns já existentes – que possibilitem ações inteligentes e ágeis, capazes de impedir as ações criminosas que vêm ocorrendo em toda a região de Itaituba, levando à devastação e ao aumento dos conflitos sociais, são provas irrefutáveis de que é o Estado neoliberal que age deliberadamente e de forma arbitrária em defesa dos interesses do capital.

No limite extremo da irresponsabilidade criminosa, ocorreu no dia 10 agosto de 2019 o que ficou conhecido como o “dia do fogo”. Embora também em relação a esse fato a data esteja além do limite definido na pesquisa, constitui a confirmação e o agravamento dos temores anunciados pelos agentes do campo social. Embora o INPE/Prodes tivesse alertado para o avanço acelerado das queimadas e desmatamentos em várias áreas da Amazônia e especificamente ao longo da BR-163, não houve nenhuma ação do governo federal no sentido de evitar a catástrofe e os crimes praticados, embora o Ibama tivesse sido formalmente notificado sobre a ação organizada.

No dia 08 de agosto de 2019, o Procurador Paulo de Tarso Oliveira, do MPF/Procuradoria da República do Município de Itaituba<sup>280</sup>, formalizou documento para o Ibama tratando sobre a ação premeditada pelos produtores rurais da região para promover

---

<sup>279</sup> Agente da Semma, em entrevista concedida à autora em 23.04.2019.

<sup>280</sup> Matéria do MPF sobre o assunto está disponível em: <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/mpf-apura-aumento-no-desmatamento-e-nas-queimadas-na-floresta-amazonica-em-investigacoes-em-santarem-itaituba-altamira-e-belem>. Acesso em: 15 out. 2019

queimadas em grandes áreas e exigindo providências. O IBAMA alegou que não obteve apoio da Polícia Militar do Estado do Pará, nem da Força Nacional de Segurança, para evitar que o crime se perpetrasse.

Na matéria publicada no dia 22 de agosto de 2019, o MPF informa que:

De acordo com o Inpe, Novo Progresso teve 124 registros de focos de incêndio no “dia do fogo”, um aumento em 300% em relação ao dia anterior. No dia seguinte foram 203 focos. Em Altamira, os satélites detectaram 194 focos de queimada em 10 de agosto e 237 no dia seguinte, um aumento impressionante de 743% nos focos de incêndio (MPF, 2019).

Os fatos levaram a reações de várias partes do mundo, mas os danos sociais e ambientais produzidos pela destruição da floresta seguirão, sem que os criminosos, inclusive os representantes do Estado, que se omitiram para favorecer os responsáveis diretos, sejam punidos. O que se tem de concreto do governo federal após esse dia são novos projetos para que haja a destruição da floresta, da cultura e das formas de vida de povos tradicionais e ribeirinhos, assim como a liberação da exploração mineral em terras indígenas.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Contrastes de uma década desumana, mas de muita luta: investimentos extraordinários x miséria, devastação e violência

A opção por estabelecer, no trabalho, o ‘diálogo’ entre pensadores de diferentes vertentes do pensamento e da ciência crítica, inserindo contribuições muito importantes e afins, como debatido no primeiro capítulo, demonstrou-se profundamente enriquecedora quanto aos aportes teóricos trazidos para fundamentar a análise na pesquisa. O fato de terem sido explicitadas, de início, algumas das divergências mais importantes entre as correntes de pensamento a que estão vinculados esses intérpretes sociais constituiu uma espécie de chave de acesso aos pontos de convergência, por se situarem todos eles no mesmo campo da crítica ao sistema capitalista e suas formas de dominação.

Assim, contribuições centrais dos autores quanto à análise da atual fase da acumulação capitalista, das formas de dominação global, do Estado capitalista como partícipe ativo das forças e dos poderes neoliberais, bem como dos processos emancipatórios conduzidos por movimentos de contrarreação, que se articulam e estabelecem estratégias mundialmente (FOUCAULT, 1999; WALLERSTEIN, 1999; DARDOT; LAVAL, 2016; CASTELLS, 2013), deram sustentação teórica ao debate. E, fundamentalmente, também possibilitaram o estabelecimento do diálogo de tais proposições com as informações, análises e dados trazidos por diferentes fontes durante a pesquisa documental, assim como com as interpretações enunciadas pelos agentes dos campos social, político e econômico que participaram da pesquisa de campo.

A colonialidade do poder e as relações neocoloniais (BHABA, 1998; QUIJANO, 2000, 2005; MIGNOLO, 2005, 2008; GROSFUGUEL, 2009; PORTO-GONÇALVES, 2005; RIBEIRO E PRAZERES, 2015; CASTRO, ALONSO, NASCIMENTO, 2016; CASTRO, 2017), abordagens que provêm das teorias pós-coloniais e decoloniais, foram debatidas e consideradas deveras pertinentes, frente às formas de dominação impostas tanto pelo Estado como por poderosos agentes privados do capitalismo mundial aos povos, culturas e à natureza da região em que se insere o município de Itaituba, no oeste do Pará.

Constata-se que tais relações permanecem presentes na nova ordem mundial, que mantém aquela sub-região da Amazônia dominada como território colonial (BHABA, 1998; SANTOS, 2009; QUIJANO, 2005; CASTRO, 2017), sobre o qual prevalecem os interesses dos que detêm o poder político-econômico hegemônico, globalmente. Não se trata, porém, esse é o entendimento, como referido anteriormente, da subjugação das estruturas de poder do Estado

brasileiro e das elites político-econômicas às determinações do sistema capitalista, quanto à subalternidade do país na geopolítica mundial. O que se verifica é a reprodução interna, por esses grupos de poder nacionais, de padrões de dominação absorvidos desde os tempos coloniais, reatualizados constantemente. Tais padrões estabelecem, como analisado ao longo do trabalho, fronteiras raciais, étnicas, culturais, para firmar a opressão que faz parte da história do país e da região (QUIJANO, 2005; GROSFOGUEL, 2009).

Outra dimensão abordada no trabalho diz respeito às múltiplas ilegalidades que ocorrem na região, caracterizando o poder que se estabelece à força (FOUCAULT, 1999; SANTOS, 2009; CASTRO, 2017) e afronta direitos conquistados à custa de muitas outras lutas que foram vitoriosas.

As práticas criminosas não são novas na região, muito pelo contrário. Os entrevistados ressaltam, no entanto, que o agravante para o recrudescimento permanente das incontáveis ilegalidades se deve à impunidade frente às atrocidades cometidas, que incluem violações como trabalho escravo; racismo contra indígenas e comunidades tradicionais; genocídio de etnias do Tapajós; assassinatos de trabalhadores rurais e de lideranças dos movimentos sociais e indígenas; deslocalização forçada de populações regionais, para liberar grandes áreas que passam a ser destinadas aos megaempreendimentos; pilhagem das riquezas da região; sonegação do acesso aos bens naturais pelos povos da região.

Conforme se constata ao longo do estudo, a ordem jurídica e institucional estatal está a serviço dos interesses das elites políticas e econômicas, ressaltando raras e honrosas exceções, e, mesmo quando as práticas são acintosamente ilegais, o Estado permanece omissivo, quando não diretamente conivente, como amplamente denunciado pelos agentes sociais e demais fontes indicadas (CASTRO, 2007; RIBEIRO; CASTRO, 2008; ARAÚJO *et al.*, 2008; TORRES, DOBLAS; ALARCON, 2017).

O contexto social e político da região, retomando a definição de Foucault (1999, p. 21-23), é de uma “guerra constante”, “sob o véu de pretensa paz civil”. Nas primeiras décadas deste século, observam os entrevistados, à voracidade na exploração predatória que caracteriza o modelo neoextrativista (CASTRO, 2007; GUDYNAS, 2011; ACOSTA, 2016; ZHOURI, BOLADOS; CASTRO, 2016; CASTRO, ALONSO; NASCIMENTO, 2016; CASTRO, 2017) alia-se outro aspecto que tem sido determinante para dificultar a organização das forças sociais contrárias a esse dinamismo: a articulação de grandes capitais em várias frentes de investimentos na região, simultaneamente.

Ao mesmo tempo que prossegue a construção de portos – implicando alterações na atividade pesqueira, desmatamento de grandes áreas e ocupação de terras que abrigam

valiosopatrimônio histórico, como sítios arqueológicos de grande valor cultural na região –, estão em curso megaprojetos, como o do Complexo Hidrelétrico do Tapajós, privilegiando a construção de UHEs de grande porte, que, se vierem a ser concretizadas, alagarão e destruirão comunidades inteiras, plantações, várias espécies de peixes e de animais raros e grandes áreas da floresta amazônica, transformando toda a vida e o equilíbrio ambiental ao redor.

Há também a derrubada da floresta (MONTEIRO; CASTRO, 2004; CASTRO, 2007; CASTRO, OLIVEIRA, 2005; TORRES; DOBLAS; ALARCON, 2017) para o incremento da plantação da soja por latifundiários que se apropriam de terras, cuja origem é ilegal em grande parte dos casos, mostrando-se cada vez mais interessados em fazer prosperar a cadeia carne-grãos, além de madeireiros, que vêm intensificando a extração e a comercialização ilícita de madeiras nobres, e de garimpeiros, que exploram predatoriamente o ouro e outros metais preciosos em áreas proibidas, gerando contaminação das águas dos rios, doenças e morte. Em relação à atividade minerária, o agravamento dos problemas inclui a instalação de grandes corporações transnacionais, que retiram riquezas minerais de Itaituba sem controle por parte das instituições estatais, antes mesmo de os estudos de impacto ambiental serem feitos e aprovados.

A esses fatos somam-se outros impactos socioambientais causados pelo término do asfaltamento, duplicação de trechos e intensificação do transporte de grãos pela BR-163, além de um sem-número de irregularidades nos contratos de privatização da rodovia, que absorvem expressivas somas de recursos públicos, beneficiando tão somente grandes empreiteiras. Quanto aos eixos de transporte para o escoamento da produção do agronegócio, há ainda o projeto de construção da Ferrogrão, considerado prioritário pelo atual governo federal, que implica redução de áreas de proteção integral, além de atingir diretamente populações que vivem e produzem no entorno do extenso trecho projetado para a instalação da ferrovia.

Não obstante as profundas transformações e os impactos devastadores para as populações locais/regionais causados por essa avalanche de grandes empreendimentos e ilegalidades, tudo ocorre sem que seja validado o direito de manifestação popular, princípio fundamental em qualquer democracia, cuja supressão caracteriza os processos autoritários sob comando das forças neoliberais. Somente em alguns casos, relatam entrevistados do campo social – da pesca, da mineração, da reforma agrária, dos movimentos indígena e anti-barragem – são engendradas audiências públicas, instrumento desacreditado por todos os entrevistados desse campo, que as consideram como armadilhas, por resultarem habitualmente de manobras para impedir a participação dos que têm posição contrária aos empreendimentos e à exploração predatória.

Tais simulacros de audiências funcionam como um jogo de cartas marcadas, afirmam

os agentes sociais, pois suas proposições não são consideradas nas decisões finais, embora a simples presença deles seja computada para legitimar o que vier a ser aprovado. E se as representações sociais não comparecem, para não compartilhar do que consideram uma farsa, são acusadas de não aceitar o jogo democrático.

Outro agravante que demarca a extensão da irresponsabilidade institucional do Estado (FOUCAULT, 1999; BOURDIEU, 2010, 2014; DARDOT; LAVAL, 2016; QUIJANO, 2002; SANTOS, 2009; SALAMA, 1980) consiste no fato de que muitas decisões são tomadas à revelia do que determinam as leis brasileiras e os acordos internacionais dos quais o país é signatário, como ocorre com a violação dos direitos à participação e à consulta livre, prévia e informada dos povos indígenas e tribais, para que possam exercer influência direta nas decisões que lhes dizem respeito, como definido na Convenção nº 169 da OIT. O mesmo acontece em relação à Convenção de Minamata, que determina o controle do uso do mercúrio para proteger a saúde humana e o meio ambiente nos processos de exploração mineral, cujo descumprimento pelos órgãos do Estado vem provocando inúmeros problemas para as populações locais, decorrentes da garimpagem desordenada na região do Tapajós. São ocorrências amplamente denunciadas e objeto de estudos científicos conclusivos quanto aos crimes que vêm sendo praticados, trazendo danos irreversíveis à vida.

Os fatos acima mencionados, impostos sem que seja dado aos diretamente atingidos o direito de opção e de livre manifestação, são exemplos inegáveis da desdemocratização, conceito utilizado por Wendy Brown e analisado por Dardot e Laval (2016, p. 20). “que consiste em esvaziar a democracia de sua substância, sem a extinguir formalmente” Os autores ressaltam ainda que, na guerra travada pelos grupos oligárquicos, “é preciso enfraquecer as instituições e os direitos que o movimento operário conseguiu implantar a partir do final do séc. XIX” Dardot e Laval (2016, p. 21). Na mesma direção, Quijano (2002, p. 11) denuncia a desdemocratização e a desnacionalização dos Estados dependentes, “que se converteram em agências político-administrativas do capital financeiro mundial e do bloco imperial mundial”.

Importante destacar que os dados e informações obtidos a partir de diferentes fontes, como estudiosos e instituições de pesquisa com respeitável trajetória de investigação social na Amazônia, além daqueles produzidos pelas próprias instituições governamentais, possibilitam afirmar que as denúncias, informações e interpretações dos entrevistados durante esta pesquisa são absolutamente procedentes quanto às dinâmicas capitalistas e as consequências socioambientais na região. Ainda que possa parecer paradoxal em relação ao trabalho de campo, a constatação da procedência das informações coletadas *in loco* se deve tanto às contribuições dos agentes do campo social quanto às dos agentes dos campos político e econômico. Os primeiros, do campo social, por terem sido bastante consistentes em suas afirmações, além de

terem apresentado documentos, relatado fatos públicos e conflitos amplamente divulgados por estudiosos da região, por órgãos como o MPF e o MPE, bem como pela mídia, conforme consta das fontes indicadas ao longo do trabalho. Em relação aos agentes dos campos político e econômico, a contribuição se deve, às avessas, pela defesa intransigente do modelo econômico, por negarem os desastres socioambientais que estão acontecendo, assim como porque contraditam, com suas afirmações, fatos públicos e notórios, como os direitos dos povos tradicionais e os conflitos sociais que têm ocorrido na região desde 2007.

Vale registrar, também, que grande parte das contribuições da pesquisa de campo que reafirmam limites, críticas e implicações das ações governamentais, tiveram como fontes dirigentes de instituições do próprio Estado, que, por integrarem o corpo técnico dos órgãos – municipais, estaduais ou federais –, e não o *staff* dirigente, conhecem de perto as dificuldades encontradas no cotidiano de suas funções, revelam a deliberada falta de condições para o exercício adequado do trabalho previsto nas leis e normas brasileiras e avaliam criticamente os limites impostos pela direção político-administrativa dos órgãos.

Quanto aos processos e embates políticos que vêm ocorrendo na região e especificamente em Itaituba, considera-se relevante observar um aspecto analisado no 3º capítulo e ressaltado por lideranças dos movimentos sociais e associações indígenas, que diz respeito à orientação no sentido de manter distanciamento dos partidos políticos Castells (2013). A percepção trazida por essas lideranças é a de que as instituições partidárias têm atuado muito mais para usufruir do poder de mobilização que os movimentos sociais possuem, em especial durante processos eleitorais, do que propriamente para fortalecê-los como campos autônomos, o que finda por reprimi-los, especialmente quando ocorrem divergências quanto às orientações emanadas pelas lideranças partidárias. A crítica se dá também pela tentativa de cooptação das lideranças dos movimentos sociais para ocupar cargos nas estruturas de poder nas quais os partidos políticos atuam (WALLERSTEIN, 1999).

Ao analisar os últimos dez anos, as lideranças sociais da região apontam que o atrelamento aos partidos políticos representou a subversão do princípio fundamental que deve reger os movimentos sociais e indígenas – o da autonomia. Não obstante a crítica feita às organizações partidárias, observa-se que os entrevistados, como abordado no 3º capítulo, também fazem autocrítica explícita ao referirem situações em que os próprios líderes dos movimentos sociais cedem às barganhas políticas para ocupar cargos nas estruturas dos Poderes Executivo e Legislativo, ou mesmo na burocracia dos partidos políticos. Outro viés da interpretação, ressaltado pelos representantes dos movimentos sociais, vincula-se aos sindicatos de trabalhadores que, segundo avaliam, mesmo quando atuam fora das estruturas de

governo, têm sido muito pouco contundentes nos embates travados desde 2007, distanciando-se, cada vez mais, de suas bases, o que também não os têm levado a fazer autocrítica, até então.

Apesar das crises sociais e político-econômicas por que tem passado o país, e talvez pelas reflexões propiciadas justamente pelas profundas instabilidades e conflitos sociais do período 2007-2019, apreende-se a preocupação e o cuidado, por parte de importantes lideranças, no sentido de manter o equilíbrio e o respeito às diferenças e às discordâncias que surgem no interior do campo social, para que haja o fortalecimento da democracia. Isso porque, estando à frente de movimentos sociais e indígenas da região, percebem-se como plurais, não vinculados a uma única orientação partidária, nem a ideias que se apresentem como ‘verdades absolutas’, e, por optarem pela participação em redes de solidariedade e de resistência, têm consciência de que é preciso estar mais abertos às divergências para construir os entendimentos possíveis. São caminhos que buscam fortalecer uma nova cultura de resistência, que empunha outras armas.

Como as redes sociais das quais participam diferentes entidades e movimentos de resistência são ágeis e abrangentes, os entrevistados afirmam que os enfrentamentos demandam decisões rápidas, que sejam capazes de respeitar definições coletivas e, ao mesmo tempo, dimensionar as possibilidades locais e regionais de ação. Justamente por isso, de acordo com as lideranças sociais ouvidas, é preciso assuntar a cada novo enfrentamento as perspectivas e estratégias de avanço, ou mesmo de ruptura com a ordem estabelecida, de modo a fortalecer o poder coletivo contra-hegemônico.

A compreensão da dimensão expandida das lutas e da complexidade dos enfrentamentos, constata-se, tem levado à preocupação relatada por grande parte dos entrevistados do campo social da região de ampliar estudos para o entendimento das questões mundiais que se vinculam às que são por eles experienciadas. Daí porque são mencionadas alianças que os movimentos sociais vêm buscando fortalecer com outros movimentos e entidades, em âmbito nacional e mundial, assim como com pesquisadores e estudiosos do campo crítico que estejam empenhados em analisar as dinâmicas que vêm ocorrendo e a debater possíveis caminhos a serem trilhados, em conjunto e respeitando os saberes produzidos por quem conhece a região e os processos de luta.

Os novos mecanismos de luta e de resistência (WALLERSTEIN, 1999; BHABHA, 1998; GROSGOUEL, 2009; SANTOS, 2009; CASTELLS, 2013; CASTRO, 2017) contra as imposições do capitalismo neoliberal foram aprofundados no 3º capítulo do trabalho, e os representantes das diferentes frentes de insurgência, a partir dos seus lugares de fala, enumeram perspectivas e estratégias, algumas delas coincidentes com as dos demais.

O líder religioso de Trairão considera a perda de territórios como questão-chave, quer



para indígenas e quilombolas, quer para assentados da reforma agrária, pescadores em seus ‘territórios de pesca’ e trabalhadores extrativistas. Na mineração, assegura a liderança do MAM, as questões que envolvem a terra passam necessariamente, no atual contexto da economia mundial, pela contenção da sanha extrativista mineral. Para as mulheres indígenas, a garantia dos territórios é a base para todos os demais direitos e a estratégia envolve a união dos povos de várias etnias, reunindo “um povo maior” e mais forte para lidar com os inimigos comuns. De acordo com a dirigente da CPT da BR-163, a grilagem de terras e o desmantelamento da política de reforma agrária são fatores cruciais para a perda de direitos e a inviabilização das condições de vida dos trabalhadores rurais da região.

Estratégia comum para a organização das resistências consiste também na retomada do ‘trabalho de base’, o que significa que as lideranças do campo social entendem ser necessário, ‘urgentemente’, traçar planos de ação de forma democrática para reaproximarem-se daqueles que representam, isto é, submetendo encaminhamentos e decisões e buscando mobilizar efetivamente todo o conjunto a partir de seus grupamentos menores.

O engajamento da juventude foi mencionado pelo dirigente do MAB como outra estratégia fundamental para fazer avançar a luta no campo popular e para que os jovens possam protagonizar a organização e a mobilização social, enfrentando a ‘decadência de direitos’ que os atinge diretamente, o que pode se dar em qualquer frente de inserção na contraordem, não necessariamente vinculada a esse Movimento.

No entendimento do MAB, a luta contra as grandes barragens no Tapajós deve também acumular forças com as que vêm sendo arduamente conduzidas nos estados de Rondônia, Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso, na região do Xingu, sendo também importante a articulação com os sindicatos dos trabalhadores do setor da energia no país, bem como com outros movimentos sociais e centrais sindicais.

Em todas as frentes de reação contra o modelo capitalista neoliberal, outro ponto destacado, não apenas pelas mulheres que estão à frente das lutas, mas também por todos os homens que integram as entidades e os movimentos do campo social ouvidos na pesquisa, diz respeito ao papel fundamental que essas lideranças da resistência feminina ocupam na direção das associações comunitárias, na organização de trabalhadores rurais, nas etnias indígenas, à frente de sindicatos de trabalhadores rurais, em entidades como a CPT, na luta contra a destruição provocada pela mineração, em defesa da vida e dos direitos das crianças e jovens.

Sob as mais diferentes formas de expressão, mobilização e atuação, os movimentos de mulheres têm liderado muitos dos conflitos sociais na região nas duas últimas décadas.

Vale salientar, também, algo apreendido nas entrevistas com diferentes agentes naquelas

idades do oeste do Pará, que está diretamente vinculado a tudo o que foi detidamente esmiuçado pelas lideranças dos movimentos sociais, indígenas, associações e sindicatos de trabalhadores e de outras entidades: as inquietações, conflitos, contrarreações, mesmo que não tenham sido, ainda, assimilados em toda a amplitude e complexidade pela maioria dos que ali vivem, estão conectados com uma série de frustrações e desencantos com o chamado ‘desenvolvimento’.

É possível mencionar, por exemplo, temores e inconformismos com a cidade antes pacata, agora violenta; com os jovens que se tornaram membros do tráfico de drogas e explodem caixas eletrônicos dos bancos; com as crianças e adolescentes que estão se prostituindo; os agricultores que permanecem sem direito à terra e submetidos a toda forma de violência; os indígenas do Tapajós expulsos de seus territórios e desrespeitados em suas culturas; a água que passa a não ser mais fonte de vida, trabalho e alimento, mas sim, de doença e de morte; o saque às riquezas, que leva ao agravamento da pobreza e da desigualdade social na região.

A constatação, a partir dos entrevistados, que vai aos poucos se ampliando para além das lideranças do campo social, é de que se faz necessário e urgente questionar a lógica que vem provocando as severas transformações – e não os benefícios propagandeados a todo momento por governantes e empresas –, que atingem diretamente os trabalhadores, grupos étnicos e outras parcelas menos favorecidas e historicamente massacradas da região. São indícios de avanço do nível de consciência crítica. É possível, e quanto tempo será necessário para que insatisfações populares se manifestem em ações concretas, incluindo outras parcelas das populações do oeste do Pará nas fileiras dos que estão na luta há muito tempo? São questões complexas que passam por uma série de condicionantes.

Ao analisar o movimento Indignados na Espanha, em 2011, Castells (2013) pondera que “ainda estão para ser exploradas” as formas de ligar as frustrações à ação, de modo que consigam provocar transformações materiais na vida das pessoas e também nas instituições sociais. Porém, argumenta que “a nova política é exatamente isso. Essa busca sincera empreendida pela maioria dos participantes do movimento é ainda uma obra em progresso” Castells (2013, p. 115). Embora em outro contexto social e político, a análise sobre uma “revolução rizomática”, momento de crise político-econômica-social naquele país, traz a importância da construção de novas formas do fazer político, de mudar mentalidades e produzir transformações nas instituições sociais, muito apropriadas ao contexto da presente discussão, que haverá de multiplicar novas raízes e aprofundar as já lançadas, responsáveis por significativas vitórias.

Ao mesmo tempo que as sociedades se deparam com o dinamismo da atual fase da acumulação capitalista e com o caráter normativo do sistema, que, como referem Dardot e Laval

(2016, p. 21), orienta condutas, escolhas e práticas dos indivíduos, o que pode soar como dificuldade intransponível para que ocorram mudanças mais profundas e efetivas, há também no horizonte social a possibilidade de que novas adesões aos espaços de debate e de ação continuem a emergir como reação à virulência das agressões, especialmente por parte dos mais afetados, que levem à ampliação da consciência crítica e a deslocamentos de poder. Nessa direção, a intensificação das ações por parte dos movimentos sociais, populares, indígenas e de trabalhadores, que já possuem acúmulo na longa trajetória de organização e mobilização das forças de resistência na região, seguirá cumprindo papel fundamental.

O discurso neoliberal sobre o desenvolvimento daquela região, que se caracteriza por riquíssimo patrimônio ambiental e sociocultural, desnuda-se e exhibe, à luz do entendimento crítico, toda a sua deformidade, ao se constatar que, após uma década de investimentos públicos e privados extraordinariamente vultosos – nos setores do agronegócio, da mineração, no asfaltamento da BR-163 e na construção de grandes infraestruturas portuárias e afins –, acumulou dados sociais alarmantes de miséria, violência, concentração da riqueza e desigualdade social.

As referências utilizadas no 2º capítulo são, em sua quase totalidade, oficiais, produzidas, portanto, por órgãos governamentais. Categoricamente, os dados e as análises expressam a gravidade do quadro socioeconômico da região do Tapajós. Os indicadores analisados não deixam margem para dúvidas, ao apontar, por exemplo, que o PIB dessa RI ocupava a pior posição entre todas as demais do Pará em 2016; o Índice de Gini continua apontando a concentração da renda; os percentuais da pobreza são muito maiores do que os do Pará e do Brasil; a informalidade do trabalho, diretamente relacionada à dificuldade na obtenção de empregos formais; elevada taxa de mortalidade infantil na região do Tapajós, que ocupou, em 2018, a segunda pior posição entre todas as RIs do Pará, indicando a extrema vulnerabilidade social.

Quanto a Itaituba, considerado município polo da região, para onde vêm sendo destinados os vultosos recursos privados por grandes investidores transnacionais, como analisado no 2º capítulo, os dados oficiais revelam, do mesmo modo, quadro extremamente desolador, em que 43,9% da população recebem baixíssima renda familiar, de acordo com dados de 2017; há baixa oferta de empregos formais; o PIB *per capita* nesse ano demonstra não

haver evolução positiva do município no *ranking* estadual, quando comparado com anos anteriores; sérios problemas nas estruturas públicas comprometem a educação de grandes parcelas da população infantil e jovem. Os relatórios oficiais indicam também que o município apresenta altas taxas de mortalidade infantil e crescimento considerável da violência, entre

outros aspectos examinados no capítulo.

Em termos ambientais, o município de Itaituba, que se caracteriza por ter 76,5% de sua área coberta por UCs e TIs, criadas para a preservação do rico patrimônio cultural e ambiental que abrigam, tem sofrido frequentes invasões impostas por grileiros, agentes do agronegócio e da mineração e especuladores, sem que o Estado impeça a apropriação criminosa daqueles territórios. O desmatamento segue crescendo em ritmo acelerado na região do Tapajós, como analisado no 4º capítulo, constituindo mais uma expressão da violência do modelo, assim como da perversa combinação entre a ação daqueles agentes com a corrupção das instituições do Estado e a ineficácia das políticas fundiárias no Pará. Os dados da última década evidenciam crescimento acelerado da devastação na floresta amazônica, a maior floresta tropical do mundo, ocupando o Pará posição destacada nesse deplorável índice, como acontece também na região do Tapajós.

Importante ressaltar que a hipótese central da pesquisa de que os conflitos sociais (ELIAS, 2008; FOUCAULT, 1999; WALLERSTEIN, 1999; SANTOS, 2009; BHABHA, 1998; ESCOBAR, 2005, 2010; GROSGOUEL, 2009) intensificaram-se no período 2007-2017, em decorrência das dinâmicas e da lógica da acumulação capitalista mundial que atingem diretamente a sub-região amazônica em que se situa Itaituba, foi comprovada por meio do balanço feito pelos agentes sociais participantes da pesquisa que atuam como sujeitos coletivos há longos anos na região, conforme consta do 3º capítulo. A totalidade dos representantes do campo social manifestou-se de forma taxativa nesse sentido, assim como quanto ao acirramento dos conflitos sociais nos dois anos seguintes, entre 2017 e 2019. O balanço levou em consideração os fatos e fundamentos mencionados naquele capítulo, que constam também, sinteticamente, do Mapeamento dos Conflitos Sociais em Itaituba, no anexo I deste trabalho.

Às causas dos conflitos sociais apontadas pelos representantes do campo social, acrescem-se as que foram mencionadas pelas dirigentes da ANM e do ICMBio, cujas competências legais, em âmbito federal, possibilitam visão abrangente da região. A gestora da ANM considera que a atuação ineficaz do Estado, além de deliberadamente favorável aos interesses dos poderosos, é fator determinante para o agravamento dos confrontos, enquanto a dirigente do ICMBio identifica a falta de regularização fundiária como fator crucial para o aprofundamento dos problemas e o aumento dos conflitos sociais em toda a região.

De acordo com os propósitos do trabalho, foram também levantados dados sistematizados por duas entidades, o CIMI e a CPT, que possuem longa trajetória em defesa dos direitos dos povos indígenas e dos trabalhadores e comunidades rurais à terra. Os resultados ratificam o crescimento considerável do número de conflitos sociais na região e no estado do

Pará desde 2007, conforme analisado brevemente no 3º capítulo e apresentado sinteticamente no Anexo II deste trabalho.

O conjunto das análises e dados levantados a partir das diferentes fontes, portanto, evidencia, com extrema clareza, que as populações locais e regionais não foram beneficiadas pelas políticas desenvolvimentistas implementadas no país desde 2007. Muito pelo contrário, têm sofrido as agruras provocadas pelos impactos que decorrem do desinvestimento em políticas sociais pelo Estado, das profundas alterações do ambiente natural em que vivem, por terem seus territórios invadidos e culturas desrespeitadas, pela precariedade do trabalho.

Ao contemplar retrospectivamente a pesquisa, muitas questões além das que nortearam inicialmente a investigação irrompem a todo instante, durante o trabalho de campo, por meio das leituras, na apreensão do ‘lugar’ da investigação, tão rico e fértil de imagens, interpretações, informações, análises e reflexões e, ao mesmo tempo, tão pungente pelas graves e prementes questões que afligem as populações daquela região. As reflexões suscitadas pelo trabalho certamente não se esgotam aqui, já que os desafios pululam a todo instante, por meio da informação de crimes e conflitos que continuam ocorrendo cotidianamente.

Em que bases, por exemplo, poderão ser construídas as transformações necessárias e urgentes nas estruturas de poder do país e daquele lugar? São questões para as quais, seguramente, não há respostas prontas, porque o dinamismo sociopolítico e econômico, bem como a correlação de forças em disputa é que irá determinar o tempo de construção das possibilidades.

Os rumos que podem apontar na direção de condições de vida socialmente mais justas e democráticas para os povos do oeste paraense, bem como de controle sobre a devastação da natureza certamente demandam ainda níveis de articulação mais amplos e contínuos do campo contra-hegemônico, embora os esforços de muitos lutadores estejam se dando vigorosamente nesse sentido, com suas próprias vidas sendo utilizadas como escudos.

Nos enfrentamentos com o poder das oligarquias do país e regionais, a força perversa do sistema capitalista mundial e do Estado neoliberal – que representa não o poder que emana do povo e que em seu nome é exercido, mas sim, o poder que se impõe contra o povo, sem ouvir seus clamores, nem atender aos seus direitos, em benefício exclusivo das elites político-econômicas – há duro percurso a ser trilhado.

Decisivamente, nesse percurso, as resistências e enfrentamentos necessários e urgentes para impedir devastação ainda mais severa da natureza e das condições de vida daqueles povos amazônicos, que leve a patamares ainda mais críticos, não poderão permanecer unicamente sob a responsabilidade dos povos do oeste do Pará, demandando a agregação de outras forças

políticas, como vêm sendo buscadas pelos agentes da contrarreação.

É possível assegurar, no entanto, que nas tramas do poder e das dinâmicas capitalistas entre o lugar e o mundo, somente a força dos indígenas, dos movimentos sociais, trabalhadores e comunidades ribeirinhas do Tapajós tem sido capaz de deter até então o ritmo do extermínio dos povos e da natureza da região. É imperioso, entretanto, que essa luta ganhe a adesão combativa e a ampliação da consciência crítica por parte de muitos outros insubmissos da floresta, de setores cada vez mais numerosos do país e ao redor do mundo, do qual a Amazônia e seus povos são reserva de vida, equilíbrio, inestimáveis recursos, culturas, diversidade e beleza.

## REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto. Extrativismo e neoextrativismo: duas faces da mesma maldição. *In*: DILGE, Gerhard; LANG, Miriam; PEREIRA FILHO, Jorge (org.). **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. Tradução de Igor Ojeda. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016. p. 46-87.
- ALIMONDA, H. **La naturaleza colonizada**: ecología política y minería en América Latina. Héctor Alimonda (org.). Buenos Aires: CLACSO/Ciccus, 2011. v. 1. 331p.
- ALMEIDA, Júlia. Perspectivas pós-coloniais em diálogo. *In*: ALMEIDA, Júlia; RIBEIRO, Adélia Miglievich; GOMES, Heloísa Toller. **Crítica pós-colonial**: panorama de leituras contemporâneas. (org.). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.
- ARAÚJO, Roberto *et al.* Estado e sociedade na BR-163: desmatamento, conflitos e processos de ordenamento territorial. *In*: CASTRO, Edna (org.). **Sociedade, território e conflitos**: BR-163 em questão. Belém: NAEA, 2008.
- ARAÚJO, Rosane. **Estado, discurso e conflito no oeste do Pará**. Orientadora: Edna Maria Ramos de Castro. 2007. 156 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável) - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2007.
- ARAÚJO, Rosane; CASTRO, Edna. Avanço das fronteiras do capitalismo na Amazônia, região da BR-163: espoliação, conflitos sociais e subalternidade. *In*: CONGRESSO LATINO-AMERICANO DE ECOLOGIA POLÍTICA, 3., 2019, Salvador. **Congresso [...]**, Salvador, 2019.
- ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. **Itaituba, Pará**. Disponível em: [http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil\\_m/itaituba\\_pa#demografia](http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/itaituba_pa#demografia). Acesso em: 0 ago. 2018.
- BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, DF, n.11, p. 89-117, maio/ago. 2013.
- BENJAMIN, Walter; HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W.; HABERMAS, Jürgen. **Textos escolhidos**. Tradução de José Lino Grünnewald *et al.* São Paulo: Abril Cultural, 1975. (Coleção Os Pensadores).
- BERNARDES, Júlia Adão. As estratégias do capital no complexo Sojífero-Brasil. *In*: ENCUESTRO DE GEÓGRAFOS DE AMÉRICA LATINA, 6., 1997. Buenos Aires. **Encontro [...]** - Argentina. Disponível em: <http://www.observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal6/Geografiasocioeconomica/Geografiaagricola/382.pdf>. Acesso em: 6 ago. 2018.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: EdUFMG, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. ORTIZ, Renato (org.). Tradução de Paula Montero e Alícia Auzmendi. São Paulo: Ática, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel, 1989.

BOURDIEU, Pierre. O campo econômico. Tradução de Suzana Cardoso e Cécile Raud-Mattedi. **Revista Actes de La Recherche em Sciences Sociales**, n. 119, p. 48-66, set. 1997.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. Tradução de Denice Barbara Catani. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre o Estado**: cursos no Collège de France (1989-92). Pierre Bourdieu. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Matriz energética nacional 2030**. Brasília, DF: EPE, 2007.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. (trad.). Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

CASTRO, Edna. Políticas de ordenamento territorial, desmatamento e dinâmicas de fronteira. **Novos Cadernos NAEA**. Belém: v. 10, n. 2, dez. 2007. p. 105-126.

CASTRO, Edna. **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume, 2009.

CASTRO, Edna. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. **Caderno CRH**, Dossiê, Salvador, v. 25, n. 64, p. 45-61, jan./abr. 2012.

CASTRO, Edna. Estado e suas margens limites da interpretação teórica e movimentos sociais. *In*: LIMONAD, Ester; CASTRO, Edna Ramos. **Um novo planejamento para um novo Brasil?** (org.). Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

CASTRO, Edna. Formação socioeconômica do estado do Pará. *In*: CASTRO, Edna; CAMPOS, Índio. **Formação Socioeconômica da Amazônia**. (org.). Belém: NAEA, 2015a. (Coleção Formação Regional da Amazônia, v. 2).

CASTRO, Edna. Campo do desenvolvimento, racionalidade, ciência e poder. *In*: FERNANDES, Ana Cristina; LACERDA, Norma; PONTUAL, Virgínia. **Desenvolvimento, planejamento e governança**: o debate contemporâneo. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2015b. p. 225-246.

CASTRO, Edna. Novas configurações nos territórios política nacional de infraestrutura: renovação de práticas coloniais e desenvolvimentistas. *In*: CASTRO, Edna. **Territórios em transformação na Amazônia**: saberes, rupturas e desconstruções. (org.). Belém: NAEA, 2017.

CASTRO, Edna. Introdução a territórios em transformação. *In*: CASTRO, Edna. **Territórios em Transformação na Amazônia**: saberes, rupturas e desconstruções. (org.). Belém: NAEA, 2017.

CASTRO, Edna. Amazônia na encruzilhada: saque colonial e lutas de resistência. *In*: CASTRO, Edna. **Territórios em transformação na Amazônia**: saberes, rupturas e desconstruções. (org.). Belém: NAEA, 2017.



CASTRO, Edna; MONTEIRO, Raimunda; CASTRO, Carlos Potiara. Dinâmica de atores, uso da terra e desmatamento na rodovia Cuiabá-Santarém. **Papers**, Belém, NAEA, n. 179, set. 2004.

CASTRO, Edna; CAMPOS, Índio. **Formação socioeconômica e desenvolvimento regional na Amazônia**. In: CASTRO, Edna; CAMPOS, Índio. Formação Socioeconômica da Amazônia. (org.). Belém: NAEA, 2015. (Coleção Formação Regional da Amazônia, v.2).

CASTRO, Edna; ALONSO, Sara; NASCIMENTO, Sabrina. Mineração na Pan-amazônia: neoextrativismo, colonialidade e lutas territoriais. In: ZHOURI, ndréa; BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna. **Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais**. (org.). São Paulo: Annablume, 2016.

CASTRO, Carlos Potiara. Novas fronteiras de grãos e desmatamento na Amazônia. In: CASTO, Edna; Pinto, Renan Freitas (org.). **Decolonialidade e sociologia na América Latina**. Belém: NAEA; UFPA, 2018.

CASTRO, Edna; ALONSO, Sara; NASCIMENTO, Sabrina. Mineração na Pan-amazônia: neoextrativismo, colonialidade e lutas territoriais. In: ZHOURI, ndréa; BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna. **Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais**. (org.). São Paulo: Annablume, 2016.

COELHO, Maria Célia Nunes. Balanço do extrativismo (industrial e artesanal) e da estruturação regional na Amazônia oriental no período de 1970 a 2015. In: ZHOURI, Andréa; BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna. **Mineração na América do Sul: neoextrativismo e lutas territoriais**. (org.). São Paulo: Annablume, 2016.

COELHO, Tádzio Peters. Projeto Grande Carajás: trinta anos de desenvolvimento frustrado. In: ZONTA, Márcio; TROCATE, Charles. **A questão mineral no Brasil**. (org.). Marabá: Editorial Iguana, 2015. v.1.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2007**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2007. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 10 abr. 2019.10 abr. 2019.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2008**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2008. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 10 abr. 2019.10 abr. 2019.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2009**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2008. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 10 abr. 2019.10 abr. 2019.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2010**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2010. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 10 abr. 2019.10 abr. 2019.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2011**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, Goiania, 201. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 10 abr. 2019.10 abr. 2019.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2012**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, Goiania, 2012. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 10 abr. 2019.11 abr. 2019.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2013**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2013. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 10 abr. 2019.11 abr. 2019.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2014**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2014. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 10 abr. 2019.11 abr. 2019.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2015**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2015. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 10 abr. 2019.11 abr. 2019.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2016**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2016. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 11 abr. 2019.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA - CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2017**. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 2017b. Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br>. Acesso em: 11 abr. 2019.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB. **Perspectivas para a agropecuária**. Safra 2019;2020. v.7. Disponível em: [file:///C:/Users/Rosane/Downloads/PerspectivaZparaZaZAGropecuariaZZ-ZV.7ZZ2019-2020%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Rosane/Downloads/PerspectivaZparaZaZAGropecuariaZZ-ZV.7ZZ2019-2020%20(1).pdf). Acesso em: 15 mar. 2020.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **Violência contra os povos indígenas no Brasil Relatório 2006-2007**. Disponível em: [http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CRV\\_Indigena\\_Relatorios&Pag\\_Fis=2177](http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CRV_Indigena_Relatorios&Pag_Fis=2177). Acesso em: 23 set. 2019.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO - CMI. **Violência contra os povos indígenas no Brasil. Relatório2008**. vDisponível em: [http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CRV\\_Indigena\\_Relatorios&Pag\\_Fis=2082](http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CRV_Indigena_Relatorios&Pag_Fis=2082). Acesso em: 23 set. 2019.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO - CMI. **Violência contra os povos indígenas no Brasil – Relatório 2009**. ISSN 19847645. Disponível em: [http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CRV\\_Indigena\\_Relatorios&Pag\\_Fis=2335](http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CRV_Indigena_Relatorios&Pag_Fis=2335). Acesso em: 23 set. 2019.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO- CMI. **Violência contra os povos indígenas no Brasil – Relatório 2010**. ISSN 1984.7645. Disponível em: [http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CRV\\_Indigena\\_Relatorios&Pag\\_Fis=2335](http://www.docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=CRV_Indigena_Relatorios&Pag_Fis=2335). Acesso em: 24 set. 2019.

CORREA, Simy de Almeida; CASTRO, Edna; NASCIMENTO, Sabrina Mesquita do. Política florestal e conflitos socioambientais na rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163). *In*: CARNEIRO, Marcelo Sampaio; AMARAL NETO, Manuel; CASTRO, Edna, Maria Ramos. **Sociedade, floresta e sustentabilidade**. (org.). Belém: Instituto Internacional de Educação do Brasil; NAEA, 2013.

COSTA, Francisco de Assis. Dinâmica fundiária na Amazônia: concorrência de trajetórias, incertezas e mercado de terras. *In*: MALUF, Renato S.; FLEXOR, Georges. **Questões agrárias, agrícolas e rurais [recurso eletrônico]**: conjunturas e políticas públicas. (org.). Rio de Janeiro: E-Papers, 2017.

COSTA, Sérgio. Desprovincializando a Sociologia: a contribuição pós-colonial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 21 n. 60, 60, fev. 2006. Suplemento.

COSTA, Sérgio. (Re)Encontrando-se nas redes? As ciências humanas e a nova geopolítica do conhecimento. *In*: ALMEIDA, Júlia; RIBEIRO, Adélia Miglievich; GOMES, Heloísa Toller. **Crítica Pós-Colonial: panorama de leituras contemporâneas**. (org.). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

COY, Martin; KLINGLER, Michael. Frentes pioneiras em transformação: o eixo da BR- 163 e os desafios socioambientais. **Revista Territórios & Fronteiras**, Cuiabá, v. 7, n. 1, abr. 2014.

CUNHA, Cândido Neto da. Apresentação. *In*: TORRES, Maurício; DOBLAS, Juan; ALARCON, Daniela Fernandes. **Dono é quem desmata: conexões entre grilagem e desmatamento no sudoeste paraense**. São Paulo: Urutu-branco; Altamira: Instituto Agronômico da Amazônia, 2017.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. Trad. Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS. Privatização, desnacionalização e terceirização no setor elétrico brasileiro. **Nota técnica**, n. 173, mar. 2017. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec173PrivatizacaoSetorEletrico.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2018.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL. **Informe mineral do estado do Pará 1º 2017**. Disponível em: [http://www.anm.gov.br/dnpm/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/informe-mineral/publicacoes-regionais/infome\\_mineral\\_pa-1\\_2017](http://www.anm.gov.br/dnpm/publicacoes/serie-estatisticas-e-economia-mineral/informe-mineral/publicacoes-regionais/infome_mineral_pa-1_2017). Acesso em: 30 jul. 2018.

EL KHALILI, Amira. **Commodities ambientais em missão de paz: um novo modelo econômico para a América Latina e o Caribe**. São Paulo: Heresis, 2018.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. 4. ed. Lisboa: Edições 70, 2008.

EMEDIATO, Luiz Fernando. Nota do editor. *In*: RIBEIRO JÚNIOR, Amaury. **A privatária Tucana**. São Paulo: Geração Editorial, 2011. (Coleção História Agora, v. 5).

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA. **Zoneamento ecológico- econômico da área de influência da rodovia BR-163 (Cuiabá-Santarém)**. Diagnóstico do meio socioeconômico, jurídico e arqueologia. VENTURIERI, Adriano (ed. técnico). Belém: Embrapa Amazônia Oriental, 2007.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? *In*: LANDER, Edgardo (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina. Set. 2005.

ESCOBAR, Arturo. **Territorios de diferencia: lugar, movimientos, vida, redes**. (ed. en español). Traducción: Eduardo Restrepo. Popayán: Samava Impresiones, 2010.

FEARNSIDE, P. M. Desenvolvimento hidrelétrico na Amazônia. *In*: FEARNSIDE, P. M. **Hidrelétricas na Amazônia: impactos ambientais e sociais na tomada de decisões sobre grandes obras**. 2015. v.1. 296 p.

FERNANDES, Florestan. **Folclore e mudança social na cidade de São Paulo**. São Paulo: Anhembi, 1961.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classes**. 5 ed. x São Paulo: Globo, 2008. v. 1

FREITAG, Barbara. **A teoria crítica ontem e hoje**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade: curso no Còllege de France (1975-1976)**. Tradução: Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999. (Coleção Tópicos).

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS DO PARÁ - FAPESPA. **Diagnóstico Socioeconômico e Ambiental da Região de Integração do Tapajós**. Disponível em: [http://www.seplan.pa.gov.br/sites/default/files/PDF/ppa/ppa2016-2019/perfil\\_regiao\\_tapajos.pdf](http://www.seplan.pa.gov.br/sites/default/files/PDF/ppa/ppa2016-2019/perfil_regiao_tapajos.pdf). Acesso em: 24 jul. 2018.

FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A ESTUDOS E PESQUISAS DO PARÁ - FAPESPA. **Estimativas e projeções do PIB paraense 2014-2020**. Disponível em: <http://www.fapespa.pa.gov.br/upload/Arquivo/anexo/904.pdf?id=1525864346>. Acesso em: 05 ago. 2018.

b

GAVRILOFF, Alexandre. De sangue e de soja, um asfalto sobre corpos. *In*: TORRES, Maurício. **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163**. (org.). Brasília, DF: CNPQ, 2005.

GROSGOUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. (org.). São Paulo: Cortez, 2009.

GUDYNAS, Eduardo. La ecología política del progresismo sudamericano: los límites del progreso y la renovación verde de la izquierda. **Sin Permiso**, Barcelona, n. 8, p. 147-167, dic. 2010.

GUDYNAS, Eduardo. El nuevo extractivismo progressista en América del Sur: tesis sobre un viejo problema bajo nuevas expresiones. *In*: GUDYNAS, Eduardo. **Colonialismos del siglo XXI**. Negocios extractivos y defensa del território em América Latina. Varios autores. Barcelona: Icaria Editorial, junio 2011. p.75-92.

GUDYNAS, Eduardo. Debates sobre el desarrollo y sus alternativas en América Latina: una breve guía heterodoxa. *In*: GUDYNAS, Eduardo. **Más allá del desarrollo. Grupo Permanente de Trabajo sobre Alternativas al Desarrollo. Miriam Lang y Dunia Mokrani, editoras**. Quito: Fundación Rosa Luxemburgo y AbyaYala, 2011. p. 21-53

GUDYNAS, Eduardo. Buen vivir: germinando alternativas ao desarrollo. **América Latina en Movimiento**, Quito, n. 462, p. 1-20, feb. 2011.

GUDYNAS, Eduardo. Extractivismos en América del Sur: conceptos y sus efectos derrame. *In*: ZHOURI, Andréa; BOLADOS, Paola; CASTRO, Edna. **Mineração na América do Sul: neoextractivismo e lutas territoriais**. São Paulo: Annablume, 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ANÁLISES SOCIAIS E ECONÔMICAS - IBASE. **Portos no rio Tapajós: o arco do desenvolvimento e da justiça social?** Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: [http://ibase.br/pt/wp-content/uploads/dlm\\_uploads/2017/08/CARTILHA-POSTOS-TAPAJOS.pdf](http://ibase.br/pt/wp-content/uploads/dlm_uploads/2017/08/CARTILHA-POSTOS-TAPAJOS.pdf). Acesso em: 20 ago. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Análise do VAB dos grandes setores de atividades**. Disponível em: [ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib\\_Municipios/2015/Analise\\_do\\_VAB\\_dos\\_grandes\\_setores\\_de\\_atividade\\_des\\_2010\\_2015.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/2015/Analise_do_VAB_dos_grandes_setores_de_atividade_des_2010_2015.pdf). Acesso em: 29 jul. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Brasil em síntese**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/itaituba>. Acesso em: 31 jul. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA- IBGE. **Censo agro 2017**. Disponível em: [https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo\\_agro/resultadosagro](https://censoagro2017.ibge.gov.br/templates/censo_agro/resultadosagro). Acesso em: 31 jul. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO - IBRAM. **Relatório anual de atividades jul.2017- jun. 2018**. Disponível em: [http://portaldamineracao.com.br/ibram/wp-content/uploads/2018/07/Diagrama%20A7%20A3o\\_Relat%20B3rioAnual\\_vers%20A3oweb.pdf](http://portaldamineracao.com.br/ibram/wp-content/uploads/2018/07/Diagrama%20A7%20A3o_Relat%20B3rioAnual_vers%20A3oweb.pdf). Acesso em: 29 jul. 2018.

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO. **Plano de manejo das florestas nacionais de Itaituba I e de Itaituba II**. Diagnóstico. 2014. v 1. Disponível em: [http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/flona\\_itaitubaIeII\\_pm\\_v1-1.pdf](http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-planos-de-manejo/flona_itaitubaIeII_pm_v1-1.pdf). Acesso em: 16 ago. 2018.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL - ISA **MP's já estimulam destruição de florestas protegidas no Pará**. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/mps-ja-estimulam-destruicao-de-florestas-protegidas-no-para>. Acesso em: 19 ago. 2018.

INSTITUTO TECNOLÓGICO DE AERONÁUTICA - ITA. **Complexo hidrelétrico de Tapajós: custos e riscos do investimento.** Disponível em: <http://www.ita.br>. Acesso em: 02 ago. 2018.

MALERBA, Juliana. **Reconcentração fundiária será o maior legado da contrarreforma agrária do governo Temer.** Disponível em: <https://fase.org.br/pt/informe-se/artigos/reconcentracao-fundiaria-sera-o-maior-legado-da-contrarreforma-agraria-do-governo-temer/>. Acesso em: 10 set. 2019.

MALERBA, Juliana. **Está em jogo a reestruturação do mercado formal de terras no Brasil.** Entrevista concedida ao Grupo Nacional de Assessoria da FASE/GNA. Disponível em: <https://fase.org.br/pt/informe-se/noticias/esta-em-jogo-a-reestruturacao-do-mercado-formal-de-terras-no-brasil/>. Acesso em: 20 set. 2019.

MELO, Rúrion. **Teoria crítica e os sentidos da emancipação.** Caderno CRH, Salvador, v. 24, n. 62, p. 249-262, maio/ago. 2011.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistemológica: a opção descolonial e o significado de identidade em política. **Cadernos de letras da UFF. Dossiê: literatura, língua e identidade**, n. 34, p. 287-324, 2005, 2008.

MORENO, Camila. **Agenda de retrocessos ambientais ameaça o cumprimento dos compromissos assumidos pelo Brasil.** Matéria publicada no site EcoDebate, em 20 nov. 2017. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2017/11/20/agenda-de-retrocessos-ambientais-ameaca-o-cumprimento-dos-compromissos-assumidos-pelo-brasil/>. Acesso em: 15 maio, 2019.

MUNCK, Ronaldo. La teoria crítica del desarrollo: resultados y prospectiva. Traducción del inglés por Luis Rodolfo Morán Quiroz. **Migración y desarrollo**, Zacatecas ene, v. 8 n. 14, Primer semestre, 2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. BR-163 Cuiabá-Santarém: geopolítica, grilagem, violência e mundialização. In: TORRES, Maurício. **Amazônia revelada: os descaminhos ao longo da BR-163.** (org.). Brasília, DF: CNPQ, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Grilagem e saque nas terras da BR-163. In: TORRES, Maurício; DOBLAS, Juan; ALARCON, Daniela Fernandes. **Dono é quem desmata: conexões entre grilagem e desmatamento no sudoeste paraense.** São Paulo: Urutu-branco; Altamira: Instituto Agrônomo da Amazônia, 2017.

POLANYI, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época.** Tradução de Fanny Wrabel. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Apresentação da edição em português. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.** Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org.). Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, setembro 2005.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. **Informe sobre Desarrollo Humano – Desarrollo humano para todas las personas, 2016**. Disponível em: <http://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2017/03/21/relat-rio-do-pnud-destaca-grupos-sociais-que-n-o-se-beneficiam-do-desenvolvimento-humano/>. Acesso em: 30 mar. 2018.

PROGRAMA DE PARCERIAS DE INVESTIMENTOS. **Ferrovias EF-170 MT/PA – Ferrogrão**. Disponível em: <https://www.ppi.gov.br/ef-170-mt-pa-ferrograo>. Acesso em: 20 ago. 2018.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Revista Novos Rumos**, Ano 17, n. 37, p. 4-28, 2002.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. LANDER, Edgardo (org.). set. 2005. (Colección Sur Sur, Clacso, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina).

RAMOS, Guerreiro. **A redução sociológica**. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.  
RIBEIRO, Adalberto Carvalho; CASTRO, Edna. Lei sobre gestão de florestas públicas e impactos na BR-163. *In: CASTRO, Edna (org.). Sociedade, território e conflitos: BR-163 em questão*. Belém: NAEA, 2008.

RIBEIRO, Adélia Miglievich; PRAZERES, Lílian Lima Gonçalves. A produção da subalternidade sob a ótica pós-colonial (e decolonial): algumas leituras. **Temáticas**, Campinas, v. 23, n. 45- 46, p. 25-52, fev./dez. 2015.

RIBEIRO, Adélia Miglievich. A antropologia/antropofagia darcyniana e a consciência do colonialismo intelectual. *In: ALMEIDA, Júlia; RIBEIRO, Adélia Miglievich; GOMES, Heloísa Toller. Crítica Pós-Colonial: panorama de leituras contemporâneas*. (org.). Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

RIBEIRO JÚNIOR, Amaury. **A privatária tucana**. São Paulo: Geração Editorial, 2011. Coleção História Agora, v. 5).

RIST, Gilbert. **Le development. Histoire d'une croyance occidentale**. 2. ed. Paris: Presses de Sciences Po, 2001.

RODRIGUES, Jondison. Identificação, análise e relação de poder da política portuária no oeste do Pará (Itaituba). *In: CASTRO, Edna. Territórios em transformação na Amazônia: saberes, rupturas e desconstruções*. (org.). Belém: NAEA, 2017.

SAID, Edward W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. (reimp.). Tradução Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SALAMA, Pierre. Estado e capital: o Estado capitalista como abstração real. **Estudos CEBRAP**, n. 26, 1980.

SALAMA, Pierre. China-Brasil: industrialização e “desindustrialização precoce”. **Cadernos do Desenvolvimento**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 10, p. 229-251, jan./ jun. 2012.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 63, out. 2002. p. 237-280.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa, MENESES Maria Paula. **Epistemologias do Sul**. (org.). São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, José Vicente Tavares; BAUMGARTEN, Maíra. Contribuições da Sociologia na América Latina à imaginação sociológica: análise, crítica e compromisso social. Dossier. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 7, n.14, p. 178-243, jul./dez. 2005.

SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, MINERAÇÃO E ENERGIA - SEDEME. **Cadeia de ouro e gemas**. Disponível em: <http://sedeme.com.br/portal/cadeia-de-ouro-e-gemas/>. Acesso em: 31 jul. 2018.

SECRETARIA DE ESTADO DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E MINERAÇÃO DO GOVERNO DO PARÁ - SEPLAD. **Plano Nacional de Mineração do Estado do Pará 2014-2030**. Disponível em: <http://sedeme.pa.gov.br/download/pem-2030.pdf>. Acesso em 10 ago. 2019.

TORRES, Maurício; DOBLAS, Juan; ALARCON, Daniela Fernandes. **Dono é quem desmata**: conexões entre grilagem e desmatamento no sudoeste paraense. São Paulo: Urutu-branco; Altamira: Instituto Agrônômico da Amazônia, 2017.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DA AMAZÔNIA - UFRA; INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL E RECURSOS HÍDRICOS - ISARH; INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO FLORESTAL DO PARÁ – IDEFLOR-Bio. **Caracterização do mercado de produtos florestais madeireiros e não-madeireiros da região Mamuru-Arapiuns**. Belém: FUNPEA, 2008.

VIEIRA, Nívea Muniz. **O trabalho em sua relação com a técnica e a (re)organização espacial na cadeia carne/grãos da BR-163, MT**. Orientadora: Regina Célia de Mattos 2009. 180 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Impensar las ciencias sociales**: limites de los paradigmas decimonónicos. Tradução Susana Guardado. 2 ed. (espanhol). México: Siglo veintiuno editores, 1999.

ZHOURI, Andréa; GENEROSO, Patrícia; CORUJO, Maria resistência e colaboração em Minas Gerais, Brasil. *In*: ZHOURI, Andréa; BOLADOS Paola; CASTRO, Edna Castro. **Mineração na América do Sul**: neoextrativismo e lutas territoriais. São Paulo: Annablume, 2016.



## **ANEXOS**

**ANEXO A - Mapeamento dos conflitos sociais em Itaituba, no entorno da BR-163 e da bacia do Tapajós, após pesquisa de campo:**

QUESTÕES CENTRAIS EM DISPUTA	CONFLITOS SOCIAIS (causas e eixos dos enfrentamentos)	CAMPO ECONÔMICO (*)	CAMPO POLÍTICO (**)	CAMPO SOCIAL (***)
<p>1) AVANÇO DO AGRONEGÓCIO – PRODUÇÃO DE GRÃOS (SOJA, MILHO E OUTROS).</p>	<p><b>- Devastação do meio ambiente e das condições de vida das populações locais e tradicionais, pelo incremento acelerado da produção oriunda do agronegócio na região Centro-Oeste.</b></p> <p><b>- Novas fronteiras para a produção da soja e de outros grãos expandem-se para os municípios paraenses da BR-163. O momento é de grande pressão e especulação de terras na região.</b></p> <p><b>-As novas fronteiras para a produção de grãos invadem terras indígenas, áreas da União destinadas aos projetos de assentamento e terras ocupadas por comunidades ribeirinhas.</b></p>	<p><b>SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE ITAITUBA:</b> Vejo que aqui, em Itaituba, nós estamos apenas recebendo grãos, mas para nós, de dinheiro mesmo, não tem ficado muita coisa, porque os impostos, por exemplo, não ficam aqui, já que a produção vem do Mato Grosso e os impostos são recolhidos lá.</p>	<p><b>PREFEITO DE ITAITUBA:</b> Dos atuais 25% a 30% da produção do Centro-Oeste exportados por Miritituba serão investidos recursos para ampliação da infraestrutura. Há quatro portos em funcionamento e oito em processo de licenciamento.</p> <p>Ainda não há plantação de soja em Itaituba, mas já há no Jamanxinzinho, com grande empresa produtora.</p> <p><b>SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DE ITAITUBA:</b> A soja está chegando e já tem muita gente aqui de olho em produzir aqui no nosso município. Em Itaituba ainda não tem soja, mas a poucos quilômetros daqui temos áreas adequadas com grandes possibilidades de ter grande produção. Os maiores interessados são o nosso prefeito, assim como os fazendeiros daqui de Itaituba, e não tem como eles não entrarem na linha da produção de soja.</p> <p>O nosso prefeito é um grande fazendeiro de Itaituba, um grande investidor, e vai</p>	<p><b>MAM:</b> O agronegócio deixou de priorizar a produção de comida e passou a ser uma ideologia. Os grandes produtores têm muito dinheiro e não pagam nada sobre a exportação de <i>commodities</i>.</p> <p>Pelos interesses do agronegócio, o povo é privado das propriedades já estabelecidas como fazendas, impedindo que sejam desapropriadas para fins de reforma agrária, além de haver invasão sistemática dos territórios indígenas e quilombolas pelos agentes ligados a esses interesses.</p> <p><b>PÁROCO - PRELAZIA DE ITAITUBA:</b> O Pará, por causa da Lei Kandir e de outras, já percebeu que não tem como crescer ao ficar só transportando e embarcando a produção de Mato Grosso. Se não conseguir mudar essa lei, é preciso produzir aqui, porque só então será contabilizada a produção do Pará. Há, então, uma estratégia de avanço da produção de soja nas terras do estado do Pará.</p>

	<p><b>- A pequena produção passa a receber cada vez menos recursos públicos para ter condições de se desenvolver, deixando de ser prioridade nas políticas do Estado.</b></p> <p><b>- A contaminação das águas e do ar, durante o transbordo da soja dos caminhões para as barcaças localizadas no rio Tapajós compromete a vida e a saúde dos moradores locais e as águas do rio, assim como os peixes que servem de alimento à população. Não tem havido fiscalização nem controle, de acordo com os órgãos ambientais ouvidos.</b></p> <p><b>- Os agrotóxicos utilizados nas plantações da soja, ao atingir a região do entorno do Tapajós, cercada de rios, igapós e igarapés causarão grandes impactos ambientais e sociais.</b></p> <p><b>- A composição de interesses entre</b></p>		<p>entrar junto com eles para fazer uma grande investida de soja no município.</p> <p><b>SEMAS – NURE ITAITUBA:</b> Há denúncias protocoladas no órgão por moradores de Itaituba de que a soja, ao ser transportada para o embarque nas barcaças solta resíduos que invadem as casas, libera uma fumaça que contamina o ar e os resíduos dos grãos contaminam as águas e os peixes.</p> <p>O órgão não conta com técnicos concursados em Itaituba, competentes para efetuar a fiscalização. Há no quadro local somente funcionários contratados por um ano.</p> <p><b>SEMMA-ITAITUBA:</b> Nada impede que a soja seja plantada aqui em Itaituba porque a gente sabe da especulação imobiliária, das pessoas que estão comprando grandes áreas de terras, para possivelmente produzir, no eixo da BR-163.</p> <p>Já foram feitas várias denúncias pelo órgão municipal, mas não vem sendo feito nenhum acompanhamento dos problemas que vêm ocorrendo com os peixes, com o odor muito forte da água, por conta do transbordo das cargas de grãos, no momento do carregamento das balsas. Não tem havido fiscalização, nem a verificação dessas questões.</p>	<p>Na região de Itaituba, as terras são próximas de rios, de areia e as plantações de soja irão causar grande impacto nas águas por causa dos venenos. Os compradores de terras estão aterrando tudo o que podem - igapós, pequenos igarapés -, e os problemas ambientais ficam mais sérios ainda.</p> <p>A perspectiva é de que esta região será predominantemente de monocultura da soja. Essa é a visão mais sofisticada do grupo novo do agronegócio daqui. Todos pensam assim, os madeireiros, os fazendeiros, pensam na monocultura como solução para o desenvolvimento do município.</p> <p>Em Trairão, caso os fazendeiros continuem dentro dos assentamentos, a soja será plantada nas áreas do PA Areia, assim como próximo ao rio Tapajós, porque há muita terra plana.</p> <p>Há também o distrito do Caracol, no município de Trairão, em que há muita terra plana. Lá a mentalidade do agronegócio é muito forte, como ocorre em Moraes Almeida e em Novo Progresso.</p> <p>Vejo a tendência que se crie e se fortaleça a composição madeireiro – fazendeiro – e soja, agora. Muitas fazendas aqui em Trairão, em que as áreas são planas, já estão arrancando os tocos todinhos para provavelmente passarem a ser áreas agrícolas.</p>
--	--	--	---	---

	<p>fazendeiros, madeireiros e sojeiros, entre Trairão e Itaituba, tende ao desenvolvimento célere da cadeia carne-grãos, modelo exitoso para o grande capital em Mato Grosso.</p>		<p><b>CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ITAITUBA:</b> A arborização que havia na nossa região, no percurso de Itaituba para o Mato Grosso, não existe mais nada, é só o capim baixo e a soja que estão plantando. Isso não é o essencial para que Itaituba e a região tenham um clima adequado. Se com toda a floresta que temos já sofremos as consequências, avalie sem ela o que vai acontecer.</p>	<p>A Amazônia é a última fronteira agrícola. E quando acabarem as reservas?</p> <p>A luta é para que a agricultura familiar seja fortalecida, mas são muitos os impasses, desde o descumprimento da compra da produção pelas prefeituras, para a merenda escolar, à falta de investimento público e às questões ligadas à terra.</p> <p>A partir do momento que chegaram à região empresários sulistas e outros atores ricos, passou a ocorrer desnível e violência social, que podem não ser configurados como raciais, mas certamente formadores de uma mentalidade preconceituosa contra o nativo e o nordestino.</p> <p><b>LIDERANÇA MUNDURUKU:</b> A soja está avançando muito, inclusive no município de Rurópolis, em que a plantação está aumentando.</p> <p>Estão vendendo as terras, inclusive para fazer o auxílio das barcaças.</p> <p>Quando os caminhões chegam para desembarcar a soja cai muito pó no rio Tapajós. A gente nem sabe se já foi feita uma pesquisa da água do rio, para ver se há contaminação, porque os órgãos do governo não repassam os dados.</p>
--	---	--	---	--

<p>2) GRILAGEM E CONCENTRAÇÃO DE TERRAS.</p>	<p><b>- Reforma Agrária: grandes extensões de terra são exploradas e/ou estão sendo negociadas por detentores de grandes capitais, em detrimento dos beneficiários da reforma agrária, que é cada vez menos priorizada nas políticas de Estado.</b></p> <p><b>- A grilagem se expande celeremente em terras da União, inclusive nas áreas dos projetos de assentamento, nas Unidades de Conservação e em Terras Indígenas.</b></p> <p><b>- A violência e os assassinatos de trabalhadores rurais continuam a ser práticas constantes na região por parte de grileiros - fazendeiros e madeireiros -, sem que o Estado apure devidamente os fatos e puna os culpados. Há cemitérios clandestinos dentro dos assentamentos.</b></p>		<p><b>PREFEITO DE ITAITUBA:</b> Um hectare de terra no estado de Mato Grosso custa R\$20 mil, enquanto que em Itaituba chega no máximo a R\$2 mil. Daí resulta a grande procura por terras neste município, inclusive com vistas à plantação de soja.</p> <p><b>ICMBIO – NÚCLEO DE GESTÃO INTEGRADA, DE ITAITUBA:</b> A questão das disputas por terras é muito grande aqui, porque as pessoas não têm terras legalizadas e a forma de conseguir é cada um fechando o seu pedaço e brigando por ele. O aumento de ocupações irregulares é, então, outro problema muito sério.</p> <p>Tem havido o aumento de áreas ocupadas por conta de gado e, nas próprias reuniões, temos notado a intenção de não deixar a pauta fluir, de travar os assuntos. A regularização fundiária é uma questão que de fato a gente não consegue fazer andar aqui na área. Não sei se está diretamente relacionado a tudo isso, mas que essas pessoas têm interesses bem fortes têm sim.</p>	<p><b>MAM:</b> Pela força do agronegócio, nos privam das grandes propriedades e impedem que elas sejam desapropriadas para fins de reforma agrária, além de invadirem os territórios indígenas e quilombolas.</p> <p><b>PÁROCO - PRELAZIA DE ITAITUBA:</b> O Inca se comprometeu a conferir a terra aos pequenos produtores, mas muita gente não recebeu o Relatório do Beneficiário e até hoje há sérios problemas no Trairão, porque os assentados não receberam formalmente as terras e não têm os benefícios que deveriam ter.</p> <p>Superintendentes do Inca e outros funcionários do órgão têm vendido ilegalmente terras públicas e cometido várias outras ilegalidades, inclusive favorecendo grandes grileiros de terras e fazendeiros instalados em projetos de assentamento, como no PA Areia.</p> <p>Fazendeiros instalados no PA Ypiranga, no Pimental, estrada de Itaituba que sai nesse assentamento, também foram beneficiados pelo Inca, que intimidou os assentados. O presidente da Associação do PA Ypiranga está sob a proteção do Programa de Direitos Humanos, em vista das ameaças que têm sofrido. Há processo protocolado no MPF, a partir de gravação com Elizângela Almeida, chefe da unidade</p>
--	---	--	--	--

	<p><b>- Há muitas críticas à atuação do Incra e à falta de legalização das terras destinadas aos assentados, que geram instabilidade social e econômica e falta de condições para acessar créditos públicos.</b></p> <p><b>- As dinâmicas que movimentam grandes capitais provocam a deslocalização forçada dos povos da região, inclusive em Terras Indígenas. O Estado é agente que atua em benefício da concentração de terras.</b></p> <p><b>-Especulação da terra: está havendo a compra e a grilagem de grandes áreas de terras, para uso imediato e para especulação, com vistas à ampliação da plantação da soja no Pará, bem como em vista dos grandes empreendimentos – portos, ETCs e ferrovia, na região.</b></p> <p><b>-O mercado de terras em Itaituba está aquecido, considerando</b></p>			<p>avançada do Incra em Itaituba, comprovando que o PA Ypiranga não avança em função da interferência dos fazendeiros.</p> <p>A legislação do país favorece os processos de legalização de terras públicas, por meio de documentos falsos, mas a origem dessas terras é ilegal. Os decretos e programas da Presidência da República do país têm contribuído para amenizar a situação da grilagem, agilizar e favorecer os grupos de maior poder para adquirirem essas terras.</p> <p>As associações de mulheres e os trabalhadores rurais do Projeto de Assentamento Areia seguem sofrendo o impacto da presença e poder dos madeireiros e fazendeiros. Não à toa, a Osvailinda, o Daniel e a Domingas, cujos casos já foram amplamente noticiados na mídia, estão ameaçados, porque seguem resistindo à presença dos fazendeiros.</p> <p>O vice-prefeito de Trairão é um dos fazendeiros instalados dentro do PA Areia e deixou de ser retirado pelo Incra em função do poder político que tem.</p> <p>A violência imposta pelo Estado e por grandes grileiros de terras têm promovido mortes, que não são investigadas. A imposição da violência gerou o que se pode chamar de ‘violência comum’, disseminada na</p>
--	--	--	--	--

	<p><b>a comparação com os preços no estado de Mato Grosso.</b></p>			<p>sociedade, com incidência crescente de mortes bárbaras entre jovens.</p> <p>Em meio a toda essa violência tem muita coisa não investigada e no meio dessa mata dos madeireiros tem muitos corpos de pessoas que foram assassinadas.</p> <p><b>CPT- BR 163:</b> A grilagem de terras ainda é um grande problema em todo o Pará e na BR-163 não é diferente. Há problemas nos assentamentos, porque quem tem de fato perfil para beneficiário da reforma agrária acaba não adquirindo a terra, por via de direito, e quem não tem concentra terras, em vários lotes que seriam para a reforma agrária. Isso gera conflitos, ameaças de morte contra as lideranças que defendem o meio ambiente, um modo de vida agroecológico e sustentável nos seus locais de moradia.</p> <p>Em 2018, houve alguns assassinatos na região dos assentamentos de Novo Progresso, no PDS Terra Nossa, o que foi muito assustador. Foram quatro assassinatos no mesmo ano, no mesmo assentamento. Depois disso, já há mais duas pessoas ameaçadas. O que a gente cobra e observa que não acontece é a investigação concreta desses assassinatos.</p> <p>Os assentamentos, que são uma política pública, deveriam ser regularizados, passando a terra para quem tem o perfil de beneficiário. O Inbra precisa resolver</p>
--	--	--	--	--

				<p>isso, que nunca foi resolvido nesta região. Muitos dos que não têm perfil estão incluídos na lista de beneficiários de terras.</p> <p><b>LIDERANÇA E TRABALHADORES DO PROJETO DE ASSENTAMENTO AREIA, NO TRAIRÃO:</b></p> <p>Muitos fazendeiros têm sido denunciados ao MPF, tanto por ocuparem terras federais destinadas aos assentamentos, em Trairão, como porque ameaçam e intimidam os pequenos agricultores.</p> <p>Dentro do Projeto de Assentamento Areia, os fazendeiros estão organizando uma associação, como se estivessem lá legalmente.</p> <p>Há até cemitério clandestino, na área do Assentamento, e muita gente já foi assassinada e atirada lá, sem investigação.</p>
--	--	--	--	---



<p>3) MODELO DE MINERAÇÃO DO PAÍS E ATIVIDADES MINERÁRIAS NA REGIÃO.</p>	<p><b>-O modelo é concentrador da riqueza nas mãos de poucos e produz miséria social e ambiental.</b></p> <p><b>-Produz deslocamentos compulsórios do território.</b></p> <p><b>- Terras indígenas são invadidas pela mineração, a natureza é destruída e a vida inviabilizada.</b></p> <p><b>- Há ocupação e exploração ilegal em terras da União e em UCs.</b></p> <p><b>-A sobreposição da APA do Tapajós na área da Reserva Garimpeira permanece sendo motivo de grandes conflitos na região.</b></p> <p><b>- A contaminação das águas e solos pelo mercúrio levam à degradação da saúde e da vida das populações locais.</b></p> <p><b>- A Lei Kandir representa a maximização do lucro</b></p>	<p><b>PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DO OURO (ANORO):</b> Percebemos tímidas ações positivas do governo nos últimos tempos e a região é, por si só, um grande desafio de logística.</p> <p>O Pará tem um grande e pujante potencial econômico a ser desenvolvido, mas eu sou muito crítico às ações de governo de forma caolha, míope, porque não entendem como isso funciona, criando legislações de cima para baixo.</p> <p>O desmando e a desorientação são muito grandes nessa região... em vez de o governo vir aqui entender e trazer o garimpeiro para a legalidade, manda prendê-lo pela Polícia Federal, porque não tem a PLG. Mas ninguém fala que 48.500 processos deram entrada no DNPM, atual ANM, e que só saíram 2.026 PLGs, das quais só tem 500. A Polícia Federal chega, prende, bate e tudo mais.</p> <p>O governo diz que só pode comprar ouro em empresa autorizada pelo Banco Central. Mas aqui – em Itaituba - há aproximadamente 18 a 22 compras de ouro, sendo que dessas apenas 4 ou 5 têm</p>	<p><b>PREFEITO DE ITAITUBA:</b> Donos dos garimpos são parceiros dos garimpeiros e dão a estes uma porcentagem do ouro extraído. As multinacionais são muito interessantes e importantes para Itaituba.</p> <p>O projeto da Brazauro é produzir 400k de ouro. A Serabi já produz mais de 200k de ouro e é o maior pagador de imposto mineral do município de Itaituba. Muitos empregos serão gerados. A CFEM é uma ajuda importante para os municípios impactados.</p> <p>Não há conflito entre os garimpeiros locais e as grandes empresas, que exploram o ouro em profundidade muito maior. O solo e o subsolo têm usos diferentes e não causam impacto ambiental.</p> <p><b>AGÊNCIA NACIONAL DA MINERAÇÃO - UNIDADE AVANÇADA DE ITAITUBA.</b></p> <p>Não há fiscalização efetiva. Só queimar equipamentos das atividades ilegais, ou em áreas ilegais, não resolve o problema dos crimes praticados nas atividades minerárias.</p> <p>Na sobreposição entre a Reserva Garimpeira e a APA Tapajós, há pequenas, médias e grandes empresas em pleno funcionamento. O poder público fica aquém da fiscalização que</p>	<p><b>MAM:</b> a renda da mineração é apropriada por uma fração muito pequena das pessoas da cidade, em que se insere a atividade de exploração mineral.</p> <p>O grande latifúndio é parceiro da Vale e dos grandes projetos de mineração. São bloqueadas as perspectivas de economia de pequena escala.</p> <p>A economia de larga escala da mineração mata as outras formas econômicas e produz renda altamente concentrada.</p> <p>O conflito ambiental cresceu porque o bloco de poder flexibilizou os direitos da natureza e os direitos territoriais. Se as grandes empresas de mineração passarem por cima das terras indígenas, aí de fato estaremos em uma situação sem saída.</p> <p>Há judicialização das dinâmicas sociais.</p> <p>A Lei Kandir destrói qualquer possibilidade de desenvolvimento econômico-social das regiões produtoras de minério e de todo o país e está diretamente ligada à crise fiscal dos estados.</p> <p>Vulnerabilidades da mineração: A Lei Kandir, a sonegação de impostos e a evasão de divisas. É uma pauta completa para delimitar o modelo de mineração.</p>
--	--	--	--	--

	<p><b>da mineração e é grandemente responsável pela crise fiscal dos estados, como o Pará.</b></p> <p><b>- Quase 100% dos projetos e atividades minerárias, em todos os âmbitos, operam sem o obrigatório licenciamento prévio.</b></p> <p><b>-Compradoras de ouro atuam ilegalmente em Itaituba, sem autorização do Estado, e criam sistema financeiro paralelo de empréstimo aos garimpeiros.</b></p> <p><b>-Atividades ilegais desviam o ouro da região, com vultosa perda de divisas para o país.</b></p> <p><b>- Grupos transnacionais da mineração estabelecem relações de dominação sobre os garimpeiros locais.</b></p> <p><b>-Embora o Pará detenha grandes reservas minerais, o mercado de trabalho</b></p>	<p>autorização - e as que têm autorização estão fechando as portas, como é o meu caso. Legalmente, o índio pode garimpar, mas a FUNAI, o IBAMA e o ICMBio não querem que isso aconteça. O homem branco está entrando e contaminando as terras indígenas, tirando todas as riquezas e os índios vão ficando só com o troco.</p> <p>A partir do governo Sarney, passou a haver o aparelhamento e o fortalecimento de organizações internacionais que, sob a bandeira ambiental, social, começaram a criar grilhões e travas ao desenvolvimento do setor florestal, agropecuário e principalmente mineral.</p> <p>O grande erro, que agora estamos a muito custo tentando consertar é que no Código de Mineração brasileiro o direito mineral é do primeiro que requer a área. O requerimento de pesquisa chega e envolve uma área que está cheia de garimpos há trinta, quarenta, cinquenta anos. A área estava livre e a empresa requer o direito. E por que o garimpeiro não requereu antes? Ele bem que tentou, mas esbarrou na falta de liberação do órgão dos 48.500 processos.</p>	<p>deveria efetivamente fazer. Faltam discussões interinstitucionais entre o MPF, o Ibama, a ANM e os órgãos ambientais para resolver os problemas porque é fato que esta região está sendo explorada.</p> <p>Há exploração minerária em terras indígenas Munduruku.</p> <p>Cerca de 90 a 99% dos que dão entrada em Permissões de Lavra Garimpeiras (PLGs), pessoas físicas e cooperativas, já estão atuando sem autorização, ou com autorizações vencidas.</p> <p>O garimpo e o garimpeiro tradicional estão sendo descaracterizados com o uso de alta tecnologia do maquinário utilizado, e, à medida que os garimpeiros adentram as reservas com esses equipamentos de ponta, passa a ser descaracterizado também o regime da PLG, que está ligada ao método tradicional de extração.</p> <p>A Unidade Avançada da ANM não possui dados seguros, mesmo em relação ao ouro, em face da ilegalidade. Os dados que levantamos podemos até dizer que são fictícios. Não temos controle sobre os dados reais. Muito ouro e outras substâncias estão sendo extraídas, mas infelizmente a instituição não detém esse controle.</p> <p>A dificuldade maior diz respeito à estrutura em si, da instituição, não só da</p>	<p>O poderio econômico dos grupos ligados à mineração aprofunda desigualdades regionais e as crises nos serviços públicos estatais. A mineração cumpre somente a função de equilibrar a balança comercial, para resolver o problema da inflação e da hiperinflação, desde o Plano Real.</p> <p>Há um poderio do setor da mineração com financeirização de todas as relações, no Congresso e em todos os âmbitos da sociedade.</p> <p>A Vale é responsável pelos maiores desperdícios, pois na economia política capitalista tudo o que não vira economia é desperdício da natureza.</p> <p>A privatização e a financeirização da Vale a tornaram um monstro, dentro de uma cadeia financeira invisível, e o lucro dos acionistas é um jogo do vale tudo.</p> <p>A Vale é uma empresa sistêmica, do bloco de poder, no poder, e é ela quem organiza o sistema da mineração no Brasil.</p> <p>Há uma grande evasão de divisas, legalizada, gerada pelo sistema operado pela Vale do Brasil com a Vale em outros países.</p> <p>A mineração chegou, entre 2003 e 2012, em territórios em que nunca havia chegado: na classe média, nos parques,</p>
--	---	--	--	--

	<p><b>tem sofrido retração constante.</b></p> <p><b>- Os dirigentes do estado do Pará e de Itaituba, além dos vereadores, são favoráveis aos grandes empreendimentos de mineração e à atuação predadora por parte dos pequenos, médios e grandes garimpeiros. O prefeito de Itaituba é também dono de garimpo.</b></p> <p><b>- O poderio do setor da mineração integra as elites políticas e econômicas da região e do país.</b></p> <p><b>- A empresa Vale é um conglomerado de poder sistêmico que conta com o apoio das elites políticas do Estado brasileiro, em todos os níveis – Executivo, Legislativo e Judiciário.</b></p> <p><b>- O uso cada vez mais intensivo de grandes máquinas, como as retroscavadeiras PCs, produz grande impacto ambiental, ao revolver o</b></p>	<p>Em vista dos problemas criados com o Código de Mineração, que lançou os garimpeiros à condição de ilegalidade, foi se criando uma fragilidade, que todo mundo faz de conta que não vê. Mas os garimpos não param de produzir e, como não há legalidade nessa produção, os compradores do contrabando começam a agir; as empresas que estão na região e que têm documento começam a ser duramente fiscalizadas, multadas, em função do ouro apreendido. Então, nós paramos de comprar ouro de quem não tem PLG. Porém, virou uma festa. Todo mundo compra ouro na cidade e o dinheiro vem da Bolívia, do tráfico de armas, da Guiana.</p> <p>O Código de Mineração foi para o Congresso e não foi votado. Não entrou em pauta, porque o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, não encaminhou, por interesses claros e evidentes – porque quem manda é a Vale, que detém o maior poder econômico. Todo mundo pisa onde a Vale diz para pisar e essa empresa não tem interesse na concorrência internacional, muito menos em perder o seu <i>status quo</i>.</p>	<p>ANM como também dos outros órgãos fiscalizadores. A estrutura e o suporte nós não temos.</p> <p>A situação entre o superficiário e o que é autorizado pela União a explorar o subsolo por vezes gera litígios e os maiores conflitos se dão entre garimpeiros. Há também problemas que o Inkra pode responder melhor, por serem questões agrárias, é que o fato de grande parte dos que estão na terra não serem proprietários, só terem a posse o que já gera outra discussão.</p> <p><b>ICMBIO – NÚCLEO DE GESTÃO INTEGRADA, DE ITAITUBA:</b> O principal problema é o garimpo, pois estamos sobre uma província aurífera, que é um grande reservatório, e principalmente nos últimos dois a três anos, em que houve aumento do ouro no mercado internacional, cresceu absurdamente a exploração, inclusive registramos um aumento muito grande do desmatamento vinculado à instauração de garimpos.</p> <p>O decreto que estabelece as infrações ambientais e os procedimentos para autuação das infrações tem a previsão de destruição de equipamentos entre as medidas cautelares que podem ser aplicadas em campo. Mas há resistência muito grande, toda vez que tem uma ação desse tipo, e também ampla repercussão pública, porque as pessoas sempre se sentem injustiçadas, não</p>	<p>nas reservas biológicas, em territórios indígenas, em territórios agrários, e carcomeu cidades inteiras. Então, o problema da mineração é sistêmico.</p> <p>Quanto ao mercado de trabalho, há um milhão de pessoas trabalhando na mineração sem carteira assinada. Há o mito de que a mineração emprega muita mão de obra e que desenvolve tecnologias, porque os países detentores desse mercado trazem tecnologia externa, mas os postos mais qualificados não são ocupados pela população local.</p> <p>O bloco de poder que se forma a partir de 2016 desmonta cada vez mais os direitos trabalhistas. À flexibilização das leis do trabalho se soma a flexibilização da legislação ambiental, dos direitos da natureza e dos direitos territoriais.</p> <p>Se houvesse interesse em confrontar o garimpo clandestino, as instituições do Estado não apoiariam a produção e comercialização crescente de tecnologias para garimpagem, como as PCs.</p> <p>A CFEM do ouro baixou ainda mais, desde 2007. Isso significa que regiões com maior potencial mineral de ouro passaram a ser muito menos beneficiadas.</p> <p><b>PÁROCO - PRELAZIA DE ITAITUBA:</b></p>
--	---	--	---	---

	<p><b>fundo dos rios, alterando a vida existente nas águas e ao seu redor.</b></p> <p><b>- A queima de grandes máquinas utilizadas em atividades ilegais pelos órgãos de controle e gestão ambiental gera constantes confrontos.</b></p>	<p>Existe um grande mito sobre o mercúrio. Se o garimpeiro for ensinado a usá-lo de forma correta a contaminação pode ser reduzida em 96%. Mas os vendedores de mercúrio não querem que a gente ensine. Aí vem o contrabando. O problema é que a floresta se contamina. Embora tenhamos conseguido discutir em nível nacional a permissão para ter licença ambiental para uso de mercúrio, o governo brasileiro retrocedeu de novo e está usando outro protocolo.</p> <p><b>SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE ITAITUBA:</b> Acredito que 90% do ouro que sai daqui é ilegal. As grandes empresas lavam o ouro e vão embora para São Paulo, que é quem ganha o dinheiro.</p> <p>Algumas compras de ouro são chamadas de “banco do garimpeiro”, porque o garimpeiro está precisando de dinheiro para a família ou de algo para o garimpo, o dono da compra de ouro viabiliza e manda para ele, ajuda. Houve uma época em que as compras de ouro foram</p>	<p>reconhecem que estão cometendo ação ilegal e causando danos muito grandes ao meio ambiente. As disputas são grandes entre quem está certo e quem está errado e essa é uma das nossas indefinições de como isso vai passar a se dar com o novo governo.</p> <p><b>SEMAS – NURE ITAITUBA:</b> Além do mercúrio, algo grave são as dragas que tiram do chão do rio o minério com uma sonda, que é levado para dentro da balsa para ser lavado, voltando o rejeito para o rio. No Creporizão, dá para observar que o rio tem outra cor.</p> <p>Itaituba por ser muito grande, fica difícil exercer uma fiscalização efetiva.</p> <p><b>SEMMA – ITAITUBA:</b> Há grandes conflitos entre os superficiários e os que estão autorizados a explorar o subsolo. Principalmente as grandes mineradoras estão invadindo o subsolo, porque têm acesso a maquinário mais sofisticado e quando a pessoa que está em cima nem imagina, embaixo está só o buraco. Isso aconteceu em um garimpo em que fazemos vistoria constantemente em que o terreno cedeu, por conta de uma cratera aberta por baixo.</p> <p>Não temos como precisar a quantidade de pequenos garimpos ilegais e pistas que surgem a toda hora. Não há como contabilizar. Eles são ilegais porque o</p>	<p>O novo estilo da garimpagem provoca um terrível desastre ecológico. Há denúncias da quantidade de mercúrio no rio Tapajós. A garimpagem feita com PCs revira toda a terra e os igarapés com grandes máquinas. Há missionário franciscano na região que teve que ser retirado porque havia homens armados para matá-lo.</p> <p><b>LIDERANÇA MUNDURUKU:</b> A doença agora [nas terras indígenas] está sendo o mercúrio, as mulheres não estão conseguindo engravidar, as crianças estão nascendo com deformações. O mercúrio não tem cura.</p> <p>Os brancos entram no território, estão explorando, querem negociar carro, cesta básica, voadeira, gasolina, mas isso tudo está acabando. Eles estão ricos porque exploram os índios e suas terras e depois vão embora.</p> <p>O pedido de socorro é porque os filhos estão se prostituindo, cada vez há menos do que se alimentar, não tem água para beber, porque está toda suja.</p> <p>O garimpo está matando a gente e com a legalização vai matar cada vez mais.</p> <p>A entrada de PCs está sendo muito grande e os índios estão pedindo socorro dentro da Mundurucânia, perto do Crepori. Era dever do Estado fiscalizar, mas não fez a sua parte e perdeu o controle.</p>
--	--	--	---	--

		<p>fechadas e a gente viu o caos aqui no município.</p> <p><b>MOVIMENTO EM DEFESA DA LEGALIZAÇÃO DA GARIMPAGEM NO OESTE DO PARÁ:</b> O desenvolvimento econômico e sustentável em todo o oeste do Pará, e principalmente em Itaituba, é a garimpagem.</p> <p>A maior degradação ambiental vem com o escoamento da soja e os maiores prejudicados somos nós, os garimpeiros.</p> <p>A outra grande prejudicada é a sociedade de Itaituba, porque o garimpo é que traz a produção e movimenta a economia do município.</p> <p>Não há investimento por parte do Estado para a legalização dos garimpos.</p> <p>O que engessou a economia da região foi a legalização - como o Decreto 714/2013 de Simão Jatene e a criação de Flonas, Parques e Reservas, de forma que não se pode trabalhar.</p> <p>As grandes empresas de mineração de outros países, grande parte canadense, se instalam, nem querem saber e que</p>	<p>ouro que está sendo extraído não vai passar pelos filtros governamentais.</p> <p>Historicamente, aqui na região acontece sempre assim, as obras começam antes dos estudos de impactos ambientais. Assim tem sido com parte dos grandes projetos minerários e também com a construção de portos.</p> <p>Entre Novo Progresso e Jacareacanga temos uma região totalmente mineralizada e na sequência estão as áreas indígenas de Rio Novo, Rio das Tropas, Creporizão, Marupá. Na região própria do rio Tapajós, próximo à Mamãe Anã, nós temos região mineralizada e indígenas do outro lado, e isso gera muitos conflitos.</p>	<p>Os indígenas têm denunciado constantemente todas as ilegalidades, mas nada é resolvido.</p> <p>Em Itaituba, os garimpeiros trabalham cada vez mais com as dragas, que alcançam o fundo dos rios. Mas eles têm a licença da SEMAS e têm muita parceria com o pessoal de Itaituba, com o próprio prefeito e com os vereadores, que são a favor desses empreendimentos.</p> <p><b>MAB:</b> Há muita riqueza dentro deste território, porém o povo não usufrui dela. Os ciclos econômicos desta região são a prova mais concreta disso.</p>
--	--	--	---	--

		<p>se dane quem está lá dentro dos garimpos, como aconteceu com a Brazauro, no Tocantinzinho.</p> <p>São os garimpeiros que movimentam a economia da região, mas não é dado valor para eles. É só destruição de equipamentos, de PCs, de motores, pelos órgãos do governo.</p> <p>As empresas de outros países fecham acordos milionários com os governantes e até os investimentos feitos, como a estrada do Creporizão para o Tocantins, que deveria beneficiar os garimpeiros, a empresa toma conta.</p>		
4)CONSTRUÇÃO DE PORTOS E ESTAÇÕES DE TRANSBORDO DE CARGAS PARA EXPORTAÇÃO DE <i>COMMODITIES</i> .	- <b>Construção acelerada dos portos, sem consulta às comunidades ribeirinhas, tradicionais, indígenas.</b>		<b>SEMAS – NURE ITAITUBA:</b> Muitos desses portos, pelo que observo, são fruto de uma briga municipal, entre os políticos da região. A tributação desses portos não vem para o município, vai para o estado.	<b>LIDERANÇA MUNDURUKU:</b> Estão querendo fazer três portos bem na frente da aldeia Munduruku, em Miritituba. Os pescadores não podem nem mais pescar do outro lado, porque há empreendimento dos dois lados. Os peixes estão indo cada vez mais adiante

	<p><b>-Modelo de desenvolvimento: grandes empreendimentos não melhoram as condições de vida de quem mora na região.</b></p>		<p>Deveria ser uma condicionante que cada empresa dessas fizesse benefícios para o município e a comunidade próxima. Estão chegando várias empresas, estão se instalando, mas só quem é beneficiado é o dono das áreas que estão sendo compradas.</p> <p>Há, então, vários fatores implicados nesse crescimento, que podemos chamar de desordenado e rápido.</p> <p>Os pátios de triagem, mesmo, para o estacionamento dos caminhões, e não apenas os portos, são estruturas muito grandes. Ao mesmo tempo, dá para observar que a comunidade não tem desenvolvimento nenhum.</p> <p><b>SEMMA – ITAITUBA:</b> Em Itaituba, muita coisa foi dita e foi prometida sobre os portos, mas que não se cumpre. Em parte, pelo próprio governo que não cobra de forma veemente o que foi prometido, porque a nossa distância da capital é muito grande e o aparelhamento da capital, para esse tipo de cobrança e de fiscalização não existe.</p> <p>A capital não quer deixar que o município tome posse dessa parte, porque quando é um grande empreendimento considera-se que o município não tem capacidade técnica e estrutural de fazer as cobranças, e mantém tudo lá. Se a capital não tem [essa capacidade], o município vai ter? E</p>	<p>e mais adiante é terra indígena, onde está tendo mais invasão agora.</p> <p>Quando os caminhões chegam para desembarcar cai muito pó da soja no rio e até hoje não se sabe se as águas estão contaminadas. Não se sabe se houve interesse em pesquisar a qualidade da água, ou se não houve divulgação.</p> <p><b>CPT-BR-163:</b> A construção dos portos vem se dando de forma muito acelerada. Enquanto estávamos discutindo o licenciamento ambiental, os portos já estavam sendo construídos no silêncio. Quando nos demos conta, já havia o porto da Bunge, em Miritituba, sem nenhum diálogo com o povo e passando por cima do direito das comunidades tradicionais. Não se tem discutido as condicionantes desses portos.</p> <p>As populações do km 30 e de Miritituba não têm nenhuma infraestrutura para receber esses empreendimentos, assim como não há a contrapartida dessas obras para os municípios. A saúde, o saneamento básico e a educação são precários, não há água potável. Que desenvolvimento é esse que não melhora a qualidade de vida de quem está na região?</p> <p>Há grande descaso do poder público em questionar as empresas portuárias e as comunidades não têm nenhuma</p>
--	---	--	--	--



			<p>aí o que acontece é que os portos estão sendo construídos.</p> <p>Os novos ‘donos’ das áreas portuárias pedem para os antigos proprietários a limpeza [das terras] e, nesse processo, o Iphan já ficou de fora. Como toda essa região em que ficam os portos era uma região de cacicados, de grupos indígenas que viveram lá, o Iphan já não pode fazer o trabalho de resgate cultural. Só nesse primeiro momento, em que a empresa portuária comprou o terreno, já temos, portanto, os impactos ambiental e cultural.</p> <p>Há grandes impactos decorrentes dos portos e do abastecimento das barcaças porque caem muitos [grãos e resíduos], que fermentam, deixando o cheiro da água insuportável, tanto do lado de lá [de Miritituba] quanto do de cá [da sede do município de Itaituba]. Isso causa muitos problemas quanto aos peixes.</p> <p>Do lado de lá, recebemos reclamações de que o pessoal dos portos não quer que os pescadores passem até determinada distância da borda, e esse é um ambiente natural em que os pescadores pescam há anos. Ao proibirem a passagem dos pescadores, há conflito também social, além do ambiental, com a instalação dos portos.</p> <p><b>CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ITAITUBA:</b></p>	<p>informação de qual é a contrapartida dos portos para Itaituba.</p> <p>Comunidades, como a dos pescadores, estão com dificuldade para pescar depois dos portos, porque eles privatizam áreas do rio. Temos questionado para as licenças ambientais concedidas para a construção dos portos, mas não sabemos dizer se existem ou não porque não vemos esses documentos.</p> <p><b>MAB:</b> O processo acelerado, sem consulta à população, tanto para a construção de portos quanto para as hidrelétricas, configura verdadeira invasão de território.</p> <p><b>SINTEPP:</b> Os grandes projetos na região pouco têm deixado de ganhar na área educacional, como investimentos por parte do setor produtivo privado. Grandes empreiteiras, como as construtoras responsáveis pelas ETCs, têm feito o mínimo pela população local, embora tenha sido debatida uma pauta de reivindicações.</p> <p><b>ASSOCIAÇÃO DOS PESCADORES DE ITAITUBA:</b> Quem paga pelo progresso são os pequenos. Não se informa sobre os impactos para a sociedade com a construção de portos, assim como das hidrelétricas. Acabam-se as matas, os peixes, depois vêm o desemprego, as</p>
--	--	--	--	---



			<p>Vejo que o interesse das empresas é explorar. Um exemplo disso é que essa área verde onde é a praia, no rio Tapajós, era de onde muitos pescadores sobreviviam e hoje eles não têm o direito de se aproximar do porto de onde eles sobreviviam. Perguntei em uma audiência [pública] sobre os portos se as empresas, além das terras, tinham comprado as águas do rio também e quanto foi que pagaram por isso, mas não obtive resposta.</p> <p>Atualmente, até os barcos que vão para Santarém não andam mais pelo lado esquerdo, só pelo lado direito, porque tem uma parte que não dá mais para passar, porque é proibido. É como se as empresas portuárias tivessem comprado as águas.</p> <p>Os peixes, em função de comerem a soja [que cai no rio quando as barcaças são abastecidas] estão contaminados e apareceram deformações neles.</p> <p>Os sítios arqueológicos [as empresas portuárias] estão retirando todos e destinando para onde eles querem. Mas isso é falta de política em Itaituba e eu culpo os vereadores do município por isso, pois deveriam levar para o Executivo essa situação e ver o que poderia ser feito. Eles não estão preocupados com a cultura, estão pensando em dinheiro.</p>	<p>drogas, a prostituição e as filas nos hospitais.</p> <p>A tendência é que a cada ano desapareçam outras espécies de peixes, porque já sumiu grande parte das que existiam em Itaituba.</p> <p>O homem causa a destruição do homem.</p> <p>Os pescadores estão proibidos de pescar nos locais dos portos construídos no rio Tapajós. O direito de ir e vir dos pescadores está cerceado, inclusive dos pescadores artesanais, o que é assegurado pela legislação do país.</p> <p>Os limites para a pesca são definidos sem a participação da população diretamente interessada e atingida.</p> <p>As balsas atracam nas ilhas, onde há proibição.</p> <p>Nas reuniões que já ocorreram com a SEMAS, em Miritituba, nada foi resolvido.</p> <p>A construção dos portos e a quantidade de barcaças que circulam no rio tapajós tiram o espaço de trabalho dos pescadores, que não sabem a quem recorrer.</p>
--	--	--	---	--

<p>5)PRODUÇÃO DE ENERGIA - CONSTRUÇÃO DE PEQUENAS, MÉDIAS E GRANDES HIDRELÉTRICAS, NA BACIA DO TAPAJÓS.</p>	<p>- A construção de hidrelétricas é uma exigência para que os grandes empreendimentos minerais possam ser instalados na região e, por essa lógica, o equilíbrio social e ambiental deixa de ser considerado.</p> <p>- Em nome do ‘desenvolvimento’, seguem as determinações para a construção do Complexo Hidrelétrico do Tapajós, sem que sejam resolvidos problemas ambientais e socioeconômicos estruturais dos locais abrangidos por esses empreendimentos, da região e do país.</p> <p>- Há grandes conflitos sociais entre os poderosos interesses envolvidos na construção da UHEs e grandes parcelas dos povos da região do Tapajós diretamente atingidos.</p>		<p><b>PREFEITO DE ITAITUBA:</b> O Complexo Hidrelétrico do Tapajós é uma prioridade para o país e tem que acontecer. As hidrelétricas do conjunto de São Luiz Tapajós têm que acontecer no curto prazo.</p> <p>As vilas que vão ser impactadas nós já temos a solução para colocar em outro lugar.</p> <p><b>CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ITAITUBA:</b> Os índios têm travado uma luta impressionante para que não aconteça a destruição do meio ambiente. Eles lutaram tanto para a preservação da área e agora descobrimos que tudo o que os outros estavam dizendo era mentira e entramos na briga.</p> <p>Sítios arqueológicos e outras coisas que são sagradas para os indígenas são destruídos nos processos de construção das barragens. Ainda bem que existem os Munduruku na nossa região, que de sete etnias foram reduzidos a uma só, porque houve uma destruição em massa.</p>	<p><b>MAM:</b> o empreendimento hidrelétrico é a antessala do projeto mineral, pois não existe mineração sem o uso intensivo de energia. As hidrelétricas produzem enorme desperdício de natureza para gerar <i>commodities</i> que são incapazes de desenvolver uma região e a levam a uma total miséria, inclusive da natureza.</p> <p><b>CPT- BR 163:</b> - Desde o anúncio da hidrelétrica de São Luiz do Tapajós, já houve violação de direitos humanos contra as comunidades tradicionais e aos indígenas da etnia Munduruku, das comunidades ribeirinhas e pesqueiras, porque as empresas não os consultaram, assim como o governo também não respeitou a participação do povo nas decisões desse projeto.</p> <p>Começaram, então, os enfrentamentos, porque essa hidrelétrica é um avanço do capital na região e integra um conjunto de grandes projetos de infraestrutura pensado pelo grande capital e articulado com o governo brasileiro para esta região.</p> <p><b>MAB:</b> No Pará e na região do Tapajós, há enormes contradições porque temos duas grandes hidrelétricas neste estado, mas nós estamos pagando uma das tarifas de energia mais caras do Brasil.</p>
---	---	--	--	---

	<p><b>- Estudos de Viabilidade Técnica para a construção de UHE desrespeitam protocolos internacionais e as leis do país, embora sejam aceitos pela ANEEL, como no caso da UHE Jatobá, no rio Tapajós.</b></p> <p><b>-Os empregos gerados por ocasião da construção das hidrelétricas transformam-se, poucos anos depois, em grandes bolsões de miséria.</b></p> <p><b>-Ausência de consulta prévia aos povos e comunidades tradicionais, indígenas e demais ribeirinhos da região, desrespeita leis e acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário.</b></p> <p><b>-Deslocalização forçada de indígenas, ribeirinhos, quilombolas e outras comunidades que vivem nas regiões que integram a bacia do Tapajós.</b></p> <p><b>-Sítios arqueológicos, ilhas, a cultura e a</b></p>			<p>Os projetos para construção de UHEs são definidos sem discussão com os agentes do campo social.</p> <p>O Consórcio Tapajós criou falsos mecanismos de consulta à sociedade nos municípios envolvidos na construção de UHEs.</p> <p><b>COLÔNIA DOS PESCADORES DE ITAITUBA:</b> Para a construção de hidrelétricas, os ribeirinhos e os índios são levados à força para onde não sabem morar, nem trabalhar.</p> <p>Embora saibamos que o Brasil precisa produzir mais energia e que esses empreendimentos, como as hidrelétricas, trazem muitos empregos diretos, é preciso avaliar os impactos para a sociedade, para os ribeirinhos, os pescadores, nosso rio, nossas matas. Esse custo nada nem ninguém paga, não importando o que o governo vá investir, pois os investimentos nunca chegam para os que mais necessitam.</p> <p>Após três, quatro anos que são gerados os empregos para a construção de hidrelétricas, vêm o desemprego, o deslocamento forçado de ribeirinhos o aumento dos roubos e do uso de drogas. Depois vêm as filas nas delegacias de polícia, nos hospitais, o desordenamento na construção de casas.</p>
--	---	--	--	--

	<p>história dos povos da região são alagados e destruídos.</p> <p>- Embora o Pará seja um grande produtor de energia, as tarifas de energia são caras para os consumidores do estado.</p> <p>- A alteração do curso dos rios interfere em toda a cadeia de atividades ligadas à água, como a pesca.</p> <p>- As PCHs, em grande número, ao ser consideradas em conjunto, causam grandes impactos na região.</p>			
<p>6) IMPACTOS SOCIAIS, ASFALTAMENTO E ADMINISTRAÇÃO DA BR-163.</p>	<p>- A rodovia é pensada para o escoamento da produção dos grandes produtores e a cobrança de pedágio será mais um agravante para os pequenos produtores da região.</p> <p>- O trânsito intenso na BR-163 tem provocado muitos acidentes de trânsito nas cidades cortadas pela rodovia.</p>	<p><b>SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE ITAITUBA:</b> As problemáticas continuam em relação às pontes, à estrada, que continua do mesmo jeito, embora já tenha havido algum adiantamento na questão do asfaltamento. Mas há as pontes de madeira[...] que causam inúmeros acidentes, principalmente com carretas. Há muitas pontes, tanto na BR-230</p>	<p><b>PREFEITO DE ITAITUBA:</b> O governo federal assumiu que vai concluir a rodovia BR-163 até 2019 e em 2020 vai licitar para as empresas cobrarem pedágio e dar a manutenção, com a duplicação desde o município de Sinop até os portos de Miritituba, o que é muito interessante para a nossa região.</p> <p><b>SEMAS – NURE ITAITUBA:</b> Além do tráfico de drogas pelos caminhões que circulam na BR-163, há também o tráfico de pessoas, porque em</p>	<p><b>CPT-BR 163:</b> O fluxo absurdo de carretas na BR-163 tem provocado muitos acidentes de trânsito e gerado muita revolta.</p> <p><b>MAB:</b> A BR-163 e a Transamazônica, embora existam há mais de cinquenta anos, o povo não pode usufruir dos projetos dessas rodovias, que seriam para ajudar as comunidades a retirarem os seus produtos para colocar no mercado.</p>

	<p><b>- A circulação de grande número de caminhões, impossível de ser fiscalizada segundo as fontes ouvidas, facilita o tráfico de drogas e também de pessoas.</b></p> <p><b>- A presença de muitos caminhoneiros na região, como em Miritituba, tem levado ao aumento da prostituição, inclusive de crianças.</b></p> <p><b>- O consumo de drogas por adolescentes e jovens tem aumentado muito na região, em função da facilidade de acesso com o intenso trânsito de caminhões.</b></p>	<p>quanto na BR-163, e a gente continua com esses problemas.</p>	<p>função do grande número de caminhões, é impossível fiscalizar todos.</p> <p>Miritituba é carente demais e os benefícios dos projetos não vão diretamente para lá, ou se chegarem será com muito atraso. E imagine o quanto isso vai piorar, porque segundo as empresas elas ainda não estão trabalhando no pico e já há certo período do ano em que esse volume [de trânsito na rodovia] dobra.</p> <p><b>SEMMA – ITAITUBA:</b> A rodovia foi asfaltada, mas em pouco tempo já perdeu a “capa” do asfalto, o que quebra muitos caminhões, ocasiona muitos acidentes, mortes de caminhoneiros e de populares.</p> <p><b>CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ITAITUBA:</b> Em Miritituba, o que foi feito não é suficiente, há muita prostituição, inclusive de crianças, por causa da presença dos caminhoneiros, muita droga, muitos acidentes, tendo em vista o grande fluxo de carretas.</p> <p><b>REPRESENTANTE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE TRAIRÃO:</b> Com o fluxo intenso de caminhões na BR-163 há alto índice de acidentes de trânsito. A presença de muitos caminhoneiros nesse corredor de trânsito fez aumentar</p>	
--	--	--	---	--

			<p>muito a prostituição de jovens, assim como o consumo de drogas, pois o dinheiro chega mais fácil nas mãos desses jovens.</p>	
<p>7) CONSTRUÇÃO DA FERROVIA EF-170 – A FERROGRÃO.</p>		<p><b>SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE ITAITUBA:</b> A Ferrogrão é um assunto bem complexo. Muitos acreditam que a ferrovia vai tirar a subsistência de muitas pessoas que estão no entorno da BR-163. Trairão, por exemplo, depende dos caminhoneiros porque lá eles deixam muito dinheiro, em alimentação nos restaurantes, no abastecimento dos caminhões, e, se deixar de acontecer esse movimento, vai ser difícil. Mas, para outros, o trânsito vai diminuir, mas não vai deixar de existir, porque não serão todos a mandar as suas cargas pela Ferrogrão, porque existem outros produtos que poderão vir de caminhão.</p> <p>Tudo depende muito das condicionantes que forem estabelecidas pelos produtores e moradores da região em conjunto com os que vão implantar a Ferrogrão. Ou seja, das indenizações às pessoas que vão ter as suas áreas invadidas [pela ferrovia], pois precisam negociar</p>	<p><b>PREFEITO DE ITAITUBA:</b> Sou contra a construção da Ferrovia. Hoje já temos cerca de oito mil motoristas passando por Miritituba, borracharia, posto de combustível, restaurante, hotel e esse povo deixa alguma coisa aqui.</p>	<p><b>LIDERANÇA MUNDURUKU:</b> Tentaram usar o povo Munduruku para fazer reunião, mas nunca aceitamos reunir com o Prefeito de Itaituba, que é contrário à ferrovia, porque não atende aos interesses dele, nem vai trazer nada para o município. Barramos as audiências públicas e tudo o que vem trazendo desgraça para os povos indígenas.</p> <p><b>CPT-BR 163:</b> A Ferrogrão é mais um grande projeto que vem para “somar”, na destruição do meio ambiente e na violação de direitos das populações daqui. Há muita discussão dos caminhoneiros e dos carreteiros e resistência para que não seja construída a ferrovia.</p>

		<p>muito bem para poder implantar empreendimentos em torno da BR-163, porque a rodovia não vai deixar de existir, nem a trafegabilidade.</p> <p>O dinheiro é que dita as regras [referindo-se ao capital chinês e ao fato de o prefeito de Itaituba ser contrário à construção da ferrovia].</p>		
<p>8) RELAÇÕES COM/ENTRE AS INSTITUIÇÕES DO ESTADO BRASILEIRO, EM TODOS OS NÍVEIS.</p>	<p>- <b>As instituições do Estado na região em sua maioria não efetivam políticas públicas asseguradas em leis e em outros instrumentos.</b></p> <p>- <b>Há concentração cada vez maior do poder estatal e ausência de canais de negociação do Estado com os agentes sociais.</b></p> <p>- <b>Os órgãos do poder público dos três âmbitos de gestão – federal, estadual e municipal – em geral, não dialogam entre si, o que resulta na atuação ineficaz ou abandono de áreas e conflitos em que a atuação do Estado é essencial.</b></p>	<p><b>SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE ITAITUBA:</b> Para esta região aqui, especificamente, temos acreditado muito em tudo o que temos ouvido desse novo governo [Bolsonaro], principalmente no que tange à questão da BR-163.</p> <p>Estive com o ministro Nahban Garcia e também com a nova ministra da Agricultura, Tereza Cristina, onde eles falaram tudo aquilo que a gente precisa ouvir, que a gente quer ouvir, principalmente em relação à complementação da BR-163, que já foi licitada, em relação à regularização fundiária, que não é uma coisa tão imediata, porque nós somos regidos por leis e estas não podem ser revogadas de uma hora para outra. Mas a gente percebe que o governo tem muita vontade de fazer, principalmente</p>	<p><b>SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA DE ITAITUBA:</b> Hoje, a área tributária de qualquer município é um balcão de negócios. É preciso receber o contribuinte de maneira especial porque é um cliente do município, é igual a um cliente do comércio. Precisamos implantar uma infraestrutura melhor.</p> <p><b>ICMBIO – NÚCLEO DE GESTÃO INTEGRADA, DE ITAITUBA:</b> Fora das UCs há uma relação bem complexa de competências, porque há vários entes que são competentes, mas nenhum é competente...Por exemplo, em uma área fora das UCs, sendo uma gleba pública, o Ibama pode atuar, se for de interferência local a SEMMA pode atuar, a SEMAS pode atuar também, mas no final fica uma disputa e acaba ninguém atuando. O ICMBio tem a competência para as UCs, que divide com o Ibama, que também pode atuar</p>	<p><b>PÁROCO - PRELAZIA DE ITAITUBA:</b> A violência acontece no nível estrutural-institucional, pelo não cumprimento dos direitos das pessoas. Quando o governo cria um modelo de desenvolvimento gera expectativa da sociedade. Mas o Estado não atua, não efetiva o que prometeu, o que se constata nos órgãos que funcionam na nossa região. O Estado não cumpre as suas funções e permite que os atores sociais que chegaram submetam os atores locais à força.</p> <p>O Inkra não conseguiu retirar os madeireiros das áreas dos projetos de assentamento, como no caso do PA Areia.</p> <p>No PA Ypiranga, a responsável pela unidade avançada do Inkra de Miriituba tentou obrigar o presidente da Associação a retirar os assentados sob a alegação de que aquelas terras tinham</p>

	<p><b>- A falta de fiscalização e de articulação entre as ações dos órgãos da esfera federal, são determinantes para o aumento da ilegalidade que assola a região.</b></p> <p><b>-As audiências públicas, em geral, não têm servido para dirimir os conflitos sociais e os resultados oficiais não correspondem aos interesses e propostas das maiorias.</b></p> <p><b>- Há falta de governança, o que potencializa os conflitos sociais.</b></p> <p><b>- Diferentes formas de violência são perpetradas pelo Estado na região.</b></p> <p><b>- A impunidade favorece os que atuam na ilegalidade, em detrimento dos direitos de todos.</b></p> <p><b>- O poder econômico e o poder político são coincidentes e submetem as populações locais aos</b></p>	<p>no nosso setor, que somos tratados como bandidos.</p>	<p>nessas áreas, nas terras indígenas e em outras áreas públicas.</p> <p>Os indígenas têm resistência muito grande ao governo, o que é perfeitamente compreensível, porque de fato o governo nunca os apoiou.</p> <p>Sentimos muita falta de outros órgãos do governo aqui, em Itaituba, tanto no nível federal quanto estadual e acho que isso contribui muito para as coisas terem se instalado como são. A falta de governança que existe aqui no território é algo que potencializa os vários conflitos. Há lugares em que não se vê um único órgão chegar até ali.</p> <p><b>SEMAS – NURE ITAITUBA:</b> A SEMAS Itaituba, embora estratégica, não está devidamente aparelhada com o quadro técnico necessário, o que tem sido repassado para a sede em Belém. Alguns processos demoram muito, como o de uma licença ambiental para mineração que havia sido protocolada em 2016 e só foi liberada em abril de 2019.</p> <p>As empresas começam a operar em seus ramos de atividade sem que a licença tenha sido concedida. Não tenho números, mas temos conhecimento de que muitas empresas agem assim, sem licenciamento.</p> <p><b>SEMMA-ITAITUBA:</b></p>	<p>dono. A situação gerou um processo protocolado no MPF.</p> <p>O Estado também permite que a violência ocorra também pelo poder aquisitivo e econômico de um grupo sobre uma população.</p> <p>Outra violência, que é muito forte, é a do poder econômico sobre a região. Quem era fazendeiro e madeireiro, atuava na ilegalidade, adquiria muito dinheiro, grilava terras e muitas dessas pessoas são hoje políticos, ou têm cargos e influência políticos. Então, o poder econômico de um grupo fez com que também se tornasse o poder político local.</p> <p>O grande problema da violência aqui também é a impunidade. Há perseguição aos denunciantes e às testemunhas de crimes.</p> <p>Além disso, no meio dessa mata dos madeireiros, tem muitos corpos de pessoas que foram assassinadas sem que se chegue aos culpados.</p> <p><b>LIDERANÇA MUNDURUKU:</b> Sabemos que o presidente não gosta da gente e quer que a gente morra mesmo e com os garimpos vai facilitar para que a gente morra o mais rápido possível, com doenças, com o mercúrio, com a violência, com tiro, ou com a água mesmo.</p>
--	---	--	---	---



	<p><b>interesses de grupos privados e à ilegalidade.</b></p> <p><b>- Há muitos problemas quanto aos instrumentos de regularização fundiária e à corrupção em órgãos estatais. O direito de ter acesso ao título da terra por grande número de pequenos agricultores não é respeitado, o que os impede inclusive de obter créditos públicos.</b></p> <p><b>O Estado brasileiro não dá respostas para as muitas questões que assolam os direitos e a vida dos povos indígenas da região.</b></p>		<p>Em termos legais a audiência pública é a que mais contribui para tentar dirimir os conflitos, mas particularmente considero que ela é “preenchimento de folha” para pegar assinaturas e depois gerar um relatório, que não é nada do que aconteceu lá dentro e depois esse relatório é que vai ser a verdade.</p> <p>Todas as vezes em que houve audiência pública sobre os portos foi uma falácia. Vários falam, o MPF e outros, depois elaboram o relatório, mas o fato é que os portos estão aí. Tem até um decreto do Iphan dizendo que em todas essas ocasiões esse órgão tem que ser chamado, mas na prática isso não funciona. A audiência pública não funciona.</p> <p>Na área ambiental, [da forma como está sendo conduzida a gestão] fica muito descontrolado, tanto no nível do cidadão, quanto no nível dos órgãos. A Polícia reclama demais quando está fazendo um trabalho que é nosso, da Semma, até mesmo de poluição sonora. Estamos amarrados, na verdade. Então, vira um caos.</p> <p>Não temos o controle de onde estão sendo gastos esses recursos, embora alguns tenham finalidade específica e não possam [legalmente] ser desviados para outros fins. Não temos combustível, não temos pneus trocados para fazer as atividades, mesmo entrando recursos todos os meses. No mês de março de</p>	<p>Quanto aos representantes do Estado, só temos parceria com o MPF, por conta dos procuradores Felício Pontes e Camões Boaventura.</p> <p><b>CPT- BR 163:</b> Não há nenhuma comunicação, nenhum diálogo com os órgãos do poder executivo estatal. - As audiências públicas são um disfarce, agendadas em cima da hora, o que dificulta a mobilização das comunidades e já é feito para isso mesmo, para impedir a participação. Esse método é também violador dos direitos.</p> <p>Quanto aos órgãos de segurança, não existe relação nenhuma porque não dá para confiar e a gente não se sente seguro. Vemos a polícia perseguindo trabalhadores e trabalhadoras rurais, a mando de alguém que os ameaça; vemos a delegacia se recusando a fazer boletim de ocorrência das ameaças.</p> <p>Em 2018, ocorreram quatro assassinatos no mesmo assentamento, o PDS Terra Nossa, em Novo Progresso. Depois disso, já há mais duas pessoas ameaçadas. Observa-se que não acontece a investigação concreta desses assassinatos e não é repassada nenhuma informação às organizações sociais.</p> <p><b>MAB:</b> Dentro desse território Tapajônico tem um povo que sempre resistiu a todos os processos de ‘ausência’ do Estado,</p>
--	--	--	--	--

			<p>2019 entraram R\$60 mil no fundo municipal de meio ambiente e não conseguimos trocar um pneu.</p> <p><b>CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ITAITUBA:</b> Solicitei em uma audiência pública que fosse instalado um posto da Polícia Federal na Transamazônica, entre Itaituba e Jacareacanga, para evitar o tráfico de drogas, que está demais. Mas ainda não alcançamos esse objetivo, que é de suma importância para o município.</p> <p>O grupo do Conselho é atuante, mas precisa melhorar mais. Creio que as coisas deveriam ser feitas de forma mais clara, mais pública, para o povo ficar sabendo. Deveriam deixar de manipular os conselheiros.</p>	<p>quanto às políticas públicas. Tem muita riqueza neste território, porém o povo não usufrui dela. Os ciclos econômicos desta região são a prova mais concreta disso.</p> <p>A riqueza de qualquer região deve servir, primeiramente, à região, e só depois ela tem que ser pensada sob as perspectivas nacional e internacional, mas aqui ocorre o contrário disso.</p> <p>Os domínios da política partidária associados às elites econômicas locais são muito fortes em toda a região da BR-163. Se formos ver quem são os prefeitos desses municípios, vamos ver que são os mesmos responsáveis pelos conflitos agrários na região e pela grilagem de terras.</p> <p>O que os poderes públicos puderem esconder das entidades, seja ela uma pequena associação, ou até um fórum, eles escondem. O interesse do Estado em dialogar com a sociedade civil e geral não existe aqui.</p> <p><b>SINTEPP:</b> A formação tecnológica, de um técnico ou engenheiro de nível mais elevado, dificilmente será conseguida dentro do município. É preciso que haja a definição de uma política social de formação da mão de obra local, para que nós possamos ocupar todos os espaços de trabalho dentro dos grandes</p>
--	--	--	---	---

				<p>empreendimentos que estão sendo construídos dentro do município.</p> <p>Na Escola Tecnológica do Pará (EETEPA), em Itaituba, há laboratórios sucateados ou abandonados, por falta de manutenção do Estado, que ‘esqueceu’ uma das maiores escolas para formação em nível médio, para todo o oeste do Pará. Então, não há investimento para que a população seja qualificada para ocupar postos de trabalhos nos grandes empreendimentos.</p> <p>Na zona urbana de Itaituba cerca de 40% das unidades de ensino ainda estão sem as condições mínimas de trabalho para os servidores e o alunado. E em condições mais precárias ainda estão muitas escolas da extensa zona ribeirinha, ainda cobertas de palha e sem estrutura mínima para funcionar.</p> <p><b>LIDERANÇAS DE PROJETO DE ASSENTAMENTO, NO TRAIRÃO:</b> O Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, embora importante, não chega a defender as vidas, integralmente, o que demanda de muito apoio da comunidade e as pessoas ameaçadas estão sempre correndo riscos.</p> <p><b>STTR:</b> Após muita luta, foram criados cinco PDSs e um PA, há quase um ano, no entorno do Parna Amazônia. Até agora, porém, não houve o assentamento de fato. Só depois de assentadas é que as</p>
--	--	--	--	--

				<p>famílias poderão ter acesso às políticas públicas que todo PDS e todo PA necessita.</p> <p>Quanto às famílias que vivem dentro do Parna Amazônia, ainda não ocorreu a indenização e o remanejamento.</p> <p>Quanto à regularização fundiária o avanço é muito pequeno, pois muito poucos títulos de terras foram entregues nos últimos anos. Um dos fatores mais preocupantes é que o agricultor não tendo o título da terra ele não é proprietário, mesmo que more na terra há 30 ou 40 anos. A falta do título dificulta muito todo tipo de financiamento e, portanto, o suporte à produção.</p> <p>Parte dos conflitos está ligada à falta de demarcação das terras. Os que entram na terra, por não haver demarcação oficial, muitas vezes descumprem os acordos de convivência.</p>
9)DESMATAMENTO	<p>- O aumento de grandes áreas desmatadas, por corte raso, inclusive em UCs – em especial na Flona do Jamanxim, no Parque do Jamanxim e na Flona Itaituba I - tem sido assustador.</p> <p>- A falta de conexão da gestão e sistemas operados pelos órgãos responsáveis pelas</p>		<p><b>ICMBIO – NÚCLEO REGIONAL DE ITAITUBA:</b> Na APA do Tapajós aumentou bastante o índice de desmatamento, também relacionado diretamente ao garimpo, e há conflitos nas Flonas, que são UCs em que não é permitida a exploração minerária. As Flona do Jamanxim, de Altamira, do Crepori e do Amana são as que mais sofrem esse impacto.</p> <p>Outro problema das UCs que estão mais no eixo da BR-163, que são a Flona do</p>	<p><b>PÁROCO - PRELAZIA DE ITAITUBA:</b> Nesta região, que inclui grandes extensões de terras griladas e vários municípios – entre esses Novo Progresso, Trairão, a ideia é a da monocultura e as árvores são um problema.</p> <p><b>LIDERANÇAS DE PROJETO DE ASSENTAMENTO, EM TRAIÇÃO:</b> Somente em uma das áreas do PA, um dos fazendeiros que se auto intitula</p>

	<p><b>políticas ambientais e pelo controle do desmatamento impedem articulações que poderiam evitar os crimes, ou responsabilizar os criminosos, assim como possíveis ações de inteligência.</b></p> <p><b>-Em âmbito local, representante do órgão municipal responsável pelo desmatamento afirma que as informações não circulam, o que impede o controle oficial dos dados.</b></p>		<p>Jamanxim, o Parque do Jamanxim, a Flona Itaituba II, principalmente, é que tem aumentado muito o desmatamento, relacionado primeiramente à extração ilegal de madeira e depois à instalação de grandes áreas para pecuária.</p> <p>Houve um aumento de áreas ocupadas e do desmatamento de áreas muito grandes, por corte raso, que foi uma coisa que nos surpreendeu bastante, em 2018. Na Flona Jamanxim houve, também em 2018, um desmatamento muito grande, de mais de mil hectares, em apenas uma propriedade, o que nos assusta muito.</p> <p>Encontramos muita madeira explorada ilegalmente, ao sair das nossas atividades de fiscalização nas UCs, mas não conseguimos ‘linkar’ com os planos de manejo, porque não temos acesso ao sistema do Documento de Origem Florestal (DOF). Assim, não é possível fazer outras investigações e ações de inteligência.</p> <p><b>SEMMA – ITAITUBA:</b> Existem áreas que já foram exploradas anteriormente pelos madeireiros, que já retiraram toda a madeira e já não têm mais interesse naquelas terras. Começa, então, a ser limpa a área para pastagem. O nosso Código Florestal Brasileiro permite que isso seja feito em 20% da área, o que é obedecido inicialmente. Depois esse limite vai sendo expandido a cada ano e, quando o pecuarista está</p>	<p>“Major” já derrubou as árvores de 240 alqueires.</p>
--	--	--	--	---

			<p>com o gado pronto e a fazenda montada, é que vem a tentativa de licenciar, quando vem a cobrança.</p> <p>Antes fazíamos o acompanhamento mensal das áreas, mas com o novo governo não conseguimos fazer, porque nem os boletins que recebíamos para fazer as atualizações estamos recebendo. Então, não sabemos quanto aumentou em áreas desmatadas, não está sendo possível fazer a ligação entre foco e desmatamento, portanto, oficialmente, não é possível informar se aumentou, permaneceu, ou se diminuiu o desmatamento. Informalmente, podemos dizer que as situações permanecem.</p> <p>Em serviços que a Semma executa na região – requerimento, fiscalização direcionada, etc. – a gente vê muitos, muitos mesmo, caminhões de madeira saindo de dentro dos ramais da estrada. Ou seja, a gente sabe que os materiais estão sendo retirados dessas áreas, então por isso que posso garantir que a situação permanece, pelo menos quanto à exploração ilegal da madeira.</p>	
10) PRODUÇÃO MADEIREIRA	<b>Extração ilegal de madeira, inclusive em grandes áreas que pertencem às Unidades de Conservação.</b>	<b>SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE ITAITUBA:</b> A produção de madeira não é forte em Itaituba porque não tem como conseguir liberação do Ibama. É muito complicado	<b>PREFEITO DE ITAITUBA:</b> Moraes Almeida, maior distrito industrial de Itaituba, tem grandes madeireiras que exportam a produção. É preciso ampliar as concessões de florestas públicas.	<b>PÁROCO - PRELAZIA DE ITAITUBA:</b> Dentro da Resex estão retirando madeira para demarcar as áreas. Há pessoas desmatando 500 hectares, 1000 hectares, correspondentes a 50 e

	<p><b>A extração ilegal de madeira ocorre também nos projetos de assentamento, áreas da União, sendo os pequenos agricultores expulsos, ameaçados e/ou assassinados a mando dos madeireiros.</b></p> <p><b>Há burla aos planos de manejo, com retirada ilegal de madeira, possível com a complacência-inoperância-cumplicidade das instituições do Estado.</b></p> <p><b>Há esquemas de “esquentamento” da madeira, operados de diversas formas, inclusive por madeireiros condenados judicialmente e com a conivência de serrarias da região.</b></p>	<p>liberar um plano de manejo. O Ibama para nós é um “trava desenvolvimento”.</p>	<p>Acredito que o governo Bolsonaro vai fazer licitações de concessão de florestas públicas dentro dos Parques Nacionais e, no caso, somente o Parque Nacional da Amazônia tem um milhão de hectares. Além dele, há também as Reservas Itaituba I e Itaituba II. Estamos esperando esse grande filão.</p> <p>O setor madeireiro não desmata, não causa impacto ambiental. Há projetos de manejo sustentável, com planejamento para cinquenta anos.</p> <p><b>SEMAS – NURE ITAITUBA:</b> Há informações não confirmadas de que os próprios caminhões que transportam a soja levam de volta madeira ou outros produtos sem fiscalização. Os próprios caminhoneiros não querem voltar com os caminhões vazios, por isso levam adubos, que é um dos principais produtos transportados e nesse meio levam também outros produtos, como madeiras sem licenciamento. A fiscalização não é tão efetiva, pelo que temos conhecimento.</p>	<p>100 lotes, dentro das áreas dos assentamentos, que são terras da União.</p> <p>Os madeireiros reclamaram quando o Ibama fechou as serrarias, mas tudo era ilegal.</p> <p><b>CPT-BR 163:</b> A extração ilegal de madeira - que se dá dentro dos assentamentos e das UCs - nunca deixou de acontecer aqui na região. Aconteceu sempre e agora com muito mais intensidade, com o novo governo federal, por parte de grileiros, porque os assentamentos são muito ricos em ouro ou em madeira, ou nos dois. Por isso o interesse em regularizar os grileiros que querem continuar a explorar essas riquezas. Esta é uma das principais causas de conflitos.</p> <p><b>LIDERANÇAS DE PROJETO DE ASSENTAMENTO, NO TRAIRÃO:</b> - No Projeto de Assentamento Areia a madeira que está saindo ultimamente é a branca, pois as madeiras de lei, retiradas por madeireiros e grileiros, já saíram em toras das terras e circularam livremente pelas vicinais. Eles estão acabando com as matas e os animais.</p>
11) PECUÁRIA	- Cadeia carne-grãos: atividade extensiva e lucrativa, com avanço da fronteira agrícola sobre a floresta é o modelo do Centro-Oeste	<b>SINDICATO DOS PRODUTORES RURAIS DE ITAITUBA:</b> Os órgãos federais atuam mais para nos reprimir, para nos multar. O Ibama a única coisa	<b>PREFEITO DE ITAITUBA:</b> A associação da produção de gado com a plantação de grãos (bagaço da soja, caroço de algodão, milho) tornou o estado de Mato Grosso imbatível. É	

	<p><b>que começa a ter cada vez mais investimentos em Itaituba.</b></p> <p><b>- Embates dos fazendeiros com os órgãos federais que exercem controle ambiental.</b></p> <p><b>- Regularização fundiária não tem avançado por ineficácia do Estado, segundo o Sindicato dos Produtores Rurais, o que os impede de atuar dentro da legalidade e de obter créditos públicos.</b></p> <p><b>- Falta maior infraestrutura do Estado para prestar assistência técnica aos pecuaristas, para que possam produzir em condições ideais.</b></p> <p><b>- Há conflitos entre fazendeiros e movimentos que lutam pelo direito à terra.</b></p>	<p>que sabe fazer é multar, inclusive pessoas que estão trabalhando, porque se nós estamos na ilegalidade não é por querer, é porque os órgãos não agem, são inertes e também não têm interesse em nos regularizar, porque para nós querer é poder. Acaba que estamos na irregularidade porque não conseguimos nos adequar.</p> <p>Quanto à regularização fundiária, nada aconteceu de novo nos últimos anos e permanecem os mesmos problemas. Continuamos sem acessar o crédito e temos lutado muito por isso.</p> <p>Outro grande problema é a falta de assistência técnica. Muitas vezes o produtor erra porque não conhece como produzir. A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater) funciona, mas de uma forma muito precária. A gente não sabe como está essa questão do governo agora porque existem os colaboradores, mas faltam recursos, mecanismos, pernas para chegar nos lugares mais distantes. O nosso estado tem dimensões continentais e as regiões têm as suas peculiaridades. Precisa de investimento do Estado.</p>	<p>preciso investir também no confinamento do gado.</p> <p>Em poucos anos vamos tratar grãos, triplicar nossas propriedades, criando boi, consorciando o boi, a ração, o milho, o capim. O gado e a produção pecuária não vão diminuir, vão é sim aumentar.</p>	
--	---	---	---	--



		<p>O MST tem muitas pessoas que não trabalham, não fazem nada e só vivem de invadir as propriedades dos outros. Eles não querem as áreas de terras devolutas, querem fazenda pronta, é isso o que eu vejo, ou melhor é a realidade que a gente vê. Eles querem invadir, depredam patrimônio e não tem punição para eles, só para o produtor que está lá se 'estabacando' de trabalhar. Eles invadem e você que é o dono não tem direito a nada.</p>		
<p>12) CONSEQUÊNCIAS SOCIAIS DOS GRANDES EMPREENDIMENTOS PARA AS CIDADES DE ITAITUBA E DE TRAIRÃO.</p>	<p><b>- Inchaço populacional, sem a necessária infraestrutura urbana e de serviços públicos essenciais, como saúde e educação.</b></p> <p><b>- Aumento dos aluguéis dos imóveis e ampliação dos problemas de moradia.</b></p> <p><b>- Crescente violência urbana.</b></p>		<p><b>PREFEITO DE ITAITUBA:</b> Temos um grande fluxo de pessoas já e estamos esperando, no próximo Censo, um grande aumento da população do município.</p> <p>Miritituba possui atualmente os aluguéis de casas mais caros.</p> <p>A demanda de 60 a 70 pessoas no hospital municipal, há dez anos atrás, hoje é de 220 pessoas-dia, em média.</p> <p>Temos que nos estruturar para o grande aumento da população e para a ampliação dos serviços, como saúde e educação.</p> <p><b>CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE ITAITUBA:</b></p>	<p><b>MAM:</b> O aumento considerável do fluxo de pessoas para residir em Itaituba tem provocado o aumento dos aluguéis e a demanda por serviços públicos, para os quais o município não está estruturado.</p> <p><b>CPT-BR 163:</b> Em Itaituba não há sequer água potável, então, não se pode falar em desenvolvimento. Há um inchaço populacional muito grande na cidade de Itaituba, nos últimos três anos. Resulta disso o alto preço dos aluguéis, muita gente mendigando na cidade, o que não existia antes. O fluxo de veículos também aumentou, assim como a violência urbana e doméstica, os assaltos e assassinatos.</p>

			<p>Não sabemos se as empresas que estão se instalando aqui estão preocupadas com o desenvolvimento do município, pois questões como educação e meio ambiente são primordiais em uma cidade, e não estamos vendo isso.</p> <p>Não tem havido melhora para a cidade de Itaituba – há pobreza, prostituição, etc.</p>	
--	--	--	--	--

(\*) **Campo Econômico:** foram entrevistados na pesquisa de campo: o presidente da Agência Nacional do Ouro (Anoro); a presidente do Sindicato Patronal Rural de Itaituba; diretor da Sociedade Patauá Florestal; o dirigente do Movimento em Defesa da Legalização da Garimpagem Regional no Oeste do Pará.

(\*\*) **Campo Político:** foram entrevistados na pesquisa de campo: o Prefeito Municipal de Itaituba; o Secretário de Infraestrutura de Itaituba; a dirigente da Unidade Avançada da Agência Nacional da Mineração (ANM), em Itaituba; a dirigente do Núcleo Regional do ICMBio/Itaituba; o dirigente do Núcleo Regional da SEMAS/PA, em Itaituba; dois representantes da SEMMA/Itaituba; representante do Conselho Municipal de Assistência Social de Itaituba; representante da Secretaria Municipal de Educação de Trairão.

(\*\*\*) **Campo Social:** foram entrevistados na pesquisa de campo: a Dirigente da Comissão Pastoral da Terra-BR-163; membros da CPT do Km 30 (entroncamento da BR-163 com a BR-230, a Transamazônica) ; a presidente do Sindicato de Trabalhadoras e Trabalhadores Rurais de Itaituba; dirigente do MAB, em Itaituba; liderança indígena e representante do Movimento de Mulheres da etnia Munduruku, de Itaituba; o pároco da Prelazia de Itaituba, em Trairão; membro da coordenação nacional do Movimento pela Soberania Popular na Mineração (MAM); trabalhadores rurais e liderança do Movimento de Mulheres de Projeto de Assentamento em Trairão; o presidente do SINTEPP/Itaituba; o presidente da Associação dos Pescadores de Itaituba.

ANEXO B- CIMI – Tabela 1: Violência contra povos indígenas no Brasil

Categorização da violência / Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
MORTALIDAD E INFANTIL - PARÁ E DSEI RIO TAPAJÓS	Não há registro	Pará: 01 caso 01 vítima	Não há registro	Pará: 01 caso 01 vítima	Não há registro	Não há registro	Pará: 02 Rio Tapajós : 19	Rio Tapajós : 19	Rio Tapajós : 09	Rio Tapajós : 24	Pará 46	Pará: 45 Rio Tapajós : 17
<b>VIOLÊNCIA CONTRA O PATRIMÔNIO</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
<b>Conflitos relativos a direitos territoriais</b>	03	01	02 casos	01 caso	01 caso	02 casos	Não há registro	07 casos	Não há registro	Não há registro	Não há registro	01 caso
<b>Invasões Possessórias; Exploração ilegal de Recursos Naturais; Danos Diversos ao Patrimônio</b>	02	04	03 casos	02 casos	08 casos	13 casos	05 casos	22 casos	12 casos	07 casos	19 casos	24 casos
<b>Omissão e morosidade da regularização de terra</b>	01 caso	01 caso	02 casos	02 casos	07 casos	07 casos	01 caso	42 casos	57 casos	65 casos	65 casos	65 casos
<b>Terras indígenas sem providência</b>	Sem registro	Sem registro	36 terras	22 terras	Não há dados por estado	Não há dados por estado	Não há dados por estado	Não há dados por estado	20 terras	29 terras	29 terras	29 terras

2018: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2019/09/relatorio-violencia-contra-os-povos-indigenas-brasil-2018.pdf>

2017: [https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2018/09/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas\\_2017-Cimi.pdf](https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2018/09/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2017-Cimi.pdf)

2016: [https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas\\_2016-Cimi.pdf](https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2016-Cimi.pdf)

2015: [https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas\\_2015-Cimi.pdf](https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2015-Cimi.pdf)

2014: [https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas\\_2014-Cimi.pdf](https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2014-Cimi.pdf)

2013: [https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas\\_2013-Cimi.pdf](https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2013-Cimi.pdf)

2012: [https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas\\_2012-Cimi.pdf](https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2012-Cimi.pdf)

2011: [https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas\\_2011-Cimi.pdf](https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2011-Cimi.pdf)

2010: [https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas\\_2010-Cimi.pdf](https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2010-Cimi.pdf)

2009: [https://cimi.org.br/pub/publicacoes/1280418665\\_Relatorio%20de%20Violencia%20contra%20os%20Povos%20Indigenas%20no%20Brasil%20-%202009.pdf](https://cimi.org.br/pub/publicacoes/1280418665_Relatorio%20de%20Violencia%20contra%20os%20Povos%20Indigenas%20no%20Brasil%20-%202009.pdf)

2008: [https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas\\_2008-Cimi.pdf](https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2008-Cimi.pdf)

2007 / 2006: [https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas\\_2006-2007-Cimi.pdf](https://cimi.org.br/pub/relatorio/Relatorio-violencia-contra-povos-indigenas_2006-2007-Cimi.pdf)

## ANEXO C -CPT - Tabela 2: Violência contra ocupação e posse

VIOLÊNCIA CONTRA A OCUPAÇÃO E A POSSE  
2009 – 2018  
UF: Pará

Ano	UF/ANO	Nº de Ocorrências	Famílias	Famílias Expulsas	Famílias Despejadas	Ameaçadas de Despejo	Tentativa/Ameaça de Expulsão	Casas Destruidas	Roças Destruidas	Pistolagem
2018	PA/2018	121	25747	660	1099	2816	1301	461	301	1016
2017	PA/2017	111	11805	385	1731	3045	1193	871	497	3859
2016	PA/2016	116	18419	458	1123	1635	1153	850	1882	4215
2015	PA/2015	99	13514	110	222	1795	2289	202	50	5199
2014	PA/2014	59	8159	Não informado	10	310	5026	Não informado	Não informado	7377
2013	PA/2013	89	8836	217	710	836	2964	477	264	2904
2012	PA/2012	89	12471	325	193	3012	2677	308	164	5895
2011	PA/2011	125	13760	523	634	1500	5727	106	1138	9477
2010	PA/2010	125	11718	399	1158	1215	5388	161	74	5526
2009	PA/2009	160	17851	194	2454	2324	2775	2027	1837	2367

Referências: Comissão Pastoral da Terra, em: <https://cptnacional.org.br/>

2018: <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/13-violencia-contra-a-ocupacao-e-a-posse/14147-violencia-contra-a-ocupacao-e-a-posse-2018?Itemid=0>

2017: <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/13-violencia-contra-a-ocupacao-e-a-posse/14090-violencia-contra-a-ocupacao-e-a-posse-2017?Itemid=0>

2016: <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/13-violencia-contra-a-ocupacao-e-a-posse/14046-violencia-contra-a-ocupacao-e-a-posse-2016?Itemid=0>

2015: <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/13-violencia-contra-a-ocupacao-e-a-posse/14017-violencia-contra-a-ocupacao-e-a-posse-2015?Itemid=0>

2014: <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/13-violencia-contra-a-ocupacao-e-a-posse/2400-violencia-contra-a-ocupacao-e-a-posse?Itemid=0>

2013: <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/13-violencia-contra-a-ocupacao-e-a-posse/342-violencia-contra-a-ocupacao-e-a-posse-2013?Itemid=0>

2012: <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/13-violencia-contra-a-ocupacao-e-a-posse/315-violencia-contra-a-ocupacao-e-a-posse-2012?Itemid=0>

2011: <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/13-violencia-contra-a-ocupacao-e-a-posse/288-violencia-contra-a-ocupacao-e-a-posse-2011?Itemid=0>

2010: <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/13-violencia-contra-a-ocupacao-e-a-posse/207-violencia-contra-a-ocupacao-e-a-posse?Itemid=0>

2009: <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/13-violencia-contra-a-ocupacao-e-a-posse/145-violencia-contra-a-ocupacao-e-a-posse-2009?Itemid=0>

## ANEXO D- CPT - Tabela 3: conflitos pela água

## CONFLITOS PELA ÁGUA

2009 – 2018

UF: Pará

Municípios: Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Trairão e Rurópolis

Ano	UF	Município	Nome do Lugar	Famílias	Tipo do Conflito	Situação do Conflito
2018	PA	Jacareacanga	T. I. Munduruku/UHE Tapajós/Mineradora Belo Sun/PAC	1230	Barragens e Açudes	Desconstrução do histórico-cultural
2017	PA	Itaituba/ Trairão	T. I. Sawré Muybu/Munduruku/PCHs Tapajós/Mineradora Belo Sun	170	Uso e preservação	Destruição e ou poluição
		Jacareacanga	T. I. Munduruku/UHE Tapajós/Mineradora Belo Sun/PAC	1230	Barragens e Açudes	Desconstrução do histórico-cultural
2016	PA	Não há dados referentes aos municípios selecionados neste recorte de pesquisa.				
2015	PA	Itaituba	Com. Mangabal e Montanha/PCHs Tapajós	120	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
		Itaituba/ Jacareacanga	T. I. Munduruku/UHE Tapajós/Mineradora Belo Sun/PAC	1230	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
		Itaituba/ Trairão	PCHs do Rio Tapajós/Com. Pimental/T. I. Munduruku/Mineradora Belo Sun/PAC	800	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
			T. I. Sawré Maybu/Munduruku	170	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais

		<b>Trairão</b>	Vila de Pimental/UHE Tapajós/PAC	700	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
2014	PA	<b>Itaituba</b>	Com. Mangabal e Montanha/PCHs Tapajós	Não informado	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
			Com. Mangabal e Montanha/PCHs Tapajós	120	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
		<b>Itaituba/Jacareacanga</b>	T. I. Munduruku/UHE Tapajós/Mineradora Belo Sun/PAC	1400	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
		<b>Itaituba/Trairão</b>	PCHs do Rio Tapajós/Com. Pimental/T. I. Munduruku/Mineradora Belo Sun/PAC	800	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
		<b>Uruará/Altamira/Rurópolis/Medicilândia</b>	T. I. Cachoeira Seca do Iriri/Índios Arara/UHE Belo Monte/Belo Sun Mineradora/PAC	111	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
2013	PA	<b>Itaituba/Jacareacanga</b>	T. I. Munduruku/UHE Tapajós/PAC	Não informado	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
			T. I. Munduruku/UHE Tapajós/PAC	1400	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
		<b>Itaituba/Trairão</b>	PCHs do Rio Tapajós/Com. Pimental/T.I. Munduruku/Eletronorte/PAC	800	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
		<b>Novo Progresso</b>	T. I. Mebengokré/Mekrãgnoti/Kayapó	300	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
		<b>Uruará/Altamira</b>	T.I. Cachoeira Seca do Iriri/Índios Arara/UHE Belo Monte/Belo Sun Mineradora/PAC	111	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais

		<b>Rurópolis/ Medicilândia</b>				
2012	PA	<b>Novo Progresso</b>	T.I. Mebengokré/Mekrãgnoti/Kayapó	300	Barragens e Açudes	Não cumprimento de procedimentos legais
		<b>Trairão</b>	Vila de Pimental/UHE Tapajós/PAC	800	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
		<b>Uruará/ Altamira/ Rurópolis</b>	T.I. Cachoeira Seca do Iriri/ Arara/ UHE Belo Monte/Belo Sun Mineradora/PAC	Não informado	Barragens e Açudes	Destruição e ou poluição
			T.I. Cachoeira Seca do Iriri/ Arara/ UHE Belo Monte/Belo Sun Mineradora/PAC	111	Uso e preservação	Não cumprimento de procedimentos legais
2011	PA	Não há dados referentes aos municípios selecionados neste recorte de pesquisa.				
2010	PA	<b>Itaituba/ Altamira/ Trairão</b>	PCHs do Rio Tapajós/Eletronorte/Com. Pimental/S. Luiz do Tapajós/Mangabal/Jacarecanga/Periquito/T.I. Munduruku	Não informado	Barragens e Açudes	Ameaça de expropriação
2009	PA	Não há dados referentes aos municípios selecionados neste recorte de pesquisa.				

Referências: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, em: <https://cptnacional.org.br/>

2018: <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/6-conflitos-pela-agua/14143-conflitos-pela-agua-2018?Itemid=0>

2017: <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/6-conflitos-pela-agua/14084-conflitos-pela-agua-2017?Itemid=0>

2016: <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/6-conflitos-pela-agua/14041-conflitos-pela-agua-2016?Itemid=0>

2015: <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/6-conflitos-pela-agua/14010-conflitos-pela-agua-2015?Itemid=0>

2014: <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/6-conflitos-pela-agua/2393-conflitos-pela-agua-2014?Itemid=0>

2013: <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/6-conflitos-pela-agua/335-conflitos-pela-agua-2013?Itemid=0>

2012: <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/6-conflitos-pela-agua/305-conflitos-pela-agua-2012?Itemid=0>

2011: <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/6-conflitos-pela-agua/280-conflitos-pela-agua-2011?Itemid=0>

2010: <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/6-conflitos-pela-agua/200-conflitos-pela-agua-em-2010?Itemid=0>

2009: <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/6-conflitos-pela-agua/141-conflitos-pela-agua-2009?Itemid=0>



## ANEXO E- CPT - Tabela 4: conflitos por terra

## OCORRÊNCIAS DE CONFLITOS POR TERRA

2011 – 2018

Estado: Pará

Municípios: Aveiro, Itaituba, Jacareacanga, Novo Progresso, Rurópolis e Trairão.

CONFLITOS POR TERRA					
ANO	MUNICÍPIO	NOME DO CONFLITO	FAMÍLIAS	CATEGORIA	QUANTIDADE
2018	Altamira/Itaituba/Novo Progresso	Faz. Atalas/Tigre/Castelo dos Sonhos/PDS Brasília	350	Sem Terra	01
	Itaituba	Com. Mangabal e Montanha/PCHs Tapajós	Não informado	Assentados	04
		Com. Mangabal e Montanha/PCHs Tapajós	101	Ribeirinhos	
		Reserva Indígena Praia do Mangue	Não informado	Indígenas	
		Reserva Indígena Praia do Mangue	42	Indígenas	
	Itaituba/Trairão	T. I. Sawré Muybu/Munduruku/PCHs Tapajós/Mineradora Belo Sun	170	Indígenas	01
	Jacareacanga	T. I. Munduruku/UHE Tapajós/Mineradora Belo Sun/PAC	Não informado	Indígenas	02
		T. I. Munduruku/UHE Tapajós/Mineradora Belo Sun/PAC	1630	Indígenas	
	Trairão	P. A. Areia II/Com. São Mateus	Não informado	Assentados	03
		P. A. Areia II/Com. São Mateus	300	Assentados	
		P. A. Ypiranga/Gleba H/Lotes 46 a 49	07	Sem Terra	
<b>2018 - PARÁ = 114 CONFLITOS / 25.547 FAMÍLIAS</b>					
CONFLITOS POR TERRA					
ANO	MUNICÍPIO	NOME DO CONFLITO	FAMÍLIAS	CATEGORIA	QUANTIDADE
2017	Itaituba	Com. Mangabal e Montanha/PCH's Tapajós	101	Assentados	01
	Jacareacanga	T. I. Munduruku/UHE Tapajós/Mineradora Belo Sun/PAC	1230	Área indígena	01
	Novo Progresso	Floresta Nacional do Jamanxim/Acamp. Assoc. Bom Futuro	200	Sem Terra	02
		Área em Novo Progresso/Margem Direita da BR-163	80	Sem Terra	
<b>2017 – PARÁ = 100 CONFLITOS / 11.074 FAMÍLIAS</b>					
CONFLITOS POR TERRA					
2016	<b>NÃO HÁ DADOS DISPONÍVEIS NA PLATAFORMA SELECIONADA</b>				
CONFLITOS POR TERRA					
ANO	MUNICÍPIO	NOME DO CONFLITO	FAMÍLIAS	CATEGORIA	QUANTIDADE

2015	Uruará/ Altamira/ Rurópolis/ Medicilândia	T. I. Cachoeira Seca do Iriri/Índios Arara/UHE Belo Monte/Belo Sun Mineradora/PAC	Não informado	Indígenas	02
		T. I. Cachoeira Seca do Iriri/Índios Arara/UHE Belo Monte/Belo Sun Mineradora/PAC	194	Indígenas	
	Itaituba/ Jacareacanga	T. I. Munduruku/UHE Tapajós/Mineradora Belo Sun/PAC	1400	Indígenas	01
	Novo Progresso	T. I. Kayapó/Mebengokré/Mekrã gnoti	100	Indígenas	01
	Trairão	P. A. Areia II/Com. São Mateus	40	Assentados	02
		P. A. Ypiranga/Gleba H/Lotes 46 a 49	60	Assentados	
Itaituba/ Trairão	T. I. Sawré Maybu/Munduruku	170	Indígenas	01	
<b>2015 – PARÁ = 78 CONFLITOS / 11.250 FAMÍLIAS</b>					
<b>CONFLITOS POR TERRA</b>					
ANO	MUNICÍPIO	NOME DO CONFLITO	FAMÍLIAS	CATEGORIA	QUANTIDADE
2014	Itaituba/ Jacareacanga	T. I. Munduruku/UHE Tapajós/Mineradora Belo Sun/PAC	1400	Indígenas	01
	Itaituba/ Trairão	T. I. Sawré Maybu/Munduruku	Não informado	Indígenas	02
		T. I. Sawré Maybu/Munduruku	170	Liderança Indígena	
<b>2014 – PARÁ = 74 CONFLITOS / 7.006 FAMÍLIAS</b>					
<b>CONFLITOS POR TERRA</b>					
ANO	MUNICÍPIO	NOME DO CONFLITO	FAMÍLIAS	CATEGORIA	QUANTIDADE
2013	Novo Progresso	T. I. Mebengokré/Mekrãg noti/Kayapó	25	Indígenas	01
	Trairão	P. A. Areia II/Com. São Mateus	40	Assentados	02
		P. A. Ypiranga/Gleba H/Lotes 46 a 49	60	Assentados	
<b>2013 – PARÁ = 76 CONFLITOS / 7.741 FAMÍLIAS</b>					
<b>CONFLITOS POR TERRA</b>					
ANO	MUNICÍPIO	NOME DO CONFLITO	FAMÍLIAS	CATEGORIA	QUANTIDADE
2012	Itaituba	Com. de Miritituba/P. A. Areia	60	Não informado	02
		Com. Miritituba/P. A. Ipiranga	06	Não informado	
	Itaituba/ Jacareacanga	T. I. Munduruku/UHE Tapajós/PAC	1400	Não informado	01
<b>2012 – PARÁ = 78 CONFLITOS / 11.072 FAMÍLIAS</b>					
<b>CONFLITOS POR TERRA</b>					
ANO	MUNICÍPIO	NOME DO CONFLITO	FAMÍLIAS	CATEGORIA	QUANTIDADE
2011	Itaituba	Com. de Miritituba/P. A. Areia	60	Não informado	02
		Com. Miritituba/P. A. Ipiranga	06	Não informado	
<b>2011 – PARÁ = 103 CONFLITOS / 12.197 FAMÍLIAS</b>					

Referência: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, em: <https://cptnacional.org.br/>

2018 - Disponível em: <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/36-conflitos-por-terra-ocorrencias/14151-conflitos-por-terra-ocorrencias-2018?Itemid=0>. Acesso em 12. jun. 2019.

2017 - Disponível em: <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/36-conflitos-por-terra-ocorrencias/14085-conflitos-por-terra-ocorrencias-2017?Itemid=0>. Acesso em 12. jun. 2019.

2016 - Não há dados disponíveis

2015 - Disponível em: <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/36-conflitos-por-terra-ocorrencias/14009-2015-conflitos-por-terra-ocorrencias-completa?Itemid=0>. Acesso em 12. jun. 2019.

2014 - Disponível em: <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/36-conflitos-por-terra-ocorrencias/2394-2014-conflitos-por-terra-ocorrencias-completa?Itemid=0>. Acesso em 12. jun. 2019.

2013 - Disponível em: <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/36-conflitos-por-terra-ocorrencias/336-2013-conflitos-por-terra-ocorrencias-completa?Itemid=0>. Acesso em 11. jun. 2019.

2012 - Disponível em: <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/36-conflitos-por-terra-ocorrencias/306-2012-conflitos-por-terra-ocorrencias-parte-i?Itemid=0>. Acesso em 11. jun. 2019.

2011 - Disponível em: <https://cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/36-conflitos-por-terra-ocorrencias/281-2011-conflitos-por-terra-ocorrencias-parte-i?Itemid=0>. Acesso em 11. jun. 2019.